The background features a stylized cityscape with various buildings represented by blue and white grid patterns. A prominent building on the left is a tall, curved structure with a dense grid. Other buildings are scattered around it, some with different grid patterns. The background is a light blue color with a network of thin lines and circular nodes, suggesting a digital or technological theme.

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] : entendendo as necessidades da sociedade 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências Sociais Aplicadas. Entendendo as Necessidades da Sociedade; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-424-5 DOI 10.22533/at.ed.245192506 1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Entendo as Necessidades da Sociedade”, apresentam-se artigos e pesquisas que mantêm relação com demandas da sociedade contemporânea, a partir de estudos realizados nas diferentes regiões do Brasil, representando a diversidade territorial, bem como, as singularidades e elementos que as conectam.

Apresentam-se ainda, três artigos em espanhol, sendo estes de cursos de graduação e pós graduação do Uruguai, México e Espanha e um em inglês do programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Tais artigos mostram-se pertinentes e contribuem para as discussões e análises que são apresentadas aos leitores a partir do campo das Ciências Sociais Aplicadas.

São ao todo cinquenta artigos divididos em dois volumes. Os artigos foram organizados em seis seções, conforme segue: **Tecnologia e Comunicação**, sendo esta a primeira seção, em que são abordadas as relações existentes entre a tecnologia e a comunicação com os processos de trabalho, políticas públicas, inovação nos processos de gestão e de conhecimento; O **Comportamento Organizacional**, título que nomeia a segunda seção, apresenta-se de maneira expressiva nos artigos que também tematizam os processos decisórios e de gestão de conhecimento no setor empresarial, com valorização do capital humano e da função social das empresas; **Cidadania e Políticas Públicas**, aborda pesquisas realizadas entorno das políticas de saúde, de atendimento às crianças e adolescentes, da educação, da questão agrária, da segurança pública e das políticas tributárias na lógica de cidadania e garantia de direitos; **Estado e Sociedade**, aborda as relações estabelecidas entre estes, apontando para a importância e impacto dos movimentos sociais para a definição de pautas que contemplem os diferentes interesses existentes na sociedade de classes; *Os artigos que compõem a seção Trabalho e Relações Sociais* debatem o grau de satisfação de acesso ao trabalho em um contexto de terceirização e precarização das relações estabelecidas através deste e por fim, em **Estudos Epistemológicos** apresentam-se dois artigos que analisam perspectivas diferentes do processo de construção do conhecimento.

Os artigos apresentam pesquisas de envergadura teórica, as seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de estudos e pesquisas voltadas para as necessidades e desafios postos para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERNAÇÃO E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO DESAFIOS NO ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
Rayoni Ralfh Silva Pereira Salgado Marta Fuentes-Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.2451925061	
CAPÍTULO 2	14
INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS E ACOMPANHANTES SOBRE OS SEUS DIREITOS E DEVERES E OS SERVIÇOS OFERECIDOS DENTRO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	
Lavinha Soares Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2451925062	
CAPÍTULO 3	18
CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA MANIFESTAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”	
Monica Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2451925063	
CAPÍTULO 4	29
ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL RELATIVA À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FELICIDADE DO DUBAI E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	
Diamantino Ribeiro Jorge Remondes António Pedro Costa	
DOI 10.22533/at.ed.2451925064	
CAPÍTULO 5	45
A RELAÇÃO ENTRE A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	
Carolina Portella Pellegrini Simone Régio dos Santos Zaionara Goreti Rodrigues de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2451925065	
CAPÍTULO 6	58
O DIREITO PENAL DO INIMIGO À LUZ DO GARANTISMO PENAL	
Mariana Hazt Lencina Cândida Joelma Leopoldino	
DOI 10.22533/at.ed.2451925066	
CAPÍTULO 7	74
DO CÓDIGO DE NUREMBERG AO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA BRASILEIRO: O PRINCÍPIO DO CONSENTIMENTO INFORMADO E A CONDUTA ÉTICA MÉDICA PELOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	
Gilberto Leonello Carolina Corrêa Soares Natália Ongaratto da Rosa Stéfani Wontroba Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.2451925067	

CAPÍTULO 8	84
DISPOSICIONES Y POLITICIDAD EN LA CO-CONSTRUCCIÓN DE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS: EL TRABAJO DE LA REFLEXIVIDAD	
Mabela Ruiz Barbot	
DOI 10.22533/at.ed.2451925068	
CAPÍTULO 9	96
GERENCIALISMO: A RESPOSTA NEOLIBERAL PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	
Evandro Alves Barbosa Filho	
Maria Izabel Rêgo Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.2451925069	
CAPÍTULO 10	110
ESTUDO ESTATÍSTICO DA QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES QUE DECLARARAM O IMPOSTO DE RENDA NO PERÍODO DE 2012 A 2015	
Cristian Carlos da Silva Coelho	
Gabriel Ribeiro de Abreu	
Arlane Lopes Chaves	
Luana Sousa Almeida	
Lilane de Araújo Mendes Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.24519250610	
CAPÍTULO 11	124
OS BENEFÍCIOS DA GESTÃO TRIBUTÁRIA NA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES FISCAIS	
Thaynara Keila Oliveira	
Jerson Krack	
DOI 10.22533/at.ed.24519250611	
CAPÍTULO 12	140
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	
Marclin Felix Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.24519250612	
CAPÍTULO 13	151
REDES SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES PÚBLICAS. O MOVIMENTO DE “15 DE SETEMBRO” EM PORTUGAL	
Isabel Babo	
Célia Taborda Silva	
DOI 10.22533/at.ed.24519250613	
CAPÍTULO 14	166
REPENSANDO A PERCEPÇÃO DA VELHICE ALIADA À DISCUSSÃO DE CLASSE E HEGEMONIA	
Juliana de A. F Doronin	
Giovanna de Aquino Fonseca Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.24519250614	

CAPÍTULO 15	174
LAVA JATO E SEU IMPACTO NA RENTABILIDADE DAS ESTATAIS BRASILEIRAS	
Elisandra Bochi Turra	
Sandra Maria Coltre	
Gilmar Ribeiro de Mello	
Lirane Elize Defante Ferretto de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.24519250615	
CAPÍTULO 16	190
MULTILATERALISM AND NATIONALISM IN THE 21 ST CENTURY: CONSEQUENCES TO GLOBALIZATION FROM THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT PERSPECTIVE	
Hugo do Valle Mendes	
Juliano Vargas	
Joanilio Rodolpho Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.24519250616	
CAPÍTULO 17	209
SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UMA ANÁLISE TEÓRICA	
Joseane da Silva Rodrigues	
Darliane Ribeiro Caldas	
Rochele Kaline Reis de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.24519250617	
CAPÍTULO 18	220
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO: ESTUDO DE CASO COM JOVENS DEFICIENTES INTELLECTUAIS E A PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Carmelinda Parizzi	
DOI 10.22533/at.ed.24519250618	
CAPÍTULO 19	232
ANÁLISE DO CENÁRIO DO TRABALHO MANUAL NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR, A TERCEIRIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
Pedro Afonso Martini Dreyer	
Liliane Vieira Martins Leal	
DOI 10.22533/at.ed.24519250619	
CAPÍTULO 20	245
AVALIAÇÃO DOS PARÂMETROS CORPORAIS DE ZELADORAS DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL NO PARANÁ	
Marina Daros Massarollo	
Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.24519250620	
CAPÍTULO 21	249
DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR PRODUTOR DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO NO ANO DE 2017	
Erico Souza Costa	
João Gabriel Pagnan Zanette	
Mayara Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.24519250621	

CAPÍTULO 22	260
ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM (MANAUS-AM)	
Michele Lins Aracaty e Silva Epaminondas da Silva Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.24519250622	
CAPÍTULO 23	276
FIART: UM ESTUDO DA FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO COMO ATRATIVO DE PROMOÇÃO DA CULTURA POTIGUAR	
Fernanda Louise de Brito Gonçalves Layanna Pinheiro da Silva Maria Rafaella Marques de Paiva Patrícia Daliany Araújo do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.24519250623	
CAPÍTULO 24	284
COMO SE PLANIFICAM, TRATAM, ANALISAM E INTERPRETAM NARRATIVAS ? A ABORDAGEM COMPREENSIVA-QUALITATIVA “PROCESSOS DE REQUALIFICAÇÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA”	
Maria de Fátima Costa Toscano	
DOI 10.22533/at.ed.24519250624	
CAPÍTULO 25	298
QUALITATIVE EPISTEMOLOGY AND THE STUDY OF SUBJECTIVITY: ALTERNATIVE EPISTEMOLOGICAL PATHS IN QUALITATIVE RESEARCH	
Andressa Martins do Carmo de Oliveira Thamiris Caixeta	
DOI 10.22533/at.ed.24519250625	
CAPÍTULO 26	308
MODERNIDADE BRASILEIRA, DESIGUALDADES E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO	
Rui Maia Diamantino Raimundo Mentor de Melo Fortes Filho	
DOI 10.22533/at.ed.24519250626	
SOBRE A ORGANIZADORA	332

A INTERNAÇÃO E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO DESAFIOS NO ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Rayoni Ralfh Silva Pereira Salgado

Instituto Superior de Ciências Aplicadas – ISCA
Faculdades – Limeira-SP

Marta Fuentes-Rojas

Faculdade de Ciências Aplicadas – Universidade
Estadual de Campinas – FCA/UNICAMP –
Limeira-SP

RESUMO: A População em Situação de Rua nas últimas décadas tem conquistado importantes espaços no campo das políticas públicas. Este artigo visa discutir sobre os desafios da internação e do acolhimento institucional nas ações desenvolvidas pelos serviços de saúde mental na municipalidade de Limeira-SP. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se como instrumento de coleta de dados, o Grupo de Discussão. A amostra selecionada para a pesquisa foi composta por 10 (dez) servidores públicos municipais da Rede de Atenção Psicossocial. A análise e interpretação dos dados coletados foram realizadas através da análise de conteúdo, a partir da categorização dos mesmos. Identificou-se que, o desafio da internação e do acolhimento institucional aparece mais como um entrave posto aos agentes governamentais pelas demandas da sociedade e de políticos, do que dá própria População em Situação de Rua. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a

importância da Rede de Atenção Psicossocial no desenvolvimento de uma nova mentalidade sobre a doença, o doente e o cuidado integral.

PALAVRAS-CHAVE: População em Situação de Rua; Saúde Mental; Internação; Acolhimento Institucional.

ABSTRACT: The Homeless Population in the last decades has conquered important spaces in the field of public policies. This article aims to discuss the challenges of hospitalization and institutional shelter in the actions developed by the mental health services in the municipality of Limeira-SP. It was a qualitative research, using the Discussion Groups as a data collection instrument. The sample selected for the survey was composed of 10 (ten) municipal public servants of the Psychosocial Attention Network. The analysis and interpretation of the collected data were performed through content analysis, based on their categorization. It was identified that the challenge of internment and institutional shelter appears more as an obstacle to government agents due to the demands of society and politicians than by the Homeless Population itself. In this sense, it becomes fundamental to understand the importance of the Network of Psychosocial Attention in the development of a new mentality on the disease, the patient and integral care.

KEYWORDS: Homeless Population; Mental

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo surge da Dissertação de mestrado, intitulada “População em Situação de Rua: desafios dos profissionais nos serviços de saúde mental” – 2018 – defendida dentro do Programa de mestrado interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências Aplicadas/Universidade Estadual de Campinas – FCA/UNICAMP.

Embora a População em Situação de Rua – PSR tenha permanecido invisível por séculos e sem notoriedade por parte da sociedade e do Estado, nas últimas décadas, decorrente das lutas de vários movimentos sociais, esse grupo populacional tem-se inserido nas agendas das políticas sociais, em especial no campo da Saúde Pública e vem exigindo drasticamente a mudança de paradigmas e formas de intervenção às demandas que emergem no cotidiano.

Estudos confirmam que o acesso da PSR aos serviços de saúde mental apresenta grandes obstáculos, decorrentes de condições de privação de direitos e vulnerabilidades apresentadas por esse grupo, mesmo com as frequentes intermediações dos serviços de Assistência Social nesse processo (ALBUQUERQUE, 2009; ARISTIDES; LIMA, 2009; BORYSOM 2012; SILVA, 2005; VARANDA; ADORNO, 2004).

As limitações dessa população em acessar diretamente os equipamentos de saúde fazem com que as equipes de Assistência Social hipertrofiem seu papel junto aos usuários, além de privá-los do atendimento e da reabilitação psicossocial de que necessitam (BORYSOW; FURTADO, 2013).

O novo modelo assistencial em saúde mental no Brasil tem sido implementado por uma rede de serviços descentralizados e territorializados, sendo as Unidades Básicas de Saúde – UBS a “porta de entrada” preferencial no atendimento aos pacientes com transtornos mentais e em situação de rua (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007).

Atualmente há uma linha tênue entre a cultura da institucionalização e o cuidado em comunidade para as pessoas que sofrem de transtornos mentais, devido ao pouco reconhecimento das condições de vida, de lugar, de pertencimento e de existência desses sujeitos na sociedade. Estes ainda transitam na invisibilidade e negação de sua existência.

As sombras dos manicômios, de acordo com Bisneto (2007), ameaçam a sociedade brasileira contemporânea, que aparentemente não está muito convencida dos ideais da Reforma Psiquiátrica e agrega que “aquilo que é divergente precisa ser considerado pelos interesses instituídos como desvio e antissocial, irracional, algo a ser curado ou então excluído” (p.176), para este autor, “as políticas sociais atuais em Saúde Mental refletem a correlação de força dos atores sociais importantes ao longo

da história da assistência psiquiátrica no Brasil” (p.153).

O estranhamento social para com o doente mental não é um fato recente, mas o foco ainda está centrado na patologia e não no indivíduo e seu meio, isso porque,

“[...] a reestruturação da atenção em saúde mental no Brasil, preconizada pelo Movimento da Reforma Psiquiátrica se insere além da oferta de novos serviços ou da reestruturação de modelos assistenciais. Por se tratar de uma profunda alteração da resposta social à loucura, implica mudanças de ordem política, ideológica, ética e das concepções de clínica e reabilitação” (FURTADO; CAMPOS, 2005, p.109).

Considerando essas questões e através da experiência profissional no trabalho com PSR na política de Assistência Social, permitiu discutir o desafio da internação e do acolhimento institucional.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi de caráter qualitativo, entendendo que esta abordagem permitiu uma melhor compreensão do objeto de estudo (MINAYO, 1992) assim como, entender o significado individual e coletivo do fenômeno (TURATO, 2005) no cotidiano das equipes que atendem a PSR. Portanto, a abordagem qualitativa se tornou a mais adequada, considerando que o problema em questão foi a identificação das dificuldades vivenciadas pelos servidores públicos da Rede de Atenção Psicossocial, no atendimento e acompanhamento à População em Situação de Rua que apresenta transtornos mentais, no município de Limeira – SP e nele identificar dentro de muitos desafios, o desafio da internação e acolhimento a esta população.

A amostra foi composta por 10 (dez) servidores da Rede de Atenção Psicossocial do município de Limeira-SP, lotados no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD (7) e Ambulatório de Saúde Mental (3). Foi utilizado como critério para a escolha dos sujeitos, que estes tivessem experiência direta no trabalho com PSR e aceitassem participar da pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se o Grupo de Discussão (MEINERZ, 2011). O Grupo de Discussão além de permitir a identificação de dados ele promove o debate e a reflexão das equipes de saúde mental que atendem a PSR, ao mesmo tempo em que visa identificar a realidade vivida por estes servidores públicos em sua subjetividade, intencionalidade e significado (MINAYO, 2001).

As falas dos participantes dos grupos de discussão foram gravadas e, posteriormente transcritas e analisadas, através do método de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (1977), identificando-as falas que apontavam sobre a questão da internação e do acolhimento à PSR, como um desafio para as equipes de saúde mental.

Utilizar-se-á o termo “participante(s)” na transcrição das falas, como forma de preservar a identidade dos indivíduos, isto porque, não há como identificar individualmente os participantes nas narrativas, por se tratar de discussões coletivas.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas falas observa-se que ainda se mantem a visão sobre a internação vista como uma solução, mas no caso da PSR aparece como a único recurso que o profissional percebe para sua atuação de cuidado.

“[...] há também muitos embates, aquela visão da internação, como se só a internação fosse o único recurso pra cuidar dessas pessoas [em situação de rua]” (Participante(s)).

Quando se requisita a atuação da Rede de Atenção Psicossocial, espera-se que as respostas estejam atreladas, primeiramente à internação dos sujeitos que, habitualmente, não se enquadram a uma dada ‘norma social’, onde segundo Foucault (1996), a disciplina molda os corpos e os sujeita ao poder dominante, ou seja, o ato de internar é um ato de sujeitar os indivíduos. A internação, ainda que intersubjetivamente, é apontada na maioria das vezes como principal recurso para a ‘ressocialização’ dos indivíduos.

“Muitos vêm pra gente com essa fala. – Sim, muitos, quase todos. – Ah, vamos discutir o caso, vamos internar, sempre, sempre [...]” (Participante(s)).

“Acho que a dificuldade maior, quando a pessoa está num estado mais crítico, os profissionais da rede toda, pensam assim: ‘como a gente vai lidar com isso?’ ‘Ah, vamos internar’ – Eu acho que é cultural, é histórico, ficou feio, ‘tá’ difícil [...] – Vamos internar!” (Participante(s)).

Historicamente, as respostas à ‘loucura’ e aos desvios do comportamento humano, estiveram atreladas à segregação nas prisões, nos manicômios, distantes da comunidade: exclusão (CHERUBINI, 2006). Sob a ótica conservadora burguesa, tal questão deve ser minimizada a práticas que amenizem, controlem e não comprometam a ordem social vigente. “Os loucos, antes da fundação do hospício, se tranquilos, eram acolhidos pela sociedade e assim podiam circular livremente; porém, se agitados e agressivos, eram reclusos nas cadeias públicas” (ROSA; CAMPOS, 2013, p.311).

Há uma banalização dessa questão – tanto em relação aos transtornos mentais quanto ao uso abusivo de psicoativos. Para Silva (2009) a tendência é atribuir aos sujeitos a responsabilidade por tal condição, isentando a sociedade capitalista, da produção e reprodução do fenômeno e cabendo ao Estado a responsabilidade de enfrentá-los.

Araújo e Brito (2005) reforçam a posição do Estado em relação à loucura, tornando-a [...] “um problema de polícia, ligada à ordem dos indivíduos na cidade. Vagantes, sem trabalho, andarilhos sem rumo, pobres e loucos passam, indistintamente, a serem percebidos como perturbadores da ordem estabelecida” (p.94).

Não há, de fato, uma ruptura com as velhas práticas de institucionalização, elas apenas modernizaram-se, mas o foco das práticas disciplinares continua a tornar os homens domáveis (Foucault, 1996). O ato de institucionalizar ainda é um poderoso instrumento de manutenção de um poder dominante e que se mantém na intersubjetividade social como solução para problemas sociais “intratáveis”. Conforme Bisneto (2007, p.184) “As várias formas de exclusão social têm uma capacidade patogênica na subjetividade dos indivíduos”. O cotidiano exige respostas imediatas aos problemas imediatos, ainda que contrários a um novo projeto de sociedade. As equipes de saúde mental são chamadas na perspectiva de restabelecer a velha ordem.

[...] os processos de mudança social também convivem com elementos da velha ordem em processo de contestação, com seus protagonistas atuando no sentido de restabelecer a ordem ameaçada. Mudanças em processos culturais são mais morosos, alterando-se de maneira lenta. Há, conseqüentemente, não apenas resistência à mudança social, mas persistências, elementos de permanência, preservadores da ordem social” (ROSA; CAMPOS, 2013, p.320).

O campo da Reforma Psiquiátrica se configura como arena de constante embate e disputa, pois, enquanto há pressão política e social para o internamento dos indivíduos, há uma resistência dos agentes, que pautam seu trabalho na perspectiva da reforma psiquiátrica, em ceder ao retrocesso e à ameaça do passado. Porém, nem sempre é possível sustentar tal posição, devido à correlação de forças institucionais e sociais.

[...] mediante relações formais e contratuais, têm um código de apresentação aceito por todos. Percebe-se claramente, a exclusão dessa diferença, pois, além de ela se apresentar por meio de uma outra lógica e de sua inerente fragilidade, é percebida como ameaçadora, devendo, portanto, ser recolhida” (PAGOT, 2012, p.180).

A internação não é apenas uma ameaça, mas realidade cotidiana requisitada como principal recurso para o tratamento em Saúde Mental, conforme sustentado nas falas das equipes. Todavia, é reconhecido que não há efetividade em tal procedimento.

“[...] até mesmo dentro de uma internação a gente não consegue acompanhar, porque é uma instituição privada que presta esse serviço, então não conseguimos ter um acompanhamento diário para saber a evolução do paciente ou não” (Participante(s)).

Bisneto (2008) sustenta que é necessário “desospitalizar a loucura e desinstitucionalizar a hegemonia médico-psiquiátrica” (p.181), pois no tratamento mental em instituições manicomiais e psiquiátricas são ainda lançados vários recursos que recorrem a práticas violentas no tratamento.

O avanço do ideário neoliberal, com a restrição aos gastos sociais, tende a regredir os avanços conquistados e firmados pelo movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, em âmbito político-legal-institucional. No município de Limeira não é diferente, observado pelo pouco investimento político-financeiro em ações, serviços substitutivos e recursos humanos na área.

“O imperativo econômico está sempre atuando, pois nas instituições psiquiátricas do Estado a redução de custos de atendimento à população também força a introdução de uma racionalidade técnica econômica que busca submeter a concepção de tratamento do sofrimento mental a uma visão instrumental. Nos tempos de neoliberalismo e de redução de investimentos públicos na saúde esse quadro se radicaliza” (BISNETO, 2007, p.153).

O financiamento público em internações em instituições privadas reforça os retrocessos nesse campo, reportando a Saúde Mental à esfera privada e à nova ‘manicomização’ da questão social.

“As políticas neoliberais não estão realmente interessadas em diminuir os custos, mas sim, em garantir o lucro do empresariado e a manutenção do poder e da hegemonia. [...] O Movimento da Reforma Psiquiátrica e as assistências médica e social, assim como as políticas sociais nesses setores, vão se encaminhar para onde apontar a nova correlação de forças na sociedade brasileira.” (BISNETO, 2007, p.43).

O autor citado reforça que a redução dos gastos públicos no neoliberalismo é uma forma de acumular as riquezas aos estabelecimentos psiquiátricos e indústrias multinacionais. Acrescenta que mesmo diante esforços contrários a “mercantilização da loucura” permanece inalterada (p.63) e a assistência em saúde se torna um negócio lucrativo, como sempre fora, aos donos do capital.

Paradoxalmente, políticas neoliberais de desinvestimento em políticas sociais públicas em geral, induzem ao processo de desospitalização, já que a manutenção das instituições psiquiátricas convencionais constitui item de custo elevado para o Estado. Nessa modalidade, a tendência é gerar processos sem garantia de assistência na comunidade, provocando negligência social e aumento da população de rua, incluindo portadores de transtorno mental (VASCONCELOS, 2000, p. 21),

Mesmo em face da desinstitucionalização, não houve, de maneira relevante, uma política social e de saúde que pensasse sobre o sofrimento ou transtorno psíquico e o acolhimento da população em situação de rua, a qual foi crescendo de maneira expressiva nas grandes cidades do país nas últimas décadas, sendo também estigmatizada (LONDERO; CECCIM; BILIBIO, 2014).

O baixo investimento público em serviços substitutivos, força as equipes de saúde a recorrerem às velhas práticas, como resposta às demandas que se lhes apresentam. Atualmente há “mais portadores de transtornos mentais com problemas mais complexos e menos serviços, verbas e vagas na rede de saúde pública para atender aos demandantes” (BISNETO, 2007, p.184).

Discorrer sobre o campo da Saúde Mental, é ultrapassar os limites de uma cultura político-institucional-assistencial, pois esta não se reduz a boas práticas em saúde, mas converge aos interesses de acumulação de riqueza privada, financiadas pelo setor público. A cultura política da falência do Estado isenta-o de suas responsabilidades com a população e abre campo a novas formas de exploração das classes subalternas, mantendo-as desprotegidas socialmente e com suas demandas reprimidas.

A política de saúde é muito cara para o capital. As novas tecnologias e

medicamentos encarecem os serviços e os profissionais, fazendo com que, o Estado recorra à iniciativa privada para melhor aproveitamento de suas demandas, mantendo os serviços públicos em condições precárias, sem investimentos, fadando o trabalho das equipes profissionais ao imediatismo e fragmentação, culminando no retrocesso das ações. Segundo Vasconcelos (2008) o capitalismo periférico que constitui nossa sociedade empobrece as políticas sociais, tornando-as segmentadas e com forte perfil de exploração e desigualdade entre as classes sociais, excluindo a maioria da população do acesso aos bens materiais e serviços sociais básicos.

Nesse sentido, o Estado se coloca como principal reproduzidor das desigualdades sociais.

De um lado encontram-se os estudos que mostram que a assistência em saúde mental, sobretudo a de natureza público-estatal, tem uma clivagem preponderante de classe social. Ou seja, é destinada aos segmentos pobres e trabalhadores empobrecidos da população. Não se conduz para uma ação universal, pluriclassista e, conseqüentemente, pende para uma ação parametrada pela violação de direitos humanos, uma assistência pobre para os pobres (ROSA; CAMPOS, 2013, p.318).

Os participantes, em sua maioria, ancoram seus discursos em uma nova política que sustente os ideais do Movimento da Luta Antimanicomial. Apontam não serem favoráveis às internações como resposta aos transtornos mentais e apostam na redução de danos como política de minimização dos impactos quanto ao uso nocivo de psicoativos pelo público atendido. Retratam a necessidade de uma mudança na mentalidade social, política e intersetorial sobre a doença e o doente mental e/ou toxicômano.

“[...] falta é essa conscientização mesmo, da rede, com a coisa da redução de danos, é muito presente essa ideia da internação e isso é uma coisa que a gente não alcança também, ‘né’? [...] E se a gente conseguisse entender a importância da redução de danos, o quanto a gente poderia avançar nesse sentido juntos, com esse trabalho realizado por todos, [...], ajudaria resolver parte da problemática” (Participante(s)).

Nesse sentido, para o Ministério da Saúde, o processo de desinstitucionalização se dá através do tripé formado pelo Programa de Volta para Casa – PVC, junto ao Programa de Redução de Leitos Hospitalares de Longa Permanência e os Serviços Residenciais Terapêuticos – SRT (BRASIL, 2008).

Os participantes, mesmo contrários às internações, não mencionaram o acolhimento institucional na Política de Saúde. Tal dado é relevante, visto que as equipes, aparentemente têm um olhar voltado à doença – situação clínica do paciente – modelo biomédico. Os espaços de moradia, abrigo e residência, aparecem como responsabilidade da Política de Assistência Social e/ou da família do assistido.

“Muitas vezes a gente trabalha as famílias aqui. No intuito de que eles deem suporte pra pessoa lá na casa. A casa em que esse pessoal de rua mora, seria a família que teria que dar esse suporte também, e muitas vezes isso não acontece” (Participante(s)).

“A gente acaba fazendo o que dá pra fazer, ‘né’? – Não tudo o que poderia fazer. – O acompanhamento total dele, mas a gente faz o que dá pra fazer. Muitas vezes a gente ‘vê ele’ deteriorando, ele caindo, e a gente não consegue segurar. Às vezes acontece, ele tá na rua, aí melhora um pouquinho, a gente consegue acompanhar, aí ele vai pra casa do morador¹, aí tem toda uma estrutura pra ele recair de novo, mas mesmo assim ele consegue ficar um tempo, aí ele vem vindo, até ele perder de novo a casa do morador, aí ele perde, volta pra rua, recaí tudo de novo, vai tudo pra baixo de novo e daí ele vem voltando outra vez. Então o círculo é esse” (Participante(s)).

Furtado (2010) ao estudar os SRT do Sistema Único de Saúde – SUS concluiu que as mentalidades em relação à ‘loucura’ e a implicação dos gestores municipais, determinariam os entraves para a expansão desses serviços no país. O autor descreve a clientela-alvo desses serviços, com predominância aos chamados “moradores” dos Hospitais Psiquiátricos – pacientes de longas internações – aos quais a PSR não é contemplada.

Serviços de acolhimento institucional como o Centro de Atenção Psicossocial – CAPSIII, o Centro de Convivência, a Unidade de Acolhimento e o SRT não fazem parte dos equipamentos públicos de saúde no município de Limeira. O não reconhecimento dessa população aos serviços de acolhimento de saúde os mantém “desterritorializados” no rol das políticas públicas dessa área.

A falta de referência domiciliar e institucional desse grupo social mostra o lugar dos ‘sem lugar’ – a rua. Logo, pensar ações para além dos muros institucionais, é uma tarefa complexa aos trabalhadores e à gestão municipal. A garantia de acesso aos serviços de saúde, no processo de organização e implantação do SUS, representa uma das grandes preocupações e desafios postos aos gestores públicos (JÚNIOR *et al.*, 2010).

Alguns discursos apontam a situação de rua como uma escolha individual e não como uma contingência. Por se reportar essa problemática social à esfera individual, as ações se tornam, por vezes, fragmentadas. Os gestores não a enxergam como prioridade em investimento de recursos, e os indivíduos não recebem o cuidado integral que necessitam, desmembrando suas demandas entre as várias políticas públicas, sem um lugar específico entre elas.

“Acho que a parceria, entre saúde e CEPROSOM², precisaria ser melhor firmada, a gente faz essa parceria, mas aqui em baixo. A gente faz aqui com a casa do morador, entre nós, a gente acolhe eles, eles acolhem a gente quando precisam. Existe essa parceria aqui, mas fora isso, não tem uma política maior, entre os gestores. Até a educação poderia estar envolvida nisso [...]” (Participante(s)).

As equipes parecem não serem desafiadas a pensarem o acolhimento institucional, numa perspectiva emancipatória, comunitária e ampliada, em saúde para essa população, pois a constituição dos serviços não os incluiu. O acesso desse

1 Abrigo Institucional da Política de Assistência Social.

2 Centro de Promoção Social Municipal. Autarquia gestora da Política Municipal de Assistência Social.

grupo social fica restrito, esperando que outras políticas resolvam o problema social da moradia e a saúde se ocupe apenas da atenção às doenças/comorbidades.

Araújo; Brito (2005) apontam que a saúde física e psíquica da PSR se agrava conforme o tempo em que permanecem nesta condição. Os autores apostam na integração das equipes intersetoriais, citando ações bem-sucedidas nas abordagens sociais realizadas no município de Belo Horizonte-MG.

A PSR resiste, muitas vezes, a sintomas aparentes e, quando buscam por atendimento na rede pública de saúde, estão com várias doenças associadas, não resistindo sozinhos ao sofrimento provocado pelas enfermidades (BORYSOW; FURTADO, 2013).

A demanda somente terá visibilidade, se um conjunto de atores se ocuparem dela, tanto pelos órgãos governamentais quanto sociedade civil/comunidade (PAGOT, 2012). “Isso envolve a criação e ampliação de serviços de atenção, aliada a uma dose de invenção, transformando as práticas de diversos agentes sociais” (ARAÚJO; BRITO, 2005, p.100).

A luta pela desinstitucionalização é um dos pilares da Reforma Psiquiátrica no Brasil (FURTADO; CAMPOS, 2005). Institucionalizar essa população em abrigos, albergues ou qualquer outra instituição que restrinja sua liberdade e autonomia, é estabelecer novas formas de ‘manicomização’ dos corpos. As instituições não são “meras formas organizativas e operacionais da sociedade, são também aparelhos econômicos, políticos ou ideológicos, que podem conduzir à exploração, à dominação e à mistificação” (BISNETO, 2007, p.65).

Qualquer instituição que segregue, aliene e não inclua os indivíduos, estará contribuindo para a dependência e atrofia social destes. Nesse sentido, conforme aponta Neto; Amarante (2013) a “abolição dos tratamentos de cunho manicomial estão longe de serem alcançados em sua plenitude” (p.968).

Furtado; Campos (2005) consideram que a Reforma Psiquiátrica somente poderá avançar, se os profissionais possuírem uma postura profundamente “distinta do modelo anterior” e isso ultrapassa a “simples implementação de novos (e mais) serviços” (p.113).

É necessário estabelecer um novo referencial que represente um novo paradigma do cuidar (FURTADO; CAMPOS, 2005). Repensar a rua como território, a reprodução social dos sujeitos, os vínculos de pertencimento, os projetos singulares e a desinstitucionalização em seu sentido mais amplo.

Nessa direção, o Acompanhamento Terapêutico – AT aparece como instrumento de integração de projetos assistenciais, como forma de nortear “a construção de novas práticas e serviços em saúde mental” centrados na atenção psicossocial (NETO; AMARANTE, 2013, p.965). Para os autores o AT constitui uma estratégia e um espaço clínico que estabelece laços do indivíduo (paciente) com a comunidade, sendo acompanhado em seu território (domicílio) por um profissional de referência que o auxiliará na reconstrução de laços sociais. Este acompanhante terapêutico entendido

como “um agente que permite novas formas de sociabilidade apoiadas na interação dialógica, desenvolvendo posicionamentos que saem da interdição, para assumirem a interlocução, o livre trânsito e para reposicionar os sujeitos dentro da dimensão subjetiva, sociocultural e histórica” (NETO; AMARANTE, p.967).

Furtado; Campos fazem uma nítida distinção do conceito de Clínica e Saúde Mental, sendo que,

“[...] a clínica, por um lado, diz respeito ao caso tomado em sua singularidade. A saúde mental, por outro, diz respeito às ações políticas e eticamente orientadas, só que referida a uma singularidade não individual, à singularidade de um certo grupo. Melhor dizendo, a saúde mental diz respeito às especificidades de um grupo social portador de um traço comum (no caso, a “loucura” e a exclusão social)” (2005, p.116).

Quando a compreensão sobre os determinantes sociais se associam à “existência sofrimento”, o “foco da atenção dos profissionais de saúde mental se amplia para além dos sintomas e dos medicamentos, para outras dimensões sociais da vida” (ROSA; CAMPOS, 2013, p.313).

O conceito de *Clínica Ampliada* é a convergência do que se entende por clínica e saúde mental, [...] “a clínica vem nos dizer que existe um sujeito no indivíduo que está no mundo. A saúde mental vem nos lembrar das determinações sociais, políticas e ideológicas que o envolvem nesse mesmo mundo” (ROSA; CAMPOS, p.116).

Portanto, o trabalho com a PSR com transtornos mentais,

“[...] exige atenção e atendimento prioritários, já que a doença lhes usurpou de uma condição de existência digna, a qual não buscam pelo grau extremo de fragilidade psíquica em que se encontram. Assim, se ninguém os buscar para tentar ‘construir uma ponte’ para sua inserção social na comunidade, por meio de tratamento específico nos Caps, permanecerão na rua indefinidamente não por livre escolha, mas por contingência” (PAGOT, 2012, p.125).

4 | CONCLUSÕES

O desafio da internação e do acolhimento institucional aparece mais como um entrave posto aos agentes governamentais pelas demandas da sociedade e de políticos, do que dá própria PSR. Portanto, para que a Reforma Psiquiátrica avance é necessário,

“[...] a construção de um amplo espectro de cuidados para sustentar a existência de pessoas/usuários/pacientes que, sem isso, estariam condenados a perambular pelas ruas abandonados, ou a vegetar em manicômios em longas internações. Foram criados serviços capazes de ser uma referência institucional permanente de cuidados (os CAPS), serviços residenciais terapêuticos e outros serviços ambulatoriais de referência” (PITTA, 2011, p.4588).

O reconhecimento desse grupo social deve extrapolar as formas constituídas e estabelecidas pelas “instituições totais”. É necessário repensar os novos conceitos e as ‘novas’ formas de institucionalização, seja no CAPS, no Hospital, na Clínica, no

Abrigo, na família, etc.

Quais os novos “manicômios” estamos criando para essa população? Qual o resultado dessa negação e alienação mental e corporal? Somente através do estabelecimento de uma nova cultura social, será possível, avançar para o próximo passo, ou as práticas em saúde mental, se reduzirão novamente, aos muros das instituições disciplinadoras de controle e poder sobre os corpos, bem como, a medicalização e exclusão da questão social.

Por fim, é fundamental compreender a importância da Rede de Atenção Psicossocial no desenvolvimento de uma nova mentalidade sobre a doença, o doente e o cuidado integral. Tais serviços representam as conquistas no campo da saúde mental, e são os implementadores dessa política pública, principais agentes de ação, que tencionarão rumo às mudanças em curso, ainda que sob ameaça de retrocessos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. M. C. **Loucos nas ruas**: um estudo sobre o atendimento à população de rua adulta em sofrimento psíquico na cidade do Recife. 2009, 139 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/444.%20loucos%20nas%20ruas%20de%20recife.pdf>. Acesso em 05 jan. 2019.

ARAÚJO, J. N.G. de; BRITO, M. M. M. Loucos pela rua: escolha ou contingência? **Cronos**, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 93-101, jan./dez. 2004/2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/viewFile/3235/2625>>. Acesso em 10 mai. 2019.

ARISTIDES, J.L.; LIMA, J.V.C. Processo saúde-doença da população em situação de rua da cidade de Londrina: aspectos do viver e do adoecer. **Rev. Espaço para a Saúde**, v.10, n.2, p.43-52, jun. 2009. Disponível em: <[http://ww.ccs.uel.br/espacopara saúde/v10n2/Artigo7.pdf](http://ww.ccs.uel.br/espacopara%20saude/v10n2/Artigo7.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4 ed., Lisboa: Edições 70, 1977.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental**: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.

BORYSOW, I.C. **Assistência Social e Saúde**: acesso de pessoas em situação de rua aos serviços de saúde mental. In: Congresso Brasileiro de Saúde Mental, 31, 2012, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: ABRASME, 2012, no prelo.

BORYSOW, I. C.; FURTADO, J. P. Acesso e intersectorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 33-50, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Mostra Fotográfica Programa de Volta para Casa**: cartilha de monitoria. Brasília: 2008. 32p.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde Mental e Atenção Básica**: O vínculo e o diálogo necessários. Boletim do nº01/03 da Coordenação de Saúde Mental e Coordenação de Gestão da Atenção Básica, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde mental e Atenção Básica: o vínculo e o diálogo necessários**. Brasília: 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FURTADO, J. P.; CAMPOS, R. O. A transposição das políticas de saúde mental no Brasil para a prática nos novos serviços. Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. VIII, núm. 1. São Paulo: 2005. p. 109-122. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017514011>>. Acesso em 11 jan. 2019.

FURTADO, J.P. et al. Inserção social e habitação: um caminho para a avaliação da situação de moradia de portadores de transtorno mental grave no Brasil. **Interface**. Botucatu, v.14, n.33, p.389-400, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000200012&lng=en>. Acesso em: 13 jan. 2019.

JÚNIOR, N. C., *et al.* A Estratégia Saúde da Família para a Equidade de Acesso Dirigida à População em Situação de Rua em Grandes Centros Urbanos. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.3, p.709-716, 2010.

LONDERO, Mário Francis Petry; CECCIM, Ricardo Burg; BILIBIO, Luiz Fernando Silva. Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. 49, p. 251-260, Junho 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000200251&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jan. 2019.

MEINERZ, Carla Beatriz. Grupos de Discussão: uma opção metodológica na pesquisa em educação. **Educação & Realidade**, vol. 36, núm. 2, maio-agosto, 2011, pp. 485-504 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227057003>> Acesso em 01 fev. 2019.

NETO, Manoel de Lima Acioli; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. O acompanhamento terapêutico como estratégia de cuidado na atenção psicossocial. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 33, n. 4, p. 964-975, 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Jan. 2019.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana. Clínica: a palavra negada – sobre as práticas clínicas nos serviços substitutivos de saúde mental. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 58, p. 98-111, maio-ago/2001.

PAGOT, Maria Ângela. **O louco, a rua, a comunidade**: as relações da cidade com a loucura em situação de rua. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

PITTA, A. M. F. **O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje?** In A. M. F. Pitta (Org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. 2 ed. P. 19-26. São Paulo: Hucitec, 2001.

ROSA, L. C. dos S.; CAMPOS, R.T. O. Saúde mental e classe social: CAPS, um serviço de classe e interclasses. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 114, p. 311-331, abr./jun. 2013.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015.

SILVA, Marta Borba. **O “Louco de Rua” e a Seguridade Social em Porto Alegre**: da (in)visibilidade social à cidadania? Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.13, n. 1, p. 56-69, Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902004000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2019.

VASCONCELOS, E. M. de. Reinvenção da Cidadania no Campo da Saúde Mental e Estratégia Política no Movimento de Usuários. In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). **Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. (Org.) **Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.

INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS E ACOMPANHANTES SOBRE OS SEUS DIREITOS E DEVERES E OS SERVIÇOS OFERECIDOS DENTRO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

Lavinha Soares Santos

Faculdade Excelência, Maranguape- Ceara

RESUMO: Tem como objetivo apresentar a informação junto aos usuários e acompanhantes sobre os seus direitos e deveres e os serviços oferecidos dentro da Unidade de Pronto Atendimento-UPA do município de Maranguape apresentando a população a importância de conhecer sobre seus direitos e o desenvolvimento de sua cidadania e o trabalho do assistente social na saúde e na UPA. Assim como sua contribuição destacando a importância da informação em saúde para os usuários da saúde.

PALAVRAS-CHAVES: informação; saúde; serviço social.

INFORMATION TO USERS AND ACCOMPANYERS ABOUT YOUR RIGHTS AND DUTIES AND THE SERVICES OFFERED WITHIN THE UNIT OF READY SERVICE

ABSTRACT: Its purpose is to work with users and caregivers on their rights and duties and the services offered within the Emergency Care Unit-UPA of the municipality of Maranguape presenting the population the importance of knowing about their rights and the development

of their citizenship and the work of the social worker in health and in the UPA. As well as their contribution highlighting the importance of health information for health users.

KEYWORDS: information; Cheers; social service

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo foi resultado de um projeto de intervenção aplicado na Unidade de Pronto Atendimento do município de Maranguape. A unidade funciona em regime de 24 horas e atende casos de urgência e emergência clínica que são organizados de acordo com a classificação de risco.

Buscando apresentar e informar aos usuários e acompanhantes sobre os seus direitos e deveres e os serviços oferecidos dentro da Unidade de Pronto Atendimento buscando a ampliação dos direitos e a efetivação plena da cidadania. Apresentando, contudo a população atendida sobre saúde como direito e informação referentes às rotinas institucionais da Unidade, informações sobre os direitos sociais e o direito a saúde.

2 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica, documental e quantitativa, com cartilha informativa. Através da abordagem direta houve a aplicação de questionário aos usuários que estava como paciente ou acompanhante.

3 | REFERENCIAL TEORICO

A saúde como um direito garantido por lei garanti o acesso universal de todos sem distinção ou qualquer outra forma de preconceito como um direito social apresentado no artigo 6°. Assim como também dispõe direitos e deveres que cabem a todos os cidadãos em exercício pleno de sua cidadania.

O usuário no âmbito da saúde deve ser tratado na sua integralidade trabalhando o todo enquanto usuário. A informação é tida como um mecanismo que possibilita que o mesmo tenha conhecimento sobre a realidade em que se encontra. Com essa facilidade o diálogo entre equipe profissional e usuário é mais presente e determinante no processo de saúde.

Na saúde a informação ela fundamental uma vez que a mesma contribuir para a garantia da prevenção e possibilita também que esse mesmo usuário trabalhe no desenvolvimento de seu bem estar e assim poderá vir contribuir para o bem estar do que estão ao seu redor.

Como uma conquista do povo a saúde pública no Brasil é resultado da luta de pessoas que reivindicavam por uma saúde que fosse do acesso de todos um direito para toda a população que não estivesse limitado a saúde/ doença que estivesse para atender as necessidades e complexidades de todos os casos. Fruto de todo esse processo a sociedade civil tem seus direitos e deveres também um desses deveres é acompanhar como a política de saúde está sendo desenvolvida essa participação se dá nas conferências de saúde onde exigir que os usuários possam participar e melhor determinar como desenvolver a saúde em sua região.

A política pública de saúde tem encontrado notórias dificuldades para sua efetivação, como a desigualdade de acesso da população aos serviços de saúde, o desafio de construção de práticas baseadas na integralidade, os dilemas para alcançar a equidade no financiamento do setor, os avanços e recuos nas experiências de controle social, a falta de articulação entre os movimentos sociais, entre outras. Todas essas questões são exemplos de que a construção e consolidação dos princípios da Reforma Sanitária permanecem como desafios fundamentais na agenda contemporânea da política de saúde. (CFESS, 2010, p. 21)

Embora alguns desafios são encontrados no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS nos dias de hoje a saúde ganhou várias significâncias trabalhando cada vez mais com a participação do usuário trabalhando a informação e a tornando cada vez mais acessível.

Nas unidades ou equipamentos de saúde é de extrema importância um espaço

em que o usuário possa colher algum tipo de informação assim como um espaço que lhe proporcione conhecimento sobre seus direitos sociais assim como o direito a saúde e a sua participação e contribuição para efetivação do SUS.

O serviço social na saúde apresenta diversas contribuições sobre o agir do assistente social e com relacionado com o código de ética da profissão princípios que visam a busca da garantia e a efetivação dos direitos e traz consigo diversos instrumentos que possibilita que o profissional se desenvolva enquanto uma profissão necessária também para estar presente nos equipamentos de saúde.

Os assistentes sociais na saúde atuam em quatro grandes eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional. A partir do exposto, se explicitará as principais ações desenvolvidas pelo assistente social nesses quatro eixos. Importante destacar que esses eixos não devem ser compreendidos de forma segmentada, mas articulados dentro de uma concepção de totalidade. (CFESS, 2010, p.41)

Na Unidade de Pronto Atendimento- UPA o assistente social busca desenvolver seu trabalho com comunicação plena com os demais profissionais e também com os usuários garantindo que o atendimento seja sem nenhum tipo de discriminação viabilizando atendimento integral e dentro das condutas estabelecidas pela Unidade.

Uma outra parte fundamental do trabalho do assistente social é abordagem aos usuários sobre seus direitos e da consciência crítica e reflexiva sobre cada um deles e como eles podem agir.

As ações socioeducativas e/ou educação em saúde não devem pautar-se pelo fornecimento de informações e/ou esclarecimentos que levem a simples adesão do usuário, reforçando a perspectiva de subalternização e controle dos mesmos. Devem ter como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura e enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas. (CFESS,2010, p.55)

O trabalho em rede também é desenvolvido dentro da Unidade buscando melhor resultado para os casos que necessitam de uma abordagem com a contribuição de outros profissionais. A Comunicação possibilita agilidade nos processos com os demais profissionais e com os usuários, quando se fala em saúde cada tempo que passa é determinante para a vida daquele paciente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levantar considerações sobre a importância do conhecimento sobre o que são direitos e deveres é apresentar ao mesmo tempo a diferença entre ambos e que eles são essenciais para que o usuário possa gozar e plenamente. Dentro das necessidades apresentadas a falta de conhecimento foi a que esteve mais presente nos usuários entrevistados.

De acordo com a pesquisa para o alcance desse artigo dentre os usuários

entrevistados em condição de paciente ou acompanhante cerca de 75% deles não tinham conhecimento sobre o mínimo de seus direitos e deveres. O que trouxe uma presente realidade tida na unidade e que era cada vez mais frequente.

Na unidade de pronto atendimento o assistente social é solicitado pelos usuários na maioria das vezes para orientar e esclarecer sobre que atitudes tomar e como prosseguir. A necessidade de orientar perpassa de uma simples orientação que leva a esse usuário como ele mesmo pode prosseguir até como a efetivação de seus direitos e deveres no âmbito da saúde.

REFERÊNCIAS

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília, 2010. Disponível em: Acesso em: 18 de dezembro de 2015.

MARINA, Monteiro. LEDA, Maria. Trabalho em saúde: desafios contemporâneos para o serviço social. Disponível em: Revistaseletronicas.pucrs.br. Acesso em: 14/12/15.

SODRÉ, Francis. Serviço social e o campo de saúde. Para além de plantões e encaminhamentos. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 14/12/15.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA MANIFESTAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”

Monica Pereira

Assistente social em Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits de Francisco Beltrão - PR, docente em Serviço Social UNIOESTE - campus de Francisco Beltrão - PR, especialista em saúde mental. Mestre em Serviço Social pela UNIOESTE - campus de Toledo - PR, e-mail: pereiramonica22@yahoo.com.br.

RESUMO: Este trabalho analisa aspectos da contradição inerente ao modo de produção capitalista no Brasil, com destaque à “questão social” e suas expressões rurais e urbanas, especialmente atentando para a questão agrária, fruto das relações sociais de produção. Neste trabalho optou-se pela pesquisa de caráter bibliográfico. Dessa forma, a pesquisa propõe o diálogo acerca da questão agrária expressa na relação capital x trabalho e a ação do Estado através da implementação de políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: “questão social”; questão agrária; capitalismo

ABSTRACT: This paper analyzes aspects of the contradiction inherent in the capitalist mode of production in Brazil, with emphasis on “social issues” and their rural and urban expressions, especially paying attention to the agrarian question, the result of the social

relations of production. In this work we opted for bibliographical character research. In this way, the research proposes dialogue about the agrarian issue expressed in capital ratio x work and the action of the State through the implementation of social policies.

KEYWORDS: “social question”; agrarian issue; capitalism

1 | INTRODUÇÃO

A “questão social” emerge da contradição capital X trabalho, sendo essa uma categoria expressa no âmbito do modo de produção capitalista de produção. Contradição esta fundada na produção e expropriação da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores e expropriada pelos capitalistas. O trabalhador vende sua força de trabalho como meio de garantir sua sobrevivência e cresce então, o interesse dos capitalistas por extrair cada vez mais trabalho de cada vez menos trabalhadores. “Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida”. (NETTO, 2001, p. 42-43).

Partindo desse pressuposto, têm-se que,

a “questão social” assume cotidianamente diversas expressões, expressões as quais são vivenciadas diariamente pelos seres sociais, elas se evidenciam com formas sociais que encobrem a exploração. As desigualdades se apresentam como “normais”, “naturais”, destituídas de conflitos e contradições. Um exemplo é a problemática da questão agrária.

Nesses termos, o objetivo deste artigo é descrever a trajetória da questão agrária enquanto expressão da “questão social”, compreender o processo no qual ela se manifesta, em uma lógica contraditória, a lógica do capital.

Para compreendermos esse processo recorreremos ao contexto histórico da questão agrária no Brasil, que fora marcado por um profundo crescimento e desenvolvimento econômico, além de uma crescente desigualdade, problema este característico do modo de produção capitalista, que para Martins, 1997, está fundamentalmente baseado na perspectiva de mercado, é uma sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir, tudo deve ser lançado ao mercado, a lógica do capitalismo é “o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria”. (MARTINS, 1997, p. 30).

Ainda sob a perspectiva mercadológica o autor destaca que os camponeses tiveram de ser desenraizados, haja vista a necessidade da exploração da mão de obra, o capital precisava de trabalhadores, de operários assalariados, de vendedores da força de trabalho, ou seja, como donos da mercadoria. Esse trabalho deveria seguir o ritmo e a lógica própria do capital. “O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos”. (MARTINS, 1997, p. 32). Nesse processo que a questão agrária começa a se definir, quando o Estado brasileiro, no século XIX, pressionado pelas elites, e pelas grandes potências queriam expandir o mercado. Sendo assim, pretende-se a partir do conhecimento produzido sobre a temática, colocar em debate a questão agrária, levantar questionamentos e proposições na busca por transformação social.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Sant’Anna, 2012, a questão agrária expressa os mais diferentes conflitos decorrentes do uso da terra e/ou da relação capital trabalho advinda das relações capitalistas de produção, sendo esta categorizada no modelo agrário vigente. Para melhor compreendermos essa relação é necessário contextualizarmos a questão agrária como uma das expressões da “questão social” e retratarmos o processo histórico que a envolve. “Questão social” .

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a

Em Netto (2001, p. 42), “questão social” é uma expressão do século XIX, surgida na Europa, advinda das manifestações de miséria e pobreza provenientes da exploração da sociedade capitalista com o desenvolvimento da industrialização.

Ainda de acordo com o autor, a expressão “questão social” tem história recente, seu emprego data cerca de cento e setenta anos. Começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político.

As expressões geradas pela “questão social” decorrem das variadas dimensões das relações de poder de produção e de reprodução social acompanhadas por uma concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos, aqueles que fazem parte de classes e setores dominantes que produzem e generalizam a pobreza dos trabalhadores.

A “questão social” no Brasil aparece no final do século XIX, quando ocorreu a transição da mão-de-obra escrava para a assalariada, assinalando, desse modo, os primórdios da industrialização, a emergência do capital no país, do operariado e da fração industrial da burguesia.

Em relação à população rural, o que se pode perceber é que ela está intrinsecamente envolvida neste processo de acumulação, que pressupõe necessariamente a existência de um exército industrial de reserva para a garantia da sua produção e reprodução. A expulsão de grandes parcelas de trabalhadores do campo tornou-se necessária para a garantia de mão de obra disponível à expansão da produção capitalista na zona urbana, condicionando assim um intenso processo de pauperização do campesinato.

Para Martins, 1997, p.50, existe uma explicação lógica para essa realidade, ele relata que a expansão da tecnologia que atingiu o campo, fez com que a necessidade de mão-de-obra se limitasse para apenas momentos específicos do processo de trabalho agrícola, mesmo as pastagens que não são modernizadas reduziram drasticamente a demanda de trabalhadores. O autor destaca que durante um tempo essa mão-de-obra excedente pôde ser absorvida por alguns setores da indústria, aqueles que não demandam de qualificação, porém esses mesmos setores com o tempo acabaram se modernizando ou mesmo desaparecendo, havendo dificuldades de realocação dessa população que agora se configurava como uma população miserável no campo e na cidade.

A partir do exposto tem-se que à questão agrária se constitui como um desdobramento de expressões da “questão social”, já que esta compreende as relações de poder da correlação de forças entre sujeitos antagônicos com interesses e perspectivas diferentes no que concerne a propriedade da terra, que pressupõe basicamente a pauperização da classe trabalhadora do campo.

Ela nasce da contradição estrutural do capitalismo, que produz a concentração

da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria concomitantemente. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que acumulava a capacidade social de produzir riquezas”. (NETTO, 2001, p. 42). Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. “Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital”. (MARTINS, 1981, p. 175).

A questão agrária é característica do mundo contemporâneo. Ela surge com o desenvolvimento do capitalismo. Antes não existia a questão agrária. Ela surge em consequência do obstáculo que a propriedade territorial e o pagamento da renda da terra ao proprietário representa para a reprodução ampliada do capital e a acumulação capitalista na agricultura. No nosso caso, surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário da terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército industrial de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e acumulação. (MARTINS, José de Souza, 1997, p.61).

A partir deste contexto que reflete a saída do campesinato para a cidade, o uso de tecnologias que por sua vez dispensavam a mão-de-obra do trabalhador rural, pode-se afirmar que o êxodo rural foi responsável pelo aumento das populações nas zonas urbanas, e com ele o agravamento das expressões da “questão social” nestes centros. No campo por sua vez, a penetração do capitalismo trazia como consequência a concentração fundiária em grandes propriedades, a monocultura, a penetração de tecnologia que dispensava a mão-de-obra, redundando no crescente desemprego rural e na pauperização da população (SOUZA, 2003, *apud*, KRAEMER, Luciane, p.22).

Esse momento caracterizava-se por apontar significativas transformações econômicas, sociais e políticas, apresentando mudanças na sociedade brasileira. De acordo com Osterne (1986, p. 27), registra-se nesse espaço de tempo um acelerado processo de urbanização ocasionado pela aglutinação de grandes contingentes de força de trabalho. Desse modo, a massa trabalhadora passa a habitar nas grandes cidades, em busca de atendimento às suas necessidades básicas, submetendo-se assim à exploração da sua força de trabalho em troca de salários miseráveis, resultando na precarização das condições de vida. O Estado vê-se, então, obrigado a assumir a tutela sobre elas implantando políticas sociais¹ com o objetivo de responder aos anseios da classe trabalhadora além dos anseios do empresariado.

A partir do reconhecimento da “questão social” pelo Estado, ampliaram-se suas funções: ele passou a administrar e gerir os conflitos de classes não apenas via estratégias repressoras ou coercitivas. O Estado, no processo de mediações das tensões apresentadas no cotidiano das relações capital e trabalho, tomam como centralidade a política sócio-assistencial que se efetiva através de prestação de serviços sociais.

1 “A política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias, sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social, compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pôde existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX.” (VIEIRA, 1992, p. 19).

Perturbada pelas ações das classes pró-conservação, pró-mudança ou emancipação, deixou a ilegalidade após os anos 1930 passando a ser reconhecida no pensamento político sob postulados liberais e democratas como “questão de política”. Como problemática nova, surgida nas frestas das relações entre capital e trabalho no processo de industrialização e, sob o padrão de substituição de importações, a “questão social” desponta como expressão das contradições que não mais poderiam ser subtraídas ou combatidas pela polícia. (ARCOVARDE, 1999, p.76).

Para Cerqueira Filho, 1982, “[...] O problema será tratado por novos aparelhos de Estado e a ‘questão social’ será reconhecida como legítima”. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 75). Ou seja, nesse período, a repressão policial não será maior, pois haverá outros meios de se obter o controle social. De acordo com o mesmo autor, ela já não mais se filtrava pelas frestas de uma relação bem construída, senão por uma relação que se desfazia. Nesse sentido, empresários e importadores teriam que ir em busca de novas formas de descobrir e reconstruir.

Nesse cenário encontra-se a luta pela reforma agrária que de acordo com Pinto; Polinski, 2009, foram inúmeros posicionamentos por parte dos governantes a fim de resolver a questão de distribuição de terras. Porém, todos em vão, visto que esses tomavam outras direções, que por sua vez atribuiu ao Estado o papel principal no processo econômico, mas não interveio na ordem agrária, um exemplo tratado pelas autoras é a revolução de 1930, que teve seu impulso ao processo de industrialização e reconheceu direitos legais apenas aos trabalhadores urbanos,

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil redemocratizou-se e a questão agrária começou, então, a ser discutida com ênfase e tida como um obstáculo ao desenvolvimento do país. No meio rural ocorreram tentativas governamentais de alteração da estrutura fundiária. Em janeiro de 1945, os protestos começaram a se avolumar, uma nova situação se coloca no país, pois mediante a um processo eleitoral, voltou-se ao regime democrático. Isso até 1964, momento esse em que ocorreu o Golpe Militar.

No período que correspondente a 1946/1964, estava impregnado no Brasil o discurso político populista², “[...] trata-se de um discurso apoiado na teoria da integração social (ocultando os conflitos entre capital e trabalho) e no paternalismo (autoritarismo mais sistema do “favor””. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 149).

2 “[...] Segundo Weffort (1978, p. 69), os componentes fundamentais do populismo enquanto projeto ideológico pode ser resumido em três: 1º) ‘personalização do poder’. Temos aqui a manifestação especificamente política do autoritarismo (tanto ao nível institucional quanto ao nível do discurso). 2º) ‘a imagem (meio real e meio mítica) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade’. Manifesta-se dessa forma a dicotomia entre Estado/massa e além disso temos presente as questões estruturais para a emergência de um discurso político cujos apelos se dirigem à sociedade como um todo com base num conjunto de idéias-simbólicas que ocultam as formas objetivas de dominação burguesa. 3º) ‘a necessidade de participação das massas populares urbanas’. Como tal participação não se dá na linha de um projeto político autônomo dos setores populares, abre-se espaço para as relações de dependência e submissão dos setores populares face aos setores burgueses e para a existência de um discurso fundado no ‘favor’ e na ‘doação’.” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 149).

Nesse sentido, tem-se que não se pode opor populismo ao autoritarismo, pois tanto quanto o autoritarismo, o populismo é um estilo de política em que o Estado aparece como figura de grande importância. Ele vai moldar o projeto desenvolvimentista desde a burguesia industrial até as grandes massas populares.

O crescimento da população operária nas décadas de 1950 e 1960 aponta para a direção de um novo papel reservado à classe operária no jogo político, principalmente na influência eleitoral potencial.

Ainda na década de 50 conforme Martins, 1997, começa a haver uma espécie de revolução tecnológica no campo. Esse novo modo de produzir foi fortemente estimulado pelo governo através de subsídios bancários, na tentativa de substituir os cafezais por outros cultivos. O autor atenta para o fato de que, houve uma expulsão dos colonos residentes nas fazendas de café, ou seja, mais que a introdução da tecnologia, houve também a expulsão dos moradores deste espaço. Os trabalhadores agora se tornam trabalhadores assalariados.

Ali, não houve uma mudança tecnológica significativa, mas houve a expulsão dos moradores das fazendas como uma forma de recuperar as terras que os trabalhadores usavam para produzir seus próprios alimentos. Os proprietários passaram a dar um destino diretamente rentável a essas terras. (MARTINS, José de Souza, 1997, p. 71).

Neste período começam a se unir diferentes formas de conflitos presentes no campo brasileiro por intermédio de uma linguagem comum. Apesar disso, o debate conseguiu maior destaque apenas no início da década de 60 com a chamada participação popular. Esse processo se deu graças à crescente disseminação das ideias do Partido Comunista do Brasil, o PCB, o qual foi o primeiro partido a organizar trabalhadores rurais, parceiros, arrendatários e outras categorias de pequenos produtores com fins de Reforma Agrária (POLINSKI, Cláudia. A. PINTO, Larissa. B. s/p. 2009).

Nesse espaço de tempo, com a ampliação da participação popular obteve-se a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural - 1962, regulando as relações de trabalho no campo. Posteriormente o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 foi revogado pela Lei Federal 5.889 de 08 de junho de 1973, atualizando os direitos dos trabalhadores rurais e condição de igualdade com os trabalhadores urbanos, seja em relação ao fundo de garantia, previdência social bem como outros direitos depois recebidos e assegurados pela Constituição Federal.

No período correspondente a 1946-1964 nota-se que o discurso dominante perante a “questão social” é percebido como tendo um caráter tutelar, no qual se ressalta o controle estrito que as classes dominantes mantiveram sobre os setores dominados.

Segundo Osterne (1986, p. 30), tendo o Estado como uma expressão dos grupos

dominantes implanta-se no país com o Golpe de 1964³: “[...] um governo autoritário que, por intermédio de mecanismos legislativos e institucionais, estabelece estratégias (revestidas de ideologia de modernização) necessárias para a nova ordem de expansão capitalista [...]”. Diante desse contexto histórico valorizam-se os efeitos repressivos da sua atuação em detrimento dos efeitos ideológicos.

A partir de 1964, adota-se a ideologia da modernização⁴, deixando-se de lado a ideologia desenvolvimentista. As multinacionais se proliferam e institucionaliza-se a repressão, além do uso das políticas sociais como forma de controle da sociedade civil.

Um período caracterizado por grandes modificações, onde houve a participação do capital e da tecnologia estrangeira, acarretando um acelerado crescimento da economia, designado na época como sendo o “milagre brasileiro”⁵, pois “a economia cresceu a altas taxas anuais, tendo por base o aumento da produção industrial, o crescimento das exportações e a acentuada utilização de capitais externos”. (COTRIM, 1994, p. 314). Partindo desse contexto, evidenciaram-se os problemas, as contradições e as crises resultadas do modelo implantado em 1964, bem como do chamado “milagre brasileiro”.

É sob essas e outras condições que se observa no país o surgimento dos movimentos populares. A intensificação da pauperização e da espoliação da força de trabalho criou condições políticas de articulação da sociedade civil. “As greves dos trabalhadores e a multiplicação de movimentos sociais passaram a configurar uma nova dimensão política de tratamento, pelo Estado e pelo capital, dos interesses da força de trabalho”. (SPOSATI, 1987, p. 20). A sociedade ficou marcada por um período de luta, que passou a exigir do Estado uma nova prática no enfrentamento da “questão social”.

As mobilizações foram canalizadas para a redação de uma nova carta

3 O golpe militar que impôs a ditadura decorreu em grande parte da dificuldade para resolver a questão agrária. No final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, a questão agrária começou a se tornar visível através da ação das Ligas camponesas e depois, também, da ação ainda que titubeante da Igreja Católica no campo. O monopólio da terra por essa elite, como base de sustentação de um setor importante do poder, estava ameaçado. A reforma agrária comprometia a base do poder. Uma reforma agrária distributiva que fragmenta e redistribui a propriedade, solapa a base da existência política dessa gente, que é o latifúndio, a grande propriedade. O golpe de Estado foi dado, porque a reforma agrária exigida e necessária solaparia efetivamente a base de sustentação do Estado, do sistema político [...]. A estrutura e a composição política do Estado mudariam. Os grandes proprietários de terra e seus interesses passariam a ter uma participação política no Estado proporcional a sua importância demográfica, e não mais artificialmente proporcional à sua descabida importância econômica e fundiária. Os trabalhadores rurais que nunca tiveram representação política, que sempre falaram através de proprietários de terra, passariam a falar diretamente, em seu próprio nome. O golpe de Estado foi dado, portanto, para evitar a chamada revolução agrária. (MARTINS, José de Souza, 1997, p.83).

4 “Entende-se por modernização o processo de mudança social econômica e político desenvolvido na Europa Ocidental e na América do Norte entre os séculos XVII e XIX (difundido depois para outras regiões) e que resultou na sociedade industrial do século XX”. (ENCICLOPÉDIA ABRIL, 1976, p. 176).

5 Trata-se de “[...] uma expressão cunhada pela propaganda oficial em 1971, quando o produto interno bruto teria superado, em três anos consecutivos, a marca dos 9%, suficiente para afirmar que o Brasil havia entrado num ciclo ascendente de desenvolvimento”. (NAGEL, 2001, p. 104).

constitucional e em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil.

Entre as décadas de 90 e 2000 houve uma ampliação de políticas, programas e projetos destinados a situação de extrema pobreza no Brasil, dentre os quais se destacam os programas de transferência de renda como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, sendo unificados mais tarde no governo de Luís Inácio da Silva, hoje denominado Bolsa Família⁶. No que diz respeito às questões que envolvem o campo, temos neste período a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural PNATER-2003; Política Nacional de Assistência Social - PNAS-2004; e o II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA-2003.

Embora tais avanços, sabe-se que no Brasil, as políticas sociais foram implementadas através de ações focalizadas e sem estar alinhado às políticas de desenvolvimento econômico, o que resultou na ampliação da desigualdade e fez com que não se avançasse no combate à pobreza, isso se evidencia não somente em meio urbano, mas também no campo. Ou seja, as discussões do meio rural não devem ser destituídas das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Para Veiga, 2003, há uma análise equivocada na definição do que é rural ou urbano, a partir da qual as pessoas tendem a pensar que a população rural é muito pequena e pode se extinguir em um futuro próximo, acarretando assim dificuldades em justificar políticas públicas que não sejam voltadas para o urbano. A partir disso, pode-se dizer que a implantação das políticas sociais no país seguiu uma orientação política que privilegiou o meio urbano, isso se deve a forma como o rural e o urbano é compreendido, essa compreensão frágil, implica diretamente na maneira como as políticas sociais são pensadas.

É fundamental que as políticas sociais evoluam para superar tais desafios, passando a considerar a totalidade da população, evitando o tratamento desigual entre o urbano e o rural.

A análise da inclusão do meio rural nas políticas sociais e econômicas brasileiras a partir do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, passa prioritariamente pela discussão do acesso a terra no Brasil relacionado às marcas de desigualdade e de exclusão da população rural, bem como do espaço rural no cenário das políticas

6 O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: **Complemento da renda** - todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. **Acesso a direitos** - as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. Importante - as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços. **Articulação com outras ações** - o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. (Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 26 de jun. 2016)

públicas brasileiras.

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção e a análise deste, foi possível apreender a intrínseca relação entre o capital e o trabalho bem como suas contradições. Contradições estas inerentes ao modo de produção capitalista de acordo com Bernardo, 2013, a questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo, “que produz simultaneamente, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria” (BERNARDO M. Fernandes, 2013, p.) Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos.

Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981, p. 175). Nessa diferenciação, prevalece à sujeição e a resistência do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente à recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e, também, a transformação de uma pequena parte em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento.

A questão agrária enquanto expressão da “questão social” é fruto de um longo processo histórico marcado pela opressão e desigualdade, um processo que perdura desde a época da colonização e que perduram no cenário brasileiro até hoje.

A questão agrária, enquanto expressão da questão social traz as disparidades e impactos do sistema capitalista no meio rural, as relações de produção no campo são bastante complexas, pois abarca a intensificação da concentração fundiária e, concomitantemente, a resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação dos assentamentos rurais. A questão agrária compreende ainda as relações de poder no bojo da correlação de forças entre sujeitos antagônicos com interesses e perspectivas diferenciadas em torno da propriedade da terra, inclusive na realidade brasileira. No caso da situação rural brasileira, são predominantes as relações de dominação e subordinação por meio do capitalismo tardio, que se estrutura em grandes latifúndios concentradores de capital e desempenham a função de reproduzir a questão social do campo, marcada de forma mais específica pelo acesso desigual a terra. Dessa forma, a luta pela terra se torna um dos elementos essenciais para compreendermos a questão agrária no Brasil como expressão da questão social. (RODRIGUES, M.S.C.; GURGEL, A.N. J; SILVA R.A. P; GÓIS. B. G., S/A, p. 03.)

Ainda de acordo com os autores foi a partir do reconhecimento da “questão social” como legítima pelo Estado, que tais expressões passam a ser administradas e geridas pelo mesmo, não apenas pela via da coerção, mas também através do consenso, considerando-o como favorável ao funcionamento da sociedade de modo a evitar tensões contra hegemônicas. O Estado, no processo de mediações das tensões apresentadas no cotidiano das relações capital e trabalho, tomam como centralidade a política sócio assistencial e efetiva-se através de prestação de serviços sociais.

No Brasil, a resposta dada a população se deu através de políticas sociais

focalizadas e sem estar alinhadas às políticas de desenvolvimento econômico, o que resultou na ampliação da desigualdade e fez com que não se avançasse no combate à pobreza.

Quanto às demandas rurais, estas só eram atendidas quando a pressão social exigia uma resposta do Estado, demonstrando que o modelo de desenvolvimento estava particularmente preocupado com crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, que de acordo com Kraemer, 2006, ampliava a situação de desigualdade entre as classes, entre regiões do país e nos estados, homogeneizando no atendimento às demandas de duas realidades distintas: urbano e rural, mas não opostas.

Portanto, todo contexto sócio histórico, se define marcado por relações autoritárias e populistas, por uma gestão tecnocrática, por regulação de direitos sociais e por uma mudança efetiva nas relações da nossa sociedade predominantemente rural assumindo novos contornos com a industrialização e a ascendente urbanização no país, torna-se fundamental para a compreensão da questão agrária como uma das expressões da “questão social”. Kautsky afirma que isto é um problema estrutural e sua superação só pode acontecer a partir da “destruição do sistema capitalista e sua transformação em regime socialista”. (Kautsky, 1986, p. 389).

REFERÊNCIAS

ACOVARDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. *In. Capacitação em Serviço Social*. Módulo 2. Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999, p. 75-85.

BERNARDO M. Fernandes. Questão Agrária: Conflitualidade e **Desenvolvimento Territorial**.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**: Crítica do Discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ENCICLOPÉDIA ABRIL. **Modernização**. 2 ed. v. 8. São Paulo: Abril Cultural Industrial. 1976, p. 176.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social. *In: IANNI, Octávio. A questão social*. Revista USP, set, out e nov, São Paulo, 1989.

_____, Marilda Villela. Serviço Social na Contemporaneidade-Trabalho e Formação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KLEINSCHMIDT, Larin; SILVA, Jorgina M. **Movimento popular e serviço social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LIMA, Daniele G. Questão **Agrária Brasileira e a inserção do serviço social em políticas sociais para o campo**. Maceió, 2014. Disponível em [https://www.google.com.br/c?q=DANIELE+GOMES+DE+LIMA+QUEST%C3%83O+AGR%C3%81RIA+BRASILEIRA+E+A+INSER%C3%87%C3%83O+DO+SERVI%C3%87O+SOCIAL+EM+POL%C3%8DTICAS+SOCIAIS+PARA+O+CAMPO\]&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=-TN8V9WpFcGgwATEs5zYCA](https://www.google.com.br/c?q=DANIELE+GOMES+DE+LIMA+QUEST%C3%83O+AGR%C3%81RIA+BRASILEIRA+E+A+INSER%C3%87%C3%83O+DO+SERVI%C3%87O+SOCIAL+EM+POL%C3%8DTICAS+SOCIAIS+PARA+O+CAMPO]&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=-TN8V9WpFcGgwATEs5zYCA). Acesso em 04 de jun.2016.

MARTINS, José de Souza. Exclusão Social e a nova desigualdade. São Paulo. Paulus, 1997.

_____, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

NAGEL, Lizia H. O Estado brasileiro e as políticas educacionais dos anos 80. *In*: NOGUEIRA, Francis M. G. (org.). **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001, p. 104.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *In*: **Temporális3**. Brasília, ABEPS, jan/jun. 2001, p. 41-49.

POLINSKI, Cláudia. A. Pinto, Larissa. B. Política Agrária no Brasil. IV Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, 2009. Disponível em <http://www.cresspr.org.br/site/politica-agraria-no-brasil/>. Acesso em 04 de jul. de 2016.

RODRIGUES, M.S.C.; GURGEL, A.N. J; SILVA R.A. P; GÓIS. B. G., S/A, p. 03. Disponível em <http://eventos.ufersa.edu.br/index.php/sdh/sdh2013/paper/viewFile/21/18>. Acesso em 29 de jun. 2016.

SANT’ANNA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo. Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1987.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003

KRAMER, Luciane. **A assistência social e a população rural na região da produção do RS**: a (in) visibilidade como condicionante da garantia de acesso. Porto Alegre, 2006. Disponível em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5200/1/000344975-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em 04 de Jul. 2016. <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 26 de jun. 2016.

ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL RELATIVA À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FELICIDADE DO DUBAI E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Diamantino Ribeiro

Universidade Lusófona do Porto, Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação
Porto, Portugal

Jorge Remondes

Universidade Lusófona do Porto, Departamento de Comunicação e Marketing
Porto, Portugal

António Pedro Costa

Universidade de Aveiro. Departamento de Educação
Aveiro, Portugal

RESUMO: A Felicidade é um dos conceitos mais difíceis de descrever. Tema tratado desde a antiguidade é alvo de uma constante abordagem ao longo da história da humanidade, integrado nos seus vários aspetos sobretudo os sociais e os emocionais. Desde os finais do século passado, a felicidade começou a fazer parte da economia tendo vindo a constituir-se como ciência autónoma. A criação do Ministério da Felicidade, por parte dos Emirados Árabes Unidos (EAU), pode considerar-se um marco na ação governamental orientada para a Felicidade dos cidadãos. Neste âmbito, os autores têm vindo a desenvolver um estudo sobre a criação do referido Ministério. Neste trabalho, apresentam-se para análise as duas primeiras

notícias sobre o Ministério da Felicidade. Os textos analisados foram publicados em outubro de 2014 e em fevereiro de 2016 respetivamente. Com este trabalho pretendeu-se identificar e compreender as fases de conceção do organismo governamental e da criação efetiva. Preconizamos a análise de conteúdo como técnica de análise de dados através do *software* webQDA. A análise permitiu obter os conceitos e palavras mais frequentes em cada um dos textos. Os resultados permitiram concluir que não existiram alterações substanciais na comunicação entre os dois momentos, ainda que seja perceptível uma evolução no discurso incluindo temáticas não apresentadas inicialmente. Atendendo à relevância do estudo na área da comunicação governamental, os resultados sugerem o interesse na continuidade do acompanhamento da comunicação do Ministério da Felicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Qualitativa, Comunicação, Governo, Ministério da Felicidade, webQDA.

CASE STUDY ON THE GOVERNMENT COMMUNICATION REGARDING THE MINISTRY OF HAPPINESS OF DUBAI AND OF THE UNITED ARAB EMIRATES

ABSTRACT: Happiness is one of the most

difficult concepts to describe. A theme that has been studied since antiquity and has been the subject of a constant approach throughout the history of humanity, integrated in its various aspects, especially social and emotional. Since the end of the last century, Happiness began to form part of the economy and has become an autonomous science. The creation of the Ministry of Happiness by the United Arab Emirates (UAE) can be understood as a milestone in government action aiming at the Happiness of citizens. In this context, the authors have been developing a study on the creation of this Ministry. In this paper, the first two published news about the Ministry of Happiness are subject of analysis. The analysed texts were published in October 2014 and in February 2016 respectively. With this work we tried to understand the differences between conception phase of the new ministry and of its effective creation. We advocate content analysis as a data analysis technique through the webQDA software. The analysis allowed to obtain the most frequent concepts and words in each of the texts. The results allowed to conclude that there were no substantial changes in the communication between the two moments, although an evolution in the discourse including topics not presented initially was perceptible. Given the relevance of the study in the area of government communication the results suggest the interest in the continuity of the monitoring of the communication of the Ministry of Happiness.

KEYWORDS: Qualitative analysis, Communication, Government, Ministry of Happiness, webQDA.

1 | INTRODUÇÃO

Fazer ciência é contribuir para a compreensão da realidade (Amando, 2008). A oportunidade surgida na análise da comunicação do ministério da felicidade dos EAU e Dubai, poderá permitir divulgar e ampliar o conhecimento sobre o conceito de desenvolvimento.

Ao criar um Ministério para trabalhar a área da Felicidade, o Governo dos Emirados Árabes Unidos despoleta oportunidades de investigação académica sobre esta iniciativa. Ao estudar a Comunicação Governamental pretende-se, por um lado, compreender o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Felicidade, e por outro, perceber a forma como o Governo comunica as políticas e ações deste Ministério. Enquadrado num Estudo de Caso relacionado com a comunicação governamental na perspetiva da comunicação para o desenvolvimento, um dos objetivos gerais da investigação é compreender os benefícios da criação do Ministério da Felicidade dos EAU e se as suas políticas podem ser replicáveis com sucesso noutros países.

No âmbito do lançamento e criação do Ministério da Felicidade do Dubai e EAU, o Governo publicou várias notícias. Este trabalho tem como objetivo analisar o conteúdo das duas primeiras comunicações divulgadas sobre o Ministério da Felicidade: a primeira comunicação situa-se no ano 2014 e refere a intenção de criar o Ministério e a segunda no ano de 2016 comunica a sua criação efetiva; esta última dá inclusivamente a conhecer a nomeação de “*Her Excellency Ohood Al Roumi*” para o cargo de Ministra

de Estado da Felicidade e Bem-Estar.

Entre as duas referidas comunicações decorreu um período temporal de cerca de um ano e meio, daí que o objetivo foi o de analisar e comparar as principais semelhanças e diferenças dos dois textos.

A comunicação governamental, tem entre outros, o objetivo de difundir temas significativos da ação governamental. Por se considerar a criação e implementação do Ministério da Felicidade um ato significativo da comunicação governamental, entendeu-se que a análise dos textos seria relevante para comparar os dois momentos.

Em termos gerais, no âmbito da conjugação dos conceitos de Desenvolvimento Humano, Felicidade, Comunicação e Comunicação Governamental entendeu-se pertinente proceder ao estudo do conteúdo dessa comunicação de modo a compreender a evolução deste projeto de elevado interesse político, mas essencialmente social.

A comparação destas duas publicações teve por objetivo responder às seguintes questões:

1- Existem alterações significativas entre a ideia da criação do Ministério da Felicidade (2014) e o lançamento/implementação (2016) do mesmo?

2- Existem diferenças no tipo de comunicação e foi acrescentado ou retirado algum conteúdo relevante face à notícia de 2014?

No que diz respeito à estrutura do trabalho, começa-se por realizar um breve enquadramento teórico abordando os conceitos Felicidade, Bem-estar e desenvolvimento. Posteriormente apresenta-se as opções metodológicas. Na secção seguinte desenvolve-se o estudo de caso, apresentando os resultados, analisando os mesmos, e a respetiva discussão. Finalmente, são abordadas algumas considerações sobre o desenvolvimento e potencialidades futuras.

2 | ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Aristóteles definiu a Felicidade “...praticamente como uma espécie de boa vida e boa ação. (...) Felicidade é uma atividade da alma de acordo com a perfeita virtude (...)” (Aristóteles, 2000, pp. 12, 18). Além disso, outra obra do filósofo que contribuiu para o estudo da Felicidade, e que por isso se assumiu como temática central da obra, foi a *Nicomachean ethics*. Nesta obra, Aristóteles concebe a Felicidade (palavra que deriva do termo grego *eudaimonia*) como o princípio essencial que orienta o ser humano em todas as suas motivações, e por isso, não se traduz no mero prazer ou satisfação de desejos, implicando a excelência moral característica da natureza humana, onde o como ser feliz se traduz no como viver bem, tendo em conta o sentido ético do termo. No entanto, apesar de se ter começado por destacar Aristóteles, importa salientar que o primeiro filósofo a questionar a natureza da Felicidade no mundo ocidental, foi o grego Demócrito que abordou a Felicidade com base numa perspetiva subjetivista, defendendo que a Felicidade não resulta de um destino favorável ou de circunstâncias externas, mas antes do modo de pensar do ser humano (Tatarkiewicz, 1976). Esta

perspetiva divergia da de Sócrates e do seu discípulo Platão, que entendiam a Felicidade como “...gozo seguro do que é bom e bonito” (Platão, 1999, p. 80).

A Era Moderna veio afirmar a ideia de que o ser humano deve ser feliz e, por isso, as perspetivas clássicas e medievais que vigoraram e que entendiam a Felicidade como uma virtude ou como perfeição foram extintas, pelo que a Felicidade passou a referir-se ao facto do indivíduo se sentir bem e não em o indivíduo ser bom (McMahon, 2006).

No decorrer do século XIX a Felicidade integrou os contextos profissional e familiar. Deste modo,

“a ideia de que o trabalho e a Felicidade seriam compatíveis começou a surgir, gerando novos parâmetros no local de trabalho. Na esfera familiar, mulheres e mães de família eram incentivadas a fomentar um ambiente de Felicidade em casa, de forma a compensar os seus maridos que trabalhavam arduamente, e com o intuito de criar crianças de sucesso. Esta ideia de que a Felicidade seria importante para as crianças refletiu-se também nos manuais de educação, que começaram por disseminar a crença que uma das principais responsabilidades dos pais seria fomentar a Felicidade dos seus filhos. (Santos, 2015, p. 33)

Nos últimos anos a investigação sobre a Felicidade ganhou destaque, procurando identificar e explicar os determinantes da satisfação com a vida ou do Bem-Estar subjetivo (Clark, Frijters & Shields, 2008; De Neve et al., 2012; Keng & Wu, 2014; Sabatini, 2014).

Nesta linha de pensamento pode dizer-se que, Felicidade “é sem dúvida uma conquista momentânea, cuja importância é suficientemente manifesta” (Sen, 2011, p. 308), existindo “muito boas razões para buscar promover a Felicidade das pessoas, incluindo a nossa” (Sen, 2011, p. 307).

A Economia da Felicidade surge para retomar os estudos sobre a Felicidade na economia baseada em evidências empíricas, tendo em linha de conta os aspetos subjetivos da vida do ser humano, uma vez que “o propósito terreno das pessoas de carne e osso em qualquer lugar do planeta é alcançar a Felicidade e fazer o melhor de que são capazes de suas vidas” (Giannetti, 2002, p. 59).

De facto, a Felicidade centra-se na satisfação com a vida como um todo, sendo considerada e apontada por muitos como o principal motivo para viver (Frey, 2008; Mota, 2009).

No que respeita à área da economia, os especialistas têm focado a sua atenção na influência que a economia exerce na Felicidade, particularmente o rendimento e a sua distribuição, bem como a regulação do mercado de trabalho, o desemprego e a inflação (Clark, Frijters & Shields, 2008; De Neve et al., 2012; Dolan, Peasgood & White, 2008; Easterlin, 1995).

Segundo Lima (2007), no que respeita à área de economia, a Felicidade sempre marcou presença nas considerações económicas, mesmo antes da ciência económica se assumir como tal. É, portanto, compreensível que a conceção de Felicidade no contexto da economia tenha evoluído ao longo do tempo, tendo-se começado por

falar e questionar a Felicidade na economia, para hoje se falar de uma Economia da Felicidade.

O primeiro autor a usar a expressão “*publica felicità*” (On public happiness) foi o italiano Ludovico António Muratori em 1749, sendo seguido por vários economistas conterrâneos como Guiseppe Palmieri (Reflexions on the public happiness) ou Pietro Verri (Discourse on happiness) (Niza, 2007).

Ao longo do tempo compreendeu-se que a mera abordagem objetivista por parte da economia clássica levantava dúvidas de caráter teórico e empírico (Frey & Stutzer, 2002), o que conduziu à conjugação (necessária) de dados provenientes de estudos sobre a Felicidade das áreas da Psicologia e da Economia. Passou a reconhecer-se a necessidade de se medir a Felicidade com base numa abordagem objetiva e subjetiva.

O responsável pela inovação na abordagem objetiva e subjetiva da Felicidade foi Easterlin (1974), com o seu estudo “Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence”.

Por seu turno, o conceito de Felicidade Interna Bruta é um indicador sistémico e foi desenvolvido em 1972 com base num programa criado por Jigme Singya Wangchuck, rei do Butão.

Em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, este conceito foi concebido como alternativa ao Produto Interno Bruto; após ser colocado em prática veio a atrair a atenção mundial para esta nova fórmula que permite medir o progresso de uma comunidade ou nação (Costa, Guerra, & Dias, 2016). A sua finalidade é a de medir a qualidade de vida e o progresso social de forma mais holística e a longo prazo, sendo por isso considerado um método multidimensional. Defende que o desenvolvimento deve estar em equilíbrio com o bem-estar dos indivíduos e que o Governo é o responsável por criar um ambiente que possibilite a Felicidade do seu povo (Ura, Alkire, Zangmo, & Wangdil, 2012).

Atualmente, a investigação no âmbito da Economia da Felicidade estuda os fatores económicos que contribuem para a Felicidade individual, entre eles o emprego, a inflação e o rendimento. Paralelamente, estuda os fatores não económicos que promovem a Felicidade dos indivíduos, como condições adequadas de saúde, boas instituições e a existência da relação patrimonial na explanação sobre Felicidade. Procura-se também perceber a relação existente entre rendimento e Felicidade, tendo em linha de conta a análise do consumo e os diferentes tipos de consumo para o aumento do bem-estar (Niza, 2007). Além disso, têm-se em consideração diversas variáveis socioeconómicas, como sexo, idade, habilitações e escolaridade, e variáveis macroeconómicas, como a inflação e o desemprego (Niza, 2007). A Economia da Felicidade visa por isso avaliar o bem-estar, recorrendo à conjugação de técnicas de economistas e psicólogos, privilegiando noções mais abrangentes de utilidade quando comparada com a dita economia tradicional (Campetti & Alves, 2015).

Considera-se que Economia da Felicidade, ao oferecer um conhecimento mais amplo dos fatores que determinam a Felicidade dos indivíduos, permite extrapolar

as premissas do senso comum – renda como sinónimo de Felicidade – e traz à tona uma maior compreensão dos processos psicológicos básicos; permite a promoção de iniciativas focadas na melhoria da qualidade de vida e pode oferecer uma forma adequada de avaliação das políticas sociais e económicas centradas no desenvolvimento económico (Zucco, 2015).

A perspetiva de conceitos abstratos como os da Felicidade e do bem-estar podem ser encontradas em populações com raízes, religiões e culturas muito diferentes, considera-se na verdade um fator de esperança para o desenvolvimento, sobretudo social, das sociedades. Para além disso, neste conceito estão contidos todos os grandes objetivos de desenvolvimento da atualidade. Neste contexto, entende-se que é determinante o papel da Comunicação e, em particular, a Comunicação Governamental.

Comunicar é um mecanismo essencial para o ser humano, sendo através dele que este interage com os seus semelhantes. A comunicação é, por isso, um “dispositivo que possibilita as relações sociais ao longo da existência humana, fluindo, segundo a exigência de cada época” (Silva, 2016, p. 3).

Assim, ao nível social é através da comunicação que o ser humano se insere na sociedade, uma vez que este processo lhe permite relacionar-se com os outros, adquirindo os modos de agir e de pensar que vigoram na sua sociedade e desenvolvendo, ao mesmo tempo, as suas capacidades de comunicação (Instituto Bento Jesus Caraça, s/d).

Da mesma forma, do ponto de vista da organização social, é fundamental a relação comunicacional entre o Governo e a sociedade. A comunicação governamental, ou estatal, é uma “comunicação formal, originária nas redes e no sistema oficial, inserido nas organizações públicas, e tem como tarefa difundir, para a opinião pública, questões ou temas significativos da área governamental, visando ao conhecimento e à participação do cidadão” (Salgado, 2011, p. 255) e, além de integrar diferentes modalidades, um dos principais objetivos da comunicação governamental é facilitar a comunicação entre o Estado e a Sociedade (Matos, 1999).

Pode considerar-se, que “a comunicação governamental é uma necessidade social” (Torquato, 1985, p. 44) através da qual são dadas a conhecer aos cidadãos as ações ou políticas dos diferentes setores constituintes de cada Governo; através da rede de comunicação governamental os governantes tomam também conhecimento das expectativas e desejos dos cidadãos. Para além dos aspetos referidos no parágrafo anterior, pode acrescentar-se que para os governos a comunicação governamental pode ser também um “instrumento de valorização das ações de governo e dos poderes públicos” (Azevedo, 2007, p. 38). Para concretizar as ações de comunicação o Governo tem o apoio de profissionais especializados como Relações Públicas, Publicidade e Jornalismo, etc.

Importa, por isso, realçar que a comunicação governamental assenta em dois aspetos fundamentais da comunicação: os processos e os meios. Os processos

remetem para os aspetos sociolinguísticos enquanto os meios remetem para os canais e tecnologias que servem de veículo à comunicação. Brandão (2009) defende que a comunicação governamental pode ser entendida como uma forma de comunicação pública, as quais partilham algumas parecenças, porque a comunicação governamental visa ser um instrumento de construção da agenda pública assim como um mecanismo de prestação de contas e um estímulo à participação social.

A função da comunicação governamental é transmitir aos cidadãos o que acontece no âmbito do governo e por esta razão, é um instrumento que permite que os cidadãos conheçam as ações governamentais e, simultaneamente, que estes possam transmitir as suas expectativas (Torquato, 1985). Torquato (2002) refere que a comunicação governamental deve ser desenvolvida tendo em conta o pressuposto de que é fundamental para a construção de uma cidadania; defende ainda que a comunicação deve ser entendida como um dever da administração pública e um direito dos usuários e consumidores dos serviços.

Deste modo, pode-se dizer que é fundamental para o Governo interagir com a sociedade, sendo a comunicação um instrumento de valorização das ações de governo e dos poderes públicos, possibilitando uma sustentação e legitimação de políticas de determinada gestão e conta com profissionais de diversas áreas, como Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Jornalismo, envolvendo uma série de sub-áreas da comunicação, tais como: editoração, rádio, televisão e até mesmo comunicação informal (Azevedo, 2007).

O recurso às redes sociais por parte do governo, como outro canal de comunicação, deu origem a uma nova forma de comunicação governamental (Santos & Fernandes, 2014), o que também permitiu que este modernizasse a atuação da Administração Pública e investisse no seu relacionamento com a sociedade (Mateus, 2008). Com o passar do tempo, a internet, após implementação das redes sociais, tornou-se num meio de comunicação incontornável, pelo que a democracia nas redes sociais também pode ser caracterizada como um conglomerado de movimentos sociais, no sentido de levar ao consenso, criando um padrão de mobilização que atualmente vai do virtual ao real interferindo na forma de como a comunicação governamental vem sendo dirigida (Santos & Fernandes, 2014).

Em 2014 o *Sheik Mohammed bin Rashid Al Maktoum (Ruler of Dubai)* apresentou o Índice para a Felicidade com o objetivo de medir o grau de satisfação dos cidadãos dos Emirados relativamente aos serviços governamentais. No início de 2016, surpreendeu os media via *Twitter* com a indicação de que iria nomear um Ministro para a Felicidade. Dias depois, nomeou a senhora *Ohood Al Roumi* para assumir o cargo de Ministra de Estado para a Felicidade, fazendo parte integrante do gabinete do Governante e cuja principal missão seria supervisionar planos, projetos, programas e índices que melhorem o clima geral do país. Na tomada de posse, a Ministra referiu que o objetivo do seu trabalho era criar Felicidade autêntica e genuína nos serviços públicos.

Pouco mais de um mês após ter tomado posse, a Ministra apresentou um

programa de iniciativas positivas e Felicidade institucional. O Programa Nacional para a Felicidade e Positividade (PNF) foi aprovado no Dia Internacional da Felicidade 21 de março. O PNF compreende 3 áreas principais: 1. Inclusão da Felicidade nas políticas, programas e serviços de todos os órgãos governamentais bem como o ambiente de trabalho; 2. Consolidação dos valores de positividade e Felicidade como um estilo de vida na comunidade dos Emirados Árabes Unidos; 3. Desenvolvimento de ferramentas e índices para medir os níveis de Felicidade.

Desde a aprovação do PNF o Governo, essencialmente através da Ministra, tem-se desdobrado em iniciativas, que vão desde a formação científica de gestores especializados em Felicidade à integração das mulheres e crianças em ações que visam promover a Felicidade e a Positividade. Entretanto, o programa foi alargado ao setor privado e tem captado o apoio dos grandes grupos económicos dos Emirados. Para além disso, tem incentivado vários organismos a lançarem iniciativas para a Felicidade dos seus trabalhadores, como é o caso da *Dubai Culture* que implementou o programa “*Make it Happen*”. O Governo acredita que trabalhadores felizes contagiam os clientes e quer também que as empresas privadas trabalhem para tornar os clientes felizes.

Em termos globais, o Governo pretende ainda que o modelo teórico e orgânico do Ministério possa ser replicado internacionalmente e, nesse sentido promove a recolha constante de opiniões do público e de peritos de referência, nomeadamente através da realização de Fóruns Internacionais nos quais inclui o debate desta temática como é o caso do “*World Governance Forum*”.

3 | METODOLOGIA

O trabalho consistiu numa primeira leitura analítica dos dois textos sem qualquer tipo de formalidades.

Em seguida procedeu-se à importação dos textos para a plataforma webQDA. Com base no corpo teórico, criaram-se na plataforma as categorias Felicidade, Positividade e Bem-Estar. Paralelamente construiu-se uma nuvem das palavras frequentes de cada um dos textos.

Depreendeu-se logo à partida que existiam diferenças entre os dois textos, pelo que se procedeu a uma nova leitura analítica, e com base na nuvem de palavras criaram-se códigos livres onde se integraram as palavras e frases que incluíam as palavras mais frequentes. Com base na nova codificação optou-se por construir matrizes para recolha de resultados, sua análise e conclusões.

4 | APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste trabalho procedeu-se à análise de conteúdo de duas publicações sobre o Ministério da Felicidade, referente a dois momentos com uma distância temporal

de cerca de um ano e meio (Ribeiro, Costa & Remondes, 2018). O primeiro texto diz respeito ao anúncio de intenções, datado de outubro de 2014 e o segundo comunica a criação do Ministério da Felicidade em fevereiro de 2016. O principal objetivo deste trabalho foi comparar os dois textos para determinar se existiriam diferenças entre eles. Os resultados da análise qualitativa apontam que houve algumas alterações, mas que o conceito principal se manteve e ganhou mais preponderância no texto de 2016

O trabalho consistiu numa primeira leitura analítica dos dois textos sem qualquer tipo de formalidades. Em seguida procedeu-se à importação dos textos para a plataforma webQDA. Com base no corpo teórico, criaram-se na plataforma as categorias (felicidade, positividade, bem-estar). Paralelamente construiu-se uma nuvem das palavras frequentes de cada um dos textos. Depreendendo-se logo à partida que existiam diferenças entre os dois textos, procedeu-se a uma nova leitura analítica, e com base na nuvem de palavras, criaram-se categorias, onde se integraram as palavras e frases que incluíam as palavras mais frequentes. Com base na nova codificação optou-se por construir matrizes para recolha de resultados, sua análise e conclusões. A partir do corpo teórico e do texto de 2016 selecionaram-se as unidades de registo para análise de conteúdo. As categorias (Felicidade, Bem-estar), criadas, facilitaram a extrapolação e organização do conteúdo dos textos para posterior análise. A partir desta base procedeu-se à obtenção e análise dos resultados. Elaborou-se uma nuvem de palavras para cada um dos textos em análise, obtendo para o texto de 2016 a nuvem seguinte (Figura 1) onde se destacam as palavras ‘Felicidade’ e ‘Felizes’.



Figura 1 - Nuvem de palavras a partir do texto de 2016

Fonte: Elaboração própria

A partir da mesma base, obteve-se uma lista das palavras mais frequentes, conforme demonstra a Figura 2:

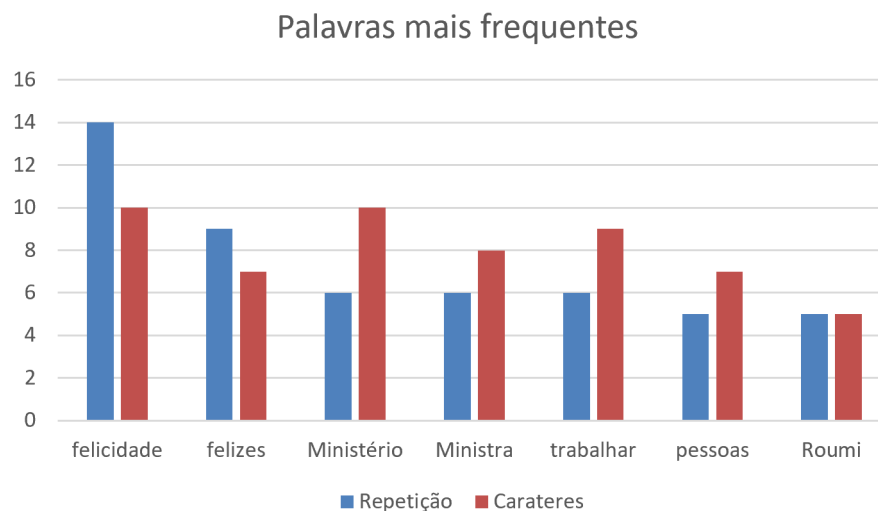


Figura 2 - Palavras mais frequentes no texto de 2016

Fonte: Gerado a partir do webQDA

Para além das palavras em destaque, outras com relevo no texto foram: “Ministério”, “Ministra” e “Trabalhar”, o que naturalmente é coerente com o contexto.

Relativamente ao texto de 2014, destacam-se as palavras Felicidade e Serviços (figura 3).



Figura 3 - Nuvem de palavras a partir do texto de 2014

Fonte: Elaboração própria

Deste novo passo surge a lista de palavras mais frequentes elencadas na figura 4:

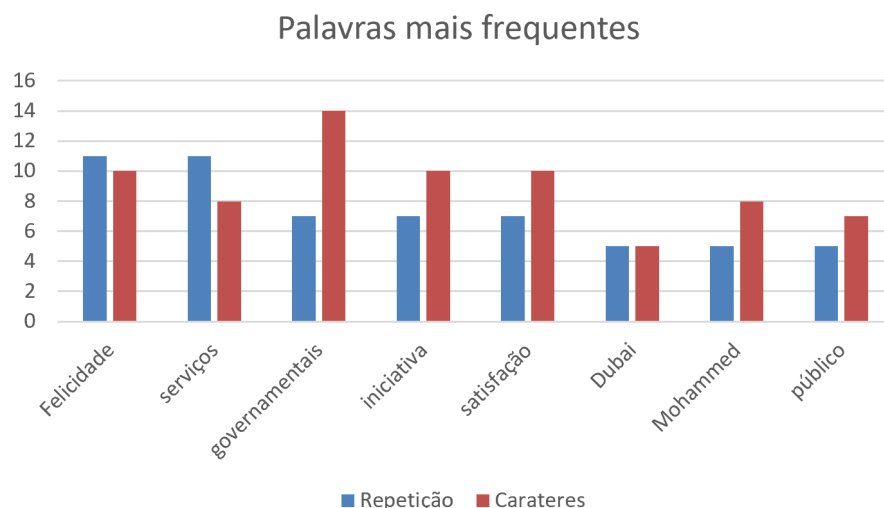


Figura 4 - Palavras mais frequentes a partir do texto 2014

Fonte: Gerado a partir do webQDA

Para além da palavra “Felicidade”, que fez parte da categorização, observa-se que foi utilizada com a mesma frequência a palavra “Serviços”. De referir que outras palavras se destacaram tais como: “governamentais”, “iniciativa” e “satisfação”. No passo seguinte, uma vez que na “nuvem de palavras” surgiu um elemento/palavra nova, não prevista “Serviços”, decidiu-se fazer uma nova análise, a partir de uma nova categoria que se relacionassem com “Serviços”, no caso serviços governamentais. A partir da utilização da nova categoria obteve-se uma nova lista de palavras frequentes, na qual se destaca a utilização das palavras “Medir” referenciada nas duas fontes 15 vezes e “Mudança” referenciada 13 vezes. Da análise depreende-se que há uma linha orientadora no discurso, mas entre os dois textos existem algumas alterações. Logo à partida, é possível observar que no texto de 2014 para além da esperada palavra “Felicidade” surge a palavra “Serviços” como a segunda mais utilizada, o que criou de imediato um alerta e conduziu a aprofundar um eventual interesse subliminar. Para além disso, observou-se que as palavras “Medir” e “Mudança” são as únicas utilizadas nos 2 textos, sendo relevante que das 15 referências selecionadas sobre a palavra “Medir”, 13 referem-se ao primeiro texto (2014 – Intenção da criação do Ministério da Felicidade) e somente 2 se referem ao segundo texto (2016 – Criação do Ministério). Relativamente à categoria “Mudança”, 7 referências correspondem ao texto de 2014 e 6 ao texto de 2016. As categorias, “Tecnologia”, “Turistas”, “Inovação e liderança do País” e “interesse económico” somente estão referenciados no primeiro texto. Uma análise mais específica das categorias “Medir” e “Mudança” permitem inferir, ainda com a prudência necessária, que para além dos objetivos principais “Felicidade, Positividade e Bem-Estar”, o governo numa primeira fase tinha como intenção a “Mudança” e a “Medição” ou monitorização dos serviços governamentais.

No que diz respeito aos conceitos-base “Felicidade, Positividade e Bem-Estar”, na análise do conteúdo dos dois textos, verifica-se que a categoria “Felicidade”,

conforme já inicialmente observado na nuvem de palavras, é utilizado nos dois textos, mas com maior incidência no texto do anúncio da criação do Ministério da felicidade. É também possível observar a partir da análise efetuada que a abrangência da utilização das expressões relacionadas com “Felicidade” no anúncio de 2014 foi muito subtil e simples correspondendo apenas a 6,7% das referências. Por seu lado, no texto relativo à criação do Ministério da Felicidade em fevereiro de 2016, a utilização do principal conceito-base é muito mais objetivo e relevante das intenções do MF, com 10 referências que correspondem a 40,39% das referências.

A partir da análise realizada é possível determinar que há realmente uma intenção de colocar o foco da comunicação no conceito de Felicidade e que o governo pretende criar ou melhorar Serviços que contribuam para essa Felicidade. Apesar de se verificarem mudanças ou ajustamentos em termos de conteúdo tal não permite concluir que tenha existido alteração dos objetivos do governo; admite-se uma alteração na abordagem, na forma e no foco de transmissão do mesmo. Este estudo permitiu concluir através da análise mais específica a dois momentos diferentes (2014/2016) com base em dois suportes da comunicação governamental (duas notícias/textos) que existiram algumas mudanças ou ajustamentos em termos de conteúdo. Em termos comparativos entre o texto de 2014 e o texto de 2016 infere-se que houve uma “evolução”: de um enfoque na Felicidade e na relação entre Serviços, Medição/Monitorização da Felicidade no discurso de 2014, passou-se a focar no conceito da Felicidade propriamente dito, alargando-o à positividade e bem-estar, deixando “cair” a relação com a eficiência dos serviços, a medição e a monitorização.

Assim, como síntese e respostas às questões que estiveram na base da análise de conteúdo efetuada, conclui-se que se observam alterações, mas pode inferir-se que não foi retirado conteúdo relevante; pelo contrário pode concluir-se que houve maior foco no conceito essencial – Felicidade.

Verificou-se que o Governo, aquando da implementação do Ministério da Felicidade, colocou logo à partida em destaque três conceitos em simultâneo: Felicidade, Bem-Estar e Positividade e, numa fase posterior, acrescentou a doação/gratidão como fator importante para a Felicidade.

Este trabalho veio indicar que antes dessas alterações, o governo já tinha realizado alguns ajustamentos em termos dos conceitos-chave preponderantes na comunicação governamental relativa a este tema. Por outro lado, não foi possível determinar a existência de alguma mensagem subliminar nos textos analisados.

Percebe-se a preocupação do Governo em informar e tornar públicas as suas ações e atividades, de forma a criar canais de comunicação que lhes permita chegar aos cidadãos e para que estes, e a restante sociedade, possam manifestar a sua opinião, questionar factos e até propor sugestões e/ou melhorias conforme defende Lima (2002).

De acordo com o pensamento de Riffel (2007) também se percebe que a divulgação das ações do governo tem igualmente como objetivo, a conquista de

visibilidade junto à sociedade, sendo a principal estratégia dos novos tempos (Rego, 1986). Por outro lado, as suas ações vão igualmente ao encontro do que defende Duarte (2007) que para que a comunicação seja eficaz, ela deve, necessariamente, ser assumida com visão global, papel estratégico, planejamento, ação integrada e visão de longo prazo. O Governo planeia as suas estratégias de comunicação e ao fazê-lo, não deve descurar nenhuma parte, (Torquato, 2002). O tempo que mediou entre o anúncio de intenções de criar o ministério e a divulgação da criação do ministério e nomeação da ministra, leva-nos a concluir que como defende Kunsch (2003) para além de existir vontade política e uma decisão por parte dos gestores de topo em elaborar um plano de comunicação, também é um processo organizado de acordo com as três fases referidas por Kunsch (2003): diagnóstico estratégico, planejamento estratégico e gestão estratégica.

Em resumo percebe-se que o governo dos EAU e Dubai tem plena consciência da importância da comunicação governamental como instrumento estratégico do Governo e também como importante ferramenta de divulgação das ações e atividades dos vários agentes públicos, sendo-lhe atribuída a responsabilidade de facultar informações de utilidade pública que façam a função de prestação de contas tal como refere Júnior (2012).

5 | CONCLUSÃO

A partir da análise realizada é possível determinar que há realmente uma intenção de colocar o foco da comunicação no conceito de Felicidade e que o Governo pretende criar ou melhorar Serviços que contribuam para essa Felicidade. Apesar de se verificarem mudanças ou ajustamentos em termos de conteúdo tal não permite concluir que tenha existido alteração dos objetivos do Governo; admite-se uma alteração na abordagem e forma de transmissão do mesmo.

De uma forma global, da análise e discussão dos resultados, depreende-se que há uma linha orientadora no discurso, mas entre os dois textos existem algumas alterações temáticas.

Assim, concluiu-se que se observam alterações entre a mensagem dos dois textos, mas pode inferir-se que não foi retirado conteúdo relevante; pelo contrário pode concluir-se que houve maior foco no conceito essencial: Felicidade.

Sem pretender obter conclusões definitivas, podemos inferir que o Governo, aquando da implementação do Ministério da Felicidade, colocou logo à partida em destaque três conceitos em simultâneo: Felicidade, Bem-Estar e Positividade e, numa fase posterior, acrescentou a doação/gratidão como fator importante para a Felicidade.

Este trabalho veio mostrar que antes dessas alterações, o Governo já tinha realizado alguns ajustamentos em termos dos conceitos-chave preponderantes na comunicação governamental relativa a este tema.

Por outro lado, não foi possível determinar a existência de alguma mensagem subliminar nos textos analisados.

O passo seguinte da investigação será a análise dos textos publicados nos vários órgãos de comunicação social disponíveis no *corpus latente* durante o primeiro ano após a criação do Ministério da Felicidade (março de 2016 a fevereiro de 2017).

Através do futuro estudo pretende-se, entre outros aspetos, estudar as ações concretas realizadas pelo Ministério da Felicidade durante o referido período.

De referir também que para uma maior consistência da investigação, o estudo de caso em construção prevê a realização de uma entrevista a Sua Excelência a Sra. Ministra da Felicidade e do Bem-Estar com a realização da correspondente análise de conteúdo.

REFERÊNCIAS

Amado, J. (2016). A formação em investigação qualitativa: notas para a construção de um programa. *Investigação Qualitativa - Inovação, Dilemas e Desafios* (p. 39). Ludomedia.

Aristóteles (1992). **Eudaemian ethics**. Oxford: Clarendon Press.

Aristóteles (2000). **Nicomachean ethics**. Translated and edited by Roger Crisp. Cambridge: Cambridge University Press.

Azevedo, F. (2007). **Comunicação Política Governamental: Observações sobre algumas estratégias nos Governos Nacionais no Brasil e Portugal**. Tese Dissertação de Mestrado. Porto : Universidade Fernando Pessoa.

Bardin, L. (2009). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). **Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora.

Brandão, E. (2009). **Conceito de comunicação pública**. J. Duarte (Ed.), Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas.

Campetti, P. H., & Alves, T. W. (2015). **Economia Da Felicidade: Estudo Empírico Sobre Os Determinantes Da Felicidade Em Países Selecionados Da América Latina**. *Revistapesquisa E Debate* V. 26, N. 1(47).

Caraça, I. B. (s/d). **Manual de técnicas de comunicação**. Lisboa.

Clark, A., Frijters, P. & Shields, M. (2008). **Relative income, happiness, and utility: an explanation for the Easterlin paradox and other puzzles**. *Journal of Economic Literature*, 46(1)

Costa, R. S., Guerra, J. B., & Dias, T. (2016). **Os Índices De Bem-Estar E Felicidade Como Alternativas Para A Mensuração Do Desenvolvimento Dos Países**. *Debates Interdisciplinares Vii, Edition: 1, Chapter: 3* (Pp. 61-84). Brasil: Editora Unisul.

Easterlin, R. A. (1974). **Does Economic Growth Improve The Human Lot? Some Empirical Evidence**. [Ttps://Doi.Org/10.1016/B978-0-12-205050-3.50008-7](https://doi.org/10.1016/B978-0-12-205050-3.50008-7): Elsevier.

- Flick, U. (2009). **An Introduction to Qualitative Research**. Singapore: SAGE.
- Frey, B. S., & Stutzer, A. (2002). **What Can Economists Learn From Happiness Research?** Usa: Journal Of Economic Literature - Jstor.
- Giannetti, E. (2002). **Felicidade**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lima, S. (2007). **Economia e felicidade: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- Mateus, J. (2008). **O Governo Electrónico, a sua aposta em Portugal e a importância das Tecnologias de Comunicação para a sua estratégia**. Revista de Estudos Politécnicos, 6(9).
- Niza, C. F. (2007). **Economia Da Felicidade E Política Social: Contributos Da Ciência Comportamental Para Orientação Da Acção Pública Com Vista Ao Desenvolvimento Humano**. Lisboa: Universidade Técnica De Lisboa - Instituto Superior De Economia E Gestão.
- Platão, (1999). **The symposium**. London: Penguin Classics.
- Perles, J. (2007). **Comunicação: Conceitos, fundamentos e história**. UBI.
- Ribeiro, D., Costa, A. P., & Remondes, J. (2018). **Análise de conteúdo na Comunicação Governamental – Estudo de Caso referente ao Ministério da Felicidade dos Emirados Árabes Unidos**. A. P. Costa, S. Tuzzo, T. Alzás, & L. P. Reis (Eds.), *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais (Vol. 3)* (pp. 329–340). Oliveira de Azeméis - Aveiro - PORTUGAL: Ludomedia. Retrieved from <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1743>
- Ribeiro, D., Costa, A. P., & Remondes, J. (2017). **Comunicação do Ministério da Felicidade dos Emirados Árabes Unidos. Análise de dados qualitativos disponíveis na Internet**. In António Pedro Costa, S. Tuzzo, & C. Brandão (Eds.), *Atas do 6o Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (Volume 3 - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais)* (pp. 686–691). Oliveira de Azeméis - Aveiro - PORTUGAL: Ludomedia. Retrieved from <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1443>
- Salgado, P. (2011). **Comunicação organizacional: a ótica das relações públicas governamentais. Relações públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. S. Paulo: Summus Editorial.
- Santos, R. & Fernandes, S. (2014). **O Impacto das Redes Sociais e o Novo Modelo de Comunicação Governamental nas Prefeituras do Estado da Paraíba**. *Comunicação & Mercado*, 3(8)
- Sen, A. (2011). **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, J. d. (2016). **História da comunicação e dos seus meios: um constitutivo pedagógico - SIMEDUC**. Brasil: Anais.
- Sousa, A. (2005). **Investigação em educação**. Porto: Porto Editora.
- Tatarkiewicz, W. (1976). **Analysis of happiness**. Varsóvia: Polish Scientific Publishers.
- Teixeira, A., & Becker, F. (2001). *Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS*. *Sociologias*, 3 (5).
- Torquato, G. (1985). **Marketing político e governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação**. S. Paulo: Summus.

Ura, K., Alkire, S., Zangmo, T., & Wangdi, K. (2012). **A Short Guide To Gross National Happiness Index** (Isbn: 97899936-14-66-1 Ed.). Thimphu (Butão): Centro De Estudos Do Butão.

Zucco, V. (2015). **Economia Da Felicidade: Evidências E Propostas Teóricas**. Universidade Federal de Santa Maria Centro de Ciências Sociais e Humanas Curso de Graduação em Ciências Econômicas ed., RS, Brasil

A RELAÇÃO ENTRE A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Carolina Portella Pellegrini

Advogada. Especialista em Direito de Família.
Mestre em Direito e Justiça social, pela
Universidade Federal do Rio Grande/FURG.
Conciliadora e mediadora judicial no CEJUSC -
Rio Grande-RS

Simone Régio dos Santos

Bacharel em Direito. Conciliadora e mediadora
judicial no CEJUSC - Rio Grande - RS

Zaionara Goreti Rodrigues de Lima

Bacharel em Direito. Conciliadora e mediadora
judicial no CEJUSC - Rio Grande - RS
Mestranda do Programa de Pós-graduação em
Educação Ambiental, pela Universidade Federal
do Rio Grande/FURG.

RESUMO: O presente artigo se propõe a abordar as temáticas da comunicação não violenta (CNV) e da mediação de conflitos, verificando se essas metodologias se conectam e/ou se complementam. Para tanto, por meio de uma pesquisa bibliográfica, foram utilizadas as contribuições de diversos autores, em especial, Marshall B. Rosenberg, criador da CNV. Partindo-se, num primeiro momento, de um panorama acerca da não violência e da comunicação não violenta. Depois, trata-se sobre a mediação de conflitos como oportunidade de reflexão e diálogo. Para, por fim, abordar a relação entre a comunicação não

violenta e a mediação de conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: mediação de conflitos; comunicação não violenta; ferramentas de mediação.

ABSTRACT: This article proposes to address the issues of nonviolent communication (NVC) and mediation of conflicts, verifying whether these methodologies are connected and / or complementary. To do so, through a bibliographical research, the contributions of several authors were used, in particular, Marshall B. Rosenberg, creator of the NVC. Starting, in the first instance, a panorama about nonviolence and nonviolent communication. Then, it is about the mediation of conflicts as an opportunity for reflection and dialogue. Finally, to address the relationship between nonviolent communication and conflict mediation.

KEYWORDS: conflict mediation; non-violent communication; mediation's tools

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal pensar como a utilização de uma metodologia de comunicação - a Comunicação Não Violenta (CNV) - pode auxiliar outra metodologia, mas de solução de conflitos - a mediação. Mais precisamente, é um convite a se pensar sobre

a deficiência das relações interpessoais atuais, a qual começa com a forma com que as pessoas se relacionam e se comunicam.

Goretti (2016, p. 38) sustenta que a sociedade brasileira vivencia uma tensão global de duas facetas: a primeira seria uma *crise das relações intersubjetivas* (marcada por fatores como: volatilidade das relações, falta de compromissos com vínculos duradouros, ausência de diálogo, progressiva perda de autonomia, banalização de práticas de violência) e a segunda uma *crise de gestão dos conflitos* (caracterizada por três elementos: o agigantamento do Poder Judiciário; a crise de administração da justiça; e a gestão inadequada de conflitos (GORETTI, 2016, p. 30).

Frente a esta conjuntura, pretende-se, por meio de uma pesquisa bibliográfica e observacional, na medida em que as autoras são mediadoras judiciais, analisar a relação entre a CNV e a mediação de conflitos. Refletir sobre essas metodologias e como podem contribuir para neutralizar esse cenário de crise.

Partindo-se de uma exposição sobre o que é não violência e comunicação não violenta, quais seus objetivos e componentes. Depois se elucida alguns aspectos sobre a temática da mediação de conflitos, como ferramenta que oportuniza a (auto) reflexão, a escuta e o próprio desenvolvimento do diálogo. Para, por fim, abordar a relação entre a CNV e a mediação de conflitos.

2 | A NÃO VIOLÊNCIA E A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

Entender a não-violência é passo fundamental para captar a comunicação não violenta, pois a violência está tão internalizada em nosso cotidiano que, geralmente, não a vislumbramos. Segundo Ghandi (2006 apud ROSENBERG, 2006, p. 14):

Com frequência, não reconhecemos nossa violência porque somos ignorantes a respeito dela. Presumimos que não somos violentos porque nossa visão de violência é aquela de brigar, matar, espancar e guerrear – o tipo de coisa que pessoas comuns não fazem.

Ghandi (2006) ainda diz que a violência passiva, ou seja, aquela em que o sofrimento é de natureza emocional, sendo o que alimenta a violência física. De modo que a violência passiva é a mola propulsora de um círculo de violência, na medida em que retroalimenta uma série de outros sentimentos negativos que resultam em mais violência, tanto física como emocional.

Nesse sentido, o referido autor explica que: “As nuances da não violência vão muito além de simplesmente evitar a violência física” (GHANDI, 2018, p.133). É preciso viver de acordo com o respeito, compreensão, aceitação, apreciação e compaixão.

Portanto, a não-violência é mais do que um processo de comunicação, se trata de uma filosofia de vida que influencia diretamente na práxis do indivíduo. A ideia é manifestar atitudes positivas no lugar das atitudes negativas, que culturalmente nos dominam, permitindo que venha à tona tudo aquilo que existe de positivo em nós.

Em seus estudos sobre o que é a violência e seus fundamentos, Marshall B.

Rosenberg (2006) vislumbrou que o ser humano tem um pensamento selvagem de que é inatamente mau, desencadeando a ideia de merecimento. Isto é, aquilo que qualifica a atitude de uma pessoa (dela consigo mesma ou dela com outro) que pode ser visto sob dois vieses: punição – merece ser punido caso não seja feito o que se quer – ou recompensa – merece ser recompensado caso seja feito o que se espera.

Assim, se estabelece uma comunicação violenta quando se compara, julga ou quando não há responsabilização. Inclusive, Marshall destaca que a comunicação mais violenta e perigosa se dá quando não se assume a autoria de comportamentos, pensamentos e sentimentos; colocando a “culpa” em outras pessoas ou situações. Essa negação de responsabilidade é denominada por Marshall (2006, p. 42) como “comunicação alienante”, uma vez que desde a infância se aprende a apagar a consciência da responsabilidade pessoal de nossos atos.

Somente ao se tomar consciência da responsabilidade é que se consegue uma real conexão do indivíduo com ele mesmo e com a sociedade, levando a uma comunicação compassiva. Guiando neste processo de reformular a maneira pela qual se troca informações, ao se expressar honestamente a ouvir com empatia o que é dito.

Marshall B. Rosenberg (2006, p. 19) refere que é inato ao ser humano “gostar de dar e receber de forma compassiva” ou “entregar-se de coração” (ROSENBERG, 2006, p. 23). E a partir disso, idealizou o que se entende por Comunicação Não Violenta – CNV. A CNV é autoconhecimento e para que flua naturalmente é preciso primeiro aprender a ser não violento (e se comunicar não violentamente) consigo mesmo para depois interagir com o outro ou com um grupo de pessoas.

A CNV, então, pode ser vista como um processo que facilita uma comunicação interpessoal mais intensa e cultiva o reconhecimento mútuo de necessidades afetivas profundas, levando a uma maior compaixão e à solução pacífica de conflitos; por meio de um “conjunto de habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas” (ROSENBERG, 2006, p. 23).

O objetivo primordial da CNV é “enriquecer a vida” por meio do questionamento: Como se comunicar compassivamente para tornar a vida maravilhosa? (ROSENBERG, 2006, p. 32). Para isso se deve seguir os quatro componentes propostos pela CNV, que são: observação, sentimentos, necessidades e pedido, que devem ser trabalhados de forma a se expressar honestamente e receber com empatia.

O primeiro passo é **observar** o que está acontecendo de fato, sem julgamentos ou avaliações. Depois, perceber quais **sentimentos** são despertados através daquela observação, levando a uma análise mais profunda de descoberta de quais **necessidades** estão ligadas aos sentimentos. Para, por fim, então, fazer um **pedido** claro, objetivo, específico e realizável.

Para se fazer uma observação é preciso separá-la das avaliações. A observação é o ato de observar, “olhar atentamente; examinar com minúcia; espreitar; espiar...” (BUENO, 2016, p. 576). A avaliação é o ato de avaliar, “estimar; aquilatar; aferir,

determinar quantidade...” (BUENO, 2016, p. 106).

Para que o início do processo de CNV comece de forma compassiva é preciso observar claramente (de forma específica, de acordo com cada momento e contexto) sem acrescentar nenhuma avaliação, julgamento ou negação de responsabilidade. É fato que todos julgam, uma vez que isso é inerente ao ser humano, a diferença está no que é feito destes julgamentos. Eles servirão para fazer uma análise profunda do próprio eu (por que estou julgando) ou serão utilizados para rotular e classificar o outro?

Ter esse momento de (auto)reflexão já é por si uma maneira de se comunicar não violentamente consigo mesmo, pois se está saindo do “piloto automático” da violência para haver uma expansão de consciência. Saindo-se de um paradigma de violência um paradigma compassivo.

O segundo componente diz respeito a expressar os sentimentos, o que não é fácil, pois a educação recebida desde a infância é a de esconder os sentimentos para evitar julgamentos e avaliações. Além disso, é comum confundir sentimentos com pensamentos. Sentimento é o “ato de sentir; demonstração do que se sente; sensibilidade...” (BUENO, 2016, p.745), enquanto que pensamentos é o “ato ou efeito de pensar; reflexão; ideia” (BUENO, 2016, p. 617). Um está no plano prático e o outro está no plano teórico, por isso é importante que se desenvolva:

(...) um vocabulário de sentimentos que nos permita nomear ou identificar de forma clara e específica nossas emoções [acaba por nos conectar] mais facilmente uns com os outros. Ao nos permitirmos ser vulneráveis por expressarmos nossos sentimentos, ajudamos a resolver conflitos. A CNV distingue a expressão de sentimentos verdadeiros de palavras e afirmações que descrevem pensamentos, avaliações e interpretações. (ROSEMBERG, 2006, p. 76).

O terceiro passo é reconhecer quais as necessidades estão por trás dos sentimentos despertados. Quanto mais se consegue identificar as necessidades, melhor será a comunicação compassiva. Necessidade é qualidade do que é necessário “indispensável; preciso; útil...” (BUENO, 2016, p. 563).

Sendo assim, necessidade significa aceitar a responsabilidade pelo que se faz para gerar seus próprios sentimentos. Geralmente as pessoas só se satisfazem quando suas necessidades são atendidas, pois enquanto não as forem acaba se desencadeando um círculo vicioso onde é mais importante responder a violência ocorrida do que entender os motivos daquele ato violento.

Sentimentos mudam e por isso não podemos confundi-los com necessidades. Necessidades não mudam, pois são indispensáveis e, nesse sentido, universais. Tem-se que ter certeza da necessidade para poder dar o último passo da CNV e fazer o pedido específico.

Pedido é o “que foi solicitado...” (BUENO, 2016, p. 613). Marshall B. Rosenberg (2006, p.103) explica que o pedido deve ser uma ação positiva, ou seja, se deve pedir aquilo que se quer em vez do que não se quer. Quando se faz o pedido deve-se evitar frases vagas ou abstratas, quanto mais claro e objetivo for, maior a chance de ter o

pedido atendido.

Pedido não é exigência. O ouvinte não pode realizar o pedido achando que será recompensado caso o realize ou o atenda por culpa, arrependimento ou medo. Por isso, quando se faz um pedido, é importante que se tenha certeza de que a pessoa confia que aquilo é um pedido e não uma exigência.

Logo, percebe-se que a essência da CNV está na consciência da responsabilização de cada indivíduo (por sua fala, atos e sentimentos) e de se estar seguindo os quatro componentes acima descritos, por meio da compaixão, honestidade e respeito. E não, necessariamente, nas palavras efetivamente trocadas durante uma comunicação (ROSENBERG, 2006, p. 27). Deste modo, o objetivo da CNV é atender as reais necessidades individuais e do coletivo.

3 | A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO OPORTUNIDADE DE REFLEXÃO E DE DIÁLOGO

Após essa análise acerca da CNV podemos afirmar que grande parte dos conflitos estabelecidos em meio a sociedade são resultados de falhas de comunicação existentes entre as pessoas. Essas falhas criadas, direta ou indiretamente, podem representar divergências - de pensar e de agir -, porém dependendo da forma como se percebe este fenômeno conflitivo, ele pode representar uma oportunidade, uma situação que promova crescimento pessoal e social do indivíduo.

É em meio a esta visão mais assertiva do conflito, que o procedimento da mediação surge como uma forma autocompositiva, onde o indivíduo tem a possibilidade de pensar formas criativas e factíveis para melhor resolvê-lo. Neste sentido, a mediação percebe a divergência como algo natural e positivo, sendo uma oportunidade de auto-reflexão e de responsabilização social.

Na mediação, os envolvidos no conflito têm a possibilidade de o solucionar, agindo de forma: participativa (assumindo sua responsabilidade para que seja desnecessário que um terceiro resolva o conflito - na maioria das vezes esse papel cabe ao Juiz); crítica (quando olha o conflito de fora, percebendo de forma diferente sua ação, analisando o que é posição/condição e o que é necessidade/interesse); e coletiva (analisando não só as necessidades individuais, mas promovendo um encontro em que se possibilite a percepção das necessidades do outro, a fim de olhá-las de maneira empática e compassiva).

Em outras palavras, pode-se afirmar que, é a partir do fenômeno conflitivo, que surgem novas possibilidades de “desacomodação” do indivíduo (que de alguma forma se sente desconfortável, devido a situação pela qual está vivenciando). O que pode gerar transformações decorrentes da reflexão sobre esse contexto e possíveis alterações de comportamento.

E, nesse sentido, essas transformações dos indivíduos são interações sociais,

as quais Paulo Freire (1987) refere que dão dinamismo à própria sociedade, processo este descrito como “ação-reflexão-ação”. Isto é, a partir de uma simples conduta do indivíduo, pode-se iniciar um processo de auto-reflexão e análise, resultando em uma nova ação que é pensada de forma crítica, levando-se em conta não somente seus valores enquanto indivíduo, mas enquanto elemento de um grupo social, pelo qual ele também é responsável.

Essa participação/responsabilização do indivíduo promove uma visão mais abrangente do próprio conflito, saindo de uma visão onde essa disputa é vista de forma mais destrutiva (onde o fim do problema representa a extinção dos laços sociais que pré-existiam a situação conflitiva) passando para uma visão mais construtiva do conflito (quando ao fim deste, há um fortalecimento dos laços sócio-afetivos que pré-existiam à disputa). Logo, a mediação busca exatamente essa última visão, a construtiva, ao estimular as partes em litígio a compor criativamente soluções que permitam compatibilizar interesses aparentemente antagônicos. Olhando prospectivamente para o futuro, sem atribuição de culpa, mas sim se colocando na posição de co-autoria e de responsável pela situação vivenciada, o que fortalece os laços sociais do indivíduo enquanto cidadão.

A mediação busca resolver integralmente o conflito, dando assim um viés sociológico a este, pois dessa forma, pode-se chegar a uma pacificação social. Principalmente se considerar que nem sempre as condições estabelecidas nas disputas que chegam ao Judiciário representam as reais necessidades e interesses do indivíduo. De modo que se estas não são atendidas/saciadas, novos processos se formarão, ensejando num cenário de hipertrofia desse Poder.

Logo, há uma crescente judicialização de conflitos, a qual se deve por diversos elementos, como a falta de diálogo (PELLEGRINI, 2018, p. 04). O que poderia ser resolvido se as partes dialogassem de forma respeitosa e empática, conforme os princípios da CNV.

Nesse sentido, a mediação atua para além dos direitos tutelados pelo Estado, pois considera os aspectos emocionais e as necessidades dos envolvidos no conflito, pois somente assim pode resolvê-lo de forma satisfativa. Por isso, afirma-se que dentro deste método autocompositivo, busca-se superar falhas na comunicação a fim de que as partes possam juntas, encontrar a solução do conflito.

Mas, afinal, o que é a mediação de conflitos? Segundo Almeida e Pantoja (2016, p. 88), a mediação:

(...) pode ser definida, em síntese, como um processo dinâmico de negociação assistida, no qual o mediador, terceiro imparcial e sem poder decisório, auxilia as partes a refletirem sobre os seus reais interesses, a resgatarem o diálogo e a criarem, em coautoria, alternativas de benefício mútuo, que contemplem as necessidades e possibilidades de todos os envolvidos, sempre sob uma perspectiva voltada ao futuro da relação.

Durante o procedimento, o mediador auxilia as partes (chamadas de mediandos) a desenvolver o diálogo e a (auto)reflexão, utilizando-se de técnicas e ferramentas

específicas para tanto. O objetivo é que os mediandos possam restabelecer a comunicação que sofreu algum tipo de ruído, e assim, caso seja a vontade de ambos, compor um acordo que atenda as necessidades e as possibilidades de cada uma dessas partes.

Faz-se importante destacar que a mediação é indicada sempre que houver algum tipo de relação continuada ou de trato sucessivo entre as partes - ou seja, aquela que vai perdurar com o tempo, pelo fato de que as partes ainda irão se relacionar uma com a outra no futuro (por exemplo: em conflitos familiares, de vizinhança, etc.).

É necessário trabalhar a autoestima e o empoderamento do mediando, a fim de que todos os envolvidos tenham a mesma possibilidade de propor e questionar o que é trazido para a sessão de mediação. Esse empoderamento não é algo externo ao indivíduo, como o “*empowerment*” existente na língua inglesa, onde se dá poder a alguém para que o indivíduo tenha condições de realizar determinada tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas. Trata-se de um empoderamento no sentido freireano (FREIRE, 2000, p.121), onde o poder não vem de fora, mas de dentro do próprio indivíduo, é uma conquista dele, ou seja, o sujeito passa a se sentir legítimo e capacitado para agir e resolver o conflito que se instaurou.

Embora essa mudança ocorra a partir do indivíduo, ela não é individualista, pelo contrário, é uma mudança coletiva, pois é fruto de uma negociação que visa promover um mútuo sentimento de justiça, onde não se satisfaz a vontade de um único lado, mas se constrói o que é melhor para ambos, naquela referida situação. De modo que a cultura do litígio (da disputa, do ganhar e perder) começa a ceder lugar para a cultura da pacificação social, onde todos ganham, pois o foco é na resolução do conflito, e não mais em achar culpados.

Nesse sentido, o mediador trabalha como facilitador desta comunicação, não podendo decidir, sugerir e muito menos resolver o litígio que pertence às partes. A ele cabe criar um ambiente seguro e protegido para que se desenvolva o diálogo, a (auto) reflexão, o estabelecimento de uma relação empática e a (auto)responsabilização pelo fato conflitivo, fatores estes intimamente relacionados com a própria comunicação não violenta (CNV).

A fim de melhor compreender a base principiológica da mediação cita-se alguns aspectos importantes que caracterizam esse procedimento e estão dispostos na própria lei da Mediação (Lei 13.140/2015):

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:

I - imparcialidade do mediador;

II - isonomia entre as partes;

III - oralidade;

IV - informalidade;

V - autonomia da vontade das partes;

VI - busca do consenso;

VII - confidencialidade;

VIII - boa-fé.

Estes princípios não podem ser trabalhados de forma isolada, pois se interligam e se conectam, na medida em que preconizam uma visão sistêmica do conflito, do procedimento mediativo, dos contextos entre os envolvidos e etc. Por exemplo, a autonomia das partes está intrinsecamente relacionada a voluntariedade, pois refere-se ao direito de cada envolvido no conflito, querer ou não resolver a questão e de permanecer na sessão de mediação.

Logo, esses princípios demonstram a importância do indivíduo dentro da sessão de mediação, pois apenas quando ele se sentir acolhido e confortável para participar ativamente deste procedimento, é que ele se permite escutar o outro e suas necessidades. A informalidade, neste sentido, é fundamental, referindo-se tanto ao ambiente onde se desenvolverá a mediação (distribuição dos móveis e das pessoas na sala), quanto à postura dos envolvidos. O objetivo aqui é agregar e acolher, a fim de favorecer a transformação cultural que tanto se anseia e necessita.

Para a mediação judicial, mais especificamente, a orientação dada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2016, p. 162) é que, preferencialmente, se utilize uma mesa redonda durante as sessões, onde todos estão em condição de igualdade. Não havendo lados e muito menos autor e réu, culpados e vítimas, todos se reúnem para construir juntos, de forma dialética e dialogada, uma solução possível para aquela disputa.

O que se busca preferencialmente, mesmo dentro do âmbito do Judiciário, é restabelecer a comunicação entre as partes, justamente porque possuem um relacionamento continuado, sendo importante que possam aprender a escutar e a dialogar não só sobre esse conflito, mas sobre os próximos que provavelmente virão frutos desta relação.

Deste modo, a mediação é um importante procedimento que busca despertar nas pessoas a reflexão e a responsabilização, transformando a comunicação em um veículo eficaz. Impulsionando as mudanças culturais, na medida em que se compreende que, para mudar a sociedade primeiro, tem que se transformar os indivíduos que formam/alimentam essa consciência coletiva do litígio, na qual a sociedade está subjugada.

4 | A RELAÇÃO ENTRE A CNV E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Como se viu anteriormente, a linguagem violenta é tão familiar, está tão internalizada na cultura contemporânea, que é difícil percebê-la, sobretudo se

considerar que a sociedade moderna foi formada a julgar e a combater. A viver no dualismo do “certo e errado”, “justo e injusto”, provenientes do paradigma cartesiano.

Por isso, em realidade, a aplicação da CNV nas práticas cotidianas e também na condução de conflitos (mediação) pode se mostrar difícil, na medida em que não é corriqueiro não julgar, tampouco reconhecer necessidades e sentimentos (próprios e dos outros). Especialmente porque nesse círculo vicioso de julgar, punir e “subjugar” os outros - sobrepondo questões, avaliações e linguagem próprias aos demais -, parece antagônico, a esse “modo de ser das coisas” (condicionamento cultural), ouvir e dialogar com respeito.

Esse cenário se deve justamente por duas questões: a normalização da prática do julgamento e a falta de autoimplicação (responsabilização). Nesse sentido, Marshall B. Rosenberg (2006) explica que enquanto as pessoas encararem pedidos como exigências, só terão duas escolhas: a submissão ou a rebelião. Nenhuma dessas opções conecta pessoas, tampouco auxilia na resolução de conflitos.

A solução dos conflitos advém com a obtenção da conexão, transformando relações de dominação em relações de parceria/colaboração, por meio do diálogo. E a mediação propõe justamente isso: que se crie um ambiente propício a falar sobre sentimentos e necessidades sem críticas, troca de acusações e/ou a preocupação em produzir provas contra si (em caso de mediações judiciais). O objetivo é alcançar maior satisfação e eficácia na resolução dos conflitos.

Segundo Alberton (2014, p. 102) a mediação:

(...) vê no conflito uma possibilidade de crescimento pessoal, diálogo, construção e reconstrução das relações e laços sociais quando a resposta será alcançada pelos próprios mediandos. [...] A mediação pressupõe uma (re)aproximação dos atores para que eles próprios possam, construir a resposta à questão litigiosa.

Por isso, pode-se afirmar que a CNV é não só uma ferramenta da mediação como faz parte do núcleo principiológico da mesma, pois uma sessão de mediação tem como objetivo justamente auxiliar as partes a se conectarem por meio da compreensão de seus reais interesses e necessidades, ultrapassando posições. De acordo com Goretti (2016, p. 147-148), as posições consistem naquilo que o indivíduo declara ou acredita necessitar, para os fins de satisfação das suas necessidades e desejos.

São as pretensões declaradas, verbalizadas, que podem ou não ser correspondentes aos reais interesses em jogo. Em geral, as posições correspondem aos pedidos declarados em processos judiciais, enquanto os reais interesses estão nos fundamentos para tanto. Deste modo, a mediação propõe que se transponha a lide jurídica - a qual, em geral, propicia soluções provisórias e incompletas, razão pela qual, não raro, as partes retornam ao Judiciário para resolver aquela contenda -, a fim de olhar para esses reais interesses (FREITAS; PELLEGRINI, 2016).

Por isso, segundo Alves (2010, p. 180), em virtude deste método mais humanitário, alcança-se uma maior aceitação da solução da lide encontrada pelas partes, essencial para uma real pacificação do conflito, possibilitando-se, portanto, que o litígio não seja

retomado. Além disso, colabora para que os direitos humanos e a cidadania sejam percebidos sob um prisma positivo dos conflitos, fora da temática normativa.

Nesse sentido, a mediação objetiva que se decida por si: “(...) por seus sentimentos, sem que outras pessoas digam o que é bom ou ruim sentir, é a cidadania como forma de construir o amor por nós mesmos, o direito de decidir como aprender, amar, querer” (CAMACHO, 2013, p. 10). Trabalha, principalmente a autoimplicação e a busca por soluções (e não culpados), na medida em que o mediador estimula os mediandos a narrarem a sua perspectiva em relação ao conflito, estes acabam por fazerem ponderações que permeiam o processo “reflexão-ação-reflexão”.

Este movimento oportuniza a busca da essencialidade do problema e a ressignificação do mesmo em um ambiente seguro. Ao participar de uma sessão de mediação, é possível perceber “a fala do outro”, num movimento de “escutatória” (conforme Poema de Rubens Alves), o que facilita o processo de negociação, de estruturação de seus argumentos, de tomada de consciência de seus interesses e necessidades comuns (VASCONCELOS, 2017, p. 64).

Por conseguinte, a CNV pode ser uma ferramenta de transformação e empoderamento a ser utilizada pelos métodos autocompositivos, em especial a mediação. Inclusive há o uso da CNV em mediações de conflitos violentos em Israel, na Palestina, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa (ROSENBERG, 2006, p. 28-31).

Em realidade, trata-se de linguagem que pode ser utilizada pela sociedade em geral, como também pode ser uma forte aliada a esse método de resolução de conflitos. Eis que é uma metodologia em que a polarização e a troca de acusações cede lugar: a falar, ouvir, autoconhecer e autoimplicar.

Além disso, auxilia no *rapport* entre mediador e mediandos. O *rapport* consiste “no relacionamento harmonioso ou estado de compreensão recíproca no qual por simpatia, empatia ou outros fatores se gera confiança e comprometimento recíproco – no caso da mediação com o processo em si, suas regras e objetivos” (CNJ, 2016, p. 174).

Acredita-se que quando as pessoas vêem que estão sendo ouvidas, que seus sentimentos e necessidades estão sendo tratados com zelo, naturalmente confiam mais nas outras. Mesmo que o mediador manifeste ter entendido alguma fala errada, pelo fato de demonstrar que se preocupa com o que aquela pessoa sente ou necessita, valorizando-a ao tentar entendê-la, isso gera *rapport*.

Não fosse isso, praticar a CNV auxilia a “limpar” a comunicação, extraíndo o negativo (o ataque, o julgamento) da fala, pois contribui para desenvolver a observação e, conseqüentemente, facilita que se identifique julgamentos (tanto do emissor quanto do receptor daquela mensagem). Desperta a responsabilização, pois amplia a percepção sobre o que são julgamentos (próprios e os de outrem), auxiliando ainda a compreender qual a própria implicação sobre aquilo que está sendo debatido.

De acordo com Marshall B. Rosenberg (2006, p. 22): “Quando nos concentramos em tornar mais claro o que o outro está observando, sentindo e necessitando em vez

de diagnosticar e julgar descobrimos a profundidade de nossa própria compaixão”. Confirmando esse pensamento, Vasconcelos (2017, p. 64) afirma: “Em verdade, só quando estamos apropriados de nossa autodeterminação, vamo-nos habilitando a lidar, de modo saudável, com a empatia e o reconhecimento do outro”.

Reconhecer o outro provoca o despertar para o fato de que não se consegue mudá-lo. Já que implica na aceitação de que temos responsabilidade por nossos sentimentos, em vez de simplesmente culpar aos demais por não corresponder nossas expectativas, valores e/ou pensamentos. E o reconhecimento do outro aliado ao fator presença é que faz florescer a empatia:

Quando estamos pensando a respeito das palavras de alguém, escutando como elas se relacionam com nossas teorias, estamos olhando para as pessoas, mas não estamos com elas. O ingrediente-chave da empatia é a presença: estamos totalmente presentes com a outra parte e com aquilo pelo que ela está passando. Essa qualidade de presença distingue a empatia da compreensão mental ou da solidariedade. Embora possamos ocasionalmente escolher nos solidarizamos com os outros ao sentir o que eles sentem, é útil ter consciência de que no momento em que estamos oferecendo nossa solidariedade, não estamos oferecendo nossa empatia (ROSENBERG, 2006, p. 137)

Assim, acredita-se que a comunicação compassiva pode auxiliar o procedimento da mediação, tanto no que tange a postura do mediador quanto à dos mediados. Apesar dos envolvidos nos conflitos não passarem a seguir fielmente os quatro componentes de Marshall Rosenberg durante as sessões de mediação, acabam despertando para uma linguagem menos violenta e adversarial. Inclusive, esse autor já se manifestou a respeito:

Para usarmos a CNV, as pessoas com quem estamos nos comunicando não precisam conhecê-la, ou mesmo estar motivadas a se comunicar compassivamente conosco. Se nos ativermos aos princípios da CNV (...) eles se unirão a nós no processo, e acabaremos conseguindo nos relacionar com compaixão uns com os outros. Não estou dizendo que isso sempre aconteça rapidamente. Afirmo, entretanto, que a compaixão inevitavelmente floresce quando nos mantemos fiéis aos princípios e ao processo da CNV (ROSENBERG, 2006, p.24).

Portanto, a comunicação compassiva pode ser utilizada por diversos motivos: estabelecer maior grau de profundidade e afeto com as pessoas; formar relacionamentos mais eficazes no trabalho; constituir uma comunicação que tem potencial de se conseguir o que se pede, e etc. E, por isso, se afina perfeitamente com a mediação, pois, “num nível mais profundo, ela é um lembrete permanente para mantermos nossa atenção concentrada lá onde é mais provável acharmos o que procuramos” (ROSENBERG, 2006, p. 22-23).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia deste artigo foi desenvolver um estudo que externasse não só a temática da mediação e da CNV, mas que demonstrasse que são ideias complementares, que se afinam e, em certa medida, que estão imbuídas de propósitos e bases afins. A CNV

ocorre sem mediação, mas, na concepção das autoras, a mediação não ocorre sem uma comunicação de não violência.

Acredita-se que para se alcançar uma cultura de paz deve-se disseminar o respeito, a responsabilização e a compaixão, valores esses trabalhados dentro da mediação e da CNV. Tratam-se de metodologias que passam a dar um novo sentido a convivência em sociedade, pois enfrentam os conflitos de forma edificante e transformativa.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, Genacéia da Silva. “Conflito e olhar para a mediação: perspectivas”, In: **Práticas inovadoras na jurisdição: a experiência dos magistrados do Rio Grande do Sul**. Núcleo de Inovação e Administração Judiciária. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2014.
- ALMEIDA, Diogo A. Rezende; PANTOJA, Fernanda Medina. Natureza da Mediação de conflitos. In: ALMEIDA, Tânia (org.) **Mediação de conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes**. Salvador: Editora Juspodivm, 2016.
- ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **Direito de Família mínimo: a possibilidade de aplicação e o campo de incidência da autonomia privada no direito de família**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- ALVES, Rubens. **A Escutatória**. Disponível em: <http://baraoemfoco.com.br/barao/cultura/noticias/escutatoria.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Azevedo, André Gomma de (org.). **Manual de Mediação Judicial**. 6.ed. Brasília/DE:CNJ, 2016.
- CAMACHO, Samanta. **Surfando na Pororoca - O Ofício do mediador - Warat**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 26 Mai. 2008. Disponível em: www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/negociacao-mediacao/100 Acesso em 23 Mar. 2013
- CAPPELLARI, Jéferson. **ABC do Girafês: aprendendo a ser um comunicador emocional eficaz**. Curitiba: Multideia, 2012.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Mediação Judicial – de acordo com Lei 13.140/2015 (Lei de Mediação), a Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil) e a Emenda 2 da Resolução 125/10**. 6ª ed. Organizado por André Gomma de Azevedo. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo; SCHOR, Ira. **Medo e Ousadia: cotidiano do professor**. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREITAS, Carolina Mota de; PELLEGRINI, Carolina Portella. O papel do mediador como efetivador da Justiça Social: reflexões sobre diálogo, respeito e consenso. In: **Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2016, Santa Cruz do Sul. Mediação e Justiça Restaurativa, 2016.
- GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnicas de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2002.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000300004>. Acesso em 04 de agosto de 2018.

GORETTI, Ricardo. **Mediação e Acesso à Justiça**. Salvador: JusPodivm, 2017.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3.ed.ljuí: Unijuí, 2007.

PELLEGRINI, Carolina Portella. **Mediação: usos e práticas dos advogados em conflitos familiares judicializados**. Curitiba: CRV, 2018.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Traduzido por Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 5ª. ed.rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

O DIREITO PENAL DO INIMIGO À LUZ DO GARANTISMO PENAL

Mariana Hazt Lencina

Bacharel em Direito pela instituição de ensino Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas (PR), pós-graduada em Direito Penal pela instituição de ensino Escola Brasileira de Direito Aplicado e pós-graduanda em Direito Internacional pela Universidade Anhembi Morumbi – Laureate International Universities. Palmas – Paraná.

Cândida Joelma Leopoldino

Coordenadora do Curso de Direito do IFPR-Campus Palmas (PR). Mestre e Doutora em Direito pela UFPR Integrante do NDCC (Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania) da UFPR e NUPRU (Núcleo de Riscos Urbanos) da UTFPR-Pato Branco. Pato Branco – Paraná.

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo analisar a Teoria do Direito Penal do Inimigo e como ocorre a inserção no ordenamento jurídico brasileiro, considerado um sistema garantista. Utilizando-se tanto da obra de Jakobs, como de doutrinadores contrários à sua teoria, tentar-se-á entender a formação do Direito Penal do Inimigo e o problema em separá-lo do “Direito Penal do Cidadão”. Com o estudo sobre o desenvolvimento da teoria de Jakobs, tem-se a necessidade de mencionar suas principais bases filosóficas e a formação do inimigo. Em que pese tal teoria não ser

aceita no ordenamento jurídico brasileiro, o presente artigo demonstra suas características em face dos princípios norteadores do sistema garantista.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Inimigo. Garantismo. Constituição.

ABSTRACT: The present study aims to analyse the theory of the criminal law of the enemy and as the insertion of this legal device in the Brazilian legal order, considered a guaranteeing system. Using both the work of Jakobs and indoctriners contrary to his theory, he will try to understand the formation of the criminal law of the enemy and the problem of separating him from the “criminal law of the citizen”. For the study on the development of Jakobs theory, the need to mention its main philosophical bases and the formation of the enemy. Even though the theory not being accept by the Brazilian legal order, this article demonstrates its characteristics in the face of the guiding principles of the guaranteeing system.

KEYWORDS: Law. Enemy. Guaranteeing. Constitution.

1 | INTRODUÇÃO

A Teoria Garantista, atualmente utilizada no ordenamento jurídico brasileiro, criou

suas raízes juntamente com o advento do Iluminismo. Através desta visão, busca-se assegurar ao cidadão que suas garantias individuais estejam positivadas e serão resguardadas pelo Estado.

Partindo do sistema garantista adotado no ordenamento jurídico brasileiro, torna-se necessário o estudo de uma teoria oposta ao garantismo, denominada Direito Penal do Inimigo.

Günther Jakobs, por meio de fundamentos filosóficos, apresenta uma nova vertente do Direito Penal, passando a ser considerada a terceira velocidade do Direito Penal. Através de grandes filósofos como, por exemplo, Hegel, Hobbes, Kant e Rousseau, Jakobs argumenta a criação de um sistema de processamento diferenciado para aqueles considerados inimigos do Estado. Estes inimigos se colocam fora do pacto social em razão da reincidência na prática delitiva, bem como por seu alto nível de periculosidade.

O direito penal do cidadão confere ao autor do delito garantias e direitos que deverão ser respeitados no processo penal, para que, após sua condenação existam medidas menos rígidas que restabeleçam a ideia de segurança fornecida pelo contrato social.

Por outro lado, o direito penal do inimigo dirige-se aos indivíduos que se mostram persistentes no cometimento de delitos, sujeitando-os à retirada do caráter de pessoa, e sendo tratados meramente como inimigos, mitigando direitos como o grau máximo de reprovação estatal. Tal intervenção deve ocorrer antes mesmo da prática delitiva, pois trata-se de um direito direcionado ao futuro e não aos cometimentos de fatos passados. Busca-se, segundo Jakobs, a manutenção da ordem e do sentimento de segurança em sociedade, o que não poderia ser garantido com o inimigo em decorrência da sua periculosidade, devendo ser, então, coagido.

Como ponto essencial do trabalho, imperioso explicar o surgimento do Direito Penal do Inimigo, a partir das inspirações filosóficas de Jakobs, bem como, a identificação do inimigo deste sistema. Neste ponto, serão identificadas incompatibilidades entre o sistema garantista e o sistema proposto por Jakobs.

2 | PRINCÍPIOS DO SISTEMA GARANTISTA

O modelo garantista, proposto por Luigi Ferrajoli e adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro é composto de princípios que solidificam os ideais do sistema. Cumpre explicar, de forma breve, alguns dos princípios norteadores do Direito Penal brasileiro, separadamente.

A primeira base principiológica que compõe o sistema é o princípio da legalidade, que assegurará a segurança do que é fato punível, bem como da pena aplicável (BITENCOURT, 2016, p. 50).

O **princípio da legalidade** encontra-se previsto no artigo 5º, incisos II e XXXIX, da Constituição Federal. O artigo 5º, incisos II e XXXIX, da Constituição Federal,

comum para todo procedimento, trata em seus incisos que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de Lei, bem como que não poderá haver a previsão de crime sem Lei anterior que o defina ou pena sem sua respectiva aplicação legal.

Para Ferrajoli (2002, p. 30), este princípio está composto de duas condições: “o caráter formal ou legal do critério de definição do desvio e o caráter empírico ou fático das hipóteses de desvio legalmente definidas”.

O **princípio da intervenção mínima**, ou *ultima ratio*, preconiza a limitação da intervenção estatal, de modo que a conduta intervencionista somente é válida “se constituir meio necessário para a prevenção de ataques contra bens jurídicos importantes” (BITENCOURT, 2016, p. 54). Deste modo, a esfera penal deve ser o último ramo do direito a ser utilizado, diante da gravidade dos efeitos gerados pela criminalização e intervenção penal (BITENCOURT, 2016, p. 54). Também conhecido como princípio da necessidade, está previsto no axioma “*nulla poena sine necessitate*, por exigi-lo a legalidade das penas e dos delitos” (FERRAJOLI, 2002, p. 372).

O **princípio da lesividade** caracteriza a justificativa para a intervenção estatal, considerando que somente condutas que apresentem a lesividade a bens jurídicos justificam a imposição de penas e restrições pelo Estado (FERRAJOLI, 2002, p. 372).

Deste modo, o princípio da necessidade está condicionado ao princípio da lesividade, de modo que o crime e a pena devem estar legalmente previstos, assim como o bem jurídico demonstradamente lesionado, para que só então se justifique a intervenção estatal na conduta do indivíduo (FERRAJOLI, 2002, p. 374).

O **princípio da retribuição penal**, conforme já mencionado, está compreendido no axioma *nulla poena sine crimine*. Ou seja, a sanção penal somente é aplicada quando configurado o delito, “que constitui causa ou condição necessária e do qual se configura como efeito ou consequência jurídica” (FERRAJOLI, 2002, p. 297). Como bem observado por Ferrajoli (2002, p. 297), “graças a ele, a pena não é um prius, senão um posterius, não uma medida preventiva ou *anti delictum*, senão uma sanção retributiva ou *post delictum*”.

A configuração do delito torna-se critério essencial, uma vez que o Direito Penal deve punir em razão do fato cometido, e não por características pessoais ou perfis considerados como “delinquentes” (FERRAJOLI, 2002, p. 298).

Por sua vez, com relação ao **princípio da razoabilidade**, o doutrinador (2016, p. 68-69) entende que está ligado diretamente ao **princípio da proporcionalidade**, controlando-o, limitador deste último. Agem, na maioria das vezes, estes os princípios de forma conjunta. Cita o autor que, por exemplo, na ocorrência da alegação de legítima defesa (art. 25 da CF/88) e de estado de necessidade (art. 24 da CF/88), exige-se constantemente a comprovação da razoabilidade dos meios empregados e da moderação para se aferir se não ocorreram excessos.

O **princípio da presunção da inocência** decorre da fragmentação do princípio da submissão à jurisdição, segundo Ferrajoli (2002, p. 441), de modo que submeter-

se à jurisdição impõe a presunção da inocência até que seja decretada a sentença condenatória definitiva.

Para Aury Lopes Júnior, “a presunção da inocência impõe um dever de tratamento”, de modo que processualmente isso acarreta na inversão do ônus da prova ao acusador e externamente implica em uma maior necessidade de proteção contra a “publicidade abusiva e estigmatização” (LOPES JR., 2016, 96-97).

Deste modo, a presunção da inocência deveria ser entendida como uma promessa de segurança ao cidadão, de modo que ao ser acusado, sinta-se seguro em razão da busca pela verdade, diante da garantia da submissão à jurisdição. A partir da presunção da inocência tem-se a necessidade de impor o ônus da prova a quem acusa, além do dever de absolver se houver dúvida (FERRAJOLI, 2002, p. 442).

Pelo princípio do contraditório, entende-se a necessidade de oportunizar a “confrontação de prova” e da acusação, como sendo base da estrutura de debate processual (LOPES JR., 2016, p. 97), de modo que ambas as partes devem ser ouvidas, em prol da imparcialidade do juízo.

Os **princípios do contraditório e ampla defesa** estão estritamente ligados, de modo que um depende do outro para ser exercido (LOPES JR., 2016, p. 98).

Para Aury Lopes Júnior (2016, p. 101), a ampla defesa pode ser fragmentada em defesa técnica e pessoal, de modo que a “se a defesa técnica é indisponível, a autodefesa é renunciável”. Afinal, a defesa técnica é uma garantia constitucional, prevista pelo artigo 5º, inciso LXXIV, e deve ser observado uma vez que “a tutela da inocência do imputado não é só um interesse individual, mas social” (LOPES JR., 2016, p. 100). A autodefesa consagra-se no momento em que o sujeito é ouvido, exercendo o contraditório ou permanecendo em silêncio (LOPES JR., 2016, p.101).

Como conclusão do presente capítulo, com base nas premissas expostas, verifica-se que o sistema garantista visa, por meio de direitos e garantias fundamentais positivados nas constituições e os subprincípios deles derivados, fixar barreiras ao poder do Estado, para que exista uma maior segurança normativa ao indivíduo e menor discricionariedade tanto no poder legislativo como no judiciário. Diante das limitações constitucionais impostas, por meio de princípios e direitos, o Direito Penal positivado deve seguir garantias penais e processuais derivados de axiomas, para uma segurança mínima proposta pelo sistema garantista, ou mais conhecido como modelo minimalista de Ferrajoli.

3 | O DIREITO PENAL DO INIMIGO

3.1 Bases Filosóficas da Teoria de Jakobs

A teoria do Direito Penal do Inimigo tem como principal autor Gunther Jakobs, famoso jurista alemão. Esta doutrina é considerada uma nova velocidade do Direito

Penal, alvo de críticas principalmente por se direcionar aos ‘inimigos’ reincidentes do Estado que, segundo Jakobs, colocam em risco a vigência da norma (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 35).

A resposta estatal prevista ao inimigo de Jakobs motiva-se principalmente pela falta de segurança que o indivíduo apresenta à sociedade, considerando suas reincidências delitivas e o perigo que apresenta à manutenção da ordem (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.39).

Para um melhor entendimento da proposta de Jakobs, idealizada em sua obra “Direito penal do inimigo, noções e críticas”, escrita juntamente com o jurista Manuel Cancio Meliá, impende-se necessário entender quais foram suas principais inspirações filosóficas de Jakobs para a formação da tese.

O primeiro filósofo a ser citado como inspiração ao Direito Penal do Inimigo é Thomas Hobbes. Segundo apontamentos de Jakobs, para Hobbes existem delitos específicos, de elevada importância, que estimulam a visão de um indivíduo como inimigo, conseqüentemente retirando seu status de cidadão. Nesse sentido, as ideias apresentadas por Hobbes muito influenciaram na teoria proposta por Jakobs, vez que, observadas as características do inimigo, este deixará de ser tratado como cidadão, em seus direitos e garantias, por ter menosprezado seus deveres. (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 32-33).

Assim, a depender da prática delitiva, o indivíduo se rebela contra o pacto social, abandonando a submissão e não sendo, portanto, merecedor de um castigo imposto aos cidadãos em geral, mas sim aos inimigos.

Immanuel Kant, partindo de uma ideia similar acerca de rompimentos com a sociedade, entende que aqueles que se negam a participar de contrato, devem ser expulsos do local onde o pacto social encontra-se em exercício, afinal ainda se encontram em seu estado de natureza, gerando insegurança aos demais cidadãos (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 28).

Jakobs expõe suas ideias a partir da explicação de Rousseau acerca do contrato social firmado (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 25). O Contrato Social de Jean Jacques Rousseau retrata em seu conteúdo que as leis tornam-se encargos para a associação ao contrato (ROUSSEAU, 2003, p. 54). Ao pactuar o contrato, o cidadão se insere na vontade geral, resultando na “alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, em favor de toda a comunidade” (ROUSSEAU, 2003, p.24).

Para Rousseau os criminosos deverão ser tratados, de certo modo, como os inimigos de Jakobs, afinal, para a manutenção da segurança proposta pelo Estado ao contratante, é preciso consentir com a morte, se esta medida for necessária. Ainda, inserido neste raciocínio, Rousseau afirma que o criminoso, ao romper com o contrato social, declara guerra a este e deixa de ser um associado, resultando em sua punição por intermédio do exílio ou mesmo da morte (ROUSSEAU, 2003, p.49).

Em que pesem os pilares filosóficos utilizados até então, a filosofia basilar para o entendimento de Jakobs depreende-se de Hegel. Para Hegel, segundo Bittencourt,

ao cometer um delito, o indivíduo nega a vontade geral estabelecida pela norma. Quando existe essa negação deverá então existir a pena, como uma necessidade de estabelecer a vigência da vontade geral já abalada. Portanto, “resume-se em sua conhecida frase: a pena é a negação da negação do direito” (BITENCOURT, 2016, p. 138). Segundo Bitencourt (2016, p. 138):

(...) para Hegel a pena encontra sua justificação na necessidade de restabelecer a vigência da “vontade geral”, simbolizada na ordem jurídica e que foi negada pela vontade do delinquente. (...) A pena vem, assim, retribuir ao delinquente pelo fato praticado, e de acordo com o *quantum* ou intensidade da nova negação que é a pena.

Portanto, verifica-se que Jakobs, assim como Hegel, percebe na pena uma forma de restabelecer o direito, ou a vigência da norma que sofreu o dano.

Ainda, Hegel influencia fortemente Jakobs acerca do significado de crime e sua influência na vigência da norma. Enquanto que, para o cidadão a pena reafirma a vigência da norma, para o inimigo, a pena torna-se preventiva, evitando fatos futuros (ABELIN, 2015, p. 01).

A partir de tais pressupostos filosóficos, o inimigo de Jakobs retorna ao seu estado de natureza ao romper com o pacto social firmado, devendo ser eliminado para garantia da manutenção da norma, considerando que sua delinquência nega o direito posto (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 35-36).

A teoria de Jakobs pode ser enquadrada no sistema funcionalista sistêmico, influenciada pelos estudos de Niklas Luhmann, por meio dos quais utiliza como centro a sociedade e como proteção principal a validade da norma (VIDAL, 2008, p. 177).

César Faria define como se entrelaça a Teoria de Luhmann e o Direito:

Segundo Luhmann, para verificar a função do direito na sociedade complexa, faz-se necessário que se observe o modo pela qual ele se estrutura e diferencia as expectativas cognitivas e, principalmente, as normativas, afinal, é sobre elas que se refere. Toda e qualquer expectativa consiste em uma antecipação do futuro e, como tal, está apta a ensejar frustrações. Assim, existem duas formas para lidar com estas frustrações: ou se adapta a expectativa à situação que a frustrou ou se volta contra tal situação. No primeiro caso, estar-se-ia diante de uma expectativa cognitiva, que se adapta à situação que a contrariou. No segundo, todavia, verifica-se uma expectativa normativa que deve se manter firme contra a situação que a decepcionou. Conforme o pensamento de Luhmann, essas duas formas de lidar com a frustração de expectativas encontram no direito a sua estabilização por meio na normatização (FARIA, 2010, p. 07).

Conforme explicam Richard Paes Lyra Junior e Lincoln Almeida Rodrigues (2011, p. 02):

O funcionalismo sistêmico adota a teoria preventiva positiva, cuja ferramenta é a intimidação. A intenção é inculcar no intelecto a certeza de punição para condutas contrárias a norma jurídica, assumindo nítida coação psicológica no sentido de inibir delitos. Portanto, a pena, além de mecanismo de intimidação, objetiva o restabelecimento da ordem social preconizada pelo sistema, na certeza que o indivíduo sofrerá a consequência de seus atos, servindo a pena como paradigma de conduta não esperada no âmbito social.

Enquanto a sociedade encontra-se no centro do sistema como objeto de proteção do Estado, a função do direito é assegurar a vigência normativa, de modo que não seja abalada, e quando for, resulte em uma reação que a restabeleça (LYRA JÚNIOR; RODRIGUES, 2011, p.07).

Dentro da teoria elaborada por Gunther Jakobs, por claramente diferenciar cidadãos de inimigos, têm-se dois subsistemas do direito: direito do cidadão e direito do inimigo, ou seja, para este último tem-se um tratamento restritivo de garantias individuais (FARIA, 2010, p.16).

Por todo o exposto, verifica-se que o Direito Penal do Inimigo é voltado aos indivíduos que rompem com o contrato social, já que por meio de sua periculosidade ou risco à sociedade, não mais asseguram a vigência da norma, prejudicando assim a segurança normativa que mantém o sistema. Deste modo, considerando a periculosidade do indivíduo para a manutenção da norma, Günther Jakobs propõe uma dualidade sistêmica, ou seja, o Direito Penal do inimigo e o Direito Penal do Cidadão.

3.2 O Inimigo de Günther Jakobs

Jakobs não define o direito penal utilizando-se essencialmente da proteção a bens jurídicos, mas sim por meio da preocupação com a ‘vulnerabilização’ da vigência da norma (BITENCOURT, 2016, p.125). Como explica Bittencourt, “para Jakobs, o verdadeiro bem jurídico penal a ser protegido é a validade fática das normas, porque somente assim se pode esperar o respeito aos bens que interessam ao indivíduo e ao convívio social” (BITENCOURT, 2016, p. 126).

Utilizando-se da vigência da norma como proteção primordial, todos os associados ao contrato devem fazer seu papel no Estado, transmitindo cognição da segurança de um comportamento favorável às normas às quais se submeteram. Em momentos nos quais o cidadão descumpra a norma, não perde seu caráter, ou sequer sua obrigação estatal, de modo que haverá uma intervenção após o cometimento do fato, como forma de garantir a segurança jurídica e normativa (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 33). Nesse sentido, explica Juarez Cirino dos Santos (2012, p. 05):

Assumida a classificação de criminosos em cidadãos e inimigos, JAKOBS não vacila em atribuir natureza descritiva ao conceito de inimigo – que designaria uma realidade ontológica do ser social, identificável por diagnósticos de personalidade e objeto de prognósticos de criminalidade futura –, propondo a distinção entre cidadãos e inimigos no âmbito da imputação penal, deste modo: a) o cidadão é autor de crimes normais, que preserva uma atitude de fidelidade jurídica intrínseca, uma base subjetiva real capaz de manter as expectativas normativas da comunidade, conservando a qualidade de pessoa portadora de direitos, porque não desafia o sistema social; b) o inimigo é autor de crimes de alta traição, que assume uma atitude de insubordinação jurídica intrínseca, uma base subjetiva real capaz de produzir um estado de guerra contra a sociedade, com a permanente frustração das expectativas normativas da comunidade, perdendo a qualidade de pessoa portadora de direitos, porque desafia o sistema social.

Portanto, o cidadão é aquele que atende as expectativas do Estado, podendo eventualmente cometer desvios que serão punidos de maneira proporcional. Por outro lado, o inimigo é insubordinado às normas impostas, apresentando risco à vigência normativa e à sociedade. Assim, aquele que for considerado inimigo perde o caráter de cidadão.

Se o Direito Penal “do cidadão” mantém a vigência da norma (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 30), para cada ato delinquido haverá uma resposta estatal como forma de coação, a fim de que o pacto social seja mantido e disciplinado. Ainda que a pena resulte em uma reação, a coação coíbe o cidadão que a norma danificada continua forte (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.22).

Todavia, este Direito Penal descrito somente será aplicado aos cidadãos que não têm o costume de cometer crimes, devendo estes esporádicos atos serem tratados como meros desvios, possibilitando a recuperação destas pessoas (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.22).

Desta forma, a segunda vertente do Direito Penal, descrita por Jakobs, deixa de considerar o criminoso habitual como pessoa. Este indivíduo perde as garantias e direitos assegurados pelo Estado, de modo que seu julgamento será com base não em fatos passados, mas no combate a novas práticas infracionais. A diferença entre o direito penal do cidadão e o direito penal do inimigo é clara para Jakobs: o cidadão, apesar do delito cometido, ainda proporciona uma garantia cognitiva mínima de sua continuidade de submissão às normas impostas, mantendo ainda seu direito de ser considerado pessoa (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 33). O inimigo, por sua vez, não apresenta essa garantia cognitiva mínima, representando perigo e devendo ser neutralizado (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 43).

Ao escrever sobre o assunto, Zaffaroni, o qual demonstra-se contrário ao direito penal do inimigo sustentado por Jakobs, explica que a negação do caráter de pessoa ocorre não a partir privação de direitos, mas sim do seu tratamento como algo perigoso, necessitado de “pura contenção”:

Na medida em que se trata um ser humano como algo meramente perigoso e, por conseguinte, necessitado de pura contenção, dele é retirado ou negado o seu caráter de pessoa, ainda que certos direitos (por exemplo, fazer testamento, contrair matrimônio, reconhecer filhos, etc) lhe sejam reconhecidos. Não é a quantidade de direitos de que alguém é privado que lhe anula a sua condição de pessoa, mas sim a própria razão em que essa privação de direitos se baseia, isto é, quando alguém é privado de algum direito apenas porque é considerado pura e simplesmente como um ente perigoso (ZAFFARONI, 2007, p. 18).

A partir das ideias de Jakobs, observa-se que se houver exceção para que seja aceita a prática da despersonalização do indivíduo diante de sua periculosidade, o Direito Penal será passível de exercícios repetitivos, confrontando os ideais principiológicos do Estado democrático de direito pátrio.

A proposta de Jakobs não é punir o autor do fato pelo delito, mas despersonalizar e tratar do indivíduo como um risco à sociedade. O resultado é uma extensão da

punição, afinal, após cumprir a pena pelo fato, continuará sendo punido por ser considerado uma ameaça, pelo temor do Estado de que este volte a delinquir (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.44).

Juarez Cirino dos Santos explica a proposta de pena para o inimigo de Jakobs, em contraposição ao cidadão (2012, p.02-03):

a) a pena para o cidadão seria uma reação contra-fática dotada do significado simbólico de afirmação da validade da norma, como contradição ao fato passado do crime, cuja natureza de negação da validade da norma a pena pretende reprimir (...)

b) a pena para o inimigo seria uma medida de força dotada do efeito físico de custódia de segurança, como obstáculo antecipado ao fato futuro do crime, cuja natureza de negação da validade da norma a pena pretende prevenir.

Em sua crítica, Zaffaroni define as consequências da ideia de contenção e punição do Direito Penal do Inimigo:

A privação da liberdade – ou a deportação – de uma pessoa em razão de um quarto ou um quinto delito de gravidade leve ou média contra a propriedade, quando essa pessoa foi condenada e cumpriu pena pelos delitos anteriores, é uma reação totalmente desproporcional à entidade de seu injusto e de sua culpabilidade e, portanto, o sofrimento que se lhe impõe é uma pena entendida como mera contenção, um encerramento que cria um puro impedimento físico; trata-se de uma espécie de enjaulamento de um ente perigoso (ZAFFARONI, 2007, p. 18).

Diante do exposto, verifica-se que a exclusão do inimigo se assentava em medidas urgentes, no entendimento inicial de aplica-lo a casos específicos, como em estado de guerra, porém, ao criar precedentes para este tratamento, o resultado fático é a prática comum e reiterada na sociedade.

Por meio da observação de Cabette e Loberto (2011, p. 05), citando Jakobs e Meliá (2007, p. 37), verifica-se o esquecimento da punição de fato para um foco na prevenção do agente, de modo que seja possível resguardar a sensação de segurança, intervindo no autor de um suposto crime antes mesmo de cometê-lo:

O Direito Penal do Fato, que é o constitucionalmente legitimado, dá lugar a uma política repressiva que pune o indivíduo pelo que ele é, e não pelo que ele fez ou deixou de fazer. Tenta-se, com essas proposições, o reconhecimento de dois pólos: *“o tratamento com o cidadão, esperando-se até que exteriorize sua conduta para reagir, com o fim de confirmar a estrutura normativa da sociedade [...], o tratamento com o inimigo, que é interceptado já no estado prévio, a quem se combate por sua periculosidade”* (CABETTE; LOBERTO, 2011, p. 05).

Diante do exposto, é possível concluir que alguns direitos, como o direito ao esquecimento, direito à imagem, vida privada e dignidade da pessoa humana não se encontram nas bases formadoras do modelo apresentado por Jakobs.

Segundo as conclusões de Juarez Cirino dos Santos, Jakobs propõe um “duplo sistema de imputação”:

Ao introduzir no Sistema de Justiça Criminal a categoria do inimigo como um diferenciado tipo de autor de fatos puníveis, a proposta do direito penal do inimigo introduz também um duplo sistema de imputação penal e processual penal, assim concebido por JAKOBS: a) o sistema penal seria constituído por um Direito Penal da culpabilidade pelo fato passado de autores definidos como cidadãos, por um

lado, e por um Direito Penal preventivo da medida de segurança pelo perigo de fato futuro de autores definidos como inimigos, por outro lado; b) o sistema processual penal seria cindido entre a imputação fundada no princípio acusatório para o cidadão, acusado com as garantias constitucionais do processo legal devido (ampla defesa, presunção de inocência etc.), por um lado, e a imputação fundada no princípio inquisitório para o inimigo, punido sem as garantias constitucionais do processo legal devido (defesa restrita, presunção de culpa etc.), por outro lado (SANTOS, 2012, p.10).

Ademais, uma das premissas do direito penal de Jakobs é a punição prévia à lesão ao bem jurídico, o que, nas observações de Meliá, já se encontra presente nos ordenamentos jurídicos em razão da “expansão do Direito Penal”:

O ponto de partida de qualquer análise do fenômeno, que pode denominar-se de expansão do ordenamento penal, está, efetivamente, em uma simples constatação: a atividade legislativa em matéria penal, desenvolvida ao longo das duas últimas décadas nos países de nosso entrono tem colocado, ao redor do elenco nuclear de normas penais, um conjunto de tipos penais que, vistos desde a perspectiva dos bens jurídicos clássicos, constituem hipóteses de “criminalização no estado prévio” a lesões de bens jurídicos, cujos marcos penais, ademais, estabelecem sanções desproporcionalmente altas. (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.56).

Meliá relaciona o Direito Penal do Inimigo com a essência do direito penal simbólico, ou seja, que “surge, imediatamente a ideia de que se inflige um dano concreto com a pena, para obter efeitos um pouco mais simbólicos” (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.58).

Assim, diante da exposição do punitivismo político, verifica-se a incidência do direito penal simbólico, vez que a inserção de normas radicais é feita a partir de uma visão de repercussão simbólica:

Assim, por exemplo, quando se introduz uma legislação radicalmente punitivista em matéria de drogas, isso tem uma imediata incidência nas estatísticas da persecução criminal (isto é, não se trata de normas meramente simbólicas, de acordo com o entendimento habitual) e, apesar disso, é evidente que um elemento essencial da motivação do legislador, na hora de aprovar essa legislação, está nos efeitos simbólicos, obtidos mediante sua mera promulgação. E, ao contrário, também parece que, normas que em princípio poderiam ser catalogadas de meramente simbólicas passam a ensejar um processo penal real (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.64).

Ao compreender a teoria proposta por Jakobs, constata-se que as contraposições do Direito Penal do Inimigo com o estado democrático de direito revelam contrastes. Todavia, não devem ser consideradas novidades, tendo em vista que estão presentes em muitos institutos do nosso ordenamento jurídico. A partir da justificativa de um direito penal simbólico, são aplicadas normas de um sistema punitivista, que tornam práticas reais, e segundo Meliá, desencadeiam no Direito Penal do Inimigo (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 65).

Por fim, a identidade do inimigo não se restringe no seu passado delituoso, mas vai além, atingindo determinados grupos sociais, religiosos ou étnicos. A partir do momento que Jakobs separa o Direito Penal do Cidadão, dedicado ao bom cidadão, do Direito Penal do Inimigo, direcionado ao mau indivíduo, há um “etiquetamento”

daquele que é considerado merecedor de direitos no Estado Democrático de Direito e uma identificação dos inimigos que merecem restrições a esses direitos.

3.3 As Bases Principlológicas do Direito Penal Em Face da Teoria de Günther Jakobs

As bases concretas do Direito Penal são esquecidas na teoria sustentada por Jakobs. A primeira diferença entre os dois modelos apartados por Jakobs é a aplicação penal. Quando se fala em direito penal do cidadão, tem-se primeiramente a prática do fato delitivo para sua posterior punição estatal. Alguns princípios norteiam tal afirmação, como por exemplo o princípio da intervenção mínima, afinal o Direito Penal deve ser a *ultima ratio*, somente intervindo se não houver nenhum outro meio de controle social suficiente para proteção dos bens jurídicos (BITENCOURT, 2016, p. 54).

A *ultima ratio* perde sua força. A partir deste princípio, entende-se que direito penal é a intervenção mais rigorosa do Estado, devendo ser aplicado de forma ponderada (BITENCOURT, 2016, p. 54). Para Jakobs, o Direito Penal interviria a qualquer indício de periculosidade do indivíduo. Ainda, não bastasse a ação estatal anterior ao fato, as penas devem ser altas e desproporcionais, ante as características do autor do comportamento delituoso (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.44).

Do mesmo modo, o princípio da lesividade se perde ao se deparar com o inimigo. Através de seus fundamentos, tal princípio traria maior segurança à garantia de punição posterior ao fato delitivo, delimitando ainda mais a atuação do Estado. Nesse sentido, Rogério Greco complementa sua definição ao citar Oscar Emilio Sarrule:

As proibições penais somente se justificam quando se referem a condutas que afetem gravemente a direitos de terceiros; como consequência, não podem ser concebidas como respostas puramente éticas aos problemas que se apresentam senão como mecanismos de uso inevitável para que sejam assegurados os pactos que sustentam o ordenamento normativo, quando não existe outro modo de resolver o conflito (GRECO, 2016, p.101).

A lesividade deveria remeter-se à necessidade da pena, ou seja, da punição, quando realmente há uma ruína intolerável ao bem jurídico tutelado pelo Estado. Pela tese formulada por Jakobs, no Direito Penal do Inimigo, o que se busca punir é o indivíduo com alto grau de periculosidade objetivando a prevenção, a proteção antes mesmo da próxima prática delitiva que possa apresentar perigo ou cause efetivamente o dano (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.35).

Não deve haver uma generalização quanto ao direito penal, considerando que não são todos os bens jurídicos que merecem proteção, tampouco todos os danos a eles causados serão punidos (BITENCOURT, 2016, p. 60).

Há mais uma desconstrução de fundamentos que está inserida na ideia de Gunther e se relaciona com o princípio da culpabilidade. Como significado de crime, tem-se o fato típico, ilícito e culpável, e essa culpabilidade será sopesada por sua reprovação jurídica, considerando a possibilidade de comportamento diverso por

parte do agente no caso concreto (GRECO, 2016, p.141). Todavia, seguindo um viés totalmente oposto, o Direito Penal do Inimigo de Jakobs trata os criminosos que são considerados inimigos como verdadeiros perigos ao ordenamento jurídico, devendo ser combatidos e neutralizados (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 35). Com essa visão, o Estado não espera a exteriorização do comportamento, a lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico, de forma que antecipará a punição diante da periculosidade do autor, deixando de considerar a sua culpabilidade.

Outra base do nosso ordenamento jurídico é o princípio da legalidade, o qual determina as previsões positivadas para o delito e pena correspondente. Conforme sustenta Rogerio Greco (2016, p. 145), “por intermédio da Lei existe a segurança jurídica do cidadão de não ser punido se não houver uma previsão legal criando o tipo incriminador, ou seja, definindo as condutas proibidas (comissivas ou omissivas), sob ameaça de sanção”. Ou seja, diante da previsão legal da conduta perpetrada haverá uma forma de coação imposta pelo Estado.

Todavia, a partir dos ideais do Direito Penal do Inimigo, se a pessoa é considerada uma ameaça e um perigo à sociedade, em razão do cometimento de crimes e reincidências, deve ser neutralizada antes mesmo de novas condutas definidas em lei se concretizarem (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.44).

Pode-se concluir que há uma ofensa ao princípio da legalidade, considerando que, para indivíduos específicos quando considerados de alto risco, não haverá a necessidade da prática de um fato típico, ilícito e culpável, vez que a neutralização do inimigo servirá para manutenção da norma, antes que esta seja abalada.

A busca é pela eliminação do perigo e a pena se dirige à segurança diante de fatos futuros e não mais à reparação causada por comportamento pretérito (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 35-36). Ao percorrer o caminho do crime (*iter criminis*), não serão puníveis em regra os atos preparatórios e em nenhuma hipótese a cogitação. A fase interna da ação, que pelo ordenamento pátrio seria deixando de lado quanto a punibilidade, é marco inicial para aplicação penal na tese sustentada por Jakobs.

No que se refere à aplicação da sanção, a proporcionalidade da pena, nas teses de Gunther Jakobs, também apresentará uma distorção com ordenamento jurídico pátrio. Sua intenção seria que, nos casos aos quais se aplica o direito penal do inimigo, as penas deveriam ser agravadas e antecipadas, independentemente de sua proporcionalidade, passando a considerar, na prática, as características da alta periculosidade de delinquência do autor (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 67).

No direito penal do cidadão, as sanções penas serão aplicadas valorando a proporcionalidade ao delito perpetrado (JAKOBS; MELIA, 2007, p. 33). O princípio da proporcionalidade exige um sopesamento dos bens jurídicos conflitantes, ou seja, deverá ser sopesado o bem jurídico lesionado diante do bem jurídico que será privado o autor do crime. A forma pragmática do princípio da proporcionalidade ao caso concreto estaria evidenciada no critério trifásico de aplicação da pena, no qual se individualiza a conduta e o agente que a praticou (GRECO, 2016, p. 126).

Uma das vertentes decorrentes desse princípio é a proibição do excesso, como bem observa Rogerio Greco (2016, p. 126):

Por meio do raciocínio da proibição do excesso, dirigido tanto ao legislador quanto ao julgador, procura-se proteger o direito de liberdade dos cidadãos, evitando a punição desnecessária de comportamentos que não possuem a relevância exigida pelo Direito Penal, ou mesmo comportamento que são penalmente relevantes, mas que foram excessivamente valorados, fazendo com que o legislador cominasse, em abstrato, pena desproporcional à conduta praticada, lesiva a determinado bem jurídico.

A proposta do direito penal do inimigo é uma quebra com o princípio da proporcionalidade e a clara permissão do excesso nos casos em que o agente, não-cidadão, apresente habitualidade e elevado nível de periculosidade (JAKOBS; MELIA, 2007, p. 67).

Conforme já mencionado, aos inimigos do Estado seria aplicado um ‘punitivismo’ desproporcional, de forma que possam ser contidas as práticas delitivas reiteradas, unindo-se inevitavelmente ao direito penal simbólico, com grande intervenção, visando a prevenção e olvidando a proteção dos bens jurídicos, conforme expõe Meliá (2007, p. 64).

Outros princípios também se mostram fragilizados no direito processual penal, através da teoria sustentada por Jakobs. O princípio da presunção da inocência, previsto expressamente na Constituição Federal, em seu artigo 5º, LVII, não incide no direito penal do inimigo, uma vez que este busca neutralizar o indivíduo reincidente, antes que possa comprometer a segurança em sociedade. Acerca deste princípio, Aury Lopes Júnior enfatiza sua relevância:

Sob a perspectiva do julgador, a presunção da inocência deve(ria) ser um princípio de maior relevância, principalmente no tratamento processual que o juiz deve dar ao acusado. Isso obriga o juiz não só a manter uma posição “negativa” (não o considerando culpado), mas sim ter uma postura positiva (tratando-o efetivamente como inocente) (JÚNIOR LOPES, 2014, p. 218).

O Direito Penal deixaria de ser a *ultima ratio*, tornando-se forma de coação e ameaça, demonstrando a inserção de um controle autoritário e esquecendo paulatinamente o estado democrático de direito. Portanto, um dever de tratamento, conhecido por princípio da presunção da inocência, não norteia as teorias de Jakobs, por se tratar de uma busca pela proteção futura e não destinada a uma acusação certa relacionada ao fato passado (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 67).

Para Jakobs, por meio de seu modelo direcionado ao inimigo, cada indivíduo que se enquadrar nas características para intervenção, sofrerá sérias restrições a direitos e garantias individuais. Se no Direito Processual Penal existem prazos previstos para uma razoabilidade das prisões preventivas, aos delinquentes do direito penal do inimigo esses prazos devem ser alargados, de acordo com o posicionamento de Jakobs para a garantia da vigência da norma e a alta periculosidade do agente (JAKOBS; MELIA, 2007, p. 33). Se em um processo penal cabe à acusação provar os fatos imputados ao acusado, no direito penal do inimigo caberá ao indivíduo provar que não o fez.

As prisões preventivas, que no ordenamento nacional são medidas extremas, tornar-se-iam a antecipação da condenação, podendo ter seu tempo alargado por prazos temporais consideravelmente maiores.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contraste ao sistema garantista, verifica-se o modelo sugerido pelo jurista alemão, Günther Jakobs. A teoria do Direito Penal do Inimigo propõe a dualidade de sistemas, de modo que as garantias penais e processuais serão asseguradas aos cidadãos e mitigadas aos inimigos. A análise de Jakobs é feita não a partir de bens jurídicos tutelados, mas sim, como forma de assegurar a vigência da norma.

Assim, constata-se que, para Jakobs, o Direito Processual Penal torna-se o início da pena para quem delinque e, pelo grau de periculosidade apresentada, remove o seu caráter de cidadão. Mediante a percepção das características do Direito Penal do Inimigo proposto, ainda que para aplicação em casos específicos, denota-se o rompimento com as bases constitucionais e garantias individuais.

A partir do momento em que Jakobs separa o Direito Penal do Cidadão, dedicado ao bom cidadão, do Direito Penal do Inimigo, direcionado ao mau indivíduo, será estimulada a identificação daquele que é considerado merecedor de direitos no Estado Democrático de Direito e o “etiquetamento” dos inimigos que merecem restrições a esses direitos. Deste modo, observa-se que a aplicação do Direito Penal do Inimigo fere princípios do ordenamento jurídico brasileiro e seu sistema garantista.

Por meio das aplicações do direito penal do inimigo, proposto por Günther Jakobs, os direitos e garantias assegurados pelo direito penal “do cidadão” são mitigados para aqueles indivíduos específicos. Verifica-se que os princípios norteadores do sistema garantista não são considerados direitos de todos, mas somente de determinados grupos.

Assim, por conclusão, verifica-se que, para Jakobs, o direito processual penal torna-se o início da pena para quem delinque e, pelo grau de periculosidade apresentada, deixa de ser cidadão. Através da percepção das características do direito penal do inimigo proposto por Jakobs, ainda que para aplicação em casos específicos, denota-se que não existem bases constitucionais ou sequer garantias individuais. A proposta é tratar pessoas como seres repugnantes, que merecem ser neutralizados para que não apresentem riscos à vigência da norma. Se assim for em algum momento permitido, haverá precedentes para legitimar “um sistema de máxima intervenção ilimitada” (BITENCOURT, 2016, p. 126).

REFERÊNCIAS

ABELIN, Gabriel. **Entre bárbaros e civilizados: O direito penal do inimigo**. 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/05/19/entre-barbaros-e-civilizados-o-direito-penal-do->

inimigo/>. Acesso em: 26 fev. 2017.

BARRETTO, Andrea Sangiovanni. Uma análise crítica do sistema garantista de Luigi Ferrajoli ante o abolicionismo de Louk Hulsman. **Revista Liberdades**, São Paulo, 21. ed., n. 1, p.91-109, 21 jan. 2016. Trimestral. Disponível em: <http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/26/Liberdades21_EscolasPenais01.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2015. Tradução de: Paulo M. Oliveira.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: Parte geral. 22. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 19 jul. 2017.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Três velocidades, um inimigo, nenhum direito. Um esboço crítico dos modelos de direito penal propostos por Silva Sánchez e Jakobs**. 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/três-velocidades-um-inimigo-nenhum-direito-um-esboço-crítico-dos-modelos-de-direito-penal-p>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

_____.; LOBERTO, Eduardo de Camargo. **O direito penal do inimigo - Günther Jakobs**. 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-direito-penal-do-inimigo-günther-jakobs>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

COSTA, Flavio Ribeiro da. **A ideia de vigência e validade do direito no Garantismo Ferrajoli**. 2007. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3692/A-ideia-de-vigencia-e-validade-do-direito-no-Garantismo-Ferrajoli>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

FARIA, César. **Considerações acerca do processo penal do inimigo**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibadpp.com.br/wp-content/uploads/2013/01/ARTIGO-PROCESSO-PENAL-DO-INIMIGO-IBADPP.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

FERRAJOLI, Luigi. Constitucionalismo garantista e neoconstitucionalismo. In: IX SIMPÓSIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL DA ABDCONST, 9., 2010, Curitiba. **Anais do IX Simpósio de Direito Constitucional da ABDConst**. Curitiba: Abdconst, 2011. p. 95 - 113. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/revista3/anaiscompletos.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

_____. **Direito e Razão**: Teoria do garantismo penal. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Tradução de: Luiz Flávio Gomes e outros.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: Parte Geral. 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do inimigo**: Noções e críticas. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. Tradução de: André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LYRA JUNIOR, Richard Paes; RODRIGUES, Lincoln Almeida. Direito Penal do Inimigo, esse desconhecido. **Direito Unifacs: Debate Virtual**, Salvador, v. 1, n. 134, p.1-23, 01 ago. 2011. Mensal. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1728>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

MELIÁ, Manuel Cancio. Sobre o Estado atual da política Criminal: Diagnóstico: a expansão do Direito Penal. In: JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do Inimigo**: Noções e Críticas. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 55-81. Tradução de: André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli.

NETO, Martinho Otto Gerlack. O Direito Penal das velocidades. **Faef Revista Científica Eletrônica do Curso de Direito**, São Paulo, v. 1, n. 6, p.1-12, jul. 2014. Semestral. ISSN 2358-8551. Disponível em: <<http://faef.revista.inf.br/site/c/direito.html#tab1140>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

PÊCEGO, Antonio José F. de S.; SILVEIRA, Sebastião Sérgio da. **Antecedentes e reincidência criminais: necessidade de releitura dos institutos diante dos novos paradigmas do Direito Penal**. 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=297b631a88835f89>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

RESENDE, Glícia de Paula. **Direito Penal do inimigo, seletividade penal e a relativização de garantias segundo a teoria do garantismo penal de Luigi Ferrajoli**. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.fdsu.edu.br/site/posgraduacao/dissertacoes/49.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

ROSA, Alexandre Morais da. **Para entender o Garantismo Penal de Ferrajoli**. 2015. Disponível em: <<http://emporiadodireito.com.br/para-entender-o-garantismo-penal-de-ferrajoli-por-alexandre-morais-da-rosa/>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

ROUSSEAU, Jean-jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2003. Coleção A Obra Prima de Cada Autor.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **O direito penal do inimigo – ou o discurso do direito penal desigual**. Maio 2012. Disponível em: <http://icpc.org.br/wpcontent/uploads/2012/05/direito_penal_do_inimigo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

VIDAL, Hélvio Simões. Funcionalismo e complexidade social. **De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, n.11, p.168-183, jul./dez., 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. Tradução de: Sérgio Lamarão.

DO CÓDIGO DE NUREMBERG AO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA BRASILEIRO: O PRINCÍPIO DO CONSENTIMENTO INFORMADO E A CONDUTA ÉTICA MÉDICA PELOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Gilberto Leonello

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Rio Grande – RS

Carolina Corrêa Soares

Universidade Federal de Pelotas - UFPel
Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Pelotas – RS

Natália Ongaratto da Rosa

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Rio Grande – RS

Stéfani Wontroba Bandeira

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Rio Grande – RS

RESUMO: Após a Segunda Guerra Mundial, instituiu-se o Tribunal de Nuremberg devido aos acontecimentos médicos totalmente desumanos no período da guerra. Este tribunal originou o chamado Código de Nuremberg, assim como o princípio do consentimento informado. Dessa forma, o presente artigo busca trazer à tona a importância do Código de Nuremberg e do Código de Ética Médica Brasileiro, relacionando este com o princípio do consentimento informado e, além disso, analisando como o ensino ético da Universidade Federal do Rio Grande – FURG é abordado, por meio da realização de entrevistas com estudantes do último ano do curso de Medicina

da mesma universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Código de Ética Médica Brasileiro; Tribunal de Nuremberg; Código de Nuremberg; Princípio do Consentimento Informado.

ABSTRACT: After World War II, the Nuremberg Court was instituted due to the totally inhuman medical events in the war period. This court originated so-called Nuremberg Code, as well as the informed consent principle. Thus, this article seeks to bring up the importance of the Nuremberg Code and the Brazilian Code of Medical Ethics, relating the Code to the informed consent principle and, furthermore, making an analysis on how the ethical teaching of the Federal University of Rio Grande - FURG is approached, applying interviews with medicine upperclassmen of the same university.

KEYWORDS: Brazilian Code of Medical Ethics; Nuremberg Court; Code of Nuremberg; Principle of Informed Consent.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo a investigação, reflexão e problematização no tocante ao Código de Nuremberg (1947) e o ensino da Universidade Federal do Rio Grande – FURG acerca do Código de Ética Médica

Brasileiro, através de pesquisas de campo, com a utilização de entrevistas dos discentes do curso de Medicina. Será proposto realizar uma breve introdução, a fim de reafirmar a importância da discussão da bioética internacional e brasileira. Assim sendo, será necessário conceituar termos como “Código de Ética Médica Brasileiro”, “Código de Nuremberg” e “Consentimento Informado”, realizando uma análise sob uma perspectiva pautada na lógica humanista principiológica da Organização das Nações Unidas.

A abordagem do artigo será baseada no seguinte questionamento: qual a devida importância dada pela FURG quanto ao ensino de seus alunos de Medicina, no tocante ao princípio do consentimento informado? Através das respostas dos participantes, será possível a realização de um mapeamento da relevância da temática da bioética entre os discentes no curso de Medicina da FURG, determinando suas diretrizes de ensino. Foram, precisamente, realizadas entrevistas com cinco discentes, que, interessados pela questão, decidiram contribuir com seus relatos. A abordagem será semiestruturada, objetivando compreender e direcionar os apontamentos dos entrevistados sobre a temática do presente estudo.

Devido a este arcabouço teórico, a justificativa do presente artigo é compreender a relevância do legado do Tribunal de Nuremberg e seu Código para a humanidade, mapeando a aplicação, ou não, de seus princípios no ensino de Medicina pela FURG através de entrevistas. Há, sem dúvida, uma importância social e histórica nesta problemática, que produz efeitos ainda nos dias de hoje pelas brutalidades ocorridas, neste caso, pela conduta médica.

Tais barbáries não podem ser esquecidas pelo ensino médico brasileiro, que deve ser pautado em consonância com o acumulado histórico que o país possui, pela defesa e garantia dos Direitos Humanos. Será proposto demonstrar, portanto, a importância da criação do princípio do consentimento informado a fim de gerar uma Medicina humanizada, numa relação de proximidade entre médico-paciente e pesquisador-participante, relação estritamente necessária a fim de gerar avanços à Medicina, mas que esteja em conformidade com a bioética (KOTTOW, 2008).

O Código de Nuremberg é considerado o legado mais importante de todo o Julgamento de Nuremberg, por ser internacionalmente aceito no que cerne o tratamento e dignidade de pacientes (FREYHOFER, 2005). A inclusão de tal princípio no ensino médico brasileiro pela FURG é fundamental a fim de formar profissionais na área de saúde que estejam comprometidos pela proteção de princípios, como a Dignidade da Pessoa Humana.

Finalmente, a conclusão terá como compromisso a reflexão e avaliação sobre todos os documentos e concepções destacados ao longo do artigo, bem como as opiniões destacadas dos entrevistados, denominados “Entrevistado 1” e “Entrevistado 2”, a fim de averiguar a real importância do princípio do consentimento informado e sua utilização no conteúdo programático do curso de Medicina pela FURG.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 O Julgamento E Código de Nuremberg: Um Apanhado Histórico

Era 20 de agosto de 1947. Dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, nasceria um dos mais importantes mecanismos de diretrizes éticas para a Medicina no século XX, catalogando e relembrando a memória daqueles que sofreram os horrores cometidos por nazistas nos campos de concentração (FREYHOFER, 2005). O Julgamento de Nuremberg, constituído por diversos tribunais militares (também conhecidos como tribunais de exceção), realizado entre 1945 e 1948, foi responsável por julgar líderes nazistas, soldados, políticos, e, especificamente para o presente trabalho, médicos.

A importância do princípio do consentimento informado é latente. Após a Segunda Guerra Mundial, os Aliados tinham como objetivo penalizar os culpados pelos crimes contra a humanidade, cometidos durante o período Nazista. Para isso, criaram tribunais militares e leis.

Este tribunal preocupou-se, preliminarmente, na penalização de médicos que submeteram os presos dos campos de concentração às experiências médicas, como tortura e experimentos, que buscavam analisar a capacidade máxima do homem, submetendo os presos a elevadas altitudes, temperaturas baixíssimas, sem qualquer suprimento básico necessário (FREYHOFER, 2005), o que acabou levando muitos à morte. Dezesesseis dos médicos que eram réus foram declarados culpados, naquilo que denominou-se “The Medical Trial” e tiveram suas penas concretizadas (pena de morte ou perpétua), outros, suicidaram-se. Porém, muitos fugiram da justiça e puderam continuar com suas vidas livremente, entre eles o conhecido médico nazista Josef Mengele (FREYHOFER, 2005), falecido em território nacional brasileiro, médico fascinado por experiências humanas, sobretudo contra gêmeos (GALLE, 2011).

Assim, sobreviventes e testemunhas de experimentos humanos em Auschwitz tiveram a oportunidade de manifestar-se sobre as atrocidades médicas cometidas, como práticas desumanas e a subsequente necessidade de uma Medicina humana e ética, orientada pelo consentimento do paciente (WEINDLING, 2004). Durante seus julgamentos, médicos foram compelidos a relatar as atividades que realizavam com ditos “pacientes” nos campos de concentração. Nesta oportunidade, argumentavam que tudo que fizeram era protegido por leis existentes à época e que havia ausência de padrões éticos para experiências realizadas com humanos. Além disso, afirmaram que o uso dos prisioneiros dos campos de concentração para fins de pesquisa medicinal era aceito pela sociedade (FREYHOFER, 2005).

As investigações sobre as barbáries médicas ocorridas entre o final da Segunda Guerra Mundial resultaram no Julgamento Médico de Nuremberg. Revelações sobre os crimes de guerra médicos levaram à Comissão Científica Internacional (ISC), encarregada de documentar e catalogar as atrocidades nazistas (WEINDLING, 2004).

Tal documentação foi levada aos julgamentos do Tribunal de Nuremberg, comprovando mortes e mutilações de milhares de pessoas em campos de concentração por médicos alemães (WEINDLING, 2004).

Assim sendo, a elaboração de novos padrões éticos médicos se tornou uma prioridade para garantir que, no futuro, pesquisas fossem viáveis e aceitas, respeitando valores humanistas e comprometidas com condutas éticas (WEINDLING, 2004). Dessa forma, ao final do julgamento, médicos alemães foram acusados de crimes contra a humanidade, genocídio e de serem cúmplices de guerra, havendo a consequente promulgação do Código de Nuremberg (1947), responsável por estabelecer padrões éticos médicos. Esse código gerou um total de 10 princípios, sendo o mais relevante e claro deles, o princípio do consentimento informado (SCHMIDT, 2004).

Pode-se afirmar que princípio supracitado evidenciou-se como um divisor de águas. Divisor de águas porque, diferentemente do que era realizado anteriormente, a Medicina alterou-se de uma lógica autoritária para outra, cooperativa, humanizada e participativa (PESSINI, 2008).

O consentimento informado não deve ser aplicável num caso específico, mas, de fato, como um princípio norteador de toda a Medicina no presente e futuro (SCHMIDT, 2004). Segundo artigo 1º do Código de Nuremberg:

O consentimento voluntário do ser humano é absolutamente essencial. Isso significa que a pessoa envolvida deve ser legalmente capacitada para dar o seu consentimento; tal pessoa deve exercer o seu direito livre de escolha, sem intervenção de qualquer desses elementos: força, fraude, mentira, coação, astúcia ou outra forma de restrição ou coerção posterior; e deve ter conhecimento e compreensão suficientes do assunto em questão para tomar sua decisão. Esse último aspecto requer que sejam explicadas à pessoa a natureza, duração e propósito do experimento; os métodos que o conduzirão; as inconveniências e riscos esperados; os eventuais efeitos que o experimento possa ter sobre a saúde do participante. O dever e a responsabilidade de garantir a qualidade do consentimento recaem sobre o pesquisador que inicia, dirige ou gerencia o experimento. São deveres e responsabilidades que não podem ser delegados a outrem impunemente (SCHMIDT, 2004, p. 271, tradução nossa).

Percebe-se que a codificação da declaração de Nuremberg e seu consentimento informado teve, como primeiro momento, a perspectiva de pautar pesquisas em seres humanos, sendo posteriormente anexada à outras temáticas mais genéricas da Medicina (PESSINI, 2008).

Destaca-se que, apesar da grande importância do Juramento de Hipócrates, os juízes do Tribunal de Nuremberg compreenderam que era necessária uma maior defesa daquilo que chamaríamos comumente de Direitos Humanos, criando 10 princípios, onde o consentimento informado se encontra como o primeiro e de maior relevância. A proposta do Código era de unir tanto a ética de Hipócrates, quanto a proteção de garantias fundamentais, superando a visão do paciente obediente ao médico que oferece tratamento (SHUSTER, 1997).

2.1.1 O Princípio do Consentimento Informado À Luz do Século XXI

Após breve apanhado histórico, deve-se demonstrar de que forma o princípio do consentimento informado, expressão que inicialmente se fez presente em pesquisas em seres humanos, para, posteriormente, qualquer tipo de situação médica (KOTTOW, 2008), é apresentada no exercício da função médica atualmente.

O princípio do consentimento informado deve existir durante toda a relação médico-paciente, o que abrange o respeito recíproco, diálogo e paciência. Envolvido nesse processo está a capacidade para entender e decidir, o que é algo complexo e não depende estritamente da idade do indivíduo (GOLDIM, 2002).

Ademais, a voluntariedade e a autonomia são elementos essenciais do processo de consentimento informado, sendo assim, o indivíduo deve ter seu livre direito de escolha garantido, sem qualquer interferência de coerção, fraude ou força. Um processo regido por esse princípio deve ter um cuidado especial com as informações, já que essas são imprescindíveis para se conquistar um efetivo consentimento e possibilitar que o paciente tenha conhecimento suficiente para escolher qual decisão irá tomar (GOLDIM, 2002).

Devem-se haver explicações relativas aos procedimentos, riscos, benefícios e alternativas existentes sobre determinado diagnóstico ou pesquisa, assim como os direitos dos pacientes ou participantes e uma explicação sobre os profissionais responsáveis. Toda troca de informações deve ser feita de maneira escrita e verbalmente, com uma linguagem simples para que todos interessados consigam compreender (GOLDIM, 2002).

O consentimento informado em si se concretiza no momento em que o paciente ou participante da pesquisa escolhe uma das opções sugeridas. É por meio da assinatura do Termo de Consentimento que o indivíduo autoriza a consumação dos procedimentos recomendados. Entretanto, o consentimento informado não deve se restringir a tal documento, pois necessita perpassar toda relação entre profissionais-pacientes e/ou pesquisadores-participantes, com uma eficaz partilha de informações (GOLDIM, 2002).

Atualmente, o princípio do consentimento informado está impregnado durante todo o processo de relacionamento entre médico e paciente (PESSINI, 2008), desde a menor permissão que deve ser concedida para um simples procedimento, quanto à cirurgia de grande complexidade que pode salvar uma vida, visando à autonomia do paciente. Não se trata, portanto, de uma noção simplista de que o consentimento é um mero documento jurídico devidamente assinado, mas de uma real relação de cooperação.

2.1.2 O Código de Ética Médica Brasileiro Sob A Égide do Consentimento

Informado

Os abusos cometidos pelos nazistas foram considerados um grande impulso para as diretrizes médicas internacionais. Com o Brasil, não seria diferente, onde o princípio do consentimento informado perpassa todo Código de Ética Médica nacional.

Diante disso, valores universais, como os Direitos Humanos, começaram a ser apresentados, instrumentalizando a defesa da Dignidade da Pessoa Humana. Nesse diapasão, temos como exemplo o artigo 22 c/c 101 e 110 do Código de Ética Médica Brasileiro:

É vedado ao médico:

Art. 22. Deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

[...]

Art. 101. Deixar de obter do paciente ou de seu representante legal o termo de consentimento livre e esclarecido para a realização de pesquisa envolvendo seres humanos, após as devidas explicações sobre a natureza e as consequências da pesquisa.

Parágrafo único. No caso do sujeito de pesquisa ser menor de idade, além do consentimento de seu representante legal, é necessário seu assentimento livre e esclarecido na medida de sua compreensão.

[...]

Art. 110. Praticar a Medicina, no exercício da docência, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, sem zelar por sua dignidade e privacidade ou discriminando aqueles que negarem o consentimento solicitado (BRASIL, 2010).

O Código de Ética Médica Brasileiro é um importante instrumento da Medicina, contendo normas basilares para o exercício da profissão, mas também apresentando diversas vedações.

Tratando ainda de consentimento informado em território nacional, segundo resolução do Ministério da Saúde, o instrumento de outorga deve ser realizado pelo médico através de uma linguagem suficientemente compreensível, sem abreviações e adequada ao nível de escolaridade do paciente (BRASIL, 2012). É, portanto, elemento norteador de toda Medicina no Brasil, pautando-se na defesa da Dignidade da Pessoa Humana e integridade física e mental dos pacientes. Ademais, o consentimento informado também está consagrado no Código Civil brasileiro de 2002, que discorre: “art. 15. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica” (BRASIL, 2017).

Portanto, garantido ao enfermo a honestidade devida sobre sua real condição de saúde, livre de qualquer forma de coerção. Tendo o paciente a capacidade de

compreender, com suas devidas capacidades mentais, ele será o ator central na tomada de decisão, onde os profissionais de saúde devem respeitar sua escolha de não submeter-se a tratamento, se assim for o caso. É demonstração clara do legado de Nuremberg, que, apesar de não ter sido o primeiro fenômeno jurisprudencial acerca do assunto, é o mais relevante dentre eles, pois deu atenção especial ao fator “consentimento” e autodeterminação do paciente (BURT, 1996).

É evidente que o paciente jamais terá uma autonomia absoluta, tampouco o médico uma conduta paternalista plena perante seu paciente. Busca-se apenas um equilíbrio de relação entre ambos os atores, embora ainda haja profissionais que insistam nesse tipo de comportamento autoritário (FILHO, 2011).

O consentimento informado trata-se, assim, de requisito essencial e obrigatório, relativamente novo, pois somente foi normatizado na década de 1940 (FILHO, 2011). É passível de revogação a qualquer momento antes da intervenção cirúrgica ou tratamento. É geralmente assinado, a fim de evitar desconfortos ao profissional da saúde em casos de insucesso, por exemplo, apresentando-se nas mais diversas situações clínicas e de pesquisa.

2.2 A Universidade Federal do Rio Grande – Furg e o Ensino de Ética Médica

Com o devido apanhado histórico acerca do Julgamento de Nuremberg, do Código de Nuremberg e do princípio do consentimento informado no exercício da função médica atual e nacional, será abordada a análise do ensino da Universidade Federal do Rio Grande – FURG acerca da temática, através de entrevistas com alunos do curso de graduação desta instituição.

A metodologia da entrevista orientou-se sob uma abordagem semiestruturada, permitindo que cinco participantes, estudantes do último ano do curso de Medicina, pudessem manifestar-se acerca do que fora ensinado na instituição de ensino superior quanto ao objeto de análise, o consentimento informado. O convite fora realizado por meio de rede social de amplo acesso no ano de 2017, e, diante do conteúdo apresentado e capacidade participativa, foram escolhidos dois estudantes para colaborar com presente artigo, dos quais serão denominados “Entrevistado 1” e “Entrevistado 2”.

Percebeu-se, num primeiro momento, que o ensino da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, através dos depoimentos dos entrevistados 1 e 2, contempla, ainda que de maneira tímida, o princípio do consentimento informado e bioética, baseando-se em casos isolados, como permissão para exames. Ou seja, as aulas, aparentemente, são pautadas pela prática. Ademais, o Entrevistado 2 considera que o ensino do código de ética é, por vezes, insuficiente, sendo necessário buscar pelo conteúdo fora do horário de aula, haja vista que considera assunto de extrema importância para exercício da função.

Além disso, o Entrevistado 1, diferentemente do Entrevistado 2, resume o consentimento informado a uma questão contratual e de notificação dos riscos, o que, de fato, é verdade. Porém, é valoroso lembrar que o consentimento não se justifica

apenas nisso, e, nesse ponto, o Entrevistado 2 discorda do Entrevistado 1, visto que relatou que a comunicação deve estar presente durante todo o processo de tratamento, respeitando o princípio da autonomia e informação alinhado ao do consentimento.

O Entrevistado 2 também aborda as diferentes situações em que o consentimento informado é aplicado, como em casos de medicações e exames, mesmo em situações de complicação raríssimas e que são muito pouco prováveis de acontecerem, resguardando, é claro, os momentos de urgência, onde não é possível a aplicação do princípio devido à necessidade de agilidade. Ainda, há cadeiras semestrais relacionadas ao tema em seu curso, sendo elas Bioética e Bioética Aplicada.

Podemos perceber, pela postura do Entrevistado 2, a utilização do princípio do consentimento informado em seu discurso, agindo em consonância com apanhado histórico médico abordado no presente estudo. Contudo, pouca ou nenhuma base histórica fora ensinada aos entrevistados, o que causa estranhamento devido à importância de tal temática. O Código de Nuremberg trata-se do mais importante documento já criado na história no que cerne a ética médica e pesquisa em humanos (SHUSTER, 1997), devido a um dos episódios mais grotescos da história da humanidade já documentados.

A própria ordem cronológica aponta a importância do código de Nuremberg. A Declaração de Genebra (1948) adotada pela Associação Médica Mundial (1947), a Declaração de Helsinque (1964) e a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) são exemplos claros disso. Tais tentativas apontam o interesse em apresentar direcionamentos éticos que respondessem aos anseios da sociedade internacional (MONTE, 2009).

É necessária a compreensão de que tal princípio foi construído, instrumentalizado e internacionalizado sob bases de grande sofrimento de milhares de pessoas, que foram tratadas como coisas, experimentadas, catalogadas e despejadas como dejetos quando seu propósito de pesquisa fora alcançado. Do ocorrido, o legado permanece, desde a um exame de sangue, até casos mais complexos, como o consentimento do falecido, quando em vida, em um caso de transplante de órgãos e tecidos, por exemplo.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos documentos e argumentações apresentadas, conclui-se que o curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande – FURG introduz conceitos da bioética em seu conteúdo programático, sendo o consentimento informado de forma prática, com exemplos cotidianos que logo estarão presentes na vida profissional dos discentes.

É importante frisar que a Universidade não deve visar tão somente à formação de profissionais capacitados para o tratamento da moléstia, como também profissionais

que tenham alcance histórico e que compreendam que o consentimento informado foi, na verdade, valor recentemente normatizado, devido a acontecimentos que não devem ser esquecidos. Além disso, deve-se ter em mente que o campo da pesquisa científica é também possibilidade de carreira, o que fortalece a necessidade de um ensino de bioética de qualidade.

É evidente que tanto a pesquisa médica quanto a liberdade profissional do médico deve ser respeitada e fomentada. As pesquisas não foram abolidas e nem há pretensão de serem. O que ocorreu foi apenas a codificação, decorrente de uma exigência e clamor político-social, para que pesquisas com seres humanos sejam realizadas de forma humanizada e respeitosa, ramificando-se posteriormente para outros campos de atuação da Medicina. Quem está padecendo, tem o direito de ser informado dos riscos de um possível tratamento, de suas chances de cura e qualidade de vida. Tem direito de compreender e decidir seu destino, onde o médico é o encarregado de informá-lo e acatar sua permissão, ou não, seja para tratamentos tradicionais ou alternativos. Trata-se de um direito básico no qual diversos indivíduos foram privados, em um dos momentos mais escabrosos de nossa história.

Por isso, não é somente válido, como deve ser promovido um estudo acerca da história da bioética, não apenas em memória das vítimas, mas também para compreendermos que, aquilo que consideramos inerente à profissão médica, tornou-se devido a eventos como os relatados pelo Tribunal de Nuremberg.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil**. Obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução N°196/96 versão 2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_encep2012.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina (CFM - Brasil). **Código de ética médica**. Resolução CFM n° 1.931/09. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

BURT, Robert A. **The Suppressed Legacy of Nuremberg**. Faculty Scholarship Series, Paper 704, Yale Law School, 1996.

FILHO, José Marques. **Termo de consentimento livre e esclarecido na prática reumatológica**. Rev Bras Reumatol, v. 51, n. 2, p. 175-183, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbr/v51n2/v51n2a07.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

FREYHOFER, Horst H. **The Nuremberg Medical Trial: The Holocaust and the Origin of the Nuremberg Medical Code** (Studies in Modern European History). Peter Lang Inc., 2005. 210 p.

GALLE, Helmut. **Os escritos autobiográficos de Josef Mengele**. Estudos Avançados, v. 25, n. 71, USP, 2011.

GOLDIM, José Roberto. **O consentimento informado numa perspectiva além da autonomia.** Revista AMRIGS. Porto Alegre: n. 46 (3,4), p. 109-116, 2002.

KOTTOW, Miguel. **História da ética em pesquisa com seres humanos.** R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.Sup.7-Sup.18, Dez., 2008.

MONTE, Fernando Q. Ética médica: evolução histórica e conceitos. Revista Bioética, vol. 17, n. 3, p. 407-428, 2009. Disponível em: <http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/507/508>. Acesso em: 1 jul. 2017.

PESSINI, Leo; Martin, Leonard MARTIN. **Bioética – uma perspectiva brasileira.** Centro Universitário São Camilo, 2008. Disponível em: <<https://www.saocamilo-sp.br/novo/publicacoes/publicacaoEditorial.php?ID=1&rev=s>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

SCHMIDT, Ulf. **Justice at Nuremberg: Leo Alexander and the Nazi Doctors' Trial.** 1. ed. Palgrave Macmillan UK, 2004.

SHUSTER, Evelyne. **Fifty Years Later: The Significance of the Nuremberg Code.** The New England Journal of Medicine, v. 337, n. 20, p. 1436-1440, 1997. Disponível em: <<http://www.nejm.org/doi/ref/10.1056/NEJM199711133372006#t=references>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

WEINDLING, Paul Julian. **Nazi Medicine and the Nuremberg Trials: From Medical Warcrimes to Informed Consent.** 1. ed. Palgrave Macmillan UK, 2004.

ANEXO

Perguntas utilizadas na entrevista realizada com os discentes do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

1. Que valores éticos a Universidade Federal do Rio Grande - FURG proporcionou para sua formação profissional como futuro médico?
2. Você, como futuro médico, possui conhecimento do que se trata o princípio do consentimento informado?
3. O ensino da FURG contempla em seu programa didático a importância do princípio do consentimento informado e a ética médica para os estudantes de Medicina com seus futuros pacientes?
4. Você, como estudante de Medicina, possui conhecimento sobre o Código de Nuremberg e sua importância histórica no tocante ao respeito aos Direitos Humanos e conduta médica?
5. Tem conhecimento através dos ensinamentos dados pela FURG sobre como era realizada a Medicina antes do período pós-guerra?
6. Sendo um futuro médico, que papel o código de ética médica brasileiro teria em sua atuação profissional cotidiana?
7. A FURG trabalha o código de ética médica brasileiro em sua grade curricular? O que lhe foi ensinado pela instituição?
8. Em que situações você, como futuro médico, exerceria o princípio do consentimento informado em sua atuação médica? Cite dois exemplos.

DISPOSICIONES Y POLITICIDAD EN LA CO-CONSTRUCCIÓN DE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS: EL TRABAJO DE LA REFLEXIVIDAD

Mabela Ruiz Barbot

Facultad de Psicología, Universidad de la
República Oriental del Uruguay
Montevideo-Uruguay

Uruguay.

RESUMEN: Esta presentación compone una discusión teórica-metodológica relativa a la experiencia de campo de mi tesis de doctorado Narrativas biográficas: condiciones de existencia y lugares sociales de los y las jóvenes en el contexto uruguayo. En base al análisis de la situación de entrevista en la co-construcción de las narrativas biográficas: mis posiciones como investigadora y la disposición de los jóvenes hacia el relato de sus vidas, es que organizo esta discusión. Las narrativas constituyeron una experiencia para los jóvenes. Ellos se situaron en un tiempo y espacio narrativo de apertura, clausura, sorpresas, incertezas, giros inesperados, incomodidades, saberes, soberbia y humildad. En ese tiempo y espacio construyeron la relación con la investigación, la situación de entrevista. Disposición a la confianza y politicidad la caracterizaron. La construcción narrativa es un acontecimiento que reclama una ineludible contextualización, historización y politización. Involucra, necesariamente, el trabajo de la reflexividad.

PALABRAS CLAVES: narrativas biográficas; situación de entrevista; reflexividad; jóvenes;

ABSTRACT: This presentation is part of a theoretical-methodological discussion related to the field experience of my doctoral thesis Biographical narratives: conditions of existence and social places of young people in the Uruguayan context. I organize this discussion based on the analysis of the interview situation in the co-construction of the biographical narratives: my positions as a researcher and the disposition of young people towards the story of their lives. The narratives were an experience for the young. They were placed in a narrative time and space of opening, closure, surprises, uncertainties, unexpected turns, discomforts, knowledge, arrogance and self-effacement. In such time and space, they built the relationship with the research, the interview situation. It was characterized by willingness to trust and politicity. The narrative construction is an event that demands an unavoidable contextualization, historization and politicization. It necessarily involves the work of reflexivity.

KEYWORDS: Biographical narratives; interview situation; reflexivity; youth; Uruguay.

1 | INTRODUCCIÓN

Esta presentación intenta componer una discusión teórico-metodológica desde la

experiencia de campo de mi tesis de doctorado: *Narrativas biográficas: condiciones de existencia y lugares sociales de los y las jóvenes en el contexto uruguayo*, (2015). En dicha tesis me pregunto por los significados que las personas de entre 18 y 24 años construyen respecto de «lo juvenil» y «lo adulto» y en relación con el conjunto social. ¿Cómo narran su lugar social jóvenes montevideanos de ambos sexos y de distintos sectores sociales? El lugar social lo entiendo como el espacio de las experiencias vitales desde las cuales los y las jóvenes construyen el sentido o la ausencia de sentido del sí mismo como joven y de cómo se ven en la vida adulta. Aquello que les pasó y les pasa en el campo socio-histórico y existencial. Lugar social, simbólico, que comparten con otros desde las condiciones de existencia, el tiempo vivido con esos otros y en la construcción de lazos sociales. La discusión teórica-metodológica, entonces, la organizo en base al análisis de la situación de entrevista en la co-construcción de las narrativas biográficas de jóvenes, de entre 18 a 24 años de edad, en situación de inclusión y exclusión social.

Notas de campo u observación etnográfica sobre la situación de entrevista complementaron los dos tipos de entrevistas desarrollados en más de un encuentro: entrevistas individuales en profundidad (relatos biográficos orales) y entrevistas grupales sustentadas en técnicas expresivas y evocativas (relatos escritos y orales basado en un trabajo con imágenes y canciones). Registré y describí el escenario de interacción entrevistadora-entrevistado, el entorno de la entrevista, accediendo a elementos del mismo que ayudaron a caracterizar situaciones singulares y sociales. A partir de estos registros, busco presentar el trabajo de la reflexividad que los encuentros narrativos desplegaron. Más específicamente, me pregunto cómo operan los sentimientos del investigado/a en la producción de conocimiento ante las disposiciones y politicidad de los sujetos de la investigación.

Poner en obra lo que se siente en una entrevista es dar lugar a un proceso reflexivo del investigador, que a su vez, incorpora la reflexividad de los sujetos en estudio. Involucra “la conciencia del investigador sobre su persona y los condicionamientos sociales y políticos” de los que es producto así como de su posición en el campo académico. Implica, también, la alteración o perturbación de sí mientras investiga, un trabajo sobre sí mismo desde lo que siente y vive al interactuar con otros. En el trabajo sobre mi misma en relación con otros como investigadora, es que focalizo esta presentación. Y ese trabajo sobre mi misma dará cuenta de la lógica práctica de los sujetos de la investigación, la reflexividad de esos otros (Guber, 2001). En este caso, los jóvenes uruguayos.

Así, la relación investigadora-sujetos de la investigación posibilitó la emergencia de lógicas prácticas singulares y diversas de los propios jóvenes. Diferenciaciones etarias, posiciones de clase y conflictos de género entre quien investigaba y esos otros fueron delimitando los lugares sociales de los jóvenes. ¿Diferenciaciones emergentes de sentimientos que provocan la reflexión del investigador/a?

2 | DISPOSICIÓN A LA CONFIANZA E INQUIETUD, LAS SITUACIONES DE ENTREVISTA

2.1 De los sujetos de investigación

El lugar de los sujetos de la investigación en la situación de entrevista individual en profundidad, lo podría caracterizar como de <disposición a la confianza> dándose variaciones en este acontecer. Cada historia personal, institucional, política y social, incidió en el posicionamiento del entrevistado a la conversación.

Unos se presentaron desde la curiosidad, la ingenuidad y la intriga. Curiosidad hacia la temática de la investigación o propiamente, por conocer una investigación desde adentro (participando) y sus resultados. Intriga, quizás, hacia querer conocer <eso> que se estaba haciendo sobre la gente de su edad. Curiosidad de saber, conocer, expandirse. Curiosidad que se instaló hacia y en una apertura paulatina. Por lo general, era el segundo encuentro de entrevista lo que daba la pauta de esta apertura. La forma de hablar, de relacionarse con la investigadora —el uso de palabrotas o un lenguaje propio a sus vidas, el compartir lo escrito en un mensuario, el contacto físico como tocarme un brazo durante la conversación— daban señales de acercamiento, de búsqueda de confianza. También, el posicionamiento de los cuerpos durante el diálogo marcaba la distensión o aflojamiento que se iba produciendo, ya desde el primer encuentro. A dos de las mujeres jóvenes entrevistadas, en un momento, las observo y estaban sentadas en posición de buda, contando cosas de sus vidas. Por otra parte, mi cuerpo acompañaba las expresiones corporales de ellas. En una de las situaciones de entrevista, me siento que estoy sumamente distendida, con las piernas arrolladas arriba del sillón, escuchando con asombro y fascinación lo que la joven venía diciendo. En otra, inclinada hacia la entrevistada, me doy cuenta que sigo enigmáticamente su discurso. Además, parecería que construimos ritos de entrevistas. De un encuentro a otro ocupábamos, entrevistadora y entrevistado/a, exactamente los mismos lugares en el espacio de la casa u oficina habilitado para la entrevista. La misma ubicación en un sillón o en torno a una mesa o un escritorio. En varias entrevistas, perdí la noción del tiempo; es decir, fluyó sin controlarlo ni siquiera pensarlo.

En otros casos, la pasión que expresaban los entrevistados a través de sus palabras y gestos corporales sobre momentos de sus vidas o lo que estaban contando, el gusto con sus propias vidas hacía que la confianza y amabilidad se desplegaran e instalaran. Como entrevistadora, ese ímpetu me llegaba y llevaba hacia el diálogo; y desde allí, se construía confianza y fluidez conversacional.

Por otra parte, algunos de los jóvenes entrevistados se posicionaban desde una horizontalidad que me hacían perder mi sentimiento de <vejez>, las diferencias de edades parecía que se diluían, aunque estaban presentes. La naturalidad, espontaneidad o llaneza en que dibujaban el encuentro, me hablaba de un supuesto trato hacia el otro sin intermediación de las edades o de un como si no hubiera edades.

En otros, la apertura o disposición a la confianza, pienso que partía de un deseo de re-afirmación del sí mismo que estaban construyendo o de-construyendo, de pensar con otro su ser, hacer, sentir y/o estar en el mundo. Verse en otro, de otra edad, entre otras. Ese deseo de construcción o re-afirmación de sí, junto a la ingenuidad que en algún caso lo acompañaba, operaban también como facilitadores del encuentro (un querer conocerse y reconocerse <sabiendo si contestaban bien o mal>, desde la candidez).

Otras disposiciones de apertura hacia la entrevista, creo que partían de una necesidad narcisista de contarse a sí mismo, de mostrarse al otro, conocerse y reconocerse en una entrevista y su desafío. En contar con el relato de su vida en un futuro, desde sí mismo y para los otros desde un lugar político partidario. Una necesidad de contar y contarse en un espejo, de construir su personaje.

Entre otros objetos, los símbolos de una habitación destinada de antemano y especialmente al encuentro, una jarra de agua y vasos dispuestos en la mesa o un café o un mate preparado junto a bizcochos, galletitas, plantillas, etc., esperándome, ponían sobre la mesa una disposición de apertura y búsqueda de calidez en la entrevista. Asimismo, previo al encuentro, los mails tanto de Facebook como del correo electrónico de los entrevistados, a partir de una comunicación mía previa, daban cuenta de una confianza a entretejer.

Si bien se produjeron ambientes dialógicos, de confianza y apertura, en los inicios de los encuentros había cierta tensión por lo que iba a venir... lo desconocido.

En algún encuentro, lo que sobresale es un ambiente de cordialidad controlada donde las propias situaciones de entrevista (presencia de parientes, llamadas de celular, entrada de compañeros de trabajo) producen otros efectos en los narradores. Se entrecortan los diálogos por esas presencias. Interfieren, afectan, silencian. En otros, los familiares o amigos de los entrevistados se presentan en una discreción hacia el otro que se vislumbra en un cerrar las puertas, en ofrecer café y retirarse, etc.

Sin embargo, algunas entrevistas situaban al entrevistado en una disposición diferente: un trámite a cumplir, una cortesía inquietante o paradójicamente, un interés huidizo. Algo los llevó a acceder y la entrevista se desplegó en una situación de amabilidad y disposición atenta a la vez que, inquieta. Se palpaba, por momentos, un ambiente de cierta incomodidad por la pregunta que podría venir o por el relato que se estaba contando. Lo inesperado del sí mismo se desplegaba en la narrativa, llevando al entrevistado a su propio asombro. Las propias palabras del entrevistado discurrían hacia algo del entorno del secreto o lo no dicho o hablado anteriormente; y ello, disparaba un aparente deseo de finalizar la conversación, huir... a la vez que y conflictivamente, interés en lo que emergía del sí mismo, desde un gesto de extrañeza e interrogación sobre sí. Transitaban por momentos en un <enganche> con la entrevista; en otros, contra-transferencialmente se sentía la pretensión de huida. El deseo de tramitar el encuentro, finalizarlo. Y luego, un parar este deseo y pensar, que se manifestaba tanto en la forma de la conversación que continuaba como ante la

pregunta de cómo se sintieron durante la entrevista.

Lo dice al pasar, yo lo retomo, pero como que quiere seguir en otros temas, pasa rápido. Siento como que es algo medio oculto en la historia familiar (...) tiene cierto apuro en terminar la entrevista, la sensación de escapar de la misma -Nota de campo (refiere a observación etnográfica de la situación de entrevista, al igual que las citas de diversos párrafos que cerrarán con las palabras: Nota de campo)-.

Inhibiciones, dificultades para contar su vida a esa otra desconocida, trabas momentáneas, aspectos impensados de sus vidas o de la vida de sus otros y/o el establecimiento de distancias, estuvieron también presentes en los encuentros. Se producían quiebres o cortes del discurso, se quedaban pensando o no podían pensar alguna temática o hecho. De las notas de campo, surge:

Algunos temas la movilizaban, aunque se presentaba como si las cosas no la movilizaran y la movilizaran, en su doble juego. Cuando algo de lo que conversábamos no le cerraba, por lo general, miraba al principio para el costado y prendía un cigarrillo. Luego me miraba y empezaba a relatar. Y por momentos, parecía que se iba a poner a llorar. Pero no lo hacía -Nota de campo-.

Le gusta hablar, está abierto a sorprenderse y dejar que lo sorprendan las temáticas. Al final de la entrevista dice que quedó agotado, que no pensaba que lo iba a hacer pensar tanto -Nota de campo-.

En otros encuentros, la disposición del entrevistado hacia su propia vida delimitaba un tiempo breve de apertura hacia la entrevista y clausuras de experiencias a relatar. La vivencia de la vida como aburrida o normal o poco interesante o incambiada o las cosas son así, marcaban ritmos de conversación entrecortados o hasta una conversación sin sentido por parte de él o ella: <contar la propia vida>.

2.2 De mi lugar como investigadora

Desde mi lugar como investigadora, viví las entrevistas en un continuo que fue desde el temor al fracaso a la responsabilidad ante el otro en la situación narrativa. También, en una disposición a la construcción de confianza. En el inicio de cada entrevista me descubría pensando que el diálogo iba a ser corto, conciso, insuficiente, que la persona no se iba a implicar. Luego, por lo general, la conversación se desplegaba en un tiempo inadvertido.

La construcción de la confianza creo que estuvo sustentada en que el entrevistado eligiera su camino en la narración. En romper la linealidad de una entrevista, causando incerteza o sorpresa en el otro; al mismo tiempo que, producía otro involucramiento. Si bien partía de la misma consigna inicial, seguí el guión elaborado según el interés del entrevistado o a partir de su disposición ante la entrevista veía la ruta a construir con él o ella. Alguno presentaba su deseo de conversar sobre su recorrido laboral; otro, sobre su recorrido educativo; otros, sobre su acción política; otros, sobre sus relaciones o amigos/as. Dejar que ellos eligieran su camino, dar lugar a verbalizaciones prolongadas, acompañar sus caminos de pensamiento y habla para volver desde allí a las pautas del guión fue la estrategia transitada, ya planificada desde

antes del campo (Guber, 2001). Ir y venir sobre el guión a medida que se iba dando la narración. Construcción que implicó el despliegue de relaciones politizadas, que el otro dijera que no me iba a contar algo porque involucraba una <causa política> o que, como ya mencionara, nunca lo había pensado o no sabía. Posibilitó un encuentro politizado.

Entrevistas sentidas desde mi lugar como conversaciones, abiertas, fluidas y tensas, experienciales. Y de recuperación de mi memoria joven. Pasaron a ser experiencias e instancias de *construcción política de confianza*. Construcción de confianza que no se desplegó ingenuamente, estuvo atravesada por tensiones y relaciones inter-etarias, genéricas, de clase. No supuso que la situación de entrevista recuperó la voz de los jóvenes o repuso ingenuamente sus expresiones. La voz y la confianza se construyeron en un contexto relacional e institucional, y al decir de Llobet (2011) se construyeron en <interacciones conflictivas atravesadas por diferencias encarnadas en los propios sujetos en situación –entrevistadora/entrevistado->.

Asimismo, las situaciones me llevaron a reflexionar, más de una vez, en el cuidado de ese sujeto entrevistado. Salir de aquella visión durkeimniana de trabajar con los hechos sociales como si fueran cosas o como enseñara un colega ver al otro como un bicho cuando investigo. Aquí me aparto, siento y me pongo a pensar en ese otro sujeto-humano al cual entrevisto. Y, entonces, traigo preguntas que la situación de entrevista produce en quien investiga cuando nos encontramos con alguien que sufre, padece y/o se repliega sobre sí mismo.

¿Cómo conversar, desde la investigación, con una persona que ha pasado y/o padecido intentos de suicidio, rupturas de vínculos y encierro en su casa, la depresión crónica de un familiar?

¿Cómo trabajar desde el lugar de investigadora reconociendo lo que se siente durante la entrevista?

¿Cómo objetivar sentimientos?

Así, desde mi lugar de investigadora, puse en juego y en el campo, mis sentimientos en la situación de entrevista, el sentir y corporizar: temores y tristeza, lástima y alivio, espanto y desconsuelo, el dejarlos fluir en situación y al retirarme de dicha situación, sabiendo que han sido parte de la tesis. También el enigma de buscar comprender al otro/a, la fascinación de escuchar un discurso apasionado, el gusto por sentir nuevas voces, la tensión en el despliegue del diálogo, el asombro frente a una experiencia vital, el placer de compartir risas durante la entrevista y el amor a la vida, impactaron en mi cuerpo y pensamientos durante las entrevistas. De igual modo, lo hicieron los dolores de la vida.

<Manejarlos> implicó, algunas veces, dejar pasar un tema. Oírlo, reconocerlo y dejar que las palabras del otro fluyeran sin retomarlas. Acompañar el discurso desde los gestos, sin preguntas ni palabras. Respetar al otro en su dolor, desde el silencio. Acompañar desde una palabra comprensiva, que retoma su discurso sin invadir su intimidad, sin ser inquisidor. Dejar fluir las palabras de ese otro, sentir tristeza junto a

él o ella. Sentir incomodidad conmigo misma por incomodar. Y sentirme incómoda por sentir miedo, ante una mirada o la rigidez corporal del otro/a. Dejar que cosquillee en mí la violencia contenida de ese otro, palpar también mi violencia de no reconocimiento de las diferencias. Mis errores en las entrevistas. Notar luego que, inconscientemente, mi posición de clase o de género alteró una conversación. Permitirme ser tocada internamente por el aburrimiento del otro con su propia vida y reflexionar sobre ese como si no le pasara nada vital.

Dejar que el cansancio o aburrimiento me tomaran en la entrevista para darme cuenta de la centralidad en el sí mismo de ese otro. Dejar que el otro expresara su ingenuidad para darme cuenta de la búsqueda de una construcción o re-afirmación de sí. Observar su gestualidad para darme cuenta de mi incompreensión clasista o genérica. Sentir las diferencias como investigadora, mujer y adulta, pensarlas in situ y buscar el re-enganche para continuar la entrevista. Escuchar los conflictos, la pasión, el amor y el dolor del otro para observar las variaciones significativas de experiencias vitales y condiciones existenciales. Y, por qué no, sostenerlo o actuar como soporte de ese sí mismo, en momentos de la entrevista.

Objetivar la subjetividad, construir la objetividad con el otro o entre las subjetividades puestas en juego en la situación narrativa.

3 | GRUPALIDAD Y ACATAMIENTO POLITIZADO, LAS SITUACIONES DE ENTREVISTA GRUPAL

Si en las entrevistas individuales en profundidad hablé que la disposición a la confianza enmarcaba el despliegue de la situación conversacional; la situación de entrevista grupal se enmarcó en el despliegue de un acatamiento politizado -entendido como oxímoron-. Aquí, pienso y re-trabajo el concepto de acatamiento paródico (el cuestionamiento de la legitimidad del mandato a través de la parodia), que trabaja Gatti (2008) poniéndolo en diálogo con la argumentación de Elizalde (2008). Ella plantea que en una entrevista se producen procesos de <intersección e influencia desigual entre diferencias encarnadas en sujetos concretos>, relaciones de control y resistencia, y que ninguna experiencia puede ser despojada de politicidad. Especialmente, las que se construyen desde <aparentemente previsibles posiciones de investigadores>. Las narrativas son <siempre material de disputa, abierto y en tensión con las formas en que reconocemos y se reconoce la experiencia de narrar científicamente a los otros> (Elizalde, 2008).

3.1 Los grupos con jóvenes en situación de inclusión social

La disposición a la participación en las entrevistas grupales se entrelazó de distintas formas, de acuerdo a curiosidades, al tipo de grupo (mixto o por sexo) y/o tipo de convocatoria. Estar ellos mismos aprendiendo a investigar en sus carreras

universitarias, estar formándose en tutorías universitarias, estar formándose en la educación técnico/profesional. Conformación del grupo, únicamente por varones o por mujeres; o conjuntamente, por varones y mujeres. Consignándose la entrega de una atención o presente en agradecimiento por participar.

En el primer encuentro les presento imágenes de varones y mujeres de distintas y variadas edades, condiciones y situaciones de vida, consignando que elijan dos: una de una persona adulta, otra de una persona joven. La puesta en juego de imágenes actúa como disparador de apertura e implicación en la entrevista grupal. El despliegue de las mismas sobre una mesa opera quebrando tensiones, desestructurando a los participantes. Los entrevistados al inicio no saben qué hacer, se miran y miran, revuelven, entreveran, agarran una imagen, la dejan, toman otra. Se paran, se sientan, se ríen entre ellos, hacen comentarios sobre lo que ven en las imágenes. Acaparan una para que el otro del grupo no se la quite, comparten una poniéndola en el medio de la mesa. Dudan si elegir una u otra; al fin resuelven cuál seleccionar desde tiempos desiguales posibles. Aparentemente, no son sólo las identificaciones con las imágenes lo que actúa en la elección de las mismas sino que la impronta de las diferencias de clase o de género, también opera (por ejemplo, imágenes tales como un padre con un niño en la espalda, un vendedor callejero, un chico en el basural son elegidas por las mujeres universitarias de un grupo mixto). O más bien, las identificaciones dialogan con las diferencias, diluyéndose en un grupo las imágenes de los adultos.

Lo que los toma de sorpresa y quizás, rompe la desestructuración producida ante la selección de imágenes, es la escritura del relato en torno a lo que ven en las imágenes. Escribir sobre lo que ven en las mismas aparece como un repecho a subir, aunque no en todos los grupos. Alguno es más disciplinado que otro, acata la norma. Es así que en algún grupo, ante la escritura y antes de desplegarla, hablan entre ellos, piensan, no saben por dónde arrancar, preguntan varias veces la consigna, transfieren ganas de irse. Hasta que en un momento hacen silencio y empiezan a escribir. Miran una imagen, luego otra, van escribiendo. Elaboran relatos escritos sobre dichas imágenes.

El inicio del intercambio oral-grupal dinamiza, nuevamente, el encuentro. Si bien en un primer momento, cuentan tímidamente o desde un supuesto deber ser lo que ven en las imágenes o hablan desde un vocabulario disciplinario, con palabras técnicas o racionalizando; luego, se enganchan (con la diversidad, los espacios y grupos jóvenes, las diferencias inter-generacionales, la familia, la sexualidad, la heterosexualidad y homosexualidad), habla cada uno, discuten entre ellos, dan visiones distintas, traen un lenguaje cotidiano, acuerdan cosas. Otras, las dejan bosquejadas o con un signo de interrogación. Por instantes, la conversación es muy dinámica, siento que hablan, hablan y no paran. Ni siquiera me miran, parece que yo no estuviera. Van contando, relatando lo que ven, las semejanzas con ellos, lo que piensan sobre los varones, sobre las mujeres de su edad, sobre la gente de otra edad, etc. Hablan mirándose entre ellos, escuchando lo que dice el otro y luego, dando su perspectiva o confrontando. Las

disciplinas académicas de las que algunos forman parte, creo que también marcan sus discursos y debates sobre la temática. A su vez, en el grupo actúan las singularidades. Alguno presta más atención a lo que dicen los otros y luego interviene para aportar una mirada no dicha, punzante, rupturista, provocadora o resistente. Otro, más tímido, aporta algo conciso, crítico y puntual. Otro siendo referente del grupo, busca guiar y/o enderezar al otro joven, etc.

En algún grupo comen bizcochos, sobre todo, cuando alguna intervención mía los sorprende, y toman mate.

Las entrevistas desarrollaron un entorno habilitador del relato oral y coral: “Antonio al terminar el encuentro, se asombra de sí mismo diciendo que habló cosas que no pensaba las iba a hablar -cosas que no tendría que haber dicho” -Nota de campo-.

Al segundo encuentro grupal, traen las letras de distintas canciones a compartir. Canciones que escuchan habitualmente, las traen impresas o las imprimen delante mío al encontrarnos. Mientras conversan entre ellos sobre las mismas, saben lo que escucha el otro, cantan, comentan que les encanta la música y <re-copa> buscar canciones. En otro grupo, traen sus XO —laptop proporcionadas por el Estado— y pasan los videoclips. Las canciones habilitarán encuentros de diálogo abierto, a los cuales van trayendo sus formas de vivir, relacionarse y pensarse, sus pérdidas y añoranzas, críticas a la sociedad en que viven, hablando más entre ellos que conmigo.

En uno de los grupos, algunas veces se miran como diciendo: hablamos o no hablamos, se conocen, conocen a la otra y se miran entre ellas para ver hasta dónde va cada una; además de mirarme a mí. Cuando una de ellas está hablando sobre el amor, otra me hace una guiñada como para que la hiciera hablar más. Hay un nivel de complicidad conmigo para que anime a la otra (sea quien sea) que está hablando, a profundizar en lo que dice. Y mientras, la cómplice se sonríe -Nota de campo-.

Hacen que la otra diga lo que no ha dicho. Los niveles de involucramiento se amplían. Desde mi lugar de investigadora, al trabajar internamente mis diferencias con ellos de un encuentro a otro, vuelvo al siguiente encuentro con una disposición abierta a la escucha de eso diferente, a escuchar lo que no entiendo, a oír el mundo en que andan.

3.2 Los grupos con jóvenes en situación de exclusión social

Las entrevistas grupales con jóvenes de los márgenes, las viví desde un relacionamiento diferente. Un relacionamiento politizado, los jóvenes fueron mandatados a participar por la organización convocada. Vinieron, provocaron y se resistieron al mismo tiempo que produjeron. Ello me hizo pensar en mi lugar como investigadora, en la necesidad de revisar permanentemente las condiciones y los materiales de la argumentación que co-construimos en la narrativa, desde lugares organizacionales además de etarios, clasistas y genéricos.

¿Cómo construir la entrevista en un espacio de deconstrucción de los significados dominantes? ¿Cómo las categorías estigmatizantes son vividas por los jóvenes

concretos como una parte significativa de sus vidas?

Me ha llevado a pensar la entrevista como un espacio de surgimiento de una voluntad de resistencia. Pensar en el pasaje conflictivo de un yo avergonzado a un nosotros desafiante (Elizalde, 2008). Parecería que la entrevista grupal se despliega desde ese yo avergonzado a un nosotros desafiante; por momentos, paródico o politizado. No lo tengo claro. Parecería que no ocultan los estigmas sociales proyectados en ellos, las marcas con que otros sectores sociales los invisten. Al contrario, las multiplican (Gatti, 2008). Marcan su lugar de encuentro en grupos desde los estigmas. Desde éstos, traen las marcas de sus identidades (el alcohol, el <embarazo adolescente>, <el macho>, <la mujer sexualizada>). Se oponen, protestan, plantean si falta mucho, <se aburren> en la entrevista. La politizan.

Claudia no quería primero elegir las imágenes, luego las elige pero no escribe nada. Vanessa va a decir que Claudia tiene vergüenza. La sensación era que se querían ir. Protestaban todo el tiempo. Pablo parecía que tenía cierto interés o curiosidad en estar, pero luego le habló en tono agresivo a Jessica, le decía que era una <alzada>, y a la vez, quería contar cosas de su vida. Cuenta que vive con su abuela, que le gusta tomar whisky. Jessica me dice en un momento que está aburrida, ¿cuándo terminamos? Vanessa mira el papel con las pautas del guión y me dice: ¿todas esas preguntas vamos a contestar? Y hace gestos. Andrea y Claudia intervienen muy poco. La entrevista va a ser muy desordenada, con quejas permanentes de ellos. Todo el tiempo se están oponiendo a mí y resistiendo, pero por otra parte, siento que tienen para decir muchas cosas y que en el grupo no las pueden decir. Esto lo re-afirmo más al irme y volver a mi casa. Leo lo que escribieron. Vanessa cuenta la tristeza de su abuela y su situación actual personal, pero en el grupo, no lo contó. No dice que eligió a la mujer vieja llorando porque su abuela fue una luchadora como lo escribe. El grupo contiene la dispersión y revuelta. Por momentos, se enganchan con algo: Facebook o los padres; luego vuelven a decir que se quieren ir –Nota de campo–.

Participan re-afirmando el lugar que, imaginariamente, se construye en torno a ellos y me lo muestran. El lugar de los estigmas sociales, ser jóvenes de <la clase peligrosa> que refiere Castel (2004). Se posicionan allí, remarcando ese lugar simbólico en que, otros, los invisten. Lo parodian o cuestionan, resisten. Se posicionan allí interpeándome y dejando ver que es posible construir otra forma de organizarse socialmente. Así, transfieren que se sienten cómodos consigo mismos e incómodos conmigo.

La resistencia también se expresa en la escritura, en los relatos sobre las imágenes. Algunos relatos son escuetos, cuentan algo puntual. No obstante, al seleccionar las imágenes estos jóvenes dan cuenta de sus marcas, multiplicándolas o politizándolas (malabaristas, <planchas>).

La perplejidad me lleva a re-pensar la co-construcción de la narrativa en su ineludible contextualización, historización y politización (Scott, 1992). En la necesidad de explicitar el proceso de asignación de posiciones del sujeto, de quien investiga y de quien es construido como sujeto de la investigación. Situación de entrevista atravesada por el conflicto y la contradicción, dados los múltiples sentidos y sentimientos que como acontecimiento despliega así como la intersección de diferentes y desiguales

historias y geografías desde la que se produce (Elizalde, 2008).

4 | A MODO DE CIERRE

El registro de lo observado en la situación de entrevista junto a la mirada y modo de escucha durante la misma, posibilitó poner en obra la reflexividad (Bourdieu, Chamboredon y Passeron, 2004). Es decir, como investigadora dejarme asombrar por el otro, instalarme en la perplejidad junto a los sujetos de la investigación; reconocerme trabajando en y con las diferencias sociales, de género, etarias y en su entrecruzamiento. Dar cuenta de mi experiencia como investigadora relatando la interacción puesta en juego en cada situación narrativa, componer teóricamente las variaciones y tipos narrativos de los lugares sociales de los jóvenes, producir conocimiento integrando sus propias voces, las tensiones vividas en los encuentros, los sentimientos y emociones que no sólo como investigadora me abarcaron en cada uno de esos momentos. Investigadora inmersa en una cultura, en ciencias sociales y humanas, universitaria, mujer-abuela, con una pertenencia de clase media. Trabajar mi paridad con ellos y mi extranjería dado el mundo social fragmentado y/o polarizado que nos constituye (sujetos en situación de inclusión y exclusión social). Paridad y extranjería también relativa a los géneros (femineidades y masculinidades). Extranjería incuestionable a nivel generacional (jóvenes/adulta). Escuchar y reconocer el despertar de la extranjería del entrevistado consigo mismo, el asombro de sí. Reconocer su reflexividad y ponerla a operar en la investigación.

Fundamentalmente, me permitió pensar la co-construcción narrativa en:

- la imbricación de fuerzas opuestas, contradictorias, antagónicas, conflictivas, en fuga, cercanas y lejanas. En el despliegue de la politicidad, el cuestionamiento al poder de la ciencia, al adultocentrismo, a la hegemonía social. Pensar en la ineludible politización de la co-construcción narrativa y desde allí producir conocimiento.
- el desplazamiento de la reflexividad entendida como control en investigación cualitativa a un lugar pensado como el trabajo de la reflexividad. Es decir, un trabajo necesario de reconocimiento de nuestras emociones y sentimientos mientras investigamos y desde allí pensar, recuperar y agujerear teoría, interpelar y significar el campo en estudio desde sus sujetos-actores, escuchar los sentidos locales, enlazar y entrelazar los saberes de esos otros y la teoría, producir conocimiento. Vivir la investigación dejando que nos pasen cosas como investigadores, que la presencia del otro nos altere, que el rechazo del otro nos perturbe. Vivir la situación de entrevista como acontecimiento. Narrarla, interpretarla, teorizarla. Dar lugar al trabajo de la reflexividad, al reconocer para conocer.

Temor, tristeza, lástima, alivio, espanto y desconsuelo, diversión y placer, amor y dolor, vergüenza, pasión, aburrimiento, incomodidad, necesidad de huir, intriga, resistencia y rechazos, entre otros, se pusieron en juego en la situación narrativa. Fueron parte de la interacción investigadora-sujetos de la investigación. Aquellas

fuerzas opuestas, los sentimientos y emociones así como los cuerpos en sus expresiones y gestos se constituyeron en indicios para el análisis, vehicularon la producción de conocimiento. No necesitaron ser <domesticados> ni controlados. El trabajo de la reflexividad los incorporó como dimensiones propias a la metodología cualitativa de investigación social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; y PASSERO, J.C. **El oficio del sociólogo**. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI. 2004.

CASTEL, R. **La inseguridad social**. *¿Qué es estar protegido?* Buenos Aires, Argentina: Manantial. 2004.

ELIZALDE, S. Debates sobre la experiencia. Un recorrido por la teoría y la praxis feminista. **Revista Oficios Terrestres**, 23 (1), 18-30. 2008.

GATTI, G. **El detenido desaparecido**. Narrativas posibles para una catástrofe de la identidad. Montevideo, Uruguay: Trilce. 2008.

GUBER, R. **La etnografía**. *Método, campo y reflexividad*. Bogotá, Colombia: Grupo Editorial Norma. 2001.

LLOBET, V. Un mapeo preliminar de investigaciones sobre infancia y adolescencia en las ciencias sociales en Argentina desde mediados de la década de 1990. **KAIROS. Revista de Temas sociales**, 28 (1), 1-20. 2011

SCOTT, J. Experiencia. **Revista Hiparquía**, 10 (1), 59-83. 1992

GERENCIALISMO: A RESPOSTA NEOLIBERAL PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Evandro Alves Barbosa Filho

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Recife – Pernambuco

Maria Izabel Rêgo Cabral

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Programa de Pós-Graduação em Design
Recife – Pernambuco

RESUMO: No Brasil, desde a década de 1990, as políticas sociais e seus mecanismo de gestão que deveriam ser democrático-participativos vêm enfrentando uma expressão específica do projeto burguês sobre as políticas e serviços voltados à reprodução social da parcela da população que vive da venda da sua força de trabalho: a transferência da racionalidade gerencial das empresas privadas capitalistas para a gestão das políticas e serviços de bem-estar social, o chamado gerencialismo. Longe de ser uma questão apenas da realidade brasileira, o surgimento e hegemonia da: gestão por resultados, gestão pós-burocrática, gestão gerencialista, etc. remete ao conjunto de respostas ideológicas, políticas, econômicas, institucionais e culturais que o capitalismo globalizado e suas elites criaram a partir de 1973 para responder a sua crise estrutural, realizando o desmonte do poder que as classes e grupos subalternos conquistaram na

formulação e gestão das políticas sociais nas democracias ocidentais desde o pós Segunda Guerra Mundial. Diante disso, o presente artigo analisa criticamente a formulação do gerencialismo ou nova gestão pública. O trabalho tem natureza qualitativa e realizou, por meio de revisão narrativa, um estudo histórico-crítico sobre a origem do gerencialismo e sua relação indissociável com as ideologias, teorias e concepções do projeto neoliberal de restauração de poder de classe capitalista frente a sua segunda crise estrutural do século XX. O estudo evidencia como a adoção da gestão por resultados e o fetiche pelo produtivismo/tecnicismo na gestão das políticas e serviços sociais faz parte uma ofensiva de redução e descaracterização das políticas de bem-estar social, servido à acumulação capitalista por meio da espoliação de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Gerencialismo, Neoliberalismo, Política social.

ABSTRACT: In Brazil, since the 1990s, social policies and their management mechanisms, which should be democratic and participatory, are facing a specific expression of the bourgeois project on policies and services aimed at the social reproduction of the population that lives from the sale of their labour force: the transference of managerial rationality from private capitalist organizations to the management of social

welfare policies and services, the so-called managerialism. Far from being a question only of the Brazilian reality, the emergence and hegemony of the management by results, post-bureaucratic management, managerial management, and so on. refers to the set of ideological, political, economic, institutional and cultural responses that globalized capitalism and its elites created after 1973 to respond to their structural crisis, by dismantling the power that the subaltern classes and groups conquered in the formulation and management of social policies in Western democracies since the post-World War II. Thus, this article critically analyzes the formulation of managerialism or new public management. The work has a qualitative approach and was carried out, through a narrative review, a historical-critical study on the origin of managerialism and its inseparable relation from the ideologies, theories and conceptions of the neoliberal project of restoration of capitalist class power in the face of its second crisis structure of the twentieth century. The study shows how the adoption of results-based management and the fetish by productivism / technicism in the management of social policies and services is part of an offensive to reduce and de-characterize social welfare policies, served by capitalist accumulation through the spoliation of rights.

KEYWORDS: Managerialism, Neoliberalism, Social Policy.

1 | INTRODUÇÃO

Desde o processo de redemocratização do Brasil, sobretudo com a publicação da Constituição Federal de 1988, primeira Constituição Brasileira a comprometer o Estado com a criação de uma estrutura nacional interfederativa de seguridade social, que articula municípios, estados e união na provisão de políticas e serviços sociais, os/as assistente sociais têm sido chamados à assumir funções e cargos de gestão de políticas públicas e políticas sociais.

Esse processo de diversificação dos espaços sócio-ocupacionais das/dos profissionais de Serviço Social foi aprofundado ao longo das décadas de 1990 e 2000 com a aprovação das leis orgânicas da saúde e da assistência social e com a criação de novas políticas e programa sociais voltados a responder às refrações da questão social.

Embora a conjuntura pós-ruptura com a autocracia civil-ditatorial tenha criado novos espaços e mecanismos institucionais de promoção e garantia de direitos sociais e políticos de cidadania, a euforia com a democracia foi tensionada, ainda no início dos anos 1990, pela difusão e hegemonia da ideologia neoliberal. Um marco do compromisso do Estado Brasileiro com a viabilização da agenda neoliberal foi a aprovação, em 1995, do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE). Este plano, além de propor a privatização de grande parte das empresas públicas e serviços de bem-estar social, também defendia a introdução das práticas de gestão desenvolvidas no setor privado em todas instituições e serviços realizados, financiados ou gerenciados pelo Estado brasileiro. O PDRE deu um novo nome ao modelo de gestão das políticas

públicas e sociais: gestão pós-burocrática, em uma clara tentativa de desvincular a experiência de gestão por resultados ou gerencialista no Brasil à ideologia ou corpo teórico que a sustenta, a neoliberal.

Mais do que a difundida ideia de “Estado mínimo”, o neoliberalismo demanda um Estado forte e presente para garantir às melhores condições ao processo de acumulação capitalista, o que se realiza não apenas por meio da mercantilização das políticas sociais. De acordo com o discurso neoliberal, também é necessário blindar o Estado em relação às demandas coletivas e diminuir as possibilidades de os canais democráticos de participação política e gestão democrático-participativa serem ocupados por sujeitos coletivos organicamente comprometidos com as classes e grupos sociais subalternizados.

Para tal, os pensadores neoliberais criaram sua proposta própria de gestão pública: a gerencialista, também conhecida como gestão por resultados, gestão pós-burocrática ou nova gestão pública. Para compreender esse paradigma de gestão, que invalida as propostas de gestão democrático-participativa e democracia direta, manifestos na Constituição Federal e nas leis orgânicas das políticas de seguridade social, é preciso compreender a construção do projeto que o fundamenta, o neoliberal.

Sendo assim, antes de analisar as correntes teóricas que fundamentam o gerencialismo ou Nova Administração Pública na gestão das políticas públicas e sociais, é necessário historicizar e caracterizar algumas determinações sócio históricas que subsidiaram a constituição da gestão pública gerencial. Somente a partir de ponderações sobre a atual crise do sistema capitalista, cujas diferentes formas são evidenciadas por conceitos como: neoliberalismo, mercado global, Estado Mínimo, (contrarreforma) e livre mercado, que impactam profundamente a formulação e materialização das políticas sociais (ANDERSON, 2002), é que se torna possível analisar o surgimento e difusão do gerencialismo, enquanto novo padrão de gestão pública, coerente às novas pressões do capital sobre as políticas públicas e sociais (ANDREWS, 2010). Portanto, é interessante ressaltar a impossibilidade de abordar criticamente este paradigma de gestão sem discorrer sobre a constituição histórica do neoliberalismo, Friedman, Hayek e os intelectuais da *public choice theory*, a teoria da escolha pública.

Porém, é interessante sinalizar que o neoliberalismo, amplamente abordado, sob diversas perspectivas e em vários campos do conhecimento, poucas vezes tem o seu percurso histórico abordado. Esse esforço é necessário por entendermos que a principal função da economia, que é contribuir para o pleno desenvolvimento humano e ambiental, promovendo bem-estar material e dignidade, vem sendo intencionalmente negada pela dinâmica de produção e reprodução capitalista, o que representa um desafio central ao conjunto das políticas sociais e se reflete nas condições de vida de mulheres e homens que têm a venda da sua força de trabalho como única forma de sobrevivência. Neste sentido, as crescentes desigualdades sociais encontradas em países centrais e, de forma mais aguda, nos periféricos, não são compreendidas como

naturais e imutáveis, mas resultantes de uma sociabilidade produtora de pauperismo e exploração (ANDERSON, 2002; BEHRING, 2003).

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar criticamente o gerencialismo enquanto paradigma de gestão das políticas sociais e públicas. Para tal foi realizada pesquisa bibliográfica de clássicos do pensamento social crítico, como Perry Anderson e David Hardey, assim como, de autores que abordam criticamente a temática da gestão pública, a exemplo de Christina Andrews. A pesquisa que deu origem a este estudo foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 | NEOLIBERALISMO: BREVE DEBATE E PERCURSO HISTÓRICO

O conjunto de teses e teorias que vieram a ser conhecidas como neoliberalismo foram formuladas após a Segunda Guerra Mundial, na Europa Ocidental e na América do Norte. Essas produções intelectuais representavam uma reação teórica e política contra a intervenção do Estado na Economia e ao *Welfare State* europeu e a experiência estadunidense da *Great Society*. Durante sua existência, o neoliberalismo vem se configurando como algo mais complexo do que uma simples reatualização do liberalismo clássico do século XIX (HARVEY, 2008).

Em 1944, Friedrich August Von Hayek publica o livro *O Caminho da Servidão*, obra que se estabeleceu como um marco teórico fundador do neoliberalismo. Nesta, o autor realiza profundas críticas à regulação estatal sobre o mercado. Para Hayek, a restrição ao livre mercado é uma séria ameaça à liberdade econômica e política. Ele defende que apesar das boas intenções da socialdemocracia, esta conduz ao mesmo desastre que o nazi-fascismo: a servidão moderna. Sua teoria sobre o Estado Social europeu não é aceita pelos reformadores da Europa keynesiana, ficando restrita ao plano teórico por mais de duas décadas, e os fundamentos do Estado de Bem-Estar se consolidam na Europa ocidental do pós-guerra.

Em 1947, Hayek convocou para um encontro, diversos intelectuais de várias nacionalidades, entre eles Milton Friedman, Michael Polanyi, Maurice Allais, Walter Lippman, Karl Popper, Lionel Robbins, Salvador de Madariaga, Ludwig Von Mises e Wilhelm Ropke, e que compartilhavam de suas teorizações sobre a relação Estado-mercado, obviamente, todos contrários ao Estado providência europeu; ao new deal americano e à experiência soviética.

A reunião, que objetivava aglutinar estudiosos defensores do liberalismo econômico e que propunham uma versão mais radical do neoliberalismo, aconteceu em *Mont-Pèlerin*, cantão suíço de Vaud, em 1947, e, por isso, foi denominada Sociedade de *Mont-Pèlerin*. Esse grupo tinha dois grandes objetivos: construir críticas científicas ao keynesianismo e às políticas sociais distributivas, disseminadas na Europa, EUA, Canadá e Japão após a Segunda Guerra Mundial, e preparar fundamentos teóricos de

outro tipo de capitalismo, em uma forma mais “pura”, livre de qualquer cerceamento extra-mercado. Mas a conjuntura deste período (1945-1973) se apresentava como um obstáculo à legitimação de reformas neoliberais e uma conseqüente negação ao Estado providência. Neste momento, a “idade de ouro” do capitalismo, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960 (ESPING-ANDERSEN, 1995; HARVEY, 2008), o crescimento econômico foi significativamente rápido. A constituição de um expressivo fundo público nos países do Norte, capitalistas centrais, possibilitou o financiamento da acumulação do capital e, ao mesmo tempo, o financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo a coletividades por meio de investimentos no campo social (OLIVEIRA, 1988).

A medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro desemprego, os subsídios para o transporte, os benefícios familiares (quotas para o auxílio habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo, são seus exemplos. A descrição das diversas formas de financiamento para a acumulação de capital seria muito mais longa: inclui desde os recursos para a ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através dos juros subsidiados para setores de ponta, toma em muitos países a forma de vastos e poderosos setores estatais produtivos, cristaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e os gastos em armamentos), sustenta a agricultura (o financiamento dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos e a chamada “Europa Verde” dos membros da CEE), e o mercado financeiro e de capitais e/ou fundos estatais, pela utilização de ações de empresas estatais como blue chips intervém na circulação monetária de excedentes pelo *open Market*, mantém a valorização dos capitais pela via da dívida pública etc (OLIVEIRA, 1988, p.09-10).

Por conseguir promover a “harmonização” entre a satisfação de necessidades sociais da classe trabalhadora e a necessidade de lucro e extração de mais valia do capital, os Estados interventores fordista-keynesianos, no caso de capitalismo central, e os Estados desenvolvimentistas, no caso dos países de capitalismo periférico como o Brasil, neutralizaram momentaneamente os discursos dos neoliberais contra os supostos perigos do crescente controle e regulação estatal sobre o mercado por parte do Estado. No entanto, mesmo diante do êxito do Estado social, a sociedade de *Mont-Pèlerin* direcionou profundas críticas ao igualitarismo defendido pelo Estado de Bem-Estar por meio de suas políticas públicas distributivas e pleno emprego, assim como reagiu à planificação social e econômica dos países do bloco soviético (ANDERSON, 2002; HARVEY, 2008). Para os primeiros intelectuais neoliberais, o igualitarismo fomentado pelo Estado-providência é destruidor da liberdade dos cidadãos e da vitalidade das competências, duas qualidades das quais, segundo eles, depende a prosperidade de todos (LAURELL, 2008). Portanto, afirmando que a desigualdade é um valor positivo, indispensável, uma necessidade para o sucesso das sociedades ocidentais. Se esse corpus teórico permaneceu restrito ao meio acadêmico por mais de vinte anos, essa realidade mudou profundamente a partir da década de 1970 (ANDERSON, 2002; ANDREWS, 2010; HARVEY, 2008).

A crise do capital, que eclodiu em 1974, pôs em cheque o modelo econômico

do keynesianismo-fordismo. Os países do capitalismo central sucumbem em uma profunda recessão, vivenciando depois de três décadas de crescimento econômico, uma combinação entre recessão e uma insignificante taxa de crescimento, a *stagflation*. Diante dessa nova conjuntura econômica, combinada ao surgimento e/ou expansão de uma Nova Direita como força político-ideológica (HARVEY, 2008; LAURELL, 2008), estão postas as condições à visibilidade e legitimação do neoliberalismo.

Para os intelectuais da Sociedade de *Mont-Pèlerin*, esta crise era resultado direto do poder excessivo conquistado pelos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário. As considerações destes sobre a crise de 1974 representam bem o conteúdo conservador destas teorias. Segundo os neoliberais, a ação política da classe trabalhadora organizada colocava em risco as bases da acumulação privada, por meio de sua luta por melhorias salariais e reivindicações para que o Estado Social desmercantilizasse muitas de suas necessidades sociais, através de políticas públicas de orientação protetiva (BARBOSA FILHO & ROCHA, 2016; MIOTO, 2008). Hayek, Friedman e seus companheiros defendiam que esta dupla pressão, realizada pelos sindicatos sobre as empresas, gerava processos inflacionários, altas de preços, que resultava em crises das economias de mercado.

A reorientação indicada pelos neoliberais era clara: é necessário fortalecer o Estado na direção de quebra do poder dos sindicatos, mas o fortalecimento deste Estado deve ser restrito no seu investimento em políticas sociais e na sua intervenção na economia. Segundo esse receituário, a estabilidade monetária deve ser o objetivo central de todos os governos. Sendo assim, uma disciplina orçamentária é fundamental e deve ser acompanhada por restrições nas despesas sociais e por uma taxa permanente de desempregados, naturalizando o exército de trabalhadores sobrantes. Estas estratégias deveriam enfraquecer os sindicatos e a função social do Estado Providência.

Além disso, reformas fiscais deveriam ser realizadas com o objetivo de incentivar os agentes econômicos (burguesia) a poupar e investir, por meio de redução de impostos sobre as rendas mais elevadas e sobre os lucros das grandes empresas (ANDERSON, 2002; BARBOSA FILHO & ROCHA, 2016; HARVEY, 2008). O resultado dessas “reformas para o grande capital” deveria ser uma desigualdade benéfica, para o livre mercado, que dinamizaria as economias das potências capitalistas, em risco por causa das políticas inspiradas nas proposições de Keynes e Beveridge, ou seja, a intervenção estatal anticíclica e a redistribuição de bens e serviços sociais (OLIVEIRA, 1988). A expectativa dos defensores do Projeto neoliberal era de que o crescimento viria naturalmente, quando fosse alcançada a estabilidade monetária e reativados os incentivos ao livre funcionamento do mercado: desfiscalização, limitação dos investimentos e cobertura das políticas sociais, desregulamentação da economia entre outros (ANDERSON, 2002; BEHRING, 2003; MATIAS-PEREIRA, 2009; PEREIRA, 2008).

A hegemonia do projeto neoliberal não ocorreu de forma imediata entre os

países desenvolvidos. Logo após a crise de 1974-1975, os países centrais tentaram mitigar a crise utilizando-se de estratégias keynesianas. Somente no fim da década, em 1979, é que o neoliberalismo chegou ao poder, com o Governo de Margaret Thatcher. Este foi o primeiro país desenvolvido que assumiu uma plataforma política assumidamente neoliberal. Logo depois, em 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos da América com o mesmo compromisso. Em 1982, foi a vez da Alemanha, através da eleição de Helmut Kohl, mas talvez a eleição mais representativa da orientação rumo ao neoliberalismo tenha sido a da Dinamarca, também em 1982, o que significou que até o bem-sucedido Estado-Providência nórdico, “o caminho escandinavo” (ESPING-ANDERSEN, 1995) foi questionado pela onda neoliberal. Logo depois, praticamente todos os Estados na Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria passam a ser governados por partidos de direita.

Pode-se dizer que essa expansão de governos conservadores criou a condição política necessária à disseminação do neoliberalismo entre os países centrais. Corroborar-se aqui com as análises de Perry Anderson (2002) e Sampie Terreblanche (2012), para quem a hegemonia de uma nova direita na Europa e na América do Norte, consolidada ainda nos anos 1980, propiciou de forma incontestável o triunfo do projeto neoliberal no centro do capitalismo mundial.

No âmbito da gestão pública, o ideário neoliberal propõe a substituição da administração burocrática, consolidada no Estado providência, por uma administração denominada gerencial (FARAH, 2006). Antes de abordarmos a filosofia administrativa, ou seja, o novo paradigma para a gestão pública elaborado para e pelo neoliberalismo (MATIAS-PEREIRA, 2009; ANDREWS, 2010), pontuaremos algumas análises sobre o neoliberalismo e seu impacto nas políticas sociais da América Latina.

3 | NEOLIBERALISMO NA PERIFERIA CAPITALISTA: TENDÊNCIAS DA POLÍTICA SOCIAL SOB O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

O subcontinente latino-americano é considerado pelos organismos multilaterais financeiros e potências capitalistas como uma unidade geográfica, política e econômica específica, separada dos países de capitalismo central do continente: Canadá e Estados Unidos da América (AMIN & HOUTART, 2003). Entretanto, as realidades socioeconômicas e políticas de cada Estado nacional latino são bastante distintas (BOSCHETTI, 2010).

A América Latina vivenciou a primeira experiência sistemática de reforma orientada pelo neoliberalismo: o Chile ditatorial, governado pelo General Pinochet, após o golpe de Estado de 1973, regime que sinalizou o início do ciclo neoliberal, cuja inspiração teórico-ideológica do ajuste da reforma neoliberal era o americano Milton Friedman, integrante da Sociedade de *Mont-Pelèrin*. O Chile, sob o governo autocrático de Pinochet, materializou o seu programa neoliberal imediatamente e de

forma ortodoxa: desregulamentação da economia, desemprego maciço, repressão anti-sindical, redistribuição da riqueza em favor da burguesia, privatização do setor público e das empresas estatais etc. Todo este processo orientado por uma versão mais “pura” do neoliberalismo ocorreu quase dez anos antes da experiência britânica, liderada por Margaret Thatcher.

Outro caso que reforça a tese da América Latina como laboratório de experiências neoliberais é o da Bolívia, em 1985, empreendida pelo economista americano Jeffrey Sachs, que desenvolveu planos de reformas orientadas pelo neoliberalismo para a Colômbia antes de aplicá-los em países da Europa Oriental, como Polônia e Rússia. Esses dois países serviram de experimentos neoliberais, mas permaneceram como exceções na região até o fim da década de 1980. A virada da América Latina para o neoliberalismo inicia-se em 1988, no México, com a eleição do presidente Carlos Salinas de Gortari (ANDERSON, 2002; HARVEY, 2008).

As formas como os países da região historicamente respondem aos conflitos sociais são condicionadas por fatores como o nível de industrialização; a resistência das oligarquias agrárias e das burguesias nacionais às mudanças progressistas e à divisão de poder; a atuação de partidos políticos e movimentos sociais de orientação democrático-popular ou revolucionários, entre outros (AMIN & HOUTART, 2003; WANDERLEY, 2008; FERNANDES, 2006).

Por compartilharmos as perspectivas de Gosta Esping Andersen (1995) e Ramesh Mishra (1991 Apud PEREIRA, 2008) sobre o que é *Welfare State*, defendemos a tese que este não existe ou existiu na América Latina.

O *Welfare State*, uma das marcas da “era dourada” da prosperidade do pós-guerra significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das idéias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *Welfare State* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo (ESPING-ANDERSEN, 1995, p.73).

Outro elemento é que, nas sociedades ibero-americanas, desemprego, emprego desprotegido, subemprego e profundas desigualdades sociais se apresentam de forma aguda (BOSCHETTI, 2010; LAURELL, 2008; WANDERLEY, 2008) e, como analisou Robert Castel (1998) sobre o Plano *Marshal*, o pleno emprego e a constituição de uma “sociedade salarial”, amplamente amparada pela condição de formalidade do trabalho é um pilar fundamental do *Welfare State*.

Nessa região, a proteção social foi tradicionalmente relegada à família e à rede de proteção próxima (filantropia, mutualismo, intervenções sociais focais e assistencialistas). Nos países latino-americanos, estas e a rede de solidariedade privada (família e relações de parentesco), despontam como amortecedoras das crises sociais e provedoras de bem-estar (CHANT, 2006; MIOTO, 2008, 2010; TEIXEIRA,

2016). Quando comparada à implantação do neoliberalismo realizada nos países do capitalismo central, as experiências da América Latina apresentam diferenças significativas. As últimas têm se configurado em políticas mais ortodoxas. Tanto os postulados neoliberais para a economia como os voltados para a política social tem se desenvolvido de forma mais radical do que ocorreu na Europa e América do Norte, principalmente no tocante à política social. Assim, a restrição da intervenção estatal e o repasse ao mercado acontecem tanto na esfera econômica como nos serviços de bem-estar social (HARVEY, 2008; LAURELL, 2008).

A efetivação do projeto neoliberal nesta região aprofundou as pré-existent manifestações da questão social nos países sul e centro-americanos. O agravamento dos conflitos gerados pela questão social levou os Estados latinos ao desenvolvimento de respostas para “aliviar a pobreza”, apoiados por organismos multilaterais interessados na efetivação do ajuste estrutural na região. O intuito destas medidas de caráter social era evitar que os problemas sociais gerados por uma economia de livre mercado resultassem em projetos políticos alternativos ao liberal, assim como em uma radicalização das lutas sociais.

Por fim, a ofensiva neoliberal na América Latina e Caribe nos anos 1980 e 1990 gerou a realização de reformas regressivas que redefiniram os heterogêneos sistemas de seguridade social, com uma significativa orientação à lógica estrita dos seguros, em detrimento à de seguridade, e, em alguns casos, de privatização dos sistemas predominantes até a década de 1990, aprofundando as iniquidades sociais no subcontinente (ANDERSON, 2002; BOSCHETTI, 2010).

4 | TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA: O FUNDAMENTO TEÓRICO DO GERENCIALISMO

Na década de 1980, enquanto os países da América Latina atravessavam um acentuado processo de recessão, que fez desta a “década perdida”, os países de capitalismo central também iniciavam o ajuste estrutural, gerado por mais uma crise cíclica do capital (BEHRING, 2003). Neste contexto de crise econômica e política, os formuladores de políticas públicas foram pressionados a assumir críticas em relação àquilo que Bobbio (2000) denominou “Estado de serviços sociais”, também conhecido como Estado de bem-estar social.

A partir desta conjuntura, foi elaborado um novo modelo de gestão e de reforma do Estado, o *New Public Management*, que, ficou conhecido no Brasil por “administração pública gerencial” e modelo pós-burocrático. Esse modelo tomou como orientação geral os padrões administrativos oriundos do mercado (ANDREWS, 2010).

As causas da massiva adoção deste paradigma de gestão nos países capitalistas são identificadas por Matias-Pereira (2009) como: redução do tamanho do setor público; maior autonomia e responsabilidade dos gestores (agências executoras);

empowerment (delegação e descentralização); *reinventing government* (reengenharia administrativa); ênfase nos resultados e na necessidade de serem medidos (uso de indicadores de avaliação); equilíbrio financeiro (utilizador-pagador); orientação para os clientes; formas mais flexíveis de contratação de força de trabalho; ênfase na qualidade dos serviços públicos; transparência da informação sobre a gestão pública (*accountability*).

Para Hood (1991 apud MATIAS-PEREIRA, 2009) a Administração Pública Gerencial pode ser sintetizada como a tentativa de redução ou remoção das diferenças entre setor público e privado, refletindo tanto as crenças nos métodos do livre mercado e das empresas privadas quanto a descrença nos servidores, nos órgãos públicos e na defesa da tecnocracia, defendendo que as técnicas gerenciais praticadas nas empresas privadas capitalistas não tem dimensões políticas e que protegem o funcionamento dos Estados do populismo e das ideologias coletivistas. Observa-se que a concretização deste padrão de gestão tem sido efetuada de várias formas, como por exemplo, por meio de privatizações; abertura de mercados antes protegidos; concessões de serviços públicos ao setor privado; além da criação de organizações e contratos com características específicas como: agências reguladoras; parcerias público-privadas, entre outros (ANDREWS, 2010; MATIAS-PEREIRA, 2009).

A “teoria da escolha pública”, que fundamentou a administração pública gerencial, foi criada por economistas norte-americanos no início dos anos 1960, mas teve pouca repercussão nas políticas sociais neste período, permanecendo restrita ao meio acadêmico. No final dos anos 1970, ela foi disseminada entre agentes governamentais de todo o mundo e passou a subsidiar o ideário de reformas administrativas em países que implantaram o neoliberalismo (BARBOSA FILHO, 2013).

A definição da teoria da escolha pública apresentada por um dos seus principais promotores, Dennis Muller, evidencia quais são seus pressupostos:

A teoria da escolha pública pode ser definida como o estudo econômico de decisões extramercado no processo de tomada de decisão ou, simplesmente, como a aplicação da economia à Ciência Política. O postulado básico da escolha pública, assim como para a economia, é do homem como um maximizador de utilidade egoísta e racional (MUELLER, 1984, p.39).

Vale salientar o sentido que o autor atribuiu à expressão “escolhas extramercado”. Mueller deixa claro em sua conceituação a característica central da escolha pública: a aplicação da economia à política. Portanto, as escolhas mencionadas na definição referem-se a escolhas que são realizadas fora do mercado econômico propriamente dito, correspondendo a escolhas públicas. Para esta teoria, os mecanismos que regem o campo político são os mesmos que regem o campo econômico.

Em comum, a teoria da escolha pública e a economia neoclássica têm como pressupostos: o autointeresse; a troca e o individualismo (UDEHN, 1996 Apud ANDREWS, 2010). Depreende-se, então, que, para esta teoria, o princípio do livre mercado é um pressuposto universal. Para estes autores, as escolhas políticas

não podem ser fundamentalmente diferentes de quaisquer outras escolhas que os indivíduos fazem, pois aqueles que têm um comportamento racional e auto interessado no mercado são os mesmos que fazem escolhas coletivas ou públicas em nome da comunidade (BUCHANAN, 1972).

Segundo os teóricos da escolha pública, o auto interesse teria *status* universal, sendo todos os comportamentos sociais explicados a partir da premissa do *homo economicus* que age racionalmente para maximizar suas vantagens e minimizar seus custos (ANDREWS, 2010). Tomando esse princípio como universal, Buchanan faz recomendações sobre a gestão de políticas públicas que ofertam serviços e bens coletivos.

Para Buchanan e demais defensores do liberalismo econômico (liberismo), a intervenção do Estado na economia gera uma externalidade negativa. Eles argumentam que os burocratas e funcionários públicos do Estado agem no sentido de maximizar seus interesses, que estariam fundamentalmente relacionados à expansão da máquina pública, pois supõem que os burocratas expandem seu poder quando aumentam os recursos disponíveis para as suas organizações. Segundo estes intelectuais, o padrão de gestão mais adequado para o Estado seria o de intervenção mínima na sociedade, pois assim conteria os interesses egoístas dos burocratas e demais agentes da estrutura institucional e de poder do Estado (BUCHANAN, 1975).

Fica evidente, que esta proposta configura o “Estado residual” ou “Estado mínimo”, no qual as funções sociais do Estado poderiam ser resumidas à proteção dos contratos e da propriedade privada. Além da proposição de Estado mínimo, outro fundamento teórico do gerencialismo é a separação entre agências formuladoras e implementadoras das políticas públicas. Essa lógica é oriunda da “teoria das agências”. Conforme esta, no setor público, os órgãos formuladores de políticas seriam os “principais”, agências que buscam realizar seus objetivos por meio de “agentes”, que seriam agências executoras de políticas públicas (ANDREWS, 2010). Os “agentes” podem ser órgãos governamentais (agências executivas), organizações sem fins lucrativos e filantrópicas, organizações sociais, organizações sociais de interesse público, consórcios públicos e fundações públicas de direito privado (ANDREWS, 2010; BARBOSA FILHO, 2013; MATIAS-PEREIRA, 2009).

É sob o contexto da contrarreforma do Estado e de contestação dos direitos sociais, que estas teorias subsidiam o gerencialismo, propondo a terceirização, a privatização dos serviços públicos, a diminuição do controle público sobre as políticas públicas, e o “insulamento tecnocrático”, tornando o Estado menos poroso às demandas e necessidades das classes que vivem do trabalho e dos grupos historicamente subalternizados.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias e as ideologias que influenciaram a construção do paradigma gerencialista de gestão pública, como padrão de gestão hegemônico na contemporaneidade, se mostram coerentes ao ideário das reformas de natureza conservadora ou reacionária implantadas no mundo desde a década de 1970, por meio do projeto neoliberal de restauração e ampliação do poder da classe burguesa.

Por meio de uma visão “estatofóbica”, a nova administração pública propõe contribuir para a viabilização do Estado mínimo e a mercantilização de várias esferas da vida social, antes protegidas pelo Estado Social e seus sistemas de seguridade ou seguros sociais públicos, questionando a cultura dos direitos da classe trabalhadora, confinando os direitos aos direitos do *homo economicus*.

O neoliberalismo não assumiu a mesma magnitude em todos os Estados que o adotaram. Esta ideologia vem assumindo orientações mais ortodoxas para as políticas econômicas e sociais justamente nas regiões periféricas do capitalismo nas quais foi inicialmente testado, como a América Latina, onde o *Welfare State*, segundo os padrões keynesiano-fordista, não se consolidou e onde o Estado tradicionalmente foi colonizada por relações antirrepublicanas, antidemocráticas, centralizadoras e autoritárias.

Como foi visto, as teorias que fundamentam o gerencialismo são coerentes ao projeto do Estado Mínimo, pois suas bases teóricas defendem que todos os sujeitos sociais são motivados por seus interesses próprios, egoístas, sendo oportunistas, enganadores e agentes de exploração sobre a coletividade e, portanto, não confiáveis. Nesse sentido, depreende-se que, no momento em que os agentes indutores das contrarreformas neoliberais dos Estados, e da conseqüente orientação gerencial na gestão das políticas e órgãos públicos, assumem as premissas da Sociedade de *Mont-Pèlerin* e da *public choice theory* eles assumem uma visão burguesa da natureza humana e propõem a naturalização dos processos de exploração, pauperização e pobreza, socialmente produzidos pela sociabilidade do capital.

Dessa forma, os/as assistentes sociais que trabalham no campo da gestão das políticas sociais e das políticas públicas orientadas às necessidades das classes e grupos subalternizados, precisam se apropriar criticamente da crescente influência do gerencialismo ou gestão pós-burocrática na gestão das políticas sociais, mediação fundamental para o enfrentamento das refrações da questão social.

É preciso ter clareza que assim como a reestruturação produtiva, as contrarreformas dos Estados, a financeirização da economia e a hegemonia do pensamento neoliberal, o gerencialismo ou nova gestão pública fazem parte da ofensiva do capital em um campo fundamental da disputa pelo fundo público e de socialização da política: o da gestão das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir; HOUTART, François. **Mundialização das Resistências: o estado das lutas em 2003**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANDERSON, Perry. Análise da recente evolução do sistema econômico mundial. In: HOUTART, François; POLET, François (ORGs.). **O Outro Davos: Mundialização de resistências e de lutas**. São Paulo: Cortez, 2002. Cap. 1, p. 11-64.
- ANDREWS, Christina W. Da década perdida à Reforma Gerencial: 1980-1998: In: ANDREWS, Cristina W (ORG). **Administração Pública no Brasil: Breve História Política**. São Paulo: Unifesp, 2010. Cap. 4, p. 85-118.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. A saúde no Brasil e em Portugal na atualidade: o desafio de concretizar direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 102, p.05-21, 02 abr. 2010.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social na América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). **Política social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 174-195.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BUCHANAN, James M. Toward analysis of closed behavioral systems. In: BUCHANAN, James M. & Tollison, Robert D. (ORGS.). **The theory of public choice: political applications of economics**. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1972, p.11-23.
- _____. **The Limits of Liberty: Between Anarchy and Leviathan**. Chicago, Chicago University, 1975.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social – uma crônica do salário**. São Paulo: Vozes, 1998.
- CHANT, Sylvia. Rethinking the “feminization of Poverty” in relation to aggregate Gender Indices. **Journal of Human Development**, [s.l.], v. 7, n. 2, p.201-220, jul. 2006.UK Limited. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1080/14649880600768538>. Acesso em: 07, fevereiro, 2019.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova: Revista de Cultura Política**, São Paulo, v. 1, n. 35, p.73-111, 22 out. 1995.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Inovação e governo local no Brasil contemporâneo. In: JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio. **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares**. São Paulo: FGV, 2006. Cap. 2, p. 41-76.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo:Global, 2006.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: política social na América Latina. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 151-178.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 263 p.

MELO, Marcos André. **Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil**. In: TENDLER, Judith. *Mitos da Reforma do Estado: conclusões de um estudo de caso no Brasil*. Recife: Massangana, 1999. Cap. 1, p. 33-76.

MIOTO, Regina. Famílias e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). **Política social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 130-148.

MUELLER, Dennis C. Public Choice: a survey. In: Buchanan, James M & Tollison, R. D. (eds.). **The theory of public choice**. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1984, 23-67.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado do Bem-estar: o contexto das reformas In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 91-124.

OLIVEIRA, Francisco. **O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público**. Revista Novos Estudos Cebrap. São Paulo, n. 22, p. 8-28, out./nov., 1988.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

TERREBLANCHE, Sampie. **Lost in transformation: South Africa's search for a new future since 1986**. Johannesburg: KMM, 2012.

ESTUDO ESTATÍSTICO DA QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES QUE DECLARARAM O IMPOSTO DE RENDA NO PERÍODO DE 2012 A 2015

Cristian Carlos da Silva Coelho

Estudante de Graduação. 5º Semestre do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Faculdade Santo Agostinho – FSA. Email: cristianccont@gmail.com

Gabriel Ribeiro de Abreu

Estudante de Graduação. 5º Semestre do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Faculdade Santo Agostinho – FSA. Email: gabrielra6@gmail.com

Arlane Lopes Chaves

Estudante de Graduação. 5º Semestre do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Faculdade Santo Agostinho – FSA. Email: arlanelopeschaves@gmail.com

Luana Sousa Almeida

Estudante de Graduação. 5º Semestre do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Faculdade Santo Agostinho – FSA. Email: luanasousa995@gmail.com

Lilane de Araújo Mendes Brandão

Orientador (a) do curso. Professora do curso de Ciências Contábeis na UNIFSA..Email: lilanebrandão@gmail.com

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

Trabalho na XV Semana Científica do Centro Universitário Faculdade Santo Agostinho – SEC 2017, evento realizado em Teresina, de 2 a 6 de outubro de 2017.

RESUMO: Este trabalho tem por sua finalidade, com base em seu objetivo geral, analisar segundo a faixa etária a variação do número de declarantes do imposto de renda correspondente ao período entre os anos de 2012 a 2015. Tal análise foi possível ser realizada com base nos dados levantados pela Receita Federal, que realiza comparações anuais com o intuito de se manter o controle desse tipo de informação, por meio dos grandes números da DIRPF (Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física) entre o período de 2012 a 2015. Dessa maneira encontram-se nessa atividade vários tipos de modelos diferentes de tabelas, gráficos e fórmulas para evidenciar as faixas etárias que obtiveram maior crescimento e/ou decréscimo em relação aos contribuintes que estão aptos a realizar o pagamento desse significativo tributo. A metodologia visa fornecer o processo de pesquisa e abastecer os métodos apropriados para obtenção das informações imprescindíveis para alcançar os objetivos estabelecidos. Neste trabalho foi aplicado o método de pesquisa estatístico, através também de livros e artigos de internet habilitados para estruturar e ordenar o conhecimento científico fundamental. De acordo com esse parecer obtém-se os dados necessários para desenvolver essa confrontação por meio da idade e dos anos estabelecido conforme o ano-calendário que foi

utilizado no presente trabalho. A fim de se saiba qual idade conseguiu se sobressair em relação às outras que se compõe. Em virtude dos aspectos mencionados, pôde-se analisar a variação de arrecadação do IRPF por faixa etária; verificar as causas diretas e indiretas que afetam o número de contribuintes e apontar graficamente os números e percentuais das amostras coletadas na Receita Federal.

PALAVRAS-CHAVE:Faixa etária. Imposto de renda. Comparação.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar com o apoio de procedimentos estatísticos, a pesquisa do estudo da quantidade de contribuintes que declararam o IRPF no período de 2012 a 2015.

Iniciando-se com o entendimento dos dados com base na faixa etária de 11 a 91 anos e ano-calendário de 2012, 2013, 2014 e 2015, tem-se um total de 107.211.868 contribuintes que declararam o IRPF nesses quatro anos e suas classificações através da tabela de dados de distribuição de frequência com intervalos de classes, como também gráficos (colunas, barras, setores e linha), e medidas numéricas (média aritmética, moda e mediana), separatrizes e medidas de dispersão (desvio padrão, variância e coeficiente de variação). Então avalia-se que, essa espécie de tributo que compete a União, sua capacidade tributária independe da capacidade civil, de modo que é correto considerar, por exemplo, um menor de idade proprietário de um imóvel como sujeito passivo da obrigação tributária, onde quem presta contas com o fisco é o responsável, com base na lei nº 4.625, em que o fator idade não isenta a pessoa física de declarar Imposto de Renda.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Cassone (2006, p. 189), “o princípio da capacidade contributiva é um conceito econômico e de justiça social, verdadeiro pressuposto da lei tributária”. É preciso considerar não somente a situação financeira do contribuinte, mas também sua situação econômica e social. Diferentes contribuintes, com o mesmo rendimento bruto, não necessariamente apresentam a mesma capacidade contributiva.

Conseqüentemente para o autor Antônio Houaiss (2004, p. 403), imposto é a contribuição monetária paga ao estado para a manutenção de suas atividades, sendo que o Imposto de Renda de pessoas físicas é o imposto cobrado pelo governo federal pela aquisição de renda.

Então o fato gerador do Imposto de Renda é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda, assim, entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, e de proventos de quaisquer naturezas, incluindo-se os acréscimos patrimoniais não compreendidos no conceito de renda. De fato, que o IRPF no Brasil está amparado, por base legal, através dos artigos 2º a 145º do RIR/99

(Decreto nº 3.000/99) tem-se que, de acordo com o CTN (Código Tributário Nacional):

Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal, específica, relativa ao contribuinte, cuja receita não esteja vinculada a órgão, fundo ou despesa (BRASIL, 2006, p. 5).

Consoante com Antônio Houaiss (2004, p. 403), imposto é a contribuição monetária paga ao estado para a manutenção de suas atividades, sendo que o Imposto de Renda de pessoas físicas é o imposto cobrado pelo governo federal pela aquisição de renda.

De acordo com o CTN: Art. 43. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é o imposto de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza, que tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica (BRASIL, 2006)

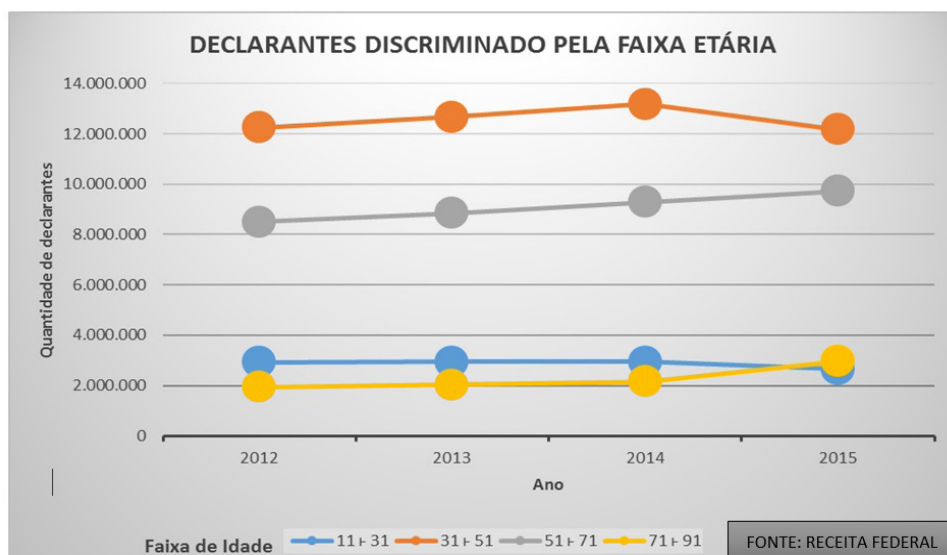
O fato gerador do Imposto de Renda é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda, assim não é determinado por meio da faixa etária e sim por meio de rendimento do contribuinte.

3 | OS REFLEXOS DA IDADE NOS MOTIVOS DA NÃO DECLARAÇÃO DO IRPF

No estudo feito junto à Receita Federal levando em conta os anos de 2012 a 2015, obteve-se um número total de 107.211.868 contribuintes que contribuíram com o IRPF nesses quatro anos. O total de declarações emitidas revela dados curiosos sobre a idade dos mesmos, dando luz àqueles que estão mais e menos contribuindo com o tributo referido.

TOTAIS DE CONTRIBUENTES POR FAIXA ETÁRIA – ANO CALENDÁRIO					
FAIXA DE IDADE	2012	2013	2014	2015	TOTAL
11 F 31	2.933.420	2.951.240	2.951.975	2.655.940	11.492.575
31 F 51	12.251.432	12.665.428	13.177.051	12.180.203	50.274.114
51 F 71	8.497.295	8.844.387	9.285.906	9.726.346	36.353.934
71 F 91	1.935.378	2.033.361	2.166.151	2.956.355	9.091.245
TOTAL	25.617.525	26.494.416	27.581.083	27.518.844	107.211.868

Fonte: Receita Federal

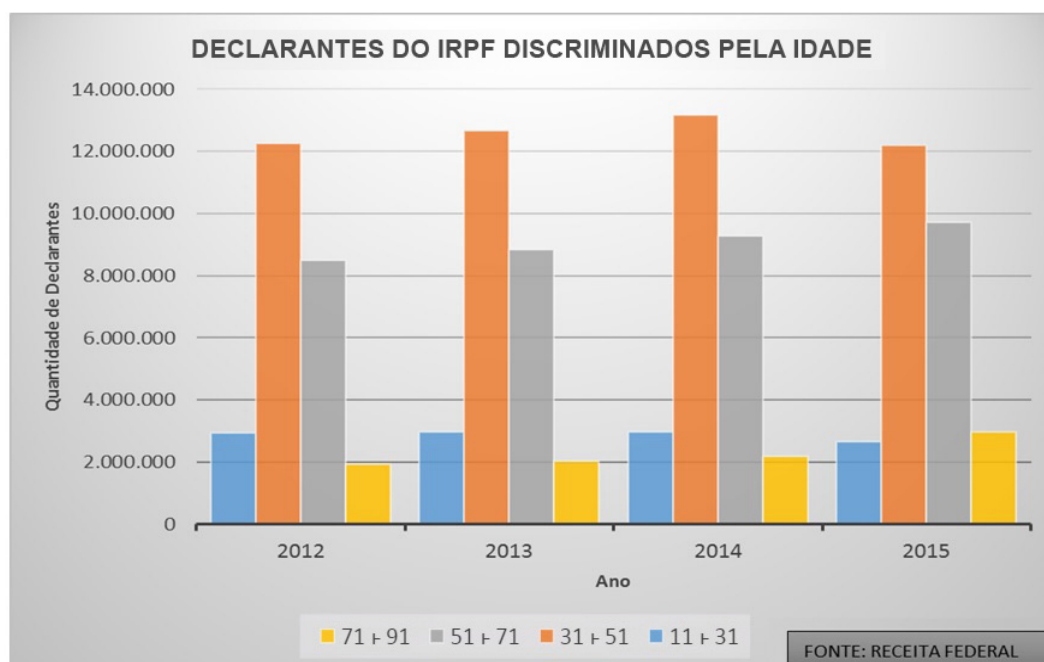


Em uma análise crítica ao atual momento socioeconômico que se encontra o Brasil, nos deparamos com números surpreendentes quanto às dificuldades dos brasileiros com idade até 31 anos para ingressarem no mercado de trabalho, mercado esse que hoje prefere em grande maioria dos casos àquelas pessoas com mais experiência, e isso se deve pela mais rápida adaptação, familiaridade com o cargo/ função o que acaba diminuindo os gastos com treinamentos, e reduzindo o retrabalho, muitas das vezes, ocasionado por funcionários inexperientes.

Presenciamos também o baixo índice no tocante a quantidade de declarações realizadas por pessoas de 71 a 91 anos de idade, e apesar dessa faixa etária ter um índice baixo de declarações do IR, nos últimos anos isso vem mudando, não consideravelmente, mas de forma perceptível. Situação essa que reflete diretamente em números gritantes como mostra o gráfico abaixo quanto à larga diferença dos que mais e menos contribuem com o imposto de renda na concepção das respectivas faixas etárias analisadas.

Outra realidade nítida, é que na atual crise econômica que o Brasil vem presenciando há anos, cada vez mais os jovens vêm enfrentando uma dificuldade gigantesca para ingressar no mercado de trabalho, e quem mais tem acesso e sucesso hoje no atual cenário são aqueles com mais tempo de prática, carregando consigo bagagem profissional adquiridas com anos de contato direto com vida profissional.

4 | DOS QUE MENOS DECLARARAM O IRPF



Em uma observação minuciosa do ano-calendário em questão, constatamos que aqueles que possuem idade até 31 anos integram o quadro daqueles que menos declararam o IRPF, ficando atrás somente dos que estão na faixa etária de 71 a 91 anos de idade, isso decorre de vários fatores onde associados com o atual momento em que o país se encontra hoje acabam gerando números alarmantes para um país em que boa parte da população é constituído por pessoas que se encaixam nessas faixas etárias.

4.1 Pessoas de até 31 anos

Mediante a situação que se encontra o cenário do nosso país o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo. O fator, jovens que estão perdendo oportunidades por não possuir a experiência desejada de acordo com o ente privado, também deve-se ao fato de que no Brasil os ensinos fundamental e médio não preparam os jovens para enfrentar o mercado de trabalho, por isso se torna mais agravante, assim como muitos jovens egressos do ensino superior estão passando por essas dificuldades também, devido não estarem inseridos em suas respectivas áreas enquanto ainda são graduandos, como meio de adquirir experiência antes de necessariamente estarem inseridos no mercado de trabalho.

Entretanto, pode-se entender que esse parâmetro já vem mudando aos poucos, segundo uma retrospectiva do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos últimos onze anos, mostra que o percentual de jovens empregados entre 16 e 24 anos cresceu, entretanto, metade deles ainda está desempregada. Em 2003, 46,5% dessa faixa etária da população trabalhava, já em 2013, somaram-se 49,9%, porém esses dados não predominam sobre a atual realidade do país.

Segundo os dados do relatório Trabalho Decente e Juventude no Brasil, organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) quase que precisamente a taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos no Brasil é 3,2 vezes maior do que a registrada entre adultos. Dos 22,2 milhões de jovens economicamente ativos (ocupados ou que procuram por uma oportunidade profissional), 17,8% estão desempregados.

Deve-se entender que o problema começa com a nossa educação primária, que é precária e deficitária em vários aspectos, conseqüentemente isso acaba atrasando os jovens ainda quando estes estão ingressando nas universidades. Inicialmente enfrentam dificuldades para encontrar o primeiro emprego, pois as empresas exigem experiência e muita qualificação, e, como o jovem ainda está buscando sua formação e qualificação, não consegue o emprego pela falta de bagagem.

4.2 Pessoas de 71 a 91 anos

Levando em conta os números já destacados, percebemos claramente que pessoas de 71 a 91 anos de idade tem uma representatividade no IRPF menor que todos, nos últimos anos em relação ao número de declarações emitidas por essa faixa de idade. Embora em 2015 tenha havido um razoável aumento, no Brasil, a pessoa que possui mais de 60 anos já é considerada idoso, conseqüentemente, para se retornar ao mercado de trabalho, o mesmo naturalmente terá mais dificuldade. Até 2014 pessoas “mais velhas” eram quem menos contribuía com o IRPF, uma mudança nos números ocorreu no intervalo de 2014 a 2015 onde essa faixa de idade passou a contribuir mais do que jovens até 31 anos.

Hoje o trabalho após a aposentadoria é um tema ainda não discutido socialmente nem politicamente em nosso país, apesar dos meios de comunicações frequentemente apontarem um certo avanço no aumento do número de idosos regressando no mercado de trabalho a cada ano, acredita-se que isto se deve ao baixo valor da aposentadoria.

A tendência mundial é manter-se na ativa após a aposentadoria, contradizendo ao sonho atual de todo trabalhador que é aposentar-se e ter uma vida tranquila. Fala-se que continuar trabalhando traz benefícios a saúde mental do idoso, que ele permaneceria dentro de suas relações sociais e isto poderia evitar males como a solidão e o esquecimento. E o que vemos hoje é que devido à crise que se encontra o país, o empregador, pelo fato de já haver confiança e consolidação dessas pessoas por sua maior experiência no mercado, estão preferindo mantê-los do que admitir jovens e inexperientes, que precisam de treinamentos e qualificações adquiridas com o tempo, entre outros fatores.

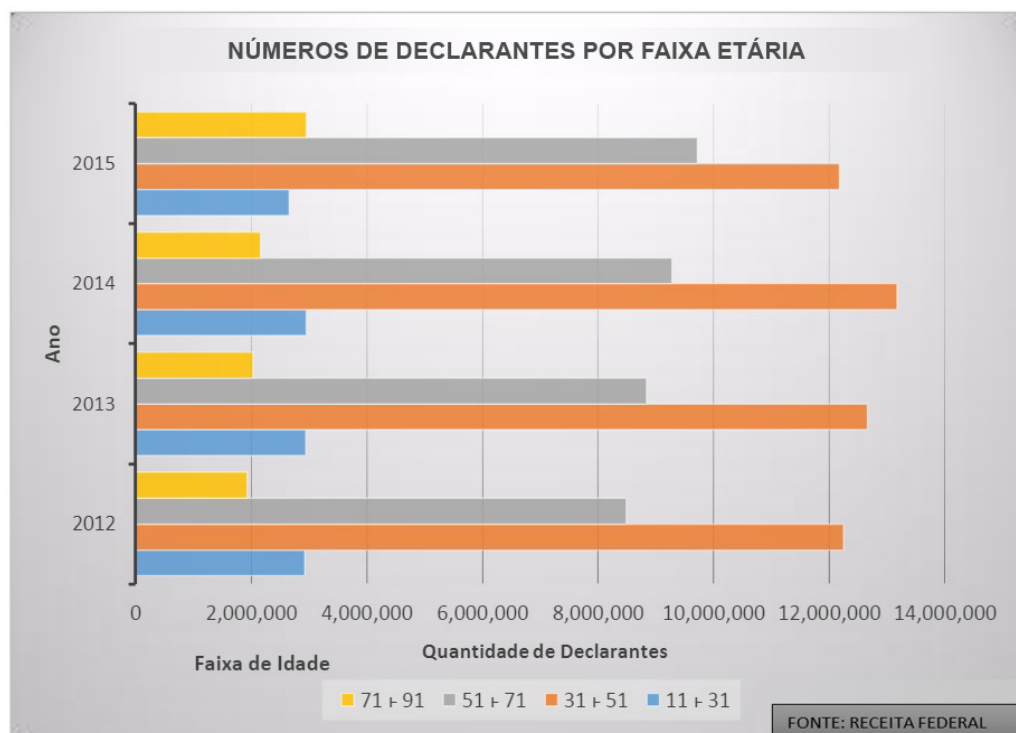
5 | DOS QUE MAIS DECLARARAM IRPF: 31 A 51 ANOS

Com relação à faixa de idade que mais contribui com o Imposto de Renda da

Pessoa Física, tem-se uma larga diferença com as demais idades, são essas pessoas de 31 a 51 anos de idade. Alguns fatores são claros sobre essa realidade como: consolidação no mercado, experiência, disposição, conhecimento e anos de prática.

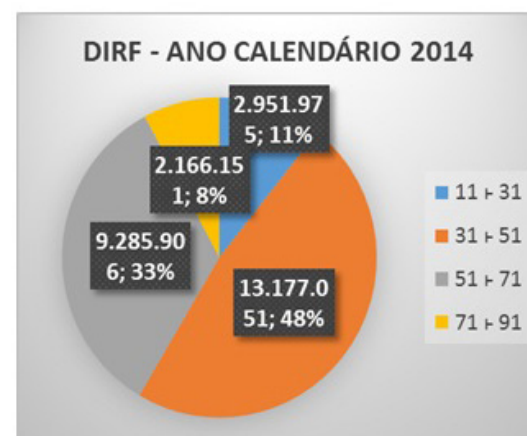
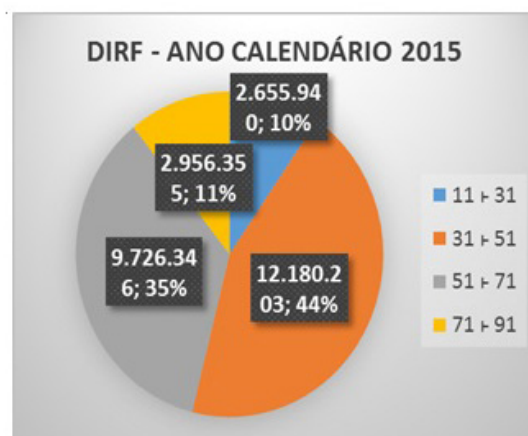
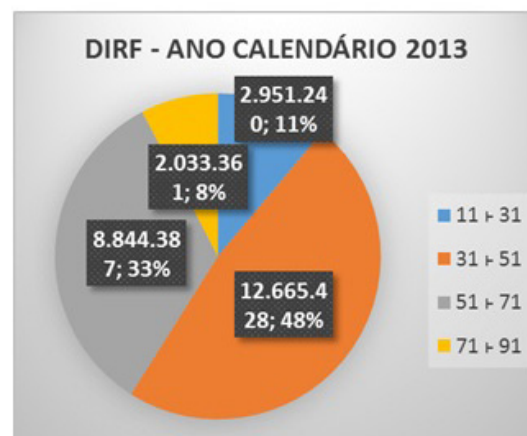
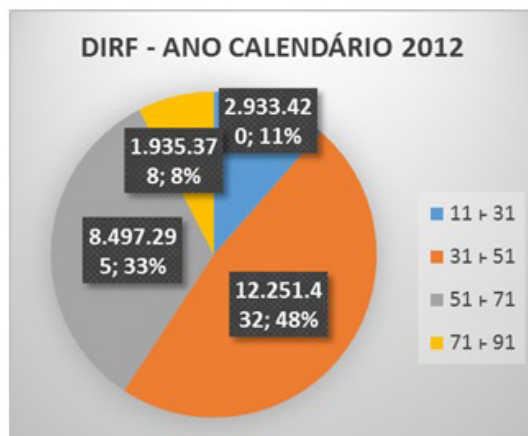
Nessa faixa de idade geralmente há uma estabilidade emocional, financeira/profissional devido já se haver uma carreira, um percurso caminhado ao longo do tempo até chegar esse ponto. Assim então, muitos já alcançaram funções de confiança e liderança e estão no ápice de sua capacidade de produção, de sua disposição ao trabalho.

Muitos também mediante a essa estabilidade investem em sua própria qualificação para assim expandir seu potencial, se inovar e adaptar-se a um mercado que se modifica constantemente que só quem consegue acompanhar é quem se prepara a todo instante. Nessa fase, muitos são especialistas em uma determinada área ou segmento.



6 | ANÁLISE DOS NÚMEROS DO DIRF DE ACORDO COM O ANO-CALENDÁRIO.

Os gráficos de setores (formato de pizza) em seus respectivos anos demonstram a variação do número de contribuições de declarações de imposto de renda de acordo com as faixas etárias representadas. Observamos nos gráficos que pessoas até 31 anos e pessoas de 71 a 91 anos apresentam os menores números de contribuições, enquanto pessoas de 31 a 51 anos são as que mais declaram o imposto de renda.



FONTE: RECEITA FEDERAL

Distribuição de Frequência com intervalos de classes						
I	Intervalo	X_i	F_i	F_{ri}	F_k	F_{rk}
1	11 - 31	21	11.492.575	0,107	11.492.575	0,107
2	31 - 51	41	50.274.114	0,469	61.766.689	0,576
3	51 - 71	61	36.353.934	0,339	98.120.623	0,915
4	71 - 91	81	9.091.245	0,085	107.211.868	1
			$\Sigma f_i =$			
			107.211.868			

Fonte: Receita Federal

Distribuição de Frequência com intervalos de classes							
i	Intervalo	Xi	Fi	Xi.Fi	Fk	Xi ²	Xi ² .Fi
1	11 F 31	21	11.492.575	241.344.075	11.492.575	441	5.068.225.575
2	31 F 51	41	50.274.114	2.061.238.674	61.766.689	1.681	84.510.785.634
3	51 F 71	61	36.353.934	2.217.589.974	98.120.623	3.721	135.272.988.414
4	71 F 91	81	9.091.245	736.390.845	107.211.868	6.561	59.647.658.445
			Σfi=	Σxi.fi=			Σxi ² .fi=
			107.211.868	5.256.563.568			284.499.658.068

Fonte: Receita Federal

6.1 Média aritmética

A Média aritmética de um conjunto de dados numéricos obtém-se somando os valores de todos os dados e dividindo a soma pelo número total de dados. É considerada uma medida de tendência central.

$$\bar{x} = \frac{\sum xi.fi}{\sum fi} \rightarrow \bar{x} = \frac{5.256.563.568}{107.211.868} \rightarrow \bar{x} = 49,03$$

6.2 Moda

A Moda é o valor mais frequente de um conjunto de dados.

$$Mo = \frac{li * + Li *}{2}$$

41 (é o ponto médio da classe de maior frequência 50.274.144)

6.3 Mediana

A Mediana ocorre depois de ordenados os valores por ordem crescente ou decrescente, a mediana é o valor que ocupa a posição central, se a quantidade desses valores for ímpar ou a média dos dois valores centrais, se a quantidade desses valores for par.

$$\frac{\sum fi}{2} = \text{Posição do elemento mediano.}$$

$$\frac{\sum fi}{2} = \frac{107.211.868}{2} = 53.605.934 \text{ Posição}$$

$$9.991.245 + 11.492.575 + 36.353.934 \rightarrow 3^a \text{ Classe}$$

$$Md = l * + \frac{\left[\frac{\sum fi}{2} - F(ant)\right]}{fi*} .h*$$

$$Md = 31 + \frac{[53.605.934 - 11.492.575]}{36.353.934} .20$$

$$Md = 31 + \frac{842.267.180}{36.353.934} .20$$

$$Md = 31 + 23,17 .20$$

$$Md = 494,4$$

6.4 Medidas Separatrizes

Separatrizes são números que dividem a sequência ordenada de dados em partes que contêm a mesma quantidade de elementos da série. Podendo ser dividida em Quartil (a série ordenada dividida em quatro partes, cada uma ficará com seus 25% de seus elementos), Decil (a série ordenada é dividida em dez partes, cada uma ficará com seus 10 % de seus elementos) e o Percentil (a série ordenada em cem partes, cada uma ficará com 1% de seus elementos, sendo o primeiro indicado por 1% e os outros 99% de seus valores).

6.4.1 Quartil

Quartil: 25 %

$$Q_k = li * + \frac{\left[\frac{k \sum fi}{4} - F(anti)\right]}{fi*} .h *$$

$$Q_1 = li + \left[\frac{1 \times 107.211.868}{4}\right] \rightarrow Q_1 = 31 + \frac{[1.026.802.967 - 11.492.575] . 20}{50.271.114}$$

$$Q_1 = 31 + \frac{306.207.840}{50.271.114} \rightarrow Q_1 = 31 + 6,09 \rightarrow Q_1 = 37,09$$

$$Q_2 = li * + \left[\frac{2 \times 107.211.868}{4}\right] \rightarrow Q_2 = 31 + \left[\frac{53.605.934 - 11.492.575}{50.274.114}\right] \times 20$$

$$Q_2 = 31 + \frac{842.267.180}{50.274.114} \rightarrow Q_2 = 31 + 16,75 \rightarrow Q_2 = 47,75$$

$$Q3 = li * + \left[\frac{3 \times 107.211.868}{4} \right] \rightarrow Q3 = 51 + \left[\frac{80.8408.901 - 61.766.689}{36.353.934} \right] \times 20$$

$$Q3 = 51 + \left[\frac{372.844.240}{36.353.934} \right] \rightarrow Q3 = 51 + 10,25 \rightarrow Q3 = 61,25$$

6.4.2 Decil

Decil: 10%

$$Dk = li * + \frac{\left[\frac{k \times f1}{10} - F(ant) \right]}{fi *} \cdot h *$$

$$D1 = li + \left[\frac{1 \times 107.211.868}{10} \right] \rightarrow D1 = 11 + \frac{[10.721.186,80 - 0]}{11.492.575} \cdot 20$$

$$D1 = 11 + \frac{[10.721.186,80 - 0]}{11.492.575} \cdot 20 \rightarrow D1 = 11 + \frac{[214.423.736]}{11.492.575}$$

$$D1 = 11 + 18,66 \rightarrow D1 = 29,66$$

$$D5 = li + \left[\frac{5 \times 107.211.868}{10} \right] \rightarrow D5 = 31 + \left[\frac{53.605.934 - 11.492.575}{50.274.114} \right] \times 20$$

$$D5 = 31 + \left[\frac{842.267.180}{50.274.114} \right] \rightarrow D5 = 31 + 16,75 \rightarrow D5 = 47,75$$

$$D9 = li + \left[\frac{9 \times 107.211.868}{10} \right] \rightarrow D9 = 51 + \left[\frac{96.490.681,2 - 61.766.689}{36.353.934} \right] \times 20$$

$$D9 = 51 + \frac{694.479.844}{36.353.934} \rightarrow D9 = 51 + 19,10$$

$$D9 = 70,10$$

6.4.3 Percentil

Percentil: 1%

$$Pk = li * + \frac{\left[\frac{k \sum fi}{100} - F(ant) \right]}{fi *}. h *$$

$$P1 = li * + \frac{\left[\frac{1 \times 107.211.868}{100} - F(ant) \right]}{fi *}. h * \rightarrow P1 = 11 + \frac{[1.072.118,68 - 0]}{11.492.575}. 20$$

$$P1 = 11 + \frac{21.442.373,6}{11.492.575} \rightarrow P1 = 11 + 1,86 \rightarrow P1 = 12,86$$

7 | MEDIDAS DE DISPERSÃO

As Medidas de dispersão servem para avaliar o quanto os dados são semelhantes, descreve então o quanto os dados distam do valor central. Desse jeito, as medidas de dispersão servem também para avaliar qual o grau de representação da média.

8 | DESVIO PADRÃO

O Desvio padrão é capaz de identificar o “erro” em um conjunto de dados, caso quiséssemos substituir um dos valores coletados pela média aritmética. O desvio padrão aparece junto à média aritmética, informando o quão “confiável” é esse valor.

$$S = \sqrt{\frac{\sum fi \cdot xi^2}{\sum fi} - \left(\frac{\sum fi \cdot xi}{\sum fi} \right)^2}$$
$$S = \sqrt{\frac{284.499.658.068}{107.211.868} - \left(\frac{5.256.563.568}{107.211.868} \right)^2}$$
$$S = \sqrt{2.653,62 - (49,03)^2}$$
$$S = \sqrt{2.653,62 - 2.403,94} \rightarrow S = \sqrt{249,68} \rightarrow S = 15,801$$

9 | VARIÂNCIA

Dado um conjunto de dados, a variância é uma medida de dispersão que mostra o quão distante cada valor desse conjunto está do valor central (médio). Quanto menor é a variância, mais próximos os valores estão da média; mas quanto maior ela é, mais os valores estão distantes da média.

$$V = S^2$$

$$V = 15,801$$

$$V = 249,68$$

10 I COEFICIENTE DE VARIAÇÃO

Fornece a variação dos dados obtidos em relação à média. Quanto menor for o seu valor, mais homogêneos serão os dados.

$$C.V = \frac{S}{x} . 100$$

$$C.V = \frac{15,801}{49,03} . 100$$

$$C.V = 0,3223 . 100$$

$$C.V = 32,23$$

CONCLUSÃO

Por meio desta pesquisa, conclui-se que houve um pequeno aumento no número de contribuintes entre os anos 2012 e 2014, havendo também um pequeno decréscimo no ano de 2015 com relação ao ano anterior. Em média o número de pessoas que tem feito a contribuição com o Imposto de Renda, tomando por alto uma proporção, chega a ser de ¼ da população total do País, que hoje é de aproximadamente 207,8 milhões, segundo o Banco Mundial.

A pesquisa também deixa evidente que o maior conglomerado de contribuintes por idade, encontram-se na faixa etária de 31 a 51 anos, isso deve-se ao fato de que são pessoas com uma maior estabilidade financeira, onde grande parte encontra-se no ápice de sua carreira profissional.

Por outro lado, pessoas de 71 a 91 anos são os que menos contribuem, estatística essa que vai em contrapartida aos citados anteriormente, uma vez que estão no ápice de sua carreira, já pessoas que se encontram numa faixa etária de idade mais avançada, tendencialmente têm ou terão um número menor de contribuintes, pois estão em fim de carreira ou já até estão beneficiados pela previdência social.

De forma geral, os gráficos e tabelas acabaram nos permitindo uma melhor visualização dos dados a serem apresentados, evidenciando a separação dos contribuintes por faixa etária, o que acaba por permitir uma melhor distinção daqueles que mais e/ou menos realizam a contribuição social.

REFERÊNCIAS

CASSONE, Vittorio. Direito tributário. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 576p.

DIONÍSIO, Bibiana. Apesar do aumento de vagas, jovens têm dificuldades para o 1º emprego. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/03/apesar-do-aumento-de-vagas-jovens-tem-dificuldades-para-o-1-emprego.html>>. Acessado em: 02/06/2017.

GONÇALVES, Amanda. Medidas de dispersão: variância e desvio padrão. Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br/matematica/medidas-dispersao-variancia-desvio-padrao.htm>>. Acessado em: 03/06/2017.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro de Salles. Banco de dados da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LAGO, Daniela do. Dilemas da idade no mercado de trabalho. Disponível: <<https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/daniela-lago/2014/08/12/dilemas-da-idade-no-mercado-de-trabalho.htm>>. Acessado em 02/06/2017.

NÓBREGA, Cristovão Barcelos da. História do imposto de renda no brasil: um enfoque da pessoa física (1993-2013). Rio de Janeiro, 2014.

Notícias Empresariais; IR 2016: Saiba quando um menor de idade é obrigado a declarar. Disponível em: <<https://www.sitecontabil.com.br>>. Acessado em: 01/06/2017.

SANTOS, Windt; LIVIA, Céspedes. Código Tributário Nacional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOUZA, Susany Mendonça. Imposto de renda das pessoas físicas: estudo da alíquota efetiva. Florianópolis, 2008. p. 15-72.

OS BENEFÍCIOS DA GESTÃO TRIBUTÁRIA NA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Thaynara Keila Oliveira

Graduanda do Curso Tecnólogo em Gestão Financeira pela Faculdade Dom Bosco.

Email: thaynara_keila@hotmail.com

Jerson Krack

Prof ° Me. Orientador. Graduado em Administração pela Fundação Assis Gurgacz. Mestre em Administração de Empresas – PUC/RS. E-mail: jk@fag.edu.br

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar o Planejamento Tributário como excelente ferramenta na geração de informações fiscais utilizada por empresas e entidades na redução legal de sua carga tributária. Apresentando aspectos dos regimes tributários tal como: Simples Nacional, Lucro Real e Lucro Presumido. A relação do planejamento tributário com os termos: Evasão e Elisão Fiscal. Através de um estudo exploratório e conceituação bibliográfica para verificar mediante pesquisa considerando o atual cenário econômico brasileiro, a elevada carga tributária, a delicada situação perante ao fisco e a maneira de como um correto planejamento tributário é essencial para manter a competitividade no mercado e continuidade da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão tributária. Planejamento tributário. Controle fiscal.

ABSTRACT: The present article has as objective to present the tax planning as the best way to obtain information about companies and entities in reducing the legality of their tax burden. Introducing aspects of the tax regimes as: National Simple, Real Profit and Presumed Profit. The relationship of tax planning with the terms: Evasion and Tax Elision. Through an exploratory study and bibliographical conceptualization to verify by means of research considering the current Brazilian economic scenario, the high tax burden, the delicate situation before the tax authorities and the way in which a correct tax planning is essential to maintain market competitiveness and the continuity of the company.

KEYWORDS: Tax management. Tax planning. Fiscal control.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil possui um sistema tributário extremamente complexo. O ramo da contabilidade tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária de forma adequada. Já a contabilidade tributária, tem por objetivo apurar o resultado econômico do exercício social, demonstrando-o de forma clara e sintética, para atender as exigências da

legislação. O planejamento tributário é uma ferramenta com base legal muito utilizada com o objetivo de obter a economia fiscal. O tributo se dá a partir de um fato gerador, devido a este planejamento tributário é permitido visualizar tal fato antes que ele aconteça e assim optar por ações menos onerosas.

Cada país possui seu regime econômico interno, tal estrutura é responsável e fundamental nas relações entre os países a nível mundial. Essas relações mostram a dependência que um país possui de outro (os) para manter sua economia crescente, os produtos, mão de obra, serviços, tecnologias, dentre outros contribuem para suprir as necessidades de trocas entre neles existentes. Nas relações entre países encontra-se uma acirrada competitividade, um país considerado desenvolvido, possui alto nível econômico e social, a industrialização e reduzida dependência financeira, também são considerados fatores que compõe tal desenvolvimento.

O alcance do bom desempenho e excelência na gestão passa por quatro ações: planejar, organizar, dirigir e controlar que se realizam no ato de geração e eficiente fornecimento das informações criando condição de bem econômico que possui a função de gerar riquezas para as empresas. É exatamente em questão a este cuidado que as empresas tomam para se chegar a excelência e reduzir seus custos que existe a contrapartida, da mesma forma que nas últimas décadas as empresas vem se esforçando e dobrando seus cuidados, o fisco vem aumentando suas ferramentas e elaborando sistemas para detectar as empresas que descumprem com as obrigações fiscais.

Para Almeida et al. (2015) a gestão tributária pode tornar possível a redução de cargas e custos tributários para as empresas, e através desta gestão a entidade terá um custo competitivo. Deve se atentar na questão quanto a legislação, certamente nenhuma forma de reduzir tributos deve infringir as leis vigentes, pois diante deste cenário a existência do que se conceitua por risco tributário, ou seja, não cumprimento da complexa legislação como a que se encontra no Brasil, com diversos tributos, alíquotas, prazos a cumprir, regimes de tributação, fatos geradores, o respeito as regras que são cabíveis cada qual a um estado em relação ao ICMS, remetem a delicada situação que uma empresa pode se encontrar ao sonegar seus tributos.

Partindo do exposto, o problema de pesquisa a ser discutido neste artigo é: Quais são os benefícios que as empresas adquirem utilizando o planejamento tributário no Brasil?

O objetivo geral deste trabalho é verificar o resultado da aplicação do planejamento tributário nas empresas com foco em redução dos custos com origem em tributos.

O objetivo específico é analisar os prós que as empresas encontram ao realizar uma eficiente gestão tributária e os contras daquelas que optam pela sonegação.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Reforma Tributária dos Anos 1960

A última grande reforma tributária realizada no Brasil ocorreu nos anos 1965 e 1967. Com a reforma, o Brasil ficou com um sistema tributário inovador, considerado na época um dos mais modernos do mundo. Um dos principais pontos da reforma tributária foi a criação de dois impostos sobre o valor agregado: o Imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) e imposto sobre produtos industrializados (IPI).

O antigo ICM, embora fosse um imposto estadual, tinha alíquota uniforme em todo país, favorecendo a desoneração das exportações e dificultando a competição entre os estados. Já o IPI tinha a característica da seletividade, sendo um importante instrumento de política econômica e social.

A característica marcante da reforma realizada nos anos 1960 foi a centralização da maior parte dos recursos na esfera federal, já que o processo de crescimento e desenvolvimento econômico do país era responsabilidade da União. (PÊGAS, 2018)

2.2 Estrutura Atual do Sistema Tributário no Brasil

A estrutura básica do Sistema Tributário Nacional é definida no Código Tributário Nacional e suas regras podem ser encontradas na Constituição Federal de 1988 (Lei Complementar nº 5.172/66):

2.2.1 Competência tributária de cada ente estatal

Art. 145 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I – Impostos;

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III – renda e proventos de qualquer natureza;

IV – produtos industrializados;

V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

- VI – propriedade territorial rural;
- VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Limitações constitucionais ao poder de tributar:

Segundo o Art. 150 da (Lei N° 5.172/66) é vedado à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, exigir ou aumentar tributos sem que exista uma lei estabelecendo, tratar de forma desigual contribuintes proibida qualquer distinção por ocupação profissional ou função que exercem;

Repartição das receitas:

Segundo o Art. 157 da (Lei N° 5.172/66) pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II- vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída.

2.3 Conceito de Tributo e suas Divisões

Tributo é gênero, do qual são espécies: impostos, taxas, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.

Em seu livro, Fabretti (2003, p. 32) afirma que “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade específica, relativa a contribuinte.” Em outras palavras, o tributo possui caráter obrigatório, não sendo opcional ao contribuinte o ato do pagamento, tal como ramo empresarial. A carga tributária é a parcela que é retirada da economia para pagamento de tributos aos entes federativos, ou seja, União, estados e municípios.

A conceituação de tributo pode ser transcrita pela (Lei n° 5.172/66) Art. 3° do (CTN) Código Tributário Nacional:

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não continua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Com base neste artigo é possível enfatizar alguns aspectos do tributo, como:

COMPULSORIEDADE – Não possui caráter voluntário ou facultativo com relação ao seu cumprimento, o cidadão não possui autonomia de vontade, seu pagamento é obrigatório. As contribuições sociais e empréstimos compulsórios são regulados pelo (CTN) Código Tributário Nacional e previstos na Constituição Federal.

Empréstimos compulsórios podem ser instituídos através dessas circunstâncias:

- a) Atendimento a despesa extraordinária decorrente de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência;
- b) Investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observada, na sua instituição, o princípio da anterioridade anual. (PÊGAS, 2018)

NATUREZA JURÍDICA DO TRIBUTO – É determinada pelo fato gerador da respectiva operação, sendo irrelevante para qualificar a natureza jurídica do tributo:

- a) Denominação legal do produto de sua arrecadação
- b) A destinação legal do produto de sua arrecadação.

(Lei nº 5.172/66) Art. 142. Código Tributário Nacional – Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor aplicação da penalidade cabível.

A carga tributária nacional é calculada através das informações recebidas dos estados e cidades brasileiras pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em seu endereço eletrônico RFB www.receita.fazenda.gov.br, nele é possível encontrar todos os dados e estudos da carga tributária nacional de todos os anos anteriores. (PÊGAS, 2018)

PATRIMÔNIO E RENDA	PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO
IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano, de Cobrança Municipal; ITBI Imposto de Transferência de Bens Imóveis, de Cobrança Estadual; ITR Imposto Territorial Rural Federal; IR Imposto de Renda, de cobrança Federal;	IPI Imposto s/ produtos Industrializados, de cobrança Federal. ICM Imposto sobre Circulação de Mercadorias, de Cobrança Estadual. ISS Imposto sobre Serviços, de cobrança Municipal. IOF Imposto s/ Operações Financeiras, de cobrança Federal; ISTC Imposto s/ Serviço de Transporte e Comunicações de competência Federal.
COMÉRCIO EXTERIOR	IMPOSTOS ÚNICOS
O imposto de Exportação (IE) foi transferido da esfera estadual para a Federal e, junto com o Imposto de Importação (II), se transformou em instrumento de política de comércio exterior.	Sobre Energia Elétrica (IUEE); Sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL); Sobre Minerais (IUM).

Quadro 1: Divisões Tributárias.

Fonte: Brasil (1988).

Separação dos impostos:

UNIÃO: 7 impostos, sendo eles: IR, IPI, II, IOF, ITR, IE e IGF.

ESTADOS: 3 impostos, sendo eles: ICMS, ITD e IPVA.

MUNICÍPIOS: 3 impostos, sendo eles: ISS, ITBI e IPTU. (Receita Federal, 2016)

2.3.1 Planejamento tributário

O planejamento tributário, também conhecido como estratégia tributária, é definido como a atividade empresarial que desenvolve em caráter estritamente preventivo a projeção de fatos e atos administrativos com o objetivo de estabelecer o impacto dos tributos em cada uma das opções legais disponíveis para ser implementada e que resulte na menos onerosa para a empresa. (PÊGAS, 2018)

Segundo Oliveira (2015), a Gestão Tributária é a especialização administrativa que tem como seus principais objetivos o estudo da teoria e a aplicação prática dos princípios e normas básicas da legislação tributária, responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas atividades de uma empresa.

Conforme Silva (2009, p.27) o planejamento tributário é um conjunto de sistemas legais que procura diminuir o pagamento de tributos e surgiu como ferramenta para que as empresas possam diminuir o exorbitante valor pago de tributos e aumentar seu lucro.

Para Almeida (2015) a gestão tributária possibilita as empresas a terem um custo tributário menor, para que sua despesa tributária também seja menor. Para que isso ocorra de uma forma correta e de acordo com a legislação, devem ser levados em conta os regimes tributários, analisar a viabilidade de cada um deles e suas particularidades, para isso precisa-se fazer o planejamento, analisar as escolhas, adotar um regime tributário adequado.

Planejamento é o conjunto de condutas previamente realizadas pelas pessoas físicas ou jurídicas balizadas nas normas legais com o objetivo de evitar, adiar, transferir ou mitigar a ocorrência do fato gerador dos tributos ou ainda reduzir a sua base de cálculo. (FABRETTI, 2009)

Os gestores devem ter conduta lícita, antes ou após a ocorrência do fato gerador, de modo a resguardar a defesa do contribuinte ou responsável em processos administrativos e judiciais. São as “amarrações” na legislação praticadas pelas empresas que podem trazer consequências negativas, pois uma decisão errada pode impactar todo o negócio e levar a paralisação da atividade, além de outras consequências no âmbito criminal. Existem dois meios aplicáveis para o planejamento tributário: legais e ilegais. (PÊGAS, 2018)

LEGAL - ELISÃO FISCAL

A elisão fiscal se conceitua pelo ato de possibilitar uma menor carga tributária para a empresa através de atos lícitos baseadas na legislação.

Fabretti (2005, p.153) afirma “a elisão fiscal é lícita, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico, adotando-se a alternativa legal menos onerosa ou utilizando-se de lacunas na lei”.

Como LEAL (2014) apresenta em seu trabalho a elisão fiscal é a prática de um ato ou celebração de um negócio legal que vise a isenção, não incidência ou incidência menos onerosa do tributo, dizendo que essa se trata de um planejamento tributário que se enquadra no ordenamento pátrio.

ILEGAL - EVASÃO FISCAL

A evasão é a menor carga tributária através de atos ilícitos. São ações dolosas ou intencionais do contribuinte, consiste na prática contrária a lei, geralmente é cometida após a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária objetivando reduzir ou mesmo ocultar a carga tributária.

Segundo Ricardo Alexandre (2010) a evasão fiscal é uma conduta ilícita em que o contribuinte, normalmente após a ocorrência do fato gerador, pratica atos que visam a evitar o conhecimento do nascimento da obrigação tributária pela autoridade fiscal. Aqui, o fato gerador ocorre, mas o contribuinte esconde do Fisco, na ânsia de fugir à tributação.

A evasão fiscal está prevista e capitulada na Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo (Lei nº 8.137/90). A citada lei define que constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo mediante as condutas discriminadas no seu texto, das quais ressaltam-se:

- a. Omissão de informação;
- b. Fraude;
- c. Conluio;
- d. Falsificação e alteração de documentos;
- e. Deixar de emitir documentos e obrigações.

2.3.2 Regimes e seus enquadramentos tributários

Segundo Fabretti (2009), os três tipos de regime tributários mais utilizados nas empresas em relação ao imposto de renda, nos quais estas podem se enquadrarem de acordo com as atividades desenvolvidas são:

- Simples Nacional

- Lucro Real
- Lucro presumido

A opção da forma de tributação ocorre sempre no mês de Janeiro de cada ano, para que se faça a melhor escolha de regime é necessário que a empresa tenha uma noção dos resultados esperados ao longo do ano em que é feita a escolha da forma de tributação. Assim, podem-se utilizar os dados retirados das demonstrações financeiras do ano anterior, fazendo uma projeção dos resultados, e dessa forma, uma análise dos custos tributários dentro de cada regime.

SIMPLES NACIONAL

De acordo com informações obtidas no site da secretaria da Receita Federal (2007), o sistema integrado de pagamento de impostos e contribuição das microempresas e empresas de pequeno porte (SIMPLES) é um regime tributário diferente, simplificado de apuração de tributos, suas alíquotas tendem a ser menores, aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte (EPP), a partir de 01/07/2007 consideram-se Microempresas (ME).

Sendo assim, o simples nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação (DAS), dos seguintes tributos unificados: Imposto sobre a pessoa jurídica (IRPJ); Imposto sobre produtos industrializados (IPI); Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL); Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS); Contribuição para o programa de integração social (PIS); Contribuição para a seguridade social (cota patronal); Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte de serviços interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS); Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

No simples nacional não há qualquer lacuna legal que leve a evasão, nem elisão fiscal, o que se objetiva é uma inclusão fiscal na tentativa de acolher a micro, talvez pequena, empresa para o mercado formal dito simples. (MORAES e CASTRO, 2011)

LUCRO PRESUMIDO

Tem principal finalidade facilitar o pagamento do IR, já que foge da complexidade de apuração pelo lucro real. Consiste numa alternativa para as pequenas empresas desde que elas estejam dentro do limite de receita bruta total estabelecida em lei (igual ou inferior a 48.000.000,00). Nesse caso, elas não apuram o lucro através de escrituração contábil e sim pela presunção do lucro. Existem determinados percentuais que serão aplicados sobre a receita total para apurar-se o resultado, dependendo da atividade de cada empresa.

A apuração será realizada trimestralmente, tomando por base a presunção do lucro bruto, determinado pela aplicação de percentuais variáveis, conforme o ramo de atividade da empresa sobre a receita bruta auferida em cada trimestre. Serão acrescidos à base de cálculo, e tributados diretamente, os ganhos de capital, de rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras, as demais receitas e rendimentos e os resultados positivos decorrentes de receitas. (OLIVEIRA, 2013).

LUCRO REAL

Lucro real é o lucro líquido do período, apurado levando-se em conta as normas das legislações comercial e societária, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas pela legislação do Imposto de Renda. A Receita Federal define Lucro Real da seguinte forma:

É a base de cálculo do imposto sobre a renda apurada segundo registros contábeis e fiscais efetuados sistematicamente de acordo com as leis comerciais e fiscais. A apuração do lucro real é feita na parte A do livro de apuração do Lucro Real, mediante adições e exclusões ao lucro líquido do período de apuração (trimestral ou anual) do imposto e compensações de prejuízos fiscais autorizadas pela legislação do imposto de renda, de acordo com as determinações contidas na Instrução Normativa SRF nº 28, de 1978, e demais atos legais e infralegais posteriores (RF, 2012).

2.4 A Carga Tributária e o Pib

A maneira como um país mede sua economia pode ser apresentada através de indicadores como o PIB (Produto Interno Bruto) que é a soma de todas as riquezas que foram produzidas no país em determinado período, neste cálculo, a indústria, a agropecuária, os serviços e os impostos entram como fatores de produção, como custos são considerados quais foram os gastos familiares, da união, seus estados, municípios e cidades, os investimentos que foram realizados, importação e exportação, também os lucros obtidos tal como juros. (PÊGAS, 2018)

Em seu estudo, Rosseti (1979, p.164) afirma que “o Produto Interno Bruto é o valor agregado, depurado das transações intermediárias e medido a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do país sob consideração”.

$$\text{PIB} = \text{C} + \text{I} + \text{G} = \text{X} - \text{M}.$$

C (Consumo privado)
I (Investimentos totais feitos na região)
G (Gastos dos governos)
X (Exportação)
M (Importações)

O resultado de tudo o que foi produzido no país em determinado período, ou seja, o PIB é divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Como a moeda nacional teve grande oscilação até 1990 e para manter a comparação com os outros países o Brasil adotou o método de analisar a forma de como os tributos influenciam na economia em comparação ao resultado do PIB a fim de verificar qual a porcentagem retirada da economia para custos e promoção do bem comum. (PÊGAS, 2018)

3 | METODOLOGIA

O objeto de estudo deste trabalho é analisar o cenário brasileiro onde estão sujeitas as empresas a arcarem com pagamentos de altos tributos de forma obrigatória. Verificar os fatores que levam as empresas ao não pagamento do imposto tal como determinar as possíveis alternativas para reduzir a sonegação. A abordagem do problema seguirá o método de pesquisa descritiva e bibliográfica.

Na acepção de Ricardino (2011, p.11) “Pesquisa descritiva visa observar, registrar, analisar e interpretar fatos de natureza física e social. O objetivo do trabalho é expor determinados fenômenos/situações que levam o objeto da pesquisa adotar certos comportamentos ou omitir opiniões sobre tal situação. As pesquisas descritivas procuram estabelecer uma relação de causa e efeito”.

A pesquisa bibliográfica ressalta os conceitos mais importantes e permite melhor entendimento do artigo.

Lakatos (1992, p.44) afirma em sua obra, “A pesquisa bibliográfica permite compreender, que se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

Ricardino (2011, p.4) complementa, “Uma pesquisa bibliográfica tem como base trabalhos elaborados por outros autores disponíveis na internet, em livros e artigos científicos”.

4 | ANÁLISES E DISCUSSÕES

Atualmente, o Brasil possui um Sistema Tributário regido pela Emenda da Constituição nº 18, de 1º de Dezembro de 1965, regido pela Lei nº 5.172 de Outubro de 1966. Os tributos do país são recolhidos através dos bens e serviços, salários, renda do IR e CSLL, comércio exterior, patrimônio, taxas e contribuições, dentre outros. O objeto da contabilidade tributária é com exatidão, poder apurar o resultado econômico do exercício social, para que através de estudos, registros e controles a empresa consiga atender às exigências da legislação tal como verificar o resultado econômico positivo ou negativo (lucro ou prejuízo).

O planejamento tributário exige bom senso do planejador. É necessário se antecipar preventivamente quanto aos prazos para pagamento e essa antecipação, ou seja, antes da ocorrência do fato gerador do tributo pode trazer por sua vez a elisão fiscal, reduzir a carga tributária conforme a legislação. O Brasil possui elevada carga tributária o que causa preocupações aos empresários pois apesar não obterem lucro em determinado período as empresas possuem a obrigação de cumprir com seus tributos. O número de tributos e de normativos existentes no Brasil assusta. O IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário publicou um estudo em sua página eletrônica onde apontam 3.500 normativos em vigor no país, e recentemente em outra publicação de aniversário da Constituição de 1988 nos trazem 363.779 normas em matérias tributária desde a criação da última constituição, 05 de Outubro de 1988, em média, foram editadas 45 normas tributárias/dia útil ou 1,87 normas por hora útil, diante da rápida mudança que as normas sofrem somado a obrigação compulsória de cumprir com os tributos e os prazos, há quem prefira dar um “jeitinho” para escapar dos elevados números.

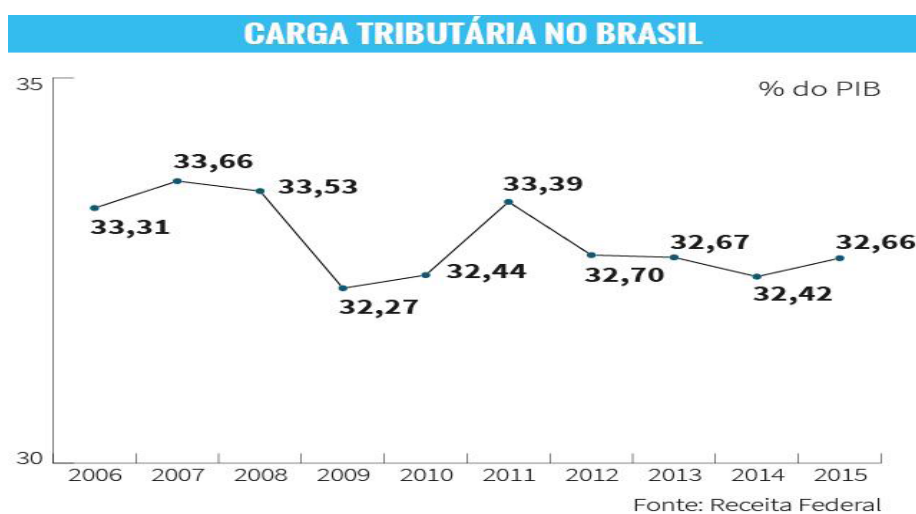


Gráfico 1 – A evolução da Carga Tributária em dez anos

Fonte: Receita Federal (2016).

Nos últimos anos, o indicador que arrecada tributos e o PIB – Produto Interno

Bruto não variou tanto, a carga tributária brasileira não é a maior do mundo, porém, é muito criticada pois o valor que vai para os cofres públicos arrecadados em tributos não se reflete em melhorias para a população. De 2006 para 2015 passou de 33,31 para 32,66 do PIB, ou seja, a cada R\$ 100,00 que são arrecadados pelo governo, apenas R\$ 32,00 foram destinados a população.

Diante da situação em que o Brasil apresenta de grande rigurosidade quanto aos tributos, ainda existem empresas que procura meios para reduzir o pagamento de seus tributos, todas as formas que buscam tal redução contrariam a legislação brasileira e são caracterizadas como crime de sonegação de impostos, ou fiscal. Podemos caracterizar a sonegação de impostos como uma omissão por parte da empresa no que diz respeito ao cumprimento de uma obrigação tributária principal e acessória.

Conforme o site da Receita Federal a empresa que fornece informações inexatas com o conseqüente recolhimento a menor de tributos deve arcar com uma multa de 20% sobre o valor e mais juros moratórios. Isto vale para os casos em que o próprio contribuinte se dá conta do erro e o comunica ao fisco. Caso o equívoco seja constatado pela fiscalização da autoridade fiscal, a multa sobe para 75% do valor sonegado, também acompanhados de juros. Supondo que uma empresa tenha obtido receita de 100 mil reais em determinado mês e que a alíquota é de 10% sendo assim, deverá recolher 10 mil reais em tributos, mas ao invés disto, ela declara 50 mil e recolhe 5 mil, isto caracteriza crime de sonegação fiscal.

Como uma forma de se adequar à Lei, as empresas devem primeiramente buscar melhor entendimento junto aos seus contadores em qual regime se enquadram: Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido. No Simples Nacional a empresa deve obter rendimentos de até 900 mil para microempresas e até 4,8 milhões para pequenas empresas. Os ramos se dividem em cinco: Comércio, Indústria, Locação de bens e imóveis, Prestação de serviços e Receitas de prestação de serviços decorrente do Art. 18 da lei nº 94/2011.

ANEXO I da Resolução CGSN nº 94, de 2011 (Vigência 01/01/2018)

Alíquotas - Comércio

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-----
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Tabela 1 – Alíquotas Comércio

Fonte: Receita Federal (2018).

ANEXO II da Resolução CGSN nº 94, de 2011 (Vigência 01/01/2018)

Alíquotas - Indústria

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-----
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,80%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,00%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,20%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,70%	85.500,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,00%	720.000,00

Tabela 2 – Alíquotas Indústria

Fonte: Receita Federal (2018).

ANEXO III da Resolução CGSN nº 94, de 2011 (Vigência 01/01/2018)

Alíquotas - Receitas de locação de bens móveis e de prestação de serviços NÃO relacionados no § 5º C do art. 18 desta Lei Complementar

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	6,00%	-----
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	11,20%	9.360,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	13,50%	17.640,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	16,00%	35.640,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	21,00%	125.640,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	648.000,00

Tabela 3 – Alíquota de Receita de Locação de Bens Móveis e Prestação de Serviços não relacionados no Art. 18 desta Lei complementar

Fonte: Receita Federal (2018)

ANEXO IV da Resolução CGSN nº 94, de 2011 (Vigência 01/01/2018)

Alíquotas - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 5º C do art. 18 desta Lei Complementar

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-----
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	9,00%	8.100,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,20%	12.420,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	14,00%	39.780,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	22,00%	183.780,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	828.000,00

Tabela 4 - Alíquota de Receita decorrentes da prestação de serviços relacionados no Art. 18 desta Lei complementar

Fonte: Receita Federal (2018).

ANEXO V da Resolução CGSN nº 94, de 2011 (Vigência 01/01/2018)

Alíquotas - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 5º I do art. 18 desta Lei Complementar

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	15,50%	-----
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	18,00%	4.500,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	19,50%	9.900,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	20,50%	17.100,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	23,00%	62.100,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,50%	540.000,00

Tabela 5 – Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no Art. 18 desta Lei Complementar.

Fonte: Receita Federal (2018).

O Cálculo do Simples Nacional pode ser feito pela seguinte fórmula:

$$\frac{(\mathbf{RBT12} \times \mathbf{ALIQ}) - \mathbf{PD}}{\mathbf{RBT 12}}$$

RBT12 = Receita Bruta dos últimos 12 meses **ALIQ** = Alíquota nominal

PD = Parcela a deduzir **Alíquota Efetiva**.

No Lucro Presumido se enquadram as empresas que faturam até 78 milhões por ano, os percentuais de presunção do lucro aplicáveis sobre a receita bruta são:

- a. 1,6 % Revenda de combustíveis e gás natural;
- b. 8% Transporte de cargas;
- c. 8% Atividades Imobiliárias;
- d. 8% Industrialização para terceiros com recebimento de material;
- e. 8% Demais atividades não especificadas que não sejam prestação de serviços;
- f. 16% Transporte que não seja de cargas e serviços em geral;
- g. 32% Serviços profissionais que exijam formação técnica ou acadêmica - como advocacia e engenharia;
- h. 32% Intermediação de negócios;
- i. 32% Administração de bens móveis ou imóveis, locação ou cessão desses mesmos bens;
- j. 32% Construção civil e serviços em geral.

O Lucro Real se enquadra no art. 14 da Lei nº 9.718/98 que dispõe sobre as pessoas jurídicas que possuem receita superior a R\$ 78.000.000,00 em um período de um ano. O lucro real é apurado a partir do resultado contábil do período-base, que pode ser positivo ou negativo, o cálculo do lucro é feito pela seguinte fórmula:

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesquisa aqui apresentada demonstra como é importante obter um planejamento tributário adequado sendo este um grande aliado dos empresários, possibilitando resultados positivos. Os administradores devem se atentar quanto aos prazos, pois podem perder o controle de seu planejamento e arcar com multas e penalidades, deste modo lidar com uma carga tributária tão complexa como a do Brasil exige cuidado em dobro.

É de extrema importância que a empresa possua entendimento e conhecimento da legislação vigente tal como em qual regime tributário se enquadra o ramo das empresa, Simples nacional, Lucro real ou Presumido, através de estudos, apresentação correta dos dados e um cálculo efetivo as empresas mantêm seu dever de cumprimento com a legalidade e não correm riscos como as empresas que preferem realizar a evasão fiscal. Sonegar impostos é crime no Brasil, muitos empresários não conseguem lucrar muito e ainda necessitam reter seus impostos, para fugir dos elevados valores de retenção que interferem diretamente no resultado econômico das empresas e dificulta seu crescimento elas optam por mascarar seu lucro e alterar o resultado do cálculo tributário. Com o fisco cada vez mais rigoroso e com maior tecnologia como sua aliada, torna se cada vez mais arriscado infringir a lei, pois no final, o barato sai caro.

Vale ressaltar que o planejamento tributário pode ser fator essencial na competitividade de mercado com outras empresas, pois representa vantagem quanto a economia de seus tributos podendo investir mais na empresa.

REFERÊNCIAS

Universidade Federal do Espírito Santo. Núcleo de Processamento de Dados. Cursos NPD/UFES, 1997. Disponível em acesso em: 02 mar.1997

Gauchazh Economia. Como evoluiu a carga tributária no Brasil em 10 anos. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2017/07/como-evoluiu-a-carga-tributaria-no-brasil-em-10-anos-9851528.html> Acessado em: 01 Set. 2018

Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Disponível em: <https://ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/2603/QuantidadeDeNormas201628AnosCF.pdf> Acessado em: 02 Set 2018

LAKATOS, Maria Eva e MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 4º ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1992

Conceito de Planejamento Tributário: elisão, evasão e elusão fiscal. Disponível em: <https://marcelloleal.jusbrasil.com.br/artigos/113726054/conceito-de-planejamento-tributario-elisao-evasao-e-elusao-fiscal>. Acessado em 02 Set 2018

Almeida, F. **Contabilidade e Gestão de Tributos**. 1. ed. São Paulo: Fiscosoft. 2015.

CHIEREGATO, Renato et all. **Controle Tributário para administradores e contadores**. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, Gustavo P. de. **Contabilidade tributária**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Receita Federal do Brasil. DIPJ 2016. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acessado em: 30 Agos 2018

Saiba como o planejamento tributário pode ajudar sua empresa. Disponível em: <https://affectum.com.br/blog-affectum-consultoria/saiba-como-o-planejamento-tributario-pode-ajudar-sua-empresa/> Acessado em: 01 de Agos de 2018

A importância do compliance tributário no cenário brasileiro. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/economia-e-financas/a-importancia-do-compliance-tributario-no-cenario-brasileiro/112564/> Acessado em 01 de Agos 2018

Saiba como a Consultoria Tributária ajuda a reduzir gargalos de custos. Disponível em: <https://blog.grupofatos.com.br/saiba-como-a-consultoria-tributaria-ajuda-a-reduzir-gargalos-de-custos/> Acessado em: 01 de Agos 2018

UTILIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. Disponível em: http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/5_16.pdf S Acessado em: 05 de Agost 2018.

A Importância do Planejamento Tributário e sua Influência na Engenharia de Custos. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/caio-saab-orsini-1814135.pdf> Acessado em: 05 de Agos 2018

CONHEÇA OS RISCOS DE TER UMA MÁ GESTÃO TRIBUTÁRIA EM SUA EMPRESA. Disponível em: <https://www.casamagalhaes.com.br/blog/legal-e-tributario/os-riscos-de-uma-ma-gestao-tributaria/> Acessado em: 06 de Agos 2018

FABRETTI, L. C. Contabilidade Tributária. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RICARDINO, Alvaro. 1º ed. São Paulo: Barros, Foscher & Associados Ltda, 2011.

Tributos Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/tributos> Acessado em 06 de Agost 2018

Fraga Contabilidade. Nova forma de cálculo de simples nacional em 2018. Disponível em: <http://fragacontabilidade.com.br/nova-forma-de-calculo-do-simples-nacional-em-2018/> Acessado em: 10 de Agos 2018.

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Marclin Felix Moreira

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória
ES

RESUMO: O tema da relação entre estado e sociedade, assim como tantos outros no âmbito da vida social, permite uma abordagem tanto normativa quanto de caráter empírico. Embora a escolha de um ou outro caminho implique diferenças no tratamento que será dado ao tema, o entrelaçamento entre os dois se dá com frequência nas investigações sociais. O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar três momentos da relação entre estado e sociedade no Brasil na segunda metade do século XX, a partir de trabalhos que transitam entre essas modalidades de abordagem, e que cobre, cada um, uma quadra histórica do período indicado.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; sociedade civil; participação; democracia.

ABSTRACT: The theme of the relationship between State and society, as well as many others in the field of social life, allows both normative approach as empirical character. Although the choice of one or other way involve differences in treatment that will be given to the subject, the entanglement between the two occurs frequently in social investigations. The

aim of this study, therefore, is to present three moments of the relationship between State and society in Brazil in the second half of the 20th century, from jobs that move between those modes of approach, covering each have a historical Court period indicated.

KEYWORDS: State; civil society; participation; democracy

1 | INTRODUÇÃO

As relações entre estado e sociedade civil no Brasil, como em qualquer outra região do mundo, apresentam condicionantes históricos e peculiaridades culturais que irão, ao curso do processo histórico, representar injunções ao desenvolvimento das práticas interativas. Cumpre, do ponto de vista empírico estabelecer a singularidade do caso brasileiro, a partir de sua própria dinâmica histórica, sem contudo, deixar de mobilizar possíveis marcos normativos para reflexões de possíveis cenários relacionais. Nesse sentido, este trabalho destaca três obras que trataram do tema das relações entre estado e sociedade no Brasil na segunda metade do século XX, cada um dedicado a uma quadra histórica. O esforço então é no sentido de buscar um entendimento das movimentações da sociedade e as reações do estado no período em questão e perceber as diferenças

que se estabelecem ao longo do processo histórico.

Fechando a exposição mobilizamos duas outras obras que se opõem, e tratam do tema das relações entre estado e sociedade, mas de um ponto de vista mais normativo. Buscam, a partir da avaliação de nossas injunções e condicionantes históricos, pensar possíveis cenários de articulação entre estado e sociedade.

2 | DESENVOLVIMENTO

Partindo de uma problemática comum, ou seja, o comportamento reivindicativo e político da sociedade civil e em particular dos grupos “marginalizados”, nas relações estabelecidas com o estado, iremos encontrar três trabalhos produzidos em cenários e momentos distintos da história do país, debruçados sobre acontecimentos que ocorreram em épocas diferentes e a partir de perspectivas teóricas distintas.

O trabalho de José Álvaro Moisés, cobrindo o período democrático de 1946 a 1964, dedica-se ao estudo do fenômeno de mobilização urbana ocorrido nos distritos periféricos da Grande São Paulo, que pretendiam emancipar-se politicamente do município ao qual estavam subordinados administrativamente.

Tal movimento chama a atenção do autor por tratar-se, em sua opinião, de um movimento singular de organização e manifestação de interesses das classes populares, o qual ganha através do tempo intensificação e complexidade.

Originários em sua maioria das Sociedades de Amigos de Bairros dos distritos periféricos, mas na sequência do movimento extrapolando os objetivos e as dimensões em que estas atuavam, constituíam-se a partir de vários grupos sociais, incluídos aí representantes da classe média, que tinham como domicílio esses distritos periféricos, os quais erguiam a bandeira do protesto contra o poder político, que se encontrava distante da realidade e do controle das populações residentes nessas regiões.

O objetivo do movimento, portanto, estava em conseguir a autonomia política e administrativa dos municípios aos quais pertenciam esses distritos, a fim de poderem gerir tanto os recursos que dispunham, como exercerem um controle efetivo sobre o poder político.

Os meios utilizados pelos líderes para veicular as propostas, organizar e dar força ao movimento foram: criação de jornais, associações, pressões junto aos deputados e partidos para a aprovação do pedido de plebiscito e, finalmente, a realização de campanhas voltadas aos moradores locais para que dessem seu voto favoravelmente à autonomia do distrito.

Outros fatores que parecem contribuir para os movimentos autonomistas ligam-se ao desenvolvimento econômico experimentado pelo país, o processo de modernização a ele ligado, que joga contingentes populares na vida política, e um crescente despertar da consciência popular, representada pelas reivindicações urbanas. Essas formas de participação popular, no entanto, só podem ser compreendidas, segundo o autor, se forem considerados fenômenos como o Janismo, tendo em vista o que representou

para a organização e o funcionamento das Sociedades de Amigos de bairros e em termos de divulgar a problemática dos bairros periféricos perante a opinião pública de São Paulo, bem como fomentou uma peculiar concepção do Estado, que visava ao mesmo tempo ampliar as expectativas quanto ao seu papel perante a sociedade, e torná-lo mais sensível às pressões populares. Nesse sentido formula a hipótese de que os movimentos autonomistas devem sua expressão política à influência do Janismo.

De grande importância também para o movimento foi o papel desempenhado pela “classe média” residente nesses distritos periféricos. É a partir da experiência cotidiana das desigualdades urbanas que essa classe desenvolve sua consciência em relação aos problemas colocados pelas contradições urbanas, resultantes das desigualdades do desenvolvimento capitalista. É por meio de um processo que o autor define como “simbiose ecológica” que a “classe média” irá unir-se aos segmentos populares, de maneiras distintas conforme o caso, como bem faz notar o autor através dos exemplos de Osasco e de Pirituba, e desempenhará um papel fundamental na formulação e liderança do movimento. A aliança entre os diversos setores sociais representa, portanto, o fator dinâmico do movimento, tendo em vista a similaridade da situação em que se encontram no contexto urbano, mas essa aliança solidifica-se somente no próprio processo de consolidação do movimento por meio das exigências relacionadas aos seus interesses comuns.

Outra característica do movimento que precisa ser mencionada diz respeito às relações do Estado com a sociedade. Nesse aspecto é importante ressaltar a decepção experimentada pelas classes populares ao sentirem-se abandonadas pelo poder público no seu papel de “provedor”. A impossibilidade do atendimento das expectativas alimentadas pelos segmentos populares e periféricos dava-se, sobretudo, em função da natureza e características do próprio Estado, constituído em bases capitalistas e atuando como principal agente do desenvolvimento, promovendo processos de acumulação capitalista que necessariamente promoviam desigualdades e injustiças sociais. A percepção da ausência do Estado converteu-se primeiramente em descrença quanto à sua capacidade de “prover” e em sua legitimidade e, em seguida, no estabelecimento de um antagonismo entre classes populares e Estado.

O que chama a atenção do autor é que no desdobramento desses movimentos verifica-se um despertar da consciência popular para os seus problemas, bem como para a importância de sua mobilização a fim de solucioná-los. O que começa a desenhar um quadro de possibilidades efetivamente democráticas de participação e controle do poder público por parte da sociedade. A gestão local, pela população local, dos serviços de consumo coletivo a partir dos recursos coletados na própria região e uma forma de participação direta no poder público, são notoriamente exemplos de participação democrática.

O que o leva a afirmar que “não importa que os movimentos autonomistas, da mesma forma que as reivindicações urbanas dos bairros, não tenham colocado as

suas propostas em termos de uma crítica explícita à natureza da sociedade capitalista” (Moisés, 1978, p. 401), no seio da qual se desenvolviam desigualdades que fundavam contradições urbanas de variadas conotações, e embora fosse, em última instância, o que dava sustentação e motivação as demandas do movimento, o autor entende que “isso não impedia que se constituísse um campo social e político que discutia as próprias contradições” (Moisés, 1978, p.401),

Faltou para o autor, nesse caso, uma organização política ligada às massas, que se propusesse a transformar a espontaneidade do movimento em um movimento politicamente dirigido e, conseqüentemente, realizar a integração deste com outros movimentos populares. É onde o autor entende haver falhado a esquerda, em virtude de sua incapacidade de realizar a tarefa histórica de ampliar o horizonte do movimento, uma vez que não tiveram sensibilidade suficiente para penetrar nas possibilidades de concretização do ideal democrático que o movimento representava.

Sem imputar à negligência da esquerda em perceber a importância dos movimentos autonomistas a responsabilidade pela falência de um embrionário processo de possibilidades revolucionárias, o certo é que toda a esperança que pudesse representar essas experiências autonomistas em termos de consolidação de uma vivência democrática em um sentido ampliado começa a sucumbir com o golpe de 1964, tendo em vista que as diretrizes da política nacional, a partir deste momento, desferem ataques contra quaisquer formas de mobilização popular. O que atingiria nuclearmente os movimentos autonomistas, baseados como eram, em comícios, passeatas e grandes manifestações populares.

Por sua vez Eder Sader procura no período que vai de 1970 a 1980 aquilo que constitui as “experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo”. Concentrando-se nos acontecimentos que marcam o primeiro de maio de 1978, nas greves iniciadas no ABC (SP) e em seguida alastrando-se pelos centros industriais e urbanos do Estado, o autor vislumbra a emergência de um movimento singular na história do país, dotado de capacidades novas. Nesse sentido converge para as perspectivas de José Álvaro Moisés, que também entendia os movimentos urbanos, além de singulares, como repletos de possibilidades na direção de uma democracia efetiva. Mas as coincidências parecem estancar aí, muito embora, apesar do foco no movimento dos trabalhadores, Eder Sader não deixe de mencionar outros campos em que o desenvolvimento de uma perspectiva nova no âmbito da organização social se dava, como nos casos das comunidades eclesiais de base, dos movimentos de mães, dos movimentos de bairros, e em outras formas de movimentos sociais. Assim, não só o contexto em que é produzida a obra é diferente do de José Álvaro Moisés, mas também o período sobre o qual se dedicam os autores é distinto. Isso posto, entendemos o sentimento do autor quando diz que “estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público” (Sader, 1995, p36-37). Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também – e sobretudo – com os de períodos históricos anteriores, o fim dos anos

70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, “anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945”. (Sader, 1995, p36-37).

O peso atribuído aos trabalhadores representa outro diferencial, tendo em vista a emergência de uma forte organização sindical, que objetivava livrar-se da tutela do Estado corporativista e alcançar autonomia para negociar as questões que lhes diziam respeito, tendo em vista a crescente descrença no Estado como lugar e instrumento das mudanças sociais, o que leva a uma polarização entre sociedade civil e Estado. É curioso notar que desse movimento irá nascer o Partido dos Trabalhadores e a liderança de Lula, que chega após três tentativas, ao cargo de Presidente da República. Isso confirma, de certa maneira, a procedência em atribuir-se ao movimento que se inicia na década de 70, como fez o autor, a força de promover transformações na ordem política.

Outra questão e, nesse caso, de cunho propriamente acadêmico, que distingue os dois trabalhos, diz respeito ao tratamento que o autor dá ao tema. Procurando fugir das interpretações estruturalistas, sem cair num subjetivismo radical, o autor procura construir uma perspectiva conciliatória a partir dessas vertentes polarizadas, para entender os acontecimentos em curso na década de 70. É a busca do entendimento do novo, da mudança em curso no processo histórico brasileiro que o faz afirmar que “quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza”. (Sader, 1995, p.42). Assim, colocando-se epistemologicamente entre o objetivismo e o subjetivismo, o elemento cultural, formado a partir das experiências e discursos específicos de cada grupo, é que proporcionará uma maior elasticidade ao pensamento do autor, para a abordagem dos fenômenos em questão.

Nesse sentido a dupla produção/reprodução assume novos contornos, e é justamente no plano da reprodução que o autor percebe uma esfera central para analisar o fenômeno dos movimentos sociais, dado o seu caráter de possibilitadora de representações e simbolismos, onde se torna possível um descolamento das condições objetivamente dadas na produção e permite um movimento de identificação social que apresenta a capacidade de criar novas bases para a ação, que por sua vez irão incidir sobre as condições dadas na produção. O que só se torna possível considerando-se a perspectiva adotada pelo autor na definição de sujeito coletivo, enlaçada com sua noção do papel do discurso na articulação da realidade concreta, que por meio de um processo de resignificação daquilo que já está dado pela linguagem corrente e pela cultura, abre as portas para a constituição de um novo sujeito político.

No trabalho de José Murilo de Carvalho deparamos com uma realidade

completamente distinta do que até então vinha sendo desenhado pelos traços dos textos anteriores. Embora o período sobre o qual a pesquisa é feita (fim da década de 90) represente possibilidades de diferenças, em função da distância que cobre um trabalho do outro, o importante a salientar é que certa linha de continuidade que se verifica como passível de estabelecer-se, a partir dos trabalhos de Moisés e Sader, no sentido de um aprimoramento das virtudes democráticas e republicanas, tendo em vista a maior participação popular nos rumos da política característica dos movimentos estudados, parece ruir e, em seu lugar, verificar-se uma ignorância enorme em termos de direitos relativos à cidadania e uma apatia gritante em termos de participação política. Assim, ou houve exageros nas tintas ao pintar o quadro otimista da mobilização popular, ou algo mudou no período que separa o trabalho de Carvalho dos outros dois autores.

O mundo certamente mudou. A reestruturação produtiva, a onda neoliberal, a queda do muro de Berlim, a redefinição do papel do Estado (em detrimento das políticas de bem-estar social), o enfraquecimento dos sindicatos, são alguns aspectos que, ao surgirem no cenário mundial, provocam profundas mudanças no curso dos acontecimentos, bem como obrigam a uma redefinição dos conceitos encarregados de representar a realidade, como, por exemplo, o evolucionismo finalista. É assim que leva Carvalho a afirmar que

A concepção evolucionista e finalista está sem dúvida em descompasso com a visão atual da história. O fim do socialismo prático destruiu entre os marxistas a crença no finalismo evolucionista, e a pós-modernidade gerou a mesma descrença entre não marxistas. As mudanças na visão de cidadania são apenas parte da transformação mais ampla geralmente chamada de pós-modernidade ou modernidade tardia. Os novos tempos exigem do historiador e do pensador político que, pelo menos em tese, estejam dispostos a descartar finalismos e a admitir redefinições radicais de conceitos e práticas até agora aceitos como essenciais à tradição ocidental. (Carvalho, 2000, p.118).

Desse modo quando o Brasil “ia” o Ocidente muda sua rota, e isso têm implicações consideráveis na dinâmica interna do país. O redimensionamento do Estado, principalmente no caso brasileiro, onde este sempre esteve presente nos processos de desenvolvimento, modernização e como “provedor” da “sociedade”, apresenta consequências tanto para o exercício dos direitos políticos como para a garantia dos direitos sociais e civis.

Torna-se obrigatório enfrentar o problema levando em consideração as especificidades do caso brasileiro, bem como as mudanças assinaladas acima. Nesse sentido a perda de centralidade do Estado-nação como ator político, obriga-nos à uma redefinição das ações voltadas à dinamização da sociedade, a fim de que o público se torne ponto de convergência das ações privadas, por meio de organismos não-governamentais, constituindo um terceiro setor atuante, e das ações estatais, com a promoção da justiça social como objetivo central a ser perseguido.

Em resumo, um projeto a ser encaminhado para lidar com as mudanças em

curso precisa,

No mundo dos valores, renunciar a visões evolucionistas da história e colocar a justiça social no centro das preocupações. No mundo da política, combinar o interesse e a virtude e promover o encontro do Estado com a sociedade, numa perspectiva em que a força do primeiro passa a depender do fortalecimento da segunda e em que este novo arranjo constitua a base para redefinir a nação. (Carvalho, 2000, p.125-126).

Partindo desses processos históricos e as características peculiares que marcam cada quadra histórica, partimos agora para uma reflexão em torno das possibilidades político-sociais de vivência democrática, principalmente no que diz respeito ao alcance e natureza que pode assumir no Brasil.

Ao apresentar os vínculos entre socialismo e democracia que se estabelecem como integrando o corpo teórico do marxismo, Carlos Nelson Coutinho entende que o processo de democratização experimentado pela sociedade brasileira a partir da década de 80, tem o poder de constituir-se nos pressupostos do socialismo, desde que adequadamente percebida como uma etapa estratégica para a revolução e não meramente como um objetivo tático, o que, por sua vez, comprometeria a substância do que é entendido como democracia em sua vinculação com o socialismo.

Nesse sentido adota uma perspectiva que atribui um papel central à democracia como elemento que possibilita a transição ao socialismo, uma vez que o encaminhamento do desenvolvimento do processo se realize num crescente movimento de incorporação da sociedade como um todo, respeitadas as peculiaridades dos grupos que a compõe, bem como as pluralidades que lhe são pertinentes.

É na constatação de que o “modelo soviético” não representa a única possibilidade de socialismo, em função do surgimento de perspectivas que aceitam a convivência entre socialismo e democracia, que Coutinho entende na universalidade da democracia o caminho possível para o desenvolvimento do socialismo. Para que isso se torne efetivo é necessário desfazer um erro de concepção presente na teoria marxista do Estado, onde a democracia política é identificada com dominação burguesa e, em seu lugar, apresentar a luta pela democracia como um patamar para o socialismo, dada a inadequação da ideia de se colocar para a sociedade brasileira a tarefa da luta imediata pelo socialismo. Antes, porém, a luta pela democracia como uma etapa para o socialismo apresenta-se como proposta viável, desde que entendida como o combate pela criação dos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que levem ao socialismo.

Nesse sentido o valor universal com que se reveste a democracia faz com que, apesar de ter sua origem relacionada ao surgimento da sociedade burguesa, o desaparecimento desta não signifique o seu fim. Antes, porém, sua permanência deve-se ao fato de, como valor universal, poder contribuir para a explicitação do ser genérico do homem.

As formas de relacionamento que integram as instituições da democracia política aparecem, portanto, para Coutinho, como uma possibilidade de solução para o impasse

resultante de como respeitar-se a diversidade, ao mesmo tempo em que se busca a unidade, tendo em vista que a exigência colocada por Marx e Engels ao socialismo de “que o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos”, encontra na democracia uma significativa forma de expressão.

A importância da democracia para a realização de um genuíno socialismo é explicitada pelo autor quando indica que

O socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – ou deve eliminar – a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade em seu conjunto. A superação da alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente, para a realização do humanismo socialista, para a explicitação de todas as potencialidades abertas pela crescente socialização do gênero humano: essa realização e essa explicitação implicam também a superação da alienação política (Coutinho, 1980, p.27-28).

Nesse sentido, dada a complexidade social da atualidade, a conjugação de democracia direta de base e democracia representativa, desde que através desta se realize uma síntese política dos sujeitos coletivos, significa um caminho viável para a solução do problema de compatibilizar diversidade e unidade.

Essa maneira de operar democraticamente em dois níveis, ou seja, pelas formas de representação tradicionais e através dos órgãos de democracia direta, constitui-se no caminho para a ampliação do sentido da democracia e sua plena realização, o que, em última instância, resultaria na construção de uma sociedade socialista. Abrem-se assim, pela política, as portas para uma transformação social em outros níveis.

Não só o regime de exceção de 64 precisa ser derrotado, segundo Coutinho, mas também aquilo que se convencionou chamar de “via prussiana”, onde, por meio de arranjos entre as classes dominantes, as decisões gerais para a vida “nacional”, são aplicadas de cima para baixo, de caráter extremamente autoritário. Cabe, então, ao conjunto das forças populares a tarefa de dobrar esse curso da história e construir novas possibilidades para a sociedade brasileira. Desse modo o autor entende que

O fortalecimento da sociedade civil abre assim a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais “para baixo” o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente “pelo alto”. (Coutinho, 1980, p. 36).

Ao tratar da importância da cultura no desenvolvimento de um projeto democrático para o país, Coutinho apresenta as implicações dos condicionamentos objetivos de nossa formação histórica e social na configuração do perfil da intelectualidade, dos artistas e dos produtores culturais.

Para livrar-se da herança deixada pela “via prussiana”, o autor sugere o nacional-popular como alternativa à cultura “intimista”, estreitamente vinculada aos elementos constituintes da “via prussiana” ao longo da história brasileira. O nacional-popular, portanto, caracteriza-se por uma abordagem crítica, que necessariamente acaba por revelar as contradições existentes na vida social. Diferentemente do “intimismo” que produzia a partir de um ponto de vista distante da realidade social, o nacional-popular

guia-se ou define-se, independente da pluralidade de manifestações estilísticas ou temas, por um realismo crítico no terreno estético e por uma concepção humanista e historicista do mundo no terreno do pensamento social.

O nacional-popular é apreendido por Coutinho com as qualidades de um movimento revolucionário, que tem o papel de contribuir para o desvelamento crítico das contradições sociais. O caráter engajado da cultura torna-se patente na perspectiva de Coutinho, não pela proposta de um conteúdo ou de uma forma de produzir cultura, mas pela orientação que põe o intelectual ou artista a serviço do povo, da liberdade, da emancipação humana, uma vez que sejam guiados pela intenção de criar a partir de uma perspectiva crítica, que vê na sociedade os conflitos que lhe são pertinentes e contribua, assim, para a consciência social, para a tomada de posição na luta pela democracia e conseqüentemente pelo socialismo num ponto futuro.

Tanto a intimidade entre democracia e socialismo e a noção que o autor atribui ao nacional-popular, apresentam-se visceralmente ligados à uma intenção política de defesa dos princípios que norteiam a visão de mundo socialista. A vinculação do autor aos princípios marxistas revolucionários aparece à luz do dia em sua exposição, e faz com que seu texto reflita um otimismo e uma certeza de realização da história prescrita nos cânones marxistas.

Nesse sentido o trabalho de Marilena Chauí serve como um contrapeso à visão de otimista de Coutinho. Ao colocar-se em uma posição mais cética em relação às possibilidades de desenvolvimento histórico, e não se vincular estreitamente com os pressupostos marxistas, o tratamento aos temas da relação entre democracia e socialismo e do nacional-popular irá seguir um curso totalmente distinto do de Coutinho. Nela não encontramos a fluidez linear da história que se apresenta no trabalho de Coutinho, nem um engajamento tácito às ideias marxistas como suporte para sua argumentação. Antes se posiciona criticamente em relação às possibilidades de vinculação entre democracia e socialismo, e busca nos próprios trabalhos de Marx e de Engels aqueles elementos que podem dar fundamentação a seu argumento. Um ponto interessante a notar nesse sentido é que, tanto Coutinho quanto Chauí, servem-se dos mesmos autores e encontram neles elementos que auxiliam a construção de sua argumentação, embora tenham orientações distintas quanto ao encaminhamento da análise.

A democracia e o socialismo aparecem em Chauí como uma relação tensa, em que desconsiderados os pressupostos de uma história linear e fatalista, apresentam-se como algo não resolvido no seio da teoria e da prática marxista. Nesse sentido afirma que “aceitar a história como diferença temporal é aceitar que o real não é os fatos nem as ideias, mas o movimento interno no qual uma sociedade aponta seu possível próprio como possível e não como futuro objetivado” (Chauí, 1981, p.108).

E essa diferença de angulação que torna as perspectivas nos dois trabalhos distintas, onde em Coutinho tudo está colocado para ser resolvido pelo movimento em direção a uma democratização progressivamente ampliada até a realização

do socialismo, em Chauí tudo se complexifica, se tensiona, se torna ambíguo, fica truncado, a dar uma ideia de que no plano da realidade que se busca apreender, o desenvolvimento dos acontecimentos sofre essa mesma dinâmica que é apresentada em seu texto, ou seja, antes das “ideias e dos fatos” está o jogo do real, que em nada facilita uma solução previamente concebida.

Outro ponto a ser destacado é quanto ao caráter autoritário da sociedade brasileira. A perspectiva de Coutinho atribui um peso maior à figura do Estado nesse aspecto, enquanto Chauí sem em nenhum momento negligenciar a figura do Estado autoritário como característico do Brasil, realiza um deslocamento de perspectiva e mostra como a sociedade em seus diversos níveis está impregnada de autoritarismo na relação entre seus membros. Isso representa um dificultador para uma solução genuinamente democrática, tendo em vista os limites impostos por essa configuração, onde os direitos apresentam-se antes como regras e não como práticas, onde a linha entre o humano e o não humano coloca-se em termos de distinção entre os membros da própria sociedade, como no caso dos negros, dos índios, dos homossexuais, dos miseráveis, etc. Parece, então, difícil levar adiante um projeto de democratização ampliado no seio de uma sociedade tão marcada por relações de distanciamento entre seus componentes.

Quanto à caracterização do nacional-popular, a impressão é que os autores trabalham com ideias distintas. O que define para Coutinho o “intimismo” parece ser aquilo que Chauí considera nacional-popular. É o que se entende quando a autora diz que

Pelo contrário, é uma sociedade onde a classe dominante exorciza o horror às contradições produzindo uma ideologia da indivisão e da união nacionais, razão pela qual a cultura popular tende a ser apropriada e absorvida pelos dominantes através do nacional-popular. (Chauí, 1996, p.60).

Certa equivalência ao conceito de nacional-popular que Coutinho utiliza, pode ser encontrado, não em sua integridade, mas de maneira aproximada, nos movimentos de resistência da Cultura Popular, entendidos não como “ações deliberadas de resistência”, mas como “práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência”. Muito embora, nesse caso, a Cultura Popular seja atributo do próprio povo em suas diversas manifestações, enquanto no conceito de nacional-popular usado por Coutinho, o trabalho realizado por intelectuais, artistas e produtores culturais é que ganha destaque central.

3 | CONSIDERAÇÕES FINIAIS

Procuramos, neste trabalho, apresentar alguns acontecimentos históricos que apresentam significativa vinculação com o tema da relação entre estado e sociedade civil, as dinâmicas inscritas em quadras históricas específicas. As mudanças na dinâmica dessa relação entre estado e sociedade obedecem tanto a fatores de ordem

intrínseca, como a fatores de ordem extrínseca, como bem pudemos acompanhar na exposição dos autores utilizados.

Além dessa preocupação, que diria ser de um âmbito mais empírico, embora não exclusivamente, buscamos também complementar este trabalho com reflexões de ordem mais normativas.

Nesse sentido, percebemos que as diferenças que marcam duas análises sobre temas comuns, ou seja, as relações entre democracia e socialismo e o papel da cultura, devem-se, principalmente, em Coutinho, pela existência de um projeto de mudança que procura encontrar os meios possíveis para realizá-lo na própria experiência democrática. Já em Chauí essa preocupação não parece dominar o trabalho, e o encaminhamento de suas reflexões sigam um curso oposto ao de Coutinho e o seu conceito de nacional-popular seja diametralmente contrário ao dele.

Concluimos, assim, este trabalho, na esperança de ter contribuído para a percepção de alguns eventos históricos brasileiros ocorridos na dinâmica entre o estado e a sociedade civil durante a segunda metade do século passado, e, dada a complexidade do tema, a dificuldade em encontrar, no âmbito normativo, propostas consensuais.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José .M. de. Cidadania na Encruzilhada, *in* N. Bignotto (org.), **Pensar a República**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, pp. 105-126,2000.

MOISÉS, José.A. **Classes Populares e Protesto Urbano**. Tese de Doutorado, USP, 2 vols., pp. 284-294/380-431, 1978.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entram em Cena**, Petrópolis, RJ, Paz e Terra, pp. 25-60, 1995.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e Democracia**. São Paulo Moderna, pp.85-110, 1981.

_____. **Conformismo e Resistência**. São Paulo, Editora Brasiliense, pp.47-120, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor Universal**. São Paulo, Ciências Humanas, pp. 19-41/63-92,1980.

REDES SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES PÚBLICAS. O MOVIMENTO DE “15 DE SETEMBRO” EM PORTUGAL

Isabel Babo
Célia Taborda Silva

RESUMO: O movimento “Que se lixe a Troika - Queremos as nossas vidas”, de 15 de Setembro de 2012, em Portugal, surgido a partir das redes sociais digitais e com manifestação na rua, patenteou novas formas de mobilização e de protesto públicas motivadas pela insatisfação dos cidadãos, tal como já vinha ocorrendo noutros espaços públicos internacionais. Utilizando um *corpus* retirado da imprensa escrita, procedeu-se à análise do acontecimento com recurso a um quadro teórico e conceptual das teorias do espaço público e dos movimentos sociais.

Este movimento permite refletir sobre os atuais movimentos de protesto, as redes sociais e a ação coletiva, numa época em que o ativismo se exerce nas ligações eletrónicas – o mediativismo ou netativismo – e na rua. Através dele pretende-se problematizar se estamos face a novas configurações de mobilização, de visibilidade, do agir em público e da criação de um espaço comum, e/ou se estamos perante uma continuidade do tradicional movimento social com incorporação de novos “repertórios de ação”.

PALAVRAS-CHAVE: ativismo, mobilização pública, movimento social, redes sociais digitais

ABSTRACT: The movement “To hell with troika! We want our lives!”, September 15, 2012, in Portugal, emerged from online social networks and demonstration on the street, patented new ways of mobilizing public protest and motivated by dissatisfaction of citizens, as was already happening in other public spaces. Using a *corpus* out of the written press, analysed the event using a theoretical and conceptual framework of the theories of public space and social movements

This movement allows to reflect on the current protest movements, social networks and collective action, at a time when activism is done in electronic links – net activism - and on the street. Through it we intend to discuss if we're faced with innovative mobilization of visibility settings, of the Act on public and creation of common space, or if this is a continuation of the traditional social movement with incorporation of new “repertoires of action”.

KEYWORDS: activism, demonstration, social movement, social networks

1 | INTRODUÇÃO

O movimento *Que se lixe a Troika - Queremos as nossas vidas* (QSLT), de 15 de Setembro de 2012, em Portugal, surgido a partir das redes sociais digitais e advindo na

rua, patenteou novas formas de mobilização e de protesto públicas motivadas pela insatisfação dos cidadãos, tal como já vinha ocorrendo noutros espaços públicos internacionais (praça Tahrir no Cairo; Gezi Park em Istambul; *Occupy Wall Street* em Nova Iorque e outras cidades; *Movimiento 15-M* ou *Indignados* na Puerta del Sol em Madrid e outras cidades, etc.). A mobilização irrompeu nas redes eletrónicas, em torno do descontentamento em relação às políticas de austeridade, convocada por cidadãos provenientes de áreas e grupos políticos distintos e organizou-se a partir da plataforma *Que se lixe a Troika - Queremos as nossas vidas* (QSLT), originando a manifestação do dia 15 de Setembro. Esta foi, assim, convocada e difundida online e, desde o início, apelou à associação e participação de uns e outros no espaço público, num protesto contra as políticas governamentais.

Nesta medida, o movimento QSLT, que adiante apresentaremos, permite efetuar uma reflexão sobre os atuais movimentos de protesto e as novas formas de mobilização pública, numa época em que o ativismo se exerce nas ligações eletrónicas – o *mediativismo* ou *netativismo* – e na rua ou sem o abandono desta. A este propósito surgem várias questões, entre as quais perceber se estamos face a novas formas de se mobilizar, de visibilidade, de agir em público e de criação de um espaço comum, e quais as suas repercussões. Começaremos por, de modo genérico, encarar o uso das ligações eletrónicas em novas modalidades comunicacionais e novas formas de ativismo, de participação cívica e de protesto público para, de seguida, expormos o movimento QSLT e discutirmos em que medida se trata de uma nova modalidade de mobilização pública ou, então, de uma continuidade do tradicional movimento social, refletindo, por último, sobre a incorporação da internet nas mobilizações públicas. -

Para tal, utilizou-se o método hermenêutico, com recurso a um *corpus* retirado da imprensa escrita com fins analíticos, e mediante a utilização e aplicação de um quadro teórico e conceptual proveniente das teorias do espaço público, dos movimentos sociais e do netativismo.

2 | PAPEL DAS REDES DIGITAIS NAS NOVAS FORMAS DE ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO CÍVICA E PROTESTO PÚBLICO

Da Turquia à Bulgária ou a Lisboa, dos EUA ao Brasil, ou das capitais ocidentais ao mundo árabe, sucedem-se mobilizações públicas de contestação que utilizam as tecnologias de comunicação e instauram novas modalidades de comunicação, expressão e ação coletiva. Com as redes sociais digitais, em particular, estes fenómenos dotam-se de novas formas de ativismo, escapam aos poderes públicos e políticos instituídos, e emergem de configurações sociais, políticas e culturais diversas, desenvolvendo modalidades de difusão, adesão, mobilização pública e ação coletiva particulares (Neveu, 1999; Cefaï, 2007; Di Felice, 2012 a; Rouet, 2013). Em termos gerais, caracterizam-se pela mediação das ligações tecnológicas, ou seja,

pelo mediativismo ou netativismo (D. Cardon e F. Granjon, 2013; Di Felice, 2012 a) e introduzem mudanças nas formas de ação social. Contudo, deve realçar-se que muitas vezes ciberativistas e ativistas coincidem ou juntam-se nos espaços urbanos, e as mobilizações a partir da (e na) internet são vertidas para a rua e para a ocupação de espaços públicos, com a carga simbólica dos lugares e a dimensão cénica da copresença física dos corpos num espaço comum (praça Tahrir, Gezi Park, Puerta del Sol, etc.). Movimentos como *Geração à Rasca* (2011), *Occupy Wall Street* (2011) que se prolongou por outras cidades do mundo, *Movimiento 15-M* ou *Indignados* (2011) em Espanha, *Que se Lixe a Troika* (2012, 2013) em cidades portuguesas e outras, *Não vai ter copa* (contra a Copa do Mundo de 2014, no Brasil) usaram as ligações tecnológicas, convocaram adesões, desencadearam denúncias, protestos e reivindicações e ocuparam a rua. São movimentos marcados pelo registo dos princípios éticos e das emoções mais do que de ideologias, exibem expressões públicas, exaltam o pluralismo patenteando ausência de líderes, e adotam um registo criativo das proclamações e reivindicações. Utilizam as redes sociais digitais, mas também os média tradicionais (imprensa, rádio e televisão) e a praça pública, tanto como *interfaces* de mediação, quanto como lugares de aparição e de visibilidade, logo de existência pública, como diria Hannah Arendt (1988). O regime de visibilidade do “aparecer comum dos seres”, do agir e falar em conjunto, de que dava conta Arendt como estruturante do domínio público e da *polis*, incorpora doravante a mediação dos ecrãs e expande-se nas plataformas eletrónicas, para além dos média tradicionais.

As novas mobilizações de protesto usam a internet e outros dispositivos móveis de conexão (tablets, smarthphones, notebooks etc.), com possibilidades ilimitadas de exposição das imagens, de propagação das palavras e de disseminação das mensagens, podendo irromper e iniciar-se online, transpor-se para a rua e estender-se a qualquer território, com transmissão direta das imagens, sons e discursos reportados em tempo real. São mobilizações que partem dos ecrãs e se caracterizam pela velocidade (Virilio, 2004), instantaneidade e comunicação em tempo real, simulam a proximidade e esbatem as distâncias, tornando-se pluricentradas e desterritorializadas, conquanto também se derramem em espaços físicos urbanos. As novas tecnologias comunicativas introduzem mudanças nas práticas de mobilização (Granjon, 2011) e reconfiguram as práticas de interação e de ativismo, verificando-se, nos casos aqui referidos (*Geração à Rasca*, *Occupy*, *Indignados*, *Que se Lixe a Troika*, ...), uma passagem progressiva de mobilizações coletivas inseridas num quadro político, partidário e ideológico, para “formas individualizadas de comprometimento expressivo” na internet sem estrutura partidária ou sindical (Cardon e Granjon, 2013). É assim que na manifestação QSLT se esclarece a não vinculação da mobilização a organizações e a pluralidade e heterogeneidade das participações¹, assumindo-se novas formas de ativismo e de protesto público.

1 “Promotores da manifestação de hoje esclareceram que o protesto não foi motivado por partidos políticos ou por sindicatos” (título). “Os promotores da manifestação “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas” deram

Com o netativismo, que assenta num novo tipo de ação em redes digitais conectadas (Di Felice, 2012 a), de acordo com o tipo de sociabilidade reticular que nelas se instaura, tende a verificar-se a ausência de líderes e de organizações sociais estruturadas a convocar e coordenar as manifestações. A rede, precisamente, abre possibilidades ilimitadas de expressão e disseminação das mensagens, podendo originar mobilizações sem líderes e organizações. Como Massimo di Felice (2012 a) advoga, atores-utilizadores, dispositivos, tecnologias, redes, bancos de dados estão implicados nestas mobilizações, constituindo novas formas de habitar os espaços urbanos. Os netativistas ou ciberativistas, que podem intervir como participantes-ativistas nos espaços públicos, lançam slogans, exibem linguagens, gestos e expressões, desencadeiam protestos, reivindicações, denúncias, petições, estabelecem lógicas de sociabilidade e partilha de emoções, e dotam-se de (novos) registos e repertórios discursivos, retóricos, estéticos e expressivos que requerem análise e averiguação (o que escapa ao estrito âmbito deste texto).

Foi isso que aconteceu no “15 de Setembro”². A convocatória para a manifestação do 15 de Setembro nasceu nas redes sociais digitais a partir de cidadãos/utilizadores que incitaram à mobilização em Lisboa, tendo-se estendido a outras partes do país, assim como teve eco em cidades europeias e no Brasil, *“Hoje, a palavra de ordem era não ficar em casa. O protesto em todo o País, que se estendeu a outros pontos do mundo, foi convocado no Facebook e no Blogger sob o lema “Manifestação: Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas”*³.

3 | A MANIFESTAÇÃO DE 15 DE SETEMBRO: “QUE SE LIXE A TROIKA – QUEREMOS AS NOSSAS VIDAS”

Em 2012, Portugal estava mergulhado numa grave crise financeira inserida no contexto internacional. Em 6 de Abril de 2011, o governo português, liderado pelo então primeiro-ministro José Sócrates, pediu ajuda externa para solucionar a crise financeira. A incapacidade de pagar a dívida pública, de baixar o déficit público e a necessidade de obtenção de fundos para injetar em empresas públicas, tecnicamente

hoje uma conferência de imprensa no Porto para esclarecer que este protesto é espontâneo e não tem por detrás partidos políticos ou centrais sindicais. (...) A manifestação “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas” tem como objetivo unir os portugueses para “dizer basta” às medidas de austeridade anunciadas pelo primeiro-ministro (...)” (expresso.sapo.pt/promotores-da-manif-desvinculam-se-de-partidos-e-sindicatos=f75357; Lusa 117:35 Sábado, 15 de setembro de 2012).

2 “‘Fotos da Manif’ foi a página de Facebook criada para os manifestantes enviarem, in loco, as suas fotos. A entrada das fotografias é imediata e o Negócios compilou algumas das muitas imagens que foram e estão ainda a ser enviadas. (...) No mural da mesma página do Facebook, a alemã Kabelbrand Höllenfeuer escreveu, enviando fotos, perto das 23h: “Olá. Nós (povo internacional de todo o mundo) realizámos uma acção de solidariedade hoje em Berlim, em frente à embaixada de Portugal, para apoiar o movimento e a resistência em Portugal” (15 Setembro 2012, 20:11, Jornal de Negócios Online | negocios@negocios.pt)

3 “Em Lisboa, milhares de pessoas já estão a caminho da Praça de Espanha e no Porto são também milhares os que desfilam na Avenida dos Aliados contra as medidas de austeridade anunciadas pelo Governo, num protesto que também vai decorrer noutras 40 cidades portuguesas” (DN 15/09/2012).

falidas, levou o país à assinatura de um memorando de entendimento com a *Troika* (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Comissão Europeia). A partir daí as dificuldades económicas aumentaram a já instalada instabilidade política, realizando-se eleições antecipadas.

Nas eleições de 5 de Junho de 2011, o partido socialista (PS) saiu derrotado, tendo ganho o partido social democrata (PSD), sem maioria. O novo primeiro-ministro, na impossibilidade de governar em minoria parlamentar, numa conjuntura tão adversa, fez um acordo de governação com o partido popular (CDS/PP). As medidas acordadas para o resgate entre a *Troika* e o governo português foram de grande austeridade e o novo governo decidiu cumprir à risca o plano de recuperação acordado. Começou, assim, o seu mandato com uma subida generalizada dos impostos, ainda que em contradição com as promessas eleitorais. A contenção orçamental implicou subidas de impostos e cortes de regalias sociais, o que se traduziu em diminuição de salários, pensões, subsídios e benefícios fiscais, e subidas de preços, tanto de bens essenciais como supérfluos, pelo aumento do IVA (imposto sobre o valor acrescentado), originando grandes dificuldades económicas para a população.

Foi este contexto de dificuldades e insatisfação generalizadas que juntou um grupo de cidadãos descontentes com a situação de crise que o país atravessava e com a forma como os políticos estavam a tentar resolvê-la e daí surgiu a plataforma “*Que se lixe a Troika-Queremos as nossas vidas*” (QSLT). O QSLT irrompeu nas redes sociais como um movimento de cidadãos comuns, provenientes de áreas e quadrantes políticos distintos, apartidário, horizontal, espontâneo. A sua finalidade era coalizar os descontentamentos populares para promover uma grande manifestação nacional, onde os portugueses, numa demonstração de cidadania democrática, expressassem aos políticos a sua discordância em relação à austeridade excessiva que pendia sobre eles. No seu manifesto/convocatória proclamava:

“É preciso tomar as ruas e as praças das cidades e os nossos campos. Juntar as vozes, as mãos. ... *É preciso fazer qualquer coisa contra a submissão e a resignação, contra o afunilamento das ideias, contra a morte da vontade coletiva. É preciso convocar de novo as vozes, os braços e as pernas de todas e todos os que sabem que nas ruas se decide o presente e o futuro. (...) Dividiram-nos para nos oprimir. Juntemo-nos para nos libertarmos!*” (queselixeatroikablogspot.pt de 15 de Setembro de 2014).

Apesar da desfiliação organizacional e partidária com que o grupo de 29 subscritores se apresentou na internet, a ideia original para o movimento parece ter saído do interior da organização “*Precários Inflexíveis*” (PI). Segundo Rui Marçal, foram Marco Marques, Myriam Zaluar, Magda Alves e Tiago Mota Saraiva, todos ativistas do PI e o último também do PCP, os mentores deste movimento. O plano destes ativistas consistia em “misturar algumas pessoas com mais perfil com activistas anónimos” para que se conseguisse “mobilizar muito mais gente que numa organização” (vice.com/ptauthorruimarçal - 8 de Agosto de 2013). O papel daqueles quatro elementos foi angariar pessoas, cidadãos comuns, não inseridos em organizações, que partilhassem

os mesmos objetivos, até conseguirem um grupo consistente de anónimos. Esta iniciativa foi realizada fora dos PI, tendo a primeira reunião acontecido na casa de um dos ativistas, em meados de Junho. O primeiro ministro acabou por dar aos proponentes da manifestação o lema que serviu de mote à convocação do protesto. Em Julho desse ano (dois meses antes das eleições autárquicas), num jantar do seu grupo parlamentar (PSD) na Assembleia da República, proferiu num discurso a frase “que se lixem as eleições”. A sentença do primeiro-ministro foi reutilizada para criar o *slogan* “Que se lixe a troika – Queremos as nossas vidas”, que se voltou contra o governo.

Os encontros do grupo intensificaram-se e em meados de Agosto juntou-se-lhes João Camargo, também ele membro dos PI e dirigente do partido Bloco de Esquerda, para o coordenar (vice.com/ptauthorruimarçal). Desde então preocuparam-se em aumentar o número de subscritores e em preparar a manifestação, contando, para tal, com o apoio logístico dos PI. A data para a mobilização pública teve em conta um momento em que “a clivagem social” seria máxima, próxima da apresentação do primeiro pacote de medidas de austeridade, pois assim, segundo João Camargo, potenciariam um “momento de ruptura” (vice.com/ptauthorruimarçal). A grande manifestação aconteceu no dia 15 de Setembro de 2012, como o grupo tinha planeado. Nesse dia, cerca de um milhão de portugueses estiveram nas ruas das suas cidades a manifestarem-se. Foi o maior protesto ocorrido no país depois da revolução do 25 de Abril de 1974⁴. O protesto ocorreu, em simultâneo, em cerca de quarenta cidades portuguesas e algumas europeias, entre as quais Paris, Berlim, Londres, Bruxelas e Barcelona.

Em Lisboa, a concentração ocorreu na Praça José Fontana e terminou na Praça de Espanha. Aí juntaram-se mais de 500 mil pessoas. Pouco antes do cortejo se iniciar, já milhares de pessoas enchiam a Praça, onde a música ecoava, cortada aqui e ali pelos discursos proferidos por alguns dos participantes. Às cinco da tarde iniciaram o percurso previsto, de punhos cerrados no ar e ostentando a bandeira nacional ou cartazes, onde se liam frases que expressavam as emoções dos manifestantes, como “gatunos” ou “o povo unido jamais será vencido”⁵ (*Diário de Notícias* [DN], 15/09/2012). Ao longo do caminho passaram por locais historicamente emblemáticos como o Saldanha ou a praça da República. O desfecho na Praça de Espanha também não foi ocasional. Além de ser um espaço com dimensões consideráveis, o que permitia acolher em segurança as muitas pessoas que esperavam, é aí que se situa a residência oficial do embaixador de Espanha, país onde ocorreriam sincronicamente protestos contra a austeridade. No texto de divulgação do itinerário da manifestação no *Facebook*, do dia 12, o grupo referia que pretendiam que este fosse um “protesto ibérico”.

Na cidade do Porto, a Avenida dos Aliados encheu-se igualmente de pessoas

4 A revolução do 25 de abril de 1974 em Portugal instituiu o fim do regime fascista e a entrada do país na democracia.

5 Slogan que marcou os anos da revolução do 25 abril.

que gritavam palavras de ordem contra a austeridade. Nas outras cidades aderentes o cenário e a ação foram idênticos.

No mesmo dia da manifestação e pouco antes dos protestos, os promotores do mesmo, em conferência de imprensa, no Porto, reforçaram a espontaneidade e apartidarismo do movimento. Como referiu um dos subscritores da manifestação, João Lima, não queriam um protesto onde existissem protagonismos de partidos, sindicatos ou outras organizações. O objetivo era unir os portugueses para “dizer basta” às medidas de austeridade anunciadas pelo primeiro-ministro (*Jornal de Notícias [JN]*, 15/09/2012). Estes cidadãos consideravam que a inflexibilidade política estava a “afundar” o país, logo deviam ser tomadas outras medidas e propunham soluções como:

“renegociação da dívida de Portugal, a negociação do Governo com as petrolíferas para a descida de preços para fomentar a economia e aliviar a carteira da população em geral ou o aumento do rigor na gestão do património público” (JN, 15/09/2012).

A indignação de cerca de um milhão de pessoas não foi totalmente ignorada pelo Governo. A contribuição para a segurança social (Sistema Providencial e Sistema de Proteção Social e Cidadania), uma das medidas mais polémicas do executivo, acabou por ser revista.

O movimento não se esgotou nesta manifestação de 15 de Setembro de 2012. Em 2013, o QSLT organizou mais duas grandes manifestações, uma em 2 de Março sob o lema: “QSLT – o povo é quem mais ordena” (*slogan* que marcou os anos da revolução do 25 Abril de 1974), outra em 26 de Outubro: “QSLT – não há becos sem saída”, em que o repertório de críticas sociais foi aumentando, assim como as exigências para a solução dos problemas económicos e sociais.

A partir do movimento QSLT surgem várias questões, entre as quais perceber se estamos face a novas formas de se mobilizar e agir em público e quais as repercussões que isso terá no espaço público contemporâneo.

4 | O “15 DE SETEMBRO DE 2012”: UM MOVIMENTO SOCIAL?

Já foi referido que muitas das manifestações que surgiram nas ruas das cidades europeias e do mundo foram convocadas através das redes sociais. Os promotores dessas mobilizações de protesto, utilizando plataformas digitais, apresentaram-se como cidadãos comuns, sem organização formal ou filiações partidárias e ideológicas, e apelaram à realização de grandes manifestações públicas para expressar o descontentamento social face à economia ou políticas dos vários Estado-nação. Assim aconteceu com o movimento português QSLT, em 2012, cuja análise ajudará a perceber se estamos perante um novo fenómeno social ou perante uma mudança no “repertório de ação” dos movimentos sociais.

Ao longo do tempo, o conceito de movimento social foi evoluindo à medida que a sociedade se transformou, mas implicou sempre uma ação coletiva no espaço público.

O movimento social surgiu associado ao processo de ação coletiva de um determinado grupo social ou entidade e à forma como esse mesmo grupo, através das manifestações públicas, foi ganhando consciência e poder (Tilly, 1978). Daí a ligação do conceito à sociedade industrial do ocidente e ao surgimento do movimento operário, por ser organizado, ter um programa e um contexto. Não obstante, Eric Hobsbawm (1978a) demonstrou que existiram movimentos sociais pré-industriais, aquilo que designou por movimentos “arcaicos” ou “primitivos”, por serem espontâneos, esporádicos, localizados e despolitizados, que constituíam formas de agir limitadas às condicionantes do momento histórico⁶. Só a partir do século XIX, com as grandes transformações económicas e sociais ocorridas com a industrialização, houve mudanças e inovação na forma de agir coletiva. Tilly (1978), justamente, pressupõe que os movimentos sociais requerem compreensão histórica e tentou compreendê-los na convergência entre a Sociologia e a História (1981), muito ao estilo da “*longue durée*” braudeliana, para captar a permanência ou mudança, a imobilidade ou inovação dos mesmos. O seu estudo diacrónico destes fenómenos, desde 1750, levou-o a introduzir o conceito de “repertório de contestação” (1977) para a sua explicação. Ora, um “repertório” é um “conjunto de formas de ação” (Tilly, 1978:156) e cada época tem as suas próprias estruturas de mobilização e de ação, geralmente forjadas a partir das ações mais antigas (1995:27-28), enquanto a modificação das estruturas políticas e sociais resulta numa mudança do “repertório” (Tilly, 1995:35).

Face à atual transformação das ações coletivas a que se assiste na viragem do século XX para o XXI, Tilly clarifica que nem toda a ação coletiva configura um movimento social. O movimento social é um tipo de protesto que ultrapassa o mero protesto ocasional. Assim, na obra *Social Movements: 1768 – 2004*, de 2004, concluiu que só se prefigura como movimento social um movimento que obedeça à combinação de certos elementos, de que resulta uma determinada “fórmula”, composta por três elementos: 1) Campanhas, reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) Repertório de ação, que inclua um conjunto de performances reivindicativas tais como manifestações, reuniões públicas, marchas, petições, declarações à comunicação social, etc.; 3) Demonstrações de Wunc (*worthiness, unity, numbers, and commitment*), ou seja, representações públicas concertadas que demonstrem a respeitabilidade, unidade, números e compromisso, por parte dos elementos dos movimentos, aderentes e/ou seguidores relativamente à causa em questão.

Verifiquemos, então, se no movimento de “15 de Setembro” se encontram reunidos os elementos que constituem um movimento social. A “campanha” pressupõe tudo o que precede a ação, que permite sustentar as motivações do movimento e dar-lhe consistência. Neste caso, incluem-se aqui todas as ações de mobilização do grupo que formulou o manifesto de reivindicação contra a *Troika*, postas a circular nas redes sociais, bem como nos média tradicionais, através das entrevistas de subscritores do

6 Também encontramos movimentos “pré-industriais” em Portugal, no século XIX (Célia Taborda Silva, 2013).

movimento. O protesto tinha um objetivo muito concreto: acabar com a austeridade que o governo impôs ao povo português por imposição dessa entidade supranacional – a *Troika*. Todas as ações desta campanha acabaram por estabelecer uma relação entre o grupo de proponentes, o grupo de manifestantes e o governo que resultou na aceitação de uma das reivindicações do protesto: rever a taxa de segurança única.

Relativamente ao “repertório”, ou estratégias de ação, houve reuniões públicas, manifestações, declarações à comunicação social. O movimento não se esgotou no dia 15 de Setembro, foram promovidas outras manifestações ao longo do ano de 2013 e participaram noutras organizadas a nível nacional e internacional, o que evidencia que todo um conjunto de performances reivindicativas fez parte do QSLT. Quanto à “demonstração” de Wunc, a respeitabilidade dos atores foi assegurada pela heterogeneidade de pessoas que participaram, em termos de idade, classe social e ideologia, mostrando uma coesão intergeracional e motivacional. Além disso, surgiram subscritores “apartidários” de reconhecido mérito público, caso do compositor António Pinho Vargas ou da atriz São José Lapa. Houve um número impressionante de manifestantes. Um milhão de pessoas nas ruas só pode significar unidade em torno de uma causa. O compromisso foi atestado nas ações subsequentes. No mês seguinte, em 13 de Outubro de 2012, promotores e manifestantes do “15 de setembro” integraram o protesto internacional *Global Noise*. No ano de 2013, promoveram duas grandes manifestações, uma a 2 de Março e outra a 26 de Outubro, participaram na manifestação da central sindical (CGTP) a 4 de Julho, organizaram pequenas ações, como o protesto junto à residência do primeiro-ministro e boicotes em atos oficiais do governo, através de canções emblemáticas da revolução de 1974, o que evidencia um plano de continuidade e responsabilidade dos ativistas.

Parece-nos, assim, que no movimento QSLT estão reunidos todos os elementos que constituem a fórmula tillyana de movimento social e também aquilo que Tarow (1998) e depois Tilly (2004) chamaram de carácter modular, ou seja, a partilha, a adoção de estratégias e a inovação utilizadas noutros movimentos e contextos, transpostas para o caso português, sem que este perdesse a sua singularidade nacional. Nesta perspetiva, o QSLT afigura-se como um movimento social com um novo repertório de ação, particularmente a mobilização em redes sociais tecnológicas. Ora, um movimento social entendido estruturalmente, imbuído com uma carga histórica, só acontece nas ruas, pois é aí que existe ação coletiva. O que se verifica nas redes, em termos de netativismo, são ações individuais conectadas através da tecnologia. Essas ações individuais, mesmo que de protesto ou reivindicação com proposta para a mobilização coletiva, podem não sair da rede. Só quando os sujeitos se reúnem fisicamente, num espaço comum, é que estão reunidas as condições para o agir e reivindicar comum. Como observa Zygmunt Bauman, “tu pertences à comunidade, mas a rede pertence-te” (*El País*, 9 de Janeiro 2016). Não existe uma comunidade online, quando muito existe uma “comunidade imaginada” ou uma “inérita condição habitativa” (Di Felice, 2013). Ainda segundo Bauman, as redes não unem, isolam, e se o movimento social visa

reivindicar ou produzir mudanças políticas, institucionais ou culturais, o sentimento de identidade e solidariedade que provoca emoção grupal precisa do diálogo, do toque, do sentir que acontece nas ruas. Nas redes não há hegemonia ideológica ou mesmo utópica, e o que motiva os sujeitos é apenas um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação dos próprios sujeitos contra a conjuntura económica e política (Gohn, 2014:13).

Opinião divergente tem Massimo di Felice (2013: 59), para quem os movimentos que se formam nas redes, os quais designou por “movimentos sociais em redes”, são diferentes dos anteriores por possuírem características distintas. O autor elenca algumas delas: 1. Anonimato e ausência de identidade política coletiva; 2. Discurso sem ideologia; 3. Objetivos cosmopolíticos múltiplos; 4. Atuação estranha à lógica da luta pelo poder; 5. Formato organizativo em rede e a-hierárquico; 6. Ação elíptica, não direcionada apenas ao externo; 7. Recusa de qualquer tipo de institucionalização; 8. Imprevisibilidade; 9. Temporalidade sincrónica; 10. Espaço de ação: atopia e info-localidades.

Ora, se observarmos o movimento em análise, também ele formado nas redes, verificamos que algumas das características dos “movimentos sociais em redes” não se verificam no QSLT, revelando que existe neste movimento uma continuidade com o tradicional movimento social. Vejamos: o anonimato foi relativo no QSLT, uma vez que se sabe que a ideia partiu de 4 elementos dos P.I., que fizeram questão de o revelar publicamente ao concederem entrevistas. O mesmo se pode dizer da ausência de identidade política, já que estavam representados dois partidos: o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda, através dos seus militantes.

Por sua vez, o discurso construiu-se no sentido de luta, tomar as ruas, tomar as praças, mostrar que o povo é quem mais ordena, numa associação clara com o movimento revolucionário do 25 de Abril de 1974, que fez cair uma ditadura com mais de 40 anos. Com efeito, o discurso que acompanhou a manifestação QSLT era ideológico, tratando-se dos defensores da liberdade, dos direitos humanos, da democracia contra a tirania das políticas de austeridade do governo português e dos organismos económicos internacionais. É neste sentido que se exibiram cartazes mordazes contra o primeiro-ministro ou membros do governo. Além disso, a participação ativa dos P.I., uma associação que surgiu como um movimento informal em 2007 e que em Julho de 2012 se institucionalizou, tornando-se uma associação com estatutos e órgãos sociais, revela que existe no QSLT a ideologia dessa organização. Os objetivos dos P.I de “*recuperar a confiança, o sentido da utilidade e a força da ação coletiva para defender o emprego, lutar pelo salário e combater a precariedade*” (manifesto da Associação P.I) estão sempre presentes durante as manifestações. Este movimento apareceu com um objetivo muito claro e mais nacionalista que cosmopolítico, acabar com a excessiva austeridade que se vivia no país por causa da Troika.

A atuação do QSLT também é estranha à lógica da luta pelo poder, à semelhança doutros movimentos iniciados nas redes, mas não é uma característica isolada deste

movimento ou destes movimentos. Os movimentos feministas, ecologistas, pacifistas não se integraram em partidos ou sindicatos e utilizaram a manifestação na esfera pública, através de comícios ou desfiles, processos não institucionais de ação política para obterem direitos políticos. Como diz Claus Offe, para poder emancipar-se do Estado há que adquirir direitos políticos (1992:166) e os cidadãos têm que vir para a rua para obterem benesses do poder político ou para se emanciparem do Estado.

Quanto à institucionalização do movimento, não ocorreu, pode contudo referir-se que, em Julho de 2014, militantes do “Podemos” vieram a Portugal conversar com ativistas do QSLT e outros sobre “novas formas de organização”. Um dos organizadores do encontro ibérico referiu na altura que “está na hora de percebermos que, além das manifestações, temos de assumir também formas de organização política porque as manifestações têm sido inconsequentes” (*Público*, 17-07-2014). Na verdade, foi isso que fizeram ativistas do movimento 15 M ou “Indignados” em Espanha. Em Portugal, poderá avaliar-se se o QSLT criou uma dinâmica propícia ao surgimento do movimento Livre/Tempo de avançar, em 2015.

5 | INCORPORAÇÃO DA INTERNET NAS MOBILIZAÇÕES PÚBLICAS

Prosseguindo o confronto anteriormente estabelecido, é certo que na rede existe simulação e alteração das coordenadas espaço-temporais, e as relações ao espaço e ao tempo são transfiguradas (ou desconfiguradas/reconfiguradas) pela sincronia e atopia, para usarmos a terminologia de Di Felice.

A questão da temporalidade sincrónica, colocada por Di Felice, é tão importante quanto na rede há instantaneidade e “uma espécie de implosão cronológica” (P. Lévy, 1990) ou um *continuum presente*. Contudo, na continuidade sequencial dos acontecimentos e das manifestações vigora o tempo cronológico (*antes e depois*), tal como nas narrativas que acerca do QSLT e dos outros movimentos e acontecimentos são construídas é configurado o tempo narrado ou o tempo da narrativa (à sucessão de acontecimentos *um depois do outro*, a configuração narrativa confere a causalidade *um por causa do outro*). Mas na internet há, com efeito, uma outra relação ao tempo e ao espaço: espaço de ação atópico, como afirma Di Felice, ou espaço de fluxos (Castells, 1999), espaço a-espacializado, desterritorializado, “flutuante”, “em suspenso”, “fora do solo” (Paquot, 2009: 106).

Porém, restringindo-nos aos protestos e às mobilizações públicas que são aqui o nosso objeto de análise, embora nascidos na internet derramaram-se para a rua e o espaço urbano continua a ser o lugar da ação cívica, ainda que esta tenha sido gerada no espaço virtual. Na rede, está ao acesso de qualquer um lançar ou aderir online a uma petição ou manifesto, mobilizar ou ser mobilizado para participar numa manifestação, criar uma mobilização noutra local, enviar e receber mensagens e imagens. Mas os utilizadores podem tornar-se (ser) atores, podem ser emissor-receptor-espectador-utilizador-ator – e também o *indivíduo-na-multidão*, o *indivíduo-*

público, o indivíduo-na-rede (Paquot, 2009) – desencadeando-se deslizamentos e/ou coexistência entre uns e outros. Tal como existe um vaivém entre os espaços virtuais e os espaços físicos urbanos, ou entre territórios virtuais e reais da circulação e da comunicação. Embora Di Felice vá mais longe, vendo o espaço físico contaminado e tomado pelas mediações tecnológicas que o incorporam no *habitar atópico* “que envolve ecossistemas comunicativos e informativos” (Di Felice, 2012 a: 43), tal como os atores são, simultaneamente, utilizador-receptor-produtor-ator (ou o “ator-rede” de Bruno Latour).

As questões que se levantam são numerosas, entre elas saber se a incorporação da internet nos processos comunicativos do ativismo implica mudanças nas formas de ação social por parte dos *ciberativistas-ativistas*. Se estamos face à emergência de novas formas de expressão individual e coletiva, assim como de cidadania nos espaços públicos urbanos. Se estamos perante novos regimes de visibilidade, de exposição e de ação, rompendo ou não com os precedentes, e que incorporam novas performances e repertórios de ação pública.

REFLEXÃO FINAL

As redes vieram trazer novas modalidades na forma de organização das ações coletivas. As mobilizações programadas pelos partidos políticos e pelos sindicatos deram lugar a novas formas de ação social e a novas modalidades de protesto e participação cívica, muitas vezes sem líderes, sem organização e que surgem nas redes sociais digitais ou as usam como suporte. Neste contexto, estas novas modalidades de mobilização em rede, ou novos movimentos, apresentam-se como um desafio social complexo, por questionarem as próprias estruturas políticas e partidárias institucionais, agindo muitas vezes à sua margem, e por emergirem como novas modalidades de ação pública.

Quanto ao movimento QSLT, emergiu uma nova forma de mobilização e atuação no espaço público decorrente justamente do uso das redes sociais eletrónicas, mas tal não significou o surgimento de um fenómeno social totalmente novo, na própria medida em que também se verificou a existência de uma certa continuidade nas modalidades da ação coletiva. Ou seja, a desterritorialização na rede foi (e continua a ser) convertida em movimentos de protesto na rua, com ligação aos lugares públicos. Pode dizer-se que o descontentamento face às medidas de austeridade, à crise económica e de legitimidade das instituições políticas e a preocupação com o futuro, originaram modalidades de ativismo na rede ou netativismo, mas também potenciaram a ação coletiva nos lugares públicos, devolvendo aos espaços tradicionais de protesto, praças e ruas, o seu lugar de partilha, manifestação e expressão pública.

Mesmo na era digital, e com o suporte das novas tecnologias de comunicação e informação, o protesto público e a ação coletiva mantêm-se ligados ao espaço público (comunicacional e enquanto lugar) e à rua. O facto de as mobilizações utilizarem as

redes sociais digitais, mas também os média tradicionais e a praça pública, como interfaces de mediação e, ao mesmo tempo, lugares de aparição e de visibilidade, se cria novos desafios à análise conceptual e compreensão dos novos movimentos, assim como das novas modalidades de ativismo e netativismo, incentiva também a um questionamento sobre a emergência de novas formas de cidadania no meio urbano.

Através de uma análise comparativa de vários movimentos sociais e mobilizações públicas, como é o caso do movimento QSLT, será possível entender a transformação em curso e o alcance e repercussões da utilização das redes sociais nos movimentos sociais que, precisamente, nascem a partir delas e as incorporam.

REFERÊNCIAS

Arendt, H. (1988 [1958]). *La condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Levy.

Babo, I. (2013). As manifestações na Tunísia e no Egipto em 2010-11. A semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais. *Análise Social*, XLVIII, 209, (4.º), 792-809.

Cardon, D. (2011). *La démocratie internet*. Paris: Seuil.

Cardon, D. e Granjon, F. (2013). *Médactivistes*. Paris: Sciences Po, Les Presses.

Castells, M. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Cefaï, D. (2007). *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte.

Di Felice, M. (2011-2012). Redes Sociais Digitais. *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 43-44. Lisboa: Relógio D'Água, pp. 269-282.

Di Felice, M. (2012 a). Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. P. Alegre, v.19, n.1, pp.27-45.

Di Felice, M. (2012 b). *Paisagens pós-urbanas*. Lisboa: Veja.

Di Felice, M. (2013). Ser Redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Matrizes*. Ano 7, nº 2, jul./dez. São Paulo:Universidade de S.Paulo, pp. 49-71.

Hobsbawm, E. (1978). *Rebeldes Primitivos*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Gohn, M. G. (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

Gohn, M. G. (2014). *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos Indignados no Mundo*. Pétropolis: Vozes.

Levy, P. (1990). *As tecnologias da inteligência*. Lisboa: Instituto Piaget.

Neveu, E. (1999). Médias, mouvements sociaux, espaces publics. *Réseaux*, 98, pp.17-84.

Offe, Claus (1992). *Partidos políticos e novos movimentos sociais*. Madrid: Editorial Sistema.

Paquot, T. (2009). *L'espace public*. Paris: La Découverte.

Rouet, G. (dir.) (2013). *Mobilisations citoyennes dans l'espace public*. Paris: L'Harmattan.

Silva, C. T. (2013). Popular protest in Portugal: The Douro region in first half of XIXth century. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*. Vol.2, nº8, 91-98.

Tarrow, S. (1998). *Power in Movements: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tilly, C. (2004). *Social movements – 1768-2004*. London: Paradigm Publishers.

Tilly, C. (1995). Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In M. Traugott (Org.), *Repertoires and cycles of collective action* (pp.15-42). Durham, NC: Duke University Press.

Tilly, C. (1981). *As sociology meets history*. New York: Academic Press.

Tilly, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House.

Tilly, C. (1977). Getting it together in Burgundy. *Theory and Society*,4, 479-504.

Virilio, P. (2004). *Ville panique. Ailleurs commence ici*, Paris: Galilée.

IMPrensa

Diário de Notícias [DN], 15/09/2012

www.dn.pt/.../milhares-contra-austeridade-nas-principais-cidades-do-pais

http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2771844).

Jornal de Negócios Online, 15/09/2012

www.jornaldenegocios.pt/.../fotogaleria_manifestaccedilatildeo_de_15_d...

Jornal de Notícias [JN], 15/09/2012

www.jn.pt/paginainicial/nacional/interior.aspx?content_id=2772523

Jornal Público, 15/09/2012, 17-07-2014

www.publico.pt/.../que-se-lixo-a-troika-os-protestos-sairam-a-rua-1563204

Jornal El País, 9 de janeiro 2016

cultura.elpais.com › Babelia

REPENSANDO A PERCEPÇÃO DA VELHICE ALIADA À DISCUSSÃO DE CLASSE E HEGEMONIA

Juliana de A. F Doronin

(Assistente Social
e Doutoranda em Ciências Sociais /PUC-SP)
E-mail: julianadoronin@hotmail.com

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo

(Historiadora com pós-doutorado em História /
UFCG),
E-mail: giovannaaquino@ig.com.br

RESUMO: O texto parte de reflexão/discussão acerca das subjetividades da construção do (s) sujeito (s) velho (s) enquanto categoria de classe e questão social, relacionando com o campo da política no sentido de pensar se alguns grupos de idosos de experiências no âmbito da educação vinculados a Instituições públicas podem ser considerados, aparelhos ideológicos do Estado da hegemonia discutida por Gramsci, através de práticas, rituais e comportamentos, instituídos dentro dos próprios grupos, enquanto formas de viver. Foi realizada pesquisa bibliográfica no qual se utilizou como principais referências: GRAMSCI (1978) MILIBAND (1976) e POULANTZAS (1975).

PALAVRAS-CHAVES: velhice; classe social; questão social, aparelho ideológico, hegemonia

ABSTRACT: The text starts from a reflection / discussion about the subjectivities of the construction of the old subject (s) as a category

of class and social issue, relating to the field of politics in the sense of thinking if some groups of elderly people experiences public institutions can be considered, ideological apparatuses of the state of hegemony discussed by Gramsci, through practices, rituals and behaviors, instituted within the groups themselves, as forms of living. A bibliographic research was carried out in which GRAMSCI (1978) MILIBAND (1976) and POULANTZAS (1975) were used as main references.

KEYWORDS: old age; social class; social issue, ideological apparatus, hegemony

1 | INTRODUÇÃO

Muitos estudos contemporâneos em todo mundo, inclusive no Brasil, demonstram que o número de pessoas acima de 60 anos têm crescido substancialmente em relação a outras faixas etárias. Estima-se (World Health Organization, 2005) que em 2025 haverá 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos no mundo, e o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos.

Pesquisas e investimentos principalmente na área da saúde e na indústria farmacêutica e de cosméticos estão em evidência em todo o mundo na busca em “retardar” o envelhecimento que é um processo natural, com

investimentos em fórmulas “mágicas e mirabolantes” defendidas em pelo estereótipo do envelhecimento saudável, vinculando o conceito de velhice ao estigma do “fim de linha”, pautado pela máquina do capital que privilegia a produtividade, lucratividade e rotatividade.

O conceito de velhice ou envelhecimento no mundo contemporâneo e especificamente no capitalismo do Brasil está associado à ideia de classe social e a questão social definido enquanto “conjunto de desigualdades sociais”, formada pelas relações sociais estabelecida no capitalismo e, portanto historicamente ligada à questão da exploração da força de trabalho, à mobilização da classe operária na luta pelo apoderamento da riqueza social (FERNANDES e DORONIN, 2017). Fazemos aqui uma associação à velhice, no qual os indivíduos passam a serem considerados improdutivo, uma vez que se vincula o tempo de trabalho (força de trabalho) ao tempo de vida (útil), baseado no modo de produção capitalista de exploração.

Ao trabalhador velho lhe é imputado um estigma o qual é reproduzido pelo sistema capitalista. Com a aposentadoria, o idoso já não mais vende a sua força de trabalho e ainda que retorne ao mercado, não contribui com processo de acumulação na mesma intensidade de antes, dessa forma, o velho torna-se improdutivo para o capital (MUNIZ; BARROS, 2014, p.110).

Nesse sentido, ocorre a associação de elementos negativos ligados à velhice que ultrapassam os tempos, onde concepções de velhice passam a serem resultados de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias. Florescer no século XXI, portanto, é potencializado pela ideia de longevidade, se negando aos velhos o seu valor e sua importância social, vivendo o consumo no qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação de capital (Op cit. FERNANDES e DORONIN, 2017).

Além disso, há outra questão que nos parece ainda mais relevante. Trata-se da concepção de velhice categorizada em classe social, ou seja; de um lado a “velhice associada à questão social”, limitada e perversa, “além de velho o sujeito ainda eh pobre dando despesa para o Estado”. Afirmação, utilizada como forma de “jargão”, pela elite de direita, quando se referem ao BPC -O Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (BPC), que garante o direito de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Para se ter direito ao benefício, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar do idoso, seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>. Acessado em 3 /11/2017) .

Por outro lado, existe a “velhice saudável”, representada pelo idoso cliente de

agências de viagens e laboratórios de cosméticos que são “bem aceitos” por serem alvos de consumo na busca da “longevidade mercadológica”. Porém, todos são pertencentes à mesma faixa etária e sujeitos dos mesmos direitos sociais, previstos pela legislação que desconsidera as singularidades e realidades dos sujeitos.

Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade.

Esse processo que é considerado “democrático” no Brasil, considerando as políticas públicas ditas como “universais”, nos faz refletir que há diferentes concepções de democracia em jogo quando se trata de lutas sociais, como afirma SAES (2017), com defesa de diferentes concepções que podem se repartir entre diferentes classes sociais ou mesmo, numa mesma classe. Ou seja; tudo depende dos interesses postos.

Além disso, as determinações estruturais da sociedade não se restringem exclusivamente ao nível das relações econômicas, mas abrangem o nível das relações ideológicas e políticas, incluindo o pertencimento de classe dos diversos agrupamentos sociais POULANTZAS (1975).

Significando, portanto, que a categoria velhice está associada há diversas relações - econômicas, políticas e ideológicas-, definidas e vivenciadas por sujeitos de uma mesma classe e / ou de classes diferentes e as políticas públicas, independente de como são elaboradas, implantadas e implementadas, são constatações que fazem parte de diversos interesses de classes, inclusive dentro de uma mesma classe ou categoria, aqui destacada como velhice.

2 | DESENVOLVIMENTO

Na pesquisa de doutorado em andamento, realizada pela primeira autora deste texto, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PUC-SP), intitulada “*A arte de viver: experiências universitárias com a educação aberta às velhices*” (PUC-SP) se pretende analisar experiências com educação da Universidade aberta à Terceira Idade: projeto “UNATI”, já consolidado desde 2009 da UEM (Universidade Estadual de Maringá) de cunho permanente e o projeto extensionista “Viver Melhor”, mais recente (2015-2018) da UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná-Campus Paranavaí), onde serão entrevistados idosos e familiares participantes das experiências dos grupos citados, e outras experiências com foco na cidadania, com o objetivo principal de perceber o impacto que essas experiências trazem na vida dos idosos e de que maneira elas são evidenciadas na prática, - no caminho da criticidade ou apenas reproduzindo o que traz às legislações sobre velhice, integrando o idoso na perspectiva de ser único independente da sua realidade histórico-cultural.

Para isso, far-se necessário, investigarmos na pesquisa de doutorado da

primeira autora deste texto , após ser repensado no trabalho final da ATP e rediscutido com segunda autora para elaboração deste texto, no tocante aos participantes das experiências universitárias (Unati/UEM e Viver Melhor/UNESPAR), as construções desse sujeito acerca da velhice e as contribuições dessas experiências percebidas no seu (s) cotidiano (s) relacionado aos aspectos da cidadania. E são, sobre essas construções, - subjetivas desse sujeito-, acerca da velhice que trazemos como principal conteúdo de nossa discussão, ampliando para o campo da política no sentido de pensarmos se esses grupos podem ser considerados como aparelhos ideológicos do Estado (já que estão vinculados a equipamentos educacionais públicos), da hegemonia discutida por Gramsci, que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrado na tradição.

A noção de hegemonia, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>, propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Ultrapassando, portanto, um conjunto de ideias, através de práticas, rituais e comportamentos, instituídos dentro dos próprios grupos, enquanto forma de viver.

Questões são postas para refletirmos: de que maneira esses sujeitos pensam a velhice? ; de que maneira eles reconhecem a velhice nestes espaços? Pensam e sentem a velhice a partir da mesma concepção por se sentirem seres coletivos- no sentido de grupo- ou percebem a velhice de maneira diferente associada às suas necessidades pautadas nas suas construções históricas de vida, singulares e principalmente da realidade social vivida por esses sujeitos?

Sabemos que dentro de uma mesma classe social há presença de estratificações e também de correlações de forças ou outros sistemas de conceitos nos quais à palavra *classe*, “funciona dentro de corpos com diferentes significados”. De maneira que; se pensarmos esses sujeitos coletivos pesquisados, mesmo que pertencentes a um mesmo grupo (como é o caso dessas experiências), a velhice pode ter diferentes interpretações, dentro inclusive de uma mesma classe social como mencionamos, e, por conseguinte o foco na cidadania e/ou democracia também.

Nessas experiências com idosos, se discute e se vivencia de diferentes formas e abordagens temas contemporâneos ligados à educação, saúde, filosofia, política, tecnologia e outros relacionando com a velhice e/ou envelhecimento.

Porém a direção e a condução que os participantes do grupo (idosos e representantes institucionais) dão aos trabalhos podem ser diferentes, pois reproduzem os interesses dos membros –dirigente e/ou não dirigentes- e, por conseguinte, a forma de pensar e sentir a velhice podem estar associados a esses interesses que são ideológicos, políticos e estruturais.

Nesse sentido, podemos pensar esses grupos, como parte de aparelhos ideológicos tratados por Gramsci, uma vez que; são formados pela sociedade civil

(classes sociais e estado) que vivenciam através de conjuntos de práticas, rituais e comportamentos em aparelhos físicos - nas reuniões-, formas de viver.

Portanto, esses grupos, passam a terem um papel político importante, no sentido que podem ser pensados como espaços de esfera de produção da hegemonia, através dos sujeitos com a função de intelectuais orgânicos e, além disso, podem representar a concepção “instrumental” do Estado (MILBAND:1972) uma vez que; estão vinculados a organizações hierarquizadas-Instituições educacionais publicas (UNESPAR/PR e UEM/PR), ou seja; a hegemonia sobre os dominados colocados por Gramsci, explicitado por um conjunto da sociedade que nem sabem que são dominados.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão posta na pesquisa de tese e retomada neste texto é intrigante: De que maneira esses sujeitos pensam e sentem a velhice- suas construções subjetivas- e quais as contribuições dessas experiências percebidas no seu (s) cotidiano (s) relacionado aos aspectos da cidadania- no caminho da criticidade ou apenas reproduzindo o que traz às legislações sobre velhice, integrando o idoso na perspectiva de ser único independente da sua realidade histórico-cultural-?

Diante das discussões /reflexões apontadas, percebemos que a concepção de velhice pode ser sentida, percebida, reconhecida e tratada de diferentes formas e sentidos enquanto categoria de classe, independente do grupo que o sujeito esteja vinculado, pois a idéia de classe social não se limita a teoria da estratificação social e das condições exclusivamente objetivas, elas são também subjetivas e, portanto além de econômica, são ideológicas e políticas.

Dessa forma, experiências grupais que dialoguem sobre temáticas contemporâneas com foco na cidadania e /ou democracia, que se vinculam hierarquicamente a burocracia do Estado, motivadas pela busca do bem comum na prática, podem ser pensadas como aparelhos ideológicos de experiências que vivenciam e reproduzem em seus espaços à esfera da produção hegemônica do Estado.

Em síntese, para discutir aspectos de cidadania e /ou democracia com proposições inclusive de implantação e implementação de política pública para determinado segmento da sociedade no caso o idoso, é necessário se perceber que diferentes concepções perpassam a definição desse sujeito, pertencente a uma classe com interesses objetivos e subjetivos que o definem enquanto sujeito propositor e articulador. Além disso, esses participantes tidos como intelectuais orgânicos, quando se vinculam a burocracia de Estado podem ser “usados” como “funcionários da hegemonia”.

É preciso ficar atento a essas questões, para defendermos esses espaços como luta hegemônica, assim como na educação, política, igreja para transformação. Ou

seja; a defesa desses espaços de experiência grupal enquanto uma força contra hegemônica, contra a hegemonia burguesa do Estado, vinculada a essas experiências, pela burocracia.

Cabe mencionar ainda que; neste texto foi feito breves reflexões e discussões acerca do assunto, com intuito de resgatar a relação feita com os conteúdos da ATP citado no resumo deste texto com elementos de projeto de pesquisa, e aqui rediscutido sobre esses aspectos, numa tentativa de provocação e reflexões à cerca do assunto, mantendo a originalidade das ideias centrais do primeiro trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acesso 13 de Novembro de 2017.

ARCURI, Irene Gaeta. (Org.). Envelhecimento e velhice: um guia para a vida. São Paulo: Vetor, 2006.

AMMANN, Safira B. Participação social. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

AVRITZER, Leonardo. “Teoria democrática, esfera pública e participação local”. Sociologias, Porto Alegre, ano 1, n. 2, jul/dez 1999.

BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Política Nacional do Idoso. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

_____. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003.

_____. Lei nº 8742. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 DE DEZEMBRO DE 1993.

CACHIONI, M. & Neri, A. L. “Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade”. In A. L. Neri & M. S. Yassuda (Orgs). *Velhice bem-sucedida*. Campinas: Papyrus, 2004.

CACHIONI, M. “Universidade da Terceira Idade”. In A. L. Neri (Org.), *Palavras-chave em Gerontologia*. Campinas: Alínea, 2005.

_____. “Educação permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e o idoso”. In: EV Freitas. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

CASARA, Mirian B., CORTELLETTI, Ivonne A., BOTH, Agostinho. *Educação e envelhecimento humano*. Rio Grande do Sul: EDUCS, 2006.

CORTELLETTI, IA, Casara MB, Both A. (organiz.). *Educação e envelhecimento humano*. Caxias do Sul: EducS, 2006.

CURY, Mauro J. OLIVEIRA, Rita de Cassia da S., COENGA, Rosemar E. *As interfaces da velhice na pós-modernidade avanços e desafios na conquista da qualidade de vida*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

- FERNANDES, Thais O; Doronin, Juliana de A. F. A velhice como questão social, frente ao capitalismo. Revista Portal de Divulgação, São Paulo, SP. N.54, Ano VIII. Out/Nov./Dez. 2017. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/revista-nova/index.php/revistaportal/article/view/684/754>. Acesso em 12 de Novembro de 2017.
- GRAMSCI. 1978. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GOHN, M. G. Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE: população brasileira envelhece em ritmo acelerado. IBGE, 2008. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272> Acesso em 15 novembro de 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE: - Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil de 2012. IBGE, 2012. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2012/de_shtm> Acesso em 15 novembro de 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Município de Paranavaí – PR. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411840&search=parana%7Cparanavai>> Acesso em: Acesso em 15 novembro de 2017.
- KACHAR, Vitória. Longevidade, um novo desafio para a educação. 1o ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.
- LIBÂNIO, José Carlos. Democratização da Escola Pública - A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. 18º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- MEDEIROS, Almira Lins de. Governabilidade, Educação e Normatização: As práticas de subjetivação da Universidade Aberta à Maturidade. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da UFCG, 2013.
- MEIHY, J. C. S. B. Manual de História Oral. 4ª edição. São Paulo: Edições Loyola. 2002.
- MEIHY, J. C. S. B. (org.). “(Re) introduzindo História Oral no Brasil”. Xamã. São Paulo.
- MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- Garrido, J. del A. I. “As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate”. Revista Brasileira de História, 25/6, 1996.
- MILIBAND (Ralph). O Estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro. Zahar. 1972.
- MUNIZ, T.S.; BARROS, A. O trabalhador Idoso no Mercado de Trabalho do Capitalismo Contemporâneo. Cadernos de graduação. Maceió v.2, n.1, p.103- 116 maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/download/1079/793>. Acesso em 12 de Novembro de 2017.
- PROJETO DE PESQUISA. A arte de viver: experiências universitárias com a educação aberta às velhices. São Paulo: PUC, 2016.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo9316saes.pdf. Acesso: 12 de Novembro de 2017.

POULANTZAS, Nicos. 1975. As Classes Sociais no Capitalismo de hoje. Zahar: Rio de Janeiro: RJ

SANTOS, Boaventura. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 7 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

TAAM, Regina. "A educação do idoso: Uma questão contemporânea". In: ALTOÉ, A. (org.). Temas de educação contemporânea. Paraná: EDUNIOESTE, 2008.

TÓTORA, Silvana. "Ética da vida e o envelhecimento". In: CÔRTE, Beltrina; MERCADANTE, Elisabeth Frohlich; ARCURI, Irene Gaeta. (Org.). Envelhecimento e velhice: um guia para a vida. São Paulo: Vetor, 2006.

VELLAS, Pierre. As oportunidades da Terceira Idade. 1o ed. Paraná: Eduem, 2009.

WORLD Health Organizativo. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

LAVA JATO E SEU IMPACTO NA RENTABILIDADE DAS ESTATAIS BRASILEIRAS

Elisandra Bochi Turra

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Francisco Beltrão, Paraná

Sandra Maria Coltre

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Francisco Beltrão, Paraná

Gilmar Ribeiro de Mello

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Francisco Beltrão, Paraná

Lirane Elize Defante Ferretto de Almeida

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Francisco Beltrão, Paraná

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a rentabilidade das estatais, integrantes do Setor de Utilidade Pública da Bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Comparando os índices de rentabilidade antes e depois das primeiras revelações de investigação da Operação Lava Jato, para identificar se tal fato impactou negativamente nestas estatais. Fizeram-se quatro comparações das médias trimestrais dos índices, sendo a primeira, um trimestre imediatamente antes e um imediatamente depois. Em um segundo momento, comparou-se três trimestres anteriores e três posteriores ao fato, na sequência a comparação foi entre cinco trimestres e por último entre

oito trimestres. Submetendo as médias dos índices ao teste estatístico de normalidade Shapiro-Wilk, seguidos por Teste t de Student e Wilcoxon, que comparam o antes e o depois de um fenômeno. Observou-se que na maioria dos índices não houve diferença significativa entre as médias. Apenas a margem líquida na última comparação, apresentou diferença significativa e com a maioria das empresas com ranks negativos. Portanto, nesta análise não é possível afirmar que a Operação Lava Jato impactou negativamente nas estatais em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Estatais. Impacto. Rentabilidade. Lava Jato.

ABSTRACT: The purpose of this study is to analyze the profitability of the state companies, members of the Public Utility Sector of the São Paulo Stock Exchange (BM & FBOVESPA). Comparing the profitability indexes before and after Lava Jato's first investigative disclosures, to identify if this fact had a negative impact on these state-owned companies. Four comparisons of the quarterly averages of the indexes were made, the first one being a quarter immediately before and one immediately after. Secondly, three previous quarters and three subsequent quarters were compared, following the comparison between five quarters and last between eight quarters. By subjecting the index

averages to the Shapiro-Wilk statistical normality test, followed by Student's t test and Wilcoxon, which compare the before and after of a phenomenon. It was observed that in most indices there was no significant difference between means. Only the net margin in the last comparison showed a significant difference and with most companies with negative ranks. Therefore, in this analysis it is not possible to state that Operation Lava Jato had a negative impact on the state-owned companies.

KEYWORDS: State. Impact. Profitability. Car wash.

1 | INTRODUÇÃO

A importância das empresas estatais na economia brasileira e na história do desenvolvimento do mercado de capitais no país é incontestável. Comprovam-se pela robusta participação no valor de capitalização destas empresas, pelas negociações diárias de ações na Bolsa e na grande participação de investidores de varejo em suas bases acionárias (BM&FBOVESPA, 2016).

Porém, um cenário de desconfiança atingiu os investidores, em especial, nas sociedades de economia mista abertas, ocasionado pelas incertezas que cercam a gestão e a divulgação de informações, devido à consecução do interesse público, o que lhes impõe alguns limites, além da forte influência política à que as estatais estão sujeitas (BM&FBOVESPA, 2016).

Justifica este trabalho pelo fato de a credibilidade de administrações, com participação governamental, ter sido maculada pela corrupção que se desencadeou dentro da maior estatal do país, a Petrobrás, envolvendo funcionários, empreiteiras e agentes políticos.

A análise da rentabilidade das empresas estatais que compõem o Setor Utilidade Pública da BM&FBOVESPA, realiza-se-á pela comparação da média dos índices contábeis, antes das primeiras divulgações da Operação Lava Jato e depois das mesmas.

A partir do primeiro trimestre do ano de 2014 começaram a serem divulgados graves problemas de corrupção na maior empresa estatal brasileira, afetando a sua credibilidade. Diante disso surge o questionamento: houve impacto negativo na rentabilidade das empresas estatais que atuam no setor de Utilidade Pública da BM&FBOVESPA?

O objetivo deste estudo é identificar, utilizando como fonte os índices contábeis empregados para analisar a rentabilidade de uma entidade, se os escândalos de corrupção da Petrobrás influenciaram negativamente na rentabilidade das estatais que compõem o Setor Utilidade Pública.

Constitui-se por um artigo empírico em cinco partes, sendo esta introdução, seguida da revisão de literatura, que conceituará e fundamentará aspectos relevantes para o estudo. A terceira parte é a metodologia, que direcionará a forma de trabalho. Tendo sequência com a análise e discussão dos resultados e por fim constam as

considerações finais.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Operação Lava Jato

Conforme informações do Ministério Público Federal, a Operação Lava a Jato é o nome dado à maior investigação brasileira sobre lavagem de dinheiro e corrupção, envolvendo políticos, empresas, executivos e agentes públicos. A investigação teve suas primeiras divulgações em março de 2014, sendo que empresas usavam uma rede de postos de combustíveis e de lava a jato de carros, para esquentar dinheiro, arrecadado em operações ilícitas envolvendo a estatal Petrobrás. No entanto no decorrer das investigações descobriu-se um enorme esquema criminoso (MPF, 2016).

Ainda segundo o MPF (2016) a princípio investigavam-se doleiros, que atuavam no mercado de câmbio paralelo, posteriormente descobriu-se o esquema da Petrobrás, onde empreiteiras se organizavam e formavam esquemas para vencer licitações, para isso subornavam altos executivos da estatal e alguns agentes públicos, pagando a estes altíssimos valores em propina, entre 1% e 5% de contratos bilionários superfaturados.

Ferreira e Silva (2015) relatam que as investigações identificaram carteis formados por empreiteiras de obras da Petrobrás, os quais ocorriam a pelo menos 15 anos. Esta operação de combate à corrupção continua em andamento, porém as primeiras prisões ocorreram em março de 2014, sendo o doleiro Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, este, ex-diretor da estatal. Denúncias estas que obrigaram a empresa em 28 de janeiro de 2015 a reapresentar suas demonstrações financeiras reconhecendo prejuízos estimados em cerca de 88,6 bilhões de reais, sem incluir as perdas devido à corrupção.

Ribeiro e Oliveira (2015) comentam a respeito da revisão da consultoria Tendências sobre o PIB (Produto Interno Bruto), reduzindo a previsão para o ano de 2015, que considera não apenas a participação direta da Petrobrás, mas de todo o efeito cadeia, gerando impacto negativo na economia provocando uma expectativa de retração de 1,2% em 2015, isto proporcionado em sua maioria pela Operação Lava Jato.

Considerando que os investimentos da estatal respondem a cerca de 2% do PIB, somados a 2,8% da representação dos investimentos das grandes empreiteiras, portanto, cerca de 5% do PIB são investimentos de empresas com participação direta no caso, sendo que no Brasil os investimentos estão entre 17% a 20% do PIB. Se acrescentar os efeitos secundários, as autoras relatam que cerca de 10% do PIB do país envolvido no escândalo.

Por isso que, devido ao anúncio de cortes de investimentos da Petrobrás (cerca de 30% até 2019) e das empreiteiras, justifica-se a previsão da queda do PIB. Apesar de não ser a única causa da queda, a Operação Lava Jato, teve relevante participação

(RIBEIRO; OLIVEIRA, 2015).

A queda prevista se confirmou, porém em um percentual maior, segundo o IBGE (2016), em 2015 houve uma retração de 3,8%, na comparação com 2014, é o pior resultado dos últimos 25 anos. A queda do PIB gera diminuição no consumo, aumento do desemprego, aumento da inflação, redução de investimentos, ou seja, interfere diretamente na renda e qualidade de vida da população.

De acordo com previsão divulgada pelo Banco Central em 15 de julho de 2016, o PIB do Brasil deve fechar o ano de 2016 com uma retração de 3,25%, e a previsão para 2017 é de alta de 1,10%.

Devido ao fato das estatais serem administradas com influência direta do Estado, e por estarem inseridas neste cenário de crise política e financeira que o país atravessa, surgiu o interesse em avaliar a rentabilidade das mesmas.

2.2 Empresas Estatais

As empresas estatais analisadas são Sociedades de Economia Mista, sendo compostas por capital do governo e capital privado, tendo como maior acionista o poder público, o qual detém o domínio de votos.

De acordo com o Decreto-Lei 900/1969 a Sociedade de Economia Mista é uma entidade com “personalidade jurídica (...), criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta”. Normalmente as estatais fornecem bens e serviços básicos à população.

Uma das maiores estatais brasileiras foi instituída pela Lei 2004/1953, a qual detinha o monopólio nacional do Petróleo, empresa denominada Petrobrás. A qual acabou se tornando referência mundial.

No decorrer de sua história passou por dificuldades, acidentes, casos fortuitos, porém fato maior e mais recente que abalou a sua credibilidade mundialmente, foi a divulgação de um enorme esquema de corrupção, lhe causando grandes perdas. Isto provocou desconfianças não somente na Petrobrás, mas em qualquer administração com controle do Estado.

Com o objetivo de restaurar a credibilidade das estatais foi lançado em setembro de 2015 pela BM&FBOVESPA, o Programa Destaque em Governança de Estatais, voltada para estatais abertas ou em processo de abertura, objetivando incentivar estas empresas a aprimorarem suas práticas e estruturas de governança corporativa (BM&FBOVESPA, 2016). Porém, neste estudo não há qualquer identificação se alguma estatal adotou ou não o programa.

2.3 Análise Das Demonstrações Contábeis

Toda a movimentação patrimonial e financeira de uma empresa é apresentada de forma resumida em relatórios fornecidos pela Contabilidade, também denominados

Demonstrações Financeiras. Segundo Healy e Palepu (2001) as empresas divulgam suas informações através de demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas, entre outros documentos ou relatórios.

Estas demonstrações obedecem à legislação e às normas contábeis para apresentarem os dados de uma determinada empresa, porém para leigos em contabilidade se torna difícil interpretar tais dados, e mesmo para quem conhece as técnicas contábeis é importante.

Por isso utiliza-se da técnica de análise das demonstrações financeiras para transformar os dados apresentados, em informações, que serão demonstradas de maneira mais simples e clara, ou seja, a análise das demonstrações financeiras traduz os dados presentes nos relatórios, elaborados pela contabilidade (MATARAZZO, 2010).

De acordo com Ludícibus (2008), pode-se considerar a análise das demonstrações contábeis como uma arte, pois é necessário saber extrair relações úteis entre os valores apurados pela contabilidade, respondendo ao objetivo que se se pretende atingir. Embora alguns cálculos estejam formalizados, vai depender do conhecimento do próprio analista relacionar estes índices e formar um diagnóstico preciso, respondendo a tal objetivo.

2.3.1 Análise Contábil através de Índices

Dentre muitas técnicas de análise de demonstrações financeiras, encontram-se as análises através de índices.

Para Matarazzo (2010) o índice representa a relação entre as contas contábeis, ou entre grupo de contas contábeis, que têm como atributo fundamental demonstrar a situação econômica ou financeira da empresa, sendo esta, uma das principais técnicas de análise utilizadas. Para evidenciar a situação financeira da empresa utilizam-se os índices de estrutura e de liquidez, enquanto que para a situação econômica são os índices de rentabilidade, sendo estes últimos utilizados para este estudo.

2.3.1.1 Análise de rentabilidade

O indicador de rentabilidade, de acordo com Alkhatib e Marji (2012) possibilitará avaliar o lucro que uma empresa gerou.

A análise da rentabilidade das estatais se fundamentará em quatro índices de rentabilidade apresentados por Matarazzo (2010): Giro do Ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido, os quais evidenciarão qual o grau de êxito econômico das empresas.

Os índices de rentabilidade são definidos e calculados de acordo com Matarazzo (2010) da seguinte maneira:

- Giro do Ativo – mede o volume de vendas da empresa em relação ao seu

ativo, ou seja, a todo capital que foi investido. Calcula-se pela fórmula $GA = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$.

- Margem Líquida – evidencia quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100 de vendas. Calcula-se através da fórmula $ML = \left(\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}\right) * 100$.
- Rentabilidade do Ativo – apresenta quanto a empresa alcança de lucro para cada \$ 100 de investimento total. Calcula-se pela fórmula $RA = \left(\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}}\right) * 100$.
- Rentabilidade do Patrimônio Líquido – demonstra quanto a empresa obteve de lucro para cada \$100 de Capital Próprio investido. Utiliza-se a fórmula $RPL = \left(\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}\right) * 100$.

O lucro de uma empresa de acordo com Rahman e Hmadan (2011) representa o aumento de sua riqueza, o qual pode ter ocorrido por diversas razões além das operações diárias, como taxa de câmbio, alterações no preço das ações, entre outros.

Iudicibus (2008) relata que apenas os valores absolutos de lucros de uma empresa não demonstram qual o retorno que a empresa obteve, é necessário fazer a relação entre este lucro e algum outro valor que demonstre a proporção do lucro em relação a este. Destaca ainda, que os valores para serem comparados com o lucro, podem ser, por exemplo, volume de vendas, ativo total e patrimônio líquido. Vai depender do que se quer analisar.

Vaz (2015) utiliza índices contábeis da Petrobrás, com o objetivo de avaliar a sua situação econômico-financeira no período entre 2012 e 2014, verificando uma situação desfavorável nos três anos, principalmente no último analisado, aumentando as dívidas e diminuindo a capacidade de pagamento. Além do acúmulo de prejuízos, não obtendo rentabilidade sobre o patrimônio líquido e sobre seu ativo. Sendo estes prejuízos causados por escândalos de corrupção, como Mensalão e Operação Lava Jato, além de erros nas políticas de preços e de compras.

Faria Neto (2015) também faz uma análise econômico-financeira da Petrobrás considerando o período 2012 a 2014, confirmando os resultados apresentados por Vaz (2015). E argumenta que nas demonstrações deste último ano analisado foram reconhecidas perdas geradas pela corrupção.

A partir da análise de rentabilidade das estatais do Setor Utilidade Pública, possibilitará verificar se a rentabilidade destas estatais acompanha os índices da Petrobrás.

3 | METODOLOGIA

Este trabalho é uma retrospectiva, de abordagem quantitativa, com tratamento estatístico na análise dos dados coletados. Soares (2003) salienta que esta abordagem de pesquisa quantifica os dados e investiga a relação de causalidade entre os

fenômenos.

A população do estudo é composta por 13 empresas do Setor Utilidade Pública, subsetores água e saneamento, energia elétrica e gás da BM&FBOVESPA, as quais tem o Estado como maior acionista com direito a voto.

A amostra foi escolhida por conveniência, contempla onze empresas, em que o poder público possui o maior número de ações votantes conforme quadro 1, portanto, tendo o governo participação ativa em suas tomadas de decisões. Devido à falta de informações duas das treze que compõem a população, foram retiradas da análise, quanto ao subsetor Gás, não contém nenhuma estatal.

SUBSETORES	EMPRESAS
Energia Elétrica	Cia Estadual Ger.Trans.Ener.Elet-CEEE-GT; Centrais Elet de Santa Catarina S.A.; Cemig Distribuicao S.A.; Cemig Geracao e Transmissao S.A; Cia Energetica de Minas Gerais – CEMIG; Cia Energética de São Paulo - CESP; Centrais Elet Bras S.A. – ELETROBRÁS.
Água e Saneamento	Cia Catarinense de Aguas e Saneam.- CASAN; Cia Saneamento de Minas Gerais-COPASA MG; Cia Saneamento Básico Est São Paulo; Cia Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Quadro 1 – Empresas pesquisadas

Fonte: Adaptado de bmfbovespa, 2016.

Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, que de acordo com Köche (2012) “a pesquisa descritiva, não experimental, ou *ex post facto* estuda as relações entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las”.

Para fundamentar teoricamente a análise recorre-se a pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2010, p. 29), “é elaborada com base em material já publicado”.

Para o levantamento de dados, empregou-se a pesquisa documental, buscando dados secundários constantes nas demonstrações contábeis, sendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, tornando-se base para o cálculo dos índices. Neste caso segundo Gil (2010) é uma pesquisa *ex-post-facto*, a qual é elaborada a partir de um fato passado, utilizando-se de dados disponíveis, que serão testados estatisticamente.

Os dados contábeis em estudo são apresentados trimestralmente no site da BM&FBOVESPA, referente a cada empresa. Nos casos em que aconteceu a reapresentação das demonstrações, foram utilizados os dados reapresentados.

O período de análise abrange oito trimestres anteriores e oito posteriores à publicidade das primeiras investigações do esquema de corrupção, o que ocorreu durante primeiro trimestre de 2014, envolvendo a Petrobrás, maior estatal do país, denominada Operação Lava Jato. Compreendendo um período a ser analisado entre 01 de janeiro de 2012 a 31 de março de 2016.

Os Índices de Rentabilidade calculados são Margem Líquida; Giro do Ativo,

Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido. Estes índices foram submetidos testes estatísticos, verificando o antes e o depois de um fenômeno, com o intuito de observar se o escândalo da Petrobrás provocou impacto negativo na rentabilidade das estatais em estudo.

Compararam-se os índices de rentabilidade de um trimestre antes e um depois, tendo como base o primeiro trimestre de 2014, em seguida a média de três trimestres, posteriormente de cinco, e por último analisaram-se oito trimestres anteriores e posteriores ao fenômeno.

Quanto aos testes estatísticos para comparar a média dos índices, fez-se o teste paramétrico de normalidade Shapiro-Wilk segundo Maroco (2010) o teste K-S é o mais utilizado para testar a normalidade, porém nos casos de amostras pequenas $n < 30$, o teste de Shapiro-Wilk é o mais apropriado. Além do teste de homogeneidade também com nível de significância (*p-value*) 0,05. Por ser juntamente com a normalidade pressuposto básico ao Teste t de Student.

Os dados que apresentarem normalidade seguem com o Test t de Student, tendo como uma de suas finalidades o teste de hipóteses para duas médias emparelhadas (FÁVERO *et al.*, 2009).

Caso não apresentem normalidade, utiliza-se o teste estatístico não paramétrico para duas amostras emparelhadas (antes e depois), Wilcoxon, cujos resultados são apresentando nas tabelas ranks e testes estatísticos. “As amostras são ditas emparelhadas quando elas são formadas utilizando os mesmos sujeitos experimentais e se tenha como base algum critério unificador dos elementos desta amostra” (SANTOS; CUNHA, 2015, p.69).

O teste não paramétrico Wilcoxon, irá avaliar a significância da diferença entre duas medições emparelhadas. Para comparar as médias emparelhadas quando não há normalidade utiliza-se o teste Wilcoxon, por ser uma alternativa ao teste T de Student (MAROCO, 2010).

De acordo com o objetivo da pesquisa, busca-se testar as seguintes hipóteses:

H0: as médias dos índices contábeis, que refletem a rentabilidade das estatais depois do fenômeno, não são significativamente diferentes das médias anteriores.

H1: as médias dos índices contábeis, que refletem a rentabilidade das estatais depois do fenômeno, são significativamente diferentes das médias anteriores.

Para rejeitar a hipótese nula o teste de médias emparelhadas deve apresentar um nível de significância menor que 5%, ou seja, *p-value* ou sig. menor que 0,05 (FÁVERO *et al.*, 2009).

Quanto ao teste Wilcoxon, também terá a finalidade de apresentar os ranks, de todos os índices, ou seja, quantas empresas aumentaram suas médias e quantas diminuíram em cada período observado.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os índices contábeis foram submetidos ao teste de normalidade Shapiro-Wilk com intervalo de confiança de 95%, bem com de homogeneidade, conforme resultados apresentados na Tabela 1. Verificou-se que não há normalidade nos dados apenas para os índices Giro do Ativo antes (5 trim e 8 trim), Margem Líquida antes (1 trim) e Margem Líquida Depois (3 trim e 8 trim), pois apresentam um nível de significância menor que 0,05.

Quanto à homogeneidade, na Tabela 1, coluna “hom.”, apenas a variável Margem Líquida, (1 trim), não atendeu esse pressuposto, pois o sig. é menor que 0,05. Portanto, para as demais variáveis os dados são homogêneos, pressuposto este exigido juntamente com a normalidade para submeter os dados ao teste t de Student para médias emparelhadas.

Índices	1 trim. antes 1 trim. Depois		Hom.	3 trim. antes 3 trim. depois		Hom.	5 trim. antes 5 trim. depois		Hom.	8 trim. antes 8 trim. Depois		Hom.
	Shapiro-Wilk			Shapiro-Wilk			Shapiro-Wilk			Shapiro-Wilk		
	Estat.	Sig.	Estat.	Sig.	Estat.	Sig.	Estat.	Sig.	Estat.	Sig.		
G. Ativ_ant	,930	,410	,692	,886	,125	,276	,850	,042	,316	0,82	0,015	0,561
G. Ativ_dep	,902	,196		,867	,070		,862	,060		0,87	0,081	
M. Líq_ant	,791	,007	,005	,878	,097	,874	,872	,083	,277	0,98	0,939	0,791
M. Líq_dep	,932	,436		,701	,000		,858	,053		0,85	0,039	
R. P.L._ant	,887	,126	,738	,933	,443	,645	,931	,417	,519	0,94	0,487	0,785
R. P.L._dep	,860	,057		,935	,460		,867	,071		0,94	0,505	
R. Ativ_ant	,922	,336	,125	,961	,778	,829	,961	,787	,465	0,96	0,798	0,481
R. Ativ_dep	,923	,342		,923	,344		,959	,759		0,97	0,897	

Tabela 1 - Teste de normalidade de Shapiro-Wilk e de homogeneidade

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Deste modo, os índices que atenderam aos pressupostos de normalidade e homogeneidade foram submetidos ao teste estatístico t de Student. Para a continuidade do estudo, os índices que não atenderam aos pressupostos ao teste t, foram submetidos ao teste não paramétrico Wilcoxon, utilizado para amostras emparelhadas.

4.1 Análise 1 Trimestre Anterior e 1 Posterior

A comparação, das médias dos índices de rentabilidade das estatais, entre um trimestre anterior ao início da operação Lava Jato, a se qual desencadeou no primeiro trimestre de 2014, e um trimestre posterior, por meio dos testes estatísticos t de Student e Wilcoxon.

Conforme Tabela 2, os índices submetidos ao teste t foram Giro do Ativo, Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo, sendo que, os três

índices apresentaram o nível de significância superior a 0,05, portanto, aceitando a hipótese nula, que não há diferença entre as médias dos índices.

Teste de Wilcoxon				
	Giro_Ativ_depois Giro_Ativ_antes	Marg_líq_depois - Marg_líq_antes	Rent_PL._depois Rent_PL._antes	Rent_Ativ_depois -Rent_Ativ_antes
Z	-1,311	-,711	-1,156	-1,112
Exact Sig. (2-tailed)	0,26	,520	,268	,288

Teste T de Student				
	Giro_Ativ_depois Giro_Ativ_antes	Marg_líq_depois - Marg_líq_antes	Rent_PL._depois Rent_PL._antes	Rent_Ativ_depois -Rent_Ativ_antes
T	-1,336	-	-1,55	-1,581
Sig. (2-tailed)	0,211	-	0,152	0,145

Tabela 2 – Wilcoxon e Test t de Student - 1 trimestre antes do fenômeno e 1 trimestre depois

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

O que se confirma com o teste Wilcoxon para médias emparelhadas (Tabela 2) com sig. maior que 0,05, portanto, a rentabilidade das estatais não foi afetada negativamente pela divulgação do escândalo de corrupção nas Petrobrás considerando um trimestre imediatamente antes e um imediatamente depois.

Verificam-se, na Tabela 3, os ranks que identificam quantas empresas tiveram suas médias menores posteriormente ao fato (Ranks negativos), quantas aumentaram suas médias (Ranks positivos) e as que não tiveram alterações (Empates).

O Giro do Ativo apresenta três empresas com o valor dos índices que diminuíram no primeiro trimestre posterior, enquanto que seis empresas tiveram seus índices com valores superiores que o trimestre anterior ao início da Operação Lava Jato. Observa, também, que duas empresas mantiveram a mesma média que apresentavam anteriormente.

O índice Margem Líquida apresenta cinco empresas com o valor dos índices menores no trimestre posterior, enquanto que seis empresas apresentaram valores superiores no trimestre anterior ao início da Operação Lava Jato.

Tanto o índice Rentabilidade do Patrimônio Líquido, quanto o índice Rentabilidade do Ativo apresentaram quatro empresas com o valor dos índices menores no trimestre posterior, enquanto que sete empresas apresentaram seus índices com valores superiores ao início da operação.

		N	Média dos Ranks	Soma dos Ranks
Giro_Ativo_depois - Giro_Ativo_antes	Ranks negativos	3	4,00	12,00
	Ranks positivos	6	5,50	33,00
	Empates	2		
	Total	11		

Margem_líq_depois - Margem_líq_antes	Ranks negativos	5	5,00	25,00
	Ranks positivos	6	6,83	41,00
	Empates	0		
	Total	11		
Rent_P.L._depois - Rent_P.L._antes	Ranks negativos	4	5,00	20,00
	Ranks positivos	7	6,57	46,00
	Empates	0		
	Total	11		
Rent_Ativo_depois - Rent_Ativo_antes	Ranks negativos	4	5,13	20,50
	Ranks positivos	7	6,50	45,50
	Empates	0		
	Total	11		

- a. Rent_PL_depois < Rent_PL_antes
b. Rent_PL_depois > Rent_PL_antes
c. Rent_PL_depois = Rent_PL_antes

Tabela 3 – Ranks do teste de Wilcoxon - 1 trimestre antes do fenômeno e 1 trimestre depois

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

4.2 Análise 3 Trimestres Anteriores E 3 Posteriores

As médias dos índices referentes a três trimestres antes e três depois da divulgação da investigação judicial e das primeiras prisões de suspeitos da Operação Lava Jato. Sendo os resultados apresentados nas Tabelas 4 e 5.

Dois dos três índices submetidos ao teste t de Student, (Tabela 4), tiveram o nível de significância superior a 0,05, portanto, a Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo não apresentam diferenças significativas entre suas médias. Quanto ao Giro do Ativo, com 0,036 de nível de significância, rejeita a hipótese nula e aceita que há diferença significativa entre 3 trimestres antes e 3 depois do fenômeno.

Teste de Wilcoxon				
	Giro_Ativ_depois Giro_Ativo_antes	Marg_líq_depois -Marg_líq_antes	Rent_PL._depois -Rent_PL._antes	Rent_Ativ_depois Rent_Ativo_antes
Z	-2,140	-1,334	-,712	-,623
Exact Sig. (2-tailed)	,043	,206	,505	,563
Teste T de Student				
T	-2,417	-	-0,559	0,676
Sig. (2-tailed)	0,036	-	0,589	0,514

Tabela 4 – Wilcoxon e Test t de Student - 3 trimestres antes do fenômeno e 3 trimestres depois

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Em relação ao teste Wilcoxon (Tabela 4), se confirma as informações do teste t de Student, acrescentando que Margem Líquida também apresenta diferença entre o

antes e depois, acompanhando Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo.

		N	Média dos Ranks	Soma dos Ranks
Giro_Ativo_depois - Giro_Ativo_antes	Ranks negativos	2	3,50	7,00
	Ranks positivos	8	6,00	48,00
	Empates	1		
	Total	11		
Margem_líq_depois - Margem_líq_antes	Ranks negativos	7	6,86	48,00
	Ranks positivos	4	4,50	18,00
	Empates	0		
	Total	11		
Rent_P.L._depois - Rent_P.L._antes	Ranks negativos	4	6,25	25,00
	Ranks positivos	7	5,86	41,00
	Empates	0		
	Total	11		
Rent_Ativo_depois - Rent_Ativo_antes	Ranks negativos	6	6,67	40,00
	Ranks positivos	5	5,20	26,00
	Empates	0		
	Total	11		

- a. Rent_PL_depois < Rent_PL_antes
b. Rent_PL_depois > Rent_PL_antes
c. Rent_PL_depois = Rent_PL_antes

Tabela 5 - Ranks do teste de Wilcoxon 3 trimestres antes do fenômeno e 3 trimestres depois

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Porém, considerando o contido na Tabela 5, no índice Giro do Ativo apenas, duas, das onze empresas, tiveram valores menores, o que permite concluir que nos três trimestres posteriores comparados aos três anteriores ao fato, a rentabilidade da maioria das empresas não teve seus índices reduzidos, ou seja, a rentabilidade não foi afetada negativamente pela Lava Jato.

4.3 Análise 5 Trimestres Anteriores e 5 Posteriores

Ao comparar o período de 5 trimestres antes e 5 depois do fenômeno, (Tabela 6), os índices Margem Líquida, Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo, por terem passado nos pressupostos, foram submetidos ao teste t de Student para amostras emparelhadas, os quais evidenciaram sig. superior a 0,05, sendo assim, não houveram mudanças significativas nas médias dos índices das estatais neste período.

	Giro_Ativ_depois Giro_Ativ_antes	Marg_líq_depois - Marg_líq_antes	Rent_PL_depois - Rent_PL_antes	Rent_Ativ_depois Rent_Ativ_antes
Z	-1,709	-,356	-1,245	-,623a
Exact Sig. (2-tailed)	,563	,765	,232	,465
Teste T de Student				
T	-	-0,109	-1,426	-0,787
Sig. (2-tailed)	-	0,915	0,184	0,45

Tabela 6 – Wilcoxon e Test t de Student - 5 trimestres antes do fenômeno e 5 trimestres depois

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

O teste Wilcoxon (Tabela 6) confirma não haver alterações significativas, na rentabilidade das empresas, comparando cinco trimestres.

4.4 Análise 8 Trimestres Anteriores e 8 Posteriores

Por fim, compararam-se as médias dos índices de oito trimestres anteriores ao fenômeno e oito trimestres posteriores.

Analisando os resultados do teste t de Student para amostras emparelhadas (Tabela 7), onde os índices Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo tem sig. superior a 0,05, não rejeitando a hipótese nula e concluindo não haver diferença significativa entre as médias.

O resultado é confirmado pelo teste Wilcoxon (Tabela 7), acrescentando que o Giro do Ativo também não apresentou diferença significativa. Porém, o resultado do teste para a Margem Líquida se mostrou contrário, ou seja, há diferença significativa no período, rejeitando a hipótese nula.

Este índice demonstra a relação entre o lucro líquido e as vendas líquidas, ou seja, o lucro em relação às vendas diminuiu significativamente.

Teste de Wilcoxon				
	Giro_Ativ_depois Giro_Ativ_antes	Marg_líq_depois - Marg_líq_antes	Rent_PL_depois Rent_PL_antes	Rent_Ativ_depois Rent_Ativ_antes
Z	-1,561	-2,312	-,712	-1,334
Exact Sig. (2-tailed)	,172	,019	,505	,206
Teste T de Student				
T	-	-	0,737	0,478
Sig. (2-tailed)	-	-	1,276	0,231

Tabela 7 - Wilcoxon e Test t de Student-8 trimestres antes do fenômeno e 8 trimestres depois

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

A diferença na Margem Líquida é confirmada no resultado dos ranks (Tabela 8), o qual demonstra que nove empresas diminuíram suas médias e apenas duas aumentaram.

		N	Média dos Ranks	Soma dos Ranks
Giro_Ativo_depois - Giro_Ativo_antes	Ranks negativos	2	2,50	5,00
	Ranks positivos	5	4,60	23,00
	Empates	4		
	Total	11		
Margem_liq_depois - Margem_liq_antes	Ranks negativos	9	6,56	59,00
	Ranks positivos	2	3,50	7,00
	Empates	0		
	Total	11		
Rent_P.L._depois - Rent_P.L._antes	Ranks negativos	6	6,83	41,00
	Ranks positivos	5	5,00	25,00
	Empates	0		
	Total	11		
Rent_Ativo_depois - Rent_Ativo_antes	Ranks negativos	8	6,00	48,00
	Ranks positivos	3	6,00	18,00
	Empates	0		
	Total	11		

a. Rent_PL_depois < Rent_PL_antes
b. Rent_PL_depois > Rent_PL_antes
c. Rent_PL_depois = Rent_PL_antes

Tabela 8 – Rank do teste de Wilcoxon 8 trimestres antes do fenômeno e 8 trimestres depois

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Porém, apesar de alguns índices terem diminuído seus valores no período após o anúncio da Operação Lava Jato, não se pode afirmar que tenha ocorrido um impacto negativo na rentabilidade das estatais, pois não houve mudanças significativas na maioria dos índices analisados, comparando oito trimestres anteriores e oito posteriores.

Os resultados obtidos nesta análise são diferente dos resultados obtidos nos estudos feitos com índices da Petrobrás referente ao período 2012 a 2014 por Vaz (2015) e Faria Neto (2015), nos quais a rentabilidade da estatal tem queda relevante, principalmente em 2014, ocasionada por escândalos envolvendo operações fraudulentas na empresa, que vieram à tona em investigações como “Mensalão” e “Operação Lava Jato”. Sendo que os índices que apresentaram queda exagerada nestes estudos, foram Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo, gerada pelo reconhecimento de perdas devido atividades ilícitas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo é identificar, utilizando como fonte os índices contábeis empregados para analisar a rentabilidade, se os escândalos de corrupção da Petrobrás influenciaram negativamente na rentabilidade das estatais que compõem o Setor Utilidade Pública.

Ao analisar os resultados dos testes estatísticos, aos quais foram submetidas

as médias dos índices de rentabilidade das estatais, que negociam suas ações na BM&FBOVESPA, no Setor Utilidade Pública, não é possível afirmar que, os escândalos envolvendo a Petrobrás, tenham gerado impacto negativo na rentabilidade dessas empresas.

Somente a Margem Líquida analisada no período de oito trimestres posteriores ao início da operação lava jato, comparados aos oito trimestres anteriores, demonstrou diferença significativa, no qual 9 das 11 empresas diminuíram seus índices. Concluindo que neste período a Margem Líquida foi menor após o início da operação.

O que abre espaço para novos estudos, considerando os próximos trimestres contábeis, a fim de verificar se haverá impacto negativo na rentabilidade destas estatais.

Também como sugestão para trabalhos futuros, analisar as demonstrações contábeis e mesmo preço de ações das estatais, comparando as que aderirem ao Programa Destaque em Governança de Estatais, para verificar se o programa teve seus objetivos atingidos, comparando o período antes e depois da implantação do programa.

Este trabalho apresenta como limitação o fato de ter elaborado apenas a análise econômica, não avaliando a situação financeira em que as empresas se encontram. Além de não abranger as políticas adotadas, por exemplo, quanto a aumento de tarifas cobradas pelos serviços prestados. Também desconsiderou oscilações do preço de ações das estatais.

REFERÊNCIAS

ALKHATIB, K.; MARJI, Q. **Audit Reports Timeliness**: Empirical Evidence from Jordan. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, n. 62, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042812036701>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

Banco Central do Brasil (BACEN). **Focus relatório de mercado** 15 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20160715.pdf>>. Acesso em: 21/07/2016.

BM&FBOVESPA . Produtos, empresas listadas. **Relatórios financeiros**. Disponível em:< http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BM&FBOVESPA . Listagem, ações. **Governança de Estatais**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/governanca-de-estatais/>. Acesso em 22/07/2016.

BRASIL. **Decreto-Lei 900, de 29 de setembro de 1969**. Dispõe sobre o Poder Executivo regulará a estruturação, as atribuições e funcionamento dos órgãos da Administração Federal. In **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 set. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0900.htm#art5iii>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. **Lei 2004 de 03 de outubro de 1953**. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências. In **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 out. 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm>. Acesso em 22/07/2016.

FARIA NETO, Epitácio Monteiro de. **Análise Econômico-financeira da Petrobrás**. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1969/3/An%C3%A1lise%20economico_Monografia_Faria%20Neto.pdf>. Acesso em 20/07/2016.

FÁVERO, Luiz Paulo. *et al.* **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, Alexia Marques de Souza, SILVA Jairo Moreira Caetano da. **Análise dos Retornos da Petrobrás sob a ótica da Teoria de Precificação por Arbitragem**. Disponível em: <<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli/10014634.pdf>>. Acesso 20/07/2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of accounting and economics**, n.31, p. 405-440. 2001. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410101000180>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Em 2015 PIB cai 3,8% e totaliza R\$ 5,9 trilhões**. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3111&busca=1&t=2015-pib-cai-3-8-totaliza-r-5-9-trilhoes>>. Acesso em 21/07/2016.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KÖCHE, Jose Carlos, **Fundamentos da Metodologia Científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MAROCO, João. **Análise estatística com o Pasw Statistics**. Lda Pêro: Pinheiro, 2010.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7ª ed. – São Paulo. Atlas 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Lava Jato: entenda o caso**. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

RAHMAN, A. A.; HMADAN, M. D. Hj. **Comprehensive Income: reporting preferences of malaysian listed companies on the ACE Market**. 2011. Disponível em: <<http://wbiconpro.com/315-Azhar.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

RIBEIRO, Alessandra, OLIVEIRA, Mariana. **Impactos e oportunidades da operação Lava Jato**. Revista PiniWeb. Construção e Mercado, 165 ed. Abril 2015. Disponível em: <<http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/165/impactos-e-oportunidades-da-operacao-lava-jato-341327-1.aspx>>. Acesso 21/07/2016.

SANTOS, T. B. dos; CUNHA, M. F. da. Avaliação de empresas: uma análise sob a ótica do “viés de avaliação” nos laudos de oferta pública de aquisição ações. Revista de gestão, finanças e contabilidade, v. 5, n. 3, p. 61-74, maio/ago., 2015.

SOARES, Edevaldo. **Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo, Atlas, 2003.

VAZ, Juliana Borges. **A Crise Financeira da Petrobrás S.A.: Estudo de caso por meio de Índices Econômicos**. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12228/1/2015_JulianaBorgesVaz.pdf>. Acesso em: 20/07/2016.

MULTILATERALISM AND NATIONALISM IN THE 21ST CENTURY: CONSEQUENCES TO GLOBALIZATION FROM THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT PERSPECTIVE

Hugo do Valle Mendes

Centro de Desenvolvimento Sustentável
Brasília – Universidade de Brasília (UnB)

Juliano Vargas

Departamento de Economia
Brasília – UnB

Joanilio Rodolpho Teixeira

Departamento de Economia
Brasília – UnB

ABSTRACT: Based on a sustainable development perspective, this paper aims to discuss the consequences of the resurgence of nationalist wave to the globalization process, an issue that is threatening multilateral approach in the 21st century. Firstly, it presents a literature review of sustainable development and globalization concepts. Then it exposes some of the impacts of the process of globalization itself, supported by selected empirical evidences. Finally, it critically examines some specific issues of contemporary globalization in the context of the antagonistic movements between multilateralism and nationalism. It is considered that the most important issue nowadays with regard to sustainable development and

globalization does not address how far we are to succeed in them, but how to prevent us from moving farther and farther from them. In this vein, when the threat of a new era of nationalism is imminent, attention should be paid to the multilateral approach, linking it to the construction of a new human-centered paradigm in socioeconomic thinking as an alternative to the environment as a whole.

KEYWORDS: Globalization. Environment. Multilateralism. Nationalism. Sustainable Development.

MULTILATERALISMO E NACIONALISMO NO SÉCULO XXI: CONSEQUÊNCIAS PARA A GLOBALIZAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

RESUMO: Com base na perspectiva do desenvolvimento sustentável, este artigo pretende discutir as consequências do ressurgimento da onda nacionalista para o processo de globalização, questão que tem ameaçado a abordagem multilateral no século XXI. Primeiramente, é apresentada uma

1. This chapter is a result of the studies developed by the research group of "Growth and Distribution" (Universidade de Brasília – UnB), certified by the National Council of Science and Technology (CNPq-Brazil). The second author thanks the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES-Brazil) for financial support and the third author acknowledge financial support from CNPq. All contact must be addressed to brazil.juliano@gmail.com

revisão de literatura sobre conceitos de desenvolvimento sustentável e globalização. Em seguida, expõe-se alguns dos impactos do próprio processo de globalização, apoiados por evidências empíricas selecionadas. Finalmente, examina de modo crítico algumas questões específicas da globalização contemporânea no contexto dos movimentos antagônicos multilaterais e nacionalistas. Considera-se que a questão mais importante hoje em dia em relação ao desenvolvimento sustentável e à globalização não diz respeito ao quão próximos estamos de consolidá-los, mas como evitar que nos afastemos cada vez mais deles. Nesse sentido, quando a ameaça de uma nova era de nacionalismo é iminente, deve-se atentar para a abordagem multilateral, vinculando-a à construção de um novo paradigma centrado no ser humano, como uma alternativa socioeconômica para o meio ambiente como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Meio Ambiente. Multilateralismo. Nacionalismo. Desenvolvimento Sustentável.

1 | INTRODUCTION

The emergence of a renewed nationalist wave in the recent political processes in many parts of the world caused deep cracks in the very foundations of the international systems approach of global problems, the multilateralism. Sustainable development and globalization are key issues to discuss this matter, since they are at the center of complex problems faced by worldwide community nowadays. Over the last four decades, the debate of these concepts were intense, renovated and used by academia, public and private sector.

Based on a sustainable development perspective, this paper aims to discuss the consequences of the resurgence of nationalist wave to the globalization process, an issue that has threatened multilateral approach at least since the economic and financial crisis of 2008. Examining the literature of sustainable development and globalization process, the statistical panorama and the context of international trade, as well as its socioeconomic impacts, we hope to contribute to the dialogue of the global society course, assuming that the theme is controversial. This proposal do not appoint concrete conclusions and solutions, but underline the risks of the rise of nationalism to all humanity in relation to its own existence and to the environment as a whole.

Besides this introduction and the concluding remarks, the structure of the article has three sections. The first presents a literature review of sustainable development and globalization concepts, extended to globalization ideology. The second exposes some of the impacts of the process of globalization itself, supported by selected empirical evidences in what concerns economic growth, income distribution, inequality and international merchandise trade. The third critically examines some specific issues of contemporary globalization, pointing out the difficulties and uncertainties arising from the emergence of 21st century nationalism worldwide, which has limited the multilateral approach to global issues – especially with regard to sustainable development.

2 | CONCEPTS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND GLOBALIZATION: A LITERATURE REVIEW

There is a vast and specific academic literature on sustainable development and globalization. In order to clarify our understanding of these concepts, and aiming to frame the theoretical view adopted throughout the article, this section presents a brief review of it.

2.1 What is Sustainable Development?

In the 1970s, most of agencies perceived that the classical concept of development – understood then as economic growth – would cause a collapse of all natural systems. A new development cornerstone was needed, one that would take into account both economic growth and equitable distribution of resources. Economic growth in itself is not enough; the development is only real if it increases the quality of life.

United Nations, by the World Commission on Environment and Development, first introduced the term sustainable development in 1987 through the report “Our Common Future”, also known as Brundtland Report. The Commission prepared it stating that critical global environmental problems are the result of the high proportion of poverty in the South Hemisphere of the globe and the non-sustainable patterns of consumption and production in the North. The primary definition of sustainable development was the one that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to reach their own needs.

In addition, the same report states that the pursuit of sustainable development demands concrete attitudes from all developed and developing countries. By that, there cannot be a unique solution for it, since economic systems are different among countries. Each nation have to evaluate the implications of their policies and actions.

The first statement of the concept was as simple as embracing. In a review of a collection of texts presented in a symposium about the challenges of sustainable development, Drummond (1999) faces it as almost a contract between generations, with the serious problem that the future generations will never be here to sign.

Since 1987, the concept was re-visited by many scholars that tried to improve it by detailing, focusing on specific issues, or adding other dimensions to it. In this sense, Bret (1997) analyzed the sustainable development as a result of a geopolitical process. He defends the idea that the territorial design of national states (including their maritime and oceanic borders), is defined by political, military and cultural factors, and confers on each of them an almost necessarily unbalanced repertoire of natural resources.

Therefore, its sustainability potentials vary due to exogenous factors like its biophysical ecology. The author argues that this has contributed to increase inequalities between peoples and countries since the political sharing of the planet creates compartments with unequal potential, each part confiscating for its own advantage the

benefit of their physical peculiarities.

Park *et al.* (2012), emphasizing economics, described sustainable development as a system that can endlessly develop towards greater benefit for people, greater efficiency of resource use and balance with the environment that is friendly to people and other species. In its turn, the World Bank (1992) described it with the laconic phrase “sustainable development is development that continues”. Nonetheless, Pierantoni (2004) affirms that the definition of sustainable development may be difficult to understand and may have different meanings depending on the analyzed literature of the concept being used.

Significantly wider descriptions of it exist instead. In 1992, the Rio de Janeiro declaration on Environment and Development described the expression as long-term continuous development of the society, aimed at satisfaction of humanity’s need at present and in the future via rational usage and replenishment of natural resources, preserving the environment for future generations.

For the purpose of this paper, we assume the concept of sustainable development used by United Nations (1987), in which it encompasses three fundamental approaches: economic, social and environmental development, which are interrelated and complementary. In other words, sustainable development is a certain compromise among those three dimensions, allowing for the well-being of the present and future generations and planet.

2.2 What is Globalization (Ideology)?

Often used with little formal accuracy, the word globalization appeared in the international setting at the end of the twentieth century to explain the fast structural changes of the period, since the expansion of cable television to the currency exchange crisis, the failure of economic models and so on. frivolous usage of the term has provoked an abusive use of the famous expression that “globalization brings opportunities and risks”. This expression hides, almost invariably, the incapacity of clearly defining the nature of the phenomenon.

Beginning by rescuing the introductory discussion of Al-Rodhan (2006), the notion that globalization cannot be comprehended by a tight concept, precisely defined in time, not even as a process that has a clearly marked beginning or end. Globalization involves economic integration processes, transfer of policies to beyond national borders, transmission of knowledge, a sort of cultural homogenization, among other aspects. It is a fluid concept that carries several connotations, such as progress, development, stability, integration and cooperation, as well as regression, imperialism and instability.

Steger (2003) discuss the dimensions that are present in the globalization definition through the parable of the blind and the elephant. It is a meeting between blind men and an unknown animal. Since they do not know what an elephant is, each one comes into physical contact with a distinct part of it.

As a result, the man who touches the elephant’s snout describes it as a live

snake; another who contact with its enormous feet describes it as huge structured column; a third holds the tail in his hand and insists that it is a flexible paintbrush; the fourth comes into contact with the animal's tusk and declares that it is similar to a robust spear. Thus, every man defends its point of view about what constitutes an elephant, once their definition represents the veracity of their findings, taking them into an endless discussion about the nature of the animal.

Analogously, the academic opinion divides itself among those that argue, for example, that economic processes constitute the core of the globalization concept, while others privilege cultural, political and ideological aspects. There are still those that point to environmental causes in the process of globalization. Just like in the parable of the blind and the elephant, each researcher is partially correct when identifying an important dimension of the phenomenon in question. However, the collective mistake resides in the attempt to reduce a complex phenomenon such as globalization in fragmented approaches of reality.

Al-Rodhan (2006) produced a wide systematization of the definitions already proposed for globalization. The result of his work reveals that from one hundred and fourteen definitions collected, sixty-seven mention the economic dimension, citing the expansion of markets or the sale of goods and services. Although these definitions also include policy and social dimensions, it is clear that the notions of globalization has a strong economical bias.

Considering that this article proposes to shed a light on the environmental and socioeconomic consequences of the globalization process, the definition of globalization adopted is that proposed by Al-Rodhan (2006), which is ample to consider the dimensions cited previously. The author states that globalization is a process that encompasses the causes, course and consequences of transnational and transcultural integration of human and non-human activities.

Specifically in what concerns globalization ideology, this discussion gain new lineation with the emergence of neoliberalism with references to the elections of Margaret Thatcher in the United Kingdom (UK, 1979) and of Ronald Reagan in the United States of America (USA, 1980). Both governments' implemented liberal policies and deregulation in their own countries and used foreign policy instruments to promote it in the rest of the capitalist world.

According to Grau (2012), in the neoliberal model the State is transformed into the big villain of economic development and the recipe is: i) domestic market deregulation and the elimination of barriers to the entry and exit of capital; ii) submission of companies to global competition, eliminating the foment policies; iii) flexibilization of social clauses removal.

The rise of neoliberalism was a fundamental determinant for economic globalization. The liberation paved the base for the process of globalization through commercial barrier reduction and the loosening of regulatory norms in the economic activity. In this sense, the interests that move globalization can be personified in the

big transnational companies and international banks of advanced countries, owners of the financial capital and goods-services production, which search the extension of their consumer markets.

According to Glatzer (2012), the literature on globalization includes many impassioned ideological arguments, both for and against it. Most of these arguments, however, lack empirical support while some of the existing research findings are contradictory. Amavilah *et al.* (2014) states that those in favor of the globalization wave see it as an opportunity for economic growth and social development, while those against perceive it as a threat to economic prosperity, political sovereignty and cultural integrity. Both are important theoretical perspectives, with the second serving as the main argument for the resurgence of nationalism movement.

3 | GLOBALIZATION PROCESS AND ITS CONSEQUENCES

The previous literature review about sustainable development and globalization suggests that, when coming across with these processes, the creation of knowledge on both areas emphasized on establishing its conceptual contours and understanding to what extent it perpetuated itself along the commercial, social, cultural and environmental integrations that occurred in a global scale.

Moreover, approximately forty years of documentation and research on globalization allow access to official databases and analyzes from all parts of the world. From this background, this section illustrates how globalization has changed the economy, the society and the environment since then. The first part focus on socioeconomic aspects, while the second examines international merchandise trade.

3.1 Globalization and sustainable development: socioeconomic evidences

Returning to the concept of sustainable development, we underline that it presents three complementary dimensions: environmental, economic and social. They should be taken altogether to analyze the process of globalization in an integrated manner, with a holistic perspective. It is not trivial to find examples in empirical literature about the consequences of globalization in a segmented way by each dimension, since the three dimensions are fused with one another. From this perspective, the description of the impacts of globalization is fluid.

Ravaillon (2018) contrasts the production of two economists, François Bourguignon e Branko Milanovic, both dealing with the questions of social and economic inequality as consequences of the globalization process. They see it as the main cause of the increase in social inequality inside countries, as well as the decrease in inequality among them, giving predominance to the latter. In his own words, Ravaillon (2018, p. 627) describes that:

the popular argument is that global economic integration has shifted relatively low-skilled jobs from the rich world (driving up its contribution to the within-country component of global inequality) to labor-abundant low-wage countries (driving down the between-country component of global inequality).

Consequently, in rich countries the critics of globalization report that it caused the mass destruction of jobs and led to a loss in quality of life to practically all, except to part of the population that owns financial and human capital. Reversely, supporters of the globalization process, in developing countries, point to the creation of jobs and insertion of a huge population contingent in the national consumption dynamics as one of its beneficial effects – although in the long run tending to be in jobs subject to strong technological changes, widening, for example, the prospect of wage reduction.

Lakner & Milanovic presents an appealing frame to describe income changes due to the globalization process. They made up a chart (1) plotting the gain in income over 1988-2008 versus the percentile of global income distribution. It is known as the “elephant’s chart”, since it traces the shape of an elephant’s head with its trunk held high. From it, is possible to deduce that both critics and supporters are based on valid arguments and they are both correct when considering their own perspectives – in the sense of the parable of the blind men and the elephant discussed in the second section.

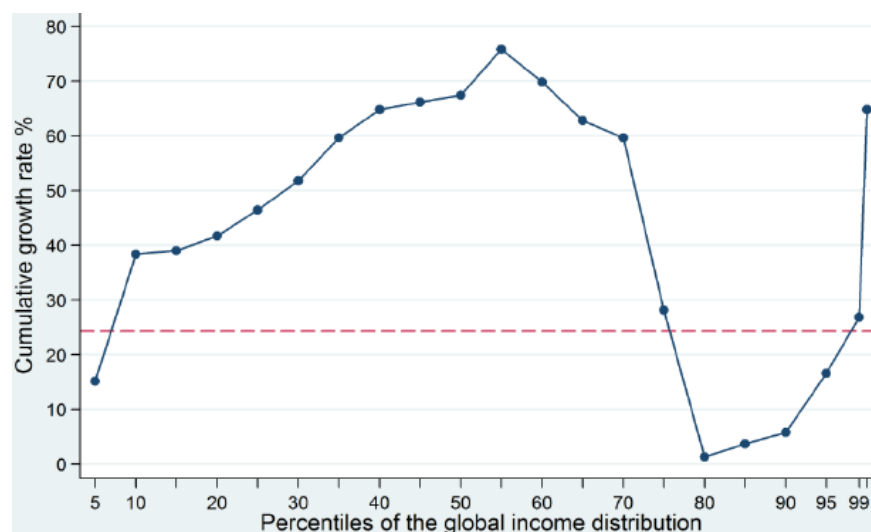


Chart 1 – Global growth incidence curve (The “elephant’s chart”) – 1988-2008

Source: Lakner & Milanovic (2013, p. 31).

Note: the red dashed line indicates the growth rate in the mean of 24.34% (1.1% p.a.).

The “elephant’s chart” shows that almost 80% of global income distribution is where we find the low-income class from developed countries, and it is also where the income change was mostly held down during 1998-2008. The higher income class from developed countries are at the final 1% of the distribution, which registered a high-income change. Under the developing countries’ perspective, it is possible to see the rise in incomes for those near the middle of the global distribution, with a slower growth

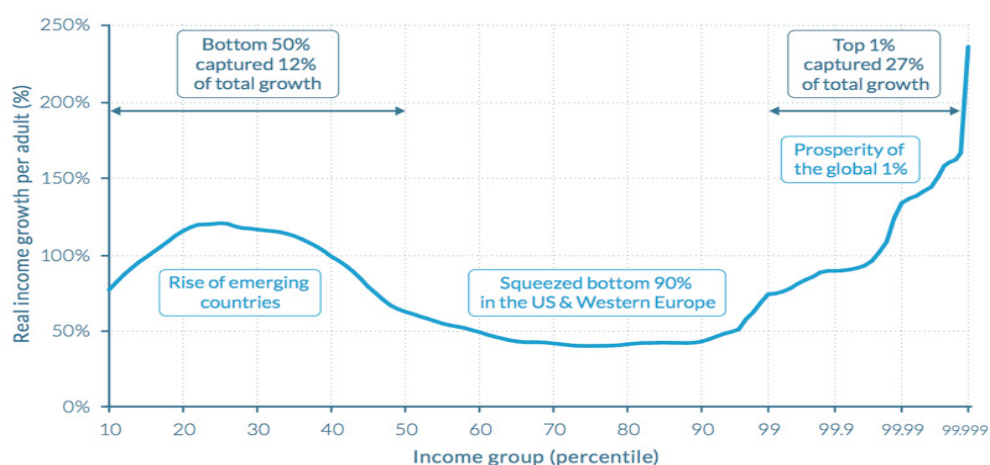
for the poorest.

Milanovic's interpretation consider that the highest increase in income is close to the global median, between 45% and 55% of global income distribution, which represents the emerging middle class in the developing world. Those are considered the winners of globalization, while the losers were the (relatively) poor and middle class within the rich world, around 80% of global income distribution.

On the other side, for sustained development equity must be struck among the three pillars of the sustainable development² (Agyeman *et al.*, 2002). Equity is the social key of the sustainable development discourse. It refers to the distribution of goods, life opportunities and freedom from discrimination on the grounds of gender, religion, race, *etc.* In this context, equity calls for the effective inclusion of all three pillars of sustainable development (Wuelser *et al.*, 2012).

Even though assuming this affirmation from a pragmatic view, it does not seems to be complete when considering the three dimensions of sustainability. Depending on the focus that one wishes to prioritize it is not enough to have access to the work place to transform a part of the developing countries' population in winners of globalization, either because it is a less qualified work, or for representing only one aspect in a dimension of sustainable development.

Alvaredo *et al.* (2017), in the World Inequality Report 2018, presents an update of the original version of the "elephant chart" (chart 2). The analysis period goes now from 1980 to 2016, reflecting the consequences of 2008 global economic and financial crisis and the emerging markets of China and India.



Source: WID.world (2017). See wir2018.wid.world for more details.
On the horizontal axis, the world population is divided into a hundred groups of equal population size and sorted in ascending order from left to right, according to each group's income level. The Top 1% group is divided into ten groups, the richest of these groups is also divided into ten groups, and the very top group is again divided into ten groups of equal population size. The vertical axis shows the total income growth of an average individual in each group between 1980 and 2016. For percentile group p99p99.1 (the poorest 10% among the world's richest 1%), growth was 74% between 1980 and 2016. The Top 1% captured 27% of total growth over this period. Income estimates account for differences in the cost of living between countries. Values are net of inflation.

Chart 2 – The elephant curve of global inequality and growth – 1980-2016

Source: Alvaredo *et al.* (2017, p. 13).

² Note that sustained development is pattern of development characterized by a persistent and non-volatile growth rate of its statistical socioeconomic indicators over time while sustainable development is a balanced development between environment, society and economy overtime.

As showed in chart 2, the world inequality grow since 1980. The poorest half of the population has seen its income rise expressively due to high growth in Asia (especially in China and in India). Nevertheless, the rise of inequality within countries shows that the top 1% richest people globally had twice as much growth as the bottom 50% people since 1980. Income growth was almost zero for people with incomes between the global top 1% and bottom 50% groups. This involves European and North America lower and middle-income class.

The increase of world inequality under globalization era was not steady, corroborating the Wisman's (2013) and Piketty's (2013) results on this theme and its relation with income distribution. While the global top 1% income share increased from 16% in 1980 to 22% in 2000, it declined a little thereafter to 20%. The income share of the global bottom 50% has improved not even 9% since 1980. After 2000, a trend break occur caused by a decrease in between-country average income inequality, as within-country inequality has continued to rise.

3.2 Globalization And International Merchandise Trade: Contemporary Numbers

How to measure globalization, once it is a broad concept, complicated to monitor as a whole? Prado (2003) assume that monitoring globalization is possible only by dividing its dimensions. Considering just the international trade dimension, the academic pattern is to consider that if the growth of world commerce is given at an average annual rate higher than the world's gross domestic product (GDP), then we can assert that there is an increase of the commercial globalization.

Moreover, he states that this procedure can be used to measure globalization in a world or regional level, and he ends with the claim that this phenomenon was exclusively regional and explained by economic policies of countries in the region. The name of this process is economic integration. Chart 3 demonstrates the relation, in actual values, between the two variables mentioned previously.

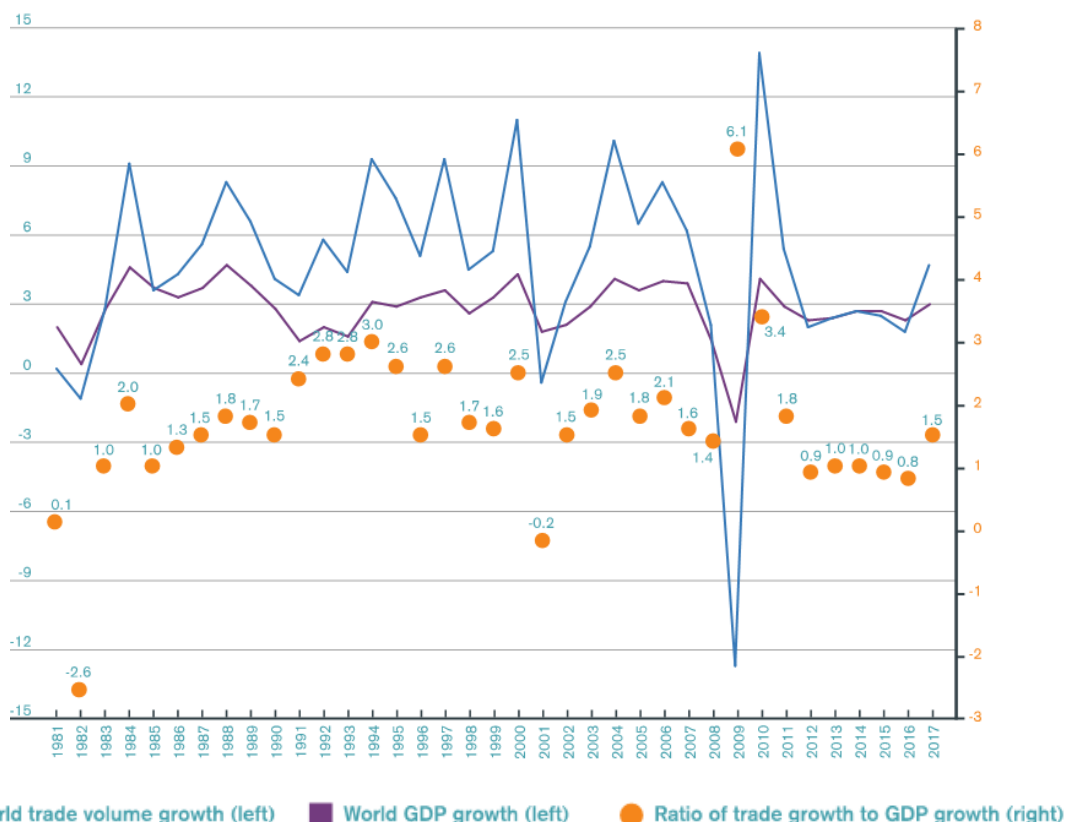


Chart 3 – Ratio of international merchandise trade growth to world real GDP growth 1981-2017 – annual percentage trade

Source: World Trade Organization (WTO, 2018, p. 29).

Note: it was not possible to rebuild this chart using dotted lines – no public database available.

Chart 3 shows that global trade recorded its highest growth rate in six years in 2017, both in volume and value terms. Historically, merchandise trade volumes have grown around 1.5 times faster than world real GDP at market exchange rates. The ratio of trade to GDP growth rose above two in the 1990s but fell back to one in the five years following the economic and financial crisis (2011-2016). This ratio measure rebounded from 0.8 in 2016 to 1.5 in 2017, which is close to the historical average. Stronger trade growth relative to GDP growth was expected to continue at least until 2018 (data still not available), barring major economic shocks.

According to WTO (2018), this economic activity was driven by increased investment spending (particularly in the USA) and rising consumption (notably in Japan). Meanwhile, China and the European Union maintained a steady rate of expansion, providing a solid base for global demand. Growth in trade volume was strong in 2017 despite trade tensions (one of the discussions of the next section).

According to chart 4, the international merchandise trade (in volume terms) grew from 1.8% in 2016 to 4.7% in 2017, its highest level in six years. It is also relevant to notice that the recovery of commodities prices influenced positively these positive results.

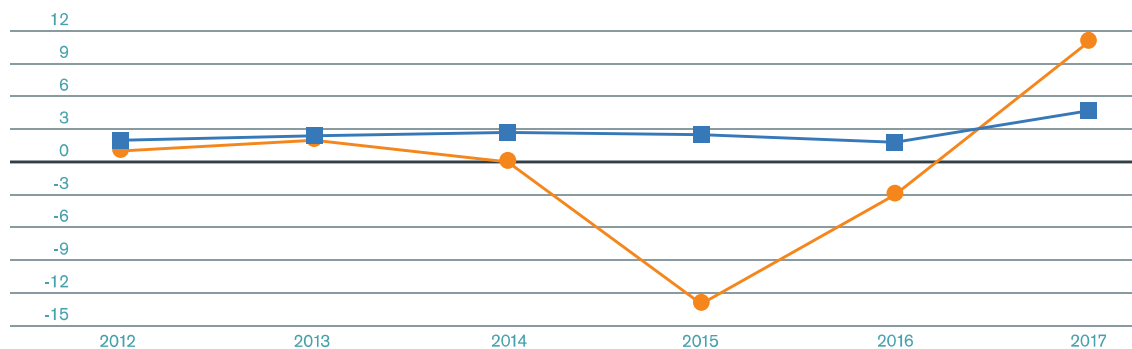


Chart 4 – Volume and value of world merchandise trade – 2012-2017 – annual percentage trade
Source: WTO (2018, p. 10).

Growth in international merchandise trade volume was better in developing economies along 2017. However, exports and imports of developed economies also strengthened during the year, particularly in its second semester. Chart 5 shows that this trend was driven by all regions, apart from the Middle East. Asia recorded the highest increase in trade volume, with growth of 8.1%.

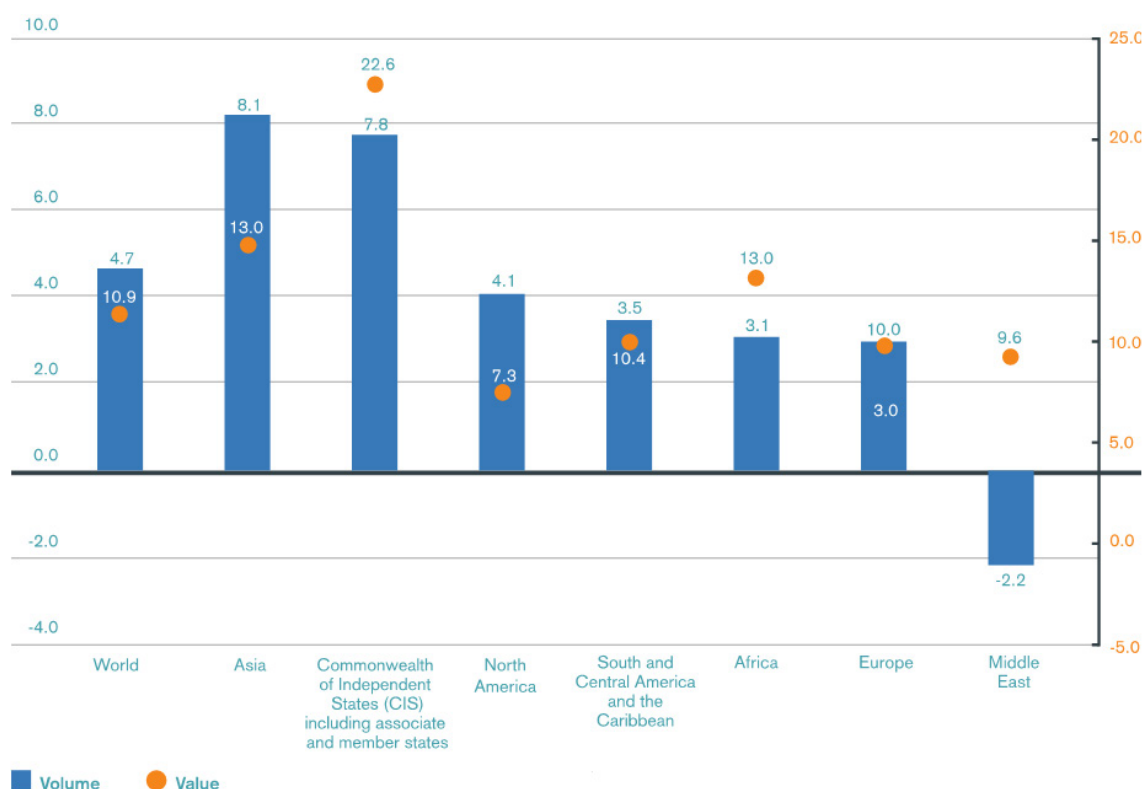


Chart 5 – Merchandise trade growth by region – 2017 – annual percentage trade
Source: WTO (2018, p.10).

Note: international merchandise trade calculated as an average of exports and imports.

The WTO (2018) presents its understanding of several factors that contributed to the revival of world trade in 2017. These include increased investment spending

and higher commodity prices, which raise incomes in resource-based economies and encourage investment in the energy sector. Besides, it is important to mention that USA Dollar values of international trade flows are strongly influenced by exchange rates and commodity prices. On commodities, note that after five years of decreasing or stagnating prices, 2017 showed price hikes for energy (26%) and minerals/non-ferrous metals (24%).

A relevant aspect that must be considered to better understand the international dynamics of international merchandise trade. It is the role played by the international maritime transportation. According to the Review of Maritime Transport (UNCTAD, 2017), more than 80% of the global commerce volume and more than 70% of its value is transported aboard ships, revealing the importance of this sector.

Overall, international merchandise trade growth was also weak in relation to world GDP growth, a trend that has increased since 2008. In addition to economic cyclical dynamics, such as the weakness in global demand and the slowdown in economic activities, the apparent shift in the traditional relationship between GDP and trade also reflects structural factors such as the slowdown in the pace of globalization and supply chain fragmentation (Bems *et al.*, 2013). For example, the share of Chinese imports of parts and components in merchandise exports decreased from 60% in 2000 to less than 35% in recent years.

The information presented so far leads to the understanding that the rise of emerging economies led, in the recent years, to temporary efforts to limit import competition in USA and European Union, but it seems not threaten the overall progress towards an open, ruled-based system. This began to change as the fronts between northern and southern trading partners hardened and the leverage of the industrial countries weakened along with the rising of emerging market economies in global GDP.

This modification, perceived by some as a loss of merchandise share for developed countries, seemed to have contributed to a resurgence of nationalist movements on those countries. At the same time, global problems – in which sustainable development is one of the most important themes – are demanding a stronger multilateral approach on international level. This counterpoint is the object of the next section.

4 | MULTILATERALISM AND NATIONALISM: CONSEQUENCES TO GLOBALIZATION

Here we critically examines some recent issues of living globalization, pointing out the uncertainties arising from the emergence of 21st century nationalism worldwide, which has limited the multilateral approach to global issues – especially with regard to sustainable development. This reveals two sides of the same coin: one addresses global issues multilaterally and the other advocates a nationalist action. These two movements are frontally opposed.

4.1 Multilateralism, Globalization And Sustainable Development: Three Good Examples

According to Linn (2018), after the World War II globalization started took shape reinforced by China and the former Soviet Union (URSS) into the world economy. Since then, and overall after neoliberalism, this was reflecting rapid global connection and economic integration, the development of an international rule-based order supported by multilateral institutions, rapid decline in extreme poverty and a growing recognition of continuing and new global challenges. Nowadays, the approval of the Agenda 2030, the adoption of the Paris Agreement and the International Maritime Organization's (IMO) resolution for 2050 are examples of this³.

The 2030 Agenda for Sustainable Development and its **seventeen** Sustainable Development Goals (SDGs) where adopted in September 2015 by the United Nations General Assembly. It offers an important road map for the construction of a new and ambitious international consensus regarding the need for greater cooperation to correct asymmetries and set the foundations for an open, sustainable and stable multilateral system. The civilizing, universal and indivisible 2030 Agenda places human dignity and equality at its center and, consequently, demands the broadest participation by all actors, including States, civil society and the private sector. The resume this initiative is it preamble (p. 1), which says:

this Agenda is a plan of action for people, planet and prosperity. It also seeks to strengthen universal peace in larger freedom. [...] All countries and all stakeholders, acting in collaborative partnership, will implement this plan. We are resolved to free the human race from the tyranny of poverty and want and to heal and secure our planet. We are determined to take the bold and transformative steps which are urgently needed to shift the world onto a sustainable and resilient path. As we embark on this collective journey, we pledge that no one will be left behind. They are integrated and indivisible and balance the three dimensions of sustainable development: the economic, social and environmental.

About the Paris Agreement, note that over the last three decades, the scientific basis for recognition of climate change and its link to human action, in particular CO₂ emissions strengthened and created the *momentum* for a remarkable political consensus around the globe that coordinated action was essential. In December 2015, the United Nations Framework Convention for Climate Change adopted the Paris Agreement, the newest instrument under the Convention supported by 197 parties.

The central aim of this initiative is to strengthen the global response to the threat of climate change by keeping a global temperature rise this century well below 2° Celsius above pre-industrial levels and to pursue efforts to limit the temperature increase even less than 1.5° Celsius. Its projected impacts on the globe are a global public bad, and

3 The technology of blockchain, which supports the existence of cryptocurrencies, is potentially capable of cause a financial paradigm shift worldwide. Its ability to increase the free flow of capital across borders can contribute to reinforce the globalization process. However, considering that this technology is still being studied by the international community, we prefer to mention it here only as a reference for future studies. See, for example, Tridico & Pariboni (2018).

fighting them is clearly a case of global public good. This means that a multilateral approach motivates, coordinates and implements an effective contest against it.

In what concerns the IMO's resolution for 2050, note that maritime transport emits around one billion tons of carbon dioxide annually and is responsible for about 2.5% of global greenhouse gas emissions from fuel combustion. By 2050, depending on future economic growth and energy developments, shipping emissions may increase by between 50% and 250%. This is not in keeping with the internationally agreed goal of limiting the global average temperature increase to below 2° Celsius above pre-industrial levels, which would require worldwide emissions to be at least halved from the 1990 level by 2050 (UNCTAD, 2017).

In April 2018, IMO's Marine Environment Protection Committee (MEPC) adopted an initial strategy on the reduction of greenhouse gas emissions (GHG) from ships, in accordance with an international vision, doing it as soon as possible in this century. The vision confirms IMO's commitment to reducing GHG emissions from international shipping and, as a matter of urgency, to phasing them out swiftly. More specifically, the initial strategy envisions a reduction in total GHG emissions from international shipping which, it says, should peak soon and reduce total annual emissions by at least 50% until 2050 compared to 2008, while, at the same time, pursuing efforts towards phasing them out entirely.

According to UNCTAD (2017), the strategy includes a specific reference to a pathway of CO₂ emissions reduction consistent with the Paris Agreement temperature goals. This is particularly interesting because under the globalization concept, the international merchandise trade represents the most direct impact in terms of geopolitical power for countries on international field. The fact that countries are willing to work toward agreements for reducing GHG reveals that the multilateralism approach is not abandoned. Now we turn to the critical examination of the emergence of 21st century nationalism, pointing out the difficulties and uncertainties it has risen worldwide.

4.2 Nationalism, globalization and sustainable development: three bad examples

Recent years have shown increasing stress in the multilateral system, a movement that have intensified since 2014. As stated by Kohli (2017), in geo-economic and geopolitical arena, the dramatic shift of the economic balance from G7 countries toward the emerging market economies has meant that a bipolarized world (USA-URSS, 1950-1990) came to an end replaced by a single hegemonic nation (USA, in the 1990s). In 1960, G7 countries contributed with 67% of the world GDP, while by 2016 the developing countries represented 56%. By the 21st century, it is rapidly becoming a multi-polarized world (Europe, USA, Japan, South Korea, the so-called BRICS – Brazil, Russia, India, China, South Africa – and others). Some examples of this trend are the Brexit and the outcome of USA's presidential elections – the commercial war with

China and the withdraw from the Paris Agreement.

Some authors, like Linn (2018), consider that both the British exit of the European Union (so-called Brexit) and the outcome in the US presidential election in 2016 were clearly influenced by the consequences of globalization. The decline of traditional manufacturing industries in the industrial countries, and the resulting pressures on the blue-collar workers have been associated, in the popular mind, with the rise in cheap imports from emerging market economies and this has been the root factor contributing to the rise of nationalist and populist movements in Europe and USA.

One manner of interpreting the Brexit movement is as a national appeal against the European Union and its bureaucracy intervening in the internal affairs of the UK, especially with regard to immigration and economic issues. At the moment, there is an impasse over what will happen: if the UK gets out formally of the concert of European nations or if there will be another referendum to hear again the voice of British society. Regardless of the results, there is no doubt that the Brexit chapter will unfold for decades on the European and world stage.

Regarding the tensions between USA and China, it started concretely from the first half of 2018 ongoing, translating into crescent trade-restrictive measures, covering a wide range of goods. It is expected that these measures, that are already affecting trade, could trigger a cycle of retaliation that will be disruptive for global trade and growth. On the other hand, this unpredictable new scenario represents also an opportunity for emerging economies to take on a growing role and increase their participation on global trade share.

The rise of Asia in recent decades – first Japan, then South Korea and, most recently, China – is one of the factors that has undermined a multilateral approach to trade liberalization is more recently a trend toward protectionism and the economic. It led to the perception of threats to the economies of the established powers in North America (Linn, 2018).

During presidential campaign in 2016, the current US president promised to make trade “fairer” for US and, by perusing the global market, saw the rise of a new trade war evolving old trading partners, US and China. Both countries have initiated a tit-for-tat trade battle by imposing rounds of tariffs on products from the other country. Opinion is now divided in those who see that as an opportunity for increase trade between European Union-China, for example, and those that perceive the situation as a risk for global trade and globalization as well since unilateralism would be the main strategy adopted by those global players.

Nevertheless, in June 2017 US President Donald Trump announced that his nation would cease all participation in the 2015 Paris Agreement on climate change mitigation. Trump stated that “the Paris accord will undermine American economy”, and that it “puts (the USA) at a permanent disadvantage”. The United States is the second-highest emitter of GHG, which puts them under a position of global influencer on climate governance. Their unilateral decision to withdraw indicates that the USA is

becoming a consumer rather than a supporter of responses to global climate change governance, thus negatively affecting the efficacy in implementing the Agreement.

That decision is not merely a climate issue, but is linked with political consequences for relationships among economies. If the USA refuses to fulfill the commitments in its National Determined Contribution (NDC), it will be a bad example for other countries that might reverse their positions or take no actions, harming the cooperation and shocking the global cooperation mechanism.

Given the entire exposition discussed in this article, the question that arise is where are we heading? A surge of nationalist sentiment, uncovered in recent political processes in parts of the world, deep cracks in the very foundations of the international systems and its two major pillars – globalization and multilateralism. At the root of this destabilization of the global institutional system have been several trends ranging from economic crises to deep-rooted imbalances that require solutions at global, national and regional levels. After considering many aspects that puts globalization, sustainable development, multilateral regime and nationalist discourse in a confrontational situation, it is probable that more questions will arise instead of answers, such as:

- I. Will the coming years see an intensified strengthening of nationalist and authoritarian regimes based on discourses of preserving national sovereignty, therefore undermining the will of governments to support a multilateral approach?
- II. Will the multilateral institutions be weakened over time until they are unable to meet the growing global challenges they were created for?
- III. Considering sustainable development, are these threats to the multilateral approach cyclical in nature or will they reflect a longer cycle – especially seeing the fast and profound technological changes we are facing?

In conclusion, Our Common Future (1987) stated thirty years ago what seems to be the most obvious but not easy directive for the pursuing of world sustainable future. Mechanisms for greater international cooperation, which are necessary to ensure sustainable development, will vary from sector to sector and from institution to institution. The unification of human needs requires a multilateral system that respects the principle of democratic consensus and recognizes that there is not only one Earth. As denoted by this paper, the most important issue nowadays with regard to sustainable development and globalization does not address how far we are to succeed in them, but how to prevent us from moving farther and farther from them.

5 | CONCLUDING REMARKS

Based on a sustainable development perspective, this paper examined the consequences of the resurge of nationalist wave to the globalization process, an issue

that has threatened multilateral approach at least since the economic and financial crisis of 2008. Some considerations must be underlined in the discussions that took place along the paper.

The first is that is very dubious that a single country can develop itself in isolation nowadays. The sustainable development and the globalization concepts are broad and goes beyond economic or financial numbers. That is why the advance on them requires a more integrated direction for international relations, in a way that favors a more equitably distribution of the dividends of socioeconomic progress.

The second is that long-term sustained development and growth will require sweeping changes to create more equitable trade flows. This is particularly important considering that globalization, at least on the international merchandise trade viewpoint, is on an upward trend due to new global players, such as the BRICS – China ahead. At the same time, this represents a loss of share for developed countries in the international arena.

The third is the resurgence of unilateral approach, instead of the multilateral, based on a nationalistic narrative. At first sight, it seems a quicker way of dealing with global problems, but it can bring more difficulties for countries in dealing with complex problems that goes beyond national borders. We hope that the policy makers, under active social pressure, can handle these situations in a satisfactory and responsible way.

Given the above, we must consider a revision of the socioeconomic paradigm itself, due to the disruptive moment that has been consolidating in the wake of the economic and financial crisis of 2008. It is imperative to build credible models (closer to reality), acknowledging the instability of this renewed capitalist mode of production.

The sustainable development and globalization will play decisive roles in our way of life, extending it to planet's life future. The need to formulate and implement appropriate actions gives decision makers a unique opportunity to offer society new and promising possibilities. At this moment, when the threat of a new era of nationalism is imminent, attention should be paid to the multilateral approach, linking it to the construction of a new human-centered paradigm in socioeconomic thinking as an alternative to the environment as a whole.

REFERENCES

AGYEMAN, J.; BULLARD; R. D.; EVANS, B. Exploring the nexus: Bringing together sustainability, environmental justice and equity. **Space & Polity**, 6(1), 2002, pp. 77-90.

AL-RODHAN, N. R. F. Definitions of Globalization: A Comprehensive Overview and a Proposed Definition. **Geneva Centre for Security Policy (GCSP)**, 19, June 2006, pp. 1-21.

ALVAREDO, F.; CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. **World Inequality Report 2018**. Paris: December 2017.

AMAVILAH, V. H. S.; ASONGU, S.; ANDRÉS, A. Globalization, Peace & Stability, Governance, and Knowledge Economy. **African Governance and Development Institute**, WP/14/012, pp. 1-45, August 8, 2014.

BEMS R.; JOHNSON R.C.; YI K.M. The great trade collapse. **Annual Review of Economics**, v. 5, pp. 375-400, 2013.

BRET, B. (1997). *A partilha do território e a desigualdade frente ao desenvolvimento: um problema de geografia política*. In: *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. B. Becker & M. Miranda (eds.), pp. 208-227. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DRUMMOND, J. A. *Desenvolvimento sustentável: debates em torno de um conceito problemático*. **Hist. cienc. saúde - Manguinhos**, v.5, n.3, 1999, pp.755-761.

GLATZER, W. Cross-national comparisons of quality of life in developed nations, including the impact of globalization. In: *Handbook of social indicators and quality of life research*. Land, K. C. et al. (eds.). New York: Springer Science and Business Media BV., January 2012, pp. 381-398.

GRAU, E. R. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2012.

KOHLI, H. S. **The world in 2050: Striving for a More Just, Prosperous, and Harmonious Global Community**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2017.

LAKNER, C.; MILANOVIC, B. **Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession**. The World Bank. Policy Research Working Paper 6719. December, 2013, pp. 1-60.

LINN, J. Recent Threats to Multilateralism. **Global Journal of Emerging Market Economies**, 9 (1-3), 2018, pp. 86-113.

PARK, J.; FINN, J.; COOKE, R.; LAWSON, C. **Environmental Challenges in Farm Management**. The University of Reading, March 2012. <http://www.ecifm.rdg.ac.uk>

PIERANTONI, I. A. Few Remarks on Methodological Aspects Related to Sustainable Development. In: *Measuring Sustainable Development: Integrated Economic, Environmental and Social Frameworks*. Paris: OECD Publishing, 2004.

PIKETTY, T. **Le Capital au XXIème Siècle**. Éditions de Seuil: Paris, France, 2013.

PRADO, L. C. D. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2003.

RAVALLION, M. Inequality and Globalization: A Review Essay. **Journal of Economic Literature**, American Economic Association, v. 56(2), June 2018, pp. 620-642.

RIO DECLARATION. **Rio Declaration and Agenda 21**. Report on the UN Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, June 1992, pp. 3-14, UN Doc. A/CONF.151/26/Rev.1 (Vols.I-III). New York: United Nations.

STEGER, M. B. **Globalization: A very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

TRIDICO, P.; PARIBONI, R. Inequality, financialization and economic decline. **Journal of Post Keynesian Economics**, 41:2, 2018, pp. 236-259.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Review of Maritime Transport 2017**. Annual edition. New York and Geneva: UNCTAD, 2017.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Seventieth session. New York: 21st October 2015.

UNITED NATIONS/WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Brundtland Report. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WISMAN, J. D. Wage stagnation, rising inequality and the financial crisis of 2008. **Cambridge Journal of Economics**, v.37, Issue4, July 2013, pp.921-945.

WORLD BANK. **World Development Report**. New York: Oxford University Press, 1992.

WORLD TRADE ORGANIZATION (2018). **World Trade Statistic Review 2018**. Available in: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2018_e/wts2018_e.pdf>. Access in: December 2018.

WUELSER, G.; POHL, C.; HADORN, G. H. Structuring complexity for tailoring research contributions to sustainable development: a framework. **Sustainability Science**, 7(1), 2012, pp. 81-93.

SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UMA ANÁLISE TEÓRICA

Joseane da Silva Rodrigues

E-mail: joseanee.rodrigues@gmail.com

Darliane Ribeiro Caldas

E-mail: darllydrew@gmail.com

Rochele Kaline Reis de Medeiros

E-mail: rochele.reis@ifrn.edu.br

Trabalho

JOB SATISFACTION: A THEORETICAL ANALYSIS

ABSTRACT: This article is part of a research project which is being developed in the IFRN Campus Nova Cruz since August of 2016. The objective of this study is to present a theoretical analysis about job satisfaction. To this end we performed a bibliographic research and depicting the theme and satisfaction on two theoretical models of evaluation of satisfaction: The scale of job satisfaction (EST) proposed by Siqueira (1995) and the factors proposed by Silva, Ramos and Campos (2004). The bibliographical research revealed that the two analyzed models feature five factors or dimensions that interfere with the satisfaction at work, there is a lot of agreement between them. The factors learning, motivation and promotions at work appear as divergent points. The study allows us to conclude that the authors understand the factors that interfere with the satisfaction of work so much.

KEYWORDS: Satisfaction, scale EST, Job

1 | INTRODUÇÃO

Associada a manutenção e sobrevivência no mercado, a satisfação no trabalho é um dos

RESUMO: Este artigo faz parte do projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido no IFRN Campus Nova Cruz desde agosto de 2016, tendo sido apresentado no XII CONGIC. O objetivo deste estudo é apresentar uma análise teórica sobre a satisfação no trabalho. Para tal foi realizada uma pesquisa bibliográfica e descritiva sobre o tema satisfação e sobre dois modelos teóricos da avaliação da satisfação: A Escala de Satisfação no Trabalho (EST) proposta por Siqueira (1995) e os fatores propostos por Silva, Ramos e Campos (2004). A pesquisa bibliográfica revelou que os dois modelos analisados apresentam cinco fatores ou dimensões que interferem na satisfação no trabalho, havendo muita concordância entre eles. Os fatores aprendizagem, motivação e promoções no trabalho surgem como pontos divergentes. O estudo permite concluir que os autores percebem os fatores que interferem na satisfação do trabalho de maneira muito aproximada.

PALAVRAS-CHAVE: Satisfação, Escala EST,

principais desafios para as organizações atuais. Siqueira (1995), já afirmava que a satisfação no trabalho adentra o século XXI como um dos múltiplos conceitos que abordam a afetividade no ambiente de trabalho.

As empresas buscam treinamentos e estratégias que acolham e proporcionem o bem estar aos seus colaboradores. O ambiente de trabalho se caracteriza por condições materiais e físicas, assim como psicológicas e sociais. A necessidade de investir e melhorar as práticas ligadas a esses fatores fazem com que as organizações valorizem cada vez mais pesquisas como esta que hora se apresenta. O desempenho de uma organização é demonstrado na atuação das pessoas que a compõem, logo, conhecê-las e entendê-las é fundamental.

Siqueira (2008) também reforça a relação que existe entre a satisfação no trabalho e as políticas e práticas gerenciais, sobretudo as relacionadas às percepções de justiça no trabalho. Trata-se de um conceito integrado a diferentes disciplinas e a individualidade de cada um. O que satisfaz uma pessoa pode não satisfazer a outra pessoa da mesma equipe.

Compromisso, motivação, entrega, comprometimento, lealdade e participação são temas derivados da satisfação. Silva, Ramos e Campos (2004) afirmam que a satisfação gera o comprometimento afetivo e o comprometimento calculado. Permitindo compreender que o funcionário satisfeito cria e desenvolve afeição ao trabalho e em muitas situações adota a visão utilitária de que ao fazer, ao atender, ao conquistar será recompensado.

Diante disso, muitos estudos são feitos com o objetivo de identificar os níveis de satisfação dos colaboradores. Perrone et al. (2014), em entrevista com 10 jovens, identificou que o trabalho não é visto como uma obrigação moral e econômica apenas, mas como parte da vida, implicando reconhecimento afetivo e satisfação. Costa (2014) aponta em sua pesquisa que o comprometimento coletivo é fundamental para consolidação da satisfação no trabalho dos gestores, uma vez que seus resultados confirmaram a importância da integração e da valorização da chefia para com o trabalho dos funcionários.

Ademais, Araújo (2015), em seu estudo com professores de contabilidade por todo o Brasil, afirma que o principal fator a gerar satisfação é a realização pessoal e identifica fortes índices de motivação desses docentes. Já na pesquisa de Ruza et al. (2015) os docentes se encontram em condições precárias de ensino e com fortes índices de desmotivação em Brasília. No estudo de Fernandes e Noronha (2015), os autores identificam níveis de estresse de professoras em Belo Horizonte e associam com a satisfação que possuem. Fogaça (2014) chama a atenção para a relação entre bem estar, satisfação e desempenho individual em seu estudo em Brasília, por fim, afirma que trabalhador feliz é mais produtivo.

Além desses estudos, Silva (2016), em sua pesquisa com professores e técnicos no Distrito Federal, constatou que os trabalhadores mais satisfeitos também são aqueles mais comprometidos e que essa satisfação pode variar de acordo com o

tempo de experiência do profissional. Por fim, fica registrado a importância deste tipo de pesquisa para a promoção de estratégias organizacionais.

Tendo essas informações como “pano de fundo”, o presente trabalho objetivou apresentar uma análise teórica sobre a satisfação no trabalho. O estudo do tema satisfação se justificou nas três amarras sugeridas por Roesch (2005): importância, oportunidade e viabilidade. A pesquisa foi importante porque as organizações precisam ter funcionários satisfeitos e motivados com as funções que desempenham. E para tal, é necessário conhecer os fatores que estão interferindo na satisfação ou insatisfação no trabalho.

A investigação foi oportuna porque o cenário político e econômico atual propicia pressões e questionamentos em todas as esferas desafiando a competência dos que estão no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, os trabalhadores precisam mesmo diante das crises e turbulências, se manter produtivos e satisfeitos com o trabalho. O desenvolvimento da pesquisa se mostrou viável porque os custos para desenvolvê-la foram baixos.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As pessoas formam a base da sociedade, assim como a de qualquer empresa, instituição pública ou organização do terceiro setor. Para Cury (2014), em um sistema totalmente capitalista, torna-se cada vez mais frequente as manifestações de stress, depressão, ansiedade e síndromes do pensamento acelerado (SPA) em decorrência do excesso de trabalho, consumo e informação (PASCHOAL E TAMAYO, 2015). Os problemas de saúde, cansaço, motivação e mau desempenho das funções podem ser evitados através da adoção de medidas que visem à promoção da qualidade de vida do colaborador.

Perrone *et al.* (2014) afirmam que o trabalho não pode ser visto somente como uma obrigação moral ou econômica, mas como um fator que faz parte da vida e que necessita da satisfação. Atualmente, a Geração Y compõe a maior parte dos integrantes das empresas e esse tipo de colaborador não se sente, necessariamente, útil em organizações que conservam os sistemas tayloristas-fordistas. A nova geração precisa que o trabalho proporcione o desenvolvimento profissional e pessoal (PERRONE *et al.*, 2014).

Segundo Chiavenato (2010), o contexto da gestão de pessoas é formado pela relação de dependência entre colaboradores e organização, uma vez que os indivíduos podem alcançar o sucesso pessoal e profissional através do trabalho, assim como as empresas podem atingir suas metas e objetivos. Nesta área da administração, existe um conjunto de processos voltados para os funcionários, são eles: processos de agregar pessoas, aplicar pessoas, recompensar pessoas, desenvolver pessoas, manter pessoas e monitorar pessoas (LIMONGI-FRANÇA 2008 e MILKOVICH e BOUDREAU, 2008).

Especificamente, o processo de manter pessoas é o foco deste estudo. Tanto Chiavenato (2010) quanto Bohlander e Snell (2009) e Robbins (2005) concordam no entendimento de que esses tipos de ações são voltados para criar condições de satisfação com as atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho. Incluem-se nesses métodos treinamentos e ações relacionadas à segurança, qualidade de vida, disciplina, administração da cultura da organização, motivação e clima organizacional.

Para Hackman e Oldham (1975 *apud* COSTA, 2014), o trabalho em si deve conter características que proporcionem a satisfação do colaborador com a função, como: a) a responsabilidade percebida pela função que desempenha; b) se o trabalhador enxerga a importância do seu trabalho para a organização; e c) o quanto o trabalhador conhece o motivo dos resultados e o seu desempenho.

Para Souza (2014), conhecer o nível de satisfação dessas pessoas com o seu trabalho pode ajudar a encontrar indicadores que melhorem as condições enfrentadas por elas. Rebouças *et al.* (2007 *apud* SOUZA, 2014) entendem que a satisfação no trabalho é um estado emocional propiciado pela interação entre os profissionais, suas características, valores e expectativas com o ambiente empresarial e a organização. É interessante ressaltar que ainda se confunde satisfação com o bem-estar, a motivação, o afeto e o clima organizacional.

Mota (2014) salienta que, dentre os aspectos positivos que o trabalho pode propiciar, o bem-estar é um dos aspectos que pode ser observado no ambiente organizacional, uma vez que alinha aspectos fisiológicos e psicológicos a saúde deste trabalhador. Fogaça (2014) entende o bem-estar como um estado de satisfação consigo mesmo e com o meio em que está inserido.

Sobre a lógica de Brief e Weiss (2002 *apud* FOGAÇA, 2014), os estudos sobre afeto no trabalho datam de 1930, tendo como principal pioneiro os Estados Unidos da América. Em seus estudos, Brief e Weiss afirmam que afeto e satisfação estão intimamente ligados, já que (durante décadas) foram considerados equivalentes. Posteriormente, os estudos relacionados ao afeto passaram a ser considerados como uma dimensão da satisfação no trabalho. Além disso, Siqueira (2008 *apud* Barros, 2015) ressalta que a satisfação também foi tratada como parte do processo motivacional durante um longo período.

Com relação ao clima organizacional, trata-se do ambiente interno ou atmosfera psicológica com a qual o colaborador convive (OLIVEIRA *et al.* 2012; LUZ, 2003). Esse ambiente pode ser positivo ou negativo e essa condição está diretamente ligada a satisfação das necessidades dos indivíduos. Para Chiavenato (2010), a motivação de determinados comportamentos pode ser em decorrência do clima organizacional, pois possui a capacidade de influenciar no desempenho das pessoas.

Para o melhor entendimento do conceito de satisfação do trabalho, torna-se necessário citar ideias até pouco tempo consideradas verdadeiras. Frederick Taylor, considerado o pai da administração científica, em seu sistema trabalhista acreditava que o aumento da produtividade estava associado aos incentivos financeiros que

os funcionários recebiam. A estrutura de trabalho, baseada na repetição em série, provocava o cansaço rápido dos indivíduos e a desmotivação (MAXIMIANO, 2000; ROBBINS, 2002). Sendo assim, a satisfação e motivação foram confundidas com algo externo, que poderia ser suprido, essencialmente, com benefícios financeiros e materiais.

No entanto, novos estudiosos surgiram na história para incorporar novos ideais à administração. A Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow provou que a excelência no trabalho está associada a diversos fatores e não só a recompensas financeiras. E mais ainda, que a recompensa financeira é considerada um fator higiênico e não motivacional como se acreditava (HITT, MILLER e COLELLA, 2007; LIMONGI-FRANÇA 2008; RIBAS e SALIM, 2013). Atualmente, o salário é considerado uma consequência do bom desempenho em uma empresa. As pessoas possuem maior interesse em adquirir conhecimentos e se sentirem realizadas com o que fazem.

Neste contexto, Robbins (2005) conceitua a satisfação no trabalho como sendo a atitude geral de uma pessoa em relação a sua função, envolvendo as relações de trabalho e até mesmo as relações de poder [...] sua história e os desejos no sentido singular e coletivo. Para Marques *apud* Locke (BERGAMINI e CODA, 1990), a satisfação no trabalho é entendida como a relação existente entre o que o colaborador espera do seu trabalho e a percepção do que está obtendo. Afirma, ainda, que é um estado de prazer emocional em que o funcionário avalia o quanto seus objetivos estão sendo alcançados através do seu trabalho.

Ao definir a satisfação Martinez (2003), esclarece que a satisfação dos funcionários é consequência da justiça percebida por estes, quando fazem comparações entre os esforços demandados no trabalho (educação, tempo de casa, desempenho) e as recompensas recebidas (pagamento real, benefícios, e recompensas psicológicas e sociais), ao mesmo tempo em que fazem comparações com outras pessoas e ou empresas, que servem como referências. Tanto Chiavenato (2010) quanto Siqueira (2008) e Valle (2007) concordam no fato de que a satisfação no trabalho gera um estado positivo, resultando em uma melhor produtividade.

Tomando como base os resultados dos estudos de Oliveira *et al.* (2012) e Silva *et al.* (2013), em que as análises do primeiro foram feitas em instituições públicas/privadas da cidade de Guaratinguetá e o segundo em uma empresa de materiais rodantes sem identificação do local de coleta de dados, constatou-se uma preocupação considerável das organizações em oferecer um ambiente de trabalho agradável aos seus colaboradores, bem como o desejo de adotar estratégias que visem uma contribuição para com a motivação e realização dos indivíduos.

Com relação aos funcionários, no primeiro artigo, foram identificadas maiores dificuldades para satisfazer a coletividade e, ao mesmo tempo, facilidades para atender ao individualismo. Além disso, constatou-se que a positividade do clima organizacional gera confiança e segurança para os colaboradores, assim como a negatividade provoca desconforto e baixo desempenho de suas funções. No segundo artigo, a garantia para

a motivação e satisfação dos trabalhadores caracterizou-se pelo enriquecimento das tarefas, ampliação das responsabilidades e desafios profissionais; sem descuidar dos fatores ligados a segurança, benefícios, ferramentas de trabalho, salários adequados e o reconhecimento profissional.

2.1 Conhecendo a Est – Escala de Satisfação no Trabalho

A Escala de Satisfação no Trabalho- EST proposta por Siqueira (1995) é composta por 25 itens distribuídos em cinco dimensões, Cada dimensão se propõe a analisar cinco itens relacionados a dimensão específica, conforme demonstrado no quadro 1.

A primeira dimensão mede a satisfação dos colaboradores com os próprios colegas; na segunda dimensão a escala mensura a satisfação com o salário; na terceira dimensão o instrumento mede a satisfação dos colaboradores com a chefia; na quarta dimensão é medida a satisfação dos colaboradores com a natureza do trabalho e na quinta e última dimensão, a escala mensura a satisfação dos colaboradores com as promoções dentro das organizações.

DIMENSÕES	DEFINIÇÕES	ITENS
Satisfação com os Colegas	Contentamento com a colaboração, a amizade, a confiança e o relacionamento mantido com os colegas de trabalho.	1 ao 5
Satisfação com o salário	Contentamento com o que recebe como salário se comparado com o quanto o indivíduo trabalha, com a capacidade profissional, com o custo de vida e com os esforços feitas na realização do trabalho.	6 ao 10
Satisfação com a chefia	Contentamento com a organização e capacidade profissional do chefe, com o seu interesse pelo trabalho dos subordinados e entendimento entre eles.	11 ao 15
Satisfação com a natureza do trabalho	Contentamento com o interesse despertado pelas tarefas, com a capacidade de elas absorverem o trabalhador e com a variedade das mesmas.	16 ao 20

Satisfação com as promoções	Contentamento com o número de vezes que já recebeu promoções, com as garantias oferecidas a que é promovido, com a maneira de a empresa realizar promoções e com o tempo de espera pela promoção.	21 ao 25
-----------------------------	---	----------

QUADRO 01: Dimensões, definições e itens da EST em sua forma completa com 25 itens.

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza teórica e segue uma abordagem descritiva. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com os principais autores que investigam o tema satisfação no trabalho. Segundo Roesch (2005) a pesquisa bibliográfica objetiva sustentar ou fundamentar teoricamente o estudo. Ela antecede a pesquisa de campo. A pesquisa descritiva busca descrever a realidade que envolve o tema. Tanto Gil (2010) quanto Vergara (2013) entendem que a pesquisa descritiva expõe os principais temas e conceitos essenciais ao tema.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O resultado da análise bibliográfica realizado será apresentado priorizando os principais modelos propostos na literatura para se avaliar a satisfação no trabalho. Entre estes merece destaque o de Silva, Ramos e Campos (2004) e a escala de Satisfação no trabalho proposta por Siqueira (1995).

Os dois estudos se configuram em instrumentos ou ferramentas que permitem objetivar ou quantificar algo tão subjetivo como a satisfação ou o prazer em trabalhar. Residindo neste ponto a consonância entre as propostas.

Nesta perspectiva Silva, Ramos e Campos (2004) defendem que a satisfação gera o que eles denominam de comprometimento afetivo e comprometimento calculado. Uma vez satisfeito o colaborador passa a se comprometer com a organização em que atua.

E segundo estes autores, a satisfação é influenciada por cinco fatores conforme demonstrado na figura 2.

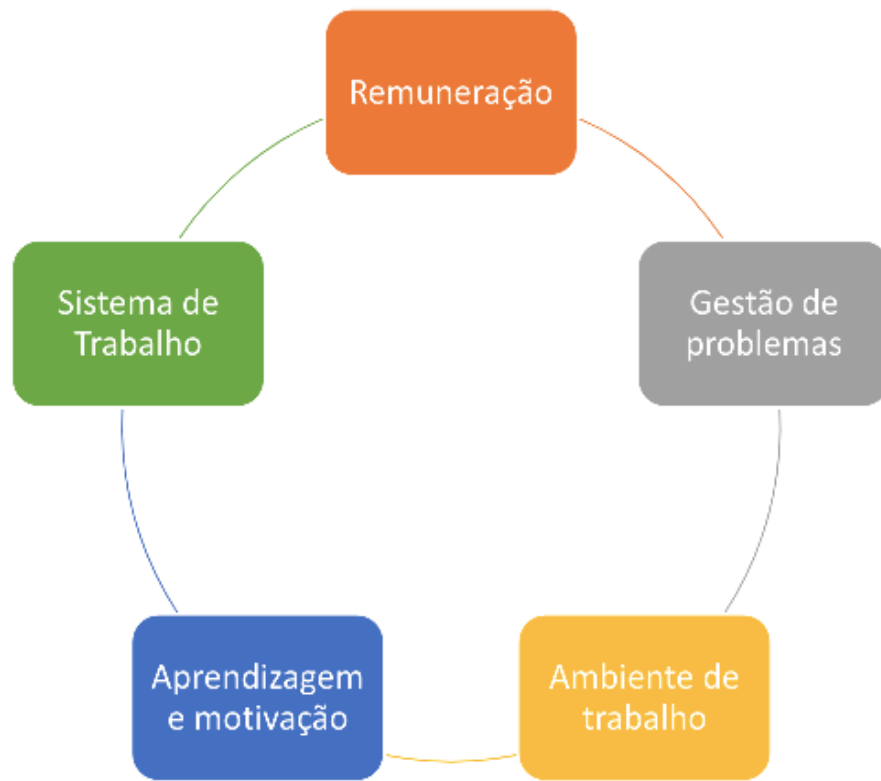


Figura 2: Fatores que interferem na satisfação do empregado

Já a Escala de Satisfação no Trabalho- EST proposta por Siqueira (1995) é composta por 25 itens distribuídos em 5 dimensões. A figura 3 revela as dimensões que a escala pretende medir e identificar a satisfação.



Figura 3: Dimensões da Satisfação presentes na Escala EST.

O Primeiro ponto comum identificado entre os dois modelos é o fator salarial. É fato que Silva, Ramos e Campos (2004) contemplam a remuneração que é a junção de salários com benefícios e Siqueira (1995) enfatiza o salário e a comparação que o funcionário faz entre esforço do seu trabalho e o recebimento.

A satisfação com a natureza do trabalho também se traduz num ponto em comum com os dois modelos. Denominada por Silva, Ramos e Campos (2004) como sendo sistema de trabalho. Neste ponto, os dois modelos lançam luz sobre a execução e desafios relacionados às tarefas realizadas durante o trabalho.

Apesar de na teoria dos dois fatores preconizada por Herzberg entender que a relação com a liderança é um fator insatisfaciente, ou seja, se for uma relação positiva, não aumenta a satisfação; mas se for conflituosa, gera a insatisfação (ROBBINS, 2005). Os dois modelos enfatizam a questão da relação com as chefias e a maneira como os problemas são conduzidos e resolvidos.

O fator satisfação com os colegas proposto por Siqueira (1995) contempla uma parte do critério apresentado por Silva, Ramos e Campos (2004), denominado de ambiente de trabalho. As relações de amizade, o espírito de colaboração e os relacionamentos entre as pessoas, e até mesmo o clima organizacional, interferem na satisfação.

Por outro lado, Silva, Ramos e Campos (2004) chamam a atenção para a influência da aprendizagem e motivação na satisfação. Este ponto concorda com a teoria dos dois fatores proposta por Herzberg que os classifica como fatores Satisfacientes (ROBBINS, 2005).

Já escala EST, proposta por Siqueira (1995) lança luz sobre a contribuição das promoções para o alcance e crescimento da satisfação com o trabalho. A política de promoção adotada pela organização, as oportunidades de crescimento e garantias são balizadoras deste quesito.

5 | CONCLUSÕES

O presente artigo objetivou apresentar uma análise teórica sobre o tema satisfação no trabalho. A pesquisa realizada esclarece que apesar da subjetividade inerente ao tema; existem na literatura modelos que se propõe a investigar e medir a satisfação no trabalho.

Nesta linha de pensamento foi realizada uma comparação com duas propostas: a de Silva, Ramos e Campos (2004) com a de Escala de satisfação no trabalho proposta por Siqueira (1995). A pesquisa permite concluir que os autores percebem os fatores que interferem na satisfação do trabalho de maneira muito aproximada. A variação ocorre em muitas situações de acordo com a denominação dada ao critério, mas que de fato na essência são sinônimos.

Os dois modelos analisados apresentam cinco fatores ou dimensões que

interferem na satisfação no trabalho. Entre os fatores de concordância dos dois modelos estão: a remuneração, o trabalho e suas tarefas, a influência da liderança ou chefia e a relação com os colegas ou pares. Entre os pontos divergentes estão à aprendizagem e motivação e as promoções.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, S, T. Satisfação dos professores de contabilidade no Brasil. Uberlândia, Brasil, dez. de 2015.
- BOHLANDER, G.; SNELL, S. **Administração de recursos humanos**. Tradução da 14.ed. Norte-americana. São Paulo. 2009.
- BARROS, C, F. **Motivação e satisfação no trabalho dos servidores técnicos administrativos em educação**. Catalão, Brasil, 2015.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. 3.ed. São Paulo. 2010.
- COSTA, V. **Comportamento de cidadania organizacional**: sua interação com os valores organizacionais e a satisfação no trabalho. Santa Maria/RS, Brasil, 2014.
- CURY, A. **Ansiedade** [recurso eletrônico]: como enfrentar o mal do século, a síndrome do pensamento acelerado: como e por que a humanidade adoeceu coletivamente, das crianças aos idosos. São Paulo: Saraiva, 2014.
- FARIAS JÚNIOR, H.G.; SILVA, J.B. **Clima organizacional**: Um estudo com os técnicos administrativos do IFRN-Campus Nova Cruz. Trabalho de conclusão de curso do Curso de Técnico em Administração do IFRN. Nova Cruz, 2015.
- FERNANDES, C, D; NORONHA, P, P A. **Vulnerabilidade ao estresse e satisfação no trabalho de funcionários públicos**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 21, n.3, p. 621-637, Dez. 2015.
- FOGAÇA, N. **“Trabalhador feliz é mais produtivo?”**: A relação entre bem-estar no trabalho, satisfação no trabalho e desempenho individual no trabalho e o papel dos componentes da estrutura organizacional. Brasília, Brasil, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HITT, M. A.; MILLER, C C.; COLELLA, A. **Comportamento organizacional**- Uma abordagem estratégica. Rio de Janeiro: LTC, 2007
- LIMONGI-FRANÇA, A. C. et al. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gerente, 2008.
- LUZ, R. S. **Gestão do clima organizacional**: Proposta de critérios para metodologia de diagnóstico, mensuração e melhoria. Estudo de caso em organizações nacionais e multinacionais localizadas na cidade do Rio de Janeiro, 2003. Dissertação.
- MARQUES, R. J. **Satisfação no trabalho**: o desafio de integrar toda a equipe. 2013. Acesso em agosto de 2016. Disponível em: ibccoaching.com.br.
- Martinez, M. C.; Paraguay, A. I. B. B. **Satisfação e saúde no trabalho- aspectos conceituais e metodológicos**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2003, vol. 6, pp. 59-78.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

- MILKOVICH, G; BOUDREAU, J. **Administração de recursos humano**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MOTTA, F.C; VASCONCELOS, I. G. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- MOTA, S, E, P. **Um estudo sobre a composição do construto bem-estar no trabalho**. Sergipe, Brasil, nov. de 2014.
- OLIVEIRA, D. *et al.* **Clima organizacional**: fator de satisfação no trabalho e resultados eficazes na organização. IX SEGet – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2012.
- PASCHOAL, T.; TAMAYO, Á. Impacto dos valores laborais e da interferência família: trabalho no estresse ocupacional. **Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa MAI-AGO 2005, Vol. 21 n. 2, pp. 173-180**. 2005. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a07v21n2.pdf>. Acesso em 2 jul. 2015.
- PERRONE, C. *et al.* **Geração Y e sociedade de controle**: desdobramentos acerca do trabalho. Revista de Ciências HUMANAS, v. 48, n. 1, pp. 154-175, abr. 2014
- ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- _____. **Administração Mudanças e Perspectivas**. São Paulo, 2002.
- ROESCH, S. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005
- RIBAS, A. L.; SALIM, C. R. **Gestão de pessoas para concursos**. Leya, 2013.
- RUZA, M, F; SILVA, A, S; PÁDUA, C, K. **Ser professor universitário**: identidades construídas entre aspectos de satisfação e insatisfação profissional. Brasília, DF, v.21, n.44, p. 179-199, jan./abr. 2015.
- SILVA, K. *et al.* **Motivação como aumento da satisfação e melhoria de desempenho na empresa de materiais rodantes**. v. 04, nº 1, p. 23-45, JAN-JUN, 2013.
- SILVA, F. J.; Ramos, R. E. B.; Campos, A. C. C. F. **Desempenho Organizacional e Competitividade: Um estudo dos fatores que afetam a satisfação e a fidelidade dos empregados no ambiente de trabalho**. XXIV Encontro Nac. de Eng. de Produção - Florianópolis, SC, Brasil, 03 a 05 de nov de 2004.
- SILVA, B, J, M. **Satisfação com o trabalho e comprometimento organizacional**: Um estudo de caso com os servidores docentes e técnicos administrativos do IFPA – Campus Santarém. Brasília, Brasil, 2016.
- SIQUEIRA, M.M.M. **Antecedentes e conseqüentes do comportamento de cidadania organizacional: a análise de um modelo pós-cognitivo**. Tese de Doutorado. UnB, Brasília, 1995.
- _____. **Medidas do comportamento organizacional**: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto alegre: Artmed, 2008.
- VALLE, A. R. **Monitoramento da satisfação no trabalho em uma empresa financeira**. Brasília, 2007
- VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO: ESTUDO DE CASO COM JOVENS DEFICIENTES INTELECTUAIS E A PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Carmelinda Parizzi

Centro Universitário Moura Lacerda, Pós-Graduação em Educação, Ribeirão Preto/SP

RESUMO: Este estudo está centrado na temática Deficiência Intelectual e Trabalho e tem como objetivo conhecer as percepções das pessoas com deficiência intelectual, e a sua inserção no mercado de trabalho de Ribeirão Preto, relacionadas ao processo de inserção, de execução de atividades laborais e referentes à receptividade das empresas contratantes. Os sujeitos desta pesquisa foram oito jovens com deficiência intelectual e múltipla (intelectual e visual), no município de Ribeirão Preto/SP. A inclusão destes jovens profissionais no mercado de trabalho formal, por via de regra, ainda está em andamento; todavia as pessoas com deficiência, mediante adequações e qualificação, vêm aos poucos ocupando um espaço importante nas empresas e na sociedade. A metodologia da pesquisa é de abordagem qualitativa, configurando um estudo de caso. Os arranjos e articulações teórico-metodológicas se fundamentam em autores da teoria marxista como: Clot, Mendes, Dejouris, Vygotsky. Os resultados do estudo mostram a influência do trabalho na construção da identidade pessoal, profissional e social dos jovens entrevistados. Concluiu-se que territórios

como trabalho, emprego e pertencimento aos grupos sociais são universos considerados legítimos na formação de categorias sociais por serem responsáveis pelo modo como esses jovens com deficiência se identificam e são identificados pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Sentido do Trabalho; Deficiência Intelectual; Inclusão.

THE PERSON WITH DISABILITY AND WORK:
CASE STUDY WITH YOUNG INTELLECTUAL
DISABILITIES AND THE INSPECTION
PERSPECTIVE IN THE LABOR MARKET

ABSTRACT: This study focuses on the following themes: Intellectual Disability, Education and Work, and attempts to assess the contributions of the Education for Work Program – Trampolim, whose goal is inserting people in the job market, according to the perspective of its alumni. There were eight participants in the study with intellectual and multiple disabilities (intellectual and visual), alumni of the program, who graduated in 2011 and 2012 in the city of Ribeirão Preto/SP. Regular inclusion in the formal job market is still an ongoing process. However, people with disabilities, with the necessary adaptation and qualifications, have been gradually occupying an important space in companies and society in general. The study method was a qualitative

interview, configuring a case study. The theoretical-methodological arrangements and articulations are based on the following authors: Clot, Mende, Dejouris e Vygotsky. The results attest to the influence of the program in building the personal, professional and social identity of the young alumni interviewed. In conclusion, territories such as work, employment, education and belonging to social groups are legitimate universes within the formation of social categories, since these are responsible for how young people with disabilities identify themselves and how they are identified in turn by society.

KEYWORDS: Sense of Work; Intellectual Disability; Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho está cada vez mais competitivo, exigindo que o profissional esteja cada vez mais capacitado e atualizado para concorrer com oportunidades de sucesso às poucas vagas ofertadas.

Essa realidade não é diferente para as pessoas com deficiência intelectual, que almejam uma vaga no mercado de trabalho, mesmo contando com ações afirmativas que incentivam e promovem a inclusão no mercado de trabalho, através da Lei de Cotas, enfrentam dificuldades relacionadas à falta de qualificação para ocupar as vagas disponíveis.

A importância do trabalho possui relevância na sociedade atual, visto que o trabalho, muito além de suprir necessidades básicas e econômicas do homem, é fundamental para o desenvolvimento das relações sociais e de produção (MARX e ENGELS, 1984). Nesse sentido é inegável a relevância do trabalho para a configuração da subjetividade do ser humano, onde estar incluído no mundo do trabalho lhe atribui valor de pertencer a uma sociedade. O trabalho, por sua vez, se torna referência de vida do ser humano, onde estabelece relações afetivas, habilidades e competências, assumindo importância fundamental na saúde física e mental do homem (CLOT, 2007).

Segundo Dejours (2002) o trabalho, assume também, um papel importante no relacionamento social, não tendo, portanto, só a função de exercer atividade produtiva, mas também, a possibilidade de conviver, caracterizado pelas relações de desigualdade, poder e denominação, possibilitando acesso à construção do “Eu” no campo social.

Partindo da ótica de que o trabalho tem um papel fundamental no desenvolvimento do sujeito, de sua cidadania, é preciso lembrar que, como qualquer outro cidadão, a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho e ao uso de suas aptidões para o desenvolvimento de atividades, fazendo com que se sinta útil, produtiva e valorizada. Uma pessoa com deficiência possui capacidade para desenvolver um trabalho da mesma forma que pessoas não deficientes, desde que sejam respeitadas suas limitações e lhe sejam dados os meios adequados.

Sendo assim, é importante saber quem são as pessoas com deficiência

intelectual, bem como conhecer medidas legais para inserção das mesmas no mercado de trabalho.

A deficiência intelectual pode ser definida como:

Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas de conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. (BRASIL, 1997, p.15).

Este conceito, que foi atualizado pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2010), é demarcado por um funcionamento intelectual inferior à média, associado às limitações de adaptação que comprometam pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunicação, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho, desde que apareçam antes dos dezoito anos de idade, ocasionando, no dia a dia, dificuldades para aprender, entender e realizar atividades comuns para as outras pessoas.

A concepção de deficiência intelectual tem se modificado no processo histórico. Conceitua-se diferentemente a pessoa com deficiência em cada época, o que leva a deficiência a ocupar um lugar diferente em cada recorte social: de uma determinação metafísica, passou-se para condição orgânica, depois educacional e atualmente situa-se no âmbito das determinações sociais (AMIRALIAN et al, 2000).

O êxito das pessoas com deficiência no mercado de trabalho só é possível pela combinação de fatores como: as adaptações feitas no ambiente de trabalho, o uso de tecnologias adequadas, a sensibilização e a conscientização de todos os trabalhadores, e a qualificação profissional da pessoa com deficiência.

Considerando que o sujeito resulta de sua interação com o meio, que apresenta uma atitude discriminadora diante da pessoa com deficiência, produzindo uma disparidade artificial, com prejuízo para a sua identidade, constituindo sujeitos com baixa autoestima e limitações internas, surgem então, políticas sociais que nada mais são do que tentativas compensatórias denominadas de ações afirmativas, tendo como objetivo promover a igualdade entre grupos diferentes que compõem uma sociedade. (CANDAUI, 2002).

Assim, o Estado abandona a posição tradicional de neutralidade e passa a atuar “ativamente na busca” da concretização da igualdade, procurando minimizar atitudes discriminatórias que servem para segregar pessoas tanto profissionalmente como simbolicamente, criando a Lei nº 8.213/91 sobre reserva de vagas para deficientes no mercado de trabalho, conhecida também, como Lei de Cotas para pessoas com deficiências, como um dos instrumentos dessas ações afirmativas (BRASIL, 1991).

As ações afirmativas legais adotadas a fim de garantir a integração no mercado de trabalho das pessoas com deficiência que são produtivas e com uma

sensibilidade mais apurada em relação a outros aspectos trazem resultados positivos estimulando a solidariedade nos ambientes de produção; proporcionando acesso à renda e incentivando, também, o mercado de consumo de produtos e serviços especializados para essas pessoas. Com isso ocorre, indiscutivelmente, a promoção do desenvolvimento nacional (Art. 3º, II, da CF/88).

2 | OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo conhecer as percepções das pessoas com deficiência intelectual, e a sua inserção no mercado de trabalho de Ribeirão Preto, relacionadas ao processo de inserção, de execução de atividades laborais e referentes à receptividade das empresas contratantes.

3 | MÉTODO

Foi escolhido como metodologia para essa pesquisa o estudo de abordagem qualitativa, numa vertente de Estudo de Caso na pesquisa com pessoas que buscam a inserção no mercado de trabalho da cidade de Ribeirão Preto/SP.

Nesse estudo, primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico exploratório a fim de compilar os referenciais teóricos sobre o assunto. Em seguida, por meio de uma pesquisa com análise qualitativa, foram implementadas entrevistas semiestruturadas para as pessoas com deficiência intelectual, investigando aspectos ligados a opiniões e percepções relacionadas às expectativas, dificuldades de inserção, de execução de atividades laborais e referentes à receptividade das empresas contratantes.

Após transcrição, leitura e releitura das respostas, procedeu-se à análise, partindo-se dos conceitos abordados na revisão bibliográfica e dos objetivos deste estudo, definindo-se categorias como: legislação, concepção de deficiência, jovens no trabalho e projetos e sonhos dos jovens com deficiência.

Para garantir a linguagem comum utilizada, coloca-se sucintamente, o que se entende por cada uma das categorias:

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Legislação Refere-se à quando o entrevistado menciona qualquer aspecto referente à legislação, por exemplo, o direito da pessoa com deficiência no mercado de trabalho disposto na Lei nº 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas.	
Concepção de deficiência: Refere-se à interpretação dos diversos entrevistados quanto ao conceito de deficiência.	

<p>Jovens no trabalho Entendem-se as opiniões dos entrevistados expressas quanto à inserção no mercado de trabalho e a dimensão que o mesmo ocupa na vida dos jovens deficientes.</p>	
<p>Projetos e sonhos dos jovens com deficiência Entende-se as expectativas relacionadas aos vários aspectos existentes na vida dos entrevistados, quanto à profissionalização, à construção familiar, à conquista financeira e à manutenção para a família.</p>	

Tabela 01- Indica o significado das categorias definidas.

4 | O TRABALHO NA FORMAÇÃO DO SER SOCIAL

A História apresenta vários significados e valores do trabalho de acordo com a época e com as diferentes concepções influenciadas pelas ideias e modificações da sociedade; o que ocasiona sentimentos ambíguos no ser humano. Por uma perspectiva, é considerado um causador de sofrimento, uma obrigação que exige esforço, uma atividade realizada sem propósito e que faz do ser humano escravo de suas necessidades. Por outro lado, é fonte de realização e prazer, constituindo um meio de o ser humano se expressar e utilizar sua criatividade para modificar a realidade. Esta visão representa, também, dignidade; proporciona o desenvolvimento de aptidões fundamentais para a manutenção do indivíduo por seus próprios meios, ao gerar poder de consumo. Ainda sobre a ótica dos aspectos positivos, o trabalho gera sentimentos como o de considerar-se necessário e ser reconhecido pela sociedade (VASCONCELOS, 2002).

Ao abordar a categoria trabalho pretendemos localizar seu significado na realidade social, pois na trajetória histórica, até por questão de sobrevivência, o homem interage e modifica a natureza por meio de seu trabalho (SIRGADO, 1990).

O trabalho, enquanto relação social, é o que caracteriza a espécie humana. O homem humaniza-se por meio de seu trabalho. Esta visão sobre a humanização é esclarecida no artigo “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” escrito por Engels (1876, p.7):

Foram necessários centenas de milhares de anos — que na história da Terra tem uma importância menor que um segundo na vida de um homem — antes que a sociedade humana surgisse daquelas manadas de macacos que trepavam pelas árvores. Mas, afinal, surgiu. E o que voltamos a encontrar como sinal distintivo entre a manada de macacos e a sociedade humana? Outra vez, o trabalho.

O trabalho tem dupla função, uma de produzir (mundo objetivo), e outra de viver junto (mundo social). Com base nisso, Dejours (2002) coloca que o trabalho não deve ser pensado de maneira desvinculada de seu caráter social. O trabalho é parte essencial da vida do homem, uma vez que lhe dá “status” e o liga à sociedade. Portanto, trabalho é produção e relação social; exige coordenação e cooperação e satisfaz necessidades

exigidas pela produção. Em função disso, o ser humano, ao oferecer uma contribuição à atividade, recebe de volta uma retribuição. Essa retribuição não é só financeira, mas possui também uma função simbólica: o reconhecimento.

Na visão de Mendes (2012), no trabalho o homem se depara com oportunidades associadas às prescrições, aos procedimentos, ao manuseio de material ou das ferramentas, nas quais é preciso ter receptividade e cuidado para com as pessoas. Além disso, também se vê diante da oportunidade de conhecer colegas a quem deve aprender a conviver e com os quais será obrigado a interagir para chegar aos objetivos propostos pela produção.

Desta forma, “trabalhar não é somente executar atividades, é também fazer funcionar o tecido social e as dinâmicas intersubjetivas indispensáveis à psicodinâmica do reconhecimento” (DEJOURS, 2002, p.58). Assim, o trabalho vai além da execução de uma atividade; ele representa interação social, identificação em um grupo, reconhecimento, enfim, envolve o mundo social e subjetivo do ser humano.

Segundo Dejours (2009) o trabalho também é uma maneira de se relacionar socialmente e não tem apenas a função de exercer atividade produtiva, mas também a de possibilitar a convivência interpessoal. Essa convivência se caracteriza pelas relações de desigualdade, poder e dominação; e fomenta a construção do “eu” no campo social.

O acesso ao trabalho formal de pessoas com deficiência intelectual é uma realidade recente, precedida por um lento processo histórico, e que é baseada em obrigações legais nas atuais ações afirmativas sobre políticas de emprego que incentivam a inclusão.

Nos marcos histórico de lutas em favor das pessoas com deficiência, com seus avanços e retrocessos, somente agora a sociedade começa a valorizar as perspectivas autônomas e possibilidades de inclusão desses indivíduos. Porém, ainda observa-se o estigma da deficiência nos discursos e práticas. Os próprios profissionais da saúde continuam atribuindo às pessoas com deficiência intelectual o “status” do retardado, do “diferente”, do que foge à normalidade, colocando-os na condição de pessoa que não tem autonomia e necessita de medidas educativas criativas (MENDES, 2012).

Neste sentido, observa-se que existem na sociedade fatores religiosos, culturais, políticos, ideológicos, econômicos e psicológicos ainda arraigados, introjetados ou “aprendidos”; esses elementos causam a exclusão da pessoa com deficiência, historicamente considerada como não produtiva e fonte de ônus para as famílias e para a sociedade (MEC/SEESP, 2008).

Em vista desta concepção de pessoa com deficiência, é necessária uma mudança de paradigmas que compreenda o sujeito com deficiência como semelhante, como cidadão igual a qualquer outro em seus direitos e deveres - e que o leve a assumir seu espaço na sociedade a qual pertence (CANDAU, 2008).

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sujeitos entrevistados foram oito jovens com deficiência intelectual e múltipla, sendo dois do sexo masculino e seis do sexo feminino (Ágata, Ametista, Esmeralda, Jade, Perola, Cristal, Berilo e Citrino). Sendo quatro que ainda não estão inseridos no mercado de trabalho e outros quatro já inseridos. Desses inseridos dois estão trabalhando a um ano e outros dois a dois meses. A faixa etária dos entrevistados estava entre vinte e vinte e seis anos. Os dois sujeitos masculinos possuem entre 23 e 26 anos. Os demais, do sexo feminino, estavam na faixa etária entre 20 e 26 anos. Todos os entrevistados eram solteiros, seis deles viviam com a família e dois: Esmeralda e Berilo, estavam em união estável, se conheceram e começaram a namorar em um curso de qualificação profissional, e estavam morando sozinhos com acompanhamento da família. Em relação à situação de deficiência, percebe-se que cinquenta por cento deles apresentavam somente deficiência intelectual e cinquenta por cento, deficiência múltipla (intelectual e visual). Todos eram nascidos e residentes na cidade de Ribeirão Preto.

Em seguida vão ser apresentados os dados obtidos segundo as categorias definidas.

5.1 Legislação

Nesta categoria, procurou-se conhecer se os participantes tinham ou não conhecimento da Lei nº 8.213/91 sobre reserva de vagas para deficientes no mercado de trabalho, conhecida também como Lei de Cotas para pessoas com deficiências. Constatou-se que sete dos participantes (87,5%) não possuíam conhecimento sobre o assunto e apenas um (12,5%) tinha conhecimento. E quanto ao participante que possuía algum conhecimento sobre a referida Lei. Cabe ressaltar a declaração deste participante, revelando o pensamento sobre a Lei:

Acho que é uma hipocrisia, porque a empresa só vai contratar para cumprir uma obrigação, mas não vai se preocupar com o funcionário, vai deixa-lo a própria sorte. E com isso vejo muitos conhecidos com deficiência que vão trabalhar em supermercado e ficam muito tempo só empacotando, porque a empresa acha que estas pessoas, só tem capacidade de empacotar sacolas, no entanto têm muitos que poderiam trabalhar no setor de bebida, de hortifrúti, e até operador de caixa, por que não? (CITRINO).

Embora venha se destacando uma intensificação da atuação dos movimentos sociais pelo processo de inclusão das pessoas com deficiência, além do surgimento de leis que têm contribuído para a conquista do direito ao trabalho, ainda existe pouca divulgação e informação sobre esse direito - principalmente para as próprias pessoas com deficiência. Assim, criam-se barreiras para a inclusão laboral. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que ainda não havia real preocupação em colocar dentro do sistema produtivo os sujeitos com capacidade de trabalho limitada. Os deficientes não precisavam estar no mercado de trabalho, eles eram responsabilidade do Estado

que deveria abastecer-lhes com auxílio da rede de proteção estatal (SIMONELLI e CAMAROTTO, 2011).

Pelos índices fornecidos pelos entrevistados deste estudo, é importante que o Programa conte com informações mais aprofundadas sobre direitos adquiridos ao longo da caminhada de lutas das pessoas com deficiência, entre elas a reserva legal de vagas no mercado de trabalho.

5.2 Concepção de deficiência

As falas dos participantes trazem uma concepção negativa da deficiência. Para todos eles a deficiência se apresenta como uma condição de inferioridade e de diferença em relação aos outros, evidenciando-se o preconceito que permeia as relações humanas influenciando a percepção ou compreensão do seu ser, mediante experiências e vivências na sociedade. O sentimento que surge do significado da deficiência é de dor como na fala de Berilo:

Eu tinha muita dificuldade de convivência com os colegas, eles não me respeitavam, por causa de minha deficiência, eles falavam mal de mim, acho que pelo meu jeito de ficar assim (gesto de parado) eles achavam que eu era retardado, me chamavam de retardado. (Berilo).

Esses sujeitos descrevem claramente suas dificuldades de serem aceitos e de fazerem parte de um grupo social, devido à sua deficiência. Essas dificuldades podem comprometer a autoestima que é uma experiência íntima e que influencia na construção da sua identidade e na expressão de sentimento sobre si mesmo (BRANDEN, 2000).

5.3 Jovens no trabalho

Quanto ao tempo e atividade desenvolvida nas organizações desses jovens, percebe-se a situação de trabalho. Cinquenta por cento deles estão empregados e cinquenta por cento desempregados. A profissão e as atividades desenvolvidas na organização mostram que os jovens trabalhadores exercem a profissão de empacotador de supermercado, estoquista, auxiliar de salão de vendas de loja calçadista e responsável por atualizar os preços em supermercados. Os demais estão desempregados e trabalham ajudando em casa com serviços domésticos e jardinagem.

Quanto aos estudos científicos feitos sobre o deficiente no mercado de trabalho há diversas publicações (livros, periódicos, revistas, dissertações, teses, etc.), informações e informativos de órgãos governamentais e ONGs. Porém, a respeito da inclusão de deficientes intelectuais no mercado de trabalho, as discussões ainda são poucas e concentram-se na questão da igualdade de oportunidades em relação ao nível de escolaridade e à falta de qualificação.

Sobre isto, a autora Silva (2000) lembra que para o deficiente físico existe a adequação arquitetônica; para o deficiente visual, o sistema Braille em vários instrumentos; para o deficiente auditivo, a língua e a facilidade para as pessoas que não conhecem esta linguagem conseguirem se comunicar por meio de gestos. A

autora comenta que os indivíduos que apresentam deficiências, apesar do tratamento discriminatório, conseguem se comunicar. Isso não acontece com o deficiente intelectual, pois nos discursos produzidos pela sociedade ele não tem uma posição discursiva legítima, ou seja, ele é mantido em silêncio.

Segundo a mesma autora, a deficiência intelectual é tomada como uma “falta”, prejudicando a constituição do deficiente como sujeito e o seu processo de significação. Isso o leva a ser visto pela sociedade como um “sem sentido”, inclusive com apoio jurídico na questão de interdição (Art. 26 do Código Penal).

Quando se perguntou à participante Pérola (que não frequentou escola regular e veio a ser alfabetizada no Programa Trampolim), sobre sua expectativa de desenvolver outras funções, além de empacotadora na empresa (função desenvolvida há dois meses e sendo este seu primeiro emprego), percebe-se sua insegurança quanto à capacidade de desenvolver tarefas mais complexas:

Não, por enquanto prefiro fazer só isso, preciso aprender outros serviços, então, por enquanto, não quero mudar de função; este serviço é fácil, e eu consigo fazer sem problemas. Algumas coisas diferentes eu já estou fazendo que é ir pesar as frutas quando o cliente esquece (PÉROLA).

Esta fala demonstra o medo do diferente para a jovem com deficiência intelectual, principalmente porque ela pode ter sido considerada incapaz e colocada à margem da sociedade, ou ainda, ter sido tratada de uma forma assistencialista e piedosa, como discutido por Sasaki (2003). Para este sujeito resgatar sua autoestima, seria necessário um trabalho que deve ser realizado em conjunto com o empregador através de processos de acompanhamento, treinamento e adaptações às rotinas de trabalho. O treinamento dentro das empresas deve ser uma atividade contínua, constante e ininterrupta (CHIAVENATO, 1999).

Segundo Amaral (1994), o trabalho exerce uma significativa importância na vida da pessoa com deficiência intelectual porque a autoestima, a autoimagem, o sentimento de pertencer a um grupo social, passam, frequentemente, pela capacidade de se sentir útil, de ter condições de produzir e de se ver reconhecido pelos demais. Os depoimentos de Cristal e Citrino evidenciam isso:

Mas minha vida mudou mesmo depois que comecei a trabalhar. Mudou minha cabeça, hoje ela não é mais vazia, gosto do que faço, procuro sempre ter iniciativa e fazer as coisas que é preciso na loja. Meu gerente disse que sou importante pra eles do jeito que sou. E me defende sempre (CRISTAL).

Estou amando trabalhar, tudo de bom, o pessoal bem receptivo, o local de trabalho é agradável, eu vou em diversos supermercados [...] hoje acordo com vontade de trabalhar, a empresa está sempre mudando a gente de loja, mas nesta última eu me sinto muito bem, me apeguei e já conheci o processo desta loja, porque das três lojas que passei esta é a que me senti mais respeitado como pessoa (CITRINO).

Por meio destes relatos, percebe-se a importância que o trabalho exerce na vida destas pessoas - e de qualquer ser humano, como explica Marx (2007). O trabalho é algo que não se pode eliminar da vida humana, pois é fundamental para o

desenvolvimento da capacidade de realizar-se como ser livre e universal no curso da história e, ao mesmo tempo, no curso mais imediato da existência. É por meio desta atividade, considerada vital por Marx, que o homem objetiva o seu espírito no mundo e materializa suas inquietações, ideias e sentimentos; molda, assim, sua existência.

Diante das imposições sociais às quais os deficientes intelectuais tiveram que se submeter, pôde-se perceber que a pessoa com deficiência, quando se apropria do trabalho, toma este como justificativa para provar a si e aos outros que é capaz de levar uma vida produtiva. O trabalho, portanto, se torna instrumento de afirmação.

O sentimento de reconhecimento da identidade pessoal e social fica evidente ao se rever a resposta de Citrino quando perguntado sobre o medo de perder o emprego e de procurar outro:

Eu penso que, se isso acontecer, este tempo foi uma escola, porque meu currículo já não é o mesmo, tenho uma empresa de nome nele e funções que consigo desempenhar. Então, se hoje eu sair da empresa, sem emprego eu não fico, porque, além do que eu aprendi, fiz muita amizade, e conheço muita gente (CITRINO).

Percebe-se que muito se caminhou, e hoje, a inclusão no mercado de trabalho começa a tomar proporções, principalmente pela conscientização da sociedade sobre as potencialidades desses indivíduos, onde as pessoas com deficiência estão a cada dia, mais próximas da igualdade em termos de capacitação, competência e proatividade, tornando-se sujeitos de transformação da sociedade.

5.4 Projetos e sonhos dos jovens com deficiência

Os jovens entrevistados apresentam sonhos e projetos relacionados com aspectos vivenciados no cotidiano de suas famílias como: vida profissional, conquista da casa própria, na continuidade de seus estudos para crescimento profissional, na conquista de um emprego para a realização do desejo de consumo e também para a manutenção da estrutura familiar e a possibilidade de ter filhos, e até mesmo projetam e sonham em realizarem-se profissionalmente como os relatos a seguir.

Ter um emprego me deixaria muito feliz, porque poderia comprar minhas coisas sem que ficassem pegando no meu pé. Ai eu poderia guardar um dinheiro para meus sonhos: comprar uma casa e um cachorro (AMETISTA).

Eu estou pensando em voltar a estudar na parte da noite, para ajudar lá no meu serviço. Acho importante estudar. Ajuda a cabeça. Na verdade gostaria de estudar para aprender a fazer conta e poder trabalhar no caixa, igual às meninas que trabalham na loja, elas tem estudo. Eu preciso me adaptar. Meus colegas estão me incentivando a voltar a estudar. Mas tenho dificuldade em matemática (CRISTAL).

Nos discursos dos jovens a seguir, fica claro que eles não deixam de ter projetos futuros, sonhos e expectativas em realizar-se profissionalmente.

Estou trabalhando, mas eu gostaria muito de ser cabelereira, pretendo fazer um curso, tem um salão perto de minha casa e a dona disse que vai me ensinar (PÉROLA).

Quero ser gerente, e assim como a empresa que trabalho me capacitou, porque comecei de baixo, daqui a cinco anos quero estar lá em cima e capacitar outro menino assim como eu, deficiente, e dentro de cinco anos quero que ele esteja lá em cima junto comigo e assim sucessivamente. Do jeito que aprendi, ensinar. E, na minha vida pessoal, quero casar ter uma família, ter uma vida estável, uma vida legal (CITRINO).

Mesmo entre dúvidas e escolhas que vivenciam, os jovens desta pesquisa conscientes de seus limites buscam formas de tornarem-se sujeitos de suas próprias vidas e de seus desejos. Como o autor Heidegger (2001, p.260) coloca “no desejo, a presença projeta o seu ser para possibilidades as quais não somente não são captadas na ocupação como não se passa ou se espera, sequer uma vez, a sua realização”. Com isso, o simples fato de existir projetos e sonhos em seus imaginários os impulsiona a desenvolver e acreditar em suas capacidades.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a sociedade seja justa e igualitária, é fundamental que as pessoas sejam vistas em suas relações sociais como sujeitos diferentes em suas condições, porém com direitos iguais de exercerem sua cidadania tanto na comunidade, na escola como no trabalho.

O processo de inclusão das pessoas com deficiência é marcado pela elaboração de leis, pois se sabe que a sociedade e as atividades da vida social não são pensadas para estas pessoas. Por isso, se fazem necessárias medidas protetivas em diversas áreas. No tocante ao trabalho, além da reserva percentual de vagas, instituem-se várias formas de contratação, prevendo apoio ao trabalhador deficiente e sanções às discriminações.

Identificaram-se, por meio dos resultados apontados nesta investigação, a influência do trabalho e da educação no auxílio da construção da identidade do sujeito. Os territórios profissionais (o trabalho, o emprego, a formação e o pertencimento a grupos) são horizontes considerados legítimos e apropriados para a construção de categorias sociais, sendo também responsáveis pelo modo como os indivíduos se identificam e são reconhecidos socialmente.

E é, por meio de experiências tão valiosas, que estes jovens deixam claro que a inclusão é um desafio, que gera mudanças na família, na escola como no trabalho. A sociedade por sua vez está em processo de superação do preconceito de forma a possibilitar a inclusão efetiva, porém o mercado de trabalho ainda necessita de ações afirmativas, por parte do governo, para que estes tenham mais oportunidades, mostrando para as empresas que o deficiente intelectual é capaz, responsável, dedicado e também produtivo.

REFERÊNCIAS

BRANDEN, N. **Autoestima**: como aprender a gostar de si mesmo. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.ipasm.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/leis/lei_8213.pdf. Acessado em: 25 de nov. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 6ª ed., atualizada até EC nº 52/06. São Paulo: Atlas, 2006.

CANDU, Vera M. Ferrão. **Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s)**: uma aproximação. Educação e Sociedade, ano XXIII, nº 79, agosto/2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 2007.

DEJOURS, C. **O fator humano**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FIAMENGHI JR Geraldo A. & MESSA Alcione A. **Pais, Filhos e Deficiência**: Estudos Sobre as Relações Familiares. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Parte I. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX e ENGELS. A Ideologia Alemã (Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4ªed. São Paulo, Hucitec, 1984.

SILVA N. L. P.; DESSEN, M. A. **Deficiência Mental e Família**: Implicações para o desenvolvimento da Criança. Psic.: Teor. e Pesq. vol.17 no.2 Brasília May/Aug. 2001

VIGOSTKI, L. S. **Fundamentos da defectologia** (obras completas). Tomo Cinco. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

ANÁLISE DO CENÁRIO DO TRABALHO MANUAL NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR, A TERCEIRIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Pedro Afonso Martini Dreyer

Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí/
Curso de Direito
Jataí-GO

Liliane Vieira Martins Leal

Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí/
Curso de Direito
Jataí-GO

RESUMO: As relações de trabalho no setor canavieiro caracterizam-se sobretudo pela colheita da cana-de-açúcar, que se realiza de forma mecanizada ou manual. Apesar de leis que coíbem a colheita manual ou preveem um cronograma para eliminar a queima gradativa dos canaviais, o corte manual constitui uma prática constante por indústrias canavieiras, especialmente, no estado de Goiás. Esse processo insere-se no contexto da reestruturação produtiva e da intensificação do trabalho, com vistas à elevação da produtividade e maximização do capital. Nesse ínterim, considera-se a Lei nº 13.429/2017, que dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes que, de fato, gera a possibilidade de realizar plenamente a reestruturação produtiva de todas as atividades, que se constate vantajoso financeiramente. O estudo objetiva apresentar uma caracterização do trabalho manual

canavieiro e as relações com a terceirização da mão de obra. A abordagem metodológica prioriza a pesquisa qualitativa, com análise dos dados, predominantemente, descritiva, bem como o estudo exploratório, documental e bibliográfico. Constatou-se que, no processo de reestruturação produtiva, a precarização acentuada e geral das relações de trabalho ganhou destaque no setor sucroalcooleiro, além da terceirização constituir um dos principais vetores que subsidiam a precariedade nas relações de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Cortadores de cana-de-açúcar. Terceirização. Precarização do trabalho.

ABSTRACT: Labor relations in the sugarcane industry are characterized mainly by the harvesting of sugarcane, which is mechanized or manual. Although laws prohibit manual harvesting or provide a timetable for eliminating the gradual burning of sugar cane plantations, manual harvesting is a common practice by sugarcane industries, especially in the state of Goiás. This has been inserted in the larger context of productive restructuring and intensification of work with a view to raising productivity and maximizing of the capital. In the meantime, Law No. 13,429 / 2017, which deals with outsourcing contracts and the resulting labor relations, is considered, which

in fact generates the possibility of fully realizing the productive restructuring of all activities, financially advantageous. The study aims to present a characterization of the sugarcane manual work and the relationships with the outsourcing of the workforce. The methodological approach prioritizes the qualitative research, with predominantly descriptive data analysis, as well as the exploratory, documental and bibliographic study. In the process of productive restructuring, the marked precariousness of labor relations was highlighted in the sugar and alcohol industry, and outsourcing is one of the main vectors that subsidize the precariousness of labor relations.

KEYWORDS: Labor. Sugarcane Cutters. Outsourcing. Precariousness of work.

1 | INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, oriunda de um projeto de lei de 1998, que regulamenta o trabalho temporário, além de indiretamente normatizar a subcontratação de empregados no país por empresas interpostas, conhecida como a terceirização da mão de obra, entra em vigor no país e suscita muitos debates e discussões (BRASIL, 2017).

Vale pontuar, ademais, que a referida Lei traz mudanças significativas no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente, no que se refere ao trabalho terceirizado, tendo em vista que amplia a terceirização para atividade-fim e não apenas para atividade-meio, como era caracterizada na Súmula nº 331/2011, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) (BRASIL, 2011). Isso implica dizer que, possivelmente, ocorrerá uma fragilidade das relações de trabalho, historicamente, asseguradas pela legislação pátria.

Ressalta-se que o sistema de contratação de atividades terceirizadas era unicamente regulado pela referida Súmula, que dispõe sobre a contratação de serviços por empresa interposta, em que o vínculo empregatício se constitui entre o trabalhador e a empresa prestadora de serviços e não diretamente com o contratante. Além disso, a Súmula prevê a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, quando do inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador (BRASIL, 2011).

No entanto, diante das previsões contidas na lei, a terceirização da mão de obra é permitida em quaisquer atividades, sejam elas de meio ou de fim, e o contrato de prestação de serviços poderá versar sobre qualquer atividade econômica da contratante, incluindo acessórias, intrínsecas ou complementares,

Nesse íterim, a pesquisa objetiva apresentar uma reflexão sobre os paradigmas econômico e social referentes ao trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar e sua relação com a terceirização, regulamentada pela Lei nº 13.429/2017, que modifica as relações de trabalho terceirizadas e temporárias.

A fundamentação teórica e metodológica que embasa a pesquisa está ancorada no materialismo histórico dialético que possibilita a apreensão da realidade a partir das suas múltiplas determinações.

Para Marx (1983), o concreto adquire significação por ser síntese de múltiplas determinações, é unidade do diverso. Nesta perspectiva, o ponto de partida da investigação é a realidade que nos é dada a conhecer, aquela que é aparente – o concreto aparente. Além desse aporte metodológico, a pesquisa subsidia-se em estudos de outros teóricos que abordam a temática em questão. Dentre as técnicas de pesquisa, destacam-se a bibliográfica e a documental. Prioriza-se a bibliográfica em todas as fases da pesquisa, inclusive na análise descritiva dos dados. A documental constitui-se em fase elementar do estudo analítico, a partir da análise de leis, notas técnicas, entre outras fontes. Os dados secundários foram coletados em bases de dados de órgãos públicos e privados.

2 | A TERCEIRIZAÇÃO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PRODUTIVO

A terceirização da mão de obra configura-se em objeto de muitas discussões políticas e jurídicas, com argumentos favoráveis e contrários. O discurso de defesa arguido pela classe empresarial fundamenta-se na perspectiva de uma norma sem restrições à terceirização, com vistas à uma nova modalidade de organização que potencialize a redução dos custos, com maior lucratividade, e na eficiência do poder público.

Conforme Spagnol (2015), os empresários em geral defendem a terceirização sob o argumento de que esse sistema é comumente utilizado pelas empresas no mundo contemporâneo, e que a regulamentação colocará o Brasil em conformidade com as mais modernas práticas trabalhistas do mundo. Somado a isso, os defensores acreditam que a terceirização poderá ser um incentivo ao surgimento de novas empresas, o que ampliará os postos de trabalho na prestação de serviços, promoverá a descentralização dos riscos de produção e de distribuição de bens e serviços.

Por outro lado, em termos históricos, trabalhadores apresentam argumentos de severa restrição a essa prática, que culminam, sob os seus pontos de vista, na exploração e precarização do trabalho.

Nessa relação dialógica, importante destacar algumas desvantagens da terceirização apontadas por alguns estudos, que poderá mitigar os direitos trabalhistas, conquistados e assegurados historicamente no Brasil:

- a. possível redução salarial e dos benefícios sociais;
- b. extinção da equiparação salarial devido à distinção de empregadores; desorganização e enfraquecimento da representação sindical, tendo em vista a fragmentação das negociações coletivas, em que os trabalhadores estarão pulverizados em diversas empresas;
- c. redução da contratação dos portadores de deficiência, pois as empresas

poderão dissolver-se em várias empregadoras e a Lei de Cotas prevê que somente a empresa com mais de 100 (cem) funcionários deverá destinar parte de seus cargos aos portadores de deficiência;

- d. prejuízos à saúde e segurança do trabalhador, mediante à rotatividade de mão-de-obra, que reduz a qualificação da força de trabalho, favorecendo um ambiente propício aos acidentes (DIEESE, 2010; SPAGNOL, 2015).

Spagnol (2015), ainda, destaca o baixo investimento em segurança pelas empresas contratantes, posto que necessitam reduzir custos de mão-de-obra para se tornarem mais competitivas no mercado. Corroborando essas premissas, a autora infere que, no Brasil, a cada cinco acidentes de trabalho que resultaram em mortes, quatro deles ocorreram com trabalhadores terceirizados.

Um estudo - elaborado com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) -realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), publicado no mês de março de 2017, apresenta os seguintes aspectos e características quanto às condições de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes no Brasil:

- a. a terceirização é responsável pelos elevados índices de rotatividade da mão de obra do mercado de trabalho; no ano de 2014, a taxa de rotatividade dos terceirizados foi de 57,7%, enquanto que dos contratados correspondeu a 28,8%;
- b. a remuneração é menor nas atividades tipicamente terceirizadas em relação às tipicamente contratantes, em que a diferença, do ano de 2007 a 2014, em média, foi entre 23% e 27%;
- c. quanto à jornada de trabalho, 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas possuíam jornada contratada entre 41 e 44 horas semanais, ao passo que esse percentual nas atividades tipicamente contratantes foi menor (61,6%), no ano de 2014;
- d. a duração do vínculo empregatício e os níveis de remuneração nos setores tipicamente terceirizados foram menores em relação às atividades tipicamente contratantes, em análise comparativa de 2007 a 2014;
- e. as desigualdades regionais refletem nas diferenças remuneratórias entre os dois setores de atividades;
- f. nas atividades tipicamente terceirizadas, os afastamentos por acidentes de trabalho são mais proeminentes do que nas tipicamente contratantes (9,6% contra 6,1%, no ano de 2014) (DIEESE, 2017).

Outro dado importante refere-se ao fato de que em todas as regiões do país, observa-se uma redução no percentual de vínculos terceirizados, à medida que se avança em direção aos níveis mais elevados de remuneração. A situação é mais

expressiva na região Nordeste, onde apenas 12,6% dos vínculos de empregos terceirizados se inserem no maior estrato de remuneração. Na região Sudeste, o percentual atinge 21,2% (DIEESE, 2017).

Enfim, o estudo conclui, de uma forma geral, que nas atividades tipicamente terceirizadas, as condições de trabalho e a remuneração são inferiores em relação às atividades tipicamente contratantes, o que direciona ao entendimento da precarização das relações de trabalho (DIEESE, 2017).

Sob a ótica da gestão e organização do trabalho, a terceirização consiste numa faceta do processo de reestruturação produtiva, em que emergem condições extremamente precárias, caracterizada pela imposição de metas inalcançáveis, longas jornadas de trabalho e polivalência. Verçosa (2016) argumenta que a reestruturação produtiva alterou significativamente as configurações da dinâmica canavieira, acarretando em grande diminuição no número de empregos, intensificação do trabalho e elevação da produtividade. Além disso, essa forma de gestão é pautada pelo medo, pela discriminação do trabalhador terceirizado, que tem se propagado de forma sistêmica, e nas formas de abuso de poder, caracterizadas, sobremaneira, pelo assédio moral (BORGES; DRUCK, 1993; DIEESE, 2007).

No que diz respeito à terceirização, no início dos anos 1990, numa conjuntura econômica de instabilidade e de crise, as empresas justificaram a adoção da terceirização como ferramenta ou estratégia para sobreviverem diante da reestruturação e redefinição das bases de competitividade no âmbito nacional e internacional (BORGES; DRUCK, 1993; DIEESE, 2007).

Nesse contexto, surge uma “alavancagem” da terceirização, uma modalidade de gestão e organização do trabalho. Esse sistema insere-se em um contexto comandado pela lógica da acumulação financeira, em que as condições do mercado de trabalho estão subordinadas à flexibilidade em todos os seus níveis. Como consequência lógica desse processo, emerge a precarização, que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões.

As novas conjunturas das relações de trabalho, caracterizadas pela flexibilidade, polivalência, volatilidade e informalidade, contribuíram para a configuração de um ambiente repleto de inseguranças e insalubridade no trabalho, desrespeitando o trabalhador como sujeito de direito.

Sublinhe-se, por oportuno, que as informações sobre riscos e as medidas preventivas coletivas contra acidentes são esquecidas, na tentativa de obter uma maior produtividade a qualquer custo. Um importante indicador desse cenário de precarização é a evolução do número de acidentes de trabalho no país, ainda que tais dados caracterizam estatísticas sub-registradas: em 2001, foram registrados 340,3 mil acidentes no país e, em 2009, eles atingiram o número de 723,5 mil, ou seja, um aumento de 126% em 9 anos (DRUCK, 2011).

Na lógica da acumulação financeira e da reestruturação produtiva, em regra, as empresas priorizam um sistema de gestão, visando resultados a curtíssimos prazos,

mesmo se tratando do segmento industrial. Os altos rendimentos configuram a ordem prioritária da pauta empresarial e industrial. Para tanto, a maximização da relação trabalho e tempo, com vistas ao aumento da produtividade, constituem o cerne da exploração do homem pelo modo de produção capitalista. Esses desdobramentos geram o efeito cascata, pela redução dos custos com o trabalho e pela volatilidade nas formas de inserção dos contratos nas relações empregatícias.

Por derradeiro, compete pontuar, que a terceirização relaciona-se à conjuntura da precarização social do trabalho, criando um ambiente de mercantilização ilimitada do trabalho e da vida (DRUCK, 2011).

3 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO MANUAL NA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA

Não obstante as considerações apresentadas, o cenário pode ser mais catastrófico quando atividades laborais originalmente penosas, insalubres e que abrangem um grande contingente de pessoas integram o contexto da terceirização. Trata-se do trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, desenvolvido sob a forma manual e utilizado no preparo do solo, plantio, tratos culturais e corte de cana.

Historicamente, o processo de terceirização das relações de trabalho relaciona-se à precariedade das condições de trabalho, como mecanismo estratégico do setor empresarial, com vistas à reprodução do capital. Isso ocorre em função do processo histórico da terceirização, que surge com a indústria moderna, o que acentuou a exploração e exclusão do trabalhador, a pauperização e as precárias condições de trabalho, com implicações na decomposição do processo de produção (SALES; DIAS, 2013).

Partindo-se da premissa que a força de trabalho do homem subordina-se ao capital (MARX, 1996), o trabalho do corte manual das lavouras de cana-de-açúcar ainda é uma realidade. Especificamente, no Sudoeste de Goiás, esse fato pode ser observado nos grandes grupos sucroalcooleiros instalados na região que buscam a ampliação e acumulação de capital (LEAL, 2015; LIMA, 2010).

Nesse ponto, ressalta-se que o Sudoeste de Goiás, região fortemente consolidada na produção de grãos, como soja, milho e sorgo, especificamente, a partir do ano de 2008, apresenta significativos incrementos na produção de cana-de-açúcar, área colhida, produtividade e quantitativo de novas unidades sucroalcooleiras instaladas (LEAL, 2015).

Conforme dados da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan), a produção de cana-de-açúcar no município de Jataí, no ano de 2000, correspondeu a 1.500 t, e no ano de 2013, saltou para 4.200.000 t. O Sudoeste de Goiás apresentou um incremento na ordem de 240% na produção de cana-de-açúcar entre o período de 2008 a 2014, enquanto que o incremento de área colhida, no mesmo período, correspondeu

a 271,79% (SEGPLAN, 2017). Os incrementos da cultura da cana-de-açúcar na região relacionam-se diretamente com a demanda das unidades sucroalcooleiras instaladas na região, que no ano de 2015 totalizavam 15 empreendimentos em operação (LEAL, 2015). Esses fatos evidenciam claramente relações de trabalho decorrentes dos contratos de vínculos empregatícios entre as indústrias sucroalcooleiras e os trabalhadores rurais.

Atualmente, apesar da tecnologia disponível e legislações que proíbem a queima da cana-de-açúcar, para fins da colheita manual, esse modelo primário – caracterizado pela intensificação do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar - é visualizado como instrumento de gestão das grandes empresas sucroalcooleiras, com o fim de maximizar os lucros individuais, por meio do método de remuneração por produção. Verçosa (2016) argumenta que, conforme esse método, o trabalhador não recebe sequer o valor da sua força de trabalho, mesmo que intensifique ainda mais o trabalho nos canaviais. Este fato ocorre em virtude da redução dos custos de produção, notadamente, com maquinários agrícolas que realizam a colheita mecanizada, e, ainda, da topografia desfavorável à mecanização (LEAL, 2015).

No que se refere às legislações, em 2002, o estado de São Paulo aprovou a Lei nº 11.241, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar, estabelecendo um cronograma que abrange o período de 2002 até 2031. Ainda, o governo do Estado, no ano de 2007, ratificou um protocolo de intenções com a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) estabelecendo a eliminação da queima da cana-de-açúcar nas áreas mecanizáveis até o ano de 2014, nas áreas com declividade maior que 12% até o ano de 2017 e para os fornecedores de cana até o de 2021 (RIBEIRO; PESQUERO, 2010). Segundo Palhares (2014) o modelo de trabalho fundado no corte manual da cana-de-açúcar ainda persiste e promove a precarização das condições de trabalho na região de Ribeirão Preto/SP, onde, no ano de 2013, o Ministério Público apontou 63 investigações de supostas irregularidades no âmbito do trabalho no setor sucroalcooleiro.

O estado de Goiás editou, no ano de 2006, a Lei nº 15.834, que visa eliminar gradativamente o emprego do fogo na palha da cana-de-açúcar no período de pré-colheita, nas áreas passíveis de mecanização. Entretanto, a referida Lei não prevê que todos os produtores de cana-de-açúcar sejam obrigados a adotar o sistema de colheita mecanizada (GOIÁS, 2006). Conforme pesquisa realizada por Leal (2015) e Lima (2010), é possível inferir que o sistema de colheita manual, ainda, é prática constante utilizada na indústria canavieira no Sudoeste de Goiás.

A colheita manual exige a queima prévia da cana-de-açúcar, pois a torna mais quebradiça, facilitando o corte e reduzindo o tempo de colheita (RIBEIRO; FICARELLI, 2010). Contudo, os danos ambientais são maiores em termos de saúde pública e de qualidade do solo e do ar (LEAL, 2015).

Na concepção de Alves (2007), desde a década de 1970, o trabalho dos cortadores de cana consiste em cortá-la e distribuí-la em espaços retangulares,

denominados de eitos, contidos em espaços retangulares maiores, denominados de talhão. O comprimento do eito cortado é verificado ao final do dia quando o trabalho é concluído, sendo essa a forma de estabelecer o ganho do trabalhador.

Nesse labor de corte da cana, os trabalhadores são instruídos para o aproveitamento total das partes que contém maior sacarose e para não retirar a raiz, tendo em vista a incidência dos ciclos sucessivos a partir da rebrota – a chamada soqueira. Ademais, o trabalhador deve limpá-la, retirar o pendão – separando as ponteiros da cana, e, por fim, transportá-la até o meio do eito, colocando-a de forma empilhada e em montes, para facilitar o carregamento, que é mecânico (ALVES, 2007).

Em que pesem todas essas considerações, vale destacar que o modo de produção capitalista que permeia o setor sucroalcooleiro engendra uma dinâmica caracterizada pela intensificação do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar, que exige um esforço laboral, com consequências na saúde física, mental e psíquica do trabalhador (VERÇOSA, 2016).

4 | REFLEXÕES SOBRE A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO CANAVIEIRO

Inicialmente, infere-se que o modelo de gestão estratégica, historicamente, utilizado pelo setor sucroalcooleiro visa a reprodução do capital agroindustrial, caracterizado por uma expansão em regiões não tradicionais ao cultivo da cana-de-açúcar, como ocorre na região do Sudoeste de Goiás. Este fato potencializa alterações na dinâmica agrícola da região, com impactos nas relações de trabalho, notadamente, no trabalho manual no corte da cana-de-açúcar.

Não obstante, vale destacar que a exploração do trabalho no corte manual canavieiro engendra efeitos deletérios à saúde física e psíquica do trabalhador. Verçosa (2016, p. 173), em análise das condições de trabalho e saúde dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas, infere que, a “[...] intensidade do trabalho, das extensas jornadas laborais e das precárias condições de vida, muitos trabalhadores desenvolvem problemas de saúde que os impossibilitam de continuar trabalhando, ainda na flor da idade”. E complementa: “[...] o trabalho no corte da cana, além de gerar o adoecimento, pode levar à morte” (VERÇOSA, 2016, p. 175). Além desses efeitos, o autor destaca o sofrimento moral e psíquico articulado.

Silva (2013, p. 375), em análise do esforço físico dos trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar, argumenta que:

Recente pesquisa revela que em dez minutos o trabalhador derruba 400kg de cana, desfere 131 golpes de podão, faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27 graus centígrados, com muita fuligem no ar; ao final do dia, terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferindo 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna.

Na mesma linha de intelecção sobre o esforço físico efetivado pelos trabalhadores,

Alves (2007, p. 33-34) conclui que:

Um cortador que corta seis toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento, por 8,5 de largura, caminha, durante o dia, aproximadamente 4.400 metros, despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes no dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolado e que tenha densidade de dez canas a cada 30 cm). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem que, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ainda transporta os vários feixes de cana cortada para a linha central. Isso significa que ele transporta, em seu braço 6 toneladas de cana em montes de peso equivalente a 15 kg, a uma distância que varia de 1,5m a 3 metros, ou seja, durante parte dos 4.400 metros.

Diante disso, o conjunto das atividades desempenhadas pelo cortador demanda grande resistência física em função do trabalho exaustivo, realizado sob o sol, na presença de fumaça, poeira e fuligem, numa jornada de trabalho que varia de 8 a 12 horas, todos os dias, no período de safra, que compreende aproximadamente 9 meses por ano (ALVES, 2006). Além disso, destaca-se a exposição direta dos trabalhadores das plantações aos agrotóxicos e herbicidas, acarretando elevado risco de adoecerem por câncer de pulmão (PHOOLCHUND, 1991 apud LAAT, 2010).

O desgaste de energia de um trabalhador do corte de cana é também associado à exposição solar por longos períodos, que poderá ocasionar uma série de problemas de saúde, especialmente, o desenvolvimento de futuras doenças relacionadas à pele, tais como o envelhecimento precoce e câncer (SALIBA, 2000 apud LAAT, 2010).

Alessi e Navarro (1997, p. 12), em pesquisa sobre a saúde dos trabalhadores na cultura canavieira em Ribeirão Preto, concluíram que:

A exposição diária dos cortadores de cana a cargas físicas, químicas e biológicas, que se traduzem em uma série de doenças, traumas, ou acidentes a elas relacionadas: dermatites, conjuntivites, desidratação, câimbras, dispnéias [sic], infecções respiratórias, alterações da pressão arterial, ferimentos e outros acidentes; destacando-se também cargas biopsíquicas configurando padrões de desgaste manifestos através de dores na coluna vertebral, dores torácicas, lombares, de cabeça, e tensão nervosa e outros tipos de manifestações psicossomáticas.

Nesse cenário, é possível inferir a configuração de um ambiente de precariedade *sui generis*, em que o trabalhador se encontra em situação de vulnerabilidade social em seu ambiente de trabalho, exposto aos riscos de um labor perigoso que compromete sua saúde física e mental.

Outro fator importante que se destaca consiste no modelo de gestão estratégica comumente utilizado pelo setor canavieiro da contratação de migrantes de outras regiões do país para trabalhar no processo produtivo, agregando ao capital industrial a força de trabalho. A indústria utiliza-se da vulnerabilidade e da aceitação dos trabalhadores, sem contestação, dos baixos salários, das condições precárias de trabalho e moradia que lhes são “propostas” nos contratos de trabalho, ainda que sejam negociados coletivamente. Sobre o tema, Alves (2007, p. 46) afirma que:

Por causa dessas condições, por serem migrantes de regiões distantes e pobres e, por serem resultado de um processo de expulsão em suas regiões de origem, não lhes é esperada qualquer manifestação de desacordo diante das exigências requeridas no processo de trabalho: em termos de produtividade e em termos de remuneração.

Verçosa (2016, p. 88) argumenta que nesse modo de produção só interessa ao capital agroindustrial:

[...] desgastar prematuramente a força de trabalho porque o mercado para o corte da cana está repleto de trabalhadores jovens. Dessa forma, a rápida e barata reposição da força de trabalho está garantida e o trabalho degradante pode ser prolongado no tempo e no espaço.

No corte manual da cana, e mais além, ser jovem e migrante, tornaram-se dois atributos altamente valorizados nesse segmentado do mercado de trabalho. Especialmente, os protagonistas desse processo são os nordestinos, que migraram para outras regiões em busca de melhores condições de vida. No entanto, a literatura revela a precariedade do trabalho do cortador de cana (ALESSI; NAVARRO, 1997; RIBEIRO; FICARELLI, 2010; VERÇOSA, 2016). Somado a isso, esses trabalhadores são potencialmente mais produtivos, mesmo morando na periferia das cidades, em alojamentos coletivos, casas ou quartos alugados e vivendo totalmente voltados para o trabalho (NOVAES, 2007). Esse fato evidencia que ser trabalhador migrante é sujeitar-se ao controle do empregador para além do tempo estrito da produção.

Ademais, entre tais trabalhadores migrantes, ser jovem é um aspecto diferenciador, o que não significa ter força e resistência físicas, mas uma específica disposição para o trabalho alavancada pelo momento do ciclo de vida – via de regra – prevalece a busca, o desejo de se realizar, motivação indispensável para os jovens enfrentarem a rotina e a disciplina no trabalho. Isso ocorre, prioritariamente, porque para esses jovens o trabalho é o único caminho para a realização de projetos pessoais e familiares (NOVAES, 2007).

Em análise, observa-se que eventos como esse mudam por completo núcleos sociais inteiros, pois, de certa forma, ocorre uma revolução no modo de organizar as relações de trabalho e a natureza do que é “emprego”. Considerando o fato de que o trabalho na indústria canavieira, na maioria dos casos, é considerado insalubre, acredita-se que a terceirização da mão de obra, normalizada poderá acentuar o paradigma da precariedade nas relações de trabalho e emprego, principalmente, pelo fato de que as relações entre a empresa contratante e o trabalhador se tornarão mais distantes e extremadas. E o que já era marginalizado apresenta a probabilidade de se tornar escravo, não nas condições clássicas do objeto, como nos tempos anteriores às abolições, mas um novo tipo de trabalho escravo, em conformidade com as circunstâncias e infindáveis causalidades da legalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos dados secundários coletados, a principal inovação trazida pela Lei nº 13.429/2017 refere-se à normatização da terceirização e a ampliação das possibilidades da subcontratação de trabalhadores pelas empresas. Essa prática até então somente era possível como atividade-meio da empresa e, a partir da instituição da referida Lei, a terceirização passa a ser regularizada como atividade-fim empresária, referente ao pleno exercício do seu objeto social.

Apesar de incipiente o reconhecimento das consequências advindas com a vigência da Lei, acredita-se na possibilidade de impactos negativos nas relações de trabalho e emprego dos cortadores de cana-de-açúcar, especialmente, no município de Jataí/GO (objeto da pesquisa de campo *a posteriori*), considerando a premissa histórica de que a terceirização contribui significativamente para a precariedade das condições de trabalho.

O cenário agrava-se ao observar as condições insalubres e penosas a que estão submetidas os cortadores de cana-de-açúcar. A literatura (ALVES, 2006; LAAT, 2010; VERCOSA, 2016) corrobora os múltiplos efeitos deletérios ocasionados na saúde física, mental e psíquica do cortador.

As relações de trabalho estabelecidas entre o trabalhador das lavouras canavieiras e a indústrias situam-se no contexto da reestruturação produtiva e pela intensificação do trabalho, em que trabalhadores são atraídos pelos modernos setores produtivos e acabam por integrar uma conjuntura de instabilidade, insegurança e, sobretudo, de precarização do trabalho.

Por fim, salienta-se que as relações de trabalho podem e devem se libertar das amarras do capital que as subordinam. Portanto, são fundamentais as transformações nas relações de produção, para que o trabalho e, sobremaneira, a humanidade, possam contemplar um grau de liberdade que até então lhes negado.

REFERÊNCIAS

- ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 111-121, 1997.
- ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez., 2006.
- ALVES, Francisco José da Costa. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial canavieiro? In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco José da Costa (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro: os heróis do agronegócio brasileiro**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007.
- BORGES, Ângela; DRUCK, Maria da Graça. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 19, 1993. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/viewFile/18801/12171>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm>. Acesso em: 17 fev. 2018.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 311. Contrato de prestação de serviços. Legalidade (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação). In: _____. **Súmulas**. Brasília, DF: Tribunal Superior do Trabalho, 2011. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html>. Acesso em: 16 set. 2017.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. Sistemas de Informações para Acompanhamento das Negociações Coletivas no Brasil. **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2007. Relatório técnico.

_____. Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 50, mar. 2010. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2010/estPesq50TerceirizacaoEletrico.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. **Nota Técnica**, São Paulo, n. 172, p. 1-25, mar. 2017.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37- 57, 2011. Número especial. Disponível em: <http://www.ufjf.br/angelo_esther/files/2012/10/RH-I-PRECARIZA%C3%87%C3%80O-DO-TRABALHO-2011.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

GOIÁS (Estado). Lei nº 15.834, de 23 de novembro de 2006. Dispõe sobre redução gradativa da queima da palha de cana-de-açúcar em áreas mecanizáveis e dá outras providências. **Diário Oficial**, Goiânia, 4 dez. 2006. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2006/lei_15834.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

LAAT, Erivelton Fontana de. **Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: a maratona perigosa nos canaviais**. 2010. 206 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara d'Oeste, SP, 2010.

LEAL, Liliane Vieira Martins. **Expansão sucroalcooleira e disputa pelo uso do solo no Sudoeste de Goiás**. 2015. 333 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

LIMA, Divina Aparecida Leonel Lunas. **Estrutura e expansão da agroindústria canavieira no Sudoeste Goiano**: impactos no uso do solo e na estrutura fundiária a partir de 1990. 2010. 262 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital. Tomo 2. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. cap. XIII a XXV.

NOVAES, José Roberto Pereira (Coord.). **Jovens migrantes canavieiros**: entre a enxada e o facão. São Paulo, set. 2007. 31 p. (Relatório das situações-tipo Brasil: cortadores de cana do interior de São Paulo). Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/jspui/bitstream/192/165/1/IBASE_IPOLIS_jovensmigrantescanavieiros_2007.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.

PALHARES, Isabela. Jornada de trabalho e esforço físico aumentam no campo. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 11 maio 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/05/1452500-jornada-de-trabalho-e-esforco-fisico-aumentam-no-campo.shtml>>. Acesso em: 16 set. 2017.

RIBEIRO, Helena; FICARELLI, Thomas Ribeiro de Aquino. Queimadas nos canaviais e perspectivas dos cortadores de cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 48-63, 2010.

_____; PESQUERO, Célia. Queimadas de cana-de-açúcar: avaliação de efeitos na qualidade do ar e na saúde respiratória de crianças. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 255-271, 2010.

SALES, Francisco José Lima; DIAS, Ana Patrícia. Efeitos da precarização do trabalho: exploração, exclusão social e o adoecimento do trabalhador. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 10., 2013, Vitória da Conquista, BA. **Anais...** Vitória da Conquista, BA: UESB, 2013. p. 989-1001.

SEGPLAN. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). **Estatísticas municipais: séries históricas**. Goiânia, 2017. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 8 set. 2017.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Sabe o que é ficar borrado no meio da cana? Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 359-391, out. 2013. Disponível em: <<https://revistaesa.com/V3/ojs-3.1.1/index.php/esa/article/view/373>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

SPAGNOL, Débora. A terceirização, o projeto de lei 4.330/2004 e seus impactos: vantagens, desvantagens e modificações. **Empório do Direito**, Florianópolis, SC, 1 maio 2015. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/a-terceirizacao-o-projeto-de-lei-4-3302004-e-seus-impactos-vantagens-desvantagens-e-modificacoes-por-debora-spagnol/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

VERÇOSA, Lúcio Vasconcelos de. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos**: um estudo sobre trabalho e saúde. 2016. 208 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.

AVALIAÇÃO DOS PARÂMETROS CORPORAIS DE ZELADORAS DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL NO PARANÁ

Marina Daros Massarollo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Francisco Beltrão, Paraná

Francieli do Rocio de Campos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Francisco Beltrão, Paraná

RESUMO: A preocupação com a saúde e bem-estar atinge cada vez com maior frequência mais indivíduos e para conquistar a qualidade de vida, se torna relevante investir em aspectos como alimentação, atividade física, lazer e saúde. No ambiente de trabalho a qualidade de vida tem sido afetada em consequência da utilização, cada vez menor das potencialidades corporais dos indivíduos, em contrapartida, a atividade física proporciona benefícios à saúde dentro e fora do ambiente de trabalho. O estudo objetivou avaliar indicadores antropométricos de um grupo buscando melhorias do comportamento alimentar de indivíduos, que sofrem com problemas decorrente de doença crônica não-transmissível, possível de ser tratada com dietoterapia, como sobrepeso, obesidade, hipertensão arterial, *diabetes melito*, dislipidemias e outras, além disso, possuir alguma queixa psicológica que influencie no comportamento alimentar. A

amostra foi constituída por nove indivíduos do sexo feminino. Aplicou-se um questionário de frequência alimentar, aferição de peso/altura, parâmetros corporais e estado de saúde. Concluiu-se que o estado nutricional das participantes merece atenção, pois de maneira geral as mesmas apresentaram prevalência de sobrepeso e obesidade e percentual de músculo esquelético abaixo do normal.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores antropométricos; Estado nutricional; Qualidade de vida.

ABSTRACT: The concern with health and well-being reaches more and more frequently more individuals and to conquer the quality of life, it becomes relevant to invest in aspects such as food, physical activity, leisure and health. In the work environment the quality of life has been affected as a result of the use, less and less of the corporal potential of individuals, in contrast, physical activity provides health benefits inside and outside the work environment. The aim of this study was to evaluate the anthropometric indicators of a group seeking improvements in the dietary behavior of individuals suffering from chronic noncommunicable diseases, such as overweight, obesity, hypertension, diabetes mellitus, dyslipidemia and others. , in addition, to have some psychological complaint that influences in the feeding behavior. The sample

consisted of nine female subjects. A food frequency questionnaire, weight / height measurement, body parameters and health status were used. It was concluded that the nutritional status of the participants deserves attention, since in general they presented a prevalence of overweight and obesity and a percentage of skeletal muscle below normal.

KEYWORDS: Anthropometric indicators; Nutritional status; Quality of life

1 | INTRODUÇÃO

As práticas alimentares causam grande preocupação, devido aos estudos epidemiológicos sinalizarem uma relação positiva entre a dieta e algumas doenças crônicas (GARCIA, 2003). O hábito alimentar atual é representado por um elevado consumo de ultraprocessados, produtos de origem animal, carboidratos refinados e pela alimentação fora de casa.

Da mesma forma, a alimentação do trabalhador é fundamental para bom desempenho do mesmo nas atividades laborais e seu rendimento possui uma relação direta com seu estado nutricional, auxiliando assim, no aumento da produtividade (WIELEWSKI, CEMIN, LIBERALI, 2007). Neste contexto, surge a importância de ações visando qualidade de vida no trabalho, a fim de promover melhorias na saúde e bem-estar entre os colaboradores.

A avaliação clínica em estudos do excesso de peso e da obesidade, normalmente são realizados por indicadores antropométricos de massa corporal e estatura, por serem de baixo custo e fácil interpretação (RECH et al., 2006).

O presente trabalho teve por objetivo avaliar os parâmetros corporais de colaboradoras de serviços gerais de uma universidade pública do Paraná.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

A amostra foi composta por nove zeladoras do sexo feminino, que apresentaram alguma reclamação a respeito de sobrepeso, obesidade, ou queixa psicológica que influencie no comportamento alimentar. Foi aplicado um questionário a fim de avaliar o estado de saúde, histórico familiar de doenças, prática de atividade física, além da aferição do peso, altura e dos parâmetros gordura corporal, índice de massa corporal, músculos esqueléticos, gordura visceral e idade corporal.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grupo em estudo foi constituído por nove (9) mulheres com idade entre 27 e 58 anos, sendo 22,2% solteiras, 22,2% viúvas e 55,6% casadas, sendo que apenas uma delas (11,2%) estuda.

A respeito da situação de saúde, 66,7% das zeladoras apresentaram alteração

de peso recente (aumento de peso), porém sem mudanças na dieta ou na ingestão alimentar.

Quanto à presença de doença aguda ou crônica não degenerativa, 55,6% afirmaram a ocorrência de neoplasias, obesidade, hipertensão e/ou colesterol em algum de seus familiares.

Ao serem questionadas sobre os hábitos alimentares, 66,7% relataram apresentar apetite bom e 33,3% relataram possuir apetite regular, sendo o maior apetite nos períodos do almoço (33,3%) e do jantar (33,3%). De maneira geral as zeladoras têm o hábito de ingerir líquidos nas refeições (66,7%), não apresentam alergia, aversão ou intolerância alimentar (88,9%) e preferem por alimentos salgados (77,8%).

Sobre a frequência de ingestão dos grupos alimentares predominante, identificou-se o consumo diário de carboidratos (77,8%), vegetais (55,6%), frutas (88,9%), leite e derivados (55,6%), carnes e ovos (66,7%), leguminosas (66,7%), doces e açúcares (55,6%), óleos e gorduras (88,9%), enquanto que cereais integrais (66,7%) e oleaginosas (55,6%) não são consumidos pela maior parte das mulheres estudadas, bebidas não alcoólicas são ingeridas semanalmente (55,6%) e bebidas alcoólicas não são consumidas (55,6%).

Ao serem questionadas sobre a realização de atividades físicas, 44,4% relataram praticarem caminhadas semanalmente e 55,6% não realizam atividades físicas.

Na avaliação antropométrica das participantes, em relação ao percentual de gordura corporal, 55,6% das estudadas apresentaram o percentual de gordura muito alto, 11,1% gordura corporal alto e 33,3% apresentaram percentual de gordura normal para suas faixas etárias.

Em um estudo com 53 mulheres diabéticas em Ribeirão Preto, SP, o percentual de gordura médio entre elas foi de 37%, sendo considerado alto para a faixa etária das mulheres avaliadas (FETT, 2005).

Em relação à gordura visceral, 66,7% das participantes do estudo apresentaram o percentual de gordura visceral normal (entre 1 e 9%) enquanto que 33,3% possuíam gordura visceral alta (entre 10 e 14%).

Muitos autores apontaram que a gordura visceral está associada com inúmeros fatores prejudiciais à saúde como altos níveis de triglicerídeos, sensibilidade insulínica, disfunção endotelial, lipoproteínas de baixa densidade menores e mais densas, colocando a gordura visceral como o principal fator de risco de DCNT (SANDEEP et al., 2010; TAKSALI et al., 2008; MATSUZAWA et al., 2010).

Sobre o percentual de músculo esquelético, apresentaram índice baixo e normal 55,6% e 44,4% das participantes, respectivamente.

Com relação ao IMC, 33,3% apresentaram-se em estado de eutrofia, 11,2% em pré-obesidade, 33,3% em obesidade grau I e 22,2% em obesidade grau II.

Ao avaliar o IMC de trabalhadores do restaurante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Scarparo, Amaro e Oliveira (2010) constataram que 34,6% dos

colaboradores estavam em sobrepeso e 22,3% com obesidade.

No país, o aumento de sobrepeso e obesidade entre a população representa a principal característica do processo de transição nutricional pela qual o Brasil vem passando (LINO; MUNIZ; SIQUEIRA, 2011), onde a situação de desnutrição energético-proteica deu lugar à prevalência do excesso de peso.

Por fim, na avaliação da idade corporal, 33,3% apresentou idade corporal abaixo da idade real, 11,1% apresentou idade corporal igual a idade real e 55,6% com idade corporal acima da idade real.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo em estudo possui medidas corporais que merecem atenção já que a maioria das participantes apresentou percentual de músculo esquelético abaixo do normal, percentual de gordura elevado e IMC caracterizando sobrepeso e obesidade, sendo um fator de risco para doenças crônicas não transmissíveis.

REFERÊNCIAS

FETT, W. C. R. **Comparação entre a antropometria e o raio-x de dupla varredura para a avaliação da composição corporal de idosas diabéticas tipo 2 e sua associação com a força de pensão da mão.** Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Dissertação de Mestrado). Ribeirão Preto, 2005.

GARCIA, R. W. **Reflexos da globalização na cultura alimentar.** Rev Nutr; n. 16, v. 4:483-92, 2003

LINO, M. Z. R.; MUNIZ, P. T.; SIQUEIRA, K. S. **Prevalência e fatores associados ao excesso de peso em adultos: inquérito populacional em Rio Branco, Acre, Brasil, 2007-2008.** Cad. Saúde Pública, v. 27, n. 4: 797-810, 2011.

MATSUZAWA, Y. **Establishment of a concept of visceral fat syndrome and discovery of adiponectin.** Proc Jpn Acad Ser B Phys Biol Sci., n. 86, v. 2: 131-40, 2010.

RECH, C. R.; PETROSKI, E. L.; SILVA, R. C. R.; SILVA, J. C. N. **Indicadores antropométricos de excesso de gordura corporal em mulheres.** Rev Bras Med Esporte, vol.12, nº 3, 2006.

SANDEEP, S.; GOKULAKRISHNAN, K.; VELMURUGAN, K.; DEEPA, M.; MOHAN, V. **Visceral e subcutaneous abdominal fat in relation to insulin resistance e metabolic syndrome in non-diabetic south Indians.** Indian J Med Res., v. 131:629-35, 2010.

SCARPARO, A. L.; AMARO, F. S.; OLIVEIRA, A. B. **Caracterização e avaliação antropométrica dos trabalhadores dos restaurantes universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Rev HCPA, n. 30, v. 3:247-251, 2010.

TAKSALI, S. E.; CAPRIO, S.; DZIURA, J.; DUFOUR, S.; CALÍ, A. M.; ROBIN GOODMAN, T. **High visceral and low abdominal subcutaneous fat stores in the obese adolescent: a determinant of an adverse metabolic phenotype.** Diabetes, v. 57, n. 2: 367-71, 2008.

WIELEWSKI, D.C.; CEMIN, R.N.A.; LIBERALI, R. **Perfil antropométrico e nutricional de colaboradores de unidade de alimentação e nutrição do interior de Santa Catarina.** Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento. Vol. 1. Num. 1. 2007. p. 39-52.

DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR PRODUTOR DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO NO ANO DE 2017

Erico Souza Costa

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC) – Criciúma - SC

João Gabriel Pagnan Zanette

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC) – Criciúma - SC

Mayara Pereira de Souza

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC) – Criciúma - SC

RESUMO: O Brasil no ano de 2017, ocupava a posição de segundo maior produtor mundial de soja, sendo o estado do Mato Grosso responsável pela maior produção do país. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica de emprego formal no setor produtor de soja (divisão 01, CNAE 2.0) no estado de Mato Grosso no ano de 2017. Para realização do estudo, se elencou alguns objetivos específicos tais como: i) analisar a faixa etária, escolaridade, sexo; ii) mensurar o tamanho dos estabelecimentos setor do cultivo de soja no estado de Mato Grosso; iii) por fim, verificar a quantidade de admitidos e demitidos no período de abril de 2016 a abril de 2017. Esta é uma pesquisa descritiva desenvolvida por meio de um levantamento de dados junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A abordagem de

análise foi quantitativa. Em linhas gerais, os resultados apontam que o setor de sojicultura, apresentou, com relação ao índice acumulado de abril de 2016 a abril de 2017, certa estabilidade nos números de empregados. No mês de abril de 2017, contudo, o saldo de vagas de trabalho foi negativo e o salário dos admitidos foi menor que o dos desligados. O perfil socioeconômico do empregado no setor tendeu a ser descrito pelas seguintes características: é do sexo masculino, entre 30 e 49 anos, com grau de instrução na faixa analfabeto-ensino médio incompleto e com remuneração entre 1,51 e 4 salários mínimos.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura, Cultivo de Soja, Emprego, RAIS, CAGED.

ABSTRACT: Brazil, in 2017, was the second largest soybean producer in the world, with the state of Mato Grosso responsible for the largest production in the country. Thus, the present study aims to analyze the dynamics of formal employment in the soybean sector (division 01, CNAE 2.0) in the state of Mato Grosso in the year 2017. For the study, some specific objectives such as: i) analyze the age range, schooling, sex; ii) to measure the size of establishments in the soybean sector in the state of Mato Grosso; iii) finally, to verify the number of admitted and dismissed in the period from April 2016 to April 2017. This is a descriptive research developed

by means of a data collection with the Annual Social Information Ratio (RAIS) and the General Register of Employed and Unemployed Workers (CAGED). The analysis approach was quantitative. In general terms, the results indicate that the soybean sector presented, with respect to the index accumulated from April 2016 to April 2017, a certain stability in the numbers of employees. In April 2017, however, the balance of job vacancies was negative and the salaries of those admitted were lower than those of the unemployed. The socioeconomic profile of the employee in the sector tended to be described by the following characteristics: he is male, between 30 and 49 years old, with education degree in the illiterate-incomplete high school and with remuneration between 1,51 and 4 minimum salaries.

KEYWORDS: Agriculture, Soya bean, Employment, RAIS, CAGED.

1 | INTRODUÇÃO

No ano de 2016, o PIB do setor do agronegócio brasileiro representou 23% do PIB total do país. O crescimento no período de janeiro a dezembro do mesmo ano acumulou 4,48%, no qual o ramo agrícola compactuou com 0,18% somente em dezembro de 2016 (CEPEA, 2017).

Segundo a Embrapa (2017), o Brasil ocupa a posição de segundo maior produtor mundial de soja. O destaque global na produção se deve a intensos investimentos em desenvolvimento de tecnologias e emprego de novas técnicas de preparo do solo e adaptação da própria soja às condições climáticas das diversas regiões brasileiras, principalmente a região Centro-Oeste. Outro importante fator para o cultivo da soja se deve à capacidade da planta em permitir a fixação de nutrientes ao solo para o plantio de outras culturas, tais como milho e feijão, permitindo assim produção de entressafras.

A partir da introdução da sojicultora no estado do Mato Grosso, atrelada a profundo investimento em pesquisa de melhoramento de infraestrutura, fez com que o estado, com fartas terras baratas e solo não muito produtivo, se tornasse o maior produtor de soja no país (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DO MATO GROSSO, 2017).

Frente à trajetória de deterioração nas condições do mercado de trabalho pela qual a economia brasileira tem passado, reflexo de uma recessão econômica, o setor agropecuário registrou um aumento no desemprego em 0,22% para o mês de maio 2017. O governo brasileiro tem se empenhando a promover a recuperação da atividade econômica, no entanto os resultados positivos podem estar muito aquém das expectativas (DIEESE, 2017).

O presente trabalho tem por objetivo principal analisar as condições do emprego formal no setor do cultivo de soja (divisão 01, CNAE 2.0) no estado de Mato Grosso, para o ano de 2017. Para realização do estudo, se elencou alguns objetivos específicos tais como: i) analisar a faixa etária, escolaridade, sexo; ii) mensurar o tamanho dos

estabelecimentos setor do cultivo de soja no estado de Mato Grosso iii) por fim, verificar a quantidade de admitidos e demitidos no período de abril de 2016 a abril de 2017. A pesquisa se apresenta na forma descritiva documental, desenvolvida por meio de levantamento de dados junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Os dados coletados apresentam informações do perfil dos trabalhadores por escolaridade, remuneração média, sexo e faixa etária; tamanho dos estabelecimentos; e número de trabalhadores admitidos e desligados. Por meio de análise quantitativa, buscou-se verificar a dinâmica do mercado de trabalho do setor de cultivo de soja.

O trabalho se divide em quatro seções. Na primeira, introduz-se o tema, os objetivos e a metodologia empregada. Na segunda, foram descritas as características do setor produtor de soja no estado do Mato Grosso. Na terceira, analisaram-se os dados levantados junto à RAIS e ao CAGED.

2 | SETOR PRODUTOR DE SOJA NO ESTADO DO MATO GROSSO

A soja é um importante produto oleaginoso, cujos produtos derivados são empregados na alimentação animal, por meio de farelo de soja, e no consumo humano, através do seu óleo. Seu cultivo é de grande importância e abrange um complexo produtor que vai da produção para exportação do seu grão até o processamento deste e exportação de produto transformado, como farelo de soja ou óleo. O potencial do complexo produtor de soja se aloca no fato desta oleaginosa ser uma boa fonte de proteínas, empregada tanto na alimentação humana como também para a animal para produção de outros derivados alimentares. Nesse sentido, o grão da soja é empregado na produção de subprodutos que impulsionam outras cadeias de produção da economia (SILVA; LIMA; BATISTA, 2011).

A partir da década de 90, a produção de soja passa a registrar ganhos de produtividade com a integração de tecnologias ao setor, melhorando seu alcance e dinamismo. Entre outros motivos, esta é uma das razões que possibilitou ao Brasil alcançar a posição de “[...] segundo maior produtor, processador mundial da soja em grão do mundo e segundo exportador mundial de soja, farelo e óleo garantindo ao país um papel de grande potencial para o produto” (SILVA; LIMA; BATISTA, 2011).

Segundo Silva, Lima e Batista (2011), em seu estudo focado no complexo de soja, é possível averiguar uma trajetória crescente no aumento da produção desta cultura, na qual a região Centro-Oeste apresenta a maior produtividade de grãos, os maiores níveis de exportação e de empregos formais, resultantes de um aumento na produção devido a utilização eficiente das novas tecnologias mencionadas. Nas palavras dos autores,

Os resultados obtidos pelos dados dos empregos formais, indicam um maior grau de formalidade nas relações trabalhistas, garantindo uma maior potencialidade para o emprego e renda, não só para a atividade em análise, mas para todo o conjunto

da economia. Assim, é possível notar que o Brasil é um produtor potencial para o mercado de soja e que isso pode ser constatado pela melhoria da competitividade do produto brasileiro, através da introdução de novas tecnologias, empenho a pesquisa e cadeias produtivas (SILVA; LIMA; BATISTA, 2011).

O estado do Mato Grosso tem ganhado destaque na produção de soja, uma vez que, a cada ano, incorpora paulatinamente novas áreas à produção desta cultura. Nesse sentido, foi possível observar um incremento no desempenho de 6 a 12% na escala de produção ao longo dos anos em razão dos aumentos das áreas. Exceto em momentos de adversidades climáticas, que prejudicam em parte o desempenho da produção, o estado se destaca mundialmente como um dos maiores produtores agrícolas de soja (CONAB, 2017). A estimativa da produtividade média apontada para o ano de 2016 foi de 60 sacas por hectare. As frequentes chuvas e alto grau de umidade chegaram a prejudicar a produção, mas, mesmo assim, nos municípios de Sorriso a colheita somou 70% da produção. Em Primavera do Leste, Mato Grosso, a colheita atingiu 65% (CEPEA, 2016).

Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (2017), no ano de 2017 ocorreu uma elevação de 9% da produção de soja em relação ao ano de 2016. A safra de 2016/17 totalizou 103 mil toneladas de grãos, enquanto a safra de 2015/16 correspondeu a 95 mil toneladas deste produto. Outro dado relevante diz que a soja da safra de 2016/17 representa 48% da produção de toda a safra de grãos (arroz, feijão, milho, trigo, entre outros). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), o estado do Mato Grosso registrou, em abril de 2017, a colheita de 31 mil toneladas de soja, 17,8% a mais que o ano anterior. A produção por área plantada, por sua vez, teve um aumento de 2,7 pontos percentuais por hectare.

Megido, conselheiro fiscal do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS) e dirigente do Núcleo de Agronegócio da ESPM na central de comunicação da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, aponta uma perspectiva de ganhos de representatividade para a produção de soja do país no plantio de 2017/2018 devido às adversidades climáticas enfrentadas pelos produtores de grãos dos EUA (CNA, 2017).

Diante de tais dados as expectativas se mostram promissoras para o setor da sojicultura. O aumento da produtividade desta oleaginosa agregados a fatores externos que possibilitem uma maior demanda das safras correspondem em uma dinâmica promissora para o setor que como observado até aqui, caminha contra a mare de contração econômica.

3 | DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NO SEGMENTO DE CULTIVO DE SOJA NO ESTADO DO MATO GROSSO

O estado do Mato Grosso é o principal produtor de soja no Brasil, sendo responsável por 27,9% de toda soja produzida no território nacional. Em março de

2017, registrou uma elevação em 1,9% na estimativa de rendimento na produção de sacas/ha (IBGE, 2017). Essa pode ser uma das razões do cenário para o mercado de trabalho no setor dessa localidade, pois como pode ser observada nas Figuras 1 e 2, a porcentagem de desligamentos foi superior à de admitidos tanto no mês de abril de 2017 quanto no acumulado dos últimos 12 meses a partir do mesmo mês. No entanto, registra-se que, com relação ao índice acumulado, pela proximidade relativa de admitidos e desligados, vigorou certa estabilidade nos números de empregados ao longo de tal período.

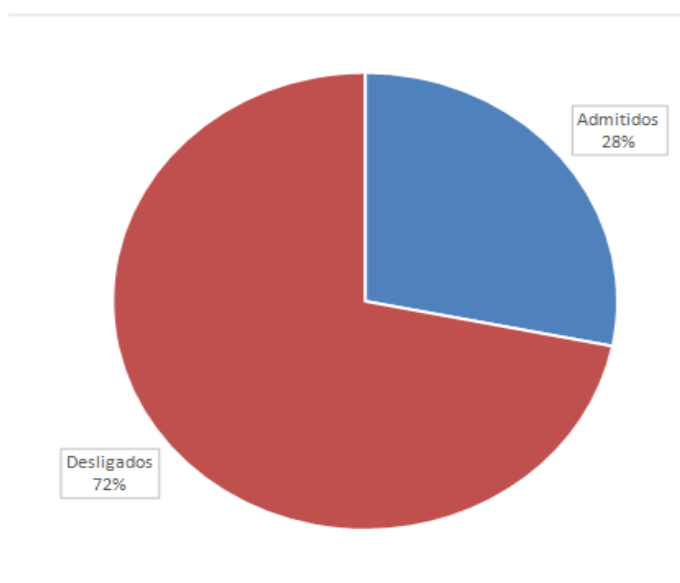


Figura 1 - Admitidos e desligados em abril de 2017 (em porcentagem)

Fonte: CAGED (2017).

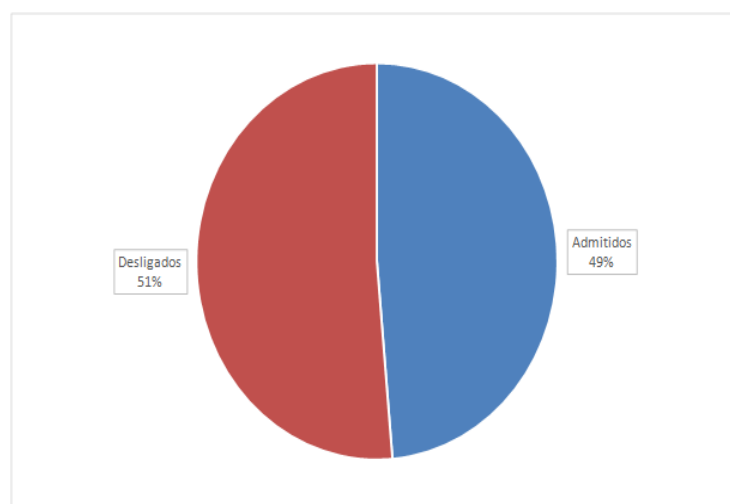


Figura 2 - Acumulado de admitidos e desligados de abril de 2016 a abril de 2017 (em porcentagem)

Fonte: CAGED (2017)

Ao todo, foram 45.914 postos de trabalhos registrados no período de abril 2017. Dentre os estabelecimentos que atuam no segmento de cultivo de soja, os mais representativos para o nível de emprego são os estabelecimentos que empregam de 5 a 9 trabalhadores segundo a Figura 3. Estes estabelecimentos correspondem a 16,14% dos postos de trabalhos deste segmento.

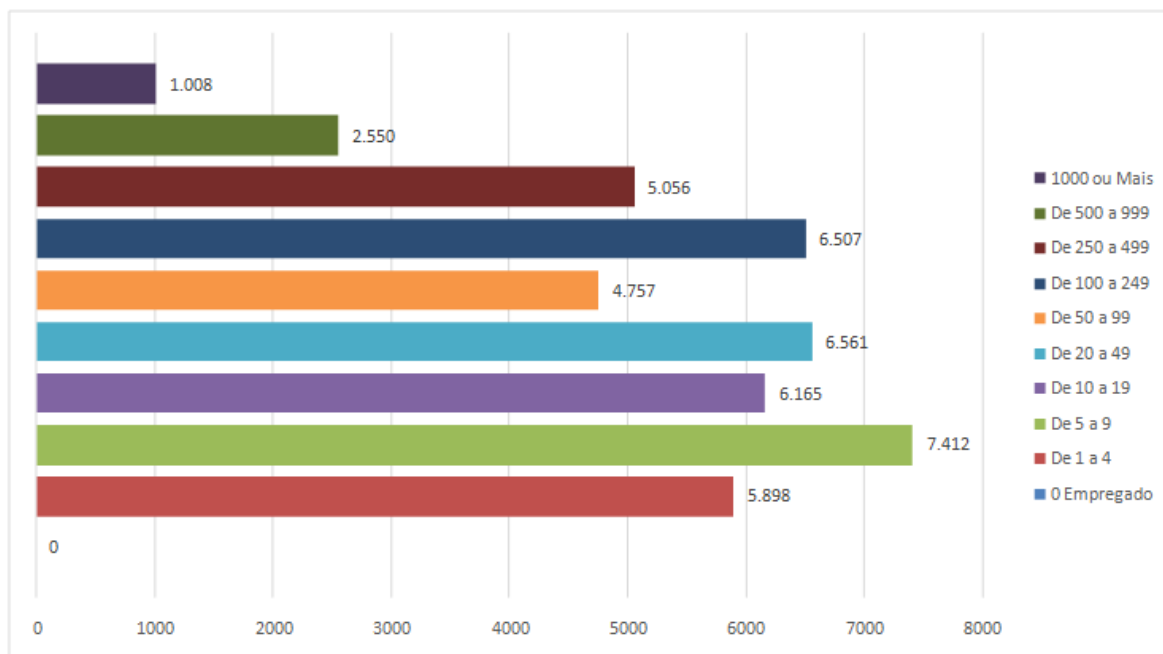


Figura 3 - Número de empregados por tamanho do estabelecimento no setor do cultivo da soja no estado do Mato Grosso para o mês de abril de 2017 (em número de indivíduos)

Fonte: RAIS (2017).

Uma das grandes preocupações dos produtores de soja no Mato Grosso, como apontado em boletim do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (2011), é a escassez de mão-de-obra qualificada para trabalhar neste segmento. Essa preocupação se deve à limitação dos avanços na produtividade que poderiam ser promovidos pela contínua implantação de novas tecnologias, mas são limitados pelo grau de instrução do trabalhador, o qual não garante a ele a habilidade para operar tais tecnologias. Neste sentido, existe a necessidade de uma busca por equalizar a dinâmica de produção tanto para o segmento quanto para o mercado de trabalho, onde ambos, produtores e trabalhadores, investem em “[...] especialização e treinamento para conseguirem crescer no mercado” (IMEA, 2011). Em relação às condições de educação, registrou-se que aproximadamente um terço dos trabalhadores deste segmento possui ensino médio completo (31% de tal contingente). Por outro lado, conforme ilustra a Figura 4, mais da metade se encontra abaixo desse grau de instrução.

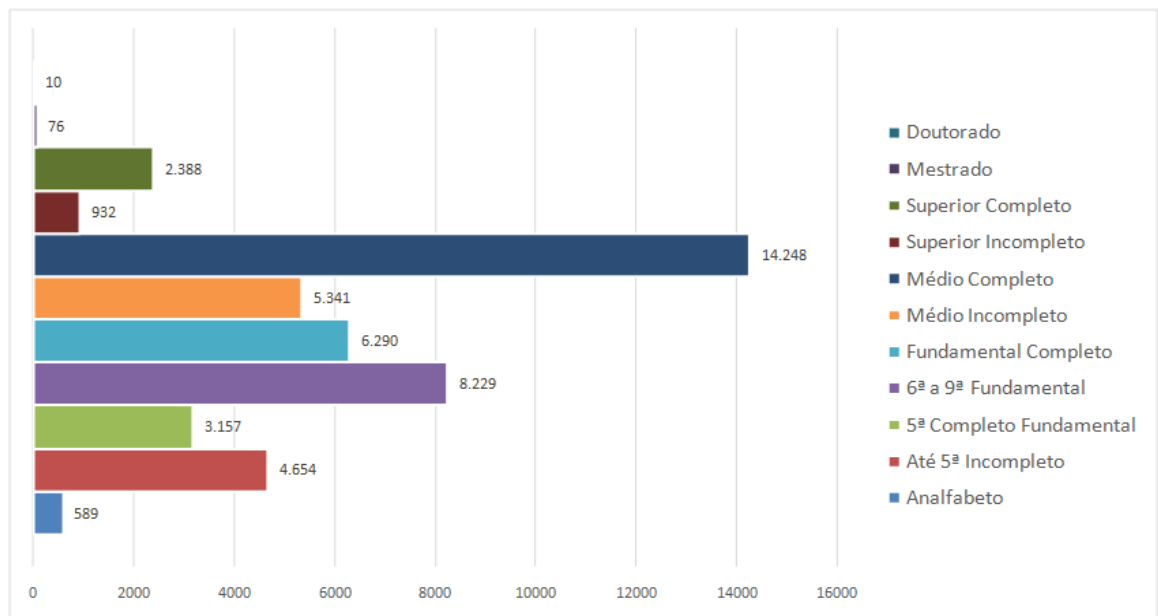


Figura 4 - Número de trabalhadores por grau de escolaridade após 2005 (em número de indivíduos)

Fonte: RAIS (2017).

Com relação à divisão dos empregados por sexo, averiguou-se que o contingente do sexo feminino é mínimo, representando apenas 15% do número total de empregados. Essa constatação pode ser verificada na Figura 5.

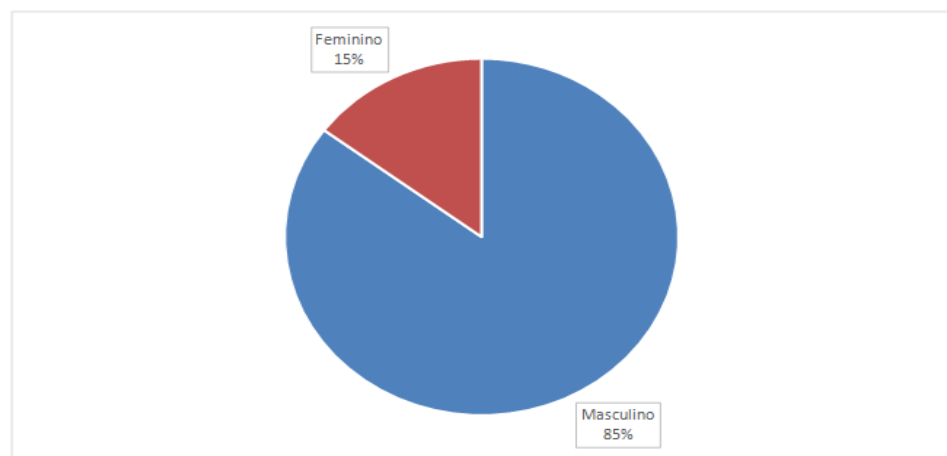


Figura 5 - Representatividade por sexo dos trabalhadores empregados no setor de cultivo da soja no estado do Mato Grosso em abril de 2017 (em porcentagem)

Fonte: RAIS (2017).

Em que pese esta situação para o setor de cultivo da soja, tem ocorrido um aumento do número de trabalhadoras na agricultura brasileira ao longo dos anos conforme aponta Silva Filho, Santos e Lima (2014). Mas essa taxa de crescimento não se mostra expressiva a ponto de representar aumento no nível de participação das trabalhadoras. Dentre os apontamentos, a baixa participação da mulher no mercado de trabalho agrícola se deve às “[...] responsabilidades domiciliares, legislação trabalhista,

preferência do empregador pelo trabalhador masculino, prevalência sindical controlada pelos homens e aspectos culturais que tornam a contratação da mulher mais cara” (PAGÁN e SANCHEZ, 2000 apud FERREIRA et al., 2006).

Com relação à distribuição dos empregados por idade, a Figura 6 mostra que a faixa etária de maior representatividade do segmento de cultivo de soja no Mato Grosso era a de 30 a 39 anos de idade, com 33,39% dos trabalhadores. O segundo maior grupo etário era o da faixa entre os 40 e 49 anos de idade, representando 20,8% dos trabalhadores.

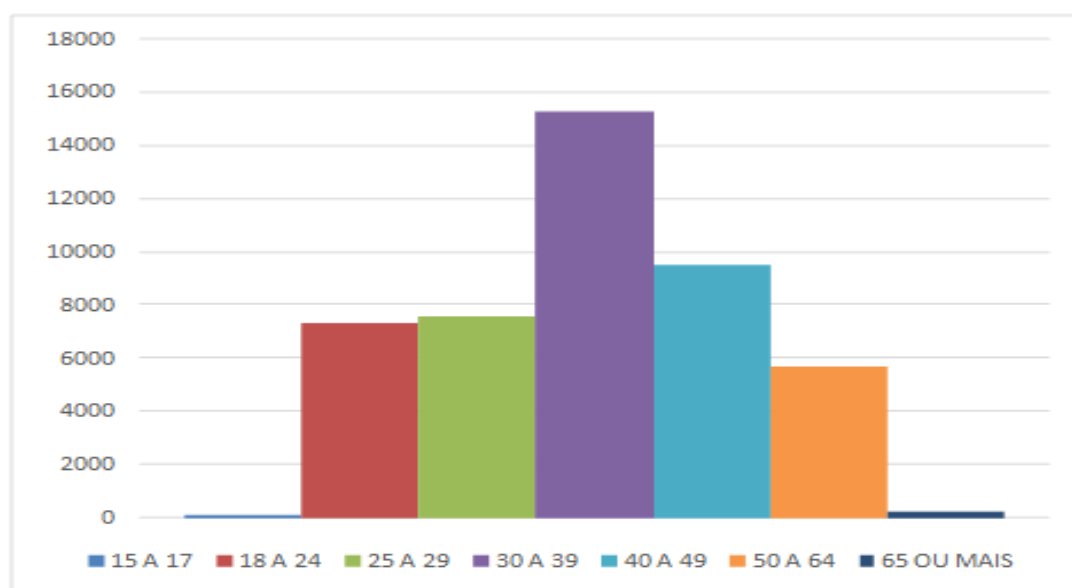


Figura 6 - Número de trabalhadores por faixa etária no setor do cultivo da soja no estado do Mato Grosso em abril de 2017 (em número de indivíduos)

Fonte: RAIS (2017).

A Figura 7 ilustra a distribuição dos trabalhadores por faixa de remuneração no mês de abril do ano de 2017. A faixa de 1,51 a 4 salários mínimos concentra aproximadamente 70% do total de trabalhadores. Mais especificamente, 17% destes recebem entre 1,5 e 2 salários, 35%, entre 2 e 3 salários e 18%, entre 3 e 4 salários. Nos extremos da categoria, isto é, nas faixas de 0,51 a 1 salário mínimo e mais de 20 salários mínimos, a representação é mínima, com 2,2% e 0,19% dos trabalhadores do setor respectivamente.

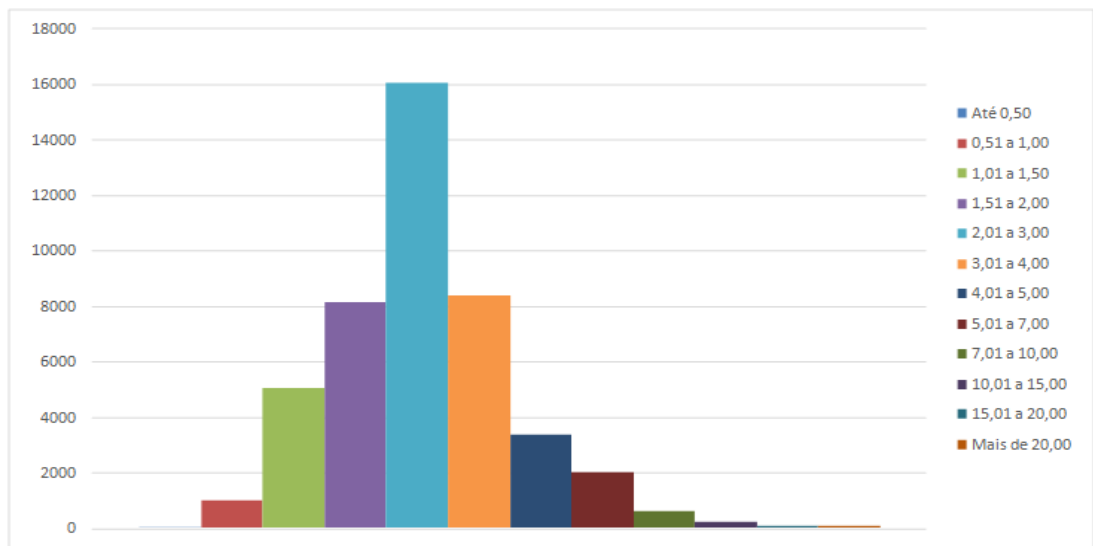


Figura 7 - Número de trabalhadores por faixa de remuneração em salários mínimos em abril de 2017 (em número de indivíduos)

Fonte: RAIS (2017).

Por fim, outra informação importante verificada foi a média salarial para os admitidos e desligados no mês de abril do ano de 2017. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2017), a média salarial dos trabalhadores desligados é maior que a dos admitidos. Em porcentagem, a diferença representa uma perda de 2,55% no salário dos admitidos. A Figura 8 ilustra este cenário.

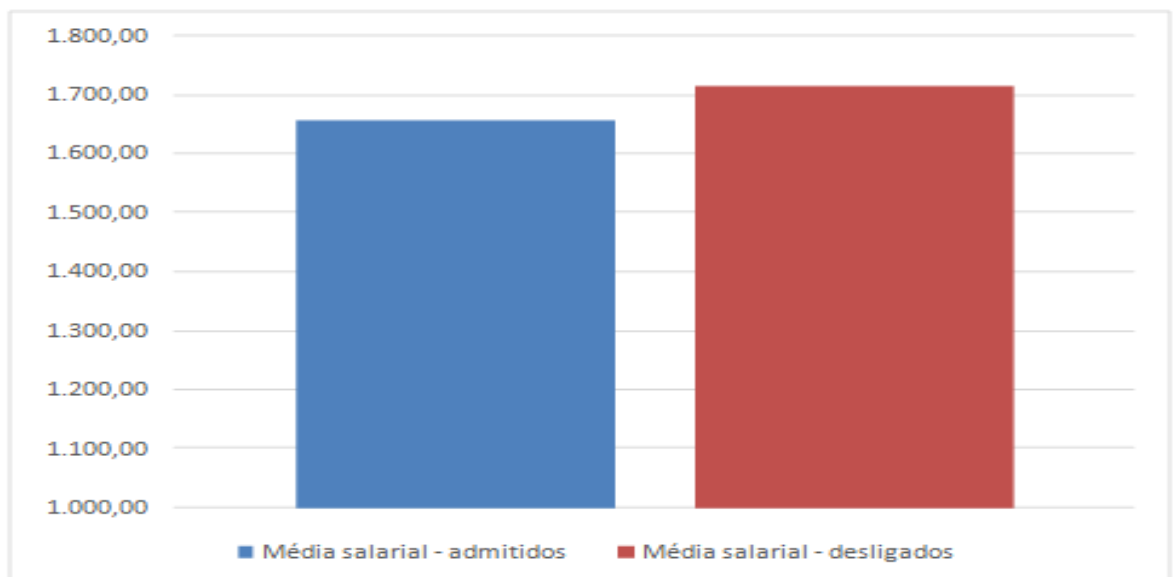


Figura 8 - Média salarial dos admitidos e desligados em abril de 2017 (em reais)

Fonte: CAGED (2017).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, foi possível observar, entre o mês de abril do ano de 2016 e o mês de abril deste ano, certo equilíbrio entre admissões e demissões no setor do cultivo da soja no estado do Mato Grosso, com uma tênue superação das últimas sobre as primeiras. Por outro lado, ao se restringir a análise para o mês de abril de 2017, identificou-se que as admissões foram responsáveis por 28% dos movimentos do emprego no setor e as demissões, 72%. Nesse sentido, é possível afirmar que significativa parte da redução das vagas ofertadas se deu no mês em questão. Além disso, verificou-se que o salário médio dos admitidos foi 2,55% menor que o dos desligados no mesmo período.

Com relação à divisão dos empregados por sexo, registrou-se uma configuração em que a participação masculina é quase seis vezes superior à feminina. Com relação à faixa etária, a que concentra maior número de trabalhadores é a de 30 a 39 anos. Se fossem somados a esta o número de empregados que se encontra na faixa de 40 a 49 anos, obter-se-ia mais da metade dos indivíduos empregados no setor.

Sobre o grau de instrução dos empregados, apesar da superioridade em termos absolutos do número de indivíduos com o ensino médio completo, mais da metade dos trabalhadores do setor se situam na faixa analfabeto-ensino médio incompleto.

A faixa de remuneração na qual se encontra o maior número de trabalhadores é a de 2,01 a 3 salários mínimos. Relativamente, mais da metade dos trabalhadores ganha entre 1,51 a 4 salários mínimos.

Por fim, não há um tamanho de estabelecimento cuja representatividade é atípica em números de empregados. Em termos percentuais, os estabelecimentos com 5 a 9 empregados concentram 16,14% do total de trabalhadores e os demais, com exceção dos estabelecimentos de 500 a 1000 ou mais empregados, 12,68% do total em média cada um.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DO MATO GROSSO. **A história da soja**. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/soja-e-milho/a-historia-da-soja>>. Acesso em 15 jun. 2017.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS; RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS; **Bases estatísticas RAIS e CAGED**. 2017. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Indicadores: PIB do agronegócio brasileiro**. 15 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CONFEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Central de Comunicação-Artigos: Perspectivas do mercado de Soja**. 2017. Disponível em: <<http://www.cnabrasil.org.br/artigos/perspectivas-do-mercado-de-soja>>. Acesso em: 26 maio 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Estimativa do escoamento das exportações do complexo soja e milho pelos portos nacionais safra 2016/17**, Compêndio de estudos Conab V.6, 2017. Disponível em <http://www.conab.gov/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_02_09_11_46_05_v6_-_previsao_do_escoamento_de_soja_e_milho.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Dificuldades persistem. **Boletim Emprego em Pauta**. São Paulo, p. 1-4. mar. 2017.

_____. Estagnação econômica e aumento do desemprego. **Boletim Emprego em Pauta**. São Paulo, p. 1-3. maio 2017.

SILVA FILHO, Luís Abel da; SANTOS, Flávia Valéria Dantas dos; LIMA, Maria Messias Ferreira. **Dinâmica do mercado de trabalho no cultivo de soja no Brasil**. Latin American Journal of Business Management, v. 5, n. 2, 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Soja**. 15 jun. 2017, Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1>>. Acesso em 15 jun. 2017.

FERREIRA, Brancolina et al. Ocupações agrícolas e não-agrícolas: trajetória e rendimentos no meio rural brasileiro. **Tecnologia, exportação e emprego**, v. 1, p. 445-488, 2006. Disponível em: <https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_15.pdf>. Acesso em: 20 jun 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notícias**: Em março, IBGE prevê safra de grãos 25,1% maior que a de 2016. 15 jun. 2017. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3411&busca=1&t=marco-ibge-preve-safra-graos-25-1-maior-que-2016>> Acesso em: 15 jun. 2017.

INSTITUTO MATOGROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA. **Boletim Semanal**: Soja - Análise, n. 175, 2011. Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/2011_10_21_BSSoja.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SILVA, Ariana Cericatto da; LIMA, E. P. Carvalho de; BATISTA, Henrique Rogê. **A importância da soja para o agronegócio brasileiro**: uma análise sob o enfoque da produção, emprego e exportação. Encontro de Economia Catarinense, 2011. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20SOJA%20PARA%20O%20AGRONEG%C3%93CIO%20BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM (MANAUS-AM)

**Michele Lins Aracaty e Silva
Epaminondas da Silva Dourado**

RESUMO: A Economia Solidária é praticada por milhões de trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, lutando de forma coletiva pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários. As ideias da Economia Solidária se baseiam na reciprocidade, valorizando o social, favorecendo as relações entre os indivíduos, diferentemente das ideias capitalistas, que busca o capital acumulado e as relações competitivas. Alguns empreendimentos de cunho social surgiram pós-crise econômica. Dessa forma, a necessidade de buscar alternativas que amenizassem tais impactos ocasionaram propostas de economia solidária. Assim, este estudo analisará a Economia Solidária e o cooperativismo como forma de organização do trabalho e geração de renda, levantaremos os dados históricos da atuação da Economia Solidária durante a última crise econômica brasileira, analisaremos os principais motivos favoráveis ao surgimento da Economia Solidária, verificaremos as principais políticas públicas para os segmentos solidários bem como estudaremos os impactos das cooperativas sobre o desemprego. Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo

terá abordagem qualitativa, de fonte de cunho bibliográfico e documental. Utilizaremos como instrumentos de coleta a entrevista com o gestor da cooperativa. Ficou nítido que a organização do trabalho na COPASA é bem simples, restrito as funções básicas para seu funcionamento. Após a crise de 2014, com apoio da política pública, através do PAA, a SEDUC por meio da chamada pública, começa a adquirir alimento para merenda escolar do Amazonas.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Cooperativismo; Autogestão

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo da evolução do processo capitalista, as relações de trabalho e a organização social apresentaram mudanças e foram impactadas direta e indiretamente pelas relações de produções. Dessa forma, a necessidade de buscar alternativas que amenizassem tais impactos ocasionaram a propostas de Economia Solidária, cooperativismo, autogestão, democracia participativa, sustentabilidade ambiental dentre outras.

A pesquisa se faz relevante visto a possibilidade de observar na prática os fundamentos aprendidos na teoria, tendo como base as características fundamentais da

Economia Solidária, sendo estas o cooperativismo e da autogestão.

A escolha da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Projeto De Assentamento Tarumã Mirim - COPASA (Manaus-AM) deve-se ao grau de especialização produtiva que esta apresenta e a disponibilidade por parte dos produtores rurais de forma a se apresentarem abertos às contribuições e informações advindas do meio acadêmico.

Além disso, acreditamos que a troca de conhecimento entre a universidade por meio dos acadêmicos em contato com os produtores rurais contribui para o desenvolvimento da atividade coletiva fortalecendo as políticas públicas regionais.

A Economia Solidária vem através da história mostrando-se uma alternativa eficiente, seja em meio às crises ou até mesmo para suprir necessidades de movimentos ou classes marginalizadas

Atualmente, as cooperativas têm sido utilizadas como ferramenta de apoio mútuo em cooperados que possuam algum tipo de comércio e ou prestação de serviço, exemplo: cooperativas de produtores rurais e cooperativas de médicos, respectivamente.

Apesar de todos esses benefícios, algumas cooperativas são carentes de política de subsídio, pois parte de sua produção não é remunerada (por exemplo o benefício ambiental que os coletadores de lixo produzem), e muitas das autogeridas no início de sua gestão não conseguem superar seus custos fixos por falta de conhecimento de mercado ou até mesmo por sua deficiência produtiva.

Para tanto, este trabalho apresenta como objetivos: analisar a Economia Solidária e o Cooperativismo como forma de organização do trabalho e geração de renda na Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (COPASA) (Manaus-AM), levantar os dados históricos da atuação da Economia Solidária durante a última crise econômica brasileira; analisar os principais motivos favoráveis ao surgimento da Economia Solidária; verificar as principais políticas públicas para os segmentos solidários bem como estudar os impactos das cooperativas sobre o desemprego.

Em relação aos procedimentos metodológicos apresentam-se através da abordagem qualitativa, de caráter exploratória, de fonte bibliográficas e de pesquisa de campo com os dados primários oriundos da entrevista realizada no dia 02 de novembro de 2018 com o gestor da COPASA.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

Apresentaremos a revisão da literatura com base na Economia Solidária e Cooperativismo, além de realizar a definição segundo diversos autores, apresentaremos uma retrospectiva de como originou-se a ideia do cooperativismo, suas características, analisar o que há de entendimento acerca da atuação do Estado por meio das políticas públicas no que tange as economias solidárias, delimitando o estudo à COPASA,

Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (Manaus-AM).

2.1 Economia Solidária: definição

Na busca para atender as necessidades que não foram supridas eficientemente pelo capitalismo a Economia Solidária surge como uma possibilidade tangível. Desta forma, as cooperativas “rompendo as amarras” (GALLO et al. 2000) deram a oportunidade de novas pesquisas para essa forma de organização socioeconômica.

Conforme Azevedo (2009), a Lei 5.7641/71, conhecida como “Lei do Cooperativismo” define as normas jurídicas e políticas que norteiam as sociedades cooperativas, assim no seu 4º artigo define a sociedade cooperativa como formada por pessoas, natureza civil, não é sujeita a falência, com finalidade de prestar serviço aos seus cooperados.

As pessoas quando se juntam, produzem muito mais que a soma do que produziram individualmente. (...) O cooperativismo é uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades. A cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua. (SALES, 2010, p.24).

2.2 Histórico da Economia Solidária no Mundo e no Brasil

Alguns empreendimentos de cunho social têm a oportunidade de surgimento mediante a um fomento de uma dinâmica socioeconômica vinda de uma crise econômica. Podemos citar a crise da década de 70 do século XIX, em tornar possível a modernização na agricultura, restando aos pequenos produtores o apoio nas cooperativas agrícolas para a sua sobrevivência. Também, a crise de 1929, que levou a uma intervenção por parte do Estado, ideias keynesianas, porém os operários se apoiaram nas cooperativas como forma de solução aos problemas advindos da crise. Ainda, a crise dos anos 70 do século XX, trouxe muito desemprego e instabilidade econômica, o que deu margem para o surgimento, na mesma década, de uma série de iniciativas para resolver os efeitos da crise, através de empresas autogeridas. (LECHAT, 2002)

Segundo Silva (2014), o cooperativismo surge no Brasil em 1889, em Minas Gerais, mas é no século XX que a demanda para escoar as mercadorias agrícolas e abastecer os grandes centros industriais fez com que aparecesse o cooperativismo agrícola, resultante do processo de industrialização.

Para analisarmos a Economia Solidária como instrumento de desenvolvimento socioeconômico para uma sociedade, faz-se necessário entender quais motivos incita o surgimento de novos empreendimentos, que possuam um modelo de produção diferente do vigente.

Paul Singer escreve: “No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a Economia Solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva” (SINGER, 1998: XXXI, p. 12, apud LECHAT, 2002).

2.3 Principais Características da Economia Solidária

2.3.1 Autogestão

Ao olhar para o interior das autogeridas, verifica-se a necessidade de pessoal qualificado, com metodologia e organização de gestão. Assim, a valorização do potencial de competência interna ou formação de recursos humanos é favorecido quando todos os cooperados estão comprometidos com a empresa. (PEIXOTO, 2000, apud GAIGER, 2003).

Bastante utilizado como uma estratégia de um modelo de construção socioeconômica por alguns setores da política, as empresas autogeridas além de alvo de políticas públicas para uma minimização dos danos do capitalismo desenfreado; ou até mesmo, como uma visão de política aos excluídos, mas que no seu âmago possui um comprometimento com os interesses de uma “massa” que não fazem parte da partilha dos frutos que produzem - uma forma de recalibrar a extração da *mais valia* pelo capitalismo. Abrindo margem para uma construção histórica de um modo de produção pós-capitalista, que supera alguns limites do capitalismo. (GAIGER, 2003).

As ideias da Economia Solidária se baseiam na reciprocidade, valorizando o social, favorecendo as relações entre os indivíduos, diferentemente das ideias capitalistas, que busca o capital acumulado e as relações competitivas com objetivos individuais, também difere da lógica do Estado que exerce certa autoridade sobre as empresas, conseqüentemente em seus empregados. (LECHAT, 2002).

As empresas autogeridas estão sujeitas a duas forças econômicas do capitalismo, uma é a acumulação e relações comerciais, a outra devido à necessidade de uma demanda utiliza-se de meios ou técnicas capitalistas de produção. Essas duas situações são circunstâncias que orbitam em torno das necessidades das cooperativas, não podendo se furtar de utilizar-se, com pena de fechamento da empresa. Retirar proveito das técnicas do capitalismo, dar prova de superioridade do trabalho cooperado perante as relações assalariadas, e resistir a pressões externas econômicas, são algumas das formas que as empresas autogeridas podem manter suas formas originais e não terem a sua essência corrompida. (GAIGER, 2003).

A economia solidária para ser competitiva no mercado capitalista não pode se furtar à concentração que incorpora progresso técnico. (SINGER, 2001, p 100).

Conforme Singer (2001), o capitalismo parte do pressuposto da competição desmedida, a Economia Solidária se agarra na conglomeração, contradizendo assim a lógica capitalista baseada na doutrina liberal que diz que a produtividade chega ao

seu ápice com a competição entre as empresas. Assim, à medida que o conglomerado cresce, ele se diversifica possibilitando maior interiorização ou verticalização do processo produtivo.

2.3.2 Economia Solidária

Segundo Gallo et al. (2000), a exclusão social de uma sociedade carente em meio a um processo histórico que foi conduzido a este cenário, poderia ser solucionado mediante uma política de inserção social através de economias solidárias:

Parte-se do pressuposto que o processo histórico-social do país conduziu à configuração de um cenário de crescimento sem precedentes de exclusão social de uma população carente e com dificuldades de inserção na sociedade. [...] propõe como forma de organização alternativa de inserção social geração de renda e trabalho, a formação e desenvolvimento de cooperativas populares de trabalho a partir de uma Incubadora de Cooperativas Populares (GALLO et al. 2000, p. 41).

2.3.3 Cooperativismo e Economia Solidária

Segundo Gallo et al. (2000), uma das dificuldades das cooperativas vem justamente dos seus integrantes, que na maioria das vezes possuem identidades culturais e/ou costumes diferentes, tendo que lidar com problemas internos como preconceito e individualismo, algo totalmente nocivo ao trabalho cooperado. Mas que contra essas “barreiras naturais” é necessário que o grupo se adeque a necessidade coletiva, que haja maior envolvimento dos cooperados, que superem as necessidades individualistas e autoritárias (herdado de uma sociedade de cultura contraditória com deficiências educacionais).

Atualmente o cooperativismo tem como caráter ideológico o combate ao neoliberalismo, a crise nas relações de trabalho, a exclusão social, entre outros. (GALLO et al. 2000, p. 47)

Outro problema assinalado é a ausência da habilidade da autogestão, fruto da falta de cultura cooperativa entre os trabalhadores, mas que isso pode ser resolvido mediante aprendizado e prática contínua em pelo menos três níveis, interligados: **técnico**, como fazer e ensinar outros a atividade fim com competência; **administrativo**, como gerir com eficiência e democracia os negócios da empresa autogestionária; **político**, como introjetar os valores históricos do cooperativismo e a perspectiva de construção da Economia Solidária.” (SINGER, 1999, apud GALLO, et al. 2000, grifo nosso).

2.4 Políticas Públicas e a Economia Solidária

De acordo com Santos e Borinelli (2010), o Estado tem um papel importante no que tange as economias solidárias, isso porque as cooperativas têm necessidades de levantar capital para funcionamento, seja de forma com um financiamento ou até

mesmo com subsídios governamentais, até porque as próprias firmas que concorrem sobe um sistema capitalista pela ideologia neoliberal também recebem ajuda do Estado seja com isenções fiscais ou até créditos, dessa forma só é ratificado a necessidade de incentivo governamental, para que as economias solidárias possam concorrer de forma igualitária com as demais.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – fundada no ano de 2003, no seio do Ministério do Trabalho e Emprego, tem como objetivos fornecer e supervisionar as atividades que dão subsídios à Economia Solidária no país, com intenção de gerar trabalho e renda, além de incluir socialmente e fomentar uma forma mais igualitária de produção. Ainda tem o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), criado em mesmo ato legal que a SENAES, tem por objetivo interlocução entre os setores do governo e sociedade civil que representam a economia solidária.

2.5 Copasa

2.5.1 Aspectos Gerais

A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (COPASA), situado no município de Manaus-AM, no Km 21 Ramal do Pau Rosa Km 16 Lote 263 Pa Tarumã Mirim, Manaus - AM, CEP: 69023-165, tem como cooperados os produtores agrícolas do Projeto de Assentamento do Tarumã Mirim, que sua concessão de uso fica sob administração do INCRA (resolução 184/92 de 20/03/92).

Com objetivo de comercializar a polpa do cupuaçu, foi fundada em 27/06/2003, sob CNPJ: 05.730.925/0001-01, a COPASA, que além desta polpa abrangeu outras atividades: horticultura, cultivo de laranja, banana, lavoura permanente, criação de bovinos (para corte e leite), criação de frangos para corte e produção de ovos, apesar dessas atividades, o “carro chefe” é a de comercialização de frutas e verduras.

2.5.2 Processo de Ocupação

Segundo Nascimento (2010) o projeto de assentamento do Tarumã Mirim, mapa 01, tem como objetivo alocar de maneira apropriada os produtores agrícolas, que não possuam terras, para que possam ser integrados ao processo de produção.



Figura 01: Mapa de Localização do Assentamento Tarumã-Mirim

Fonte: NASCIMENTO (2010, p. 66)

De acordo com o presidente da COPASA inicialmente a ideia era criar a cooperativa somente no ramal do pau rosa (tendo nome inicial: Cooperativa Mista Agro-industrial dos Prod. Rurais do Ramal Pau-Rosa no Município de Manaus – Amazonas)

2.5.3 Aspectos Econômicos

Fundada em 2003, ficando sem atividade até 2011, por questões administrativas, como falta de material humano e conhecimento sobre a sazonalidade do cupuaçu, fato este que relatado pelo atual presidente, Claudionor, que no momento inicial da cooperativa não se vendeu nem um quilo de cupuaçu, justamente pela falta de conhecimento da cultura do cupuaçu. Retomando as atividades administrativas da cooperativa em 2012, ficou até 2015 sem realizar atividades comerciais. Em 2015, através da chamada pública, a cooperativa realizou sua primeira atividade comercial, fornecendo os produtos para merenda escolar. A partir deste momento a COPASA começou a funcionar, fornecendo produtos para a SEDUC, atendendo tanto uma necessidade dos cooperados em comercializar seus produtos quanto a demanda de um programa governamental.

Através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a cooperativa participa da chamada pública, projeto este que incentiva a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar da produção familiar, através de inscrição no portal SEDUC (Secretaria de Estado de Educação). No início do programa a COPASA atendia três instituições: SEMED, ADS (*Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas*) e CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), além destas começou a atender a demanda do Exército. Existe aspiração de aumentar a oferta para a Marinha.

2.5.4 Aspectos Sociais

Segundo Nogueira e Mainbourg (2010), antes da criação do assentamento moravam apenas dez famílias na área. Hoje em dia a população que mora na comunidade é formada por pessoas do interior do Amazonas ou de fora do estado.

Conforme o presidente da cooperativa, até o ano de 2015 as famílias sobreviviam vendendo o excedente de sua produção de maneira rudimentar, cada um individualmente locava um caminhão e levava as mercadorias para os compradores. Após a reativação da COPASA em 2011, em que começou a pagar as taxas administrativas, em 2015 começou a realizar atividades comerciais, inicialmente pelas chamadas públicas, projeto este que incentiva a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar da produção familiar, do governo do Estado. A partir deste momento, os pequenos agricultores que antes só vendiam o seu excedente, passou a produzir para atender a demanda dos contratos firmados pela COPASA e as instituições que participam da chamada pública.

Conforme Nogueira e Mainbourg (2010), a capacidade do assentamento de unidades agrícolas é de 1042 famílias, porém de acordo com o presidente da COPASA só existe 65 cooperados ativos, sendo que o número de matrícula é de 98. Isso mostra o quão mal aproveitada está sendo a cooperativa, em que muitos cooperados ainda preferem comercializar totalmente individualmente.

3 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos utilizados para este projeto será o de estudo de caso, isso para que possa ter um embasamento histórico da abordagem e melhor compreensão do tema. Assim sendo, o procedimento terá uma abordagem qualitativa, para que seja possível assimilar os acontecimentos bem como a importância da Economia Solidária no contexto atual.

Quanto a natureza, a pesquisa é relacionada como qualitativa, uma vez que procuraremos aprofundar certos pontos alicerçados em pressupostos. Abstendo-se de apresentações de dados numéricos, a pesquisa de natureza qualitativa tem preocupação com a compreensão da parcela social que sofreu os impactos do processo capitalista num contexto globalizado. Quanto ao nível da pesquisa proposta é caracterizada como exploratória, tendo como objetivo central captar e relacionar informações sobre o tema.

Empregou-se material bibliográfico, artigos científicos, sites etc, para identificar e determinar a Economia Solidária como forma de organização do trabalho e geração de renda, os dados históricos da atuação da Economia Solidária durante a última crise econômica brasileira, os principais motivos favoráveis ao surgimento da Economia Solidária, as principais políticas públicas para os segmentos solidários bem como os impactos das cooperativas sobre o desemprego, fazendo o embasamento teórico

textual. Para os resultados, foi feita a análise dos dados primários obtidos através do questionário, realizado ao gestor da COPASA, com os conceitos teóricos sobre Economia Solidária.

Este projeto e pesquisa terão limites à Economia Solidária, abordando fatos históricos mais significativos e correlacionando-os com a conjuntura atual, tendo como materialização a pesquisa de campo na Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (Manaus-AM).

Quanto ao instrumento de coleta, iremos trabalhar com entrevista ao gestor da cooperativa, ou seja, teremos um questionário: utilizaremos perguntas abertas e fechadas ou objetivas e subjetivas (questionário misto). Para tanto, submetemos nossa pesquisa ao CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) da UFAM, sob CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética): 93293418.6.0000.5020, submetido em 15 de setembro de 2018, em que obteve parecer favorável.

Neste trabalho, os dados serão primários, oriundos da entrevista realizada com o presidente da COPASA. Com relação aos dados coletados durante a entrevista, faremos uma análise qualitativa. Assim para evidenciar a validade e verificação da pesquisa será utilizado a técnica de análise de conteúdo, de forma que seja possível identificar os fenômenos econômicos através dos objetivos propostos pelo referido projeto, no que tange o objeto de estudo: que é a COPASA.

A pesquisa foi realizada da seguinte forma, a pré-análise reunindo um arcabouço histórico referencial para montar o corpo do projeto, onde foi submetido tanto ao edital para aceitação do PIBIC quanto para aprovação da pesquisa pelo CEP, a exploração do material com a entrevista realizada no dia 02 de novembro de 2018, na sede da cooperativa, tendo como fonte o presidente desta, senhor Claudionor Sequeira da Costa.

4 | RESULTADOS

A Economia Solidária tem por definição a ajuda mútua, entre seus cooperados, com finalidade de somar as forças, entre seus participantes, dentro de um sistema altamente concorrente, como o que vivemos no capitalismo.

No seu processo histórico, as cooperativas foram muito importantes nos momentos de crise econômica, seja por um choque de oferta ou por insuficiência da atuação do Setor Público ocasionando recessões econômicas, e conseqüentemente gerando uma grande capacidade ociosa, propiciando uma multiplicação de pequenas cooperativas, em sua maioria agrícolas, em busca de gerar emprego e renda para os excluídos do processo produtivo. Além dos momentos críticos da economia, as fases em que ocorreram os avanços tecnológicos também foram responsáveis por gerar grande desemprego, pois uma vez que aumentaram a produtividade, houve uma reestruturação produtiva, diminuído a demanda pelo número de empregados na

produção.

Essa relação produtiva econômica, tem várias características, que permeiam a autogestão até a cooperativa, passando pela Economia Solidária. Dentre elas a autogestão é uma característica muito importante, pois verificou-se que após a falência de algumas empresas, devido à incapacidade de continuar em um sistema capitalista, estas passaram a ser administradas pelos seus funcionários, e com conhecimento do funcionamento e gestão conseguiram reerguer as empresas numa nova roupagem, agora de forma autogerida. É importante ressaltar que as autogeridas não podem se furtar de características do capitalismo, como acumulação de capital e utilização de técnicas de produção em escala, para poder fazer frente ao mercado competitivo.

A ideia de cooperativismo vem para combater uma estrutura neoliberal, bem como os malefícios causados por seus períodos de recessões econômicas. Desta forma, um ponto importante dentro do cooperativismo é que seus cooperados superem as barreiras herdadas do sistema capitalista, como individualismo e preconceito.

Dentro dessas características um dos fortes problemas enfrentados é a falta de habilidade de autogestão, mas que pode ser revertido desde que haja um processo de aprendizagem que passe entre o técnico, administrativo e o político. O técnico, devido a necessidade que todos saibam exatamente a sua atribuição e como executar; o administrativo, pois como uma empresa autogestionária é necessário de uma gestão eficiente e democrática; e por fim o político, pela necessidade de introduzir valores acerca da ideologia cooperativista. Destas medidas para combater o problema da ausência da autogestão, o mais difícil é organizar os membros a se capacitarem, para que possam trabalhar de maneira cooperada.

Além destas características a Economia Solidária tem uma grande necessidade de apoio por parte do Governo, seja por políticas subsidiárias de capital ou oferta de cursos de qualificação de gestores para cooperativas. Apesar da autogestão englobar atividades econômicas, ela tem grande cunho social e político.

Instituído em 2003, a COPASA, ficou até o ano de 2015 sem realizar atividades comerciais, por falta de conhecimento de como processar a polpa do cupuaçu e falta de recurso humano na parte administrativa. Porém através de um projeto do governo, a chamada pública, a cooperativa iniciou suas primeiras atividades comerciais, atendendo a demanda da SEDUC com produtos agrícolas para a merenda escolar. Atualmente a cooperativa atende órgãos federais como Exército e futuramente a Marinha, além destas é fornecedora para a SEMED, ADS e CONAB. Contudo, a COPASA tem planos em expandir a oferta dos seus produtos para o mercado aberto, como por exemplo os supermercados de Manaus. Isso porque apesar de haver a iniciativa do governo, por meio da chamada pública, este não absorve toda a produção dos cooperados, desta maneira foi observado que a maior parte da produção é vendida fora da cooperativa.

Uma evolução observada após o ano de 2015, na vida dos cooperados foi que deixaram de vender unicamente o excedente de sua produção familiar, e passaram a produzir para atender uma demanda firmada no contrato com a chamada pública junto

aos órgãos.

Quanto ao instrumento de coleta, para alcançar este objetivo do estudo de caso, realizou-se a entrevista com o presidente da cooperativa. E por fim, de acordo com a análise de dados realizamos a análise de conteúdo, com o objetivo de descrever sistematicamente os dados obtidos e para que seja possível a realização de inferência de conhecimentos.

Com relação aos objetivos deste trabalho, posto analisar a organização do trabalho e geração de renda por parte da COPASA. Sobre a organização do trabalho na cooperativa ficou perceptível que é bem simples, há somente 4 funções específicas: a) o presidente, o qual é responsável pelo acompanhamento dos processos licitatórios em que a cooperativa está participando ou deseja participar; b) o vice-presidente, que auxilia o presidente nas atividades deste e é eventual substituto caso este falte; c) o diretor técnico, que é responsável por gerir e agendar a utilização dos equipamentos da cooperativa e, d) o diretor financeiro, o qual realiza os pagamentos, aos cooperados, bem como o recebimento dos recursos para a cooperativa, além de fazer uma análise financeira desta.

Houve a proposta de ampliar as funções, porém devido a incapacidade administrativa e falta de comprometimento dos cooperados não funcionou, por isso ficou restrito a estas poucas funções. Com relação a análise de gerar renda, segundo o presidente da cooperativa, a cooperativa não é meio de emprego, e que um dos requisitos para que se torne um cooperado é que a pessoa tenha condições de pagar a cota, que é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), que pode ser dividido em até 4 vezes, ele (o presidente da COPASA) diz que este valor é alto, mas que serve para evitar que as pessoas procurem a cooperativa como meio de trabalho.

Analisaremos o primeiro objetivo ora proposto: levantar os dados da atuação da Economia Solidária durante a última crise econômica brasileira. Verificou-se que após a última crise em 2014, ao serem atingidos pela onda de desemprego, os moradores da comunidade do Assentamento Tarumã Mirim, recorreram à cooperativa como meio de comercialização da produção.

Entre 2004 e 2008 a economia brasileira cresceu em média 4,8%, após a crise de 2008 até 2016 houve uma recessão, com uma pequena melhora no ano de 2010, como coloca “entre 2004 e 2008, a economia brasileira cresceu a uma média anual de 4,8%; **em 2009 houve uma breve recessão devido ao contágio da crise mundial**; em 2010 a economia cresceu 7,6%, vindo a desacelerar em 2011/2014 para 2,4% a.a. em média; **e em 2015-2016 a economia entrou em forte e prolongada recessão, com crescimento negativo** médio de -3,7% a.a., puxado para baixo tanto pelo setor de serviços quanto industrial.” (PAULA e PIRES, 2017, p. 126, grifo nosso).

De acordo o segundo específico que foi proposto, posto: analisar os principais motivos favoráveis ao surgimento da Economia Solidária. Observamos que após uma crise econômica, como a que ocorreu na recessão do final da década dos anos de 1970, houve uma dinâmica socioeconômica que possibilitou o aparecimento de

economias solidárias. Segundo Lechat (2002) a partir da década de 70 do século XX:

“Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por consequências, o desemprego e o fechamento de empresas e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora. Floresceu então, a partir de 1977 e até 84, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 85 foram criadas em massa cooperativas de trabalhadores em toda a Europa” (LECHAT, 2002 p.6, grifo nosso).

O terceiro objetivo foi o de verificar as principais políticas públicas para os segmentos solidários. De acordo com os dados obtidos com o presidente da cooperativa, por meio da aplicação da entrevista, pode ser citado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 02 de julho de 2003, que tem como um dos seus objetivos fomentar a produção agrícola familiar. De forma que incentiva as instituições públicas (municipais, estaduais e federais) a adquirirem uma cota mínima de 30% de sua demanda através da agricultura familiar (seja o produtor individual, associação ou cooperativa). Assim também acontece a Chamada Pública no AM, que através da SEDUC são adquiridos alimentos para merenda escolar das escolas.

Com relação ao último objetivo, posto: estudar os impactos das cooperativas sobre o desemprego. Não houve relato de acréscimo na renda dos cooperados, segundo o presidente da cooperativa, pois como a cooperativa participa dos projetos do Governo, este processo só paga o preço mínimo para os fornecedores de alimentos nas chamadas públicas. Por isso há anseio de aumentar a capacidade de fornecimento e atender ao mercado aberto: como os supermercados.

Considerando este último ponto, percebemos que apesar de não ter sido relatado pelo presidente da cooperativa uma melhora na renda a participação do Estado é muito importante, mesmo existindo uma burocracia que retarda o repasse do recurso aos cooperados, demonstrando uma necessidade de dinamizar este processo, para que se torne mais atrativo aos pequenos produtores rurais realizarem suas atividades comerciais através das cooperativas.

A partir deste momento, analisaremos as informações primárias obtidas através de questionário aplicado ao presidente da COPASA.

Apresentaremos os dados obtidos, que corresponde ao perfil do entrevistado, que foram: primeira pergunta, Nome: “Claudionor Sequeira da Costa”; cargo que ocupa atualmente: “Presidente, com tempo de 3 anos”; cargo anterior: “Vice-Presidente na COPASA”.

Os próximos dados obtidos têm objetivo captar a percepção quanto as políticas públicas para segmentos solidários, qual o seu nível de conhecimento sobre as Políticas Públicas para empreendimentos solidários? foi respondido que: “As políticas públicas devem atender as demandas que a cooperativa tem, não fazer vista grossa, exemplo: se a cooperativa estiver precisando de um trator, o governo deve mandar alguém fazer uma pesquisa na cooperativa e atender à necessidade desta”, é importante ressaltar que há uma compreensão por parte do gestor da cooperativa, e segundo eles os

cooperados sabem que é benéfico quanto maior for a participação do Estado, com políticas públicas para fomentar a comercialização da produção agrícola, porém como o próprio presidente ressaltou que há uma falta de conhecimento dos cooperados acerca de como deve ser o funcionamento de uma cooperativa, e que muitos ainda acreditam que a cooperativa é meio de assistencialismo.

Seguindo a entrevista, foram feitas perguntas que tem finalidade verificar a percepção quanto ao impacto das cooperativas sobre o desemprego: como era a relação com as comunidades e/ou moradores vizinhos? Respondeu: “o choque maior foi a desconfiança, pois os moradores achavam que a cooperativa ia usar o nome das pessoas indevidamente. O assentamento tem 1200 lotes, tem mais de 3 mil moradores, se a cooperativa tem 63 cooperados, é por que a cooperativa não é bem vista. ”, nesta é percebido um dos problemas que é a falta de cultura acerca do ato cooperado, o que dificulta a implementação de cooperativas; algum dos cooperados já tinham algum tipo de recurso? Foi respondido que: “aqui nós não aceitamos cooperados a esmo, só aceitamos cooperados que tenham lotes e que tenham ocupação. Por isso que a cooperativa não é instituição de caridade”, é importante ressaltar que esta resposta é diferente do que é proposto pela economia solidária que é gerar emprego e renda para as pessoas mais carentes, que não conseguiram se estabelecer no mercado de trabalho neoliberal; quantas dessas famílias que fazem parte da cooperativa tem a sua renda exclusiva por meio da cooperativa? Foi respondido que: “Renda exclusiva da cooperativa nenhum. Todos são donos de lotes e produtores, e vendem mais por fora da cooperativa, pois a cooperativa não atende à demanda. ”, esta resposta demonstra que a cooperativa, em estudo, não tem capacidade de gerar renda para os seus membros, sendo necessários que os mesmos comercializem fora da cooperativa.

Continuando a pesquisa, foi perguntado: como é a organização/trabalho do grupo? respondido que: “Diretor técnico, que é responsável pela utilização das máquinas e equipamentos, também tem o Diretor Presidente que acompanha os processos de licitações em Manaus, e o Diretor financeiro, cuidando das finanças e cuidando dos pagamentos e recebimentos. Foi tentado colocar outras funções, mas não funcionou.”, aqui fica evidente dois dos pontos que precisam ser melhorados na cooperativa, a parte do comprometimento por parte dos cooperados e capacitação técnica para gestão; como é realizado o trabalho? Individual, coletivo? Foi respondido que: “A utilização dos meios da cooperativa é utilizado de maneira democrática nos lotes, mas a atividade de cada cooperado é feito individualmente. ”, nesta resposta a utilização dos meios de maneira democrática é evidenciado a autogestão, uma das característica da economia solidária, todos tem o mesmo direito e dever, de forma que todos opinam; como é a relação com o assentamento/região? Falou que: “A gente não atende a população do assentamento, uma vez que não é meio de assistencialismo. A gente cobra R\$ 1000 reais para as pessoas virarem cooperado, que pode ser dividido em 4 vezes”, esse mecanismo adotado pelo presidente para filtrar os cooperados é outra ideia contrária do cooperativismo, que deveria promover a inclusão social além

de gerar renda e emprego.

Dando seguindo ao questionário com o gestor, foi perguntado: como é feita a comercialização dos produtos? (local, frequência, tipo de consumidores, preço, produtos.) Foi respondido que: “100% institucional, através da chamada pública atendemos demanda dos órgãos que participam, os preços são tabelados. ”, nesta fica claro a participação do Estado por meio das políticas públicas, fomentando a comercialização dos produtos dos cooperados.

Por ocasião da entrevista, foi questionado sobre os pontos positivos e negativos: na sua opinião quais aspectos positivos a cooperativa trouxe na vida dos cooperados? Respondido: “É o cidadão compreender a propriedade dele como uma empresa, hoje nossos cooperados compreendem que as propriedades deles são empresas rurais.”, este aspecto positivo colocado pelo presidente se relaciona com o fato do rompimento da estrutura produtiva fordista, em que no capitalismo o capital exerce força sobre o trabalhador, para que este consiga o salário, já no cooperativismo é o trabalhador que utiliza o capital para gerar sua própria renda; na sua opinião quais aspectos negativos cooperativa trouxe na vida dos cooperados? Respondeu: “Eu vejo o que atrapalha muito é essa questão de não poder pagar o cooperado em tem hábil o cooperado a entrega da produção, em um momento é negativo pois não recebe logo, outra hora é positivo pois ele tem onde vender sua produção” nestes aspectos negativos, fica claro que a burocratização estatal, no que tange os processos licitatórios, ainda é um problema para as classes carentes que não possuem tanto tempo para poder esperar o recuso seguir os tramites do processo;

E finalmente, a última pergunta, os cooperados conseguem enxergar na cooperativa um meio de melhorar sua comercialização com o mercado? Foi respondido que: “Eu acho que eles enxergam sim. Em nossas reuniões várias ideias aparecem, porém não há quem se propunha a tomar a frente dos projetos. Exemplo: a ideia de vender no mercado aberto, todos aprovaram, mas ninguém quer dispor o próprio tempo para intermediar um contrato com os supermercados. A cooperativa precisa de investimento por parte dos cooperados para que ela possa atender as necessidades de comercialização dos próprios membros”, aqui percebemos mais uma vez que a falta de comprometimento interfere na eficiência do funcionamento da Economia Solidária.

5 | CONCLUSÕES

Feito a análise dos resultados sobre a Economia Solidaria e Cooperativismo e suas formas de organização do trabalho, tendo como objeto de estudo a COPASA, é importante ressaltarmos quais os pontos mais importantes para que possamos identificar a cooperativa como forma de organização e geração de renda, bem como seu processo histórico, motivos que favoreceram seu aparecimento, importância da atuação da política pública e os impactos da cooperativa sobre o desemprego.

Observa-se que para identificarmos os pontos citados, é necessário verificar

as características da Economia Solidária, Autogestão e Cooperativismo, além disso tornou-se necessário entender as dificuldades enfrentadas pela Economia Solidária no que tange a parte organizacional, administrativa. A cooperativa trabalha em prol de um grupo, que muitas das vezes foram excluídos do processo produtivo, após uma reforma do processo produtivo ou após uma crise econômica.

Conforme citado por diversos autores aqui neste trabalho, o papel do Estado é primordial, uma vez que minimiza as pressões sofridas no mercado competitivo. Apoiando com incentivos fiscais ou até mesmo com programas de absorção da produção dos cooperados, como é o exemplo da chamada pública, executada pela SEDUC na aquisição de alimentos para merenda escolar para o estado do Amazonas.

O objeto de estudo foi muito rico em demonstrar oportunidades de melhoras na organização das autogeridas. Onde ficou nítido que há uma carência por parte dos cooperados de políticas públicas, que fomentem o escoamento de sua produção, além de uma desburocratização, dos processos de licitações, para que alcance aqueles produtores que necessitem brevemente do dinheiro da venda de sua mercadoria. Além disso, ficou evidente a necessidade de melhoria técnica e administrativa por parte dos cooperados.

Destarte, foi possível observar que a participação das Economias Solidárias, após a última onda sentida da crise econômica de 2014, além dos dados citados pelos autores, no caso da COPASA, após 2015 houve uma grande absorção de cooperados, que buscavam comercializar sua produção por intermédio da cooperativa. Desta forma, é possível ver o grau de importância que as autogeridas tem, sendo possível alcançar aquela parcela de trabalhadores que por algum motivo não foi inserido no mercado de trabalho, possibilitando maior acesso aos meios sociais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Karla Maria. **Proposição de um modelo de prestação de contas padronizado para uma incubadora social catarinense**. Florianópolis, 2009. Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291345>>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

GAIGER, L. I. G. **A Economia Solidária diante do modo de produção**. Salvador, CRH/UFBA, 2003.

GALLO, Ana Rita; DAKUZAKU, Regina Yoneko; EID, Farid . Organização cooperativista popular como alternativa à precarização do trabalho. **Revista UNIARA**, Araraquara - SP, v. 8, p. 23-35, 2000.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Economia Solidária Volume I: Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.

NASCIMENTO, J. L. A. (2010). **Uso de geotecnologia no monitoramento de unidades de conservação**: Ocupações peri-urbanas na Apa margem esquerda do Rio Negro. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente), Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

NOGUEIRA, A. C. F.; MAINBOURG, E. M. T.. A comunidade do Pau Rosa/Amazonas e a relação entre natureza, cultura e o processo saúde/doença. **Saúde e Sociedade** (USP. Impresso), v. 19, p. 22-34, 2010.

PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**. vol.31 no. 89 São Paulo Jan./Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100125>. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

SANTOS, L. BORINELLI, B. Socioeconomia solidária: propostas e perspectivas. SANTOS, L. BORINELLI, B. (Orgs.). **Economia Solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

SALES, J.E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, v. I, p. 23-34, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/viewFile/30/23>>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

SINGER, P. Economia solidária *versus* economia capitalista. **Soc. estado**. vol.16 no.1-2 Brasília June/Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

SILVA, G. M. O Cooperativismo no Contexto do Campo. **Revista Força do Campo**, Minas, p. 64 - 64, 31 out. 2014.

FIART: UM ESTUDO DA FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO COMO ATRATIVO DE PROMOÇÃO DA CULTURA POTIGUAR

Fernanda Louise de Brito Gonçalves

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus
Natal/Cidade Alta.

Natal – Rio Grande do Norte

Layanna Pinheiro da Silva

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus
Natal/Cidade Alta.

Natal – Rio Grande do Norte

Maria Rafaella Marques de Paiva

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus
Natal/Cidade Alta.

Natal – Rio Grande do Norte

Patrícia Daliany Araújo do Amaral

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus
Natal/Cidade Alta.

Natal – Rio Grande do Norte

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo analisar a Feira Internacional de Artesanato (FIART) como atrativo turístico e vetor de promoção do artesanato potiguar. Trata-se de uma pesquisa aplicada, seguida de uma entrevista aberta, participativa, com abordagem qualitativa. A entrevista foi realizada com o organizador do evento e objetivou a apresentação das particularidades da feira para a verificação de sua importância para a cidade. De acordo com os resultados obtidos, percebeu-se que a feira exerce uma influência positiva na economia local, além de

contribuir para a valorização do artesanato/artesão potiguar, conferindo-lhes visibilidade a nível internacional. A FIART traz benefícios e movimenta a cidade, marcando o calendário oficial de eventos.

PALAVRAS-CHAVE: Artesanato, Feira, FIART.

ABSTRACT: This article analyze the International Handicrafts Fair (FIART) as attractive and vector promoting Natal crafts. It's an applied research followed by an open interviewed, participatory, with a qualitative approach. He was interviewed the owner and organizer of the event in order to know the particularities of the fair and thus determine its importance to the city. According to the results, it was noticed that the fair has an important influence on the local economy, and contribute to the appreciation of craft/artisan Natal and promotion thereof, gaining international visibility. The FIART beneficial and movies the city, marketing the official calendar of events.

KEYWORDS: Crafts, Fair, FIART.

1 | INTRODUÇÃO

Realizada anualmente desde 1996, a Feira Internacional de Artesanato – FIART é considerada uma das feiras de artesanato mais sólidas e importantes do país, sendo referência

no setor. O evento acontece nos 6.614m² do Pavilhão das Dunas, localizado no Centro de Convenções de Natal. A feira oferece aos visitantes uma programação diversificada, que engloba a comercialização de produtos artesanais oriundos de várias regiões do Brasil e de outros países. Os artesãos que participam da FIART têm origem em diversos municípios do Rio Grande do Norte, todos os estados brasileiros e outros países, como Bolívia, Peru, Espanha, Itália, Uruguai, dentre outros. Ademais, há apresentação de grupos folclóricos e artísticos, desfiles de moda artesanal, mostras e oficinas.

O objetivo geral deste artigo é identificar a importância da FIART para a promoção do artesanato potiguar, além de verificar como ocorre o intercâmbio cultural durante a feira; descrever as práticas sustentáveis presentes no evento; e investigar o impacto causado na economia. O interesse pelo objeto desse estudo surgiu após percebermos a escassez de pesquisas relacionadas à importância do evento, de tamanha dimensão para a cidade. Conseguimos observar o quão importante a feira se tornou para o calendário de eventos local, atingindo assim todos os objetivos de análise citados anteriormente: a prática do intercâmbio cultural, o impacto na economia e as práticas sustentáveis, começando pela própria infraestrutura dos estandes, etc.

Além de ser um evento consolidado no calendário de eventos da Cidade do Natal, com visível valorização dos artistas locais, a FIART constitui-se como um importante indutor econômico por meio da geração de emprego e renda para artesãos de vários segmentos. Ademais, sua importância turística pode ser observada na medida em que incrementa a alta estação em Natal, provocando nos visitantes a boa impressão de uma cidade movimentada em vários aspectos.

2 | METODOLOGIA

O artigo foi realizado para avaliação das disciplinas de: Introdução a Eventos; Manifestações Culturais e Sustentabilidade; Desenvolvimento Regional e Diversidade. Esse foi um trabalho integrado das disciplinas acima citadas, do curso técnico subsequente em eventos do IFRN Campus Cidade Alta.

Para que os objetivos fossem alcançados, foi realizada pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica constituiu-se de consultas em livros e sites sobre eventos, feiras e especificamente o endereço eletrônico do evento escolhido para esse estudo. Já a pesquisa de campo foi realizada em janeiro, durante a realização da FIART 2015.

A pesquisa de campo incluiu uma entrevista com o Coordenador Geral do evento, Neiwaldo Guedes, no escritório de sua empresa, a Espacial Eventos. Na ocasião, conversamos sobre a pesquisa e obtivemos as informações necessárias para desenvolver o trabalho. A conversa teve duração média de 30 minutos. Foram formuladas perguntas abertas para permitir uma maior liberdade do entrevistado. Também foi utilizada a técnica da observação participativa, registrada em diário de campo, em função de uma visita, realizada pelo grupo ao evento. Sendo assim, trata-

se de uma pesquisa qualitativa.

3 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A expressão “indústria de eventos” é bastante recente e não deve ter sido usada antes da segunda metade do século XX. Entretanto, a necessidade de interação social é uma prática que remonta aos primórdios da humanidade. Os eventos ocupam lugar de destaque na sociedade moderna, sejam eles internos às empresas, os chamados eventos corporativos: reuniões, vendas, seminários de entretenimento, reuniões de cúpula, conferências anuais e conferências técnicas, ou mesmo sociais, como casamentos, festas de aniversário, formatura, etc. “Evento” é um termo genérico que serve para descrever um conjunto de inúmeras atividades na área de comunicação, conforme aponta Rogers (2011).

Segundo Matias (2011 p.111), feira é uma “exibição pública com o objetivo de venda direta ou indireta, constituída de vários estandes, montados em espaços especiais, onde se colocam produtos e serviços”. A União Brasileira de Feiras (UBRAFE) classifica as feiras de acordo com suas características e abrangência. Esclarecendo assim o conceito de feira como um evento de exposição de produtos ou serviços que serão vendidos ao público de acordo com sua temática. Já para Zanella (2010), as feiras são eventos de carácter comercial e de grande porte que reúnem fornecedores, fabricantes, vendedores, compradores ou clientes, consumidores ou usuários, entidades de fomento, financeiras, bancos, etc., para estabelecer contatos comerciais, apresentação ou exposições de produtos, bens, serviços e apresentação ou lançamento de novas tecnologias. É esse entendimento que norteia a elaboração da presente pesquisa. Ainda para Zanella, o principal objetivo de uma feira é proporcionar contatos com os canais de comercialização. Matias (2011) diz que, mais recentemente as feiras e os eventos deixaram de ser somente espaço de discussões e negociações de temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e da gestão socioambiental, que tem por base as três dimensões da sustentabilidade: econômica, ambiental e social. No quesito sustentabilidade Rogers (2011) explica que a cada dia os termos “responsabilidade socioambiental” e “sustentabilidade” também se tornam referências no mundo corporativo brasileiro, no qual os eventos encontram-se inseridos.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da entrevista realizada percebe-se o quanto as feiras e os eventos como a FIART, principalmente abertos ao público em geral, são importantes, tanto pelo incentivo ao artesanato local, como pela movimentação da economia, contemplando toda a cadeia produtiva do setor (desde o trabalhador informal até a organização). Analisa-se também o destaque da FIART como uma marca de promoção reconhecida

no mercado, servindo de referência para outros eventos da cidade. Um evento que surgiu a partir da ideia de lançar um produto diferenciado no mercado de eventos, mas com o jeito do povo potiguar, no qual houvesse também um intercâmbio cultural, conquistando assim parceiros internacionais para expor seus produtos.

A FIART está em sua vigésima edição (2015), com o tema: “O Entrelaçar dos Fios Tece Novas Oportunidades”. Após vinte edições, é perceptível o sucesso do evento que a cada ano toma maiores proporções, atraindo turistas e movimentando também desta forma o setor turístico, impactando de maneira indireta os segmentos de hotelaria, restaurantes, etc.

Ao longo do tempo, evento foi-se moldando e ganhando investimentos em infraestrutura. Com o passar das edições, mais estandes montados, mais patrocinadores, praça de alimentação e espaço para shows, manifestações artístico-culturais foram incorporadas como mais opções de entretenimento dentro da feira, que a cada ano apresenta uma nova temática.

A preocupação com o aspecto sustentável também foi observada, desde o material utilizado na montagem dos estandes até ao salão planejado para artesãos que expõem trabalhos com reutilização de materiais. O intercâmbio cultural é outro fator que acontece de maneira espontânea, já que participam expositores de vários países, interagindo com artesãos da cidade e o público final. Desta forma, a feira constitui-se como um ótimo espaço para o aprendizado da cultura estrangeira sem sair da cidade, da mesma maneira que aqueles que são de fora também têm a oportunidade de conhecer um pouco mais da cultura e do artesanato potiguar. Apesar dos benefícios gerados pelo evento, verificam-se também alguns aspectos negativos, como por exemplo: a localização do Centro de Convenções, que dificulta o acesso da população. Um dos principais motivos é a escassez de transporte público, que leve as pessoas até o local, bem como o transtorno causado pelo trânsito, pois o estacionamento possui um número limitado de vagas, causando assim filas quilométricas nas proximidades da Via Costeira.

EDIÇÕES FIART	TEMÁTICA
Da Primeira à Quarta edição (1ª à 4ª)	“FIART Mostra a sua Arte”.
Quinta edição (5ª)	“Natal 400 anos”.
Sexta edição (6ª)	“As mãos que produzem arte também geram pão”.
Sétima edição (7ª)	“Artesanato: Inspiração Divina, Obra Humana”.
Oitava edição (8ª)	“Artesanato do Rio Grande do Norte: uma Ponte para o Futuro”.
Nona edição (9ª)	“A mente se inspira, as Mãos Trabalham e o Coração Comemora”.
Décima edição (10ª)	“Arte, Artista, Artesão: uma obra, uma vida, uma profissão”.

Décima primeira edição (11ª)	“A Arte do Povo em suas mãos”.
Décima segunda edição (12ª)	“Juntos somos mais criativos”.
Décima terceira edição (13ª)	“Mostre a cara da sua Arte”.
Décima quarta edição (14ª)	“Mãos que produzem a Arte Encantam o Mundo”.
Décima quinta edição (15ª)	“A Arte do mundo na Vitrine Potiguar”.
Décima sexta edição (16ª)	“Artesanato, Atividade de Fé, Identidade de um Povo”.
Décima sétima edição (17ª)	“Artesanato: Instrumento de transformação, Criatividade e Riqueza”.
Décima oitava edição (18ª)	“Talento e Sensibilidade para Moldar o futuro”.
Décima nona edição (19ª)	“A originalidade Dá Forma à Novas Oportunidades”.
Vigésima edição (20ª)	“O Entrelaçar dos Fios Tece Novas Oportunidades”.

QUADRO I – Edições da FIART e seus respectivos temas

5 | FIGURAS

As imagens do evento ilustram a preocupação estética da organização e ressaltam alguns dos aspectos abordados neste trabalho.



www.fotojornalismo.net / 084 9994.2841 / Natal, RN

FIGURA I - Abertura com o Coordenador do Evento: Sr. Neiwaldo Guedes

Fonte: Canindé Soares



FIGURA II

Fonte: Marília Rocha/Nominuto.com



FIGURA III

Fonte: Canindé Soares



FIGURA IV

Fonte: João Maria Alves/kallynakelly.com

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa motivou algumas reflexões. Inicialmente: eventos como a FIART trazem benefícios e movimentam a cidade, não só pelos fatores econômicos, mas por ser uma atração com potencial turístico. Além de marcar o calendário de eventos, a feira torna-se um atrativo de promoção da cultura do povo potiguar.

É perceptível que o fator de marketing do evento é muito relevante para a organização, destacado durante todo o processo de planejamento. Conforme o QUADRO I, desde os primórdios do evento existe uma preocupação com a tematização das edições, e de acordo com a temática o evento se molda e se adapta. Existe uma preocupação também de envolver os artesãos, fornecedores, clientes e visitantes do evento, para promover o artesanato regional e internacional.

A sustentabilidade foi outro fator que atendeu aos objetivos, pois além das práticas sustentáveis dentro do evento, com reutilização de materiais e toda a infraestrutura de estandes ser desmontável e reutilizável, existe um salão, em um dos pavilhões do evento, exclusivo para os trabalhos manuais confeccionados com materiais reutilizáveis ou reciclados, desde produtos como: bonecas, carrinhos, jogos de raciocínio e lógica, extremamente educativos, até utensílios domésticos, etc.

No aspecto do intercâmbio cultural, além dos estandes serem de diversos países, envolvem também os estados vizinhos da própria região Nordeste, sede do evento, e de outras regiões como Sul, Sudeste e Centro-oeste, a partir daí é possível compreender a troca de experiências dos expositores com o público e entre si, apresentando seus

costumes, sua cultura, envolvendo todos os participantes do evento, sejam visitantes, expositores, promotores, fornecedores, etc.

O maior objetivo do evento, segundo o próprio coordenador, é manter a qualidade e a marca FIART, como uma das maiores feiras de artesanato da cidade e ser referência para outros eventos da região e/ou do país.

REFERÊNCIAS

CANINDÉ SOARES. Disponível em: < <http://canindesoares.com/feira-internacional-de-artesanato-chega-a-20a-edicao-fazendo-a-diferenca-em-janeiro/>>. Acesso em: 18 dez 2014.

ESPACIAL EVENTOS. Relatório Fiart. Disponível em: <<http://espacialeventos.com.br/relatorio%20fiart.pdf/>>. Acesso em: 8 dez 2014.

_____. Temas da Fiart. Disponível em: <<http://espacialeventos.com.br/temas.html/>>. Acesso em: 18 dez 2014.

_____. Histórico. Disponível em: <<http://espacialeventos.com.br/historico.html/>>. Acesso em: 18 dez 2014.

MATIAS, Marlene (Org.). **Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos**. Barueri, SP: Manole, 2011.

ROGERS, Tony. **Eventos: planejamento, organização e mercado**/Tony Rogers, Vanessa Martin; [Tradução Ana Paula Spolon. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de Organização de eventos: planejamento e operacionalização**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMO SE PLANIFICAM, TRATAM, ANALISAM E INTERPRETAM NARRATIVAS ? A ABORDAGEM COMPREENSIVA-QUALITATIVA “PROCESSOS DE REQUALIFICAÇÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA”

Maria de Fátima Costa Toscano
Portugal

RESUMO: Explicitam-se aqui os 4 actos metodológicos do ‘*modelo analítico-compreensivo processos de requalificação sócio-identitária*’ — que vimos desenvolvendo, desde 2008, na análise de trajectórias de mudança social (‘saída’ de condições ditas de pobreza) — de cujos procedimentos se especifica: - ponto 2: fundamentar a co-construção de relatos (1.º acto: raízes teórico-conceptuais-epistemológicas); operacionalizar princípios, procedimentos e critérios para seleccionar *casos exemplares* e construir narrativas (2.º acto, *passos 1-3*); - ponto 3: planificar e co-construir o processo biográfico (2.º acto, *Passos 4a-4b*; 6 etapas); - ponto 4 (3.º acto), 1.º nível de teorização: escrever a oralidade pelas operações de *transcrição-tradução* (*passo 5*; etapas 7.^a-8.^a) e *transposição-rearranjo* (unidades de análise, modo de operar, níveis discursivos, eixos do relato, regras/tipos de anotações - *passos 6-7*, etapas 9.^a-12.^a); - ponto 5 (4.º acto), 2.º nível de teorização: interpretação e construção teorizante em emergência (*passos 8-9*, etapas 13.^a-14.^a, 7 operações); e, enfim, ponto 6: breves conclusões.

PALAVRAS-CHAVE: relatos de vida/

abordagem biográfica; método da escrita como praxis analítica; modelo analítico-compreensivo ‘processos de requalificação sócio-identitária’.

HOW TO APPLY QUALITATIVE ANALYSIS TO SOCIOLOGICAL NARRATIVES OF SOCIAL CHANGE?

ABSTRACT: We focus this paper on the exposition of the main procedures and specific forms of the qualitative analysis, as we applied it at the ‘the processes of socio-identitarian requalification (PRSI) - how we called, since 2008, the analytical-understanding model of social trajectories of requalification from poverty conditions. So, in this paper, we explain how we organize that qualitative analysis on 4 big methodological acts, by several steps (9) and along 14 specific operations, such are: part 2 - 1st act: theoretical and epistemological bases; part 3 - 2nd act: to plan and to co-construct the biographic approach; part 4 - 3rd act: 1st level of theorization – the transcription-translation and the transposition-rearrangement (analysis units; discursive levels; main axis of the biographic reports; rules of the text annotations; part 5 - 4rd act, 2nd level of theorization – interpretation and grounded theorization; and, finally, part 6 - conclusions.

KEYWORDS: Narrative Analysis; Coding and

categorizing by Qualitative Data Analysis; Conceptualization by grounded analysis; socio-identitarian requalification processes;

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo explicitam-se os procedimentos do *'modelo analítico-compreensivo processos de requalificação sócio-identitária (modelo-prsi)'* que desenvolvemos desde 2008, para analisar trajectórias, procurando contribuir para uma abordagem sociológica positiva de processos de desqualificação – que resumimos por *'sociologia da esperança'* – pois o nosso móbil é conhecer como se processa a saída destas mesmas condições sociais. Esta linha de trabalho foca-se na resposta à pergunta-guia: *como se 'dá a volta por cima'?*, com relevo particular para condições ditas de pobreza (tendo também sido feitas aplicações particulares a outras vivências como as de luto).

Assim, o *'modelo-prsi'* assume-se entre e análise em emergência das práticas sociais e a vivência-aplicação da teoria emergente, dado que, através da abordagem biográfica se visa *i)* por um lado, co-construir informação geradora de *relatos de vida* de reconstrução sócio-identitária (BOURDIEU, 1980 e 1993; POIRIER e RAYBAUT, 1995; SANTAMARINA e MARINAS, 1994; GUTH, 1994); e, por outro, *ii)* construir grelhas interpretativas que, pela sua exemplaridade, potenciem outros processos de construção de mudanças sócio-identitárias (TOSCANO 2015 e 2017). Não cumprindo a este artigo os fundamentos do *'modelo prsi'*, não pode, contudo, passar sem se sublinhar que a epistemologia compreensiva e do *paradigma emergente* suportam as suas noções-guia: a de actor social-reflexivo ou narradores significativos (não *'actor-base de dados'*) e a de entrevistador-instrumento.

O presente texto visa facultar o acesso às etapas e procedimentos concretos dos (4) actos metodológicos do *'modelo-prsi'*, ao longo de cinco pontos: fundamentar um processo metodológico de co-construção de relatos, abrangendo o 1.º acto - raízes teórico-conceptuais e implicações epistemológicas – e o 2.º acto – operacionalizar esses princípios para construir as narrativas e seleccionar os *casos exemplares* (em 2); planificar e co-construir um processo biográfico, ainda no 2.º acto (em 3); em 4, escrever a oralidade (3.º acto); no 4.º acto, teorizar (em 5); e, em 6, algumas conclusões.

2 | FUNDAMENTAR UM PROCESSO BIOGRÁFICO: DO 1.º AO 2.º ACTOS METODOLÓGICOS

Fundamentar um processo de metodologia compreensiva-qualitativa para co-construção de relatos supõe, desde logo, explicitar o universo de análise (1.º acto metodológico, *Passo 1*), quanto às raízes teórico-conceptuais, à perspectiva da pesquisa e às respectivas implicações epistemológicas. Construímos uma

problemática teórica-utensílio (PAILLÉ e MUCCHIELLI, 2003), aberta à análise em emergência como base da interpretação científica (não, um *quadro* teórico positivista, de replicação ou explicação). Tal *problemática-utensílio* elabora uma complexa articulação entre conteúdos sociológicos, problemáticas identitárias e da pobreza, na relação com os quais se puderam realizar (2.º acto) tarefas bastante pormenorizados, a saber: *Passo 2* - delimitação do tipo e critérios biográficos; *Passo 3- guião-lembrete*: fundamentar o processo de co-construção dos relatos. Passe-se a esmiuçar.

2.1 Delimitar tipo e critérios biográficos

O *Passo 2* desta metodologia foi de escolhas e construções a grandes níveis: delimitação dos *casos*; tipo biográfico a adoptar; âmbito das narrativas a construir; e tipos discursivos privilegiados. Assim:

i) delimitação-selecção sócio-geográfica dos *casos exemplares*: recaiu sobre portuguesas (de ascendência ou origem) imigrantes na região de San Sebastián (Província Autónoma Basca) e reconhecidas como protagonistas de processos de requalificação social por profissionais envolvidos na “luta contra a pobreza” (anos 80-90). Tal delimitação permitiu garantir homogeneidade de factores contextuais, bem como a circunscrição dos *casos* a um mesmo meio sócio-político, em concreto no que respeitava àquelas medidas e respostas e, em particular, ao rendimento mínimo de inserção já em prática aí, na época do nosso trabalho de campo (ao invés do que ocorria em Portugal).

ii) *tipo biográfico*: a partir dos diversos tipos de biografias (psico-biografias, etno-biografias, modalidades mistas ou intermédias) os objectivos da pesquisa exigiram que se captasse a descrição e avaliação argumentativa e emocional-afectiva dos 3 eixos temporais das trajectórias sociais narradas: *I. Cenário do Passado Social*: filtrado pela memória social das mulheres-sujeito, este cenário recobre descrições, avaliações e sentimentos da experiência social de mobilidade (lateral e vertical)/ mudança sociais, e das lógicas de acção, vinculados a ‘*prsi*’. *II. Cenário do Presente Social*: também construído com o concurso da memória do passado, desenrola-se em torno de comparações e categorizações sociais (geracionais e de género) que conduzem à auto-classificação das transacções identitárias dos ‘*prsi*’ das mulheres. *III. Cenário do Futuro Social*: orientado o *relato* para o Passado e o Presente Sociais, este cenário capta-se por expressões re-avaliativas e projectivas.

iii) âmbito ou cenário-contexto das narrativas a construir: a relação comunicativa teria de focar-se na co-construção de *relatos de vida* exemplares delimitados à experiência social, assinalando os *Momentos Significativos Marcantes (MM)*, de mulheres-em ‘*prsi*’, e suas atitudes e reacções;

iv) tipos de expressão discursiva a estimular, sempre na relação com a *Problemática-utensílio*:

1. *expressão reavaliativa*: qualidade discursiva caracterizada por: a) *re-avaliação*

das componentes individuais das trajectórias – tanto de *implicação* (indutoras de práticas sociais) como de *definição* (indutoras de categorizações) sociais; b) *reavaliação das componentes sociais das trajectórias* – meios familiar e social de origem; representações, categorias, práticas e medidas sociais; c) *reavaliação dos MM de ‘prsi’*, em particular: cronologia; intervenientes; impactos; e formas de reacção – *lógicas; estratégias-finalidades e táticas; recursos-capitais*.

2. *expressão projectiva*: designou-se aqui a vocação dos discursos que, para além de contarem-descrevendo, se abrem à *confidência-confissão* e à comunicação de expectativas, sonhos-projectos e categorias ideais e utópicas (Futuro e Imaginário).

Estes 2 tipos não excluíram expressões passíveis de comparabilidade: a diversidade e a singularidade dos *relatos* devia recobrir conteúdos transversais, garantes da análise teorizante do *corpus*.

2.2 Fundamental o processo de co-construção dos relatos

O *Passo 3* do *‘modelo-prsi’* foi delimitar princípios metodológicos e critérios (factores e condições) quer para a selecção dos *casos exemplares*; quer para a delimitação dos núcleos conversacionais (abertos a elementos emergentes), como para a, inerente, elaboração do *Guião-lembrete*.

No fundo, tratou-se de, através de critérios com estatuto exploratório de *utensílio-guia*, elencar os utensílios conceptuais que pudessem tomar-se como critérios-factores e critérios-condições para as selecção e análise dos *casos exemplares* e dos seus discursos sobre prsi.

Também se sinalizou o critério de ancoragem da pesquisa: a *condição do reconhecimento social da vivência da desqualificação e da requalificação social das mulheres*, para a *sinalização* das possíveis entrevistadas (*critério transversal*).

Foram considerados pertinentes outros cinco *critérios-factores-guia* das *‘vivências-prsi’*: económico-materiais; relacionais e afectivo-emocionais; simbólico-culturais e de poder; e disposicionais.

E com o início da sinalização dos *casos*, discorreram-se ainda 5 hipotéticas vivências, a que se deu o estatuto de 5 *critérios-condições utensílio*: *i)* de famílias monofamiliares: monomarentalidade; *ii)* de morte de figuras afectiva-mente significativas; *iii)* de afirmação social pelo(s) poder(es): liderança; *iv)* de vivência de maus tratos; e *v)* de diferença fisiológica ou motora (“handicaps”).

Conjugando todos os critérios, identificaram-se então os grandes (9) *Núcleos Conversacionais*: A. Actores, Socialização e «destino social»; B. Mobilidade Social; C. PRSI; D. Actualização Identitária; E. Transacções Objectivas; F. Lógicas de Acção; G. Auto-Classificação e Comparação Social; H. Mulher: Sujeito Social e Trajectórias Identitárias; I. Imaginário, Sonhos, Projectos, Utopias e Reflexividade.

Decompostos estes *núcleos* em *grandes dimensões de análise* e indicadores-itens, construiu-se o *Guião-lembrete* em torno de *“clusters” conversacionais*. (TOSCANO

2008, Apêndice 3, p 3-7). Note-se que o *Guião* nunca foi apresentado às entrevistadas, rejeitando-se a relação entrevistadora-entrevistada como «acto policial»; porém, antes de todas as sessões de entrevista era sempre objecto de atenção pela entrevistadora.

Fundamentado o processo de co-construção dos relatos passou-se à sua *planificação*.

3 | PLANIFICAR E CO-CONSTRUIR O PROCESSO BIOGRÁFICO - AINDA NO 2.º ACTO METODOLÓGICO

A planificação do processo biográfico deu-se no *Passo 4a* (da 1.ª a 5.ª Etapas), passando-se à *operacionalização* dos relatos biográficos no *Passo 4b* (6.ª Etapa).

Planificar o processo biográfico passou por 5 etapas: 1.ª- delimitação das 13 entidades mediadoras para selecção dos casos; 2.ª- apresentação da investigadora aos responsáveis das entidades; 3.ª- identificação dos técnicos; 4.ª- selecção prévia de *casos* pelos técnicos; 5.ª- triangulação da mediação segundo duas modalidades (indirecta e directa).

A apresentação da investigadora e dos requisitos metodológicos da entrevista consistiram num determinante *momento zero* do *contrato comunicacional*, ao abordar os 6 temas mais significativos daquele: i) garantia do anonimato sob a forma de escolha de pseudónimo pela entrevistada; ii) explicação genérica da temática e da dinâmica da entrevista; iii) condições do local para realizar a entrevista: escolhido pela entrevistada; sossegado e sem intromissão de outros; iv) justificação da gravação 'audio' das entrevistas; v) previsão da possível repetição das sessões; vi) compromisso da entrega de cópia de todas as gravações de entrevistas (cumprido em Maio de 1998).

De entre 46 mulheres sinalizadas, circunscreveu-se o *processo biográfico* a 31 mulheres-*casos-sociais exemplares* escolhidas pelos requisitos metodológicos. Podia, por fim, passar à co-construção dos relatos (*Passo 4b*, 6.ª etapa), praticando-se a escuta activa e o exame fenomenológico, de modo a garantir as qualidades discursivas acima expostas.

4 | ESCREVER A ORALIDADE, 3.º ACTO METODOLÓGICO

No *Método da Escrita como Praxis Analítica* - MEPA (PAILLE e MUCCHIELLI, 2003, p. 101 e ss.) adoptado nesta pesquisa, destacam-se 3 vertentes do trabalho de escrita da oralidade: a 1.ª, de *Transcrição-tradução* das entrevistas gravadas em áudio; a 2.ª, de *Transposição-rearranjo* comunicacional; e a 3.ª vertente, que considerámos já respeitar ao 4.º acto metodológico, de Reconstituição-narração.

Especifique-se este 3.º acto de Descrição, Analítica e Interpretativa, ao longo dos *Passos 5 a 7*.

Transcrição-tradução. Implicou 2 etapas (*Passo 5*):

7.^a etapa: *Transcrição* propriamente dita das Entrevistas: de cassete *audio* para computador. Tratou-se de transcrever todo o *teor oral* do conjunto das 31 entrevistas realizadas. Em relação ao *teor informativo*, realizou-se um cuidadoso trabalho de dupla tradução: 1) compreensão linguística, quer porque algumas das entrevistadas falaram em espanhol (pelo que foi feita uma aferição linguística por um especialista); quer porque outras empregaram expressões (espanholas e portuguesas) com significados claramente contextuais); 2) registo dos sinais de comunicação afectiva, expressiva e relacional: inscreveram-se, no texto da transcrição, os ritmos, pausas, hesitações e silêncios; tonalidades, entoações e omissões da oralidade; como gestos, sinais, expressões, posições e reacções;

8.^a etapa: Tratou-se das 1.^{as} leituras dos textos resultantes da tradução-transcrição, como das 1.^{as} anotações e procedimentos tendentes à *tematização*, tarefas informadas pelo *Guião* e elementos *emergentes*. Estas duas operações permitiram elaborar o 1.^o *texto escrito* de cada entrevista.

Transposição-Rearranjo. Esta tarefa exigente, já no *Passo 6*, consistiu no início dos procedimentos analíticos em torno dos 1.^{os} textos escritos – só possíveis porque se definiram quer as unidades de análise (de contexto e registo), quer as regras e os modos de anotações do *Corpus*.

4.1 Como é minucioso tratar narrativas: unidades de análise, modo de operar, níveis discursivos, eixos do relato, e regras e tipos de anotações

Não nos revemos no tipo de exploração-recorte de entrevistas, nem se considerou a categorização como «análise de tipo demonstrativo» porque pela exploração aprofundada e o tipo de ‘recortes’ do *material* – em vez da sua decomposição – «*L’entretien est passé dans une moulinette et en ressort en morceaux ventilés dans une multitude de rubriques.*» (DEMAZIÈRE e DUBAR 1997, p. 18).

Na abordagem em causa, DEMAZIÈRE e DUBAR articulam o trabalho de construção das homologias estruturais – a «estruturação do universo semântico» dos discursos das entrevistas – com a descoberta da lógica social dos mesmos discursos (1997, p. 134 e ss.).

E quanto ao modo de operar? Não podia seguir-se a codificação estrutural: o *MEPA* adoptado possibilitou as *análises*, temática e categorial, *em emergência*, como a própria escolha das *unidades de análise*. Portanto, nesta pesquisa, consideraram-se

i) as *unidades de registo* a partir de um leque de 6 tipos - palavra, tema, objecto ou referente, personagem, acontecimento e documento (BARDIN 1991, p. 104 e ss.);

ii) os 3 níveis discursivos centrais na Análise Estrutural: funções, acções e argumentos (1997, p. 113 e ss.); e

iii) as operações elementares de disjunção-oposição e conjunção-relação (1997, p. 128 e ss. e p. 137 e ss.); contudo, entendeu-se ambas como modos de relação –

relação por conjunção e relação por oposição –, ao mesmo tempo que se incluía a *relação por paradoxo discursivo*, emergente ao longo da análise do material.

No que respeita aos *3 níveis discursivos* e nos dois *eixos de cada relato*, atentou-se em: a) eixo sintagmático: «O que o enunciado quer dizer», «*episódios*» significativos; e «*funções*» do relato; b) eixo paradigmático: «*actuates*» ou «*sistemas de personagens*»; e o «que é dito de cada actuate» de forma a caracterizar «*perspectivas sobre a acção*» (1997, p. 113 e ss.), segundo três temas centrais: MM da Trajectória de cada relator, respectivas Fases e Etapas.

Assim, para «*intervenientes*» estipulou-se i) *Intervenientes-Actores Sociais*, singulares ou não (institucionais e outras redes sociais); e ii) outros 3 *Inter-venientes - Vectores Sociais: Factores, Territórios Sócio-Identitários e Capitais-Recursos* afectados pelo processo;

Para *Argumentos da Narrativa* – pelas sucessivas *tematizações* e, sobretudo, pelas categorizações conceptualizadoras dos trajectos – elegeram-se i) “a acção” – *Momentos, eventos ou acontecimentos significativos* (captar descrições e avaliações dos trajectos); ii) “os intervenientes” – *peçoas e factores sociais intervenientes*; iii) “o tema-emergente” – possibilitando a interpretação do sentido subjectivo (superficial ou manifesto) e consequentes categorizações sociológicas em emergência; iv) “a palavra-a expressão” – unidade de registo emergente em situações específicas, impôs-se como elemento de seriação e análise de estilos e forças discursivos.

Mas as *unidades de análise*, o trabalho de categorização e os decorrentes procedimentos de anotação do *corpus* só estão claros quando se explicitam as *unidades de contexto* e as *regras de enumeração-anotação* para análise e decomposição de dito *corpus*. Respeitando os princípios da abordagem compreensiva-qualitativa, tomámos duas unidades de contexto: a) o discurso (contexto do relato); b) o tema, unidade de contexto das unidades de registo ‘acção’ e ‘*intervenientes*’ (os dois eixos dos discursos), e das unidades de registo ‘palavra’.

Assim se entende porque a análise em emergência atentou em episódios-acontecimentos e em pessoas e factores sociais intervenientes que os relatos enunciavam. Esta mesma perspectiva, e a atenção tida para com conteúdos emergentes, confirmariam a legitimidade quer da designação e das delimitações “*prévias*” como “*utensílio*”, quer do trabalho de sua deconstrução-reconstrução.

Ora acontece que o que se selecciona-decompõe num *corpus* varia quer consoante o contexto onde vai ser procurado e observado; quer, ainda, consoante o modo de o seleccionar.

Na presente pesquisa as regras de enumeração-anotação adoptadas não visaram servir a medida das unidades de análise: só excepcionalmente se procedeu à frequência (simples, não ponderada; Bardin 1991, 109) de vocábulos ou expressões sócio-discursivamente significativos. *I.e.*: fez-se contagem quando esse modo facilitou a análise (qualitativa) sociológica de estilos e forças discursivos.

No que respeita às *anotações do corpus* recorreremos a todas as regras e aos 5

tipos disponíveis: rubrica, tema, enunciado, categoria e código. Utilizámos a *rubrica* por permitir indicar o assunto abordado, embora em nada nos informando nem quanto ao modo, nem quanto ao conteúdo específico do discurso sobre tal assunto. O *tema* é uma expressão que funciona como título-resumo, etiquetando e denotando um extracto do *corpus*. Já o recurso ao *enunciado* consistiu em elaborar resumos breves (em poucas linhas). A *categoria* pode ser construída por indexação; tendo esta ‘arrrumação dos conteúdos por gavetas’ sido necessária, não esgotou o uso da rubrica. Na verdade, a categorização por abstracção foi o processo tendente à indução de traços significativos e conceptualiza-dores; pelo que assumimos as categorias como *categorias teóricas* e não meros clips descritivos-mortos. Por fim, o **código** também foi útil quando se teve de numerar conteúdos, o que foi menos usual mas, como já se disse, ocorreu (por ex.º, para as unidades de registo).

O trabalho de anotação andou à volta de três crivos: 1) decidir o estatuto mais adequado: é rubrica, tema, enunciado, categoria ou código? 2) identificar a singularidade e isolamento do tema: sim? não?; 3) atentar nos paradoxos temáticos.

Como vimos, o orientador das operações «técnicas» e «intelectuais» de manipulação e de decomposição do *corpus* (PAILLÉ e MUCCHIELLI 2003, p. 51 e ss.) foi a procura de relações, mediante as 3 regras de enumeração-anotação: relações por associação, por oposição e paradoxo. Para tal, praticámos cinco tipos de manipulações do *corpus*: marcas, notas analíticas, anotações, inventários e esquemas.

Repare-se que para as duas funções principais da tematização – sinalização-identificação e documentação – não se utilizaram programas informáticos (2003, p. 124-125). Foi após a *Transcrição-tradução* para papel das entrevistas (*Passo 5* acima exposto) que manipulámos e anotámos esses documentos-papel.

Apesar de mais exaustivo e moroso, considera-se que foi o que melhor procedimento, desenvolvendo uma relação crescentemente aprofundada com os discursos – em profundidade e em intensidade, também reforçadas pelo contacto físico com o papel (2003, p. 126).

Ao mesmo tempo, a «flexibilidade do suporte» também garantia a concretização do MEPA pelas duas formas utilizadas para inscrição dos temas: na margem do papel de cada 1.º texto escrito (já formatado para o efeito); e, quando pertinente, através de sublinhados e escrita, coloridos, no próprio corpo do texto.

Por fim, perceber-se-á a centralidade da *tematização* no ‘modelo prsi’, ao permitir que se identificassem as (4) unidades de registo, sob o prisma das 2 regras de enumeração-anotação. E ainda ao termos sempre conciliado os 2 tipos de tematização: contínua e sequenciada.

4.2 Descrição Analítica: do 1.º enunciado à depuração do corpus até à sua constituição definitiva

Procurando ser mais minuciosos ainda, caracterizemos as 9.^a, 10.^a e 11.^a etapas,

distinguindo as tarefas dos respectivos *Passos* 6a, 6b e 6c.

Nesta fase do trabalho constatou-se ter em mãos *relatos* cujas potencialidades discursivas apelavam a distintas *estratégias interpretativas*, face ao que, através de *leituras atentas* e *anotações*, viabilizou-se o trabalho de *descrição analítica* em três frentes, que se passam a explicar.

Passo 6a - 9.ª etapa: selecção de 15 casos para construir relatos de vida, motivada logo no decurso das sessões de entrevista. Assentou em várias *leituras atentas* das informações para avaliar das competências discursivas e reflexivas das inquiridas.

Depois, através de novas séries de *leituras, anotações e comentários*, identificaram-se primeiras tematizações e pré-categorias das 15 entrevistas. E ainda se concretizou a escrita dos *1.ºs textos de descrição analítica – 1.ºs enunciados provisórios* – tendo implicado, através de várias leituras de análise vertical, as 5 operações seguintes: 1.ª – classificação, dos elementos análogos de cada relato em *rubricas*, elaboradas em função do *eixo sintagmático* dos discursos. 2.ª – agrupamento e ordenação cronológica das *rubricas* de cada relato, dado os discursos obtidos apresentarem *saltos temporais* característicos da oralidade. Deste modo *reorganizaram-se diacronicamente* os *MM* de cada trajectória sócio-identitária (Passado -> Presente -> Futuro), e as próprias *Fases e Etapas* dos ‘*prsi*’ relatados. 3.ª – redacção posterior de pequenos *enunciados-resumo* de cada relato; 4.ª – reorganização e agrupamento das *rubricas* em *temas* ainda com *títulos provisórios*, só possível de realizar à medida que os *enunciados-resumo* se iam autonomizando; *i.e.*: em função da saturação das informações e da sua qualidade para a *descrição analítica* do respectivo conteúdo; 5.ª. – redacção de um novo documento – *1.º enunciado provisório de descrição analítica* de cada relato – na sequência dos *ordenamentos e reagrupamentos* dos *enunciados-resumo*. No final, os 15 *casos* foram redistribuídos pelos 5 critérios-condições-guia prévios, agora categorias genéricas provisórias (TOSCANO, 2008, p. 134).

Passo 6b - 10.ª etapa: *delimitações provisórias* do *corpus*. Na continuidade da descrição analítica e interpretativa abdicou-se da categoria “Handicaps”, restringindo o *corpus* a 13 *relatos exemplares* e intensificando, a partir daí, o processo biográfico, através de 3 intervenções metodológicas: 1.ª – identificação dos «Intervenientes» mencionados nos *1.ºs enunciados provisórios* de cada um dos 13 relatos (*eixo paradigmático dos discursos*); 2.ª – trabalho de «construção/reconstrução e descontextualização/recontextualização que provocou a re-classificação e o reagrupamento dos extractos dos relatos num *2.º enunciado provisório de descrição analítica*. Ao mesmo tempo, foram-se demarcando «pré-unidades de sentido» em função da coerência entre os episódios-acção relatados e os intervenientes identificados; 3.ª – reorganização dos agrupamentos realizados, de modo a elaborar a *1.ª grelha analítica provisória* de cada um dos 13 relatos, a partir do *2.º enunciado provisório*.

Passo 6c – 11.ª etapa: as tarefas de «construção/reconstrução e descontextualização/recontextualização» fundaram a decisão de reduzir definitivamente o *corpus* a 11 relatos, mediante: *i)* critério formal e de análise vertical – exaustividade e saturação

das informações relatadas; ii) critério de conteúdo e de análise cruzada (ou transversal) dos relatos – exemplaridade, reflexividade e criatividade das estratégias e lógicas sócio-identitárias expressas nos discursos.

Pela dinâmica dos procedimentos já exposta, a análise e reclassificação dos 11 *casos* confirmavam os restantes 4 *critérios-condições-guia* – Monomarentalidade, Morte, Maus Tratos e Liderança – ao mesmo tempo que reforçavam a pertinência da *categoria genérica provisória* “origem pobre”. Como tal, dispunha-se agora de 5 categorias genéricas: Monomarentalidade: 3 *casos*; Morte: 2 *casos*; Maus tratos: 2 *casos*; Liderança: 2 *casos*; Origem pobre: 2 *casos*.

Portanto o *corpus* da pesquisa consolidou-se pela articulação de 3 práticas metodológicas: *Guião*, exame e tradução fenomenológicos e formulação das informações e prática de escrita analítica. Podia, enfim, intensificar-se a construção de *categorias (genérica e específica* segundo PAILLÉ e MUCCHIELLI 2003, p. 52); e respectivas *significações* (o que, para DEMAZIÈRE & Dubar - 1997, p. 113 e ss. - já consiste numa operação específica da Análise Estrutural).

4.3 Descrição Interpretativa do corpus de 11 relatos

As exigências da Análise Qualitativa desestabilizaram a categorização feita até esta Etapa, indo reflectir-se na autonomização de 6 *casos* face aos outros 5.

Passo 7 - 12.^a Etapa: elaborar enunciados de descrição interpretativa. Realizaram-se análises horizon-tais-transversais ao *corpus* que despoletaram vários questionamentos e novas perspectivas de interpretação dos *casos*. Efectivamente, neste ponto da pesquisa afirmou-se de forma definitiva a fertilidade heurística do *MEPA* para identificar *elementos disjuntivos e conjuntivos* do discurso de cada relato – determinantes para elaborar os 1.^{os} *textos de descrição interpretativa*. Várias foram as *descontextualizações* de informações, e das respectivas pistas que se iam *re-contextualizando*, pois a dinâmica interpretativa, estimulada pela escrita analítica, conduzia a desconstruir categorizações anteriores (que só então se percebia que eram provisórias), e a construir novas. Nessa dinâmica, teve de laborar nas reconstruções interpretativas que, por sua vez, provocariam reconfigurações do *corpus* na etapa seguinte.

Com efeito, e ainda quanto ao 1.^o *nível de teorização*, foi o recurso à *categorização em emergência* que permitiu realizar, neste *Passo 7*, a *descrição interpretativa*, e não se ficar pela mera reprodução ou acumulação de categorias. É que só na procura de *relacionar e contrapor as categorias, emergentes, entre si* pode almejar-se a *documentação* das *relações* entre experiência e trajectos das narradoras e os respectivos contextos – viabilizando a categorização, provisória, dos relatos.

Três tarefas foram realizadas: 1.^a – anotação dos pró-Argumentos Narrativos *emergentes* quanto à condição social das entrevistadas enquanto mulheres-em prsi, a saber: lógicas de acção; e estratégias e finalidades sócio-identitárias identificáveis

nos discursos; 2.^a – reescrita e re-classificação dos onze 2.^{os}. *enunciados provisórios de descrição analítica*, em função das *categorias emergentes*, de modo a ultrapassar a *mera cronologia* dos discursos daqueles. Foi um trabalho preparatório que permitiu *redigir os 1.^{os} textos de indução teorizante* (2003, 106 e ss.); 3.^a – elaboração da 2.^a *grelha analítica provisória* de cada um dos 11 relatos, a partir da reformulação da 1.^a *Grelha*.

Categorias fenomenológicas emergentes – *categorias específicas*, *categorias teorizantes* – foram-se revelando a partir da compreensão do *sentido* e da *significação* contidos nas narrativas de lógicas e de estratégias sócio-identitárias implicadas, pelas mulheres-sujeito, nos prsi. Significações e sem-tido(s) só possíveis de «dar a ver», através desta análise qualitativa que, crê-se, para além de aprofundada é inovadora – atributos que competem aos processos de pesquisa. Mas, na busca da «*intégration argumentative de l'em-semble*» (2003, 189) só se conseguiu intuir e explicitar o *sentido* dos prsi pela análise transversal do *corpus*, mediante um vaivém entre dedução e indução inerente à tarefa do 2.^o *nível de teorização* – Indução Conceptualizadora e Teorizante (4.^o acto).

5 | RECONSTITUIÇÃO-NARRAÇÃO OU CONSTRUÇÃO TEORIZANTE EM EMERGÊNCIA NO 4.^o ACTO METODOLÓGICO

Neste 2.^o *nível da análise* o fulcro da atenção foi a compreensão integrada e global do fenómeno significativo revelado pelos 11 relatos (2003, p.187 e 193).

Passo 8 - 13.^a Etapa: Reconfiguração do corpus pela categorização teorizante do *corpus*, segundo 4 operações: 1.^a – análise comparativa dos 1.^{os} textos de indução teorizante; anotação de ítems da *interpretação transversal do corpus* como de conteúdos emergentes que se revelaram significativos ao ponto de justificar a recategorização dos 11 *casos*. 2.^a – elaboração da 3.^a *grelha analítica provisória* de cada relato seguindo as anotações anteriores. 3.^a – primeira formulação da *narrativa*: mediante o aprofundamento da *escrita analítica-comparativa*, reformularam-se os 1.^{os} *textos de indução teorizante*, dando origem aos 11 *extensos*, e *primeiros*, *enunciados fenomenológicos*. 4.^a – re-categorização dos 11 *casos* do *corpus*: em função das *afinidades homo-lógicas de argumentos das narrativas*. A mesma *reconfiguração do corpus* seguiu dois preceitos: 1.^o- recategorizar o conjunto dos 11 relatos de vida que compõem o *corpus*, em duas grandes categorias: 6 relatos foram re-categorizados em *casos-de-contextualização* da *Problemática* da pesquisa e outros 5 destacados como *casos exemplares*; 2.^o - re- e sub-categorizar internamente, os 6 *casos-de-contextualização*.

Passo 9 – 14.^a Etapa: Interpretação Teorizante restringida àqueles 5 *relatos exemplares*, pela sua complexidade e riqueza sociológicas, realizando-se 3 operações fundamentais: 1.^a - escrita analítica de 5 *enunciados fenómeno-lógicos finais* para cada

um dos 5 casos; 2.^a - elaboração de *esquemas transversais interpretativos*: uma grelha específica a cada relato e esquemas referentes aos MM de cada um dos 5 casos; 3.^a - elaboração das *conclusões da análise qualitativa* a partir da articulação entre as teorizações de cada *enunciado fenomenológico final*, e as conclusões emergentes aquando da construção quer das categorias, quer dos *esquemas*.

Ficará agora claro como a reconstituição-narração, sendo uma *construção teorizante em emergência* congregou tarefas e operações vocacionadas para a gradual tradução das categorias “comuns” e “oficiais” em categorias “socio-lógicas”. Estes Passos e etapas culminaram na escrita dos *enunciados fenomenológicos finais* e na construção dos *esquemas interpretativos aprofundados*.

6 | BREVES REFLEXÕES FINAIS

Quando, no termo do processo, se entregou a cópia da gravação de todas as entrevistas realizadas, aos sentimentos de satisfação da investigadora por honrar o compromisso assumido, somaram-se as reacções daquelas, de gratidão e de cumplicidade, vivenciada desde o início até esse último momento.

O facto de avaliar positivamente o *processo biográfico* desta pesquisa não impede que, globalmente, se identifiquem *dois estilos* na sua própria realização (negociação e realização): o das 16 entrevistas que *não alcançaram a profundidade* dos relatos biográficos; e o das 15 entrevistas que evoluíram para a co-construção de relatos. tal distinção decorre da determinação do factor ‘competências linguísticas’ na co-construção de *Narrativas*. Este tópico tem merecido e continua a merecer a atenção dos metodólogos, em particular dos que procuram melhorar a investigação social assente no discurso dos actores sociais, ao ponto de dispor-se, actualmente, de várias perspectivas quanto ao lugar e à atitude do/da investigador/a face à linguagem dos mesmos. Não o vamos aprofundar aqui.

Sublinhe-se, acima de tudo, a constatação imposta pelo trabalho de campo: ante a dominância actual da cultura da imagem, o *problema social* com que a investigação sociológica se confronta ultrapassa a discussão metodológica centrada na desvalorização cultural das competências *orais* em prol das *escritas*. No presente quadro civilizacional assistimos à mudança mais complexa do próprio modo da comunicação humana, com o forte mediatismo das informações, facilitado pelas tecnologias de comunicação imediata, reais e virtuais.

Claro é que as entrevistadas cujo discurso não atingiu a profundidade dos relatos biográficos nem são *as protagonistas*, nem ‘o resultado’ dessa transformação comunicacional que já se objectiva em meio urbano, nas gerações de jovens adultos e, sobretudo, de adolescentes.

Distanciadas da lógica da subjectivação, numa sociedade tende a associar o *sucesso social* às competências do “*management*”, da imagem e do dessempenho “*brilhantes*”, essas mulheres são, sim, *casos exemplares* de um estilo de vida de

transição. Como tal, situam-se entre esse modelo em construção e o modelo da integração social que elas próprias já têm dificuldade em acompanhar.

Por isso, são socialmente sinalizadas como desqualificadas. *Casos exemplares*, pois, da complexificação dos obstáculos à requalificação social, para o que a ‘abordagem compreensiva-qualitativa prsi’ tem vindo a contribuir.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *La Misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

_____. *Le sens pratique*. Paris: Éditions Minuit, 1980.

DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, C. *Analyser les Entretiens Biographiques. L'exemple des récits d'insertion*. Paris: Nathan, 1997.

DUBAR, Claude. *A Crise das Identidades. A Interpretação de uma Mutação*. Porto: Afrontamento, 2006.

_____. *La Formation professionnelle continue*. Paris: La Découverte, 1995.

_____. «Formes identitaires et socialisation professionnelle». *Rev. Fran. de Sociologie*. XXXIII. n.º 4. p. 505-529. 1992.

_____. *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin, 1991.

GUTH, Suzie. (Dir.). *Une Sociologie des Identités est-elle possible? – Actes du Colloque Sociologies IV*. Paris: L'Harmattan. Tome III.1994.

PAILLE, Pierre ; MUCCHIELLI, Alex. *L'analyse qualitative en sciences humaines et sociales*. Paris: Armand Colin, 2003.

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone ; RAYBAUT, Paul. *Histórias de Vida. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta, 1995.

SANTAMARINA, Cristina; MARINAS, José Miguel. Histórias de Vida e Historia Oral. In: DELGADO, J. M.; GUTIÉRREZ, J. (Coords.-Eds.). *Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales*. Madrid: Editorial Síntesis, 1994. Cap. 10. p. 257-285,

TOSCANO, Maria de Fátima. Como se sai da pobreza? — Os processos de requalificação sócio-identitária (prsi) de portuguesas no país basco, pela análise sociológica da oralidade. In DIOGO, F.; CASTRO, A.; PERISTA, P. (Org.). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, Transformações e Estudos*. V. N. Famalicão: Ed. Húmus, 2015. p. 197-212.

_____. How Does One “Leave” Poverty? - Socio-Identitarian Requalification Processes (PRSI) for Portuguese Women in the Basque Country, According to the Sociological Analysis of Oral Discourse. In COSTA, A. P. et al. (Eds.). *‘Computer Supported Qualitative Research’ Second International Symposium on Qualitative Research*. ISQR: 2017. vol. 5, p. 35-37. <http://www.springer.com/us/book/9783319611204>[<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1583>].

____. How women, designated as poor, reconstruct identities and ways of life? — the PRSI. *Journal of Education Culture and Society*. 2_2014. p. 75-81. DOI:10.15503/jecs20142.75.81. Disponível em <<http://nowadays.home.pl/JECS/data/documents/JECS=202014=20=282=29=2075.81.pdf>>

____. *Sociologia das Identidades, Ofício de Revelação: Exemplares Formas de Vida: Testemunhos de Mulheres Em Luta Pela Requalificação Social*. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL. 2 vols: 2008. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10071/2833>>.

QUALITATIVE EPISTEMOLOGY AND THE STUDY OF SUBJECTIVITY: ALTERNATIVE EPISTEMOLOGICAL PATHS IN QUALITATIVE RESEARCH

Andressa Martins do Carmo de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE-FE-UnB), Brasília – DF.

Thamiris Caixeta

Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília – DF.

ABSTRACT. In this study we present a critical reflection on the absence of the epistemological dimension in the qualitative researches in Psychology and the impact of what characterized the path of the scientific doing from the positivist philosophy until its arrival and permanence in the human sciences, taking into account its appropriation by the Psychology. After discussing some aspects of this trajectory, we present the Qualitative Epistemology proposed by González Rey, showing from the scene of his birth to its epistemological and methodological implications designed for the study of the subjectivity produced in the conditions of the cultural-historical context. Following are presented its three principles, with which it concomitantly discusses the advances of this proposal for the epistemological rescue in the qualitative research in Psychology. Finally, the heuristic value of this Epistemology for the production of the knowledge of complex phenomena in the scope of the research in

Psychology is shown.

KEYWORDS: Qualitative Epistemology; Subjectivity; Qualitative research; Psychology.

1 | INTRODUCTION

At the beginning of the twentieth century, homogeneous and experimental-empirical studies have characterized (and still characterize) many of the researches in Psychology. Through the appropriation of a positivist paradigm on the part of psychological science, for reasons, among others, of an ontological indefinition of the latter, the production of knowledge about human psychological phenomena has responded to the established stages as the safe and reliable path of traditional science, based on natural and exact phenomena.

In spite of the usefulness of this system with regard to the analysis of data of the society that fit in statistical analyzes, for example, there are, on the other hand, psychological phenomena that require the confrontation of the unknown, in which reflections are proposed beyond the concrete data - something that does not characterize traditional science.

In this way, one can think that few reflections permeated the scientific doing in Psychology, which has relied almost exclusively on positivist

philosophy since its emergence, as proposed by Comte (2013). This author departed from the premise of science as the only possibility of producing concrete knowledge about the world. In addition, he argued that social phenomena could be studied through a systematization that would in turn unify them into general laws. From this, would result a universal knowledge, that is, a knowledge that could be validated equally and that would have the same results, in any context (Comte, 2013).

One of the characteristics of positivism was the valorization of the experimental model, considered as the fundamental method for scientific investigation (Sanford, 1889). In this sense, considering its influence in the sciences that study human processes, it is understood that secondary attention was attributed to the production of knowledge related to the complex and dynamic processes of human life (González Rey, 2005).

It can be said, therefore, that the qualitative research in Psychology was subordinated to the dominant representations of positivism; which, in turn, has sometimes promoted the dichotomization of the simultaneous interaction between the social and the individual, the cultural and the universal, in the production of knowledge in that science.

In addition, on the basis of a one-dimensional approach to human processes, the individual's unique condition was neglected (González Rey, 2005). In other words, one can say that the methodological rigidity in the production of knowledge ignores the human condition (Japiassu, 1982).

Starting from these initial reflections, the trajectories that permeated the sciences, until their arrival and installation in the human sciences, are presented, succinctly, especially considering Psychology. Next, we present the Qualitative Epistemology, as proposed by González Rey, and his contributions to new advances in qualitative research in relation to the study of the psychological processes that occur at the level of culture.

2 | BRIEF OVERVIEW OF THE HISTORY OF SCIENCE AND ITS APPROPRIATION FOR THE STUDY OF MAN

In order to briefly expose the trajectory of the sciences, it is necessary to understand what characterized their epistemological bases, so that it becomes important to go back a little in time and to study some epistemological ruptures already made (Bachelard, 1996).

At first, there is the emergence of a movement to the time of Galileo, which was the precursor of this rupture, in the quest to overcome the religious mysticism that prevailed in the production of knowledge. Galileo proposed that the universe could be known precisely by using reason (Japiassu, 1982). This epistemological rupture between the ancient and the medieval in the history of Western thought culminated in

the (dis) encounter between the knowledge of common sense and its homogeneous and crystallized thought of the time and in the proposal to deprive of credibility any interpretation that was not permeated by the logical structure, rational and precise.

As an unfolding, more and more, the study of the phenomena of the natural and physical world were thus based on “precise” soil, credited by the systematization of information from rigid and logical methodological criteria. As a result, they achieved the criterious status of scientificity. In turn, this stability offered by scientific status became the target of the sciences that dealt with subjects that concern the human and the life in society.

In the first instance, therefore, this epistemological turn had an impact on the scientific doing in the natural sciences. Nevertheless, the mastery of the knowledge of these sciences required such care in the handling of the data for a production faithful to the verifiable logic of scientific analysis. In other words, the study of its object fit the scientific assumptions as proposed then.

However, the problem resided in the appropriation of this rigor, based on steps of rigid validation of data, to produce a knowledge focused on the phenomena that are human, not objective, but subjective. Thus, aiming to conquer a space in the ideological representation of truthfulness and scientific credibility, without a consistent ontological basis, the human sciences have identified themselves with the positivist spirit and appropriated it. This act took on such significant proportions that until now its influence persists in these sciences (Japiassu, 1982, González Rey, 2005).

A reflection pertinent to the present discussion resides in the questioning of what would have motivated such uncritical, superficial and inflexible appropriation by the human sciences. In this regard, as Japiassu (1982) pointed out, one of the central factors was the absence of philosophical foundations, together with the lack of critical and reflexive thinking and the lack of interest in knowledge and the study of the historical constitution of what permeated the course of science. All this contributed to the need to take to the scientific rigor borrowed, as support for the scientific production that relied on fragile bases from multiple sources.

This entry into the positive era is thus a possibility to definitively break with idealism, and thus to enter into knowledge based on ‘verification’ as a ‘proof’ of the real. Consequently, as one of the results of the rationalist proposal, experimentation has gained a central place in modern science. Empiricism then assumed the possibility of attaining truth, as if knowledge could not be contradicted, as if everything were eternal, or even static (Japiassu, 1982). Thus, in the scientific scenario that emerged in the human and psychological sciences in the nineteenth century, the concept of scientific knowledge comes to be represented by the idea of truth as a result of positive science.

A critical trend towards the positivist proposal of science emerged in the years of 1960 to 1990, especially with Koch (1981) as its precursor, followed by Feyerabend (1985). Nevertheless, these critiques were ignored through the predominant hegemony in Psychology, amid the “enormous institutional weight of the mainstream of empirical-

instrumentalist psychology” (Mitjans Martínéz & González Rey, 2017, page 15).

In this search for control of the truth, it is interesting what Miranda (2005) argues about the question of relativity, which necessarily permeates the process of knowledge construction within the human sciences. What is termed “truth” will always reveal its own partial perspective, given that human reality is constantly changing. That is, the transitory character of a truth is linked to the historical, social and cultural moment, and may not be a “truth” at other times, for example.

Moreover, the idea of propagating scientific research promoted the notion of an objectification of knowledge in which the relativity of phenomena became unquestionable. Thus, one of the main characteristics that must permeate all scientific production is left aside: “the maintenance of lucidity regarding the limitations of the knowledge brought to light, whatever the methodological procedures used” (Gatti, 2012, 61).

In the same sense, Gatti (2012), in a statement about the scope of research in relation to “truth”, points out:

In the production of knowledge, we always have a margin of uncertainty, even if in some cases it is indeed extremely small. For the researcher there are no dogmas, revealed truths and absolute, that is, there is no absolute and definitive knowledge. (Gatti, 2012, p.10).

The scientific model of the natural sciences, then, has had a significant impact on the human sciences. We could even say that this is a faithful reproduction of the forms of production of knowledge among these sciences. Thus the human sciences, in the absence of a sound philosophical basis for support, replicated, and even replicate, the precepts of the positivist paradigm. Finally, it is possible to reflect on man’s difficulty in dealing with the uncertainties that are part of the phenomena of his world (Morin, 2011), so that, for example, he began to use the same tools that he used to investigate the phenomena of the physical and natural world, as a possibility to know the processes that were related to human and social complexity. Thus, he did not admit, and to some extent still does not admit, the inapplicability of the predictions of laws that characterize the so-called scientific criteria to understand a given natural reality, to study himself. He insists and continues for some time to seek to create alternative trajectories, but still appropriating what is not appropriate for the production of this knowledge.

3 | THE EMERGENCE OF QUALITATIVE EPISTEMOLOGY: NEW ONTOLOGICAL DEFINITIONS IN QUALITATIVE RESEARCH

In this scenario, permeated by uncertainties and contradictions in the qualitative research that permeated the scientific work of Psychology, González Rey found it difficult to find a methodology that could generate theoretical intelligibility of his proposal of the study of subjectivity, in a cultural-historical perspective.

Even before the emergence of the qualitative methodology as an alternative to the

then predominant quantitative between 1980 and 1990, the importance of the definition of the epistemological bases and the ontological meanings of the object of study was left aside, which would require new methodological proposals within the researches (Mitjás Martínez & González Rey, 2017).

In the words of the authors:

At the historical moment in which Qualitative Epistemology was proposed with the book *Qualitative Epistemology and Subjectivity*, Psychology and the social sciences in general sought actively to develop a type of research that differed from the rigid formal, instrumental and quantitative framework that presented itself as the 'scientific method' in these sciences, which limited the study of all problems that could not be studied from this rigid framework as metaphysical themes of philosophy, not science. This tendency was especially strong in Psychology, where it still currently surprises the prevalence of this ascetic, instrumental and empirical understanding of science. (Mitjás Martínez & González Rey, 2017, p.7).

In defining subjectivity, González Rey proposes the inseparable articulation between symbolic and emotional processes, so that the symbolic-emotional unity is representative of subjectivity. It is considered, therefore, that the cultural reality is symbolically produced and makes sense for who is at all times acting in it. The study of subjectivity is no longer associated with human nature, similar to the animal. With the proposal of a complex subjective system, it is possible to reflect on advances in relation to intrapsychic and individualistic notions of the representation of processes that take shape in subjectivity.

In these terms, the author then discovered the impossibility of producing ontological knowledge on the subject in a scenario in which instrumentalism, systematic control and methodological rigidity predominated in the production of knowledge (González Rey, 1997; Mitjás Martínez & González Rey, 2017). Even in the face of a qualitative orientation, as posited, once absent epistemological questions in scientific doing, the tendency is to appropriate the way of conceiving and treating the methodological process as conceived in positivism, in its resemblance to objective realism.

González Rey published in Spanish in the mid-1980s the first edition of the work *Qualitative Epistemology and Subjectivity*, pointing to the construction of a new trajectory to study human subjectivity, generated in culture. It proposes an alternative perspective of scientific thinking: the Qualitative Epistemology (González Rey, 2000; 2005b; 2007), which is based on the constructive-interpretative method, in its articulation with Subjectivity Theory (2002), implying a new epistemological psychological sciences. González Rey and Mitjás Martínez, through *Qualitative Epistemology*, propose the study of the subject "as an epistemological category in the process of knowledge production" (2017, page 28), making it possible to understand the singularity of the processes that are organized subjectively in distinct trajectories of life marked by a personal history in the scientific doing. As a second principle, it emphasizes "the constructive-interpretative character of knowledge about subjectivity" (2017, 29). This

way of conceiving reality makes it possible to advance in relation to the linear causality often accorded to human processes, in which the imaginary and complex condition in scientific doing is ignored.

Finally, the third principle deals with the importance of dialogue in the course of the research, and its contribution to overcome the notion of neutral research. In this, the researcher or researcher, besides the participant, is also given a leading role.

These principles are explored in the next topic, along with other concepts used to produce knowledge about subjectivity.

4 | THE THREE EPISTEMOLOGICAL FOUNDATIONS THAT UNDERPIN QUALITATIVE EPISTEMOLOGY

Here we present the three guiding principles of Qualitative Epistemology: the constructive character of knowledge, the singular as production of knowledge and dialogue as the core of research. These pillars make possible the better articulation of the researcher or researcher in their immersion in the field, since they emphasize the research as a production of knowledge coming mainly from the valorization of the singular and from the dialogue developed in the relation.

Although qualitative research has advanced in terms of method, González Rey (2002) affirms the existence of the predominance of the positivist imaginary in scientific research:

It is of great interest that, even when there is a long history of approach to qualitative forms of knowledge construction in Psychology, these have not led to an explicit elaboration of the theme in the epistemological and methodological fields, which shows the hegemony of beliefs and positivist worldviews in psychological research. (González Rey, 2002, p.23).

Without the epistemological view in the field of qualitative research, one runs the risk of continuing to legitimize only data obtained through different instruments, not being implicated in the deep theoretical development of the research.

We emphasize here that, in Qualitative Epistemology, the researcher or researcher plays a fundamental role in the construction of knowledge. In this sense González Rey (2005) states that:

The development of a reflexive position, which allows us to base and interrogate methodological principles, identifying its limits and possibilities, places us in fact in the face of the need to open an epistemological discussion that allows us to move, with theoretical awareness, within the limits and contradictions of scientific research. This leads us to break with the quiet and passive consciousness with which many researchers (sic.) Are guided in the field of research, based on the principle that to search is to apply a sequence of instruments whose information is organized, in turn, in a series of statistical procedures without having to produce a single idea. (González Rey, 2005, p.3).

The capacity for continuous reflection, then, becomes fundamental for the development of the role of researcher / a, since the research is also perpassada by its

subjective processes. This is the construction of knowledge based on human production that is generated within the relational and dialogical process of research. Thus, the empirical moment feeds the theory and allows the researcher or the researcher the theoretical personalization in front of the studied phenomenon.

On this, Gonzalez Rey (2013) points out:

To construct this configuration theoretically is a complex process that will imply the capacity of the researcher (sic) to generate meanings capable of integrating diverse empirical manifestations that only become intelligible before the meaning organized by the researcher in the course of the research. (González Rey, 2013, page 30).

Within this perspective, the constructive-interpretative method allows to characterize the production of knowledge as something that never exhausts the type of problems that it studies. A new field of reality is formed that generates new aspects that are susceptible of gaining meanings in the course of the research, enabling the elaboration of a new theoretical dimension.

It should be emphasized that the notion of method to which we refer is closely related to the theoretical definitions that support it, that is, it is the methodological elaboration that supports the expansion and theoretical development in the empirical field. This theoretical model also develops from the hypotheses or questions that are constructed throughout the research (González Rey, 2012).

It is in this context that the process of theoretical construction is inserted in the constant reorganization of the researcher's or researcher's thinking, that the indicators appear. According to González Rey (2005, 2005b), these are hypothetical elements that generate meaning within the process of information construction and lead to the intelligibility of the process studied in the course of the research.

Within this characteristic dynamism of the research, we highlight the legitimacy of the singular within a context that starts with the relationship built with and the participant of the research that generates an authentic expression in the dialogical moments and that allows the researcher or researcher to construct a new theoretical model based also in its subjective production.

This subjective production that is configured in the relational space between researcher and participant of the research may contain in itself a reflexive character that starts from the dialogue and brings the possibility of emergence of the subject. Thus we know that a person emerges subject when it generates options of subjectivation that conflict, intentionally or not, with the hegemonic normative systems of the social space in which it lives, generating alternatives of subjective sense that acquire a subversive character in relation to the hegemonic order.

In order to break the boundaries imposed by the social context, the emergence of the subject condition is necessary, because within the social fabric where this subject acts, new limits and life options will be generated (Gonzalez Rey, 2005). Being a subject is "a condition that is achieved permanently in the process of action and relations that

accompany a process of subjectivation” (González Rey, 2007, 184).

Emerging subject, in several contexts, brings to light the human capacity to think critically, in addition to the hegemonic discourses. In this sense, new questions and actions are always elaborated, and the person becomes responsible for himself and for his own life. Thus, the subject is the one capable of creating moments of tension between the rationality of positivist science and the dominant normative logic, starting from their life experiences that can lead to the subversion of part of this system.

We perceive here the dialogue as the core of the research, because it is from it that the different social or individual issues that permeate the life of the participant and that shape subjectively depart from it (González Rey, 2005).

In the words of González Rey (2005, pg 14):

Communication is the privileged space in which the subject is inspired by his different forms of symbolic expression, all of which will be ways to study his subjectivity and the way in which the universe of his objective social conditions appears constituted at that level.

In this way, we emphasize that it is from this element of communication that it is possible to understand the subjective senses and configurations, the way in which they are organized and how the participant’s life processes are subjectivated.

In short, these three guiding principles of research point to the significant importance of maintaining a reflective look at Qualitative Epistemology as an alternative in the way of thinking about the quality of qualitative research in Psychology, in order to perceive that the act of research is beyond simple data collection and involves in depth the dialogue and reflective capacity of the researcher.

5 | CONCLUSIONS

By the way of conclusion, one can understand that the scientific doing in Psychology was uncritically impacted by the appropriation of positivism used in the study of philosophy and other sciences. This was mainly due to the absence of epistemology and ontology in research on psychological phenomena. That is, psychologists adhered to the qualitative approach devoid of theoretical, and epistemological awareness, using qualitative research as an instrumental resource.

In that scenario, in the face of the need for a differentiated methodological input, which favored the deep knowledge of the object under study, in order to understand it in its specificities and complexity, and which, therefore, made it possible to study subjectivity as a system, by assigning categories proposed by the theory of subjectivity, González Rey proposes the Qualitative Epistemology, introduced as an alternative to existing proposals that limited a concrete approach and established a standard against the rigor of what was being investigated. The author thus provides the basis for an epistemological reflection, which would understand the historical, cultural and subjective dimension of human phenomena.

By proposing a new epistemological and methodological basis, it became possible to generate theoretical visibility of the subjective processes that take shape in the person's experiences, in front of the different spheres of his life.

From the above, it was emphasized the differentiated character of the Qualitative Epistemology and the heuristic contributions to the development of the studies of the psychological phenomena, making it possible to think of a distinct epistemological framework, in which naturalistic conceptions are overcome by a differentiated approach of the object, considering its complexity.

REFERENCES

Bachelard, G. (1996). **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 77.

Comte, A. (2013). **Discurso preliminar sobre o espírito positivo**. Centaur.

Feyerabend, P. K. (1989). **Contra o método** (Vol. 3). Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Gatti, B. A. (2012). **A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, 28(1).

González Rey, F. L. (1997) **Epistemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: Puc-Educ.

González Rey, F. (2000). **Investigación cualitativa en Psicología**. México: Internacional Thomson.

_____ (2002). **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

_____ (2005). **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação**. Cengage Learning Editores.

_____ (2005b) O valor heurístico da **subjetividade na investigação psicológica**. In: González Rey (org.) Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning

_____ (2007) **Psicoterapia, Subjetividade e Pós-Modernidade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

_____ (2012) A configuração subjetiva dos processos psíquicos: avançando na compreensão da aprendizagem como produção subjetiva. In: _____; Martínez, A. M. **Ensino e aprendizagem: a subjetividade em foco**. Brasília: Editora Liber Livros.

_____ (2013). O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia? **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João Del-Rei, p. 20-33.

Japiassu, H. (1978). **Nascimento e Morte das Ciências Humanas**. Francisco Alves.

Koch, S. (1981). The nature and limits of psychological knowledge: Lessons of a century qua" science.". **American psychologist**, 36(3), 257.

Mitjans Martínéz, A.; González Rey, F.L. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas: Alínea, 2017.

Miranda, M. I. (2005). A produção do conhecimento científico, os paradigmas epistemológicos e a pesquisa social. **Educação e filosofia**, 19(37), 239-251.

Morin, E. (2011) **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez.

Sanford, F. (1899). **The scientific method and its limitations**. Disponível em: <http://stanforddailyarchive.com/cgiin/imageserver/imageserver.pl?oid=stanford18990524---01&getpdf=true>.

MODERNIDADE BRASILEIRA, DESIGUALDADES E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Rui Maia Diamantino

Psicólogo, doutor em Psicologia, docente da Universidade Salvador - UNIFACS, Curso de Psicologia
Salvador – Bahia

Raimundo Mentor de Melo Fortes Filho

Instrumentista (piano), doutor em Performance Musical, docente da Universidade Católica do Salvador, Curso de Educação Musical
Salvador-Bahia

RESUMO: Trata-se aqui de um ensaio baseado em três autores que enfocam aspectos fundamentais da desigualdade social no Brasil: Jessé Souza, com foco na modernidade seletiva brasileira e sua inautenticidade; Baader Sawaia que aborda o sofrimento ético-político da desigualdade social brasileira; e Fernando Braga da Costa que propõe o conceito dos invisíveis sociais para delinear a condição na qual vive a população trabalhadora de baixa renda e aquela que vive em absoluta desvalia socioeconômica e cidadã. A confluência de visões dos três autores sobre o tema da desigualdade social brasileira, possibilita uma articulação sobre as raízes históricas do passado e do presente do Brasil as quais geram uma potente economia e um Estado que nega os processos de equidades. Então, os autores

do ensaio concluem que, muito embora o estado brasileiro tenha adotado um modelo presumido de liberalidade na sua governança, nesta não ocorre a efetiva liberdade de oportunidades para as diversas camadas da população, pelo fato de o Brasil manter-se governado por uma elite que profere uma retórica liberal e democrática, mas, em cujas práticas, inflige diferenças sociais radicais e usufrui de privilégios herdados de uma lógica escravocrata estabelecida desde a fundação do Brasil como colônia e como nação dita “independente”.

PALAVRAS-CHAVE: sofrimento ético-político; desigualdade social; invisibilidade social; modernidade seletiva brasileira.

ABSTRACT: This is an essay based on three authors that focus on fundamental aspects of social inequality in Brazil: Jessé Souza, focusing on Brazilian selective modernity and its inauthenticity; Baader Sawaia that addresses the ethical-political suffering of Brazilian social inequality; and Fernando Braga da Costa who proposes the concept of the social invisibles to delineate the condition in which the working poor population lives and the one that lives in absolute socioeconomic and citizen devaluation. The confluence of views of the three authors on the theme of Brazilian social inequality makes it possible to articulate the historical roots of the past and the present of Brazil, which generate

a powerful economy and a state that denies equitable processes. The authors of the essay concludes that, although the Brazilian state has adopted a presumed model of liberality in its governance, this does not occur the effective freedom of opportunity for the different strata of the population, because Brazil remains governed by an elite that utters liberal and democratic rhetoric, but in whose practices it inflicts radical social differences and enjoys privileges inherited from a slave-like logic established since the founding of Brazil as a colony and as a so-called “independent” nation.

KEYWORDS: ethical-political suffering; social inequality; social invisibility; Brazilian selective modernity.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto é uma busca de articulação entre três autores que abordam a questão da desigualdade social no Brasil: Jessé de Souza, Baader Sawaia e Fernando Braga da Costa. A partir das abordagens de cada um desses autores, opera-se a tentativa de entender a invisibilidade social a partir dos pressupostos da humilhação social, do sofrimento ético-político e dos liames sadomasoquistas presentes nas relações de classe no Brasil, principalmente naquelas ligadas ao que se considera o trabalho subalterno.

Efetivamente, a experiência como gari e com garis relatada por Costa (2004) é uma demonstração sobre a função que determinadas formas de trabalho exercem sobre a percepção das pessoas, tanto a que exerce o trabalho como as que estão próximas a ela, escotomizando ou superescopizando o trabalhador. Numa cultura de massas como a da contemporaneidade, há claros gradientes que situam em extremidades os que exercem atividades tidas como prestigiosas e as que estão numa faixa de descrição tal do seu fazer que passam despercebidos no palco social, mesmo que seus corpos estejam ocupando um espaço no território.

Artistas, esportistas, políticos, empresários, ocupam uma posição escópica privilegiada, tornam-se mitos de rápido ou prolongado consumo. Câmeras, noticiários, microfones dão uma supervisibilidade aos que ocupam o lugar desejado de “sucesso”, tal como propalado pela ideologia individualista-capitalística do mundo neo-globalizado (lembrando que há globalização desde os tempos dos antigos impérios como os de Alexandre Magno, os dos céсарes romanos, o otomano, o austro-húngaro e outros, cujas pretensões de fronteiras sem-fim onde “o sol nunca se punha” arregimentava diversidades étnicas e culturais sob uma mesma diretriz política e econômica do país central e dominante através da coerção militarista).

Na outra ponta do gradiente, situam-se os que socialmente estão empobrecidos (ou miserabilizados) e com mobilidade social escassa. Como pessoas não são vistas, salvo quando os focos sociais se ocupam da cena trágica das desigualdades e dão voz ocasional às reivindicações ante tragédias naturais, massacres do aparelho policial ou da contingência violenta em que a pobreza sobrevive. Fora isso, a parte “de baixo”

do gradiente social é subterrânea enquanto individualidades e emergente silenciosa no contraste urbano que se estabelece entre favelas e bairros de classe média e alta.

É importante observar que a escotomização aqui referida se situa numa dialética entre plural e singular, individual e coletivo: se a pessoa que vive e trabalha na faixa da pobreza ocupa um lugar social que a torna invisível, por outra a coletividade de invisíveis é de tal ordem de grandeza no Brasil, que as tensões sociais se manifestam de forma clara ou latente nas relações com o poder de Estado. É impossível deixar de ver os “movimentos dos sem” que atuam em campos e cidades reclamando um ter e um haver que lhes dê a visibilidade cidadã. As grandes cidades brasileiras vivem uma guerrilha urbana que aumenta em proporção, tendo por base um movimento de confronto que advém das favelas, localizada nos integrantes do tráfico que são, por sua vez, arregimentados dentre os moradores das comunidades situadas abaixo da linha da pobreza. A cartografia que delimita a ocupação urbana mostra enclaves de favelados em meio às mansões e condomínios fechados de luxo.

Esse cenário dicotômico integrado à realidade empírica da contemporaneidade brasileira não requer necessariamente uma exegese sociológica ou antropológica para demonstrar a sua densidade: está na epiderme do tecido social e seus efeitos atingem os sentidos de todos e participam das discussões cotidianas das pessoas. A dicotomia da desigualdade salta aos olhos, porém a relação entre desiguais oculta a pessoa do desigual pobre numa formulação subjetiva que tem suas raízes no que Jessé de Souza delineou como a modernidade brasileira específica.

Um outro ponto importante que é necessário ressaltar neste preâmbulo é o fato de que a invisibilidade aqui discutida não derroga o ser ontológico do “invisível”. O fato de ser objeto de um discurso, uma retórica ou uma pesquisa, garante a sua condição de mais um na existência, tornando-se uma categoria empírica em vias de vir a ser uma categoria analítica nas teses sociais. Invisibilidade ganha, então uma conotação de ausência-presença com significações fantasmáticas, ou seja, corpos tornados espectros, tangíveis por um lado, mas inconsistentes à percepção por outra, como vai caracterizar Costa (2004) na descrição dos seus encontros com os outros, quando na “fantasia” de gari.

A análise de Sawaia (2004) sobre a posição do pobre na sociedade brasileira enquanto lugar de sofrimento ético e político, sustenta o teor psicológico, interiorizado e ao mesmo tempo geneticamente exteriorizado que permeiam as interações do espaço público e privado. Invisível é um “lugar” que se ocupa pelo escamoteamento do sujeito psicológico e social, um lugar que neutraliza o corpo do não-visto na relação com o corpo do “enceguecido”, porém, é um lugar que traz conseqüências na interioridade de quem está na invisibilidade.

A invisibilidade aqui aventada é, portanto, de cunho piscossocial, remete aos fantasmas sociais de uma sociedade que “enxerga”, mas não “vê”, os que ocupam categorias subalternas, sejam elas sociais, trabalhistas ou econômicas. Tais fantasmas psicanaliticamente se vinculam aos sintomas da nossa constituição coletiva, seja

enquanto nação seja enquanto povo. Sobre a formação desses sintomas, Jessé Souza oferece uma contribuição importante, desmontando elementos explicativos com sabor ficcional que se instaurou em alguns autores prestigiosos da sociologia brasileira.

2 I DA SOCIOLOGIA DA INAUTENTICIDADE À ESPECIFICIDADE DAS RELAÇÕES DE CLASSE NO BRASIL

Em sua obra “A modernização seletiva”, Jessé Souza (2000) faz uma alentada análise sobre a construção do que podemos conceber como a “brasilidade moderna”. Souza introduz o termo *sociologia da inautenticidade* para delinear uma idéia “[...] de um Brasil modernizado ‘para inglês ver’, uma modernização superficial, epidérmica e ‘de fachada’” (SOUZA, 2000, p. 11). Ainda para esse autor

[...] a sociologia da inautenticidade articula, como seus temas invariantes e centrais, os conceitos subseqüentes de herança ibérica, personalismo e patrimonialismo. Esses conceitos formam um sistema iter-relacionado com poderosíssima influência sobre o nosso pensamento social, vale dizer, sobre nossa reflexão sobre nós mesmos, assim como sobre a nossa vida prática e institucional. (SOUZA, 2000, p. 11)

Para fazer uma crítica ao que considera equívocos da sociologia da inautenticidade, Souza localiza em Sérgio Buarque de Hollanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta os discursos de uma construção sobre o “jeito de ser brasileiro” que seria baseado numa herança ibérica situada em duas categorias centrais: o personalismo e o patrimonialismo. Ao empreender a sua crítica, na contraposição às construções dos três autores supracitados, ele realiza fundamentações teóricas em Weber, Norbert Elias, Habermas e Charles Taylor, fundamentações que vão esclarecer pressupostos que Souza (2000) considera inadequadamente desenvolvidos pela sociologia da inautenticidade.

2.1 O Protestantismo Ascético em Weber e a Cultura Normativa da Modernidade

Ao abordar Weber, Souza (2000, p. 19) concentra a sua análise em torno da sociologia das religiões apontando “[...] onde Weber localiza a superioridade evolutiva ocidental nos campos moral e cognitivo. Esse ponto vai ser fundamental para que possamos compreender o que constitui a modernidade e onde reside a sua validade universal.” Souza (2000, p. 20) também argumenta que

[...] a racionalidade religiosa já propicia elementos suficientes para a demonstração da especificidade do diagnóstico weberiano no desenvolvimento ocidental. O peso particular da variável religiosa nesse processo [...] deve-se ao fato de nas condições da concepção de mundo tradicional em que a “doação de sentido ao mundo” tem fundamentos fortemente religiosos, uma mudança de consciência ser impensável sem uma contribuição especificamente religiosa para a mesma.

Souza destrincha, através de Weber, as formas de intervenção do *savoir-faire* religioso no modo de organização social de sorte a caracterizar a sua interveniência na

conduta econômica, já que a religiosidade implica numa concepção de mundo. Para Weber, interpretado por Souza (2000), a resolução de uma visão de mundo dualista é uma problemática enfrentada por todas as religiões do mundo, sendo que duas delas encontram soluções extremas: o hinduísmo que adota o ponto de vista imanente e o calvinismo, pautado no transcendentalismo. O primeiro implica uma noção de “estado” do espírito, posição passiva, de receptáculo, portanto, fundamentalmente uma disposição mística que acarreta uma “saída do mundo”, uma renúncia à mundanidade. No calvinismo, há a noção de ação, o fiel está sob o signo da instrumentalidade, implicando num caminho ascético, no qual a espiritualidade se erige na mundanidade.

Partindo da Inglaterra e dos Países Baixos e transportado aos Estados Unidos, o calvinismo vai realizar o que Weber considera a “revolução protestante”, que incorpora três noções bíblicas da interpretação luterana das Escrituras: *trabalho*, *chamado divino* e *vocação*. Em acréscimo, o dogma calvinista da *predestinação*, ou seja, de que apenas alguns são eleitos para a vida eterna, elimina qualquer mediação entre o homem e Deus. Com tais componentes doutrinários o calvinismo propõe uma organização de mundo em que a humildade e obediência aos mandamentos divinos são os garantes da salvação do crente. Como superestrutura conceitual, a realização prática no mundo através do *servir* (correlato ético-espiritual do trabalhar) vem coroar uma operosidade que no ascetismo calvinista tem um sentido sagrado, um meio de aumentar a glória divina na Terra.

Souza (2000, p. 36), partindo do pensamento de Weber, concebe que se dá uma reificação do mundo através da lógica do protestantismo ascético:

A reificação do mundo e a conseqüente atitude instrumental em relação a si e aos outros e à natureza seriam, portanto, resultados do específico caminho de salvação da ética protestante. A concepção de mundo teocêntrica e dualista seria desvalorizada pela absolutização do ponto de partida do racionalismo da dominação do mundo motivado religiosamente, o que expressa o caráter autodestrutivo da ética protestante.

Essa reificação acarreta um desencantamento do mundo implicando em duas atitudes: a busca do sucesso (poder e ou dinheiro) ou o equilíbrio entre o sucesso e as convicções éticas que “[...] só é possível para as existências que buscam definir-se na tensão entre o se e o dever ser e entre a rejeição do mundo e o reconhecimento da legalidade própria do mundo desencantado” (Souza, 2000, pp. 36-37).

Um outro pressuposto teórico que se ajusta ao processo secularizador do protestantismo ascético é a proposição de Münch (SOUZA, 2000) na qual a cidade medieval já continha precondições para a interpenetração entre ética e mundo. Nela surgiu o *Homo Oeconomicus*, o direito racional direcionando a vida econômica, autonomia política e revitalização da vida cultural. É a partir da cidade medieval que se torna possível a “[...] construção de uma *cultura normativa* com as características de ativismo, universalismo, racionalismo e individualismo” (SOUZA, 2000, pp. 40-41). Assim sendo, “[...] a doutrina religiosa protestante ascética partiria do dado da existência de uma civilização comercial burguesa direcionando sua doutrina a esse

tipo de vida econômica. [...]” (SOUZA, 2000, p. 41)

Souza considera que os pressupostos de Weber em torno do ativismo ascético do protestantismo e da cultura normativa, proposta por Münch, servem para comparar as experiências históricas nas quais a cultura normativa da modernidade se institucionalizou, apropriando-os ao caso brasileiro que é considerado como peculiar a essa lógica de desenvolvimento.

2.2 Norbert Elias, Modernização Seletiva e “Caráter Nacional”

Souza (2000) propõe que Norbert Elias busca explicar a civilização ocidental a partir da relação entre comportamento individual e estrutura macrossocial. Mais precisamente, na passagem da sociedade feudal guerreira pautada na violência para uma sociedade pacificada, ou seja, da sociedade das cavalarias para a sociedade cavaleiresca, é que reside a pedra de toque da superioridade da cultura ocidental em relação às demais:

[...] O interesse sociológico e político da investigação do autor está todo dirigido ao esclarecimento dessa questão fundamental: Qual é o impacto da pacificação da vida social sobre “psique” individual e portanto sobre a relação dos homens entre si? Perceber a mudança existencial e política que as novas condições implicam é o fio condutor da curiosidade do autor. (SOUZA, 2000, p. 46)

Predominando a lei da espada, a imediaticidade das emoções e da agressividade vai prevalecer nas relações entre poderosos e oprimidos. Com o controle do comportamento será possível alcançar a fase de *civilização*, processo de sociabilização que assumirá “[...] um modo cortesão aristocrático e uma posterior reinterpretação burguesa e democrática.” [SOUZA, 2000, p. 47)

Um aspecto lógico fundamental no refinamento do comportamento ocidental apontado por Elias é de que “[...] *Não existe sujeito no processo civilizatório.*” (SOUZA, 2000, p. 49) Há apenas o que é aceito pela elite social, o que por sua vez é mera racionalização no processo de desenvolvimento das relações sociais:

Dado o constrangimento social de produzir distinções num contexto de maior proximidade dos homens entre si e dada a crescente proibição da violência como meio legítimo de perpetuação das diferenças sociais, reagem as elites estigmatizando comportamentos e criando tipos de condução de vida acessíveis somente a iniciados, agindo como forma de reconhecimento entre os pares e como mecanismo distintivo e legitimador em relação aos subordinados. (SOUZA, 2000, p. 49)

Se inicialmente as relações civilizadas se dá entre os pares das elites, a partir da divisão social do trabalho e da dependência dos estratos superiores na relação com os inferiores haverá uma disseminação da continência nas normas sociais, gerando uma internalização da repressão, ou seja,

[...] *transformação da repressão externa em repressão interna.* A nova topografia da consciência reflete essa transformação fundamental. Em vez de temer a espada do inimigo, o homem moderno teme perder seu autocontrole. A repressão interna é responsável por uma “razão”, a partir da diferenciação de um superego na própria psique individual regulando a vida impulsiva e o comportamento em todas as suas

manifestações. É, antes de tudo, a necessidade de uma “reflexão prospectiva” o que determina a reorganização da economia afetiva e a renúncia ao prazer imediato. (SOUZA, 2000, p. 51)

Souza (2000) segue o pensamento de Elias para deslizar sobre os sentidos do comportamento reprimido: a discussão entre cultura e civilização – *kultur* (cultura) como vocábulo alemão e *civilization* (civilização) como termo francês - para distinguir a semântica aplicada à emergência social da “pacificação”, ou seja, a significação da passagem da repressão externa em repressão interna, vai demonstrar o que Souza considera a seletividade da modernização articulado a um “caráter nacional” como definido por Elias:

Para Elias, portanto, o “caráter nacional” não é nenhuma entelêquia, um conjunto de impressões subjetivas metafísicas. Ao contrário, caráter nacional ganha o sentido preciso de um esquema de vida afetiva e espiritual de indivíduos que são socializados sob a pressão de uma tradição internalizada e institucionalizada de modo particular. [...] (SOUZA, 2000, p. 55)

Souza faz uma comparação entre as sociedades européias modernas que não foram geradas com componentes escravocratas, onde o processo de equalização das classes sociais se efetivou dentro de cada nação, e o caso brasileiro. Com isso:

[...] O reconhecimento da interdependência entre as diversas classes que *trabalham*, acordo só possível quando *a primeira classe dirigente da história que trabalha*, a burguesia, assume o poder, propiciou uma equalização efetiva internamente a cada espaço nacional. Foi criado um tipo humano uniforme, seja na sua organização afetiva, seja na sua organização racional e valorativa, uniformidade esta percebida por Elias como o pressuposto estrutural do cidadão moderno. [...] (SOUZA, 2000, p. 56)

Quanto ao Brasil, Souza (2000) considera que a saída da lógica escravocrata ao final do século XIX funda outra lógica de desabono aos negros libertos, desde que não oportuniza a sua entrada nas novas formas de produção. Resultado de abandono e desvalia social, os negros libertos vêm a formar uma espécie de lupmen urbano e rural para o qual a cidadania nem mesmo utópica será. Com isso, a seletividade da modernidade brasileira torna permanente a desigualdade.

2.3 Habermas e a Esfera Pública

Souza aborda o conceito de esfera pública de Habermas para ampliar a discussão sobre o processo da modernização no Brasil

[...] de modo a superar o aspecto meramente técnico, instrumental, envolvido no tema da modernização de Estado e mercado capitalistas. O tema da esfera pública possibilita a discussão da questão do aprendizado coletivo no sentido também prático-moral como elemento principal do processo pedagógico pressuposto na democracia. (SOUZA, 2000, pp. 92-93)

Assim, a dialética público-privado é discutida a partir de uma localização entre esses dois “estados” sem que se confunda com noções políticas e econômicas de Estado e mercado. Para Habermas, segundo Souza, a possibilidade de formar opinião pública crítica sobre a legitimidade discursiva do Estado pela atuação da imprensa

como agente que dá voz aos atores sociais na sua relação com o Estado marca o nascimento de uma esfera pública não estatal. Dentro do escopo de constituição da esfera pública ocorre a discussão dos interesses gerais e o proletariado com suas reivindicações irrompem a unidade da esfera pública burguesa. Souza (2000) considera que a esfera pública passa a ser um espaço de pressão e não apenas um espaço de convencimento retórico.

A *teoria da ação comunicativa e a pragmática universal* (estudo dos pressupostos nas situações de fala ou diálogo) são aportes habermasianos considerados por Souza, já que “A tese da existência de uma racionalidade comunicativa é a base do projeto habermasiano e aponta para uma competência potencial passível de tornar-se efetiva nas sociedades modernas.” (SOUZA, 2000, p. 71). A importância desse aporte é o entendimento do jogo das forças políticas e a análise das reivindicações valorativas.

A *teoria da ação comunicativa* é o atalho para que Souza aborde o conceito de sociedade dual de Habermas, que distingue o *mundo da vida* e o *sistema*. Segundo a visão sistêmica “[...] a interação entre os atores sociais passa a ser vista, preferencialmente, não mais como uma relação intencional dos atores, mas sim como uma rede de mecanismo funcionais que regulam as conseqüências inintencionais desses atores” (SOUZA, 2000, p. 72) Para Habermas essa regulação substitui com vantagem a comunicação lingüística na interação entre os atores sociais já que

[...] diminuem tanto o dispêndio que o processo de entendimento sempre acarreta como também o risco do fracasso na busca desse entendimento. A sempre presente possibilidade do dissenso na interação comunicativa é eliminada pelos meios reguladores na media em que um valor genérico embutido no subsistema, do qual o meio regulativo é uma espécie de “representante”, predetermina a orientação dos atores envolvidos. [...] (SOUZA, 2000, p. 73)

Quanto ao “mundo da vida”, este é concebido como o pano de fundo formado pela cultura e pela língua onde os atores formam um entendimento sobre três mundos formais: o objetivo ou da natureza exterior; o social e o subjetivo ou da natureza interior. Esses três mundos formam o sistema de referência aonde vai se produzir o entendimento. O entendimento se processa dentro de uma *situação* (parte do mundo da vida) proposta pela abordagem de um *tema*, ou seja, a esfera do mundo da vida que será discutido pelos atores da situação. Resumindo:

O conceito de mundo da vida significa para Habermas o “lugar transcendental” do indivíduo, no qual ele está desde sempre inserto e em relação ao qual é impossível uma atitude de distância. Ele é o lugar que permite as condições de possibilidade do entendimento e da crítica. (SOUZA, 2000, p. 78)

A *teoria da ação comunicativa* é seminal na obra habermasiana e é apropriada por Souza por elaborar três conceitos que no desenvolvimento da sua crítica à sociologia da inautenticidade vai clarear a especificidade da formação das relações de classe na modernidade brasileira: *cultura* – concebida como “[...] reserva de conhecimentos alimentada pelas ‘interpretações’ dos participantes dos processos comunicativos. [...]” (SOUZA, 2000, p. 81); *sociedade* – composta por “ordens legítimas nas quais

os participantes dos processos comunicativos regulam seu pertencimento a grupos sociais e asseguram ‘solidariedade’. [...]” (*ibidem*) - e, finalmente, *personalidade* – “[...] conjunto de motivações que inspira o sujeito à ação e produz ‘identidade’. [...]” (*ibidem*).

O conceito de sociedade como uma dualidade “sistema - mundo da vida” resulta da racionalidade que marcou a passagem das sociedades tradicionais para a modernidade no mundo ocidental, permitindo uma análise das patologias do mundo moderno, quais sejam: a colonização e a fragmentação do mundo da vida:

[...] Enquanto a tese da colonização do mundo da vida se refere à instrumentalização dos recursos comunicativos pelos imperativos sistêmicos do dinheiro e do poder administrativo, a tese da fragmentação do mundo da vida aponta para o abismo entre a cultura dos especialistas e a da massa, acarretando a desintegração do elo orgânico entre a apropriação e a crítica da tradição herdada no contexto da prática cotidiana. (SOUZA, 2000, pp. 82-83)

Mais uma proposição de Habermas que é trabalhada como fundamento da análise da formação da modernidade brasileira por Souza é o conceito do direito como mediador das esferas do mundo da vida. O direito no mundo moderno possibilita a substituição do sujeito individualizado pelas formações coletivas de discussões e pleitos nos quais as relações com o poder político geram entendimentos, acordos, negociações, consensos e pactos. Souza considera que

O direito é o *transformador* da linguagem coloquial do mundo da vida racionalizado na linguagem mediática dos sistemas auto-regulados da economia e da política administrativa, permanecendo esses sistemas, desse modo ancorados no mundo da vida. De certo modo, o meio jurídico reveste e transforma as comunicações do mundo da vida de tal modo que estas possam ser “compreendidas” e assimiladas pelos códigos especializados dos sistemas auto-regulados. Sem esse “transformador” não seria possível à linguagem comum circular por toda a sociedade. [...] (SOUZA, 2000, p. 89)

A articulação entre os elementos aqui citados do pensamento de Habermas é manejada por Souza no sentido de delinear o que seja a esfera pública ou sociedade civil, apresentando os elementos de uma organicidade positiva da mesma: liberdades públicas, individuais, opinativas, pluralismos, privacidade protegida e cidadania autônoma. O contraste entre a visão habermasiana da constituição da sociedade civil e os abismos de classes oriundos da modernização tardia no Brasil, tendo por pano de fundo as (in) conseqüências sociais da abolição da escravatura, ressoam fortemente nas paredes de uma construção de brasilidade pautada numa pseudo “integratividade harmonizada” entre raças, que ressuma das concepções do personalismo e patrimonialismo da sociologia da inautenticidade.

2.4 A Teoria do Reconhecimento de Taylor

Tomando por base as obras de Charles Taylor e Axel Honneth, Souza (2000) considera que o reconhecimento social é uma categoria que ajuda na compreensão das contradições da modernidade, mormente na contemporaneidade.

O reconhecimento mútuo entre os atores permeia as relações sociais e integra a formação ética, fazendo parte da vida intersubjetiva. A noção de pertença e de comunhão entre sujeitos possibilita que entre eles haja o reconhecimento do outro na sua singularidade.

Souza aborda também os *desejos de primeira ordem e de segunda ordem* como categorias propostas por Taylor e Harry Frankfurt, para analisar a estrutura interna dos desejos, categorias que vão lançar uma compreensão sobre os *processos de valoração*. Os de primeira ordem fazem parte da condição animal, inclusive a humana. Os desejos de segunda ordem, especificamente humanos, estão subordinados a uma *avaliação reflexiva* dos desejos de primeira ordem, vinculando-os a valores, hierarquizando-os segundo critérios éticos e morais. Em desenvolvimentos posteriores de sua obra Taylor renomeia os desejos de primeira e segunda ordem com a expressão *avaliação fraca e avaliação forte*, correspondentemente.

Para Taylor, seguindo a interpretação de Souza (2000), as avaliações fortes estão relacionadas aos sentimentos morais que, através da hierarquia dos valores origina sentimentos de vergonha, admiração, culpa, respeito. Estando presentes na língua, nas práticas sociais e instituições, a forma como o sujeito se relaciona com os valores objetivados vem a constituir sua identidade singular. Importante também ressaltar que, para Taylor, conforme Souza (2000), a língua se constitui no fundamento do sujeito, desde que,

[...] O sujeito só consegue articular seus sentimentos e idéias na e pela língua, ao fazer o uso das ilimitadas possibilidades de (novos) sentidos inerentes ao meio lingüístico. A língua “expressa”, no sentido forte do termo, tanto a vida interna psíquica do sujeito como suas possibilidades de relações intersubjetivas, permitindo a constituição de parâmetros valorativos capazes de guiar a sua vida pública e privada. Pessoas só existem em “redes de interlocução” (webs of interlocution). (SOUZA, 2000, p. 102)

Souza ainda retira da obra tayloriana os conceitos de ideal da autonomia calculadora e o ideal da expressividade individual para estabelecer o mapa valorativo no qual as pessoas se relacionam no cotidiano. Ainda na instância dessa topografia valorativa, Taylor propõe que haja no Ocidente dois princípios que a fundam: o princípio da interioridade e o da afirmação da vida cotidiana.

A interioridade seria uma herança agostiniana que implica numa postura reflexiva e numa categorização dupla: há seres inertes e viventes; entre viventes há os que raciocinam e os que não têm tal capacidade. Segundo Souza (2000), isso implica numa nova concepção de virtude (*viris* = força), na qual a auto-estima não se dará pelas conquistas nos e dos espaços públicos como fomentada na antiguidade, mas, sim, por uma modalidade subjetivada, interiorizada, sem apelo aos outros para que se estabeleça. Junto à interioridade agostiniana junta-se a vontade individual, herança estóica do cristianismo, que vem a ocasionar formas racionalizadas de controle, seguindo regras estritas. Racional passa a ser sinônimo de pensamento em acordo a certos cânones, submissão a métodos e disciplinas. A esse sujeito Taylor designa

de *self pontual*. O *self pontual* e a vida cotidiana são, para Taylor, a base para a compreensão da configuração moral moderna.

Souza demonstra que a vida cotidiana retira o poder potencial das hierarquias que se organizam em torno do sagrado das vidas “fora do mundo”. As reclusões monásticas implicavam sempre numa mediação com o divino que não se opera na vida comum diária. Esse aspecto é ventral na chamada revolução protestante que enfatiza a relação não mediada com o sagrado e a realização espiritual através da atividade laborista, tal como proposta pelo calvinismo. Souza (2000) também propõe que

O princípio da vida cotidiana tem a ver com o potencial democrático da revolução ocidental, posto que implica os ideais da igualdade e da benevolência em relação aos outros homens. Essas são conquistas irrenunciáveis para os indivíduos modernos. Em seus textos mais recentes, Taylor vai chamar o conjunto de ideais que se articulam nesse contexto de princípio de “dignidade”. [...] (SOUZA, 2000, p. 109)

Taylor acrescenta um outro princípio, o do expressivismo, que junto ao de dignidade, forma uma possibilidade que advém do princípio de interioridade. O expressivismo implica na exatidão dos sentimentos, numa atitude de autenticidade. Implica, também, na idéia de unicidade do indivíduo e na possibilidade de se viver com essa originalidade. Souza (2000) considera que as lutas das minorias de todo jaez, as lutas pela aceitação das diferenças, “[...] luta pelo respeito a uma especificidade fundamentalmente não-generalizável.” (SOUZA, 2000, p. 113) são atribuíveis à eficácia social da autenticidade na modernidade tardia.

2.5 Onde A Sociologia Da Inautenticidade Falha Na Análise Da Modernização Brasileira

Ao apresentar os fundamentos teóricos apropriados por Souza (2000), que acima foram sintetizados ao máximo para atender às finalidades deste texto, qual seja, a de analisar o sofrimento ético-político das classes pauperizadas do Brasil que vivem na invisibilidade social, a intenção foi a de mostrar que a sua crítica à sociologia da inautenticidade representada por Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta, numa linha de continuidade que reúne a herança ibérica, o personalismo e o patrimonialismo, essa crítica aponta profundas inconsistências analíticas nas formulações dos intelectuais supracitados. A necessidade dessa crítica advém de razões como a que seguem:

Importante aqui é ressaltar que a sociologia da inautenticidade do processo de modernização brasileiro articula soluções e problemas que formam um sistema. Iberismo, personalismo, patrimonialismo são termos intimamente interligados como uma explicação tanto para nosso atraso social como para nosso (sub) desenvolvimento. A influência dessas idéias sobre a vida cotidiana de cada brasileiro é gigantesca. Ela constitui a nossa auto-imagem dominante, seja na dimensão das idéias, seja na dimensão prática social e política. (SOUZA, 2000, p. 207)

Na crítica dirigida ao pensamento sobre a herança ibérica e o personalismo, Souza (2000) esclarece dentro outros pontos, que a formulação de Buarque de Hollanda parte de dois pressupostos: a pouca “europeização” de Portugal, país da península ibérica, que não vive as questões sociais igualitárias de países mais centrais do velho continente e o *culto à personalidade* ou *personalismo* – “[...] uma constelação de interesses e valores que encontram no próprio indivíduo sua razão de ser e seu norte.” (SOUZA, 2000, p. 163). Tais pressupostos explicariam a distância de experiências de organização social mais horizontalizada no processo de colonização do Brasil.

Como subsistema do *personalismo*, o *patriarcalismo*, que tem por base o engenho, vem a esparzir um modo de conduta que vai sair das zonas rurais para a vida urbana. O engenho é emblemático para entendermos a forma escravista e hierarquizada com que se estabelecem relações de exploração do trabalho e da intersubjetividade. Essa forma vai se deslocar da configuração típica do senhor e do escravo e vai se inscrever na modernidade brasileira travestida por outras modalidades de relações que não escondem, entretanto, suas raízes.

Para Buarque de Hollanda, segundo a visão de Souza, o personalismo vai impedir a construção de um estado democrático racional, desde que “[...] o Estado permanece como uma mera generalização do princípio de sociabilidade familiar baseada na preferência particularista dos afetos, alfa e ômega do personalismo enquanto visão de mundo.” (SOUZA, 2000, p. 166)

Souza coloca em dúvida a visão simplificadora proposta por Buarque de Hollanda. A explicação dos problemas presentes na modernidade brasileira não pode ser adstrita a uma herança portuguesa, ao mero transplante de uma visão de vida da Europa para a América. As resultantes do personalismo não explicariam satisfatoriamente a existência das desigualdades, desde que, a interveniência de fatores econômicos na colônia com a chegada da família real em 1808, introduz, segundo Souza (2000), novas variáveis na equação da formação da modernidade brasileira, em plena vigência, portanto, do patriarcalismo rural. Esse evento vai paulatinamente abalar as estruturas produtivas pautadas no engenho, até implantar as sementes da produção industrial no país.

Seguindo a linha de críticas à sociologia da inautenticidade, Souza aborda a tese do *patrimonialismo* de Raimundo Faoro. Faoro propõe que Portugal utiliza o direito romano “[...] como modelo de pensamento, ideal de justiça e instrumento de organização administrativa e jurídica do domínio do príncipe. [...]” (SOUZA, 2000, p. 169) Essas seriam as bases para a formulação do Estado patrimonial.

O Estado patrimonialista é guiado pelo prestígio diferencial e pela desigualdade, o que estabelece a estrutura dos estamentos. O aparelho estatal é apropriado pelos estamentos e buscar assegurar o usufruto de privilégios. Para Faoro, será a permanência da concepção dos estamentos que perdurará na modernidade brasileira e fragilizará a atividade do mercado. Souza (2000) considera que a lógica de Faoro implica na existência de uma intencionalidade da “elite má” que é culpada pelo atraso brasileiro.

Dentre outras críticas dirigidas à construção de Faoro, Souza (2000) mostra que Elias e Weber abordam a noção de estamento e patrimonialismo enquanto condições transitórias ao passo que Faoro enfatiza a permanência dos mesmos. Outro ponto importante mostrado por Souza, é o de que Faoro não discute as relações entre o potentado (líder ou rei) e o seu quadro administrativo, o que é de suma importância para se analisar as relações entre estamento e a apropriação do aparelho de Estado. Souza também mostra que a transposição do conceito de estamento para o Brasil dos séculos XVI e XVII é problemática na medida em que, nesse período, o Brasil viveu uma descentralização administrativa através das capitanias hereditárias e das autarquias latifundiárias. Souza critica a resposta de Faoro a esse aspecto que se dá pela ênfase ao “controle de longe”.

De forma aguda, Souza (2000) aponta que há um argumento de fundo que representa uma posição pessoal de Faoro na sua crítica ao papel do Estado como condutor e organizador das forças sociais, por defender formas autônomas de organização social, pautadas no modelo liberal norte-americano.

Um outro representante da sociologia da inautenticidade, Roberto Da Matta é visto por Souza como caudatário dos pensamentos de Buarque de Hollanda e Faoro. Tomando por base a modernidade norte-americana, DaMatta trabalha a tese do “diferentes, mas juntos” para explicar as práticas sociais brasileiras. Nessa tese, haveria duas categorias que formariam um sistema dual de explicações, uma genuína gramática social brasileira: o indivíduo – ao qual se aplicam leis impessoais – e a pessoa – relacionada ao sistema de favores, de amizade, de trocas de interesses, ou seja, um conceito nitidamente personalista. Souza (2000, pp. 184-185) afirma a partir desse sistema dual que “Um olhar atento descobre que a cada uma dessas perspectivas correspondem, respectivamente, uma ‘sociologia do indivíduo’, a vertente institucionalista, e uma ‘sociologia da pessoa’, a vertente culturalista. [...]”

Na gramática social brasileira de Da Matta inclui-se a expressão “você sabe...” que, para Souza

[...] envolve sempre uma oposição precisamente entre um dado ao mesmo tempo mais visível e mais superficial, posto que o elemento universalizante e igualitário seria o único discurso oficial e legítimo, e outro mais profundo e menos visível (posto que não precisaria ser falado), mas que é o componente mais decisivo e eficaz do drama social em questão, na medida em que resolve o conflito e restaura a paz hierárquica ameaçada.” (SOUZA, 2000, 187)

Se, conforme a elaboração damattiana, as relações sociais se estabelecem a partir de uma balança de forças que pende entre o impessoal das leis e regulamentações que são atinentes ao indivíduo e o favorecimento e “jeitinho brasileiro” que distinguem pessoas, através do “você sabe...”, Souza vê nessa formulação uma solução problemática porque

[...] levada às últimas conseqüências, essa solução implica afirmar que os brasileiros se comportam de modo inverso aos estímulos das instituições fundamentais como Estado e mercado. Esse nó conceitual não é de fácil solução, já que DaMatta

vincula habilmente a imagem folclórica do brasileiro sobre si mesmo com análises concretas de rituais facilmente observáveis na realidade cotidiana. A evidência e eficácia desse tipo de discurso são enormes.

Para Souza falta à gramática social brasileira ou dualismo damattiano, uma explicação sobre o que regula a articulação entre os pólos da dualidade:

[...] a dualidade enquanto tal é uma simples aporia. Sem estar determinadas nas suas regras, ela pode ser usada, “ad hoc”, para o esclarecimento de um sem-número de questões nas quais as vezes um princípio é mais importante, outras vezes o outro assume a primazia. Mas, nesses casos, há de se perguntar: o que faz com que precisamente nessa situação um ou outro horizonte seja mais ou menos eficiente? Essa questão nunca é respondida por DaMatta. [...] (SOUZA, 2000, p. 191)

2.6 A Modernização Brasileira e a Desqualificação Humana dos Pobres

É no texto “Uma interpretação alternativa do dilema brasileiro” que Souza (2000) vai explanar a sua tese sobre as questões que envolvem a desigualdade na específica modernidade brasileira. Souza se inclina a admitir alguns pressupostos de Gilberto Freyre, constantes nas obras “Casa grande e senzala” e “Sobrados e mocambos” para delinear o seu pensamento: “[...] irão interessar-me os aspectos macrossociológicos da obra de Freyre, precisamente aqueles aspectos estruturais da vida institucional e da estratificação social peculiar que se constituem, entre nós, e que são descurados nas análises da nossa sociologia da inautenticidade.” (SOUZA, 2000, p. 209)

A tese freyreana tem por lastro uma formação patriarcalista fundada nas relações senhor/escravo, relações que é a um só tempo despótica e íntima. Essa modalidade que é um misto de servidão e familiaridade tem suas bases no regime escravocata árabe que teria influenciado, assim, as formas de convivência entre o senhor de engenho e seus servos. Essa forma de relação seria a semente da forma social que se estabeleceria no Brasil.

Nas bases escravocatas de inspiração árabe estaria uma característica sado-masoquista que Souza considera a chave para a compreensão da distância e segregação com proximidade e intimidade. O aporte psicanalítico aqui ganha uma dimensão sociológica para dar conta de uma dialética específica do regime escravocata brasileiro:

É precisamente como uma sociedade constitutiva e estruturalmente sado-masquista, no sentido de uma patologia social específica na qual a dor alheia, o não reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transformam-se em objetivo máximo das relações interpessoais, que Gilberto Freyre interpreta a semente essencial da formação brasileira. (SOUZA, 2000, p. 228)

Essa marca de dominação e abuso aparece nas considerações de Souza como um remanescente dos tempos da violência não recalcada, a época pré-cavaleiresca, tal como retratada por Norbert Elias. O comando da espada e da força, das milícias e dos senhores tirânicos que não obedeciam a um poder central foi a marca dominante de quase três séculos da vida brasileira, mormente nos períodos iniciais da colonização.

A descentralidade administrativa e um *savoir-faire* próprio aos chefes das capitanias e, em fases posteriores, aos patriarcas latifundiários, propiciou, na formação constitutiva brasileira, uma experiência pré-moderna que remontaria aos primórdios da cultura pré-burguesa dos países centrais da Europa.

O senhor de terras e escravos era um hiperindivíduo, não o super-homem futurista nietschiano que obedece aos próprios valores que cria, mas o super-homem do passado, o bárbaro sem qualquer noção internalizada de limites em relação aos seus impulsos primários. (SOUZA, 2000, p. 231)

As consequências do sado-masiquismo como base da formação brasileira têm seus desdobramentos na esfera pública com a transformação do sadismo em *mandonismo* estabelecendo uma dialética específica nacional em torno das questões do público e privado:

A consequência política e social dessas tiranias privadas, quando se transmitem da esfera da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, tornam-se evidente na dialética do mandonismo e autoritarismo por um lado, no lado das elites mais precisamente, e no populismo e messianismo das massas, por outro. Dialética essa que iria, mais tarde, assumir formas múltiplas e mais concretas nas oposições entre doutores e analfabetos, grupos e classes mais europeizados e as massas ameríndias e africanas e assim por diante. (SOUZA, 2000, p. 233)

Souza considera que a queda do patriarcalismo e o correlato mandonismo se dão com a crescente urbanização do país, principalmente com a chegada da família real em 1808. Há também a formação de um incipiente capitalismo industrial com a introdução de máquinas, trazendo mudanças ideológicas e morais sob inspiração do pensamento burguês da Europa: “[...] Com a maior urbanização, a hierarquia social passa a ser marcada pela oposição entre valores europeus burgueses e os valores antieuropeus do interior, marcando uma antinomia valorativa no país com repercussões que nos atingem ainda hoje.” (SOUZA, 2000, p. 235)

De certo ponto em diante da trajetória da formação da nacionalidade, a introjeção da modernidade européia chega ao Brasil como uma vestimenta mal-acomodada ao corpo. Trata-se de uma “maquiagem” que reveste repentinamente uma sociedade “bárbara” com máscaras “civilizadas”. A isso Souza (2000, p. 236) chama de inautenticidade:

[...] Essa leitura do processo de modernização brasileiro como um processo inautêntico, tendo algo de epidêmico e pouco profundo, é precisamente o fundamento do que vimos chamando nesse livro de nossa sociologia da inautenticidade. Inautenticidade precisamente do processo de modernização que não teria logrado institucionalizar os valores individualistas e burgueses da Europa moderna e não-ibérica. [...]

Souza aponta para o fato de que a urbanização brasileira que é concomitante ao processo de estabelecimento do mercado (nos moldes capitalistas) e de um aparelho de estado autônomo como efeito da inspiração burguesa européia, vem a representar uma piora das condições de vida de negros livres e mestiços pobres das cidades. A um só tempo, é a oportunidade do surgimento de uma classe letrada de mulatos e

de alguns negros “favorecidos” por famílias abastadas que virão ocupar postos nos escalões administrativos e técnicos dos escalões estatais. Essa mobilidade social, restrita a poucos casos, torna-se o símbolo da modernização brasileira, sendo que os trabalhos mais executados pelos mestiços seriam aqueles não “dignos” dos brancos, quais sejam, as atividades de funções mecânicas e braçais propiciadas pela introdução das máquinas industriais.

Pode-se concluir que há no início da modernização brasileira uma mudança significativa da configuração valorativa da sociedade. Essa modernização que vem da Europa “de navio” é estranha a todas as classes e vem a representar uma necessidade de reformulação dos conceitos sobre as relações raciais e econômicas, para uma nação que vivia há pouco no absoluto atraso social em relação aos países centrais da Europa:

O esforço de assimilação de valores e da tecnologia ocidental por brasileiros é precisamente o ponto em que diferenças de raça e de classe sempre foram e são até hoje relativizadas. É o aspecto no qual o ideário de ordem e progresso encontra o seu alfa e omega. Quem quer contribua para esse desiderato maior de modernização é premiado pelo sistema. Em nenhum estrato tradicional da sociedade patriarcal brasileira havia relação privilegiada com a modernidade. Eram valores estranhos a todos. Valores estes que foram assimilados ou imitados por um país que mais lembrava um país asiático que americano ocidental. (SOUZA, 2000, p. 247)

Para Souza (2000) a introjeção dos valores europeus individualistas será o fator que determinará os novos modos de dominação social, os privilégios e naturalizar a desigualdade tal como hoje ela se mostra.

Souza, no entanto, pontifica a sua tese, para os fins deste texto, com a proposição de que na raiz das relações sociais no Brasil, permanece, para além dos inúmeros discursos da modernidade com sabor europeu, o substrato escravagista de inspiração sadomasoquista “[...] na medida em que o não reconhecimento da humanidade dos subordinados era (*é, grifo nosso*) uma contrapartida necessária para a própria manutenção da relação de dominação do escravismo.” (SOUZA, 2000, p. 256)

Essa não humanidade dos escravos e assimilados “[...] impede os efeitos sociais da hierarquia valorativa baseada na dignidade [...]”, conforme a proposição tayloriana, a qual serve de fundamento teórico para Souza discutir os aspectos das desigualdades na modernidade seletiva brasileira.

Modernidade seletiva, posto que, ela não tem a horizontalidade social proposta pela revolução protestante calvinista, conforme Weber, cuja ênfase no valor do trabalho e da atividade estabelece a possibilidade dos “iguais, mas separados” como ocorreu com a bem-sucedida modernização norte-americana.

Modernidade seletiva, pelo fato de que, trazendo nas suas raízes constitutivas uma modalidade de relações violentas pré-burguesas, pré-cavaleirescas, de acordo com os pressupostos de Elias, estabelece relações sádicas entre senhor e subalternos, o hiperindivíduo, que rege a vida e a morte nas capitâneas hereditárias e latifúndios

agropecuários do período colonial.

Modernidade seletiva, porque a herança patriarcalista dos fundamentos sociais brasileiros, estabelece o mandonismo, usufruto privilegiado da esfera pública, perversão que anula os limites entre o que é público e o privado, forma peculiar de atuação das elites brasileiras que estabelece uma sociedade civil em que o direito não ordena necessariamente a linguagem na passagem público-privado, como pensado por Habermas, mas que se torna instrumento que afere a impessoalidade aos despossuídos e considerações específicas aos privilegiados.

Modernidade seletiva, finalmente, no sentido de que a escala hierárquica valorativa brasileira, na modernidade, não inclui a dignidade generalizável como elemento regulador das interações humanas, segundo a filosofia do reconhecimento de Taylor. Se ao subalterno é conferido um lugar de não alteridade subjetiva, a dignidade é reservada àqueles que estão em conformidade com valores seletivos que atendem a determinados conceitos remanescentes das relações escravistas.

Sem contar na relação de alteridade, o subalterno torna-se objeto, resto social. Sem lugar na hierarquia valorativa estabelecida pela modernidade burguesa e seletiva instaurada na sociedade brasileira, a pessoa que está situada na posição de subalternidade reproduz o lugar do escravo colonial, no âmbito psicossocial ainda vive na escotomização da senzala simbólica, elide-se, desaparece, mesmo que esteja presente com o seu corpo, mesmo que ocupe um espaço no território comum onde se discursa a democracia social. Lançado à invisibilidade social, o subalterno sofre uma fragmentação subjetiva que lhe causa sofrimento ético-político.

3 | INVISIBILIDADE SOCIAL E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Bader Sawaia (2004) no seu texto “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão” busca delinear, a partir das teses sobre sofrimento e compaixão de Harendt e Weil, dor e vergonha de Heller e as teorias de ligações semânticas do cérebro propostas por Vigotsky, a sua tese do sofrimento ético-político. Diz Sawaia (2004, p. 104):

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a violência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ela revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.

Para Sawaia (2000), o sofrimento ético-político é o fundo de caráter afetivo que se articula com a desigualdade social, injustiça e exploração sob as aparências da

integração social. No seu pensamento se insere a concepção marxista sobre a miséria e servidão como mantenedores do sistema capitalista para dar consistência à dialética inclusão/exclusão. Aqui é importante pontuar que o conceito de *exclusão* assume uma diversidade semântica que abrange inclusive a noção de “desaparecimento no real”, quando Sawaia cita a limpeza étnica do Kosovo. Assim, *exclusão*, no desenvolvimento de Sawaia no texto supracitado, tem uma variabilidade que medeia desde a elisão psico-afetiva do subalternizado social, até a ausência no espaço público, mantendo, obviamente, a conotação de relações de dominação ou de poder entre partes.

A experiência de Sawaia abrange, conforme o seu texto, uma relação direta com o sofrimento ético-político. Suas pesquisas

[...] revelam que o sofrimento gerado pela situação social de ser tratado como inferior, sem valor, apêndice inútil da sociedade e pelo impedimento de desenvolver, mesmo que uma pequena parte, o seu potencial humano [...], é um dos sofrimentos mas verbalizados. [...] na gênese desse sofrimento está a consciência do sentimento de desvalor, da deslegitimidade social e do desejo de “ser gente”, conforme expressão dos próprios entrevistados. (SAWAIA, 2004, p. 109)

Sawaia recorre à Espinosa para elaborar uma proposição sobre a posição do subalternizado na relação com o próprio sofrimento: os conceitos de potência de ação e potência de padecer vêm explicar as possibilidades de permanência ou saída do sofrimento ético-político, já que a potência de ação é “[...] entendido como o direito que cada indivíduo tem de se afirmar e de se expandir [...], cujo desenvolvimento é condição para se atingir a liberdade.[...]” (SAWAIA, 2004, p. 111). Quanto à potência de padecer, este “[...] gera a servidão, situação em que se colocam nas mãos do outro as idéias sobre afecções do próprio corpo. [...]” (ibidem)

A proposição final do texto de Sawaia sai do âmbito analítico para se inserir numa propugnação em torno da Psicologia Social no sentido de que esta se utilize de estratégias no enfrentamento da exclusão “[...] uma de ordem material e jurídica e outra de ordem afetiva e intersubjetiva (compreensão e apreciação do excluído na luta pela cidadania). [...]” (SAWAIA, 2004, p. 115) O substrato filosófico que dá suporte a tal movimento de caráter militante é possibilidade transformadora da potência de ação espinosiana.

Concomitante à construção de Sawaia, é trazido neste ponto do desenvolvimento do texto a experiência de Costa (2004) no seu livro “Homens invisíveis. Relatos de uma humilhação social”. Essa convergência é causal, desde que, tanto Sawaia quanto Costa caminham pelo aspecto afetivo da humilhação do subalterno social, sendo que, em Costa, a ênfase no tema da invisibilidade denota a preocupação do autor em mostrar que relações de dominação se estabelecem entre subalternos, não só entre senhor e subalterno e que, “estar invisível” não significa necessariamente “estar excluído”, já que, o convívio de Costa se dá com trabalhadores de uma universidade que realizam tarefas de limpeza.

Essa variante da obra de Costa não o afasta em absoluto do enfoque de Sawaia,

antes, o reforça, pois, ambos endereçam a questão da humilhação a uma interioridade do ser despossuído e, por isso, desqualificado. Em ambos, a afecção psicológica causada pela desqualificação social, carece, entretanto, de uma análise constitutiva da condição do sofrente ético-político, do invisível social. Em ambos, Sawaia e Costa, a referência a Simone Weil, para fazer o aporte do conceito de sofrimento. Arrematando, pode-se pensar que a experiência de Costa é uma continuidade das pesquisas referidas por Sawaia, posto que, Costa empreende uma etnografia delongada por dez anos na qual realiza uma escuta sobre o cotidiano dos seus pares garis, daí retirando o material para delinear o sofrimento da invisibilidade social.

O relato de Costa demonstra que nas atividades consideradas socialmente subalternas permanece uma pressão de cima para baixo, uma hierarquia que reifica o que está na base:

[...] Na presença do chefe, deve-se trabalhar como máquina, a mente e os sentimentos devem se dobrar. “Não adianta brigar. Não adianta mesmo.” Mostrar que pensa, mostrar que tem sentimentos pode valer uma demissão, pode ameaçar a sobrevivência da família. Trabalha-se para comer. Come-se para trabalhar. No final do mês vem a recompensa; pequena, miúda. Mas vem. É dinheiro pouco, mas fora daí recebe-se menos; então é preciso valorizar o pouco que se recebe. (COSTA, 2004, p. 97)

A hierarquia aqui permanece similar às relações escravagistas: Costa retrata uma camada de “capatazes” que orientam os serviços dos executantes no campus universitário. Orientação dada de forma peremptória, seca, rude, como se desse um açoite no animal de carga para que ele não pare de realizar o seu fazer. A similaridade entre o negro açoitado nos canaviais do Brasil-colônia e o gari invitado a produzir, catando o lixo do espaço público é inevitável:

A força da hierarquia dentro da Prefeitura Universitária se alimenta da necessidade de subsistência de cada trabalhador. Muito do que ali acontece nesses termos – a cabeça baixa, a voz calada, a sujeição - depende inevitavelmente da pressão que é não ter garantias sobre o pão do dia seguinte. (COSTA, 2004, p. 98)

Para Costa (2004) a hierarquia determina uma relação de superioridade-inferioridade entre a base formada pelos garis e os seus chefes de tal monta que eles se tornam invisíveis, enquanto objetos, enquanto resto social. Nesse sentido, há um encontro entre a percepção de Costa e de Souza (2000) quanto aos lugares ocupados pelos escravos e similares, no deslocamento produzido pelo movimento histórico: o escravo não tinha humanidade para o seu senhor, era coisificado; o gari, por se encontrar na escala última da relação entre o poder de mando e a execução do trabalho, também se coisifica, se desumaniza e desaparece pela escotomização produzida na baixa valoração do seu fazer, da sua produção. Quanto a isso afirma Costa (2004, p. 108): “[...] A mesmice dos uniformes encontra eco no discurso, na atitude de cada sujeito, que, na verdade, deixa de sê-lo: veste e interpreta a roupagem burocrática de sua ocupação, precisa tornar-se objeto. Fica, de fato, invisível.”

A angústia, afeto que se vincula à imagem presumível do outro sobre o sujeito,

conforme ensina Jacques Lacan no seu seminário “A angústia”, é reportada por Costa na sua experiência pessoal. Contrastando a sua presença no campus universitário como estudante de Psicologia e como gari, percebe a sua elisão do olhar do outro, o seu desaparecimento da atenção do semelhante como sujeito, como pessoa:

O que brota da percepção de não aparecer para os outros é a sensação de existirmos como coisa, um esvaziamento. Passamos a contar como se fôssemos um item paisagístico. Um poste, uma árvore, uma placa de sinalização de trânsito, um orelhão, uma pessoa em uniforme de gari na atmosfera social: todos parecem valer a mesma *coisa*. (COSTA, 2004, p. 116)

Em verdade, Costa (2004) vai apontar no seu texto que o signo da subalternidade, o uniforme, é o que torna o corpo nele contido como invisível. O envelope, mesmo que em cores berrantes, apaga o seu conteúdo, a pessoa, mais especificamente, o sujeito da relação no espaço público. Importa pensar que a cegueira dos demais circunstantes quanto à presença ignorada se dá por um sintoma social que guarda suas raízes mais profundas na hierarquia de valores ou nos processos de reconhecimento social que perpassam a formação social da modernidade brasileira, conforma apontada por Souza (2000): a seletividade da hierarquia social valoriza o labor “branco”, ou seja, a atividade que está ligada ao fazer valorizado pela leitura singular da apropriação burguesa europeia que foi efetivada pelas elites. “Varrer chão”, trabalhos braçais, atividades consideradas inferiores no anterior da nossa modernidade, ficaram vinculadas simbolicamente ao escravo, ao dominado, ao objeto, ao resto social. Esse é o sintoma que marca as relações sociais na esfera pública brasileira.

Ao ocuparem o mesmo ambiente os despossuídos, os subalternizados e outros que representam os estratos superiores da valoração social, todos trarão signos que distinguirão “quem é quem” na ocupação do espaço público, implicando no que tem aqui sido chamado de escotomização social daqueles primeiros. Não é por acaso que a experiência de Costa se dá num âmbito que é ícone supremo da modernidade: o espaço universitário, *locus* onde se operam as mais radicais propostas de mudanças políticas, econômicas, tecnológicas e sociais. Essa experiência, no entanto, ratifica a distância que há entre a retórica advinda do conhecimento acadêmico sobre o mundo da vida, e o mundo a que esse conhecimento efetivamente se refere e no qual maneja a leitura da realidade, o sistema, retomando aqui a distinção de Habermas sobre os dois mundos onde se processam o entendimento das interações humanas. No campus universitário, a retórica igualitária burguesa não tem eficácia suficiente para manter os garis na visibilidade. A perplexidade angustiosa de Costa (2000, p. 135) em torno da invisibilidade aparece nesse trecho:

Quem são esses “outros” que recusam a visão meramente funcional, quem são esses humanos que suspendem a visão coisificada dos humanos? Enxergam mais? Apenas enxergam realmente? Resistem mais? Estariam eles menos comprometidos com os mecanismos da reificação?

A interrogação de Costa busca um nexos causal para esse sintoma psicossocial que não cessa de se mostrar aos seus sentidos, à sua sensibilidade. Suas questões

são substancialmente uma tentativa de compreender as motivações de cunho afetivo do sofrimento da invisibilidade, conforme Sawaia (2004), um sofrimento ético-político. Abaixo segue uma pontuação de Costa que parece um forte eco da elaboração de Sawaia conforme seu texto supracitado:

O oprimido não se engana em relação à opressão. O homem pobre, exposto continuamente à reificação, posicionado na nervura da opressão social, na condição de quem é atravessado inapelavelmente pelas ondas de vibração mórbida da invisibilidade pública, possui paradoxalmente um sentido aguçado contra esse estado de coisas. (COSTA, 2004, p. 137)

Aqui se tem a ratificação dos termos de Sawaia (2004) sobre o que está implicado no sofrimento ético-moral dos excluídos. O sofrimento ético-moral advém exatamente da percepção desse lugar de “nada”, de “coisa alguma”, que o sofrente vive na pele e no afeto. Costa e Sawaia caminham por um mesmo fio de raciocínio para denunciar a crueza dos processos que marcam a desigualdade.

Como mais um ponto de convergência entre os dois autores acima, há a potência de ação espinosiana aventada por Sawaia (2004) e citado indiretamente por Costa (2004, p. 143): “[...] há um poder que é o poder de todos os humanos e que fica interrompido para o humilhado – o poder de influir sobre outrem, sem esforço, pela simples presença [...]”.

Reforçando a sua dificuldade em estabelecer umnexo causal e uma possibilidade explicativa para o sintoma da invisibilidade social, conforme já dito acima, Costa (2004, p. 145) afirma: “O diagnóstico e o exame da cegueira pública, a interpretação da gênese e do desenvolvimento da doença, nada mais difícil. [...]” A sua tentativa de explicação vai tateando o campo das relações intersubjetivas recheadas de uma proposta de humanismo que não se realiza na sua própria experiência. A possibilidade do “encontro igualitário” como forma de horizontalizar as relações sociais ficam no plano da proposição reformista, similarmente ao que se encontra na parte final do texto de Sawaia (2004) com a potência de ação espinosiana aplicada às mudanças de práticas sociais referentes aos excluídos.

Costa também faz um aporte marxista ao apelar para a *ideologia* como operador teórico-explicativo do *leit motiv* para a manutenção do *status quo* da invisibilidade social. Para Costa (2004, p. 161):

A *ideologia* compõe uma cadeia de pensamentos e justificativas que, em termos sociais, amortece a violência. A *ideologia* amortece o entendimento da experiência de *invisibilidade pública* como de uma experiência tremendamente violenta. “A gente tem que saber qual é o nosso lugar”. “Patrão serve pra mandar mesmo”. “Peão que conversa não quer trabalhá.”

O recurso à ideologia como instrumento amortecedor dos efeitos da exploração e dominação enquanto processos violentos que degradam o trabalhador, surge como uma proposição *ad hoc*, pois, faltam os elementos explicativos que, articulados, possam dar conta de como a ideologia, como produto sócio-histórico, produz os efeitos pensados por Costa na questão da invisibilidade. O autor atina nessa característica

sócio-histórica, porém, não mostra a sua gênese na sociedade brasileira. Como contraponto aos aspectos culturais, ele propõe a racionalização, processo psicológico, para fusiona-la à ideologia propondo uma *racionalização ideológica* como a marca brasileira que atenua, abranda, as tensões dos antagonismos de classe:

A invisibilidade pública é uma construção psíquica e social. Nessas circunstâncias, muita violência e verdade amortecidas contam como ingredientes que impedem a compreensão da *invisibilidade pública* como signo de uma luta social, uma luta de classes. A *invisibilidade pública*, dessa maneira, não aparece como sintoma social, cristalização histórica de um desencontro, mas pode apresentar-se à consciência como fato natural. (COSTA, 2004, p. 162)

Neste ponto uma contraposição pode ser feita à Costa no sentido de propor que o seu próprio trabalho é todo ele sintomático e fala de um sintoma: sua experiência como e com garis retrata um modo de ser das relações de classe no Brasil que tem características típicas de uma constitutividade coletiva calcada na forma peculiar com que a modernização foi introduzida no país, conforme proposto por Souza (2000). O sintoma “fala”, diz a Psicanálise. No caso, “falou” através do relato de Costa e “fala” através dos muitos pleitos de cidadania perpetrados pelas comunidades pobres e suas muitas associações representativas. O sintoma é uma solução de compromisso na presença de um conflito, diz também a Psicanálise. A naturalização da invisibilidade faz parte do sintoma, por ser, uma solução social para encobrir questões valorativas relacionadas aos subalternizados sociais.

Num corte epistêmico mais profundo, Costa poderia atribuir a essa constelação valorativa elementos sociais, intersubjetivos e institucionais o nexos que ele parece buscar na sua experiência de invisibilidade. Esse corte não se apresenta no seu relato. Nesse mesmo campo de considerações, à proposição de Sawaia parece também faltar um desenvolvimento mais contextualizado do que seja o sofrimento ético-político. Seu texto dirige-se a uma condução mais interiorizada da natureza do sofrimento, sendo sintomático que, embora evocando Vigotsky, não tenha desenvolvido uma análise sócio-histórica dessa questão subjetiva que é sofrimento social.

4 | NEXOS EXPLICATIVOS ENTRE OS TEMAS DA MODERNIDADE SELETIVA, INVISIBILIDADE SOCIAL E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Os três autores, Souza, Sawaia e Costa abordam o tema da desigualdade, porém, a densidade da reflexão sobre o tema varia contrastantemente entre eles.

Souza desenvolve um texto analítico-propositivo exaustivo nos seus propósitos, muito embora, a temática do sado-masochismo proposta por Freyre, que é seminal para caracterizar as fundações das relações de desigualdades no Brasil, possa sofrer reparos sob a ótica da teoria psicanalítica, já que, o sado-masochismo é uma relação de paridade consentida, caso que não se dava na relação senhor-escravo na época colonial. O que pode ser pensado aí, em termos do aporte psicanalítico, é que ao

escravo estava reservado um lugar da Necessidade, a *ananké* freudiana, necessidade de sobreviver, o que elide o sujeito desejante, já que o desejo, nos termos analíticos, é um plus da necessidade sobre a demanda. A relação sado-masoquista importa, assim, numa relação entre sujeitos desejantes.

Sawaia restringe-se a uma escrita declarativa de intenções mudancistas.

Costa apresenta um relato em que as respostas às indagações advindas da experiência denotam intuições que carecem um desenvolvimento mais preciso.

Quando considerados em conjunto, Souza, Sawaia e Costa podem ser articulados para conceder ao tema da desigualdade um alentado campo de considerações.

A noção de modernidade seletiva (SOUZA, 2000), que parte do aspecto escravista remanescente nas relações de classes no Brasil como uma herança colonial deslocada e travestida pelo aparato burguês europeizante que se impôs sobre o patriarcalismo, com a vinda da família real em 1808, tem um forte poder explicativo da posição do subalterno enquanto objeto, representação do escravo que não portava humanidade no ser. Essa modernização não caminha no sentido das relações de igualdade desde que: a) a constutividade brasileira do poder é pautada na violência do hiperindivíduo configurado no senhor de terras, similar ao dominador do período pré-cavaliheresco europeu; b) há a ausência no Brasil da horizontalidade social proposta pelo calvinismo, que nos Estados Unidos originou um sistema de igualdades sociais na sua modernidade; c) há o uso da esfera pública pelas elites remanescentes do poder patriarcal, onde predominou a preferencialismo e o manejo dos estamentos; d) a hierarquia valorativa na Brasil não logrou o reconhecimento da dignidade entre os desiguais, por permanecer no substrato da subjetividade nacional, funções sociais que formam um gradiente atributivo de superioridade e inferioridade. A junção desses quatro elementos que não prevaleceram na constituição da brasilidade tem um estatuto de sintoma coletivo.

Souza, portanto, com um poder argumentativo e uma grande qualificação na fundamentação teórica para dar conta das dimensões históricas, institucionais e subjetivas, aponta para as raízes, para o nascedouro dos emblemas da desigualdade social no Brasil.

Sawaia (2004) contribui para uma compreensão do problema sob o ponto de vista do sofrimento psíquico, a partir de uma interioridade subjetiva do sofrente, demonstrando que o lugar objetual atribuído pelo outro, não anula a condição de sujeito do excluído. Neste ponto será importante registrar uma observação que Souza, em nota de rodapé faz, problematizando o conceito de *exclusão*:

Evitamos aqui, por ser sociologicamente impreciso, o conceito de “exclusão social”. A exclusão pressupõe não participação na sociedade, quando a relação mais adequada é de subcidadania ou subintegração como prefere Marcelo Neves. O subintegrado participa de relações jurídicas, malgrado o fato de ser sempre, negativamente, como réu, condenado, credor, etc. [...] (SOUZA, 2000, p. 268)

Finalmente, Costa (2004) encarna a experiência da invisibilidade para dar

consistência e atualidade à não-humanização da subalternidade e voz ao sofrimento psicológico e social dos que se situam no piso da pirâmide social, mostrando que há um sintoma social (embora ele afirme que não haja, pela neutralização ideológica promovida pelas classes dominantes).

Os três autores que aqui tiveram as suas contribuições desdobradas em considerações suscintas, as quais não abordaram a extensão complexa de muitos dos temas desenvolvidos, principalmente no caso de Souza, abrem portas para que se possa adentrar no campo das motivações e dos fantasmas que povoam o imaginário brasileiro, imaginário permeado por heranças que, em verdade, continua a refletir o imenso atraso que ainda há em termos de conquistas sociais na oitava economia do mundo.

REFERÊNCIAS

COSTA, F. B. da. **Homens invisíveis**. Relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, J. **A modernização seletiva**. Uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-424-5



9 788572 474245